

O Esperanto em Portugal. Língua Internacional e Movimentos Sociais

Sónia Piedade Apolinário Ribeiro Gomes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia

Orientador:
Doutor Nuno Alexandre de Almeida Alves, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

Co-orientadora:
Doutora Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Dezembro, 2016

O Esperanto em Portugal. Língua Internacional e Movimentos Sociais

Sónia Piedade Apolinário Ribeiro Gomes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Júri:

**Doutor Alan David Stoleroff, Director do Departamento de Sociologia, ISCTE-IUL
(Presidente)**

**Doutor Elísio Guerreiro do Estanque, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra**

**Doutora Maria Alexandre Lopes Campanhã Lousada, Professora Auxiliar da Faculdade de
Letras da Universidade de Lisboa**

**Doutor Pedro Maria da Cunha Moura Ferreira, Investigador do Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

**Doutor Daniel Jorge Seixas de Melo, Investigador do Centro de História d'Aquém e d'Além-
Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa**

**Doutor João Carlos de Oliveira Moreira Freire, Professor Catedrático Jubilado do ISCTE-
Instituto Universitário de Lisboa**

**Doutor Nuno Alexandre de Almeida Alves, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL (Orientador)**

**Doutora Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL (Co-orientadora)**

Dezembro, 2016

Esta tese foi realizada com o apoio de uma Bolsa de Doutoramento concedida pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/9966/2002).



Agradecimentos

Esta tese de doutoramento é o momento final de um percurso académico que tem sido essencialmente concretizado na instituição ISCTE e cujo início é bastante anterior ao Programa de Doutoramento em que reingressei em 2013.

Os meus primeiros agradecimentos são dirigidos aos meus orientadores: mostrando que são a exigência e o rigor que, numa proporção directa, transmitem ao orientando segurança para o percurso que tem que cumprir. Ao Professor Nuno de Almeida Alves que aceitou orientar esta tese. Apesar de há muito nos ligar um laço de amizade, nunca tínhamos trabalhado em conjunto; a sua atitude tranquila, mas sempre disponível, revelou-se um sinal de confiança no meu trabalho. À Professora Luísa Tiago de Oliveira, a principal responsável pela minha incursão no tema do Esperanto, caminho iniciado com a dissertação de Mestrado. Agradeço a confiança depositada no meu desempenho, bem como a paciência e a solicitude para as elucidações e correcções históricas. Esta oportunidade permite-me ainda reconhecer a dedicada atenção que sempre coloca no acompanhamento do aluno e do seu trabalho. Os meus orientadores revelam que, na essência, é-se professor na medida em que se é generoso.

Ao Professor João Freire que, na sequência da sua participação no júri da minha dissertação de Mestrado, em vários momentos amável e generosamente me enviou não apenas documentação e referências, mas também livros, importantes para a análise do meu objecto de estudo.

Ao Professor Rui Pena Pires e ao Professor António Firmino da Costa, meus professores no Programa de Doutoramento em Sociologia em 2003-2004.

À Professora Maria de Lurdes Rodrigues, que defendendo, como se sabe, as novas ou as segundas oportunidades, não deixa nunca de agir em conformidade, e comigo, muito para além do que podia esperar; que esta tese possa ser de alguma forma uma contribuição para a sua “tese”.

À Doutora Ana Delicado que, com amizade, sempre incentivou e apoiou o meu percurso académico.

Aos meus colegas de Mestrado Luís Louzã, Isabel Martinho e Rui Costa; aos meus professores, e em especial a Mariano Piçarra, Paula André e Jorge de Freitas Branco.

Aos serviços das entidades de arquivos e bibliotecas a que recorri, e em especial à Biblioteca do ISCTE-IUL.

A Nádía Penas, uma das minhas professoras de Esperanto em 2012.

Aos esperantistas, na sua maioria membros da Associação Portuguesa de Esperanto (APE), pela disponibilidade e dedicação demonstradas, concedendo-me entrevistas e respondendo ao inquérito que lhes apresentei. A todos um sincero reconhecimento.

Ao Presidente da APE, José Martins, que possibilitou as despesas repartidas do inquérito.

A António Martins, também meu professor de Esperanto, e o meu interlocutor principal no movimento do Esperanto. Agradeço-lhe a disponibilização confiante do património arquivístico e fundo bibliotecário da APE, o empenho na resposta aos meus pedidos e questões, o interesse pelo meu trabalho, a intermediação com os outros esperantistas sempre que se revelou necessária. Uma palavra de amizade pelas longas conversas e uma palavra de admiração pela sua honestidade intelectual.

A Aníbal Feliciano, um amigo da família há muitas décadas, que durante muito tempo acompanhou com amizade o meu percurso pessoal e académico.

A Zélia Picoito, a amizade de sempre.

À Isabel Apolinário, a consideração pelo meu trabalho e a sua amizade incondicional.

Aos restantes amigos e à família, em especial os mais próximos (João, Mariana, Ginda e Pedro), a confiança e a presença paciente. Este trabalho é dedicado ao meu pai, e a seus pais.

Resumo

Esta tese faz a análise do fenómeno constituído a partir da criação da língua internacional Esperanto em 1887. A problematização é iniciada com a questão de uma língua internacional quer por referência às nacionalidades e suas realidades linguísticas, quer no contexto das esferas globalizadas e suas contingências multilíngues; faz-se depois uma breve incursão pela história das línguas internacionais auxiliares, e por fim discutem-se os fenómenos dos movimentos sociais, também globais e com princípios de justiça e igualdade partilhados com a maioria das organizações esperantistas. A análise do percurso histórico do movimento do Esperanto, em diálogo com os princípios de progresso social, os ideais de pacifismo, os contextos nacionalistas, os fenómenos operários e libertários, as guerras mundiais, a construção de organizações transnacionais como a ONU e a UE, e a defesa dos direitos humanos em que se incluem os linguísticos, permitiu a ilustração da sua identidade com os movimentos sociais. Por fim, um trabalho exaustivo para o caso português reconstituiu o seu percurso histórico desde 1892 até à actualidade, rastreando protagonistas, grupos e associações, e o diálogo com os regimes políticos republicano, ditatorial e democrático.

Palavras-chave

Esperanto, língua planeada, língua franca, língua internacional, política linguística, movimento social, associação, direitos linguísticos, globalização, internacionalismo, nacionalismo, Educação popular, Primeira República, Estado Novo, Movimento operário, Movimento libertário

Abstract

This thesis analyses the phenomenon initiated with the creation of the international language Esperanto in 1887. The theoretical discussion introduces the problem of an international language, either relatively the nationalities and their linguistic realities, either in the context of globalized scenarios and its multilingual contingencies; it follows with a brief perspective of international auxiliary languages, and finally a view of social movements, which are also global phenomena and have principles of justice and social equality that are shared with most of the esperantist organizations. The historic analysis of the Esperanto movement, in dialogue with social progress principles, pacifist ideals, nationalistic contexts, labour movement and libertarian phenomena, the world wars, the construction of transnational organizations such as UN and EU, and the defense of human rights which include linguistic ones, all these allowed the illustration of Esperanto movement identity with social movements. At last, an exhaustive historical reconstitution of the portuguese Esperanto movement since its dawn in 1892 till present days, tracked back protagonists, groups and associations, and its dialogue with the republican, dictatorship and democratic political regimes.

Keywords

Esperanto, planned language, lingua franca, international language, linguistic policy, social movement, association, linguistic rights, globalization, internationalism, nationalism, popular education, Portuguese First Republic, Estado Novo Dictatorship, labour movement, libertarian movement

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
1 AS LÍNGUAS E AS SUAS COMUNIDADES	7
1.1 LÍNGUAS E COMUNIDADES <i>IMAGINADAS</i>	7
1.2 A CONSTRUÇÃO DA CULTURA ATRAVÉS DA LÍNGUA	34
1.2.1 OS ESTADOS-NAÇÃO.....	35
1.2.2 MOVIMENTOS ROMÂNTICOS.....	42
1.2.3 DITADURAS EUROPEIAS	46
1.3 LÍNGUAS E CIDADANIA	59
2 AS LÍNGUAS AQUÉM E ALÉM DAS COMUNIDADES	69
2.1 O ADVENTO DA GLOBALIZAÇÃO: A TELEOLOGIA CIENTÍFICA	69
2.2 INTERNACIONALISMO OPERÁRIO E ANARQUISMO.....	74
2.3 PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO E TRANSNACIONALISMO	91
2.4 LÍNGUAS IMAGINADAS: LÍNGUAS INTERNACIONAIS AUXILIARES	115
3 MUNDOS IMAGINADOS: MOVIMENTOS SOCIAIS	131
4 O MOVIMENTO DA LÍNGUA INTERNACIONAL ESPERANTO	145
4.1 SURGIMENTO DO ESPERANTO E DOS ESPERANTISTAS	145
4.2 DEPOIS DE ZAMENHOF	173
4.3 COMUNIDADE, CULTURA E CIDADANIA	198
4.4 O MOVIMENTO DO ESPERANTO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	213
5 O ESPERANTO EM PORTUGAL.....	229
5.1 PRIMÓRDIOS: IDEAIS REPUBLICANOS E MEIOS OPERÁRIOS	229
5.2 EM DITADURA.....	256
5.3 EM LIBERDADE	308
6 CONCLUSÕES.....	365
6.1 DIVERSIDADE LINGUÍSTICA EM CONTEXTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. AS LÍNGUAS COMO ESPAÇO DE INTERVENÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA	365
6.2 ESPERANTO: UMA LÍNGUA PLANEADA QUE CONFIGURA UM MOVIMENTO SOCIAL.....	367
6.3 O ESPERANTO EM PORTUGAL: DE 1892 À ACTUALIDADE	371
6.4 NOTA FINAL	374
7 FONTES.....	377
7.1 FONTES ORAIS.....	377
7.2 FONTES ARQUIVÍSTICAS.....	377
7.3 OUTRAS FONTES	377

7.4	PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS ESPERANTISTAS (POR ORDEM CRONOLÓGICA)	377
7.5	OUTRAS PUBLICAÇÕES ESPERANTISTAS OU SOBRE O ESPERANTO (POR ORDEM CRONOLÓGICA)	378
7.6	TESTEMUNHOS E ESTUDOS	381
8	BIBLIOGRAFIA	381
9	WEBGRAFIA	390
10	ANEXOS	I

Índice de Quadros

Quadro 4.1 Evolução do número de membros da UEA, 1950-2010	199
Quadro 5.1 Membros da APE, segundo o período de nascimento	332
Quadro 5.2 Membros da APE, segundo o período de nascimento e género.....	333
Quadro 5.3 Membros da APE, segundo o período de nascimento e o distrito de residência	334
Quadro 5.4 Membros actuais da APE segundo a geração de pertença (%).....	334
Quadro 5.5 Esperantistas segundo a geração de pertença (%).....	335
Quadro 5.6 Esperantistas por geração e pertença à APE (%).....	335
Quadro 5.7 Esperantistas segundo o género (%)	335
Quadro 5.8 Esperantistas por geração e género (%).....	336
Quadro 5.9 Esperantistas por geração e nível de escolaridade concluído ou frequentado (%)	336
Quadro 5.10 Esperantistas segundo o modo de aprendizagem da língua (%).....	337
Quadro 5.11 Esperantistas por geração, segundo o modo de aprendizagem da língua (%).....	337
Quadro 5.12 Esperantistas por geração, segundo as razões da aprendizagem da língua (%).....	338
Quadro 5.13 Esperantistas por geração, segundo o grau de cultivo da língua (%).....	338
Quadro 5.14 Esperantistas por geração, segundo o grau de recreação através do Esperanto (%).....	339
Quadro 5.15 Ligação a outras associações ou grupos de Esperanto (%).....	339
Quadro 5.16 Ligação a outras associações ou grupos de Esperanto por área específica (%).....	339
Quadro 5.17 Representação nacional em associações internacionais de Esperanto (%).....	340
Quadro 5.18 Grau de pertença a grupos e associações de Esperanto (%)	340
Quadro 5.19 Esperantistas por geração, segundo a concordância ou discordância da afirmação “O Esperanto é importante pelo ideal de igualdade e de pacificação através de uma língua universal” (%).....	341
Quadro 5.20 Esperantistas por geração segundo a concordância ou discordância da afirmação “O Esperanto é importante pelas vantagens práticas de uma língua internacional (viagens, conferências, relações económicas, divulgação cultural)” (%).....	341
Quadro 5.21 Esperantistas por geração segundo a resposta à questão “Pessoalmente, o que lhe interessa mais relativamente ao Esperanto? A língua ou o movimento ou ambos?”.....	341
Quadro 5.22 Esperantistas por geração segundo o factor mais importante na orientação do movimento (%)	345
Quadro 5.23 Esperantistas por geração segundo o factor mais decisivo para a expansão do movimento (%)	346
Quadro 5.24 Esperantistas por geração, segundo a expectativa para o futuro do Esperanto (%).....	346
Quadro 5.25 Concordância e discordância com factores obstaculizantes à expansão do Esperanto (%).....	347
Quadro 5.26 Pertença a associações e movimentos fora do Esperanto por área específica (%)	348
Quadro 5.27 Esperantistas por geração, segundo o grau de pertença a associações e movimentos fora do Esperanto (%)	349
Quadro 5.28 Esperantistas por geração, segundo o grau de participação em manifestações e reivindicações (%)	349
Quadro 5.29 Esperantistas segundo o interesse principal no movimento e razões de aprendizagem da língua (%)	354

Quadro 5.30 Esperantistas segundo o interesse principal no movimento e a visão da orientação do movimento (%)	355
Quadro 5.31 Aspectos em que a vida dos inquiridos seria diferente sem o Esperanto (%).....	356
Quadro 5.32 Outros obstáculos ao Esperanto (%).....	358

Índice de Figuras

Figura 5.1 Significado principal de ser esperantista (%)	342
Figura 5.2 Relação entre a geração e o significado principal de ser esperantista	343
Figura 5.3 Valores ou causas associados ao Esperanto (%)	344
Figura 5.4 Movimentos ou causas com princípios idênticos aos do Esperanto (%).....	344
Figura 5.5 Pertença a associações e movimentos fora e dentro do Esperanto	350

Glossário de Siglas

AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
APE	Associação Portuguesa de Esperanto
CED	Centro de Esploro kaj Dokumentado pri la Monda Lingvo-Problemo <i>Centro de Investigação e Documentação para o Problema Linguístico Mundial</i>
CEE	Comunidade Económica Europeia
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CND	Campaign for Nuclear Disarmament
CTT	Correios, Telégrafos e Telefones/ Correios de Portugal
ECOSOC	Economic and Social Council
EEU	Esperanto Eŭropa-Unio <i>União Europeia de Esperanto</i>
EJA	Esperanta Jura Asocio <i>Associação Esperantista de Direito</i>
ESF	Esperantic Studies Foundation
ETA	Euskadi Ta Akatasuna
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAT	Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
G7	Group of Seven
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IALA	International Auxiliary Language Association
IGO	Intergovernmental Organization
IKEK	Internacia Komunista Esperantista Kolektivo <i>Colectivo Esperantista Comunista Internacional</i>
IKEL	Internacia Komitato por Etnaj Liberecoj <i>Comissão Internacional para as Liberdades Étnicas</i>
IKUE	Internacia Katolika Unuiĝo Esperantista <i>União Católica Esperantista Internacional</i>
ILEI	Internacia Ligo de Esperantistaj Instruistoj <i>Liga Internacional dos Professores de Esperanto</i>
ILERA	Internacia Ligo de Esperanta Radio Amatoroj <i>Liga Internacional de Radioamadores Esperantistas</i>
ILGA	International Lesbian and Gay Association
ILO	International Labour Office
INGO	International Non-Governmental Organization
IRA	Irish Republican Army
ISO	International Organization for Standardization

LES	Laborista Esperanto Societo <i>Sociedade Operária Esperantista</i>
LEO	Ligo de L'Okcidentaj Esperantistoj <i>Liga dos Esperantistas Ocidentais</i>
MEM	Mondpaca Esperantista Movado <i>Movimento Esperantista para a Paz Mundial</i>
MFA	Movimento das Forças Armadas
MUD	Movimento de Unidade Democrática
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NGO	Non-Governmental Organization
NMS	Novos Movimentos Sociais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIG	Organização Inter-Governamental
ONG	Organização Não Governamental
ONG-I	Organização Não Governamental Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PEJ	Portugala Esperanto-Junularo <i>Juventude Esperantista Portuguesa</i>
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PSP	Polícia de Segurança Pública
RU	Reino Unido
SAT	Sennacieca Asocio Tutmonda <i>Associação Mundial A-Nacionalista</i>
SEU	Sovetrespublikara Esperantista Unio <i>União Esperantista das Repúblicas Soviéticas</i>
SLP	Sociedade de Língua Portuguesa
TEJO	Tutmonda Esperantista Junularo Organizo <i>Organização Mundial da Juventude Esperantista</i>
TEVA	Tutmonda Esperantista Vegetarana Asocio <i>Associação Mundial de Vegetarianos Esperantistas</i>
UCM	União Cristã da Mocidade
UE	União Europeia
UEA	Universala Esperanto Asocio <i>Associação Universal de Esperanto</i>
UON	União Operária Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WTO	World Trade Organization

INTRODUÇÃO

Data de 1887 o surgimento público da língua Esperanto, designada pelo seu autor como Língua Internacional. Do coração da Europa expandiu-se depois ao resto do mundo o interesse, culto e utilização desta língua criada e difundida para ser intermediária de culturas e impulsora de pacificação e de justiça, tendo originado um espectro cultural de largo âmbito.

O fenómeno do Esperanto enquanto objecto de estudo nas ciências sociais é inédito em Portugal. Encontram-se breves referências dispersas em alguns autores da História e da Sociologia que trabalham o activismo operário em Portugal, ou a resistência política ao Estado Novo, e dentro destas duas temáticas, o movimento libertário. No contexto internacional, foi apenas realizada na área da Sociologia uma primeira e única tese em Inglaterra em 1977, da autoria de Peter G. Forster, e publicada com o título *The Esperanto Movement*. A sua tese pioneira oferece essencialmente um percurso histórico do surgimento da língua Esperanto na Europa, recorrendo a documentação impressa e a análises históricas feitas por esperantistas mas editadas apenas em Esperanto. Os principais acontecimentos da história europeia são evocados nas suas ligações ao movimento do Esperanto, como os regimes nacionalistas, o internacionalismo, as duas Guerras Mundiais, a situação internacional após a 2.^a Guerra, assim como a constituição das principais organizações internacionais esperantistas. Deste modo, o contributo deste autor foi nesta tese mobilizado para a análise dos aspectos internacionais do movimento do Esperanto até à década de 1970. Numa segunda parte, Forster faz um enquadramento do surgimento da Língua Internacional no Reino Unido e realiza uma caracterização dos esperantistas britânicos, pelo que envia em 1968 um inquérito aos membros da Associação Britânica de Esperanto. Apesar do fenómeno do Esperanto ser pelo autor designado como um *Movimento* – que é, aliás, a denominação com que os esperantistas desde sempre se auto-referem, através da expressão Esperanto Movado – P. Forster não é conclusivo sobre se se trata de um movimento social, até porque à data a literatura sociológica desta temática ainda estava numa fase de alguma incipiência. De alguma forma, esta tese tenta seguir esse sinal que foi aludido naquela investigação pioneira, e os movimentos sociais serão aqui discutidos.

Peter G. Forster sugere que o fenómeno do Esperanto é apreensível de várias perspectivas para além da sociológica, designadamente, a Linguística Comparada, a Política Internacional, investigação em paz e conflito, ou a História Europeia Contemporânea (1982:1-2); contudo, apenas na área da Linguística surgiram escassas abordagens académicas. Este trabalho pretendeu realizar uma análise perspectivada pelas ciências sociais com recurso a teorias, análises e conceitos da Sociologia, muitos deles partilhados com a Antropologia, e necessariamente um forte enquadramento histórico em virtude da diacronia e da internacionalidade do fenómeno estudado.

Pretende-se entender a génese e a construção do movimento da língua internacional Esperanto e particularizar a análise para o caso português. Impõe-se um percurso histórico analítico de mais de um século - quase 130 anos -, pelo que o enquadramento histórico terá essa amplitude.

A identidade ou definição do Esperanto pode ser sintetizada enquanto (1) uma língua planeada que (2) pretende ser internacional, colocando desde logo algumas questões fundamentais. Assim, (1) sendo uma língua planeada, que especificidade apresenta o Esperanto relativamente às línguas ditas naturais, na forma como é construído e utilizado? E (2) dada a pretensão de ser uma língua internacional, que papel e lugar pode ter o Esperanto nas relações entre as comunidades linguísticas? Isto é, que semelhança tem com as línguas francas, e que papel pode desempenhar em políticas linguísticas relativas a realidades multilinguísticas?

Estas questões emergem ao longo deste trabalho ainda que sem a permanente preocupação de sistematização, dado que a questão central que nos propomos discutir é outra. A saber: dada a sua vocação ou desígnio internacional, o fenómeno do Esperanto pode ser considerado um movimento social com um objectivo particular de âmbito linguístico? Ou assumiu outros objectivos? É importante notar que a discussão sobre as línguas será sempre realizada em relação às esferas da cultura e da comunidade.

Para o enquadramento teórico do objecto em estudo considerou-se importante proceder a uma divisão analítica inicial entre os contextos das nações e das comunidades no seu interior por um lado, e o domínio do internacional por outro lado. Deste modo se distinguem os dois primeiros Capítulos.

No Capítulo 1 apresenta-se uma perspectiva da constituição das nacionalidades modernas e do papel e lugar das línguas nesses fenómenos. Assim abordam-se as relações entre comunidades linguísticas em situação de dominação em contextos vários: nacional, imperial, colonial e de migração, sendo que esta abordagem permite analisar a relação entre línguas dominantes e dominadas, as políticas linguísticas, e a existência de línguas francas. Aborda-se também a relação ideológica que se estabelece entre a língua e a cultura em três tipos de contextos: a constituição dos Estados-Nação, os movimentos culturais românticos da Europa e os contextos políticos ditatoriais. Este Capítulo permite perceber que as línguas ditas naturais são objecto de intervenção deliberada, pelo que a distinção entre estas e as línguas planeadas não é absoluta.

No Capítulo 2 passamos para o contexto internacional, que trata essencialmente dos fenómenos do internacionalismo operário, do anarquismo e da globalização, cenários por inerência votados à diversidade linguística. O internacionalismo operário e o anarquismo são eles próprios movimentos sociais, com significativas ligações ao Esperanto. Os processos de globalização são complexos e compreendem dimensões económicas, políticas e culturais, relativamente às quais se verifica a necessidade de recurso a línguas francas, e por isso se entende o papel potencial do Esperanto. Este Capítulo finaliza com uma síntese da história das línguas internacionais auxiliares, que permite localizar o aparecimento do Esperanto no tempo e no espaço.

O Capítulo 3 contém uma síntese teórica sobre o conceito de movimentos sociais, de modo a que este possa ser operacionalizado para o objecto de estudo. A caracterização dos movimentos sociais, e a análise da relação que se verifica entre movimentos, permitirão discutir a questão mais importante

deste trabalho: o movimento do Esperanto é um movimento social? Como se posiciona o movimento do Esperanto no universo dos movimentos sociais?

No Capítulo que se segue o percurso histórico do movimento do Esperanto pode finalmente ser ilustrado, nos contextos históricos e sociais coevos: a movimentação filológica romântica e a criação de línguas auxiliares artificiais; o positivismo e o advento da globalização em que se preconiza uma língua internacional adjuvante do progresso e das relações internacionais de turismo, comércio e ciência; a apropriação da vocação internacional do Esperanto pelos protagonistas dos movimentos internacionalistas e de carácter universalista como o movimento operário e o movimento anarquista, entre os quais existiam muitos defensores do pacifismo; a colisão da mesma vocação internacional com os nacionalismos europeus que reagem com repressão aos esperantistas; a relação do movimento do Esperanto com as organizações internacionais como a Liga das Nações, a ONU e a UE; o apoio esperantista à protecção dos direitos individuais que inclui os direitos culturais e linguísticos presentes nas Declarações Universais de Direitos Humanos; a relação e os paralelismos com outros movimentos linguísticos europeus ditos minoritários; a relação com os movimentos de crítica à globalização.

No Capítulo 5 veremos como em Portugal o fenómeno do Esperanto ecoa as etapas do movimento internacional, na especificidade histórica deste contexto nacional, como o advento do republicanismo, o movimento operário e os anarquistas portugueses, as relações com o Estado Novo e com alguns movimentos que se lhe opuseram como o comunismo, o Neorealismo ou a Escola Nova; depois de 1974, e levantadas as proibições impostas pelo regime anterior, uma nova fase começa, e é esse grupo de esperantistas actuais da Associação Portuguesa de Esperanto que se tenta caracterizar, nas vivências e nas dimensões simbólica e ideológica da relação com a Língua Internacional.

A componente histórica é considerável nesta tese, que não quis nunca subalternizar a perspectiva analítica da Sociologia. Tentou, todavia, desenhar-se um retrato diacrónico, na medida em que não existiam em Portugal investigações sobre o tema sobre as quais empreender uma análise sociológica que só poderia realizar-se a partir de uma caracterização histórica tão enriquecida quanto possível; este trabalho não pretende propor novas interpretações históricas da sociedade portuguesa, apenas mobiliza o património académico recente para a compreensão do objecto de estudo à luz desse conhecimento. Por outro lado, sendo um objecto académico inédito e estando a grande maioria das publicações esperantistas apenas redigidas em Esperanto, e por isso inacessível a quem não aprendeu a língua, este trabalho permite intermediar essa documentação. Tentou-se também que o retrato tivesse rostos e nomes, pois são eles que corporizam qualquer acção, a dos movimentos sociais incluída; por isso esta tese evocará porventura uma configuração monográfica. Refira-se que parte dos Capítulos 5.1. e 5.2. é uma reconstituição, revisão e reescrita do Capítulo 3 da Dissertação de Mestrado de 2012 intitulada *O Esperantismo em Portugal (1892 a 1972): Origens, Afirmação e Repressão* (Apolinário Gomes, Sónia, 2012) defendida no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

O Arquivo e a Biblioteca da Associação Portuguesa de Esperanto constituíram um manancial fundamental das fontes a que recorreremos, na medida em que são o depositário privilegiado do

movimento português desde a primeira década do século XX: recortes de imprensa desde 1888, documentação iconográfica (fotografias, cartazes, gravuras, panfletos e outros objectos), documentação epistolar desde a década de 1950, e na biblioteca, publicações periódicas e não periódicas nacionais e internacionais e muitas centenas de títulos em Esperanto. Algumas destas publicações periódicas e não periódicas esperantistas encontram-se replicadas na Biblioteca Nacional, que dispõe de outra documentação e títulos inéditos, na medida em que provêm do espólio do Arquivo Histórico-Social organizado entre 1982 e 1991. Alguns documentos e publicações estão também disponíveis no Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo alberga documentos datados das décadas da vigência do Estado Novo, e relacionados com processos policiais e com documentação ministerial, decorrentes das proibições e apreensões dirigidas ao Esperanto e aos esperantistas.

Para além de outra bibliografia em Esperanto, os sítios da Internet das principais associações internacionais esperantistas disponibilizam igualmente documentação digitalizada e textos informativos, e as próprias publicações nacionais constantes da bibliografia analisada contêm muita informação relevante sobre aspectos internacionais.

A análise documental teve uma importância fundamental neste trabalho, porque através das publicações é possível perceber as dimensões ideológicas e também factuais da actividade dos actores – e ainda porque a apreensão da dimensão histórica, na impossibilidade de entrevistar ou aplicar inquéritos aos agentes já desaparecidos, implica a análise de documentos na sua maioria de carácter escrito. A maior parte da documentação está escrita em Esperanto, como também muitos textos analíticos da autoria de esperantistas ou traduzidos para Esperanto de fontes difíceis de aceder. Este trabalho analítico pressupõe necessariamente o domínio da língua, obtido pela realização de um curso de nível básico na Associação Portuguesa de Esperanto em 2012. As traduções do Esperanto para Português realizadas pela autora desta tese foram sempre identificadas (acrescente-se que o texto desta tese foi redigido de acordo com a grafia anterior ao acordo ortográfico ainda parcialmente vigente; as transcrições dos documentos foram também realizadas no respeito da grafia com que foram redigidos – sendo que a maior diferença para a actualidade pode ser encontrada nas fontes anteriores à reforma ortográfica de 1911).

Os restantes métodos privilegiados foram a recolha de informação em primeira mão junto dos esperantistas, através de depoimentos orais e da aplicação de um inquérito, para além da observação participante em muitas ocasiões de visita à sede da Associação Portuguesa de Esperanto e da participação em 2012 num encontro anual de esperantistas.

As fontes orais constituem depoimentos de esperantistas que iniciaram a vivência do Esperanto no contexto do regime do Estado Novo: uma fonte de informação factual sobre o movimento e também, transmitido na primeira pessoa, um testemunho do universo cultural. Em 2012 cinco esperantistas da região da grande Lisboa cujas datas de nascimento se encontram entre 1925 e 1930 foram

entrevistados mediante um guião semidirectivo que permitiu explorar as dimensões da relação pessoal com o Esperanto e das noções e perspectivas sobre o movimento.

Para a caracterização dos esperantistas actuais, o método considerado mais adequado foi um inquérito por questionário aplicado à totalidade dos membros da Associação Portuguesa de Esperanto, enviado por via postal em 2015.

Acresce que a disponibilização da base de registos dos membros da própria Associação permitiu alguns dados de caracterização do universo dos associados desde os primórdios do movimento português.

O Esperanto tem sido uma realidade bastante desconhecida. Um indicador desse desconhecimento será o facto de na literatura das ciências sociais o Esperanto ter surgido, não apenas pontualmente referido, mas sobretudo, utilizado como uma metáfora que não traduz a essência democratizadora que está na sua origem e na generalidade do seu percurso. Numa breve nota final deixamos alguns exemplos do recurso ao termo Esperanto enquanto metáfora negativa de um universalismo homogeneizador.

Mitchell Cohen (1995:227) refere-se à proposta de Otto Bauer (1907) de um estado federal socialista como antagónica da “visão esperantiana” da sociedade socialista sem classes que “negaria e homogeneizaria as culturas nacionais”.

John Tomlinson (1991: 98) antagoniza Esperanto e Babel na caricatura dos dois pólos inconciliáveis das tensões presentes nos processos de globalização cultural, respectivamente, “ordem, uniformidade e universalidade” *versus* “riqueza, variedade e diferença”.

Boaventura de Sousa Santos (2003:458) critica as actuais noções de Direitos Humanos, predominantemente concebidas a partir de princípios ocidentais (e por isso “um localismo globalizado”), uma espécie de Esperanto que “dificilmente poderá assumir-se como a linguagem quotidiana da dignidade humana nas diferentes regiões culturais do globo”.

Ulrich Beck (2002: 30) define a música Pop como “Esperanto internacional”.

Apenas Daniele Archibugi (2005:544-5) discutindo a responsabilidade dos indivíduos e governos na remoção das barreiras linguísticas à comunicação, aponta a eleição de uma língua comum que seria, como o Esperanto, uma utopia positiva e simétrica da língua Newspeak que George Orwell criou para a sociedade totalitária do seu romance *1984*.

1 AS LÍNGUAS E AS SUAS COMUNIDADES

Sentir-me-ei, até ao fim, reconhecido a Scauro por me haver feito estudar Grego desde muito novo. Era ainda criança quando tentei pela primeira vez traçar com o estilete aqueles caracteres de um alfabeto desconhecido: começava a minha grande emigração, e as minhas longas viagens e o sentimento de uma escolha tão deliberada e tão involuntária como o amor. Gostei dessa língua pela sua flexibilidade de corpo bem em forma, pela sua riqueza de vocabulário em que se atesta em cada palavra o contacto directo e variado das realidades, e porque quase tudo o que os homens disseram de melhor foi em grego. Sei que há outras línguas: estão petrificadas ou ainda para nascer. Padres egípcios mostraram-me os seus velhos símbolos, mais sinais que palavras, esforços muito antigos de classificação do mundo e das coisas, linguagem sepulcral de uma raça morta. Durante a guerra judaica, o rabino Joshua explicou-me literalmente certos textos desta língua de sectários, tão obcecados pelo seu deus que descuraram o humano. Nos exércitos familiarizei-me com a linguagem dos auxiliares celtas; lembro-me especialmente de certos cantos (...) Mas as gírias bárbaras valem quando muito pelas reservas que constituem para a palavra humana e por tudo o que certamente exprimirão no futuro. O grego, pelo contrário, tem já atrás de si os seus tesouros de experiência, a do homem e a do Estado (...) Coisa alguma iguala a beleza de uma inscrição latina votiva ou funerária: essas poucas palavras gravadas na pedra resumem com uma majestade impessoal tudo o que o mundo precisa de saber de nós. Foi em latim que eu administrei o império; o meu epitáfio será inciso em latim nas paredes do meu mausoléu na margem do Tibre, mas é em grego que eu terei pensado e vivido.

Marguerite Yourcenar, *Memórias de Adriano*, 2010 [1974]:38-9 (Lisboa, Ulisseia)

1.1 Línguas e Comunidades *Imaginadas*

Sendo o Esperanto uma língua planeada que pretende ser universal, a demarcação da problemática que nos propomos fazer para este objecto de estudo apresenta exigências que podem ser discutidas em relação a dois eixos principais. O primeiro é o quadro mundial das comunidades humanas, complexamente organizadas em grupos linguísticos, que desde a era das revoluções tendem a constituir-se como nações. O segundo, o quadro das relações entre esses grupos, isto é, um espaço inter-nacional, que também inclui fenómenos supra-nacionais. A longevidade do Esperanto, cuja génese é do final do século XIX – portanto ainda um produto moderno -, exige também que a nossa problemática seja realizada num quadro temporal alargado. Começamos pois com o enquadramento das línguas nos fenómenos da nacionalidade a partir de um mapeamento histórico abrangente, para nos Capítulos seguintes particularizarmos os conceitos que este trabalho mobiliza.

A questão que Anderson coloca em *Imagined Communities* e que nos permite uma primeira orientação da nossa problematização, parte da existência de comunidades imaginadas, nas quais as línguas detêm, mais directa ou indirectamente, um papel de génese, continuidade e transformação. O objecto do seu trabalho percorre o advento dos nacionalismos e da construção das nações enquanto processos que tiveram início em finais do século XVIII, patentes inicialmente na independência das colónias do continente americano, posteriormente no espaço europeu num período até à 2.^a Guerra Mundial, terminando no fim dos impérios coloniais em África e na Ásia, na década de 1970. Nem

sempre elemento primordialmente identitário, muitas vezes apenas instrumental, as línguas foram, em diversos graus e de diversas formas, elementos adjuvantes destes distintos processos de construção nacional.

Porque a sua obra é de 1983, não contempla o fim da União Soviética em 1989 e a consecutiva formação de novos estados. Mas, sobre esse período diz Hobsbawm (1998:157) que desde o início da década de 1990 foram formados, ou estavam em vias de formação, mais Estados-Nação do que em qualquer outra época do século XX. Numa frase da introdução, ainda pertinente segundo os acontecimentos recentes de 2014 e 2015 na Escócia, na Catalunha ou na Ucrânia, Anderson escreve:

Almost every year the United Nations admits new members. And many “old nations”, once thought fully consolidated, find themselves challenged by “sub”-nationalisms within their borders – nationalisms which, naturally, dream of shedding this sub-ness one happy day. The reality is quite plain: the “end of the era of nationalism”, so long prophesied, is not remotely in sight. Indeed, nation-ness is the most universally legitimate value in the political life of our time (Anderson, 2006:3).

Uma nação é uma comunidade imaginada. É imaginada porque existe sobre uma imagem partilhada de uma comunhão entre pessoas que nunca se conheceram ou conhecerão; é uma comunidade porque pressupõe, independentemente das desigualdades sociais que possa albergar, uma ligação profunda como a da uma fraternidade entre os seus elementos (cf. Anderson, 2006:6-7). A nação é pois “an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign” (*idem*:5-6), isto é, limitada devido à necessária circunscrição espacial, e soberana por via da necessidade de uma independência política.

O termo “nacionalismo” usado por B. Anderson pode conter uma confusão semântica, que outros autores tentam evitar. Preferindo recorrer ao termo “movimento nacional”, M. Hroch (1996:79) dá da nação uma definição bastante próxima da de Anderson, sublinhando que “For nationalism *stricto sensu* is something else: namely, that outlook which gives an *absolute priority to the values of the nation over all other values and interests*” (Hroch, 1996:80). De certa forma Hroch divide o conceito que em Anderson surge condensado, e quando dirige a sua análise para os movimentos da Europa no século XIX, diz que “Nationalism was only one of many forms of national consciousness to emerge in the course of these movements” (Hroch, 1996:81). Gellner (1996:112-23) recorre, como Anderson, ao termo único “nacionalismo”, distinguindo-o em momentos diferentes, nomeadamente o momento extremado da década de 1940 na Europa em que as perseguições étnicas foram perpetradas em nome da unidade étnica e da cultural nacional. Por comodidade mantemos, nas nossas referências a Anderson, o termo “nacionalismo” tal como surge na sua exposição¹.

¹ Outros autores usam o termo “nacionalismo” do mesmo modo que Anderson: Breuilly (1996), Smith (1996:108), Hobsbawm (1996 e 1998) e Gellner (1996).

O processo de construção de nações enquanto fenómeno da Europa ocidental surge no final do século XVIII, momento em que o modelo de pensamento religioso apresenta sinais de declínio, especialmente por via da consolidação dos princípios racionalistas iluministas². É na transição do predomínio do religioso para o secularismo, que Anderson entende algumas das características fundamentais dos nacionalismos emergentes. Qualquer das grandes religiões milenares - cristã, budista ou islâmica - responde às questões do lugar do humano no cosmos, *i.e.*, o sofrimento humano e a contingência da vida; a resposta religiosa à finitude humana é a transformação da fatalidade em continuidade, estabelecendo elos entre os mortos e os que ainda não nasceram, num mistério de regeneração³. Contrariamente, verifica-se uma ausência de respostas a estas questões no pensamento racionalista, ou seja, “in all evolutionary/progressive styles of thought, not excluding Marxism (...) such questions are answered with impatient silence” (Anderson, 2006:10). É esse lugar vazio que o nacionalismo vem preencher, pelo que, com a falência da crença religiosa, “what then was required was a secular transformation of fatality into continuity, contingency into meaning” (Anderson, 2006:11. Ver também Smith, 1996:125). O autor demonstra a existência de uma afinidade entre o emergente imaginário nacionalista e o imaginário religioso, na medida em que ambos respondem às questões da morte e da imortalidade: o sinal mais visível, e emblema da moderna cultura do nacionalismo, é a proliferação de cenotáfios e campos do Soldado Desconhecido. Na sua demonstração, e apontando outros produtos culturais do nacionalismo, como a poesia, a música, a prosa ficcional ou as artes plásticas, caracteriza o sentimento inspirado pela nação: amor, não raramente, profundamente auto-sacrificial (Anderson, 2006:141).

Esta relação afectiva⁴ tem como indicadores mais marcantes e bastante universais o recurso, na linguagem, a termos da esfera do parentesco (mãe e pai) e a termos do espaço de origem (lar, casa), ou seja, laços “naturais” que advêm do domínio do que não escolhemos, tais como a ascendência, o tempo e espaço do nascimento, a etnia ou o género, as capacidades físicas ou língua materna (*idem*: 10 e 143) – não será também um acaso a própria designação de “língua materna”⁵. Por isso, Anderson diz que os “laços naturais” comportam um halo de amor desinteressado e de solidariedade, que explicam a

² Smith (1997:63) diz que “Para a maioria dos eruditos, o nacionalismo, como movimento e ideologia, pode ser datado do século XVIII (...) [A] nação é uma construção puramente moderna, embora neste ponto exista uma grande discordância entre ‘modernistas’ quanto ao período do seu aparecimento na Europa, sendo que alguns favorecem o século XVIII ou um período anterior, e outros preferem o final do século XIX e início do século XX, quando as massas foram finalmente ‘nacionalizadas’ e as mulheres emancipadas”.

³ Presentes, nomeadamente, nas concepções do karma ou do pecado original.

⁴ Nas palavras do autor, “this political love” (cf. pg. 143).

⁵ Melucci (1996:159) refere que as mais profundas dimensões da experiência humana provêm da relação entre território e identidade: “the reptilian memory surviving in the limbic system of our brains is still the source of our experience. A person’s place of origin not only has the force of tradition on its side, it rests on an even deeper bond which fuses together biology and history”.

razão pela qual se está disposto a sacrifícios - como dar a vida pela nação⁶ -, sacrifícios últimos que comportam a ideia de pureza através da fatalidade (Anderson, 2006:143-4). Por tudo isto, diz que “It is the magic of nationalism to turn chance into destiny” (Anderson, 2006:12). Assim se verifica que nos últimos dois séculos tantos milhões de pessoas se tenham disposto não exactamente a matar, mas a dar a vida pela nação (*idem*:7). Em ligação a este sentimento de fatalidade, Anderson refere como os investigadores dos nacionalismos se vêem perante algumas perplexidades, nomeadamente, (1) o facto de o nacionalismo ser para o nacionalista subjectivamente antigo, mas objectivamente moderno para o historiador, e (2) o facto de a nacionalidade se apresentar como um atributo universal, tal como a pertença a um género, apesar da irremediável particularidade de cada nacionalismo na sua manifestação concreta (cf. Anderson, 2006:5).

No domínio dos atributos considerados naturais, a língua é extremamente ilustrativa: mesmo as línguas tidas como modernas aparentam uma primordialidade intrínseca, pois não é possível saber a data de origem de uma língua. As línguas surgem-nos como ancoradas para além de todas as coisas, transmitindo-nos um sentimento de ancestralidade, e por isso Anderson (2006:145) diz que “nothing connects us affectively to the dead more than language”. É também através da língua que se partilha simbolicamente a pertença a uma comunidade, como através da poesia e de canções e, especialmente nas nações modernas, através dos hinos nacionais, que permitem uma experiência de simultaneidade vivida por pessoas totalmente desconhecidas entre si. As ocasiões de uníssono são momentos de consumação material da comunidade imaginada. Assim,

amor patriae does not differ in this respect [*i.e.*, the language] from the other affections, in which there is always an element of fond imagining (...) What the eye is to the lover - that particular, ordinary eye he or she is born with - language - whatever language history has made his or her mother-tongue - is to the patriot. Through that language, encountered at mother’s knee and parted with only at the grave, pasts are restored, fellowships are imagined, and futures dreamed” (Anderson, 2006: 154).

Como adiante se desenvolverá, a língua pode também ser convocada instrumentalmente como elemento de agregação de populações multilingues. Anderson refere o exemplo da libertação nacional peruana para mostrar como a nação pode ser concebida pela língua – *i.e.*, por uma língua tornada comum - e não pelos laços de sangue, quando o libertador San Martín decretou em 1821 que “in the future the aborigenes shall not be called indians or natives; they are children and citizens of Peru and they shall be known as Peruvians” (Anderson, 2006: 49-50). Neste caso, o autor também encontra afinidades com a dimensão religiosa, aqui no sentido de uma conversão: “it shows from the start the nation was conceived in language, not in blood, and that one could be ‘invited into’ the imagined community” (*idem*:145).

⁶ Contrariamente, a relação afectiva é diferente da que se tem com entidades que consideramos exclusivamente da nossa escolha, como as associações.

Ficou explicitada a relação de homologia entre o sentimento nacionalista e o religioso – através do sacrifício e pela fatalidade -, mas também pelo sentimento de ancestralidade e pela experiência da partilha de ritos. Não é muito claro na obra se o autor estende esta concepção do sentimento sacralizado para a época actual. Ernest Gellner ao dizer que “La época del nacionalismo es aquella en que dejan de funcionar los cultos religiosos y se pone la cultura propia (la lengua, el folclore, la música, la tradición) en el altar”⁷ circunscreve-o no tempo; assim também Habermas, aludindo a outra variável importante, que foi a guerra:

this is the place where the secularized state preserves a residue of sacred transcendence: in times of war the national state imposes on its citizens the duty to risk and sacrifice their lives for national liberty. Since the French Revolution general conscription has gone with civil rights; the willingness to fight and die for one's country is supposed to express both national consciousness and republican virtue (Habermas, 1996:286-7).

Todavia, quando Anthony Smith (1996:125) diz que “the formation of nations and the rise of [ethnic] nationalisms appears more like the institutionalization of a ‘surrogate religion’ than a political ideology, and therefore far more durable and potent than we may care to admit”, fala mais de um fenómeno repetível no tempo, incluindo a actualidade, do que de um fenómeno passado. Do mesmo modo, A. Giddens diz:

Nationalism is in substantial part a psychological phenomenon, involving felt needs and dispositions, in contrast to the nation-state, which is an institutional phenomenon (...) The significance of nationalism in the modern world is quite clearly related to the decline of tradition and to the fragmentary character of the everyday life in which lost traditions are partly refurbished. This applies both to modernized societies and to those suffering cultural strain or conflict (Giddens, 1987:178).

Alguns aspectos das disposições individuais e colectivas do nacionalismo serão desenvolvidos posteriormente, quando se analisar alguns processos ideológicos relativos a movimentos nacionalistas. Somos na verdade testemunhas recentes dos extremos de violência – que comportam também extremo risco pessoal para os seus perpetradores – praticados pelo IRA e pela ETA no espaço europeu, que talvez possam ser entendidos à luz de uma crença extremada, comparável a uma devoção religiosa. O elemento religioso é a maior crítica que G. Balakrishnan (1996) dirige a Anderson, considerando que, tal como afirmado por Max Weber, é a situação de guerra que exarceba o sentimento nacional nos indivíduos, passível de levar ao auto-sacrifício (ver também Verdery, 1996:229)⁸; e, embora Anderson

⁷ Cf. Gellner, 1987, *Culture, Identity and Politics*, citado por González-Quevedo, 1997:240.

⁸ Diz a autora: “participation in warfare [which] may have been essential to building devotion to the nation during the early modern period so that devotion could be presupposed by war-makers later on (Verdery, 1996:229). Mas, afirma Kaldor que, o que muda nos finais do século XX, “é a recusa que, pelo menos na Europa e na América do Norte, o homem opõe a morrer numa guerra” (2007:68-9).

se refira à importância da guerra, Balakrishnan considera que a ênfase dada em *Imagined Communities* às afinidades culturais por via da partilha linguística não constitui explicação suficiente ou mais importante⁹. A alegada insuficiente fundamentação sociológica é também criticada por Scheff, argumentando que Anderson não sustenta conceitos nem evidência das forças que iniciam, sustêm ou põem termo a uma ideia comum da comunidade imaginada (cf. 1994:278-9). Apesar da necessidade de não descurar variáveis actuais, designadamente, que as relações entre as nações não são actualmente no espaço europeu concebidas através do militarismo, como alerta Balakrishnan (1996) – ou que o sentimento étnico decresceu na Europa após a 2.^a Guerra (Gelner, 1996:123) –, o mesmo não se passará em todo o mundo. Mas esta não é a discussão primordial do nosso trabalho. De qualquer modo, é reconhecível uma dualidade intrínseca aos Estados-Nação, entre um universalismo através da concessão de direitos universais e, por outro lado, um particularismo patente nos laços culturais, como se lê em Habermas: “Built into the self-understanding of the national state, there is this tension between the universalism of an egalitarian legal community and the particularism of a cultural community bound together by origin and fate” (Habermas, 1996:287).

Anderson não afirma que o declínio do papel da religião dá historicamente lugar ao nacionalismo, mas que este deve ser entendido menos como adopção consciente de ideologias políticas e mais no enquadramento de dois sistemas culturais que o antecederam: o domínio dinástico e a comunidade religiosa, referências outrora tão indiscutíveis como hoje a nacionalidade (cf. 2006:12)¹⁰. As dimensões política e religiosa partilhavam uma profunda inter-relação.

Assim, do plano político, constam as alterações da crença de que a sociedade se organizava naturalmente a partir de centros, *i.e.*, que estava sob o domínio de monarcas, que eram pessoas diferentes e acima das outras, e com ligação ao divino (cf. Anderson, 2006:36).

Por seu turno, as grandes culturas confessionais consistiam em comunidades imaginadas, acima de tudo, por via de uma língua sagrada, a que se associava uma escritura igualmente sagrada. Estes elementos sacros conferiam à comunidade a noção de uma centralidade cósmica, bem como uma ligação a uma ordem de poder sobrenatural. Assim foram entendidos o Latim, o Grego, o Hebraico, o Árabe, o Chinês, ou o Pali, do Budismo. A diferença destas comunidades imaginadas em relação às nações modernas, reside no facto de o carácter sagrado de cada uma das línguas ser considerado único, para além de os seus ideogramas serem considerados não como representações, mas como emanações

⁹ Diz Balakrishnan: “this linking of the national and the religious radically reverses Max Weber’s verdict on modernity. Instead of an iron cage, the arrival of the modern social order gives rise to a collective re-enchantment specific to it” (1996:205). No entanto, não pode deixar de dizer que “The [Weber’s] thesis that bureaucracy and capitalism have effectively disenchanting the world fails to explain why people have been rather often willing to die for their nation” (*idem*: 205).

¹⁰ Veja-se outro autor: “Until the eighteenth century political action was justified in dynastic or religious terms” (Breuilly, 1993:149-50).

da realidade: as línguas da verdade¹¹ (cf. Anderson, 2006:13-4). Numa única referência às línguas internacionais “artificiais”, Anderson compara-as com as línguas sagradas por relação às vernaculares, notando: “Contrast thus the prestige of these old world-languages, towering high over all vernaculars, with Esperanto or Volapük, which lie ignored between them” (2006:15).

A assunção da sacralidade única destas comunidades sofre um processo de declínio após a época da Idade Média, a partir da alteração das concepções relativas de tempo e espaço europeus. São duas as razões maiores. Primeiro, por via das investigações humanistas iniciadas no final do século XIV, os europeus alteraram a perspectiva temporal sobre a sua própria existência, *i.e.*, o programa humanista de regeneração das antigas formas de vida e de expressão criou uma visão da antiguidade em profundidade histórica, e é contra este fundo que surge a “época negra” da Idade Média¹². Acresce que os estudos humanistas têm um carácter secular, em virtude do declínio da autoridade eclesiástica (vd. Smith, 1997:82). Posteriormente, as explorações do mundo não-Europeu durante o século XVI alargaram a visão cultural e geográfica do mundo até então conhecido, e assim, a expansão europeia em dimensão planetária trouxe a noção diminuta da Europa sobre si própria: a “descoberta” de grandes civilizações apenas adivinhadas – China, Japão, Sudoeste da Ásia e o sub-continente indiano – ou completamente desconhecidas – o México Azteca e o Peru Inca –, a maioria desenvolvida em total separação da história europeia conhecida da antiguidade e da cristandade, trouxeram o reconhecimento de um “irremediável pluralismo humano” (cf. Anderson, 2006:69).

A segunda razão (para a perda da noção europeia de sacralidade única das comunidades religiosas) prende-se com o facto de o Latim, enquanto língua sagrada, perder gradualmente esse estatuto. Se o Latim era, na Europa medieval, a única língua em que se ensinava, e também a única língua ensinada¹³, detinha também até ao início do século XVI a hegemonia da edição e impressão de livros. Até 1500 cerca de 80% dos livros foram impressos em Latim, sendo que a restante percentagem era em línguas vernaculares, mas depois de 1575 em Paris a maioria já era editada em Francês. Assim, também gradualmente deixou de ser a língua da intelectualidade pan-europeia: T. Hobbes (1588-1678) escrevia na “língua da verdade”; R. Descartes (1596-1650) e B. Pascal (1623-1662) correspondiam-se

¹¹ Por ser considerada língua sagrada, se entende o poder reconhecido a quem dominava o Latim: “The astonishing power of the papacy in its noonday is only comprehensible in terms of a trans-European Latin-writing clerisy, and a conception of the world, shared by virtually everyone, that the bilingual intelligentsia, by mediating between vernacular and Latin, mediated between earth and heaven. (The awesomeness of excommunication reflects this cosmology)” (Anderson, 2006:15-6).

¹² Anderson recorre neste ponto a Erich Auerbach. A “história comparativa”- se assim se pode chamar - que então emergiu, permitiu forjar o conceito de “modernidade” justaposto ao de “antiguidade”, e neste seguimento, alimentar a polémica “batalha dos antigos e modernos” dominante no último quartel do século XVII em França. Anderson cita Auerbach (*Mimesis. The Representation of Reality in Western Literature*, 1957:343): “Under Louis XIV the French had the courage to consider their own culture a valid model on a par with that of the ancients, and they imposed this view upon the rest of Europe” (cf. 2006:68-9).

¹³ Anderson cita nesta questão a obra *Feudal Society* de Marc Bloch (1961), cuja edição original é de 1939.

maioritariamente em Latim, mas já Voltaire (1694-1778) escreveu quase unicamente em vernacular (cf. Anderson, 2006:18)¹⁴. A edição de livros constitui uma das primeiras formas de empreendimento capitalista em toda a Europa a partir de 1500, num mercado inicialmente constituído pela Europa letrada, *i.e.*, os leitores de Latim, língua de bilingues (cf. Anderson, 2006:37-8). Este mercado de leitores de Latim levou cerca de 150 anos a saturar-se, pelo que a etapa seguinte seria a publicação nas línguas vernaculares, dado que na altura – como hoje, opina Anderson – a maioria da população mundial era monolíngue –, com a posterior excepção do internacionalismo proletário, como o autor não deixa de sublinhar.

A revolução vernacular no capitalismo de imprensa teve importantes motores, directamente importantes, por sua vez, para a origem da consciência nacional: (1) o impacto da Reforma Protestante, e (2) a difusão geograficamente irregular dos vernaculares como instrumentos de centralização administrativa nas monarquias (cf. Anderson, 2006:39-43).

Quanto ao primeiro motor, teve como evento inicial a afixação em 1517 das teses de Lutero na capela de Wittenberg, imediatamente traduzidas para Alemão e difundidas pelo país em duas semanas. A edição em Alemão disparou nas décadas seguintes, não só mas também incluindo as obras de Lutero e as suas traduções da Bíblia. Este facto é o início de uma guerra de propaganda religiosa europeia no século seguinte, opondo a Igreja Católica e os Reformistas¹⁵. Deste modo as línguas vernaculares tiveram na imprensa um adjuvante e, simultaneamente não apenas o Latim mas igualmente a hegemonia católica, sofreram um abalo: “The coalition between Protestantism and print-capitalism, exploiting cheap popular editions, quickly created large new reading publics – not least among merchants and women, who typically knew little or no Latin – and simultaneously mobilized them for politico-religious purposes” (Anderson, 2006:40).

Como lembra Habermas (1996:284), as guerras religiosas tiveram como resultado o pluralismo religioso que destruiu qualquer reivindicação de uma legitimidade divina da monarquia, e que por fim, conduziu a uma secularização do estado. Também Gellner (cf. 1996:134) sugere uma hipótese importante de afinidade dos perfis do protestantismo e do nacionalismo: a utilização das línguas vernaculares, a difusão da literacia, e o contacto directo do crente com o mundo sagrado através de um idioma que lhe é inteligível. Gellner (*idem*) acrescenta que a criação de cleros nacionais em vez do

¹⁴ Para estes dados Anderson cita a obra *The Coming of the Book. The Impact of Printing, 1450-1800*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (1976) [1958].

¹⁵ Veja-se a relação entre esta oposição e o fenómeno ocorrido na dimensão editorial: “Protestantism was always fundamentally on the offensive, precisely because it knew how to make use of the expanding vernacular print-market being created by capitalism, while the Counter-Reformation defended the citadel of Latin. The emblem for this is the Vatican’s *Index Librorum Prohibitorum* – to which there was no Protestant counterpart – a novel catalogue made necessary by the sheer volume of printed subversion” (Anderson, 2006:40).

modelo internacional, assim como a difusão de profissionais burocratas por toda a sociedade não estão separados do ideal nacionalista de unificação da cultura, do estado, e da sociedade.

O segundo factor elencado respeita ao facto de, contrariamente à sua posição na autoridade religiosa, a universalidade do Latim na Europa medieval não ter nunca correspondido a um sistema político universal. A diversidade linguística torna-se mais ostensiva com a queda do império romano do ocidente, pois nenhum soberano pôde monopolizar o Latim enquanto língua oficial de Estado. O processo de adopção de línguas vernaculares enquanto línguas de centralização administrativa é complexo e único em cada caso, espelhando cruzamentos vários de realidades territoriais e dinásticas ao longo do percurso histórico europeu e revelando escolhas linguísticas que oscilam entre a conveniência e a herança, sem necessariamente terem uma subjacente ideologia nacionalista. Assim, o Latim sobreviveu até ao século XIX na dinastia dos Habsburgs, e no século XVIII as línguas da corte dos Romanov eram o Francês e o Alemão.

O Francês demorou a ser considerado digno da literatura por ser estigmatizado como corruptela do Latim, pelo que apenas em 1539 se tornou língua oficial dos tribunais¹⁶; também sobre o espaço francês diz Bourdieu que “il faut attendre le XVI^e siècle et la constitution progressive d’une organisation administrative liée au pouvoir royal (...) pour voir le dialecte parisien se substituer, dans les actes publics, aux différents dialectes de langue d’oc” (1982:30).

O Inglês tem um complexo percurso: antes da conquista normanda em 1066 a língua literária e administrativa da corte era o Anglo-Saxão, tendo sido então substituído pelo Latim para a maioria da documentação real. No período entre 1200 e 1350 o Latim foi substituído pelo Francês Normando. Entretanto, operava-se lentamente entre a população uma fusão entre o Anglo-Saxão e o Francês Normando, que originou o Inglês Primordial (Early English), que finalmente em 1362 é adoptado pela corte (cf. Anderson, 2006:41-2). Como lembra Hobsbawm, são os dialectos associados à área da administração real que se tornaram a base do idioma literário em França e em Inglaterra (cf. Hobsbawm: 1998:54).

As línguas impressas são, por várias razões, factor fundamental na base da consciência nacional. Primeiro, e mais importante, porque criaram campos unificados de comunicação, abaixo do Latim, e acima dos vernáculos falados - *i.e.*, a imensa variedade de “Franceses”, “Ingleses” ou “Espanhóis”, que através da escrita encontram um meio de entendimento que na oralidade era difícil ou impossível. Assim, “These fellow-readers, to whom they were connected through print, formed, in their secular, particular, visible invisibility, the embryo of the nationally imagined community” (Anderson, 2006:44). A segunda razão prende-se com a fixidez ou cristalização que a língua impressa adquire, dado que por oposição a um trabalho manuscrito e sujeito a contingências várias, o livro impresso mantém uma forma permanente, e ainda, potencialmente sujeito a uma virtual reprodução infinita no

¹⁶ Como em todo o império romano, os dialectos populares afastaram-se, no curso do tempo, do Latim clássico e tornaram-se nas diversas línguas românicas (cf. Lapierre, 1988:241; ver também Walter, 1994).

tempo e no espaço. Por isso, no século XVII as línguas europeias tinham adquirido de um modo geral, as suas formas modernas¹⁷. A terceira e última razão apontada refere-se à criação, por via do capitalismo de imprensa, de “línguas de poder” de um tipo diferente dos antigos vernaculares administrativos: alguns dialectos eram mais similares das línguas impressas e dominaram a sua forma final tendo posteriormente adquirido eminência político-cultural (cf. Anderson, 2006: 44-5)¹⁸. Assim: “What (...) made the new communities imaginable was a half-fortuitous, but explosive interaction between a system of production and productive relations (capitalism), a technology of communications (print), and the fatality of human linguistic diversity” (Anderson, 2006:42-3). Ou dito de outro modo, o declínio do Latim exemplifica um longo processo no qual as comunidades sagradas e integradas pelas antigas línguas sagradas, foram gradualmente fragmentadas, pluralizadas e territorializadas (cf. Anderson, 2006:19).

A possibilidade de pensar a comunidade da nação é viável pelas transformações referidas, não obstante, ocorrem paralelamente a alterações das concepções do mundo, mais concretamente de espaço e tempo. A época medieval não conceptualizava a história como uma cadeia de causalidades, nem dotada de uma separação entre passado e presente¹⁹. A transformação reside na simultaneidade que liga o passado e o presente ter dado lugar a uma simultaneidade marcada por uma coincidência temporal e medida pelo relógio e pelo calendário; torna-se possível pluri-dimensionar a realidade espacio-temporal, concebendo a acção de pessoas noutra local (vários eventos são coevos), que mesmo desconhecidas, partilham entre si a pertença comunitária. Os contornos desta transformação são visíveis em dois modos de imaginação, emergentes na Europa no século XVIII, que permitiram representar o tipo de comunidade nacional imaginada: o romance e o jornal²⁰ (cf. Anderson, 2006:22-5). As personagens do romance agem num tempo simultâneo sem necessariamente saberem umas das outras, sugerindo deste modo um mundo imaginado encenado pelo autor na mente dos leitores. Semelhantemente, o jornal com as suas notícias agregadas como numa colagem cria laços imaginados entre eventos independentes entre si e ocorridos independentemente da cognoscência uns dos outros,

¹⁷ B. Anderson recorre neste aspecto à obra *The Coming of the Book. The Impact of Printing, 1450-1800*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (1976) [1958].

¹⁸ Deste facto se entende que já no final do século XX algumas sub-nacionalidades europeias, com o intuito de modificar o seu estatuto subordinado, tenham chegado à imprensa e rádio (cf. Anderson, 2006: 45).

¹⁹ Por um lado, a representação artística permite verificar a ausência da noção de tempo histórico: na representação medieval das cenas cristãs as personagens surgem, não com trajes e atitudes presumivelmente antigas, mas coevas do tempo em que estão a ser produzidas; por outro lado, incorporavam a ideia de que se estava perto do fim dos tempos, no sentido de que a segunda vinda de Cristo poderia estar sempre eminente. A concepção da temporalidade não distinguia história e cosmologia, sendo que a origem humana e do mundo eram essencialmente idênticas (cf. Anderson, 2006:22-3 e 36).

²⁰ O autor refere que os jornais impressos se tornam um produto habitual a partir de 1700 (produto herdeiro das gazetas holandesas do final do século XVII); relativamente à emergência do romance aponta o início do mesmo século, com as obras dos autores Samuel Richardson, Daniel Defoe e Henry Fielding (cf. pg.25).

pelo facto de haver coincidência calendária e pelo facto de serem lidos por “todos”, como numa “cerimónia de massas” simultânea: “what more vivid figure for the secular, historically clocked, imagined community can be envisioned?” (Anderson, 2006:35)²¹.

Outra razão, posterior ao capitalismo de imprensa, que contribuiu para a queda das línguas sagradas Latim, Grego e Hebraico foi o estudo científico linguístico iniciado com o confronto com outras civilizações. A expansão europeia causou uma revolução na concepção dos europeus sobre a linguagem: muito para além da elaboração de léxicos simples de vocábulos de línguas não-europeias elaboradas por portugueses, espanhóis e holandeses para responder a necessidades práticas nos domínios da navegação, conversão, comércio e conflito ou guerra, ocorre a partir do século XVII o estudo científico comparado de línguas (cf. Anderson, 2006:70). Assim, as investigações pioneiras do Sânscrito em 1786 por William Jones ocorreram após a conquista inglesa de Bengali, permitindo concluir da maior antiguidade da civilização índica por relação à grega ou judaica. Em 1835, como consequência da expedição napoleónica ao Egipto, o trabalho de decifração hieroglífica de Jean Champollion alargou a herança civilizacional extra-europeia da antiguidade. E ainda, avanços nos estudos semíticos desconstruíram a ideia de unicidade na antiguidade ou da proveniência divina do Hebraico. O carácter contingente substituiu o divino, e a Filologia como resultado daquelas investigações – enquanto estudo comparado de gramática, classificação de famílias de línguas, e reconstrução de “proto-línguas” caídas no esquecimento – constitui-se como a primeira ciência que se assumiu evolucionista, segundo Eric Hobsbawm²². Como diz Anderson (cf. 2006:68 e 84) a revolução lexicográfica na Europa trouxe a convicção de que as línguas são propriedade pessoal de grupos específicos, *i.e.*, aqueles que diariamente as falam e lêem.

Todas as línguas se transformaram em potencial objecto de estudo e de admiração, “since now none belonged to God” (Anderson, 2006:71). As línguas adquiriram, aos olhos dos falantes nativos, um novo estatuto. O século XIX foi na Europa – mas não só – um período privilegiado de trabalho de linguistas, lexicógrafos vernaculares, gramáticos, filologistas e literatos (Janton, 1973:11; Eco, 1996:82 e 108; Anderson, 2006:71), e este movimento teve importância central para a formulação dos nacionalismos desse século. Assim se deu um impulso incomensurável no estudo da língua Grega e elaboração de dicionários (por via dos trabalhos académicos em França, Alemanha e Inglaterra sobre os clássicos); da língua Romena (acompanhada da substituição do cirílico pelo alfabeto romano); da língua Russa (com edição de uma gramática oficial em 1802); da língua Checa (que era até ao século XIX a língua camponesa da Boémia, enquanto a nobreza e as classes ascendentes falavam o Alemão);

²¹ Uma imagem sugestiva, que estabelece o paralelismo entre a estrutura do romance e do jornal, mostra que um qualquer assunto, aparecendo por alguns dias no jornal, ao deixar de ser noticiado não é obviamente entendido pelos leitores como tendo desaparecido: o autor compara-o a uma personagem que apenas saiu de cena. Assim: “The novelistic format of the newspaper assures them that somewhere out there the ‘character’ (...) moves along quietly, awaiting its next reappearance in the plot” (Anderson, 2006:33).

²² Na obra *The Age of Revolution, 1789-1848* (1964), citada por Anderson (2006:70).

da língua Húngara (cujo estudo foi impulsionado pela obra de um autor – György Bessenyei –, determinado a demonstrar a adequação da língua à grande literatura) (cf. Anderson, 2006:72-3). Do mesmo modo, entre 1800 e 1850, trabalho académico nos Balcãs resultou na formação das três línguas literárias Eslovena, Servo-Croata e Búlgara²³. A Universidade de Cracóvia fundada em 1804 tornou-se o centro da literatura Ucrainiana, permitindo a “elevação” da antiga língua de camponeses e, em 1846 nasce em Kiev a primeira organização nacionalista, fundada por um historiador.

Nos países nórdicos o Finlandês (num país cuja língua oficial no século XVII era o Sueco, e no século seguinte o Russo) fortaleceu-se por via do estudo do folclore e de textos populares, publicados a par com gramáticas, dicionários e periódicos, que tiveram importante papel na standardização da língua literária.

Em virtude da dependência da Noruega face à Dinamarca entre 1396 até 1814, e da tardia independência face ao reino sueco, somente em 1905 o estado autónomo elege o (Neo)Norueguês (Landsmal, actualmente conhecido como Nynorsk) como a língua oficial nacional. Esta língua, cuja escrita fora desde há muito partilhada com o Dinamarquês, ainda que com notável diferença de pronúncia, foi preparada no século XIX pelas obras de literatos românticos nacionalistas, como o romancista Wergeland e o poeta Ivar Aasen, o autor de uma gramática e de um dicionário editados em 1848 e 1850 - em resposta e estímulo das exigências de uma língua de imprensa especificamente norueguesa. Foi assim criada, a partir de dialectos populares, uma língua escrita nacional (cf. Anderson, 2006:74-5; sobre o Norueguês ver também Lapierre, 1988:29-31 e Hobsbawm, 1998:54).

No final do século, outros três exemplos são assinaláveis: o nacionalismo Afrikaner foi iniciado por pastores Bóer e por literatos, que desde a década de 1870 tornaram o *Patois* Holandês numa língua literária e auto-assumida como não-europeia. A expansão do nacionalismo e a restauração da língua Árabe são produto da acção quer dos Maronitas e Coptas do Colégio Americano de Beirute, quer do Colégio Jesuíta de St. Joseph. Finalmente, as bases do nacionalismo Turco surgem com a aparição de uma imprensa vernacular dinâmica em Istambul na década de 1870 (cf. Anderson, 2006:75).

Também no final do século XIX surge o caso do Hebraico, língua sagrada da tradição do Judaísmo, que foi tornado pelo Estado de Israel o idioma oficial e nacional, não obstante os cidadãos terem como línguas maternas o Iídiche, ou *Judezmo* (dos sefarditas expulsos de Espanha em 1492), ou Inglês, ou ainda o Russo (cf. Lapierre, 1988:33). Tratou-se de um movimento de restauração do Hebraico com base em textos da Antiguidade e da Idade Média iniciado pela *intelligentsia* judaica da Europa de Leste, iniciado nos círculos Hebraicos através de jornais e textos de poesia e romance, e que depois tomou o estatuto de vernacular num núcleo de pioneiros Sionistas em Israel (cf. Levin, 1993:6 e Wood, 1979:441). A língua sofreu um processo de modernização de modo a torná-la viva, *i.e.*, apta à utilização quotidiana numa sociedade em que o desenvolvimento técnico e científico foi considerável,

²³ Se na década de 1830 os “búlgaros” eram pensados enquanto parte da mesma nação dos sérvios e croatas – tendo partilhado o movimento Ilírio –, em 1878 nasceu o estado Búlgaro (cf. Anderson, 2006:74).

tendo sido notável a obra de Eliezer Ben-Yehuda (através de um *thesaurus* de 14 volumes) tanto como o papel da Academia de Língua Hebraica. Diz Levin (*idem*): “In the process, many of the Semitic characteristics of Hebrew that were least compatible with the Yidish substratum – such as the construct forms and possessive suffixes of nouns and the object-suffixes of verbs – were eliminated from the newly vernacularized Hebrew”. Para a formação de uma comunidade linguística em Israel foram fundamentais, a montante, tanto os referidos processos de normalização linguística, como um movimento de estabelecimento do Hebraico no espaço escolar - não só no ensino básico, como também no pré-escolar. Assim, “the Hebrew revival, by coupling with the Zionist immigrant movement, found a home where it could thrive” (Levin, 1993:6).

Entende-se com estes exemplos o fundamento da ideia de nacionalidade ligada a uma língua que é sua propriedade (cf. Anderson, 2006:68) e, na constituição do nacionalismo a partir daqui, “that common element in nationalist ideologies which stresses the primordial fatality of *particular* languages and their association with *particular* territorial units” (*idem*: 43). Todavia, o imaginário nacionalista recorre a outros elementos motrizes para além da língua, como a pertença religiosa (como a das seitas Druso, Sikhs ou Maronitas), ou a geografia (vejam-se as montanhas Suíças ou do Kurdistan, ou a insularidade japonesa ou islandesa) (cf. Smith, 1996:108).

Anderson não caracteriza os movimentos vernaculares na sua substância ideológica, *i.e.*, não aprofunda a sua relação com os movimentos românticos e os movimentos liberais; essa será uma contextualização que faremos adiante neste Capítulo. Neste momento podemos igualmente colocar dois questionamentos muito distintos sobre a obra de Anderson: o lugar da religião nos nacionalismos modernos, e o papel da literacia na difusão da consciência nacional. Quanto ao primeiro, não se pode imprudentemente inferir do livro de Anderson a cisão total entre o religioso tradicional e o nacional, pois muitos autores analisam a importância de grupos religiosos em movimentos nacionalistas. Diz Breuille (1996:135) “it is clear that churches have been a major vehicle for the development of modern national identity”. Assim, Hobsbawm (1998:63) refere essa relação entre a religião católica e os nacionalismos da Irlanda e da Polónia; Lapierre (1988: 22 e 271) entre as igrejas metodista e baptista e o nacionalismo galês, bem como o papel de padres católicos republicanos no nacionalismo basco; e Breuille (1996:153) refere no império Habsburgo a relação entre as igrejas ortodoxas e o nacionalismo romeno, e refere no império Otomano o papel das instituições cristãs nos nacionalismos grego, búlgaro e sérvio (ver também della Porta e Diani, 1999:75-6 sobre as repúblicas bálticas e a igreja ortodoxa)²⁴.

²⁴ Sobre a situação no império Otomano, Breuille (1996:153) explica: “Partly this is a consequence of the *failure* of the universalist creed. The Ottomans abandoned an Islamic proselytizing in their European territories. The only formal regional autonomy they allowed was to Christian churches. These were naturally institutional rallying points for autonomist movements in the XIX century which responded to the decay and disintegration of the Ottoman Empire. In the case of most of Europe the failure of universal Christianity was the Reformation”.

Podemos também questionar-nos sobre uma ausência de explicitação por parte de Anderson quanto à questão da literacia necessária para que as populações participassem neste movimento de crescimento da palavra impressa enquanto leitores da sua língua - romance e jornal -, e por conseguinte mais nacionalmente conscientes. Pelo menos em Portugal esta seria uma questão pertinente, tendo em atenção os graves níveis de analfabetismo que só na viragem para o século XX começaram a diminuir (cf. Mattoso, 1998)²⁵. Esta dimensão não é explicada por Anderson, nem são explicitados os seus contornos certamente diferenciais relativamente a cada espaço nacional, havendo apenas uma referência ao crescimento generalizado da literacia no século XIX. Ecoando esta nossa dúvida, encontramos em Bauman e Briggs (2003:221) a mesma verificação: “The act of reading the daily newspaper, which he [Anderson] envisions as a key practice for experiencing national subjecthood, often excluded or marginalized women, children, the poor, and people who have enjoyed less access to education”.

A questão linguística é um elemento fundamental da constituição dos nacionalismos europeus entre 1820 e 1920, cujo início coincidiu muito de perto com o fim da era dos movimentos de libertação nacional nas Américas, sendo um dos elementos de distinção fundamental dos dois fenómenos. Por isso, na Europa as “línguas nacionais de imprensa” tiveram uma importância ideológica e política (Anderson, 2006:67). Outra característica foi terem tomado os seus antecessores – norte-americanos e franceses - como modelos.

Anderson defende que o nacionalismo é um fenómeno que surgiu primeiro nas colónias do continente americano e não na Europa, sublinhando que a questão linguística nunca foi um problema seja nos EUA, ou nas colónias espanholas, que partilhavam a língua com as metrópoles imperiais das quais exigiram independência; a independência do Brasil constituiu uma exceção neste contexto colonial²⁶. Os conflitos pela libertação nacional na América do Sul, iniciados em 1810 foram protagonizados pelos grupos crioulos, *i.e.*, pessoas de ascendência “pura” europeia mas nascidas em território colonial²⁷ (cf. Anderson, 2006:47-53). As razões prendem-se, por um lado, com a

²⁵ Entre 1870 e 1890 deu-se a difusão da imprensa jornalística e a multiplicação das escolas (Mattoso, 1998:38).

²⁶ O Brasil foi a exceção, em virtude da coroa portuguesa ter ali sido instalada em 1808 em fuga da invasão napoleónica. Por outro lado, contrastando com o império espanhol (que tinha 23 universidades disseminadas no território americano), Portugal nunca criou universidades nessa sua colónia, e não havia igualmente imprensa desenvolvida (cf. Anderson, 2006:51).

²⁷ Os grupos crioulos recebiam por seu turno as revoltas indígenas ou negras: “The Liberator [Simón] Bolívar himself once opined that a Negro revolt was ‘a thousand times worse than a Spanish invasion’”. No entanto, veio a atenuar a sua posição: quando se tornou presidente da Grande Colômbia (Venezuela, Nueva Granada e Equador) em 1821 pediu ao Congresso – com sucesso – legislação para a libertação dos filhos dos escravos. Uma fonte citada por Anderson (Gerhard Masur, 1948, *Simón Bolívar*) explica que o pedido não abrangeu toda a escravatura por receio do ressentimento por parte dos grandes terra-tenentes (cf. Anderson, 2006:49).

rigidificação de medidas económicas por parte da coroa de Madrid²⁸. Por outro lado, aqueles conflitos foram adjuvados pela melhoria das comunicações transatlânticas e pela partilha linguística e cultural no território americano (as várias Américas), e pela difusão das ideias liberais da segunda metade do século XVIII, ou seja, o sucesso da Revolta das 13 Colónias na década de 1770 e o início da Revolução Francesa em 1789. O desenvolvimento de uma consciência nacional teve também aqui o papel determinante da imprensa: no caso norte-americano com o seu verdadeiro desenvolvimento a partir da descoberta do jornal como fonte de receita; na América do Sul, com o surgimento das primeiras imprensas locais, depois de quebrado o controlo que por dois séculos foi exercido pela coroa e pela igreja sobre a imprensa (cf. Anderson, 2006:61-2). Diz o autor:

Out of American welter came these imagined realities: nation-states, republican institutions, common citizenships, popular sovereignty, national flags and anthems, etc., and the liquidation of their conceptual opposites: dynastic empires, monarchical institutions, absolutisms, subjecthoods, inherited nobilities, serfdoms, ghettos, and so forth (...) It would be more precise, probably to say that the model [of “the” independent national state] was a complex composite of French and American elements (Anderson, 2006:81, nota 34 incluída).

Se no continente Americano havia isomorfismo quase perfeito entre a extensão dos vários impérios e as línguas vernaculares, na Europa tais coincidências eram raras; sendo os impérios dinásticos polivernaculares, as línguas impressas e as línguas de poder mapeavam domínios diferentes. Mas o crescimento generalizado, no século XIX, da literacia, comércio, indústria, comunicações e “aparelhos estatais”, estabeleceram nova impulsão para a unificação linguística vernacular no seio de cada domínio dinástico. O Inglês e o Francês constituem excepção de larga coincidência da língua da população e da língua de estado já em meados do século em questão²⁹, estando a Áustria-Hungria no pólo oposto³⁰ (Anderson, 2006:77-8). Assim: “all nationalisms in Europe arose in the context of a traditional pluralism of interacting dynastic states (...) Latin’s European universalism never had a political correlate” (Anderson, 2006:97).

²⁸ Através de doutrinas iluministas, e também por causa de problemas financeiros, Carlos III (r. 1759-1788) tomou medidas muito duras: “Madrid imposed new taxes, made their collection more efficient, enforced metropolitan commercial monopolies, restricted intra-hemispheric trade to its own advantage, centralized administrative hierarchies, and promoted a heavy immigration of *peninsulares*” (Anderson, 2006:50).

²⁹ Tendo não obstante remetido para o estatuto de línguas minoritárias respectivamente o Gaélico e o Bretão, e outras, como adiante se explicitará.

³⁰ Pelo início do século, a alta aristocracia magiar falava Francês ou Alemão, e a média e baixa nobrezas falavam Latim “macarrónico” (Dog-Latin) semeado de Magiar e de expressões do Eslovaco, Sérvio, Romeno e Alemão vernacular (cf. Anderson, 2006:78-9; 81-2 e nota 35; 84-5 e 101-7).

Para além do nacionalismo de tipo americano e dos nacionalismos emergentes a partir das línguas vernaculares, Anderson identifica finalmente um outro tipo: os nacionalismos oficiais³¹, que no espaço europeu são relativos às grandes dinastias imperiais. É um fenómeno que ocorreu em resposta aos movimentos nacionalistas populares europeus verificados desde os anos 1820, e cujo móbil foi a manutenção do poder dinástico sobre os imensos domínios multilíngues acumulados desde a Idade Média (cf. 2006:86). Foi assim um modelo que fundiu a nação e o império dinástico, apoiado nos sistemas de ensino centralizados e standardizados, no militarismo, e na propaganda de Estado organizada (cf. Anderson, 2006:86 e 101). O exemplo mais referido na literatura tem sido o da “Russificação” czarista perpetrada por Alexandre III, *i.e.*, uma difusão das instituições e língua russas a todo o território, independentemente das diversas especificidades culturais:

It was not until the reign of Alexander III (1881-94) that Russification became official dynastic policy: long after Ukrainian, Finnish, Lett and other nationalisms had appeared within the Empire (...) In 1887, in the Baltic provinces, Russian was made compulsory as the language of instruction in all state schools above the lowest primary classes, a measure latter extended to private schools as well. In 1893, the University of Dorpat, one of the most distinguished colleges in the imperial domains, was closed down because it used German in the lecture-rooms (Anderson, 2006:87).

Recorde-se que, como já anteriormente referido, durante muito tempo as línguas da corte dos Romanov tinham sido o Francês e o Alemão³².

Para além do exemplo russo, há a referir a “magiarização” linguística de romenos e eslovacos no reino Húngaro, conduzida pela nobreza magiar na sequência da queda do regime revolucionário de 1848. Anderson cita O. Jászi³³ que compara a magiarização do final do século XIX a outros processos como “the policy of Russian Tsardom against the Poles, the Finns and the Ruthenians; the policy of Prussia against the Poles and Danes; and the policy of feudal England against the Irish” (Anderson, 2006:105). O caso inglês refere-se também à “anglicanização” do império inglês vitoriano a partir da promoção da educação de nativos nos espaços ultramarinos - indianos, australianos, neo-zelandeses, canadianos e sul-africanos.

Este tipo de política linguística visou os objectivos imperiais de unificação e universalismo, acompanhando necessariamente uma política cultural. Estes nacionalismos imperiais não estão confinados ao espaço europeu, e Anderson analisa a “japanificação” do início da segunda metade do século XIX e metade do século seguinte perpetrada na Coreia, China, Indonésia, Birmânia e Filipinas, em que um modelo assumido da Prússia-Alemanha Hohenzollern universalizou para os jovens de

³¹ O conceito de “nacionalismos oficiais” é de Hugh Seton-Watson, 1977, *Nations and States. An Inquiry into the origins of Nations and the Politics of Nationalism*.

³² Cf. Anderson, 2006: 42. Acrescente-se também que posteriormente, na década de 1930, o regime de Stalin empreendeu outro processo de “russificação”: “Russifying compulsory Cyrillicization” (*idem*:46).

³³ Oscar Jászi, 1929, *The Dissolution of the Habsburg Monarchy* (pg. 328).

género masculino a literacia, o recrutamento militar e o sufrágio através de literacia universal entre jovens adultos (cf. Anderson, 1983: 94-9). Finalmente o autor analisa também as consequências dos “nacionalismos oficiais” para o surgimento dos nacionalismos asiáticos e africanos do século XX (cf. 2006:93 e o Capítulo 7, intitulado “The last wave”).

Após 1918 a norma internacional legitimada é a do Estado-Nação (Anderson, 2006:113 e Breuille,1996:170), num percurso iniciado nas Revoluções Francesa (Gellner, 1996:98; Hobsbawm, 1996:256) e americana (Habermas, 1996:281). O caminho foi a partir de então em direcção a um sistema mundial de Estados-Nação, cada um sendo um conjunto de formas institucionais de governo que mantêm o monopólio administrativo sobre um território de fronteiras demarcadas, sendo a acção governativa sancionada pela lei e pelo controlo directo dos meios internos e externos de violência (Giddens, 1987:166 e 171). Este sistema é, no espaço europeu, em grande medida devedor de uma cultura militarista, não apenas perpetrada pelos estados absolutistas que antecederam os Estados-Nação, mas já elemento fundamental da época medieval, “cronicamente” em estado de guerra. Assim:

The configuration of states elaborated in the period of European absolutism was certainly the proximate source of the European system of nation-states (...) The wars conducted by the absolutist monarchs shaped the map of Europe with lasting effect. We should not forget that the long-enduring European powers, England, France, Italy, and so forth, are the survivors of protracted periods of bitter warfare in which most of the protagonists failed to survive. There were some five hundred more or less autonomous political units in Europe in 1500, a number which by 1900 has shrunk to about twenty-five (Giddens, 1987:171).

Se o estado moderno se desenvolveu de um modo liberal, mediante uma concentração de poderes (públicos) em instituições especializadas, e assim, num contexto de competição entre estados (cf. Breuille, 1996:164-5), é nessa sequência que o liberalismo burguês do século XIX concebe a concretização da nação de acordo com a sua capacidade de sobreviver enquanto unidade viável de desenvolvimento, isto é, essencialmente de acordo com a sua dimensão (cf. Hobsbawm, 1998:31). Assim se legitima a visão da construção das nações inevitavelmente como um processo de expansão, ou seja, à luz de uma teoria da evolução social como expansão da escala das unidades sociais humanas (da família e da tribo para o país e o cantão, do local para o regional, o nacional, e eventualmente, o global)³⁴. Assim as pequenas nacionalidades, e especialmente as pequenas e “atrasadas”, teriam tudo a ganhar se se unissem a outras grandes nações. Assim também a conquista, enquanto prova darwinista do sucesso evolutivo da espécie social, é legitimada. O desenvolvimento das nações era

³⁴ Segundo economistas liberais do século XIX (e.g. o alemão Friedrich List ou o irlandês Arthur Griffith) as nações que descessem abaixo do limiar da dimensão viável para o seu desenvolvimento não tinham “justificação histórica”. Deste modo “o *Dictionnaire Politique* de Garnier-Pagès de 1843 considerava ‘ridículo’ que a Bélgica e Portugal fossem nações independentes, porque eram manifestamente demasiado pequenas” (Hobsbawm, 1998:31).

inquestionavelmente uma fase do progresso ou evolução humana do grupo pequeno para o maior (vd. Hobsbawm, 1998:31-8). O corolário desta visão da nação “como progresso” era a integração de pequenas comunidades e povos em comunidades maiores, sendo que Hobsbawm (1998:35) sublinha:

Nada havia de chauvinista nesta atitude geral. Ela não implicava qualquer hostilidade para com as línguas e culturas dessas vítimas colectivas das leis do progresso (como certamente devem ter-lhes chamado). Pelo contrário, onde a supremacia do estado-nacionalidade e do estado-língua não era posta em causa, a nação maior podia abrigar e adoptar os dialectos e as línguas menores, as tradições históricas e folclóricas das comunidades mais pequenas, desde que ficasse provado o espectro de cores na sua paleta macronacional.

Os impérios europeus eram deste modo legitimados, como também os impérios trans-continentais - estes com outros argumentos acrescidos, como a crença na supremacia intelectual da racionalidade europeia de raiz iluminista. Mas esta visão do “princípio do limiar” seria depois substituída, sendo que quaisquer grupos passaram a exigir o direito à auto-determinação (vd. Hobsbawm, 1998:98).

Analisando igualmente a constituição de nações em todo o espaço europeu, M. Hroch (1996) coloca de uma forma elucidativa uma divisão fundamental entre ocidente por um lado, e o centro e o leste por outro, que na mudança da Idade Média para a economia capitalista e a sociedade civil viveram distintas situações sócio-políticas, havendo, claro, algumas situações de transição.

Em grande parte da Europa ocidental o estado moderno desenvolveu-se sob a dominação de uma cultura étnica, na forma de absolutismo ou no sistema de estados representativos: é o caso de Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Suécia, Holanda e, mais a leste, a Polónia (embora a sua soberania seja muito intermitente).

Por outro lado, em grande parte da Europa de centro e de leste uma classe dirigente “exógena” dominou grupos étnicos circunscritos territorialmente mas que não tinham a “sua” própria linhagem nobre, unidade política ou tradição literária continuada, como os Estónios, Ucrânios, Eslovenos, Sérvios e outros.

Os casos de transição são as comunidades étnicas com “a sua própria” classe dirigente e longa tradição literária desde pelo menos o Renascimento, mas sem soberania: Alemanha e Itália (cf. Hroch, 1996:80; Gellner, 1994:29-30)³⁵.

Todavia, na Europa ocidental algumas comunidades culturais apesar de integradas nos estados persistiram na sua autonomia cultural, tendo algumas constituído movimentos nacionalistas, essencialmente nos grandes Estados de Espanha, França e Reino Unido: Catalão e Basco, Bretão e

³⁵ Hroch coloca a Polónia quer na categoria dos países criados a partir de uma dominação étnica, quer nos casos de transição, com certeza devido à sua história política conturbada, cuja independência na sequência da 2.ª Guerra Mundial foi depois revertida. Assim, lemos em Millard (1996:201): “the boundaries of the Polish state changed dramatically as a consequence of the Second World War, giving rise to a largely homogeneous nation-state without immediate threats to its security or integrity. A strong sense of nationhood was firmly rooted in the myths of a glorious history of resistance to oppression and rich political and cultural traditions”.

Occitano, Galês e Escocês. Como diz Melucci (cf. 1996:157), o Estado central pôde impor as suas leis, a sua língua e a sua polícia nas regiões de base étnica, mas não pôde exercer o seu controlo sobre a estrutura da textura cultural, tão profunda quanto quotidiana. A leitura de A. Smith³⁶ permite entender a existência destas comunidades no âmbito de grandes Estados, a partir de uma distinção analítica similar à de Hroch: se este autor se refere a culturas étnicas politicamente dominantes sobre grupos étnicos dominados, Smith fala respectivamente de etnias (ou comunidades étnicas) laterais e etnias verticais ou demóticas (Smith, 1996:111-3; Smith, 1997:73-90). As primeiras são aristocráticas - como os conquistadores Normandos, ou os terra-tenentes aristocratas Magiares - e perpetuam-se pela incorporação de outros estratos populacionais; as segundas têm limites compactos e uma cultura socialmente difusa que age como elo entre as camadas sociais: alguns exemplos são os arménios, gregos, judeus, irlandeses, bascos, galeses, bretões, checos e sérvios, drusos, sikhs e maronitas (Smith, 1996:112). Trata-se de uma distinção de tipo ideal, que designa “processos históricos e sociais mais do que modelos permanentes” (cf. Smith, 1997:74), mas são esclarecedores do conflito étnico subjacente, na medida em que as etnias laterais se moviam no sentido de incorporar e dominar as etnias verticais (cf. Smith, 1996:112).

Retomando a distinção de Hroch entre os países do ocidente, e os de centro e leste, nestes últimos as etnias verticais empreenderam na sua maioria movimentos nacionalistas vernaculares dirigidos por elites intelectuais. Resume Habermas (1996:283):

The classical nation-states in the west and north of Europe evolved within existing territorial states, while the “belated” nations, Italy and Germany, took a course that then became typical for central and eastern Europe: here, the formation of the state only followed the traces of a national consciousness crystallizing around common languages, cultures and histories. The categories of actors who initiated and carried the process (...) differ significantly. With regard to the formation of modern states, mainly lawyers, diplomats and officers engaged in the construction of an effective bureaucracy, while on the other side writers, historians, and journalists preceded the diplomatic and military efforts of statesmen (like Cavour and Bismarck) with the propagation of the – at first imaginary – project of a nation unified on cultural terms.

³⁶ Apesar de Smith consistir, no conjunto dos grandes teóricos dos nacionalismos, uma voz discordante do carácter moderno das nações defendido por exemplo por E. Gellner, B. Anderson e J. Breuilly. Smith defende que apesar dos elementos intrinsecamente modernos (como a massificação escolar ou a centralização administrativa, entre outros) com que se constituem, o nascimento das nações não é possível sem as raízes identitárias de etnias pré-modernas (Smith, 1996, 1997). Assim, diz Breuilly (1996:154): “Pre-modern ethnic identity has little in the way of institutional embodiment beyond the local level. Almost all the major institutions which construct, preserve and transmit national identities, and which connect those identities to interests, are modern: parliaments, popular literature, courts, schools, labour markets, etc. The only two pre-modern institutions which could have played a role – dynasties and churches – stand in a highly ambivalent relationship to ethnic identity”.

Assim, nos casos inglês, francês e espanhol a nação nasce de um estado que se centraliza e burocratiza e cria uma comunidade política – também apoiada em vários episódios de guerra (Smith, 1996:108); veja-se o papel da centralização do estado:

lower strata and outlying regions were gradually incorporated in the state, which was grounded upon a dominant ethnic core. This was achieved by administrative and fiscal means (...) An upper-class *ethnie* (...) managed to evolve a relatively strong and stable administrative apparatus, which could be used to provide cultural regulation and thereby define a new and wider cultural identity. In practice, this meant varying degrees of accommodation between the upper-class culture and those prevalent among the lower strata and peripheral regions; yet it was the upper-class culture that set its stamp on the state and on evolving national identity (Smith, 1996:114. Vd. também Gellner, 1996:127).

Um resultado da “incorporação burocrática” é a sub-alternização das línguas comunitárias à língua de Estado. Sem esgotar os exemplos europeus, Anderson diz que “English elbowed Gaelic out of most of Ireland, French pushed Breton to the wall, and Castilian reduced Catalan to marginality” (2006: 78); também Lapierre lembra que “sauf cas exceptionnels, la tendance à l’unification linguistique imposée par le pouvoir est générale dans l’histoire des Etats modernes” (1988:27). Mas, os grandes estados na verdade não lograram uma verdadeira homogeneização cultural, étnica e linguística, pois veja-se que são poucos os estados europeus ainda na actualidade em que não há problemas de diversidade linguística (González-Quevedo, 1997:227-8; Walter, 1994:12); também à escala global, existe uma minoria de Estados que têm uma língua única (Hobsbawm, 1996:257). O autor van den Berghe (1976) aborda os sub-nacionalismos europeus - ou “aspirações étnicas”, nas suas palavras - do século XX como a fase final da desintegração dos impérios: “if the Fidji Islands can be independent, why not Scotland?” (1976:247)³⁷. Anderson evoca também esse contexto de colapso colonial e a redução do prestígio dos centros imperiais – e o desaparecimento das “válvulas de escape” que enviava jovens membros das “nacionalidades” europeias para Angola, Argélia, Congo ou Índia – em ligação com o desenvolvimento da comunidade supranacional que enfraqueceu as pretensões “absolutistas” das antigas soberanias europeias (1996:6 e nota 6). Esta questão será adiante retomada.

O caso de Espanha é muito rico e será aqui desenvolvido por ser elucidativo para a nossa problematização. Os nacionalismos regionais nascem – como na maioria dos casos europeus – no século XIX, e reemergem depois da pesada repressão franquista. Espanha é uma monarquia unitária desde o século XVI, ainda que tenha permanecido apenas “uma união dinástica, como que uma confederação de reinos” coexistindo com identidades muito fortes, locais e religiosas, alicerçadas em privilégios especiais e particularidades legais (cf. Corkill, 1996:155). A génese dos movimentos nacionalistas regionais tem diversas variáveis:

³⁷ P. van den Berghe (1976, “Ethnic pluralism in industrial societies: a special case?”, *Ethnicity*, 3) citado por A. Cohen (2004:106).

During the late nineteenth century (...) [the] “regional micronationalism” developed on the periphery as “a centrifugal protest against the manifold frustrations attending the process of modernization and (...) a reaction against the relative failure of nineteenth-century liberalism in Spain”. There were two principal components to this nationalism. First, a cultural and ethnic basis, and second, a resentment at the inequitable distribution of economic and political power (Corkill, 1996:157. A citação incluída é de S. Payne,1991).

O nacionalismo Basco surge na década de 1890 no contexto de uma industrialização rápida e de um fluxo migratório de “Espanhóis”. É catapultado pela pequena burguesia visceralmente adversa à oligarquia financeira por um lado, e à massa de imigrantes espanhóis por outro. A elite financeira é acusada de ser responsável pela vinda dos imigrantes, para além de ter laços com Madrid (a origem das dissidências é antiga e opunha na época pré-industrial as populações citadinas às rurais, as primeiras acusadas pelas segundas de amoralidade e desenraizamento da cultura rural: verdadeira e virtuosa). Apesar da língua não ser o fulcro da discórdia, foi (no movimento do século XIX) considerada “a mais pura e antiga da Europa”, num *cluster* de elementos ideológicos que inclui a crença na nobreza dos bascos, na medida em que não foram contaminados pelo sangue Judeu nem Mouro (cf. Heiberg, 1996:330-3). De qualquer modo, a língua estava em forte risco de extinção, em grande medida porque carecia de produção literária para além da vertente oral quase exclusiva; assim, nota Heiberg (cf. 1996:328) que, quando as escolas primárias espanholas foram estabelecidas na região Basca, o aumento da literacia e o retrocesso do Euskera foram processos paralelos. A questão Basca será adiante retomada e outros movimentos nacionalistas em Espanha serão abordados.

A criação do estado português resulta de um processo político acima de tudo, mais do que de um movimento nacionalista no sentido moderno, dado os factores adjuvantes fundamentais da antiguidade das suas fronteiras, definidas já desde o final do século XIII (1297), e de uma unidade linguística. Assim: “Portugal não teve origem numa formação étnica, mas numa realidade político-administrativa (...) começou por ser uma formação de tipo estatal; só muito lentamente acabou por se tornar uma Nação” (Mattoso, 1998:67). Dois factos estruturantes da história nacional sustentam esta asserção. Em primeiro lugar, o nome do país não tem origem numa etnia como acontece por exemplo com França (francos) ou Inglaterra (anglos), mas no nome primitivo da cidade do Porto (a partir dos topónimos *Portus* e *Cale*) – a origem será pois a de um centro administrativo e não de um povo (cf. 1998:60). Em segundo lugar, as designações das regiões não se referem a antecedentes étnicos, antes pressupondo uma administração central³⁸. O território, povoado por um mosaico de povos de origens distintas,

³⁸ Trás-os-Montes e Alentejo são denominações atribuídas por quem se encontra no centro do território, e não pelos seus habitantes. Duas regiões mantêm a designação de antigas fronteiras: Estremadura (região dos combates com os Mouros) e Beira (fronteira com o reino de Leão e Castela). O Minho é hoje a forma abreviada de Entre-Douro-e-Minho, dois cursos de água “como se fosse habitada por povos sem nome ou sem que entre eles houvesse um que fosse dominante”. Finalmente o Algarve “perpetua uma palavra árabe

torna-se uno pela constituição de um vínculo político: a centralização, continuada, do poder político, e a unidade linguística e cultural estão em relação dialéctica com o poder político. Assim:

De facto, a eficácia do poder político resulta em boa parte de as suas práticas administrativas [nos sistemas fiscal, judiciário, legislativo e militar] serem veiculadas por meio de uma determinada norma linguística, o que garante necessariamente a sua difusão. Além disso, o mútuo suporte da classe culta e do Estado, tanto em virtude do prestígio que um confere ao outro, como das vantagens decorrentes dessa associação, garante às práticas culturais preferidas pelo poder político uma inegável capacidade de persuasão (...) [o que evidencia] a relação entre identidade cultural e nacionalismo (Mattoso, 1998:8-9).

O percurso que seguimos com Benedict Anderson permite distinguir três modelos de nacionalismo: crioulo, vernacular e oficial. Cada um destes tipos contribuiu diferencialmente para as concepções e realizações nacionalistas. Assim tem-se, respectivamente, o conceito republicano de cidadania cunhado na América; as eleições, organizações partidárias e celebrações culturais dos nacionalismos populares do século XIX na Europa; e, a especificidade dos sistemas educativos civis e militares dos nacionalismos oficiais (Anderson, 2006:135 e 140). Seguiu-se-lhes a “última vaga” de nacionalismos, após a 2.^a Guerra Mundial, concentrada maioritariamente nas colónias dos impérios francês, holandês, inglês e português, e findas as dinastias dos Habsburgs, Hohenzollerns, Romanovs e Ottomans com o desfecho da 1.^a Guerra Mundial. Os novos estados puderam recorrer aos modelos anteriores:

a very large number of these (mainly non-European) nations came to have European languages-of-state. If they resembled the “American” model in this respect, they took from linguistic European nationalism its ardent populism, and from official nationalism its Russifying policy-orientation. They did so because Americans and Europeans had lived through complex historical experiences which were now everywhere modularly imagined, and because the European languages-of-state they employed were the legacy of imperialist official nationalism (Anderson, 2006:113).

Os factores que adjuvaram à criação destes nacionalismos são essencialmente internos às realidades imperiais. Assim, a política da língua oficial de Estado realizada a par com um processo de burocratização dos domínios imperiais responderam às exigências de gestão de tão vastos domínios, no sentido da criação de número suficiente de funcionários bilingues nos territórios longe das metrópoles: “purely metropolitan, or even creole, bureaucracies were neither recruitable nor affordable” (Anderson, 2006: 115). Não apenas com intuitos burocráticos mas também na convicção da importância moral do conhecimento moderno até para as populações colonizadas, o estado colonial – e também organizações religiosas e seculares privadas – foram agentes de um processo de

que só tem sentido para quem olha de fora, do lado do Mediterrâneo, visto que significa «ocidente»” (cf. Mattoso,1998:73-4).

escolarização naqueles territórios. Deste cenário nasceram os protagonistas dos nacionalismos coloniais, a quem a escolarização veiculada em língua europeia permitiu o acesso aos imaginários e universos conceptuais da cultura ocidental, incluindo os nacionalismos antecedentes. Assim: “the intelligentsias’ vanguard role derived from their (...) literacy and bilingualism” (Anderson, 2006:116).

O primordial papel desempenhado pela imprensa nos primeiros nacionalismos é na contemporaneidade alavancado por novas tecnologias de comunicação, no caso em questão, a rádio e a televisão, pois a emissão de programação em várias línguas alarga o espectro dos destinatários não apenas a camadas iletradas mas também a populações com diferentes línguas maternas. As nações podem agora ser imaginadas sem comunalidade linguística, de acordo com o que demonstrou a história moderna, o melhor exemplo sendo o da Suíça (cf. Anderson, 2006: 135-9)³⁹.

O facto de muitos dos países que se libertaram do colonialismo terem, após a independência, adoptado o antigo idioma colonial como a sua língua nacional, demonstra que a língua original de uma comunidade não está obrigatoriamente entre os fundamentos da constituição de uma nova nacionalidade:

Nothing suggests that Ghanaian nationalism is any less real than Indonesian simply because its national language is English rather than Ashanti (...) If radical Mozambique speaks Portuguese, the significance of this is that Portuguese is the medium through which Mozambique is imagined (...) Seen from this perspective the use of Portuguese in Mozambique (or English in India) is basically no different than the use of English in Australia or Portuguese in Brazil (Anderson: 2006: 133-4).

Talvez esta asserção de Anderson não seja suficiente para olhar para a questão linguística nos países descolonizados, no cenário de um continente de acentuada diversidade de línguas. Diz Ouane (2009: 166): “individual and national multilingualism are the norm in Africa. African languages dominate the linguistic profile of individuals and the societies’s *de facto* multilingualism”. Se atendermos ao contributo de Lapierre (1988) sobre a África negra após a descolonização europeia, vemos o retrato de uma realidade de plurilinguismo diverso e complexo: alguns Estados não têm nenhuma língua africana dominante, noutros existem algumas línguas veiculares regionais mas que

³⁹ Anderson (cf. 2006:135-9) considera que o nacionalismo suiço é característico da última vaga (apenas em 1891 o estado suiço “decidiu” que 1291 seria a data acordada para a “fundação” da Suíça), por vários motivos, sendo um deles o facto de que uma grande variedade de dialectos alemães levou a uma tardia implantação do capitalismo de imprensa e de um ensino moderno universalizado. Diz o autor (*idem*:138): “today ‘higher’ officials are expected to have a working knowledge of two federal languages, implying that the same competence is not expected of their subordinates (...) We have, in effect, a situation which at bottom is not too different from Mozambique’s – a bilingual political class ensconced over a variety of monolingual populations, with only this dissimilarity: the ‘second language’ is that of a powerful neighbour rather than of a former colonial ruler”.

não são comuns a toda a população, outros ainda, mais excepcionalmente, têm uma língua universal, mas cujas divisões dialectais dificultam a intercompreensão. A escolha de um idioma oficial e standardizado a partir do universo de dialectos e idiomas provocaria oposição dos grupos que respectivamente não os dominam. Assim, a fim de evitar conflitos ditos “tribais”, os Estados africanos fundam frequentemente a sua unidade sobre a utilização oficial da língua da antiga potência colonial – mesmo quando a sua ideologia de legitimação exalta a identidade cultural africana e condena o imperialismo colonial (cf. Lapierre, 1988, 222-3).

No Magrebe, a herança colonial implicou uma competição entre o Francês e o Árabe nos Estados da Argélia, Marrocos e Tunísia. A herança da língua oficial colonial na administração e a sua prevalência no ensino técnico e universitário dificultam e demoram a substituição do Francês pelo Árabe nestes Estados cujo objectivo assumido pelo poder político é o da “arabização”, mas, num contexto de desenvolvimento económico e industrial. O Árabe é a única língua nacional nos três Estados (e os dialectos berberes das populações islamizadas no século VII diferem largamente do Árabe clássico, na mesma medida em que mais a Ocidente as línguas românicas diferem do Latim clássico). A restauração da língua Árabe está ligada a um processo de legitimação do novo poder – mais marcada no caso argelino -, pelo que a “arabização” pressupõe um esforço de modernização linguística iniciado no século XIX, e mais actualmente protagonizado em Rabat pelo Bureau de Coordination de l’Arabisation (cf. Lapierre, 1988:241-7).

Um exemplo de uma estratégia de gestão da imposição colonial é o recurso à língua colonial como meio de comunicação e difusão da cultura e identidade violentadas, como ocorreu com o movimento *négritude*. Tal como a língua colonial permitiu, como mostra Anderson, o acesso às ideologias de libertação nacional e o seu fomento em territórios colonizados, permitiu neste caso também uma declaração e reivindicação da integridade da ideologia nativista da *África francesa*, e como afirma A. Cohen (2004:80), constituiu um precursor da posterior *Black consciousness*. Foi um movimento literário de denúncia do colonialismo, protagonizado pelo senegalês Leopold Senghor que nas décadas de 1920 e 1930 é estudante na Sorbonne em Paris onde se licencia, e pelo poeta Aimé Césaire da Martinica. A língua colonial, um dos factores estruturais de desintegração das comunidades colonizadas, tornou-se o meio da assunção simbólica de uma integridade que não se dissolveu⁴⁰. Diz A. Cohen (2004:81):

the literacy of European languages was made into a weapon for the expression of essentially African ideas. The Senegalese poet and president, Leopold Senghor, harnessed the French language to the artistic statement of an African consciousness – and thus pioneered the modern “pirating” of alien art forms, exploiting these imported forms of express “ardently Africanist” content as a way of bolstering the boundary against its subversion and dissipation by the encroaching culture.

⁴⁰ A. Cohen recorre à obra de P. M. Worsley (1964), *The Three Worlds: Culture and World Development*.

Vejamos finalmente o cenário do final do século XX na Europa. A queda do muro de Berlim em 1989 trouxe o fim da URSS e a conseqüente emergência de novos movimentos nacionais; e no início da década seguinte, os casos da Jugoslávia e da Checoslováquia são referidos por Hroch (cf. 1996:89-90) como sendo, na essência, muito similares aos movimentos do século XIX, replicando o mesmo “tríplice de aspirações”, isto é, exigências linguísticas e culturais, exigência de democracia como no passado se exigiram direitos civis, e o desejo de independência plena. As situações de crise infundem nas pessoas que as vivenciam uma sobrevalorização do conforto protector dos seus laços de afinidade comunitária. É assim que Hroch vê outra similaridade entre os movimentos do século XIX e os novos, explicando o fortalecimento da consciência nacional: respectivamente a desintegração da ordem social do antigo regime, e a falência da dominação comunista (cf. Hroch, 1996:90). No mesmo sentido Giddens (1987:178-9) fala da ameaça à segurança ontológica – *i.e.*, às rotinas da vida diária que os indivíduos tomam como garantidas e que lhes conferem um sentimento de continuidade existencial – e que tende a ser respondida pela filiação psicológica forte com um grupo de pertença, através de símbolos e muitas vezes lideranças carismáticas. Simetricamente, evidencia-se uma correspondente diferenciação relativamente a grupos considerados “exteriores”.

Ao contrário do que acontecera no período entre as guerras – em que o Ucrâniano, o Bielorusso, e outros vernaculares caucasianos e da Ásia central se tinham tornado línguas de ensino e publicação -, depois da 2.^a Guerra a língua Russa foi crescentemente imposta como o idioma da vida pública. Vê-se assim que a questão linguística continua a ser problemática nesta zona da Europa, e a “inspiração nacionalista vernacular” é óbvia, e assimétrica dos casos das ex-colónias africanas acima referidas:

Estonia has declared knowledge of its language to be a condition of civil rights, [or] Moldavia has reclaimed the Latin alphabet. In the countries to the west of the Bug and the Dniester, linguistic demands have been less salient. But here too among the first signs of the break-up of Yugoslavia was the campaign to separate Croat as a fully independent language from Serb, in the seventies and eighties; likewise the Institute of Slovak Literature (Matica) has led the way in pressing linguistic arguments for national independence in Slovakia (Hroch, 1996:90).

Uma das questões principais aqui é que o idioma da nação dominante é frequentemente um símbolo da opressão política, independentemente da posição formal da língua ou línguas “locais”; a língua vernacular das nações que lutam pela sua independência é sempre assumida como língua de liberdade (Hroch, 1996:92; ver também Lapierre, 1988:261). No passado muitos dos conflitos dos movimentos nacionais concentravam-se nas exigências das burocracias imperiais que impunham o recurso a uma língua dominante, como o Alemão no Império Habsburg, o Russo no Império Czarista, e similarmente no Império Otomano; como hoje, também estavam em causa questões de prestígio e simbolismo das línguas minorizadas, para além de que a desigualdade linguística implica uma situação real de desvantagem material. É assim porque não apenas os direitos dos indivíduos e

comunidades são afectados na comunicação entre si, mas também no contacto com as autoridades, pois elegendo-se uma língua entre várias como a oficial, impede-se ou dificulta-se os cidadãos que não a dominam, nas vertentes oral e/ou escrita, o acesso directo a documentação oficial e à comunicação directa com a administração, e num grau mais elevado, condena-se à sua exclusão profissional das funções públicas (cf. Lapierre, 1988:33-4).

Por outro lado, quando a situação de hegemonia linguística se inverte, o conflito não cessa, antes pode tornar-se simétrico. Hroch evoca o fim do império Austro-Húngaro e a realidade dos novos estados em 1918-19, que implicou a “despromoção” de muitos falantes de Alemão e Húngaro (da dupla monarquia), pois tendo recusado aprender ou usar línguas de outros grupos étnicos a viver no “seu território”, ficaram reduzidos ao estatuto de minorias oficiais nas nações Checa, Romena, Polaca e outras; a recusa do reconhecimento da predominância daquelas línguas constituiu uma situação explosiva cujas consequências foram trágicas com o advento do III Reich na Alemanha. O autor refere uma situação de tensão similar com os Russos que se tornaram grupos minoritários nos estados independentes a partir de 1989 (cf. Hroch, 1996:92).

Hobsbawm (1998:158-9 e 1996:259) lembra que as tensões e os conflitos, muitas vezes violentos, entre grupos étnicos, são mais antigos do que o programa político do nacionalismo, e vão mesmo sobreviver-lhe. As recentes convulsões têm raízes no passado, ou seja, no colapso dos impérios multi-étnicos Habsburgo, Otomano e Russo, e na natureza dos acordos do pós-guerra – perigosos e impraticáveis - de divisão da Europa em estados territoriais étnico-linguísticos: “A maneira mais fácil de descrever a aparente explosão de separatismo em 1988-1992 é, portanto, como ‘assuntos pendentes de 1918-1921’” (1998:159), porque após o Tratado de Versailles os Estados erigidos sobre os antigos impérios permaneceram multinacionais, como são exemplo a Checoslováquia, a Polónia, a Roménia e a Jugoslávia (cf. Hobsbawm, 1998:129).

Thomas Scheff (1994) elabora um contributo muito preocupado com a variável das emoções e sentimentos – especialmente de orgulho e vergonha - nos fenómenos nacionalistas, elementos que são poderosos na medida em que estão na base da imperiosa necessidade humana de pertença; esta lacuna é aliás por ele apontada a dois autores maiores na análise das questões étnicas e nacionalismo, como Anderson e Smith. Assim, o primeiro apresenta a sua teorização da comunidade imaginada sobretudo numa perspectiva cognitiva, e quando fala do *amor patriae* não distingue dois tipos essenciais de vínculo, “amor” realista e irrealista, o primeiro relativo a um objecto de conhecimento e o segundo a um objecto de idealização. Smith é criticado por ver o conflito étnico como imanente à natureza humana e assim inevitável, em vez de produto de sentimentos de alienação e injustiça (cf. pp.279-80). A 1.ª Guerra Mundial foi baseada numa “alienação bimodal” que se traduz na dupla circunstância de “imersão na nação e isolamento das outras nações” (vd. Scheff, 1994:299)⁴¹, e assim, “the driving force underlying this war were conceptions of ‘national honor’, which translated out of the language of

⁴¹ Anderson (2006:83, nota 1) diz que é no período da 1.ª Guerra que o nacionalismo inglês atinge o paroxismo.

denial, means [matters of] pride and shame” (*idem*:295). Quanto à 2.^a Guerra Mundial, foi despoletada pela campanha de Hitler para ultrapassar a vergonha do desfecho da guerra anterior, tendo apelado ao orgulho (e à comunidade) numa substituição da vergonha (e alienação) (cf. Scheff, 1994:287). Scheff entende que as divergências resistentes entre as nações parecem ter um forte carácter cultural, como as tensões continuadas entre Alemanha, Grã-Bretanha e França, que interferem com as relações de cooperação entre estes países (cf. *idem*:277). Para o autor (1994:301) as relações inter-étnicas não são fatalmente conflituais, podendo ser revertidas pelas instituições sociais, nomeadamente pela equidade económica (porque os níveis de riqueza e pobreza estão associados a estatuto social e honra e orgulho) e pela educação para a convivência étnica e de classe social (cf. também Gellner, 1996:123-4 sobre a experiência diária de humilhação ligada às condições económicas, e Hobsbawm, 1996:260, entre outros).

A caracterização desenvolvida até agora permite analisar as relações existentes entre as línguas e a emergência da nação e dos nacionalismos. Uma conclusão fundamental é a de que não é a língua que cria a nação, mas os laços imaginados em torno dela – e assim, qualquer comunidade. É a difusão de uma língua que cria uma comunidade imaginada, não uma língua particular em si⁴². Por isso, de acordo com o exemplo escolhido por Anderson, entre outros possíveis, o caso de Moçambique é, como vimos, ilustrativo a vários níveis.

A noção de comunidade torna-se muito importante neste trabalho uma vez que pretendemos analisar o conjunto dos falantes de Esperanto, mundialmente disseminados. Anderson usa o conceito de “comunidade imaginada” num largo espectro temporal; não apenas as nações, mas também as “vilas primordiais”, ultrapassando ou não a dimensão física de um espaço partilhado em que todos os elementos se conhecem entre si (cf. 2006:6), e ainda as comunidades religiosas que antecederam as nações, independentemente da sua dimensão, e que existiam sobre a sacralidade das línguas das suas escrituras (cf. 2006:12-6). Assim: “Communities are to be distinguished (...) by the style in which they are imagined” (2006:6).

Analisando comunidades locais e étnicas de uma perspectiva mais microscópica do que vimos em Andersen, o antropólogo A. Cohen afirma: “community (...) is where one learns and continues to practice how to ‘be social’ (...) it is where we acquire culture (...) [*i.e.*] the symbols which will equip [them] to be social” (A. Cohen, 2004:15-6). Este equipamento simbólico, tal como um vocabulário lexical, permite a capacidade de construir significado, não sendo significado em si mesmo. Deste modo, a partilha do símbolo não é necessariamente coincidente com a partilha do significado, e a

⁴² Diz Anderson: “Print-language is what invents nationalism, not a particular language per se” (2006:134). Da mesma forma, na formação dos movimentos nacionais actuais, cujos meios de comunicação se alargaram, pelo menos, às rádios e televisões – permitindo, como foi já referido, que a mensagem chegue também aos iletrados e a pessoas com diferentes línguas maternas –, não é uma língua específica que, em si mesma, permite que aquela comunidade se imagine.

tendência para significações comuns deve-se à partilha dos mesmos símbolos e não por factores determinísticos, como um conjunto de factos sociais em Durkheim, ou a superestrutura em Marx (cf. Cohen, A., 2004:16-7. Sobre a ambiguidade dos símbolos, ver também Verdery, 1996:227). Deste modo, a cultura é criada e recriada, ou seja, é um processo, não tendo um poder determinístico nem referentes identificáveis objectivamente, como leis (*idem*:17. A. Cohen recorre à teoria de Clifford Geertz, 1975, *The Interpretation of Cultures*).

Cohen identifica, tal como Anderson, a dimensão da construção mental, ainda que a analise a um nível mais individual, também através de uma simbolização comum: “[community] is largely a mental construct, whose ‘objective’ manifestations in locality or ethnicity give it credibility. It is highly symbolized, with the consequence that its members can invest it with their selves. Its character is sufficiently malleable that it can accomodate all of its members’selves without them feeling their individuality to be overtly compromised” (Cohen, A., 2004:108-9). Parece-nos que este entendimento de comunidade poderá aplicar-se a outras formações sociais, não de socialização primária como analisa Cohen, mas construídas sobre ideologias, valores e crenças, como associações ou grupos políticos ou religiosos, e que se sustentam em processos culturais de simbolização e identidade. O próprio autor estabelece uma semelhança entre comunidades e movimentos sociais: “whilst ‘community’ might not have the structure or direction we associate with social movements, it may nevertheless serve as a similar need” (Cohen, A., 2004:108-9).

1.2 A Construção da Cultura Através da Língua

Até aqui a nossa discussão ocupou-se do lugar e papel das línguas na estruturação das comunidades humanas, tendo sido seguido um trajecto histórico maioritariamente feito no quadro político da criação das nações e da relação dos grupos étnicos.

Este prelúdio permitiu também abordar paralelamente alguns dos processos – mais espontâneos ou deliberados - sofridos pelas línguas no seu percurso no tempo e no espaço, que consistem genericamente em (1) duas grandes tendências processuais operadas entre línguas e dialectos: as de tipo centrípeto através de aglutinações, e as de tipo centrífugo, através de diferenciação – referimos, respectivamente, como o Inglês *primordial* nasceu da aglutinação entre o Francês Normando e o Anglo-Saxão, e, entre outros possíveis exemplos, como o Norueguês se distinguiu do Dinamarquês (esta questão filológica será retomada com mais rigor no final desta secção); (2) o processo de padronização das línguas (nacionais), nas vertentes oral e escrita, em consequência da intermediação da imprensa e da escolarização massificada; e (3) a importância das políticas linguísticas na hegemonização linguística em contextos multilinguísticos.

Estas duas últimas questões serão agora desenvolvidas, tornando mais visível como é que as línguas são objecto e espaço de luta, reivindicação e exercício de força. Daremos assim maior atenção ao modo como as relações de poder político especificamente influem na posição relativa das línguas.

Mostraremos também como é que língua e cultura são objecto de uso político, muitas vezes através de violência simbólica e real, quer para a dominação linguística (constituição de estados-nação e ditaduras) quer para responder à dominação (movimentos linguísticos minoritários, quer os vernaculares do século XIX, quer os actuais) – através de um processo recorrente que chamamos de construção da cultura através da língua. Esta construção cultural reclama, por parte dos seus “criadores”, uma legitimidade que adviria de uma institucionalização muitas vezes não mais que de “tradições inventadas”. Por isso recorreremos em parte ao conceito e investigações de Hobsbawm e outros que partem da mesma perspectiva. As tradições inventadas pretendem apresentar-se como antigas de modo a serem aceites pelo seu carácter alegadamente primordial e, assim, autêntico. A legitimidade cultural reclamada pelos românticos não é mais nem menos fidedigna que a das ditaduras nacionalistas ou a das implantações republicanas. Um dos nossos objectivos é elucidar a construção destes processos em torno das línguas.

1.2.1 Os Estados-nação

A transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais implica uma radical diferença no papel da cultura erudita na sociedade. A sociedade agrária é fundamentalmente iletrada, pelo que o domínio da língua escrita e da cultura que aquela veicula se circunscreve a um pequeno grupo de estatuto social elevado, situação potenciada pelo facto de a língua utilizada não ser apenas escrita, mas a maior parte das vezes, uma língua morta ou diferente da usada pelas restantes camadas sociais. Existe deste modo uma tensão entre a cultura erudita, transmitida pela educação formal, e a cultura popular, transmitida apenas através das práticas quotidianas, e habitualmente diferenciada segundo espaços geográficos, sendo a língua ou o dialecto o elemento mais ostensivamente diferenciador (cf. Gellner, 1996:102)⁴³.

A sociedade industrial, orientada para o crescimento económico, e caracterizada por profundas transformações na esfera do trabalho, em escala e em especialização, necessita de formas de comunicação rápidas no tempo e no espaço, pelo que se exige uma partilha alargada de códigos de linguagem. Como diz Gellner (1996:107):

broad mass [must] share the same rules for formulating and decoding messages (...) [so] they must share the same culture, and it will be a high culture, for this standardized skill can only be acquired in formal schooling. Conclusion: the entire society must be pervaded by one standardized high culture, if it is to work at all. Society can no longer tolerate a wild proliferation of internal subcultures, all of them context-bound

⁴³ O autor afirma: “In agrarian society, culture divides rather than unifies (...) The overall conclusion must be that in such societies, shared culture is seldom a plausible basis for the formation of political units”, advertindo que a obra de A. Smith (1986, *The Ethnic Origin of Nations*) defende uma visão contrária, que já foi referida no ponto anterior deste Capítulo (Gellner, 1996:104, nota 3 incluída).

and severely inhibited in their mutual inter-communication. Access to the appropriate high culture, and acceptability within it, is a person's most important and valued possession: it institutes a pre-condition of access not merely to employment, but to legal and moral citizenship, to all kinds of social participation.

O crescimento industrial está na base da explicação gellneriana da emergência do nacionalismo, e é alvo de muitas críticas (cf. a obra de 1983, *Nations and Nationalism*). Apesar da relação entre o industrialismo e a criação de uma cultura standardizada ser teoricamente aceitável, a atribuição de E. Gellner a elementos funcionais da industrialização para o crescimento do nacionalismo, é alvo da crítica de M. Hroch (1996:85), pois muitos dos movimentos nacionais emergiram na Europa antes do advento da moderna indústria. A mesma crítica lhe dirige Breuille (1996: 162), acrescentando que também em várias partes do mundo, ainda sem uma transformação no sentido do industrialismo, se verificou a existência de uma partilha alargada de sentimentos nacionais; todavia, Breuille não descarta a importância do processo de modernização, que apresenta em termos weberianos:

However I would largely agree with the argument that there is a close, indeed necessary, connection between the formation of industrial societies and of "standard" national cultures. This is as much to do with market relations and the increasing downward penetration of state institutions such as courts, armies based on conscription and welfare bureaucracies as it is to do with the undeniable advance of mass elementary schooling. The idea that most social transactions in industrial societies take place within "cultural zones" which are increasingly defined by the national idea is a very powerful one (1996:161-2).

Breuille prefere vincar a "divisão genérica do trabalho" para além da mera divisão económica, elencando as grandes categorias da actividade humana, *i.e.*, a coerção, a cognição e a produção – mais comumente designadas por poder, cultura e economia – que se redefinem com a modernidade, passando a concentrar-se em instituições especializadas (cf. Breuille, 1996:163 e 170).

Na esteira de Gellner, Pierre Bourdieu (1982) reflecte sobre a relação dialéctica entre o sistema escolar e o mercado de trabalho, ou seja, a relação entre (1) a unificação do mercado escolar/educativo – e linguístico –, ligado à introdução de qualificações escolares válidas num âmbito nacional independentemente (pelo menos oficialmente) de particularidades sociais ou regionais, e (2) a unificação do mercado de trabalho, que entre outros elementos, inclui o desenvolvimento da administração estatal e o seu corpo de funcionários (cf. Bourdieu, 1982:33). Assim: "C'est sans doute la relation dialectique entre École et le marché du travail (...) qui joue le rôle le plus déterminant dans la dévaluation des dialectes et l'instauration de la nouvelle hiérarchie des usages linguistiques" (Bourdieu, 1982:33-4).

O Estado centralizado é a única instância com poder e competência para a implantação de um sistema de formação dos cidadãos que garanta a homogeneização cultural implicada: um Estado, uma cultura generalizada e homogénea (Gellner, 1993:207; ver também Hobsbawm, 1998:88), e uma educação universal. Esta cultura centralizada estabelece-se *contra* a cultura dos camponeses, no

sentido em que estes têm que ser transformados em cidadãos (Gellner, 1996:128). Assim vemos como A. Smith (1996:115-6) se refere ao caso inglês, em que os elementos cívicos da nacionalidade só se concretizaram com os efeitos da revolução industrial, e também ao caso francês: “Many regions retained their local character, even after the French Revolution. It required the application of Jacobin nationalism to mass education and conscription under the Third Republic to turn, in Eugen Weber’s well-known phrase, ‘peasants into Frenchmen’”⁴⁴. Estes dois exemplos de processos de centralização cultural decorrem em estados que resultaram de dinastias fortes, como similarmente ocorreu nos países da península Ibérica (cf. Gellner, 1996:128).

A diversidade linguística - patente nas diferenças étnicas e na abundância de dialectos - constituiu um problema maior em muitos dos Estados-Nação nascentes; veja-se que a unificação italiana em 1861 teve de lidar com uma população marcada por uma imensa diversidade linguística, da qual apenas 2,5% nessa altura fazia uso quotidiano do Italiano, e em França por volta de 1780 apenas 50% sabiam a língua francesa (Hobsbawm, 1998:58)⁴⁵. Mas em França a imposição da língua legítima contra os idiomas e *patois* dos outros grupos sociais foi não apenas um meio de comunicação operado através da política de unificação linguística no território, a partir de Paris (vd. Hobsbawm, 1998:98 e Bourdieu, 1982:31); foi um “artifício revolucionário para fazer chegar a todos as verdades da liberdade, da ciência e do progresso” (Hobsbawm, *idem*). Bourdieu analisa esta política linguística também em termos de poder simbólico:

La théorie condillacienne qui fait de la langue une *méthode* permet d’identifier la langue révolutionnaire à la pensée révolutionnaire: réformer la langue, la purger des usages liés à l’ancienne société et l’imposer ainsi purifiée, c’est imposer une pensée elle-même épurée et purifiée (...) Le conflit entre le français de l’intelligentsia révolutionnaire et les idiomes ou les patois est un conflit pour le pouvoir symbolique qui a pour enjeu la *formation* et la *ré-formation* des structures mentales. Bref, il ne s’agit pas seulement de communiquer mais de faire reconnaître un nouveau discours d’autorité (Bourdieu, 1982:31).

A “construção” de cidadãos implica, para além da imposição de uma língua comum, uma relação com o Estado que passa por vínculos administrativos e de governo de carácter universal com aqueles que crescentemente assumiam o papel de eleitores, contribuintes e potenciais recrutas militares. A vinculação administrativa é visível nos registos crescentes dos cidadãos, que são concretizados no século XIX mediante a adjuvação das comunicações e transportes: a realização de censos nacionais periódicos – em complemento com os registos civis de nascimentos, casamentos e óbitos e também os registos da frequência escolar crescentemente obrigatória e, respeitante aos cidadãos de género

⁴⁴ Eugen Weber, 1979, *Peasants into Frenchmen: The Modernization of Rural France, 1870-1914*.

⁴⁵ Hobsbawm socorre-se de Tullio de Mauro, 1963, *Storia Linguistica dell’Italia Unita* e M. de Certeau, e para o caso francês de D. Julia e J. Revel, 1975, *Une Politique de la Langue: La Révolution Française et les Patois – L’Enquête de L’Abbé Grégoire*, entre outros.

masculino, o recrutamento militar - tornou-se um elemento comum dos mecanismos de documentação exigidos por todos os Estados “avançados” ou modernos (cf. Hobsbawm, 1998:78 e 91). Um indicador relevante do problema linguístico dos Estados no século XIX encontra-se nos debates dos estatistas governamentais, que empreendiam um trabalho de normalização e coordenação dos censos nacionais. No Primeiro Congresso Internacional Estatístico - decorrido em 1853 em Bruxelas - colocou-se a questão da pertinência de incluir nos censos uma pergunta sobre a “língua falada” e qual a sua relação, se tinha, com a nação e a nacionalidade. Não é estranho, como sublinha Hobsbawm (1998:91) que a questão tenha sido colocada pelo belga Lambert Quetelet, fundador da estatística social e proveniente de um Estado marcado por tensões políticas entre franceses e flamengos. Assim, se o Congresso Internacional de 1860 decidiu que a pergunta deveria ser opcional segundo a decisão de cada Estado, o Congresso de 1873 de Viena recomendou doravante a sua inclusão em todos os censos (cf. *idem*:91-2). O que os técnicos franceses, belgas, magiares, alemães e austríacos discutiam era, afinal, os critérios que deveriam definir a nacionalidade, sem que tivessem conseguido um consenso:

Cada censo transformar-se-ia num campo de batalha entre as nacionalidades, tendo as tentativas cada vez mais elaboradas das autoridades para satisfazerem as partes em litígio sido mal sucedidas (...). Na verdade, ao fazerem uma pergunta sobre a língua, os censos *obligaram* todas as pessoas, pela primeira vez, a escolher não só uma nacionalidade, mas uma nacionalidade linguística. As exigências técnicas do moderno Estado administrativo ajudaram, uma vez mais, a alimentar a emergência do nacionalismo (Hobsbawm, 1998:94).

A língua nacional standardizada é obviamente o meio pelo qual a cultura nacional será veiculada, pois é a eleita para fins oficiais e para o ensino público. Aliás, como lembra Hobsbawm (cf.1998:14), e como vimos com Anderson, as línguas nacionais-padrão, faladas e escritas, não podem existir antes da imprensa nem, claro, antes da instrução generalizada, ou seja, o ensino de massas. Veja-se também Bourdieu:

La langue officielle a partie liée avec l'État. Et cela tant dans sa genèse que dans ses usages sociaux. C'est dans le processus de constitution de l'État que se créent les conditions de la constitution d'un marché linguistique unifié et dominé par la langue officielle: obligatoire dans les occasions officielles et dans les espaces officielles (École, administrations publiques, institutions politiques, etc.) cette langue d'État devient la norme théorique à laquelle toutes les pratiques linguistiques sont objectivement mesurées (1982:27)

Assim torna-se claro o papel do Estado na intervenção sobre a língua, não apenas elegendo a língua oficial mas agindo sobre ela: “En fait, [s]’il faut se garder d’oublier la contribution que l’intention politique d’unification (visible aussi en d’autres domaines, comme celui du droit) apporte à la *fabrication* de la langue que les linguistes acceptent comme une donnée naturelle” (1982:34).

Do mesmo modo Hobsbawm afirma que as línguas nacionais são quase sempre construções semiartificiais, ou como o Hebraico moderno, completamente inventadas, como já referido na primeira parte deste Capítulo (cf. 1998:53).

Bourdieu está em sintonia com Hobsbawm, reflectindo também sobre o processo empreendido na legitimação da língua oficial, através de meios institucionais de normalização linguística:

la langue légitime est une langue semi-artificielle qui doit être soutenue par un travail permanent de correction qui incombe à la fois à des institutions spécialement aménagées à cette fin et aux locuteurs singuliers. Par l'intermédiaire de ses grammairiens, qui fixent et codifient l'usage légitime, et de ses maîtres qui l'imposent et l'inculquent par d'innombrables actions de correction, le système scolaire tend, en cette matière comme ailleurs, à produire le besoin de ses propres services et de ses propres produits, travail et instruments de correction (Bourdieu, 1982:51).

Para além dos autores com *autoridade* para a escrita, as referidas instituições incumbidas da legitimação linguística fixam e codificam, ou seja, normalizam a língua: através dos académicos, gramáticos e professores que, sendo os depositários, produtores e reprodutores do património linguístico (os manuais, gramáticas, dicionários e produtos literários), actuam como os guardiões dos instrumentos de produção dos discursos escritos dignos de serem publicados, *i.e.*, oficializados (cf. Bourdieu, 1982:27 e 46-8). Toda esta actividade de especialistas compreende o que Einar Haugen designou de “engenharia da linguagem”, definida como “le travail normatif des académies et des comités, toutes les formes de ce qu'on appelle communément culture de la langue, toutes les propositions pour une réforme ou une standardisation de la langue” (citado por Lapierre, 1988:32)⁴⁶.

Retomando a já referida relação de interdependência verificada entre a escola e o mercado de trabalho, verifica-se que é uma relação mediada pelas instâncias de legitimação e normalização da língua: as normas instituídas pelos académicos, certificando a gramática e a ortografia, actuam com uma verdadeira eficácia jurídica – transformada em despachos ministeriais e portarias –, que sujeita a avaliações em exames que dão acesso a certificados, comandam assim o acesso às posições no trabalho, logo, às posições sociais (cf. Bourdieu, 1982:33, nota 12).

O processo de standardização ocorre, segundo Bourdieu, enquanto dimensão de uma generalização homóloga das esferas económica e cultural. Retomamos a citação acima incluída: “il faut se garder de lui [l'intention politique] imputer la responsabilité entière de la généralisation de l'usage de la langue dominante, dimension de l'unification du marché des biens symboliques qui accompagne l'unification de l'économie, et aussi de la production et de la circulation culturelles” (Bourdieu, 1982:34-5). A nós parece-nos que a legitimação de uma dada língua enquanto acto político está a montante desta generalização económica e cultural, deste mercado linguístico – sendo um mercado o conjunto das

⁴⁶ Einar Haugen, 1966, *Language Conflict and Language Planning: The Case of Modern Norwegian*.

condições políticas e sociais de produção dos produtores-consumidores (cf. Bourdieu,1982:45). Quando mais adiante Bourdieu (cf. 1982:46) aponta o sistema de ensino como instituição com o monopólio da produção massiva de produtores-consumidores (logo, o monopólio da reprodução do mercado do qual depende o valor social da competência linguística), indica como consequência a hegemonia da língua oficial no mercado linguístico, composto também de algum modo pelas línguas minoritárias. Assim: “ceux qui veulent défendre un capital linguistique menacé, comme aujourd’hui en France la connaissance des langues anciennes, sont condamnés à une lutte totale: on ne peut sauver la *valeur* de la compétence qu’à condition de sauver le marché” (Bourdieu, 1982:45).

Veremos agora os processos de construção cultural dos elementos do nacionalismo. O paradoxo já referido por B. Anderson de que as nações embora modernas reclamem uma antiguidade ancestral e um carácter de naturalidade, é também sublinhado por E. Hobsbawm (1984a:22-3 e 1996:256 e 259), que aplica o conceito de “tradição inventada” aos fenómenos que lhe estão associados, designadamente o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, ou as interpretações históricas: assim a nação não é natural nem ancestral. Uma tradição inventada distingue-se, quer do costume das sociedades ditas tradicionais, quer das convenções ou rotinas geralmente criadas por necessidades pragmáticas e que não possuem qualquer função simbólica. As tradições inventadas nascem geralmente por reacção a transformações sociais rápidas a que as instituições não logram adaptar-se, e são conjuntos de práticas de natureza ritual ou simbólica com um intuito ideológico, na medida em que (1) se pretende que inculquem valores e normas pela repetição, e que (2) tentam estabelecer uma continuidade com um passado histórico. Pode ocorrer que sejam utilizados elementos antigos para novos propósitos, ou que se criem símbolos e elementos novos (cf. Hobsbawm, 1984a:9-15). Uma característica fundamental é que “toda [a] tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das acções e como cimento da coesão grupal” (Hobsbawm, 1984a:21).

Hobsbawm distingue analiticamente as de tipo oficial, que têm carácter político e são geradas pelos Estados ou por movimentos sociais e políticos organizados, e as de tipo não-oficial, de carácter social em vez de político, em virtude de não ser esse o âmbito dos seus objectivos e acção (cf. 1984b:271). Registando uma produção massiva de tradições no período compreendido entre 1870 e 1914, o autor analisa o primeiro tipo referido no âmbito de Estados na Europa e das Repúblicas no continente americano, que adquirem símbolos, instituições e práticas oficiais traduzidas num *cluster* composto por uma capital, uma bandeira, um hino nacional, e uniformes militares – partindo de modelos como o do hino britânico, datado de cerca de 1740, e da bandeira tricolor francesa (cf. também Smith, 1996:116, que refere que os exemplos pioneiros dos estados britânico, francês e espanhol haviam de há muito sido influentes para a formação das nações modernas).

Como já referido, a padronização quer da administração, e das leis como consequência directa, quer da educação oficial, cria uma sociedade de cidadãos, em que a implementação crescente do

sufrágio (tendencialmente) universal⁴⁷ se constitui um elemento fundamental da vida social cívica e política: “A ampliação do progresso da democracia eleitoral e a consequente aparição da política de massas, portanto, dominaram a invenção das tradições oficiais no período de 1870-1914. O que tornava isso particularmente urgente era a predominância tanto do modelo das instituições constitucionais liberais quanto da ideologia liberal” (Hobsbawm, 1984b:275-6).

Ou seja, como garantir o apoio dos cidadãos ao Estado, no período de revoluções, do liberalismo, do nacionalismo, da democratização e da ascensão dos movimentos operários? (cf. Hobsbawm, 1998:82). Em substituição dos antigos alicerces sociais como a Igreja e a Monarquia “havia que construir-se uma ‘religião cívica’ alternativa” (Hobsbawm, 1984b:277) de acordo com a expressão de Rousseau (Hobsbawm, 1998:80-1)⁴⁸. Particularmente elucidativo foi, no período em análise, o caso da III República francesa (1870-1940), com as três inovações fundamentais: (1) a escola primária enquanto equivalente secular da Igreja, agente de transmissão de princípios republicanos através do papel basilar do conteúdo dos manuais escolares; (2) a instituição de cerimónias públicas, sendo a mais importante o Dia da Bastilha; (3) a construção massiva de monumentos públicos por todo o país, essencialmente a imagem da República (na figura de Marianne) e figuras civis locais simbolizando patriotismo, mas também as ostensivas edificações da Place de la République e da Place de la Nation em Paris (cf. Hobsbawm, 1984b:279-81).

Também no caso alemão, no Segundo Império após a unificação de Bismark de 1871, é reveladora a construção de edifícios e monumentos para “estabelecer uma nova interpretação da história alemã, ou antes uma fusão entre a «tradição inventada» mais velha e romântica do nacionalismo alemão pré-1848 e o novo regime” (Hobsbawm, 1984b:282). Destaca-se o novo edifício do Reichstag (1884-1894), ou a profusão de monumentos a Bismark, mas também as figuras do “Deutsche Michel” representando a nação não como um país ou estado, mas como “o povo” e o seu “carácter nacional”. Hobsbawm refere que “Michel” foi essencialmente um símbolo anti-estrangeiro, talvez não alheio à insistência nas comemorações do aniversário da guerra franco-prussiana de 1870-71, que se acompanhavam da “canção nacional” (Wacht em Rhein) caracterizada pela hostilidade à França (cf. Hobsbawm, 1984b:283-5).

⁴⁷ Segundo Hobsbawm o sufrágio universaliza-se entre 1848 e 1898 sucessivamente na Suíça, Dinamarca, Reino Unido, Alemanha, França, Bélgica e Noruega, e entre 1901 e 1914 na Austrália, Finlândia, Áustria, Suécia, Itália e EUA (cf. 1984b:275). Contudo, estes dados não especificam os casos do sufrágio feminino.

⁴⁸ Rousseau refere a necessidade social de uma religião laica, que designa por Religião Civil, “feita não propriamente de dogmas de religião, mas de «sentimentos de sociabilidade sem os quais é impossível ser um bom cidadão e um súdito fiel» (J. Alves, 2012:25-6). Sobre a necessidade de construção dessa religião cívica alternativa diz ainda Hobsbawm (1984b:277): “Tal necessidade foi o núcleo da sociologia de Durkheim, trabalho de um dedicado republicano não-socialista”; noutra obra (Hobsbawm, 1998:82) diz “A sociologia que brotou nos últimos vinte anos do século XIX era, em primeiro lugar, uma sociologia política cujo cerne era o problema da coesão sócio-política dos Estados”.

A semelhança entre as inovações francesa e alemã encontra-se na enfatização da fundação de um novo regime - respectivamente pela tomada da Bastilha, e pela guerra franco-prussiana -, e numa definição da nação em termos dos seus inimigos externos (no caso alemão, a designação dos inimigos incluiu os internos ao Estado: os sociais-democratas e os judeus, representantes respectivamente do socialismo proletário e do liberalismo capitalista; cf. Hobsbawm, 1984b: 286-7). Do outro lado do Atlântico, desenvolveu-se o conceito de americanismo – e o seu correspondente negativo - nos Estados Unidos, que tiveram a tarefa de assimilar uma massa heterogénea de pessoas que eram americanas não por nascimento mas por imigração: “O americanismo como *opção* – a decisão de aprender inglês, de candidatar-se à cidadania – e uma opção quanto a crenças, actos e modalidades de comportamento específicas trazia implícita a ideia correspondente de ‘antiamericanismo’” (Hobsbawm, 1984b:288). Assim, veja-se o peso da comemoração dos fundadores da nação a 4 de Julho, e da tradição protestante anglo-saxónica do Dia de Acção de Graças.

Esta incursão teve o objectivo de situar o lugar e papel de uma língua nacional na concepção de uma cultura nacional. Mas, esta relação da construção da cultura em torno de uma língua (eleita) é mais marcada nos nacionalismos mais rígidos, como os de tipo ditatorial, que veremos noutra secção deste Capítulo.

Como diz Hobsbawm, as tradições são inventadas pelos Estados, e também dentro de movimentos sociais e políticos, como os vários etno-nacionalismos românticos e os movimentos que intentam independência e autonomia de cenários de ditadura ou colonialismo (o autor faz também uma análise do fenómeno no movimento operário, detendo-se particularmente no caso inglês, a propósito dos símbolos veiculados pelo vestuário e pela celebração do 1.º de Maio, e das práticas desportivas do futebol e do ciclismo; cf. 1984b:291-99). O conceito de “invenção de tradição” pode ser entendido como construção (de elementos) de uma cultura, ou construção de narrativas. Assim encontramos também, em oposição às narrativas nacionais do Estado – munidos do seu poder de monopolizar a história, a arte e os espaços de comemoração -, fenómenos de nacionalismo não-estatal que incorporam um contra-discurso que faz face à colonização cultural e aos pressupostos hegemónicos do Estado (cf. Pi-Sunyer, 1997: 206-8). Falaremos primeiro do universo romântico, e depois dos cenários ditatoriais, em particular do espanhol (abordando os movimentos da Catalunha, do país Basco, das Astúrias e da Galiza).

1.2.2 Movimentos românticos

Recuando um pouco no tempo, falaremos agora dos casos galês e escocês. O caso galês analisado por Morgan (1984) mostra como no século XVI muitos aspectos da cultura, religião e administração adquiriam características anglicizadas: o sistema bárdico definhava, a cultura nativa ligada ao catolicismo extinguiu-se não tendo surgido no seu lugar uma homóloga cultura galesa protestante, o sistema jurídico local foi extinto e o Galês foi banido do âmbito administrativo; e embora as classes do

funcionalismo público ainda falassem a antiga língua, a sua orientação cultural era tendencialmente inglesa ou marcada por padrões europeus ocidentais. A denominada renascença galesa - ou restauração da antiguidade - no século XVIII foi desenvolvida por patriotas e estudiosos galeses que redescobriram as velhas tradições históricas, linguísticas e literárias, criando maioritariamente um passado efabulado e mitificado (cf. Morgan, 1984:53-4).

Foi fundamental a reabilitação dos *eisteddfodau*: os congressos anuais de bardos que tinham sido um conjunto de concursos de música e poesia sob a égide de uma Ordem dos Bardos realizados entre o século XII e o XVI. Retomados em 1700 por iniciativa de um gramático e escritor de almanaques, só no fim do século foram restaurados em ligação com as sociedades galesas que se multiplicam nos dois séculos seguintes enquanto espaços de vida literária, mas também com importante ênfase na música e na sua restauração através da reabilitação da harpa (*idem*: 67-72 e 84-9).

Todo o passado é apropriado de modo mais ou menos criativo, designadamente, na instituição de trajes e símbolos nacionais, na redescoberta do passado celta e na grande paixão pelas lendas druidas, e pela característica romantização da natureza, em que as montanhas agrestes outrora sentidas quase como castigo divino tornam-se símbolo de fortaleza ou defesa nacional. Como noutros movimentos românticos, há figuras que assumem um papel central, destacando-se em Gales a pessoa de Iolo Morganwg (1747-1826), que chegou a forjar documentos relativos a um dos heróis então recriados: Madoc, filho de um príncipe do século XII que tendo viajado de navio, desapareceu no mar. A antiga lenda de que teria descoberto a América foi então reavivada, o que levou grande número de galeses a emigrar no século XVIII, no rasto daqueles descendentes que falariam Galês (*idem*:93-4). Então: “Iolo tinha verdadeira obsessão pelos mitos e pela história, e a partir do interesse pelo druidismo no século XVIII ele inventou a ideia de que os bardos galeses eram os herdeiros dos antigos druidas, haviam herdado deles os rituais e ritos, a religião e a mitologia (religião que era uma mistura do unitarismo de Iolo e do culto à natureza típico do século XVIII)” (Morgan,1984:71).

Em ligação com a vida religiosa, a reabilitação da língua galesa é um eixo fundamental da renascença cultural. Tendo o papel do Galês na igreja anglicana diminuído no princípio do século XVIII, um crescimento simétrico é verificado nesta língua relativamente à literatura metodista e a um trabalho linguístico muito intenso (como também refere Lapierre, 1988:22: “se sont les baptistes et les méthodistes qui ont alors publié des journaux et favorisé une littérature en langue vernaculaire”). Muitos autores começavam a acreditar que o Galês era uma língua pura, e entre eles havia quem achasse que era a mais antiga da Europa, talvez do mundo - ao contrário do Inglês, uma língua “mestiça”. Era também considerada riquíssima, facto corroborado pela publicação numerosa de gramáticas e de dicionários, que também tinham um tamanho crescente (cf. Morgan,1984:80-2). Em 1764 Rowland Jones publica *Origin of Language and Nations*, e do mesmo autor, publicam-se os livros sobre o fundador epónimo de Cymru (Gales): *The Circles of Gomer* e *The Ten Triads*, todos eles

“dissecando indiscretamente e sem qualquer método as palavras galesas com o objectivo de mostrar que o galês era a raiz de todas as línguas” (*idem*:82)⁴⁹.

Com certeza entre os românticos houve muitos intelectuais honestos, mas o contributo mirífico de alguns daqueles não é de descurar, não apenas em Gales:

O País de Gales não dispunha de uma rede de instituições culturais ou académicas para verificar e avaliar os mitos e as invenções com base na crítica (...) Os manuscritos (...) estavam quase todos trancados em bibliotecas particulares, e poucos deles eram publicados (...) Foi exactamente esta falta de instituições aptas e críticos abalizados que tornou possível a Macpherson defender os seus poemas de Ossian na Escócia, ao Barão Hersart de la Villemarqué (Kervarker) compor seus poemas bretões antigos falsificados contidos em *Barzaz Breiz*, ou a Vaclav Hanka publicar [o] seu manuscrito tcheco medieval forjado, o *Kralodvorsky Rukopis*. Hanka escreveu-o apenas dois anos depois que Ossian havia sido traduzido para o tcheco, e só foi desmascarado meio século ou mais depois, por Thomas Masaryck (Morgan, 1984:108-9).

O caso escocês referido por Morgan é analisado por Trevor-Roper, que se detém no movimento de criação de uma ancestralidade escocesa elaborada em fins do século XVIII e início do século seguinte. Começou pela reclamação de uma antiguidade e especificidade cultural das Highlands que de facto pertence à Irlanda, uma vez que os escoceses foram emigrados irlandeses, não sendo até meados do século XVIII, mais que uma colónia irlandesa, social e culturalmente (Trevor-Roper, 1984:25-6). O primeiro passo foi na década de 1760 a “fabricação” de uma literatura céltica escocesa por James Macpherson, criando poemas épicos atribuídos a Ossian, qual Homero celta.⁵⁰ A base da obra foi

⁴⁹ A mitificação da língua acompanha outras realizações pseudo-académicas, como a gramática e o imenso dicionário publicado entre 1795 e 1803, de William Owen (Pughe): “desejando recuperar no galês moderno a linguagem original dos patriarcas, Pughe construiu uma língua tão sólida e sublime quanto um mausoléu neoclássico (...) como tantos linguistas entusiastas do século XVIII emendava a ortografia para torná-la mais lógica, fazendo com que a cada letra correspondesse um único som (...) A nova gramática de Pughe exerceu influência considerável (e lamentável) sobre muitos escritores galeses do século XIX; deve lembrar-se que ele foi apenas um dos muitos que brincaram com a ortografia das línguas secundárias europeias (...) Felizmente os ministros anglicanos levantaram uma ferrenha resistência a qualquer desvio do galês utilizado na Bíblia desde 1588, e os pughismos limitaram-se à gramática e à estilística” (Morgan, 1984:83-4).

⁵⁰ Esta fabricação literária teve a cumplicidade de John Macpherson através da edição de um *Ensaio Crítico* com “fundamentação histórica”; assim diz Trevor-Roper (1984:28): “Limpar a história escocesa das mentiras inter-relacionadas e desvirtuadoras tramadas pelos Macphersons – se é que se conseguiu removê-las inteiramente – foi trabalho para um século inteiro”. Assim em 1760 publica-se *Fragments of Ancient poetry collected in the Highlands of Scotland*, depois em 1761 *Fingal, an epic poem in six books together with several other poems composed by Ossian, the son of Fingal, translated from the Gaelic language by James Macpherson*. Em 1763 a recolha *Temora*. O autor destas obras seria Ossian, guerreiro mais ou menos mítico do século III que Macpherson transformou em poeta que, velho e cego, cantava os feitos do seu pai Fingal e seus ancestrais (cf. Walter, 1994:85).

sobretudo uma recolha, junto da população das Highlands, de relatos históricos, contos, lendas, poemas, e canções transmitidos oralmente através das gerações (cf. Walter, 1994:85 e Trevor-Roper).

Sublinha-se por outro lado também a criação do *kilt*, o termo forjado na altura para um traje recriado a partir do manto com cinto usado pelos montanhese e elevado a traje nacional, a que foi também atribuído um conjunto de padrões, forjados mas apresentados alegadamente como antigos distintivos dos vários clãs (cf. Trevor-Roper, 1984:28-50).

Estes autores naturalmente enquadram estes fenómenos de criação, recriação e aceitação alargada de tradições, em todo o espaço europeu, no “movimento romântico, o culto do bom selvagem que a civilização ameaçava destruir” (Trevor-Roper, 1984:35). Aliás, o “fenómeno de Ossian” é muito revelador, uma vez que o escândalo da impostura não impediu o rápido sucesso, com tradução em 10 línguas e honras fúnebres de sepultura do autor em Westminster, entre reis e poetas (cf. Walter, 1994:85-6). Walter (*idem*) diz que “L’influence des poèmes de Ossian a finalement pris de telles proportions qu’on a pu y voir l’une des sources les plus fécondes du mouvement romantique du XIXe siècle”, e elenca a sua influência, interesse ou inspiração em personalidades de áreas várias como a literatura, entre Byron, William Blake, Coleridge, Goethe, Schiller, Lessing, Klopstock, André Chénier, Chateaubriand, Madame de Staël, Musset, Lamartine ou Stendhal; a pintura entre Ingres, Gérard, Gros e Girodet; e os músicos Beethoven, Brahms, Haydn, Mendelssohn e Schubert. Finalmente também Napoleão Bonaparte transportava nas suas campanhas uma tradução italiana, dizendo: “J’aime Ossian pour la même raison que j’aime les murmures du vent et les vagues de la mer” (cf. Walter, 1994:86).

Smith fala na “redescoberta” do “passado étnico” levado a cabo pelos intelectuais nacionalistas, em duas dimensões fundamentais. A primeira torna visível a questão “onde estamos” pela transformação do espaço natural em espaço simbólico e poético, ou seja, reunindo os elementos simbolizados de uma terra natal ou pátria. Diz o autor: “A modern romantic historiography of the homeland turns lakes and mountains, rivers and valleys into the ‘authentic’ repository of popular virtues and collective history” (1996:120). A segunda dimensão refere-se à questão “quem somos” através do culto da “idade de ouro”, e na medida em que “descobre” os mitos das origens étnicas, define mapas e princípios morais para as gerações seguinte (cf. Smith, 1996:117-22 e 1997:88).

As produções literárias, musicais e plásticas são meios fundamentais de transformação por um lado, da natureza em história poetizada, e por outro, dos artefactos culturais herdados em factos naturais do seu povo. Na sua linguagem conceptual, Smith fala da transformação da etnia demótica em nação cívica, num processo em que o povo se identifica com “as massas” e surge em substituição dos antigos heróis aristocráticos, ou seja, “at the centre of the self-appointed task of the intelligentsia stood the rediscovery and realization of the community” (Smith, 1996:119). O autor fala assim de reconstruções étnicas enquanto tentativas nacionalistas de definição e orientação para modernas nações, exemplificando, entre outros, com o movimento irlandês de renascimento de um passado celta prévio à

conversão ao cristianismo de Saint Patrick, e com o movimento finlandês de afirmação contra a dominação sueca iniciada na década de 1830, e que partiu de uma recolha literária de poemas e baladas de uma época “perdida”, publicada em 1835 pelo médico Elias Lonnröt (*idem*:121-2).

Num sentido similar ao encontrado em Hobsbawm e outros historiadores na utilização do conceito de “tradição inventada”, também o antropólogo Anthony Cohen (2004) analisa processos de simbolização do passado – através da sua construção selectiva - em comunidades marginais dentro de Estados, ou em comunidades com experiências de colonização. Diz o autor: “Symbols of the ‘past’, mythically infused with timelessness, have precisely this competence [being ‘condensation symbols’ of norms, values and emotions], and attain particular effectiveness during periods of intensive social change when communities have to drop their heaviest cultural anchors in order to resist the currents of transformation” (Cohen, A., 2004:102). Cohen todavia explica que em Antropologia o termo “invenção” é menos recorrente devido à perspectiva de que a experiência do passado é sempre, individual e colectivamente, um “modelo” para a interpretação da realidade (cf. Cohen, A., 2004:99 e Geertz, 1975, *The Interpretation of Cultures*, em quem Cohen se apoia). Mas a ideia que mais importa sublinhar é a de que as comunidades que se sentem ameaçadas respondem através de uma reconstrução simbólica de fronteiras (cf. Cohen, A., 2004:76-7); subjacente a esta posição encontra-se a assunção de uma certa universalidade das funções das categorias humanas de leitura da realidade: “the boundaries of communities perform the same function as do the boundaries of all categories of knowledge” (Cohen, A., 2004:14).

1.2.3 Ditaduras europeias

Noutra obra, Hobsbawm (1998) detém-se no “apogeu do nacionalismo”, entre 1918 e 1950. Neste período situam-se os governos totalitários e as ditaduras – que na península Ibérica se alongaram pela década de 1970. Este enquadramento nacionalista mais radical terá consequências dramáticas para a história de uma língua de carácter internacional e internacionalista como o Esperanto, e para os seus defensores. Começamos por analisar o nacional-socialismo alemão, paroxismo de ideias românticas e biologistas.

Inicialmente o nacionalismo romântico poderia ser considerado “benigno”: defendia o valor e respeito pela idiossincrasia das culturas camponesas contra as tendências centralizadoras dos modelos cortesãos de Versailles, ou o comercialismo e empiricismo britânicos em particular, e contra o universalismo do Iluminismo no geral (cf. Gellner, 1994:27). Assim, seria legítimo ou preferível que o indivíduo se realizasse na música e dança rurais, em vez de rivalizar com a cultura aristocrática, enraizada na classe guerreira. Estes traços podem ser fundamentalmente encontrados no trabalho do filósofo Johann G. von Herder (1744-1803), na sua defesa de que a cultura de um povo está codificada nos seus textos tradicionais e vernaculares, sendo essas tradições (intertextualmente constituídas) os

mecanismos principais da continuidade cultural. Deste modo, a língua vernacular detém e incorpora uma harmonia intrínseca com o espírito colectivo (cf. Bauman e Briggs, 2003:191-3 e 195-6).

Posteriormente, o “brando comunismo” – que supunha já uma valorização do sentimento em relação à racionalidade - foi suplementado com a crença de que o verdadeiro humanismo e a realização humana residem no sentimento e, em concordância com o pensamento de Nietzsche, que a árida racionalidade universalista conflitua com as raízes da conduta humana, ou é até, patológica (Gellner, 1996:119 e 121). A junção do darwinismo à ideologia romântica teve um papel decisivo no nacionalismo alemão do século XX, implicando que a comunidade idealizada não seria apenas conseguida através da cultura, mas da genética (cf. Gellner, 1994:28). Deste modo, diz o autor:

The communalistically inspired argument can also, by about the middle of the nineteenth century and thereafter, be reinforced by another one, drawn from Darwinism. Vigour, assertion and feeling are good not merely because they are parts of a beautiful ethnic culture, but because they further that competition which aids the survival of the fittest, and which leads to genuine beauty (Gellner, 1996:119-20).

Deste modo, a selecção natural foi entendida não apenas individualmente mas alargada à dimensão comunitária: “It was assumed that natural selection would operate primarily not on individuals, or the human species as a whole, but on what seemed to correspond to species within the human race, namely nations (...) To oppose conflict and ruthlessness in the dealing between nations was to align oneself with pathogenic forces of degeneration” (Gellner, 1996:121).

Esta perspectiva romântica e biológica, marcada por Darwin (1809-1882) e Nietzsche (1844-1900), e fortemente ancorada na perspectiva de Herder, permitem a Gellner concluir: “Darwin as interpreted by Nietzsche complements Herder” (1996:121). Veja-se particularmente em Herder a concepção das nações como actores históricos, e tal como os indivíduos, detentoras de espírito ou alma, de locais de origem ou berços, de linhagens e ciclos de vida, e de referentes físicos traduzidos num território com fronteiras (como o corpo humano); como os indivíduos, estas entidades teriam logicamente identidade, radicada no carácter nacional (cf. Verdery, 1996:229; ver também Tomlinson, 1991:97). Desta aceção pode inferir-se como corolário uma relação unívoca entre nação e língua, que encontramos explicitada na afirmação de Bauman e Briggs (2003:193): “In Herder’s vision, a viable polity can only be founded on a national language resistant to the penetration of foreign tongues”.

Esta convergência ideológica em que se chega a um particular amalgamento de elementos como o repúdio do universalismo, a valorização tanto da cultura não urbana e da coesão comunitária, como da selecção por via da competição, permite entender os excessos de xenofobia, em que o germanismo se opunha ferozmente ao que lhe parecia simétrico, e que foi identificado essencialmente na etnia e cultura judaicas:

Diaspora nations, especially when socially located in the commercial, financial and later intellectual and creative zones of society – and thereby separated from the earthy vigour of physical work at grips with nature

– incarnated that cerebral pathogenic cunning which was, for romantic-biological communalism, deeply antithetical to health and community. This is certainly what the Nazis (of a wide variety of nationalities) felt about Jews. They constituted an offence against the principle of nationality, against the essentially ethnic and communal nature of man, tied to blood and land, and they did so not by virtue of being in the wrong place, but simply by virtue of existing at all (Gellner, 1996:119).

Torna-se claro o entendimento que esta ideologia sustenta das culturas e línguas estrangeiras, particularmente sobre um produto sem âncora nacional criado por um judeu, a língua Esperanto.

Veremos agora o caso de Portugal. Uma das características das identidades nacionais, como de qualquer processo de construção identitária, é serem construídas por oposição aos outros, designadamente, em confrontações militares com outros países e civilizações. Os portugueses definem-se a si próprios como tal através de um longo processo histórico que parece iniciar-se com uma identificação genérica com os cristãos em oposição aos Mouros, depois nos confrontos com Espanha aproximam-se de uma lógica mais de tipo nacional, assim como posteriormente contra os franceses liderados por Napoleão; não esqueçamos ainda a oposição aos povos ultramarinos em resultado da expansão (cf. Mattoso, 1998:16-20). A primeira reacção identificada como “patriótica e popular” terá sido desencadeada pelo *Ultimatum* inglês em 1890 (cf. *idem*:38).

Naturalmente só após os característicos desenvolvimentos de fim de século - como a difusão da imprensa e da escolarização a partir de 1870, e a implantação de um sistema eleitoral, que permitem uma crescente participação da população na vida pública – é possível a generalização da consciência de uma identidade nacional (cf. Mattoso, 1998:21). Dos conflitos liberais - cujas guerras não evocavam questões territoriais mas tão só ideológicas – o triunfo liberal contribuiu para a difusão do “ideal nacional como um vínculo que devia unir todos os portugueses independentemente da sua ligação com qualquer poder constituído. O conceito romântico de ‘espírito do povo’ (Volksgeist) difundiu-se então entre os intelectuais burgueses como uma espécie de dogma” (cf. Mattoso, 1998:20).

Um dos eixos do movimento romântico concretizou-se na mitificação do passado imperial português, designadamente pela memória de Camões, cujo tricentenário foi assinalado em 1880. A data da sua morte em 1580, ano da perda de independência do país, potenciou o culto camoniano como símbolo da identidade nacional (cf. Corkill, 1996:166-7, nota 32 incluída). A epopeia colectiva de *Os Lusíadas* marca a atribuição dos feitos históricos ao colectivo português, numa ruptura com os relatos que até então aclamavam e singularizavam os heróis individuais, *i.e.*, reis e chefes⁵¹. Esta obra literária prestou-se bem a uma apropriação pelo Romantismo português da “vocação de um povo”,

⁵¹ A grandiosidade dos feitos e a mitificação dos protagonistas perpassam a obra: “Os portugueses, laureados por uma designação que os liga ao passado clássico (o povo que reivindicava a glória de ter resistido longamente aos Romanos) tornam-se o centro de uma intriga que apaixona o próprio Olimpo. A sua conquista dos mares, apoiada por Vénus e temida por Neptuno, fora preparada por um história gloriosa, feita de combates e de paixões, cujo destino imparável ameaçava o próprio poder dos deuses. O povo que estava no extremo da Europa chegara aos confins do mundo” (cf. Mattoso, 1998:35).

mas a sua influência é mais duradoura: “o imaginário que o poema representa e fortalece (...) adquire uma tal potência, que não deixará mais de alimentar os sonhos mais utópicos acerca do destino nacional, até aos dias de hoje. Por outro lado, ao tornar-se uma representação fortemente interiorizada, contamina a própria historiografia, mesmo aquela que se pretende científica e objectiva, sobretudo a partir do século XIX” (Mattoso, 1998:36).

Esta contaminação de que fala Mattoso é encontrada por exemplo na análise que Maria Isabel João (2006) efectua da grande edição em vários volumes da *História de Portugal* organizada por Damião Peres e Eleutério Cerdeira (edição de Barcelos), tendo os primeiros sete volumes sido publicados entre 1928 e 1935 e posteriormente mais dois volumes em 1954 e 1981; aliás, é a noção do Povo herdada da historiografia romântica e liberal que, visto como um colectivo com uma alma e um carácter próprio que transcende os indivíduos e as divisões sociais, se apresenta como o protagonista da obra (cf. João, 2006:164). No prefácio pode ler-se “Nas páginas que vão seguir-se será escrita a história de um grande Povo, de uma grande Nação: singelamente – a história de Portugal” (cit. por João, 2006:164), num tom de exaltação patriótica e heróica. A edição que esteve associada à memorável comemoração do 8.º centenário da fundação da nacionalidade – na grande Exposição do Mundo Português de 1940 –, tomou como marco o desfecho da Batalha de Ourique em 1140, em que Afonso Henriques teria sido aclamado rei pelos guerreiros vitoriosos (cf. João, 2006:167). Esta Batalha deu origem à lenda que torna Portugal uma nação destinada a espalhar a fé de Cristo e, desde modo, votada ao futuro império ultramarino, em virtude da alegada aparição de Cristo a Afonso Henriques⁵². À estrutura geral da obra subjaz uma concepção imperial e ultramarina do destino da nação, sublinhado pela privilegiada relação com o mar e a dimensão atlântica do território nacional: trata-se da procura, na geografia do território, de uma individualidade territorial explicativa da sua demarcação do resto da antiga Hispânia e que se evidencia nos alegados contrastes com Espanha, apesar destes dois países pertencerem à

⁵² A construção histórica e ideológica desta lenda que se tornou “facto” histórico é analisada por Mattoso (1998). A lenda de Ourique surge da história sobre a vitória de Afonso Henriques frente a cinco reis mouros; tendo sofrido reinterpretações sucessivas, incluía no fim do século XIV o célebre episódio da aparição de Jesus Cristo – e teria sido em memória dessa aparição que Afonso Henriques fixou, depois da batalha, o desenho das armas reais com a forma de cruz azul em campo branco. A aparição significava a protecção sobrenatural ao rei, e a extensão dessa protecção a todos os reis de Portugal e ao Reino é observada depois no reinado de D. Manuel (Mattoso, 1998:32-3). Diz o autor (*idem*:103): “a crença no milagre de Ourique, surgida no fim do século XIV ou princípio do seguinte [foi] cuidadosamente cultivado pelas elites nacionalistas até meados do século XIX”. Uma extensa análise de fontes foi efectuada por C. Maurício a partir de cerca de “um milhar de textos, produzidos entre os alvares de Quatrocentos e o presente” (1989:3), e o autor refere a “espantosa persistência e vitalidade da crença do milagre de Ourique enquanto traço identitário em Portugal, quando a confrontamos com casos semelhantes noutras culturas nacionais” (*idem*: 15).

mesma unidade geomorfológica (cf. *idem*:172-3)⁵³. Assim, nessa obra tão seminal para as ciências sociais (desde o seu surgimento em 1945 e nas seguintes edições revistas e aumentadas), que é *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, diz Orlando Ribeiro na “Orientação Bibliográfica” que insere no final do livro: “A primeira descrição de Portugal segundo os princípios da Geografia moderna figura no 1.º volume de Elisée Reclus, *Géographie Universelle*, Paris, 1876, e, a despeito de generalizações apressadas e mesmo erros de facto, lê-se ainda com interesse. Foi o primeiro autor a lançar a ideia da individualidade de Portugal na Península, retomada por Silva Telles, Lautensach e O. Ribeiro, com ideias novas” (Ribeiro, 1998:169)⁵⁴.

E na antropologia de Jorge Dias, coeva também do Estado Novo, este autor procura traçar o “perfil português”, como diz Mattoso (1998:105), encontrando-o na relação com o mar: “a força atractiva do Atlântico, esse grande mar povoado de tempestades e mistérios, foi a Alma da Nação e foi com ele que se escreveu a história de Portugal” (cit. por Luís Cunha, 2006:105)⁵⁵. A “vocaçào ultramarina” e a “vocaçào cristã” de Portugal legitimam no discurso oficial a possessão do império colonial: “Salazar dictatorship employed the full weight of its propaganda machine and educational system to equate the concept of the Portuguese nation with the possession of a colonial empire” (Corkill, 1996:156). A retenção do império português, adjectivado como “império multicultural”, foi justificada pelo mito de que os portugueses não eram racistas, antes mais tolerantes que outras nações, e cumpriam uma missão civilizadora em África⁵⁶ (cf. Corkill, 1998:158; Alexandre, 1993:62-5). Esta noção da tolerância portuguesa encontra uma base alegadamente científica na tese do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre do “lusotropicalismo”, constante do livro *O Mundo que o Português Criou*, de 1940, que defende que “o português teria uma aptidão especial para «se unir aos Trópicos» por uma união de amor e não de interesse (...) [que] derivaria do longo contacto, na Europa, com os povos árabes, e teria como traço fundamental a ausência de preconceito rácico” (Alexandre, 1993:53)⁵⁷.

⁵³ O Volume I defende a tese de uma série de contrastes geográficos entre Portugal e Espanha que justificam a privilegiada relação de Portugal com o mar: “o território espanhol tem uma configuração concêntrica (...) continental; Portugal tem uma configuração excêntrica (...) oceânica” (Vol.I, p.75. Cit. por João, 2006:172).

⁵⁴ As obras que O. Ribeiro refere são: Silva Telles, 1929, *Portugal. Aspectos Geográficos e Climáticos*; e, H. Lautensach, 1932, “A individualidade geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (cf. Ribeiro, 1998:123).

⁵⁵ Jorge Dias, 1950:142, “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, *Estudos de Antropologia*, Vol.I.

⁵⁶ O artigo 2.º do Acto Colonial de 1930, incorporado depois na Constituição de 1933 dizia: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam” (cit. por Alexandre, 1993:62).

⁵⁷ Valentim Alexandre (1993) revê toda a história do colonialismo português, e mostra como o “lusotropicalismo” não passa de um mito. Até ao século XIX os territórios africanos serviam os interesses de fornecimento de mão-de-obra escrava, e depois já no século XX, o “Estatuto dos Indígenas” – e outra legislação conexas – restringia a concessão de cidadania plena aos negros que mostrassem integração na

Esta breve incursão historiográfica permite perceber qual a história que era ensinada nas escolas, consentânea com a concepção do país sustentada pelo discurso oficial; aliás, diz Costa Pinto (1992:130) que: “O aparelho escolar sofreu uma atenção quase doentia por parte do regime (...) toda uma revisão nacionalista e tradicionalista da história foi introduzida”. Neste contexto, as estreitas relações entre cultura oficial e língua nacional – num *cluster* que amalgama história, destino, portugalidade e língua, *i.e.*, a pureza da “língua de Camões” – permite entender a posição deste regime face a uma língua que não é nativa de nenhum povo, e que é utilizada para fins e por pessoas suspeitas, como adiante se verá.

Encontramos várias leituras sobre a natureza política do Estado Novo, assim como sobre o Franquismo. Para Corkill, embora coevos dos fascismos europeus, não partilharam essa característica, antes foram regimes autoritários, reacionários e conservadores cristãos (vd. Corkill, 1996:156). Encontramos autores de opinião diferente. Loff (1996:14 e 103) diz que são duas ditaduras de signo fascista, e enquadradas na “época histórica do fascismo”, cujo início se localiza a partir do primeiro pós-guerra do século XX, com um momento mais marcado nas vésperas da 2.^a Guerra e na primeira metade desta (“a época de Hitler”), mas com prolongamentos posteriores ao segundo pós-guerra⁵⁸. Costa Pinto (1992) realiza uma importante análise das interpretações que as ciências sociais fazem do fenómeno do fascismo, tendo verificado que o Estado Novo não foi habitualmente incluído naquela categoria pelos autores estrangeiros, especialmente aqueles que inicialmente analisaram o tema; a sua investigação mostra que aquela demarcação relativamente aos regimes fascistas foi maioritariamente realizada a partir do binómio totalitarismo/autoritarismo, e também, da existência ou não de um movimento e de um partido fascista na edificação do regime autoritário, totalitarismo e movimento fascista sendo considerados ausentes em Portugal (cf. Pinto, 1992:85, 120 e 133)⁵⁹. Manuel Villaverde Cabral (1982) e Piteira dos Santos (1982) entendem que o regime salazarista pode ser denominado de fascista. Diz este último (1982:17): “É o tipo de poder-de-Estado, o seu conteúdo de classe, o monopólio político do *partido único*, que caracterizam um *Estado fascista* e um *fascismo*”.

cultura portuguesa; em 1961, quando aquele Estatuto é abolido, menos de 1% da população africana de Angola e Moçambique preenchia os requisitos estabelecidos (cf. Alexandre, 1993:54 e 64).

⁵⁸ Diz Loff: “é nossa convicção, por discutível que seja, que nunca o Salazarismo ou o Franquismo, em toda a sua complexidade, poderão ser entendidos fora desta *época do fascismo*: ainda que mantendo, no campo explícito, espontâneas ou artificiais distâncias, de prática ou de princípio, face a regimes e movimentos assumidamente fascistas, a sua *ideia-guia*, as suas referências, não são passíveis de confusão, até de compatibilização, com outra *época* que não esta. Tal asseveração torna-se ainda, se for possível, mais presente se nos dedicarmos em particular ao estudo da *época de Hitler*, ou seja, da conjuntura histórica de 1936-42” (Loff, 1996:104-5, itálicos reproduzidos como no original).

⁵⁹ Costa Pinto (1992:85) resume: “algumas «ausências», como a do partido [fascista] e do seu papel no derrube do liberalismo e na edificação do novo regime, da tendência totalitária, do seu carácter mobilizador, da ideologia nacionalista laica e expansionista, foram os elementos quase sempre apontados como justificação para demarcar o regime de Salazar”.

Abordaremos agora a ditadura espanhola e os movimentos nacionalistas naquele território. Com antecedentes na ditadura de Primo de Rivera da década de 1920, o franquismo é um nacionalismo centralizado e autoritário forjado em resposta à ameaça da Esquerda, apoiado no exército como meio de evitar uma “balcanização da Espanha”: “It was essentially reactive against the forces of collectivisation, secularisation, and the federalism as outlined in the Catalan (1932) and Basque (1937) Statutes and the unfulfilled promises made to Galicia” (Corkill, 1996:157). As particularidades regionais foram combatidas pela força, em particular, num ataque à diferença linguística:

Catalan and Galician were dismissively categorised as “dialects”. In its place he imposed a Castilian hegemony glorifying “España” and its “sacred and indestructible unity”. Francoist nationalism was not integrative, rather it sought to Castilianise, by replacing all traces of Spain’s liberal past with an intolerant, anti-secular, anti-intellectual, anti-foreign Catholic conservatism (Corkill, 1996:157-8).

A repressão pautou-se frequentemente por prisão, execução e exílio forçado. Como exemplo da repressão cultural e linguística generalizada veja-se o caso Basco, em que se recorreu a uma estrita proibição do uso público das roupas tradicionais, do folclore, de formas de saudação e nomes Bascos, de publicações de ensino da língua Euskera, para além da dissolução das associações culturais e repressão das que sobreviviam clandestinamente, do exílio dos intelectuais, e imposição de clero não-Basco que pregava em Castelhana (cf. Heiberg, 1996:334 e Lapierre, 1988:271, que sublinha “Car «parler chrétien» était alors parler castillan; et le bas clergé basque était nationaliste et républicain”). Lapierre (*idem*) fala assim de um sistemático etnocídio por parte do franquismo.

A instauração democrática em Espanha depois do franquismo implicou uma “política de consenso” e de compromisso resultante na constituição de 1978: uma unidade insolúvel em Espanha todavia com a garantia do direito à autonomia das nacionalidades e regiões, num equilíbrio entre centralismo e localismo (cf. Corkill, 1996:159). Em 1984 o território espanhol estava dividido em 17 comunidades autónomas, cada uma com uma assembleia regional.

Mas os regionalismos estão activos, o caso catalão muito radicado na língua – que é reconhecida como língua de trabalho na UE. “It has become a symbol for nationalist aspirations”, segundo diz Corkill (1996:161), e um elo entre identidade e territorialidade, como se evidencia pelo episódio de resposta à migração de outras proveniências de Espanha no início da década de 1990: acusado pelos migrantes de expressão Castelhana de se comportar como Franco, “mas ao contrário” o governo regional Catalão (Generalitat) tentou promover o monolinguismo e instituir a educação primária até à idade de 8 anos unicamente na língua Catalã. Veja-se: “Eventually legal action led the high court to rule that the Generalitat had violated the law by denying primary education in their own language to Castilian speakers, but this did not deter the Catalan authorities from introducing strict new laws in 1994 to discourage bilingualism” (Corkill, 1996:161).

O nacionalismo Basco ressurgiu lentamente na década de 1960, na vertente mais radical da ETA (Euskadi’Ta Akatasuna, *i.e.*, Pátria Basca e Liberdade), inspirada nos movimentos anti-coloniais do

“terceiro mundo” e dos movimentos estudantis europeus, e apresenta algumas transformações. Antigas assumpções relativas a uma especificidade racial convertem-se em assumpções culturais, e anteriores ligações ao Catolicismo dão lugar ao Socialismo, mas não se alterou a atitude fulcral de divisão política entre os patriotas e não-patriotas, no sentido separatista, em que só os estritamente nacionalistas são considerados verdadeiros Bascos. Assim são criadas duas categorias, os *abertzales* (patriotas) versus *españolistas* - ou seja, os Bascos e os Anti-Bascos -, distintas ainda da categoria dos não-Bascos onde estão os imigrantes. Na categoria dos Anti-Bascos, criada pelos nacionalistas, estão incluídos a polícia Espanhola, os partidos Comunista e Socialista, a classe de industriais Bascos, entre outros, mas que, com excepção da polícia, é uma categorização que todos rejeitam (cf. Heiberg, 1996:334-5). Assim: “Basque nationalism was and is not just a struggle for territory, for Basque autonomy (...) [it] supports arguments for a *differential* relationship between certain sectors of the population and others inside the Basque country (...) it is strictly non-oecumenical” (Heiberg, 1996:334). No entanto, na actualidade, a ETA, enquanto motor de um nacionalismo de tipo radical, pode considerar-se marginalizada na sociedade Basca, dado que os nacionalistas moderados aceitam a identidade Basca dentro do Estado Espanhol (cf. Corkill, 1996:160). Como já tinha sido referido, a língua Euskera não foi na fase inicial do nacionalismo do final do século XIX o móbil fulcral deste movimento, e é actualmente falada por menos de metade da população de ascendência directa Basca; mas é claro um símbolo identitário, e objecto comum de nacionalistas e não nacionalistas nas plataformas políticas, enquanto exigência de um bilinguismo a par com o Castelhana (cf. Heiberg, 1996:326 e 335)⁶⁰.

O Asturiano, também designada por *Bable*, é uma das línguas românicas da península Ibérica utilizada até ao século XIV em documentação escrita no reino cristão das Astúrias, mas substituída pelo Castelhana enquanto língua escrita como consequência dos processos políticos da implantação da capital no sul. O Castelhana converte-se na língua oficial e o Asturiano é a “língua do povo”, embora com alguma produção literária desde o século XVII. As circunstâncias em que emerge a sua defesa perante a hegemonia do Castelhana são muito distintas das de outros casos em Espanha no fim do século XIX: diferentemente da burguesia Catalã e Basca, a sua congénere asturiana da viragem do século não tinha preocupações com o património linguístico asturiano (cf. González-Quevedo, 1997:230). A génese do movimento pela defesa da língua ocorre após a queda do regime de Franco, e na base não estão ancestrais sentimentos de orgulho linguístico. Aliás, verifica-se naquela altura um corte geracional entre os seus defensores públicos – jovens muito escolarizados e politizados – e

⁶⁰ O trabalho de T. Apaolaza (1997) sobre a institucionalização do ensino primário no País Basco, no quadro do Estatuto de Autonomia, elucida um pouco a complexidade da situação linguística no país. A “Ley de Escuela Pública Vasca” apresenta três modelos para a rede escolar: as línguas dominantes para o ensino primário são, ou o Castelhana, ou o Euskera (sendo que em cada caso a língua não dominante é a segunda língua), e num terceiro modelo, o ensino reparte-se nas duas línguas, de acordo com o projecto de cada centro escolar.

muitos dos falantes de uma língua que não valorizam, e por vezes sentem como um estigma, e que é usada em contextos de ambiente familiar e vicinal por contraste com o Castelhana, recurso dos contextos mais formais e oficiais. Neste aspecto verificava-se uma semelhança com o Gaélico escocês, também remetido para as esferas da família e da religião, e menos para a do trabalho (González-Quevedo, 1997:231). As Astúrias têm um bilinguismo maioritário que se caracteriza por uma terça parte da população falar o Asturiano, mas que revela muitas vezes uma significativa permeabilidade à língua Castelhana (a nível fonológico, sintáctico e lexical. Cf. *idem*:238); existem também camadas monolíngues, tanto de Asturiano (rurais e mais idosas) como de Castelhana.

O movimento surge como uma consciência de recuperação e normalização linguística, de um modo planificado e politicamente viável (cf. González-Quevedo, 1997:232). O seu eixo principal é a reivindicação do ensino da língua nas escolas. Nesta visão de um futuro para a língua encontra-se uma semelhança com o movimento bretão (cf. González-Quevedo, 1997:234). Data de 1974 a criação da Conceyu Bable, uma associação linguística e autonomista que muito trabalhou no sentido da difusão, entre a população, da ideia da reivindicação da língua própria, através de cursos de Asturiano, da edição de revistas e folhetos e de obras literárias, e de criação de opinião nos meios de comunicação. A questão do ensino nas escolas foi operacionalizada de dois modos principais: uma petição ao Governo Autónomo Asturiano (que resultou em projectos piloto de ensino em escolas e depois iniciativas mais sistemáticas) e a formação de professores na Universidade de Oviedo. Em 1980 a criação da Academia de la Llingua Asturiana tem grande repercussão simbólica, científica e literária - dada a sua actividade de estudos científicos, normalização linguística e criação literária - e visibilidade política (cf. *idem*, pp. 232-3).

Como vimos, a teoria de Pierre Bourdieu sobre a legitimação de uma língua demonstra a necessidade da sua normalização escrita através de processos institucionais, sob pena de só existir como prática oral: “En effect, en l’absence de l’*objectivation* dans l’écriture et surtout de la *codification* quasi juridique qui est corrélative de la constitution d’une langue officielle, les «langues» n’existent qu’à l’état pratique, c’est-à-dire sous la forme d’habitus linguistiques au moins partiellement orchestrés et de productions orales de ces habitus” (Bourdieu, 1982:28-9).

Nexte contexto, naturalmente todos os aspectos culturais são muito valorizados, em especial a literatura, num alargamento temático face a um universo anteriormente mais devotado a questões rurais e folclóricas, e num grande esforço para a implantação da literatura escrita. Vários militantes convertem-se em escritores e publicam e organizam concursos literários. Através da literatura, as realizações teatrais combinam trabalho literário, de difusão e de reivindicação. A politização dos defensores do Asturiano é muito acentuada: revela-se em comportamentos politizados que são simultaneamente simbólicos identitariamente - como a de jovens que escolhem nomes asturianos para a sua descendência, começam a assinar o seu nome de modo “asturianizado” ou exigem a tradução de documentação oficial para Asturiano, ainda que, dados os seus níveis de escolarização, estejam perfeitamente capacitados para entender o Castelhana (cf. González-Quevedo, 1997:236). Os

protagonistas são bilingues e falam um Asturiano muito depurado, são muito escolarizados, movendo-se nos meios do ensino e da universidade, e são politicamente activos em movimentos de Esquerda e sindicais. É assinalável como uma consciência da problemática linguística corresponde a uma consciência política mais alargada.

Já o caso galego tem contornos muito interessantes no que respeita à língua. A filologia românica entende o galego-português como um mesmo idioma (o do reino cristão de Leão, que sofreu depois a divisão aquando da independência de Portugal face ao poder leonês). No ressurgimento cultural galego do século XIX, várias figuras assumem a pertença da Galiza à área lusófona, e muitos afirmam que o isolacionismo ortográfico galego deveria dar lugar à adopção da ortografia do Português, de modo a que não apenas todos os galegos possam ler português e vice-versa, mas sobretudo que o galego se torne mais universal a par com o português, *i.e.*, permitir a unidade linguística da Galiza com o mundo lusófono. Vilar Ponte (1881-1936), jornalista e político, fundador das “Irmandades da Fala” em 1916 vê o português como “o galego nacionalizado e modernizado” (Santalha, 1997:170-1). Esta convicção estendeu-se pelo século XX, através do escritor Álvaro Cunheiro (1911-1981), ou do filólogo e escritor Carvalho Calero (1910-1990), que escreve em 1981 em *Problemas da Língua Galega*:

O esplêndido isolamento do galego é um suicídio ou um assassinato por asfixia (...) Se não dizemos *Deus*, senão *Dios*; *lua*, senão *Luna*; *cea* ou *ceia* senão *cena*; *só*, senão *solo*, porque estas segundas formas são as usadas pelo povo, estamos consagrando o castelhanismo. Ao povo há que lhe devolver o que foi seu quando não estava alienado linguisticamente. Agora o está em tão alto grau que considera próprias as formas alheias, e estranha como alheias as próprias quando se lhe propõem (citado por Santalha, 1997:175).

É importante atentar na afirmação de Hobsbawm (cf. 1998:100-2) de que não existe uma ligação necessária entre os movimentos de renascimento cultural e as campanhas nacionais ou movimentos de nacionalismo político subsequentes. Vejam-se três exemplos: (1) antes da fundação da Gaelic League em 1893, que não teve inicialmente objectivos políticos, a língua irlandesa não constituía um problema para o movimento nacional irlandês, e só depois de 1900 sofreu um processo de uniformização; (2) o nacionalismo finlandês só se tornou essencialmente linguístico depois de 1880 quando o czarismo empreendeu a sua forma nacionalista de russificação; e (3) em Espanha, para além do já referido caso basco, o movimento catalão só em meados ou finais dos anos 80 do século XIX começou a preocupar-se com a questão linguística: o festival dos Jocs Florals (análogo ao Eisteddfodau galês) renasceu apenas em 1859, e a própria língua só foi normalizada de forma peremptória no século XX.

Neste momento pode ser útil uma breve alusão ao mapa espaço-temporal da diversidade linguística ocidental, com o objectivo de lançar luz sobre a relação existente entre várias línguas. Como foi já dito, as fronteiras dos estados (*i.e.*, políticas) não coincidem com as fronteiras territoriais das línguas, pelo que um mapa linguístico é nitidamente diverso do político:

Si l'on oublie momentanément ces frontières politiques – toujours provisoires – on verra nettement se dessiner deux lignes imaginaires divisant le territoire en trois grandes zones linguistiques (...) Ainsi se trouvent délimitées les langues *romanes*, qui occupent la plus grande partie du sud de l'Europe, les langues *germaniques* dans le centre et le nord, et les langues *slaves* à l'est (...) Cette vision schématique passe évidemment sous silence l'existence de nombreuses autres langues, par exemple celle des langues celtiques à l'extrême ouest, du grec à l'extrême sud-est ou encore du basque, seule langue pré-indo-européenne, qui survit sur un petit territoire situé entre la France et l'Espagne (Walter, 1994:13).

A maioria das línguas da Europa e da Ásia pertence à mesma família, a denominada indo-europeia⁶¹, que se propagou em direcção ao Oeste, tendo atravessado o Atlântico e tornando o Espanhol, o Português, o Inglês e o Francês as línguas dominantes do continente americano (cf. Walter, 1994:11). André Martinet (cf. prefácio da obra de Walter, 1994:9-10) diz que as línguas nunca deixam de se influenciar entre si e, pelo menos na Europa, as línguas existentes são marcadas tanto pelo que as aproxima como pelo que as distingue:

Les unes résultent de ce qui demeure d'une communauté d'origine (après des millénaires de divergence, l'Allemand dit (er) *ist* et (sie) *sind* là où le Français présent (il) *est* et (ils) *sont*). D'autres résultent d'emprunts de langue à langue ou de formations parallèles à partir d'un même modèle. L'anglais, langue germanique, a emprunté la moitié de son vocabulaire au français, langue romane. En quête d'un nouveau mot pour désigner une nouvelle affection, un médecin, qu'il soit allemand, russe ou espagnol, a quelque chance de le former avec des éléments empruntés au grec classique (Martinet, prefácio de Walter, 1994:10).

Walter caracteriza as línguas como “esponjas”, e todas apresentam uma notável permeabilidade a elementos estrangeiros: “chacune a pris et chacune a donné, et l'entrelacement de ces emprunts et de ces dons a pris de telles proportions qu'il devient impossible, dans certains cas, de savoir qui a donné à l'autre” (Walter, 1994:419. Ver também Lapierre, 1988:276)⁶². É este o âmago das línguas vivas: dar e receber, ou seja, naturalizando palavras vindas de algures e exportando as suas próprias produções. E se um empréstimo, tanto como uma criação, constitui sempre um enriquecimento e uma renovação das possibilidades de expressão (porque palavras novas aparecem para designar realidades novas), também

⁶¹ O Indo-Europeu não é de facto uma língua certificada, dado que não existem textos escritos, aliás, remontará a uma época anterior à da escrita. É uma língua teoricamente reconstruída pelos linguistas a partir da comparação das “línguas certificadas”; depois da análise de um elevado número de correspondências no domínio dos sons, gramática e léxico – como *mère*, *mater* em latim, *mothar* em gótico, *mathir* em celta, *matar* na língua antiga da Índia - os investigadores concluem que as línguas como o Italiano, o Alemão, o Irlandês ou o Hindi podem ter origem num ascendente comum (cf. Walter, 1994:19).

⁶² Veja-se o exemplo da palavra *sketch*, usada no Francês a partir da forma inglesa, que não deixa transparecer a sua origem italiana: *schizzo* (*croquis*, esboço), que tomou em Holandês a forma *schets*. Foi depois apropriada pelo Inglês onde se torna *sketch* (esboço, rascunho ou pequena peça teatral), para chegar finalmente ao Francês na mesma forma, com o significado de “cena curta, geralmente cómica” (cf. Walter, 1994:420).

outras se extinguem porque não têm mais utilidade ou não puderam integrar-se (Walter, 1994:425). Como refere Tomlinson (1991:93) sobre o processo de incorporação presente nas culturas, por vezes com interações complexas, é na língua que se torna mais expressivo: plena de importações que com frequência e até rapidamente se tornam “naturalizadas” e incorporadas no *standard*, a favor do qual futuras “invasões” serão criticadas (Tomlinson dá também exemplos na área musical: a Grã-Bretanha apropriou-se dos géneros americanos Jazz e Rock n’Roll, sendo que posteriormente o rock Americano é re-exportado do Reino Unido na década de 1960 por bandas como The Beatles. Aponta também a complexa interação entre a Europa e a América Latina quanto à música de dança. Cf. 1991:92-3). Sapir (cf. 1968:53-4) lembra que os fenómenos de empréstimo nas línguas são paralelos dos fenómenos de difusão cultural, e assim, o estudo da origem das palavras oferece frequentemente indicações importantes sobre as direcções segundo as quais se exercem influências culturais, tendo historicamente sido mais influentes o Grego, o Latim, o Árabe e o Francês e, na Ásia, o Chinês e o Sânscrito; veja-se que a língua inglesa tem uma estratificação diversa de empréstimos, como os do Latim Primitivo, do Francês Medieval, depois do Latim e do Grego Renascentistas, e finalmente do Francês Moderno.

Podemos concluir recorrendo a Clifford (1992:99), que sublinha a falácia da singularidade da língua de uma cultura singular, a partir dos estudos de Mikhail Bakhtin: “This equation, implicit in nationalistic culture ideas, has been thoroughly unravelled by Bakhtin for whom a language is a diverging, contesting, dialoguing set of discourses that no ‘native’ – let alone visitor – can ever learn”. Por isso diz o autor: “We need a critical genealogy of the connection between holistic concepts of culture, language and nation” (*idem*)⁶³. Uma importante nota de análise e reflexão deixada nesta brevíssima incursão pela origem da diversidade das línguas ocidentais é também a da artificialidade e precariedade das fronteiras nacionais.

Chegámos ao final do segundo ponto do primeiro Capítulo, pelo que é importante resumir as conclusões mais importantes que se podem inferir de tudo o que já foi abordado. Assim temos dois eixos de fenómenos construídos: as línguas, e a cultura em torno da língua. Daqui se infere o grau de mitificação das línguas como bases de comunidades, etnias e nações, e do grau de mitificação do próprio âmago das comunidades, etnias e nações. Pretendeu-se explicitar como são ideológicas as asserções de que as línguas são fenómenos “puros”, que são as bases primordiais das culturas, nacionais ou étnicas ou “matrizes do espírito” (Hobsbawm, 1998:53) nacional ou étnico. Do mesmo modo, as comunidades também não são “naturais”. Finalmente, as línguas não são a criação *mais essencial* dos grupos, o seu símbolo mais definitivo e distintivo.

O que está implícito ou subjacente a estas conclusões é a crítica, que se encontra em inúmeros autores, às concepções primordialistas dos grupos e das suas construções culturais (por exemplo:

⁶³ Diz o autor: “An ethnographer thus works in or learns some part of ‘the language’” (1992:99). Clifford refere os estudos linguísticos de Mikhail Bakhtin: *The Dialogic Imagination*, 1981; *Rabelais and His World*, 1984.

Tomlinson, 1991:97; Calhoun, 1994: 314; Balakrishnan,1996:288; Breuilly, 1996:149; Hroch, 1996:91; Verdery: 1996:232; Hobsbawm, 1996:259 e 1998:105; Gonzalez-Quevedo, 1997: 224; Beck, 2002:37 ou Anderson, 2006:133). Os ideólogos nacionalistas tendem a assumir universalmente que os grupos étnicos se formam em torno de atributos objectivos de tipo cultural, linguístico, territorial, racial, etc. Estes atributos, transformados em símbolos, proviriam de uma realidade inegável e intemporal, assim como a identidade do grupo. A seguinte citação de Hobsbawm é uma síntese dos processos de construção social e política aplicados às línguas:

O elemento político-ideológico sobressai no processo de construção linguística, que pode ir desde a mera “correção” e standardização das línguas literárias e de cultura existentes, mediante a formação de tais línguas longe do habitual complexo de dialectos sobrepostos, até à ressuscitação de línguas mortas ou quase extintas, o que equivale praticamente à invenção de novas línguas. De facto, ao contrário do mito nacionalista, a língua de um povo não é a base do sentimento nacional, mas é, na expressão de Einar Haugen, um “artefacto cultural”⁶⁴ (Hobsbawm, 1998:105).

A afirmação de Breuilly partilha da mesma análise de tipo construtivista:

There is no point in making great play with language and language differences if, in fact, there are no distinct languages (...) the codification of a number of spoken dialects into a written language is a creative and modern achievement which can produce different results according to scholarly procedures and political interests. The idea that language is a basis for making political distinctions is modern (Breuilly, 1996:152).

Numa abordagem marcadamente política, ao sublinhar a importância da decisão política na posição relativa das línguas em contexto nacional, Breuilly sublinha também que as línguas destituídas de papel e significado institucional na economia e nos sistemas legal, político e educativo, não são importantes senão para “auto-proclamadas elites culturais” (Breuilly, *idem*).

A identificação da nação com a língua – a base do nacionalismo da língua – tem na sua génese não os problemas da comunicação – ou mesmo da cultura -, mas os problemas do poder, da política e da ideologia, como lembra Hobsbawm (cf. 1998:105), que recorre ao exemplo da adopção do Hebraico moderno feita pelo movimento sionista, em detrimento do Ídiche⁶⁵.

⁶⁴ Ver as obras de Einar Haugen: *Language Conflicts and Language Planning: The Case of Modern Norwegian*, 1966 e “The scandinavian languages as cultural artifacts”, em Joshua Fishman, Charles Ferguson, Jyotindra das Gupta (eds), *Language Problems of Developing Nations*, 1968 (citadas por Hobsbawm, 1998:105).

⁶⁵ Diz Hobsbawm (1998:105): “Se fosse a comunicação ou a cultura a questão crucial, o movimento nacionalista judaico (sionista) não teria optado por um hebraico moderno que ainda ninguém falava e com uma pronúncia diferente daquela que era usada nas sinagogas europeias. Rejeitou o iídiche, que era falado por 95% dos Judeus Asquenazim do Leste Europeu e por aqueles que emigraram para o Ocidente, isto é, por uma maioria substancial de todos os judeus do mundo”.

Para além da perspectiva crítica do primordialismo, podemos também evocar a pertinência do princípio do “relativismo linguístico” defendido por Apaolaza (1997:249) contra um posicionamento de “determinismo linguístico” uma vez que: “a língua é um componente fundamental da cultura, é a cultura que a determina – se se pode falar de determinação; e não a língua que determina a cultura [segundo os partidários do “determinismo linguístico”]”.

Finalmente, não será apenas importante reiterar a arbitrariedade das fronteiras nacionais, mas também que, em teoria, as línguas não são elas mesmas fronteiras inevitáveis entre as pessoas e os grupos. Diz-nos Anderson que “Much the most important thing about language is its capacity for generating imagined communities, building in effect *particular solidarities*” (Anderson, 2006:133); diz-nos também que as línguas não são exclusivas, mas inclusivas: “Language is not an instrument of exclusion: in principle, anyone can learn any language. On the contrary, it is fundamentally inclusive, limited only by the fatality of Babel: no one lives long enough to learn *all* languages”. Mais à frente diz: “What limits one’s access to other languages is not their imperviousness but one’s own mortality” (Anderson, 2006:134 e 148).

Antes de terminarmos este Capítulo faremos uma última secção em que as questões já abordadas são deslocadas da perspectiva dos grupos para a dos indivíduos e da sua vivência da cidadania.

1.3 Línguas e cidadania

Começamos por concordar com a afirmação de Habermas a respeito do carácter multicultural das sociedades actuais: “Today, all of us live in pluralist societies that move further away from the format of a nation-state based on a culturally more or less homogenous population. Except for policies of ethnic cleansing, there is no alternative to this route towards multicultural societies” (Habermas, 1996:289. Ver também Hobsbawm, 1998:149 e Archibugi, 2005). Este fenómeno da diversidade cultural é na maioria das vezes acompanhado de uma correspondente diversidade linguística, que se explica pela presença de vários grupos linguísticos aquando da formação dos Estados e pelos fenómenos migratórios que originam comunidades dentro das fronteiras de um país. As situações são múltiplas, e moldadas por variáveis como os impérios, o colonialismo, as diásporas e os exílios, sendo a escravatura transatlântica uma das mais violentas deslocações populacionais na história, que resultou em várias culturas negras interligadas, nomeadamente, a afro-americana, a afro-caribenha, a britânica⁶⁶

⁶⁶ Paul Gilroy (1992:190-1) refere a cartografia do envolvimento dos escravos negros na história do R.U. e em particular no movimento operário, como também, o facto de no final do século XVIII um quarto da marinha inglesa ser composta por africanos (é de 1840 a pintura de William Turner intitulada “O navio negreiro”, exibida na Royal Academy, no momento em que decorria em Londres a World Anti-Slavery Convention).

e a sul-americana. São “culturas da diáspora”⁶⁷ ou “da deslocação e transplantação”, que desafiam as noções de etnicidade e identidade, de cosmopolitismo e nativismo (e que quando são inseparáveis de violentas interações económicas, políticas e culturais, podem ser entendidas como “cosmopolitismos discrepantes”) (vd. Clifford, 1992:108).

A vivência da diferença linguística na relação inter-étnica pode ser dramática, na medida em que depende de um dos atributos individuais mais visíveis para além da aparência física. A distância criada, forjada na diferença entre “nós” e “eles” ou os “outros”, baseia-se quase sempre numa distinção entre atributos respectivamente positivos e negativos, e muitas vezes os outros grupos étnicos incorporam figuras de seres toscos ou desprovidos de determinados atributos como o de “não saber falar” (vd. Quevedo, 1996:223). A minorização da língua materna dos indivíduos é uma experiência muito forte: como diz Anderson (2006:43): “those [spoken] languages that for their speakers (...) are the warp and woof of their lives”. A língua materna está directamente associada à identidade dos indivíduos, pelo que denegrir a “sua” língua é diminuir a pessoa. Leia-se este extracto relativo ao contexto multicultural dos EUA, citado por Giroux (1992:204):

So, if you want to really hurt me, talk badly about my language. Ethnic identity is twin skin to linguistic identity – I am my language. Until I can accept as legitimate Chicano Texas Spanish, Tex-Mex and the other languages I speak, I cannot accept the legitimacy of myself (...) and as long as I have to accommodate (...) English speakers rather than having them accommodate me, my tongue will be illegitimate. I will no longer be made to feel ashamed of existing. I will have my voice: Indian, Spanish, white (...) I will overcome the tradition of silence (Gloria Anzaldúa, 1987, *Borderlands, La Frontera: the New Mestiza*, p.59).

A vivência de uma língua minoritária pode ser sentida como um estigma. O caso dos lapões Saami da Noruega mostra como uma reivindicação inicialmente económica permitiu a assunção de uma cultura e língua antes votadas à escuridão. O protesto contra a construção do projecto hidroeléctrico de Alta River em território onde se efectuava o pastoreio sazonal de renas desde o século XVII levou a uma campanha de “desobediência civil” com uma tenda armada frente ao Parlamento em Oslo, com recurso a greve de fome e a exibição de trajes, música e língua. Esta desocultação cultural permitiu a implosão de um estigma de “mudez” ou “segredo étnico” dos Lapões em presença de não-Lapões; a libertação do estigma levou a que muitos noruegueses “descobrissem” repentinamente os seus antecedentes Saami, e este foi um resultado inesperado deste processo que todavia não venceu em sede de tribunal (vd. A. Cohen, 2004:77-9). A. Cohen refere este caso norueguês a par com os da Austrália e do Canadá, todos relativos à situação de povos indígenas confinados às fronteiras dos respectivos

⁶⁷ A noção de “culturas da diáspora” é de Kobena Mercer, 1988, em M. Cham e C. Andrade-Watkins (eds), *Blackframes: Critical Perspectives on Black Independent Cinema*. A noção de “conjunturas da diáspora” é de Stuart Hall, 1990, em Jonathan Rutherford (ed), *Identity, Community, Culture, Difference*, cit. por Clifford).

Estados-Nação, e conhecidos como situações de “colonialismo interno”⁶⁸: “the type of subordination to which the Saami had long been subjected within their ‘own’ boundaries has been described as one of ‘internal colonialism’. More recently such disprivileged and peripheral minorities have been designated ‘the fourth world’, and strikingly similar strategies of symbolic militancy have been observed among fourth world communities” (Cohen, A., 2004:79).

Pudemos ver como alguns regimes ditatoriais empreenderam a defesa das línguas nacionais nas décadas de 1930 e 1940. Esse fenómeno não ficou confinado ao passado: a defesa da língua nacional, tanto da influência de outras línguas como da disseminação de outros idiomas “concorrentes” pode ser verificada actualmente. No primeiro caso, o exemplo mais ostensivo será talvez o que ocorre em França, e que é assinalado por Hobsbawm (1998:106):

as línguas tornam-se exercícios mais convictos de engenharia social na proporção em que a sua importância simbólica prevalece sobre a sua utilização efectiva, como o testemunham os vários movimentos destinados a “indigenizar” o seu vocabulário ou a torná-lo mais verdadeiramente “nacional”, dos quais a luta travada pelos governos franceses contra o *franglais* constitui o exemplo recente mais conhecido. As paixões que os movem são fáceis de compreender, mas nada têm a ver com falar, escrever, compreender ou mesmo com o espírito da literatura.

Em particular, na tentativa de limitar a penetração de termos ingleses, é impedido o uso de Inglês em publicidade, e a Académie Française substituiu os termos intrusos *start-up*, *e-mail*, e *web* respectivamente por *une jeune pousse*, *message électronique*, e *la toile* (cf. Etzioni, 2008:121⁶⁹; ver também Fishman, 2001 e Fettes, 1992:6 sobre o purismo francês). Outros países mostram semelhante preocupação: na Holanda, a adopção de verbos foi feita através de uma modificação conforme com a gramática da língua holandesa que lhes acrescenta o sufixo *-en*: *to download* torna-se *downloaden*, *to log in* torna-se *inloggen*, e *to e-mail* torna-se *mailen*⁷⁰; também o Conselho da Língua Japonesa inventariou termos ingleses que já fazem parte do léxico japonês, como *outsourcing*, *back office*, *redundancy*, *accountability*, *negotiation*, *literacy*, *interactive*, *helper*, *nice* e *treatment*, e do mesmo modo a Academia Brasileira de Letras identificou os termos *drive-in*, *hot dog*, *milkshake* e *personal banker*.

A tentativa de defesa dos produtos culturais nacionais pode ser feita através da dobragem de filmes de língua inglesa para reduzir as hipóteses de serem visionados na língua original, ou através de subsídios específicos para produção de bens culturais nacionais, como filmes e trabalhos literários e

⁶⁸ A este respeito o autor refere a obra de N. Dyck, 1985, *Indigenous Peoples and the Nation-State: Fourth World Politics in Canada, Australia and Norway*.

⁶⁹ O autor recorre a Nigel Ross, 2004, “Academies and Attitudes”, *English Today*, 20.

⁷⁰ Em Geert Booij, 2002, “English as the Lingua Franca of Europe: a Dutch perspective”, *Lingua e Stile*, 36 (cit. por Etzioni, 2008:121).

teatrais⁷¹. A França é aqui também um exemplo quanto a medidas proteccionistas, quando na década de 1990 em negociações no contexto da WTO influiu no estabelecimento da “isenção cultural” no contexto do comércio livre⁷² (a sensibilização cultural no espaço do comércio mundial originou também uma medida do GATT para a protecção de tesouros culturais nacionais de valor artístico, histórico e arqueológico).

Quanto ao segundo caso – o da defesa face a línguas concorrentes – veja-se o movimento ocorrido nos EUA na década de 1980, desencadeado por cidadãos e apoiado politicamente em alguns Estados, para a protecção do Inglês relativamente às línguas dos imigrantes (cf. Bauman e Briggs, 2003: 301-6; vd. também Hobsbawm, 1996:263 e 1998:164; e Ives, 2010:518). Os proponentes de uma reforma constitucional declarando o Inglês a única língua oficial dos EUA, entre os quais o senador e perito em Semântica S. I. Hayakawa, argumentam que uma ameaça visível à predominância do Inglês constitui um perigo para a democracia e para a ordem política. Este senador foi um dos fundadores da organização US English que pressionou medidas nacionais e estaduais para declarar a oficialidade do Inglês e para restringir direitos de utilização pública a outras línguas (em situações como programas educacionais bilingues ou processos eleitorais bilingues). Bauman e Briggs reproduzem as palavras deste Senador (2003:301-2)⁷³:

He argued that it is English that “keeps us in communication with each other to create a unique and vibrant culture”. Racial conflicts between blacks and whites do not pose a threat to the body politic, he suggests, because “they quarrel with each other in one language”, but efforts by Latino leaders to promote bilingual education and bilingual ballots could undermine the fabric of American society.

Os autores referem também outro Senador, Walter Huddleston, que introduziu uma modificação sobre o Official English no Congresso, reiterando os argumentos de que foi o uso da língua comum na discussão das diferenças e compromisso de soluções que permitiu o desenvolvimento de uma sociedade estável e coesa (“que é a inveja de muitas sociedades fracturadas”)⁷⁴. Segundo Kathryn Woolard, a retórica a favor do Official English sustenta que os indivíduos só serão eleitores autónomos, informados e racionais se dominarem o sistema linguístico comum, porque o bilinguismo favorece “caciquismo”, votações em bloco e eleitores desinformados e não-qualificados (deste modo,

⁷¹ Etzioni (2008:121-2) refere o trabalho de Patricia Goff de inventariação de métodos e iniciativas de protecção de culturas e línguas locais (2000, “Invisible borders: economic liberalization and national identity”, *International Studies Quarterly*, 44).

⁷² Ver Richard Kennedy, 2002, “Who is culture’s keeper?”, *Foreign Policy*, 133, citado por Etzioni (2008:122).

⁷³ In James Crawford (ed) (1992), *Language Loyalties: A Source Book on the Official English Controversy*, p.98.

⁷⁴ Na obra de James Crawford citada pelos autores (1992, *Hold your Tongue: Bilingualism and the Politics of “English Only”*), tanto como referida na nota anterior, estão documentadas ligações da US English a outras organizações de agendas eugénicas e xenófobas que vêem nos Latinos uma ameaça aos direitos económicos e políticos dos cidadãos não-Latinos.

tanto alguns políticos liberais “brancos” como alguns Latinos que rejeitariam medidas explícitas em desfavor dos Latinos votaram a favor das propostas do Official English a nível local e estadual)⁷⁵. Em 2006 a questão foi novamente votada no Senado (Ives, 2010:518)⁷⁶. Sobre a representação política das etnias diz Hobsbawm (1996:260): “There are good reasons why ethnicity (whatever it is) should be politicized in modern multi-ethnic societies (...) Electoral democracy produces a ready-made machine for minority groups to fight effectively for a share of central resources, once they learn to act as a group and are sufficiently concentrated for electoral purposes”.

No final da década de 1990 outra controvérsia linguística foi vivida nos EUA, em torno do Ebonics, designação dada ao Inglês falado pelos afro-americanos, e reconhecido por linguistas. Em Dezembro de 1996 a Oakland’s Board of Education adoptou uma resolução de reconhecimento oficial do Ebonics, estabelecendo programas de familiarização para os professores e legitimando a sua utilização nas aulas para facilitar a aquisição e o domínio da língua inglesa. O debate público foi intenso, e demonstrou que as políticas linguísticas dominantes concedem ao Inglês standardizado uma posição de hegemonia: a elevação do Ebonics ao estatuto de língua desafia a visão do Standard English como um sistema linguístico único, com um núcleo homogéneo que unifica linguisticamente todos os falantes, e que defende as fronteiras relativamente a outras línguas, como o Espanhol (vd. Bauman e Briggs, 2003:303-5). Como conclusão dizem Bauman e Briggs (2003: 301 e 302):

It is the very success of purifying [and hybridizing] practices that enabled language to become a key neo-conservative tool in debates regarding race and immigration in the United States during the past two decades (...) Herder’s legacy lies at the heart of the one-nation-equals-one-language argument, the notion that a common language is the social glue that binds a nation together, engenders a unique and shared culture, and is also requisite to a viable democratic state.

Na mesma lógica de instrumentalização política da língua nacional para lidar com questões de imigração, no Reino Unido foram criados em 2005 testes de cidadania, que requeriam competência do Inglês ou a realização de cursos de língua e cidadania. Em Dezembro de 2006 Tony Blair afirmou: “It is a matter both of social cohesion and of justice that we should set the use of English as a condition of citizenship (...) permanent residents in the UK [should] be subject to an English test”⁷⁷.

A ideia – e prática – de protecção de uma língua através dos estatutos de oficial e nacional traduz a ideologia da existência de um “nós” enquanto corpo de pessoas unidas por um conjunto de traços comuns distintivos, nomeadamente “um tipo de vida”, um território, uma língua. Mas, à excepção da aparência física, quase todos os atributos aludidos para a definição do que é ser-se português, inglês,

⁷⁵ A referência de Kathryn Woolard é: 1989, “Sentences in the language prison: the rhetorical structuring of an American language policy debate”, *American Ethnologist*, 16 (2). Cit. por Bauman e Briggs, 2003:302.

⁷⁶ Vd. C. Hulse (2006), “Senate votes to set English as national language”, *New York Times*, 19 Maio.

⁷⁷ Tony Blair, 2006, “Speech on multiculturalism and integration” (citado por Ives, 2010:518).

ou de outra qualquer nacionalidade, podem ser adquiridos por outros indivíduos, designadamente, emigrantes (cf. Hobsbawm, 1996:263). Aquelas convicções traduzem conhecidos traços de xenofobia que, na visão de vários autores, apresentam hoje uma mudança relativamente às antigas concepções do século XIX e épocas anteriores. Isto é, no lugar antes ocupado pela noção de “raça” parece surgir actualmente o argumento da incompatibilidade cultural (vd. Gilroy, 1992:188; Giroux, 1992:207; ver também Balakrishnan, 1996:211). Gilroy (1992:188) diz que “It is significant that prior to the consolidation of scientific racism, the term race was used very much in the way that the word culture is used today”. Este autor leu os acontecimentos do caso Salman Rushdie em Inglaterra como um novo racismo culturalista e de absolutismo étnico: a crença numa diferença cultural irreduzível ficou visível nas ruas inglesas onde foram queimados os livros daquele escritor. Assim: “This new racism was produced in part, by the move towards a political discourse which aligns ‘race’ closely with the idea of national belonging and stresses cultural difference rather than biological hierarchy” (*idem*:190).

Hoje mesmo, temos o fundamentalismo que se reclama “islâmico” e o seu terrorismo que ameaça essencialmente todo o mundo “não-islâmico”. Estará esta visão de irreduzibilidade cultural muito difundida, e em que sectores? No mundo académico, Gilroy (1992: 192) encontra uma conotação entre as noções de povo e de nação em historiadores como Raymond Williams e Edward Thompson (do grupo de historiadores do Partido Comunista Inglês, que muito contribuíram para a fundação dos Cultural Studies e de que Eric Hobsbawm fez parte); paralelamente, do outro lado do Atlântico, várias gerações de académicos negros sustentam concepções absolutistas da diferença cultural negra em vez de uma perspectiva mais justa da diáspora transatlântica, que podia designar-se “the black Atlantic world” (isto é, em vez de nativismo e localismo puros deveriam antes assumir a existência de um hibridismo⁷⁸). Quanto às visões políticas, a análise de Giroux (1992: 206-7) ao caso dos EUA aponta a mesma crítica tanto à posição conservadora como à liberal: ou através de concepções negativas de identidade, ou fazendo equivaler cultura e raça, ou ainda dissolvendo as diferenças na teoria do “melting pot”, este último caso surgindo como a celebração da liberdade e da democracia de uma pretensa unidade cultural mas, com efeito, com a face da cultura hegemónica branca de classe média e condenando à invisibilidade as restantes culturas.

Estas críticas revelam o problema de conceptualizações reducionistas e essencialistas da realidade, designadamente, aplicadas às culturas e às identidades. As categorias sociais são isso mesmo, categorias, de classe, género, étnicas ou outras, e por isso as identidades também não são estanques e mutuamente exclusivas, mas múltiplas e não hierarquizadas de modo permanente (vd. Mercer, 1992:427; McRobbie, 1992:724; Giroux, 1992:205; Calhoun, 1994; M. Cohen, 1995: 232; Jenkins e Sofos, 1996:3; Corkill, 1996:155; Melucci, 1996:159; della Porta e Diani, 1999:91; Kim, 1999: 131 e

⁷⁸ Gilroy questiona-se sobre as razões do protecționismo cultural e da aspiração da etnicidade total, atendo-se ao exemplo dos negros americanos que escrevem sobre o Rap como se este tivesse surgido automaticamente do espírito dos Blues – como se fosse “um definitivo e autêntico produto popular étnico” – sem o reconhecimento do contributo decisivo dos migrantes caribenhos em Nova Iorque (cf. Gilroy, 1992:197).

100; Beck, 2002:37). Giroux (1992:205) – como tantos outros autores - afirma que o *self* é múltiplo e não unitário, e que as diferenças são sempre relacionais e não inerentes, e por isso “subjectivities and identities are constructed in multi-layered and contradictory ways. Identity in this sense is seen not only as a historical and social construction, but is also viewed as part of a continual process of transformation and change” (*idem*:207). Beck diz que “collective identities are historically invented and constructed *imagined communities*” (2002:37). No mesmo sentido Calhoun (1994:323-4) afirma:

it is common for people to gain their identities from a range of cross-cutting group affiliations (as Simmel suggested), and from membership in a variety of different salient cultural categories. Thus a woman in the United States may feel a strong sense of identity stemming from her occupation, her gender, her family, her community, her political activity, and her religion as well as and partially in competition with her nation.

Calhoun exemplifica o sentimento de nacionalidade, que é exaltado em determinadas circunstâncias históricas, como por exemplo pela guerra. Finalmente, M. Cohen (1995:232) diz que a pertença a vários círculos sociais demonstra a validade do princípio das lealdades plurais (ver também Beck, 2002:31; e della Porta e Diani, 1999:100, que falam do carácter policêntrico em vez de hierárquico das identidades)⁷⁹. A pluralidade identitária nas pertenças territoriais é visível por exemplo em países como Espanha e Itália, em que a identidade nacional pode ser vista em camadas ou como um fenómeno compósito entre a nação e as regiões. Do mesmo modo, também à escala da União Europeia se pode somar a identificação nacional com o supranacionalismo dos países que a compõem (vd. Jenkins e Sofos, 1996:3; Corkill, 1996:155).

Em contextos multilingues o modelo de interacção entre as línguas em presença costuma ser, como temos vindo a analisar, ou dominação ou luta. Todavia, pode ser uma divisão de funções, como Hobsbawm (1998:153; ver também Archibugi, 2005:540) mostra quanto ao Paraguai: tanto o Espanhol como o Guarani – que foi finalmente tornado também oficial - são ensinados e falados pela elite urbana, embora o Espanhol, com a excepção da literatura, seja o meio de comunicação escrita generalizado. Fishman refere igualmente a divisão de funções sociais das línguas em cenários multilingues, na diversidade dos espaços familiar, laboral, das questões oficiais, ensino e lazeres: “Each language in a multilingual society has its own distinctive functions (...) As long as no two or more languages are rivals for the same societal function, a linguistic division of labor can be both amicable and long-standing” (Fishman, 2001).

No cenário europeu em que tantos países são caracterizados pela coexistência de várias línguas, Lapierre tenta mostrar que o respeito pelas comunidades linguísticas deveria assumir que as populações necessitam também ser multilingues; o autor discute esta questão na assunção de que o

⁷⁹ O escritor Amin Maalouf partilha com as ciências sociais esta noção: “Se existir, em qualquer momento, entre os elementos que constituem a identidade de alguém, uma certa hierarquia, esta não é imutável, muda com o tempo e modifica profundamente os comportamentos” (1998:21-2).

respeito pela autonomia das culturas possa ter como resultado um sistema europeu semelhante ao tipo federalista e por isso entende que a viabilidade da Europa depende de que esta se torne federativa e multilingue (vd. 1988:279); no entanto, a discussão pode fazer sentido independentemente de um cenário federativo. Assim Lapierre lembra que o multilinguismo é uma realidade já familiar aos Escandinavos e à Europa Central, apresentando o exemplo do Luxemburgo. O Luxemburguês – variedade dialectal do Alemão – é de uso quotidiano, uma vez que é correntemente admitido no parlamento, não é interdito no ensino e é a primeira língua aprendida pelos trabalhadores imigrantes. Por seu turno, as leis são redigidas em Francês, que sendo a língua preferencial nos tribunais não é exclusiva. O Alemão domina na imprensa, nas igrejas, e no cinema. O ensino é realizado em Alemão nos primeiros anos, e o Francês posteriormente introduzido como língua obrigatória. O modelo “não-utópico” do Luxemburgo poderia ser adoptado, julga Lapierre, para que os sistemas pedagógicos dos diversos países se tornassem europeus na prática. Assim, nos dois primeiros anos a língua “materna” (mesmo que minoritária) seria também a do professor, e nos três anos seguintes seria introduzida progressivamente uma segunda língua (ou a do Estado-Nação, ou outra europeia sem estatuto internacional, preferencialmente a de uma população vizinha). No ensino secundário seria obrigatória uma terceira língua, escolhida de entre as seis que são reconhecidas nas comunicações internacionais (quatro delas são europeias – Francês, Inglês, Espanhol e Russo – e as outras duas são Chinês e Árabe) (cf.1988:281-2).

Podemos ver nesta sugestão de Lapierre um modelo que contempla e respeita a pertença cultural mais elementar, mas também as inserções e vizinhanças económico-culturais e linguísticas nacional e circum-nacional, e uma escolha também mais internacional. Permite uma convivência entre falantes de línguas diferentes que partilham o espaço nacional, e a aptidão para comunicar mais internacionalmente.

Nos debates sobre os contextos multilingues é frequente verificar-se uma oposição entre duas abordagens da política linguística. Archibugi (2005:552, nota 13 incluída) analisa as posições multiculturalista e cosmopolita. Os multiculturalistas defendem que a cada comunidade o ensino seja ministrado na sua língua, sendo a língua maioritária ensinada como segundo idioma. O fim máximo é a protecção de todos os idiomas, senão veja-se a expressão de Will Kymlicka: “a democracia política só se concretiza através das línguas vernaculares” (*Politics in the Vernacular*, 2001, cit. por Archibugi, 2005: 538). Os cosmopolitas defendem o oposto, ou seja, a língua maioritária deve ser universal, para que todas as barreiras linguísticas sejam derrubadas, mesmo que os idiomas minoritários corram risco de desaparecimento; Archibugi é um defensor do cosmopolitismo neste debate, assumindo a necessidade de existência de uma “língua global”. Assim, afirma que quando um meio ou mediador linguístico está em falta, o pré-requisito para a participação de indivíduos e instituições na vida democrática implica a criação desse meio – mesmo que artificial. Diz que “A língua universal é a chave para a cidadania cosmopolita”, e recorre à metáfora do Esperanto. Todavia, a sua defesa não é a de uma língua “artificial”, mas a de uma vernacular que esteja em melhor posição face às outras. Ives

(2010: 530) critica os cosmopolitas (como Archibugi, 2005 e Etzioni, 2008) por mais ou menos implicitamente defenderem a língua inglesa. As reticências de Ives prendem-se com o facto da eleição de uma língua vernacular não deixar nunca de privilegiar os seus falantes “naturais”, nem os contextos em que as principais instituições fazem uso desse idioma, para além de uma tal eleição escamotear as questões emocionais e políticas ligadas às línguas de ex-impérios, *i.e.*, nunca será uma língua neutra nem unicamente um instrumento comunicativo, mesmo que no contexto em que é eleita seja adicional ou suplementar sem substituir as restantes. Veja-se que a aprendizagem de uma língua adicional implica efeitos cumulativos (Etzioni, 2008:121): mais provavelmente se farão transacções de tipo económico com outras pessoas que dominem a mesma língua, também com maior probabilidade se adquirirão ou contactarão com bens materiais (equipamentos com instruções na língua em questão) e culturais (literatura, filmes, etc.), ou ainda se escolherá estudar em escolas no estrangeiro onde essa língua é falada. Assim, algum grau de benefício económico e de influência cultural surge deste modo para aqueles que falam esse idioma como língua materna.

Se não nos esquecermos quão arbitrários são os critérios de definição de fronteiras nacionais, não obstante tomadas como garantidas (Verdery, 1996: 232) - como decerto são arbitrárias quaisquer fronteiras das categorizações sociais -, nem nos esquecermos também que o conceito moderno (liberal e romântico) de nacionalidade remete para o reconhecimento de direitos de cidadania num espaço que não é necessariamente aquele em que se nasceu, podemos retomar a citação de Habermas⁸⁰ com que abrimos esta secção:

today, all of us live in pluralist societies that move further away from the format of a nation-state based on a culturally more or less homogenous population. Except for policies of ethnic cleansing, there is no alternative to this route towards multicultural societies (...) If, however, different cultural, ethnic and religious subcultures are to coexist and interact on equal terms within the same political community, the majority culture must give up its historical prerogative to define the official terms of that *generalized* political culture, which is to be shared by all citizens, regardless of where they come from and how they live (...) Such generalized political cultures have as their points of reference the national constitutions (...) On such a basis, nationalism can be replaced by what one might call constitutional patriotism (Habermas, 1996:289).

Esta noção de “patriotismo constitucional” será equivalente da noção de “cidadania cultural”, que pressupõe mais que uma mera tolerância às diferenças culturais, ou seja, implica uma integração no

⁸⁰ Contudo Habermas é criticado por raramente abordar a questão da língua ou línguas da “esfera pública”; tê-lo-á feito uma vez a propósito da discussão de uma Constituição para a UE, referindo-se à possibilidade do Inglês constituir a língua comum, em virtude do elevado grau de ensino formal deste idioma (ver J. Habermas, 1999, “Does Europe need a Constitution? Response to Dieter Grimm”, C. Cronin a P. De Greiff (eds), *The Inclusion of the Other*). A crítica é assim dirigida ao facto de Habermas assumir que o debate público transnacional (na UE) seria conduzido numa língua nacional que favorece as elites globais anglófonas pós-coloniais (ver Nancy Fraser, 2007, “Transnationalizing the Public Sphere”, S. Benhabib, I. Shapiro e D. Petranovic (eds), *Identities, Affiliations and Allegiances*). Obras citadas por Ives, 2010:522.

sentido em que se é membro pleno da comunidade, numa cidadania flexível, pragmática e aberta ao mundo: “Comparte características com otras formaciones de estructura menos definida, como la del movimiento ecologista, el antimilitarismo, y las varias redes de agrupaciones en favor de los derechos humanos” (Pi-Sunyer, 1997:216)⁸¹.

⁸¹ O conceito de “cidadania cultural” surge em Renato Rosaldo, 1994, “Culture, Citizenship and Educational Democracy”, *Cultural Anthropology*, 9 (3), referido por Pi-Sunyer (1997:216).

2 AS LÍNGUAS AQUÉM E ALÉM DAS COMUNIDADES

o sonho de uma língua perfeita ou universal sempre se afirmou precisamente como resposta ao drama das divisões religiosas e políticas, ou ainda à simples dificuldade das relações económicas. Em contrapartida, a história da alternância destas motivações através dos séculos constituirá um outro contributo para a compreensão de muitos aspectos da cultura do nosso continente.

Umberto Eco, *A Procura da Língua Perfeita*, 1996 [1993]:33 (Lisboa, Presença)

Se até aqui este trabalho reflectiu sobre a problemática da questão linguística por relação a enquadramentos nacionais, neste momento ocupamo-nos de espaços para além das fronteiras nacionais, que respeitam a contextos internacionais. As necessidades de inter-comunicação colocam, em situação de internacionalismo ou transnacionalismo, problemas óbvios que reclamam soluções relativas ao uso de uma ou mais línguas, mediante o recurso a tradutores/intérpretes ou a adopção de línguas francas. Mais uma vez, estas questões podem, como nos casos nacionais, ser perspectivadas de modo ideológico e político, de acordo com princípios sobre quais as nacionalidades cujas línguas beneficiarão da primazia, ou, se não, se se adopta uma língua franca *neutra*. Não obstante, as relações entre grupos e comunidades de língua diferente sempre existiram, mas a sua intensificação e alargamento a uma dimensão mundializada reclamam meios de comunicação também mundializados, especialmente se falamos dos processos de globalização emergentes na viragem do século XIX para o XX e que conhecem depois novos contornos com o decorrer do século.

Na sequência dos Capítulos anteriores, iniciamos estas discussões com um enquadramento do advento da globalização para melhor caracterizar o internacionalismo – a propósito dos movimentos operário e anarquista nos quais, não surpreendentemente, se encontraram fortes ligações ao Esperanto enquanto língua e enquanto referente ideológico. Segue-se a análise dos processos de globalização mais vastos e depois do transnacionalismo mais actual. Um balanço da história das línguas auxiliares encerra este segundo Capítulo teórico.

2.1 O Advento da Globalização: a Teleologia Científica

K. Marx e F. Engels são, em 1848, eloquentes na descrição das características da globalização que começava a desenhar-se, ou seja, um fenómeno cujo *primum movens* se encontra no crescimento do capitalismo e industrialismo, personificado na burguesia, e aliado ao crescimento das comunicações:

o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. Para o lugar da manufactura veio a grande indústria moderna; para o lugar da classe média industrial vieram os milionários industriais, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos. A grande indústria criou o mercado mundial que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial veio dar ao comércio, à navegação e às comunicações por terra um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, veio reagir sobre a expansão da indústria, e na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação e os caminhos-de-ferro se

expandiram, desenvolvia-se também a burguesia, que multiplicava os seus capitais e relegava para um plano secundário todas as classes que a Idade Média tinha legado (Marx e Engels, 1989 [1848]:62-3).

A atribuição destas transformações ao capitalismo que através da criação de forças de produção massivas produzem a “subjugação das forças naturais, maquinaria, aplicação da química à indústria e à lavoura, (...) navegação a vapor, caminhos-de-ferro, telégrafos eléctricos, arroteamento de continentes inteiros, criação da navegabilidade nos rios”, permitindo “populações inteiras brotando do solo” (Marx e Engels, 1989 [1848]:65), é também o reconhecimento inegável das aplicações da ciência e técnica. Vemos aqui os primeiros traços que vieram a definir o cenário do virar do século que Anderson (2005:3 e 2006: 54) denominou de pré-globalização dos transportes e comunicações, acrescida ainda do telefone, e do rádio, inventado em 1895. Vemos aqui também que o reconhecimento do papel da ciência e da técnica no aclamado progresso imprime à visão da humanidade um percurso evolucionista, como fica claro nestas palavras: “Pelo rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização” (Marx e Engels, 1989 [1948]:65). Finalmente, como corolário da globalização económica, ocorre a interdependências entre nações: “Em lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, surgem um intercâmbio generalizado e uma dependência generalizada das nações entre si” (Marx e Engels, 1989 [1948]:64-5).

O cenário europeu e norte-americano descrito no *Manifesto do Partido Comunista* por K. Marx e F. Engels é assim em grande medida o produto do papel das ciências desde a revolução científica do século XVII, que cria a visão de um universo governado por leis gerais cujo conhecimento permite a subjugação da natureza ao poder humano. Veja-se a britânica Royal Society, criada em 1662 para a promoção do conhecimento das “coisas naturais e das artes e experimentações úteis”:

The Royal Society was Britain’s preeminent scientific society, an institutional nexus for the cultivation and dissemination of a scientific ideology based on the rational, empirical pursuit of knowledge and the conviction that reason and science will yield universal laws and secure the progress of mankind, now freed from the shackles of traditional authority, blind faith, and superstition (Bauman e Briggs, 2003:2).

O desenvolvimento e supremacia desta visão e papel do conhecimento científico traça, desde o século XVII⁸² um caminho com ponto de chegada no século XIX ao conhecimento da sociedade:

⁸² A. Chalmers (1998:2) diz: “An influential claim is that, as a matter of historical fact, modern science was born in the early seventeenth century when the strategy of taking the facts of observation seriously as the basis for science was first seriously adopted”; ou diz “revolução científica do século XVII” (*idem*:247). Bauman e Briggs (2003:3 e 19) também referem o mesmo século. Já Sousa Santos (1993:5) toma o século XVI como marco do início da moderna ciência: “o século XVI, onde todos nós, cientistas modernos, nascemos”.

A consciência filosófica da ciência moderna, que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano as suas primeiras formulações, veio a condensar-se no positivismo oitocentista (...) segundo este, só há duas formas de conhecimento científico – as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas segundo o modelo mecanicista das ciências naturais (Santos, 1993:18).

O triunfo dos modelos de conhecimento do mundo natural torna-se hegemónico, na medida em que todo o conhecimento se torna subsidiário daqueles modelos - lógico, dedutivo, quantitativo, previsivo, utilitário e funcional – ou seja, torna-se extensível ao conhecimento da sociedade. Assim se verificou com as primeiras teorias sociológicas, entre as quais a de Auguste Comte (1798-1857), autor do termo “positivismo”, cujas palavras-chave são com certeza as de “evolução” e “progresso”. O positivismo é apenas uma face de um complexo que inclui o evolucionismo, e que tem um alcance mais vasto, contaminando para além das práticas científicas, também todas as visões da sociedade, a filosofia, a política, enfim, uma matriz que implica uma visão finalista e universalista da história e da humanidade, por via de um modelo final para o qual todas as sociedades tendem ou devem tender. Como dizem Bauman e Briggs (2003:3): “As part of the process of constructing modernity, European elites produced ideologies and practices and then elevated them to the status of universals that could be used in comprehending and dominating the rest of the world”, ou seja, a naturalização - e legitimação - de toda uma ideologia de racionalidade atribuída à supremacia do indivíduo branco, urbano, instruído, de género masculino, e conseqüentemente das suas práticas industriais, coloniais e imperialistas⁸³. Estes dois autores citam Dipesh Chakrabarty que, na obra *De-provincializing Europe* (2000), sugere que tanto o colonialismo como as desigualdades contemporâneas entre ‘Primeiro’ e ‘Terceiro’ Mundos resultam de um processo de “desprovincialização” da Europa (cf. Bauman e Briggs, 2003:3); inúmeros autores partem desta crítica, como os que se inscrevem nos Cultural Studies, e muitos dos que inspiraram ou construíram os argumentos dos movimentos sociais de libertação negra ou feminina, invocando como que um “vírus” fundamentalmente racista e patriarcal no pensamento ocidental. Anderson (1996:2) lembra como os conceitos matriciais são, a partir do século XVIII – *i.e.*, a época lançada com as revoluções -, entendidos globalmente: progresso, liberalismo, socialismo, republicanismo, democracia, legalidade, nacionalismo, até mais tarde o fascismo; Gellner (1994:27) lembra também que o universalismo foi um elemento matricial do Iluminismo.

Vejamos a teoria comteana, responsável pela cunhagem do positivismo enquanto princípio científico que se alarga à sociedade e à humanidade.

Na obra escrita entre 1830 e 1842, *Curso de Filosofia Positiva*, a primeira lição (*Importância da Filosofia Positiva*) dá conta da descoberta de uma lei fundamental do desenvolvimento da inteligência

⁸³ Bauman e Briggs (2003:4) referem o processo de aceitação da ciência como modelo social: “In order for the discourse of leading scientists to become a model for transparency and order for speech and civil society, it took a lot of social work to construct a scientific realm and project it as authoritative and disinterested”.

humana nas diversas esferas de actividade ao longo do tempo: cada ramo do conhecimento passa sucessivamente por três estados teóricos diferentes, sendo eles, o estado teológico ou fictício (que compreende as fases do feiticismo ou fetichismo, do politeísmo e do monoteísmo), o estado metafísico ou abstracto, e o estado científico ou positivo (cf. Comte, 1989 [1842]:140 e 1989 [1944]:167-9). Mais tarde este princípio é retomado e desenvolvido em *Lei dos Três Estados* (da obra *Discurso sobre o Espírito Positivo* de 1844). Esta lei é observada pelo autor tanto no processo do conhecimento individual como no do conhecimento colectivo (sendo que se é teólogo na infância, metafísico na juventude, e “físico” na idade viril; note-se como o estado adulto é sinónimo de virilidade). Por isso, na sua concepção do conhecimento em etapas evolucionistas Comte afirma que “a filosofia positiva é o verdadeiro estado definitivo da inteligência humana” (Comte, 1989 [1842]:144).

Verifica então que o conhecimento não se apresenta no mesmo estado em todos os grupos humanos: “a maior parte da nossa espécie não ultrapassou ainda este estado [politeísmo] que persiste, nos nossos dias, na mais numerosa das três raças humanas, assim como na elite da raça negra e na parte menos desenvolvida da raça branca” (Comte, 1989 [1844]:169). Verifica também que não se apresenta no mesmo estado em todas as áreas científicas, e inclusivamente que falta na constituição definitiva da filosofia positiva a fundação das ciências sociais; esta “revolução geral do espírito humano” permitirá doravante que a filosofia positiva seja o resumo de “um só corpo de doutrina, homogéneo” (Comte, 1989 [1842]:163). Deste modo diz Comte:

Com efeito, nas quatro categorias principais de fenómenos naturais (...) – os fenómenos astronómicos, físicos, químicos e fisiológicos -, nota-se uma lacuna essencial relativa aos fenómenos sociais (...) a grande, mas evidentemente a única lacuna que se trata de preencher para acabar de constituir a filosofia positiva (...) [e] nenhum fenómeno observável deixará de entrar em alguma das cinco grandes categorias desde então estabelecidas (...) Tornando-se homogéneas todas as nossas concepções fundamentais, a filosofia estará definitivamente constituída no estado positivo (...) tendo adquirido assim o carácter de universalidade que lhe falta ainda (Comte, 1989 [1842]:148-9)

A proposta visionária de Comte parte de uma grande preocupação com a questão da ordem nas sociedades. Atribuindo ao conhecimento científico um lugar basilar na sociedade moderna, o autor vê também que o lugar outrora ocupado pelas concepções teológicas possa ser doravante ocupado pela ciência, e assim, aos teólogos e à Igreja sucedem-se os cientistas e a ciência. Assim:

a filosofia positiva (...) pode ser considerada como a única base sólida da reorganização social que deve pôr termo ao estado de crise em que se encontram há tanto tempo as nações mais civilizadas (...) a grande crise política e moral das sociedades actuais decorre, em última análise, da anarquia intelectual (...) Enquanto as inteligências individuais não tiverem aderido, por um assentimento unânime, a um certo número de ideias gerais capazes de formar uma doutrina social comum, não podemos dissimular que o estado das nações ficará necessariamente revolucionário (...) e não comportará realmente senão instituições provisórias (...) Completando a vasta operação intelectual começada por Bacon, por Descartes e por Galileu, construamos

directamente o sistema de ideias gerais que esta filosofia é destinada daqui em diante a fazer prevalecer indefinidamente na espécie humana, e a crise revolucionária que atormenta os povos civilizados estará essencialmente terminada (Comte, 1989 [1842]:161-2 e 164).

Na concepção finalista comteana de uma sociedade “em ordem” é também fundamental a sua visão do papel, doravante anacrónico, do militarismo. Como refere R. Aron (1992:94-5), trata-se do século em que a riqueza depende não do saque, mas da organização científica do trabalho, pelo que as conquistas, perpetradas pela classe militar, não têm fundamento na sociedade positiva. O corolário lógico de uma teoria de fundamentos evolucionistas é a da concepção da unicidade da humanidade, sendo a sua etapa final a do positivismo universal, enquanto realização final. Assim diz Aron: “Se a ciência ou filosofia positiva é válida para todos os homens e se ao mesmo tempo a história é a da inteligência, concebe-se que deva ser pensada como a de um único povo” (1992:101).

A obra de Comte é um programa total que engloba a ciência e a educação⁸⁴, a política, e a substituição da religião por uma doutrina homóloga; vejam-se os títulos das suas obras: *Programa dos trabalhos científicos necessários para a reorganização da sociedade* (1822), *Sistema de Política Positiva* (1851-4) e *Catecismo Positivista* (1852). É assim que, significativamente, o programa positivista foi adoptado pelo Estado brasileiro no final do século XIX: o presidente Benjamim Constante fixou a *Enciclopédia das Ciências Positivas* como programa de estudos nas escolas oficiais, em 1880 foi fundado um Instituto do Apostolado e em 1891 no Rio de Janeiro inaugurado um templo positivista destinado à celebração do culto da Humanidade. Para além disso, a divisa positivista “ordem e progresso” está presente no pavilhão de fundo verde da bandeira brasileira, sendo que o verde era a cor das bandeiras positivistas (cf. Aron, 1992:133 na nota 27)⁸⁵.

É visível uma afinidade entre marxismo e positivismo quanto à visão evolucionista subjacente à história humana: “ambos [marxismo e positivismo] partilham do mesmo optimismo teleológico, embora com diversas concepções da evolução: materialista e dialéctica, num caso, idealista, linear e acumulativo, noutro caso” (Braga da Cruz, 1989:IX). Este futuro anunciado seria também, em ambas as visões, tendencialmente pacífico: se Comte entendia que o estado positivo da humanidade seria pacífico, também Marx, embora por outra via, que seria a deposição do capitalismo, responsável pelo militarismo e pólo do antagonismo com o operariado - o responsável por essa mudança histórica⁸⁶.

⁸⁴ Diz Comte: “já excelentes espíritos reconhecem unanimemente a necessidade de substituir a nossa educação europeia, ainda essencialmente teológica, metafísica e literária, por uma educação *positiva* conforme ao espírito da nossa época e adaptada às necessidades da civilização moderna” (Comte, 1989 [1842]:158).

⁸⁵ Na visão subsidiária das ciências físicas e naturais de Comte, a Dinâmica está subordinada à Estática, que remetem para os termos “ordem” e “progresso”: “O progresso é o desenvolvimento da ordem” (cf. Aron, 1992:104).

⁸⁶ Braga da Cruz é esclarecedor sobre o contexto da emergência da sociologia positivista: “[a] positividade da sociologia novecentista constitui [aliás] uma réplica à filosofia «negativa» ou à negação da filosofia, perpetrada pela dialéctica. Ou por outras palavras, a sociologia nasceu em pleno século XIX, como reacção

O positivismo, profundamente devedor do evolucionismo, implica uma visão universalista da história e da humanidade. Veremos depois como as premissas positivistas viriam a ser tomadas por certos esperantistas do início do século XX.

2.2 Internacionalismo Operário e Anarquismo

As Internacionais Operárias incorporam uma ideia basilar de negação de fronteiras, sendo o posicionamento operário o de uma classe revolucionária que, travando uma luta de classes à escala mundial, assume necessariamente a dimensão de uma classe mundial (cf. Kriegel, 1974:7). Ambicionam a construção de uma sociedade mais humana através de um sonho político: “como objectivo principal, a formação de uma sociedade com a mesma estrutura, produzindo (...) como que uma vasta sociedade internacional construída sobre uma comunidade de ideias” (Kriegel, 1974:9). O pensamento marxista, fonte crucial da ideologia do movimento operário, tem da história uma visão segundo a qual a sociedade humana evoluiria para a universalidade, como sintetiza Gellner (1994:5-6):

Unambiguously, the future was to be nationless as well as classless and religiousless (...) National divisions by class and religion are ultimately spurious and constitute obstacles preventing man from realizing his species-being, wherein his true fulfilment lies. His real destiny is to be free of the constraints imposed on him by his membership in class, ethnic or religious categories, and indeed by any social roles. At the same time he will somehow be automatically incorporated in a harmonious universal community.

Gellner diz ainda que a metafísica social de Marx e Engels é uma mistura curiosa de individualismo anarquista e comunalismo pan-humano. Adiante analisaremos também o anarquismo.

Nairn lembra que a posição dos internacionalistas não é descendente nem das crenças universalistas do passado - *i.e.*, das doutrinas espirituais da natureza humana -, nem dos cosmopolitas – a elite pré-industrial pretensamente portadora do papel vanguardista da internacionalidade civilizadora –, e também não é identificável com os cosmopolitas mais actuais, que se assumem cidadãos de qualquer lugar. Na era das lutas nacionalistas e imperialistas, o internacionalismo surgia como a crença – uma fé secular - numa forma alternativa de desenvolvimento civilizado, nem imperial nem nacional. Seria deste modo uma classe, o proletariado, o vector de desenvolvimento, opondo-se ao império e transcendendo a nacionalidade, e assumindo os desígnios do Iluminismo: os trabalhadores de todos os países, unidos, tornar-se-iam cidadãos do mundo (vd. Nairn, 1996:271-2). O internacionalismo deve ser visto como um reverso do nacionalismo: “internationalism (...) is a constituent of the same nationalist universe. Since the fall of Napoleon’s empire, these two world views have existed in a

ao materialismo dialéctico e ao pensamento socialista, tal como se opunha à teologia e à metafísica conservadoras. Por isso se assumiu como ideologia da «ordem e progresso»” (Braga da Cruz, 1989:VIII).

permanent, uneasy tension with one another, the Siamese brothers of a single world-historical process” (Naim, 1996:270).

A Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.) é criada em 1864 em Londres, pela cooperação das duas mais estruturadas classes operárias europeias, isto é, a francesa e a inglesa, sendo que os primeiros agrupamentos internacionais que desde 1846 começaram a organizar-se eram compostos por minorias revolucionárias pouco representativas – nomeadamente cartistas ingleses que reivindicavam a extensão de direitos à classe operária, proscritos franceses da Comuna Revolucionária, ou refugiados políticos como Karl Marx, figura decisiva na elaboração dos primeiros estatutos da Associação (cf. Kriegel, 1974:13-4). A dimensão internacional do Congresso de Basileia, realizado em 1869, era revelada através da participação de 79 delegados de 9 países: França (27), Suíça (24), Alemanha (10), Inglaterra (6), Bélgica (5), Áustria (2), Itália (2), Espanha (2) e E.U.A. (1) (cf. Kriegel, 1974:26).

A A.I.T. terá uma curta duração até à dissolução em Nova Iorque em 1876, em virtude de dois factores maiores. Um deles foi a oposição estabelecida entre Marx e o anarquista russo Mikhail Bakunin, o primeiro apontando ao segundo uma fraqueza teórica e uma precipitação revolucionária contra-producente, e a crítica de Bakunin incidindo sobre a organização e disciplina que Marx pretendia imprimir ao movimento operário, de tal modo que se deu uma cisão e a criação da Internacional Antiautoritária (cf. Kriegel, 1974:27-30 e 35-6). O outro factor foi a derrota da Comuna em Paris de 1871, que implicou a dispersão das secções francesas, e uma extensão da repressão da Internacional na Dinamarca, Áustria-Hungria e Alemanha e a sua ilegalização em Espanha (cf. Kriegel, 1974:31-4; Braga da Cruz, 1989:4). As contendas entre marxistas e bakuninistas levam Marx e Engels a propor a transferência do Conselho Geral para Nova Iorque em 1872. “Esta decisão é o golpe de misericórdia. Para Marx terminou uma época. Depois da derrota e das lições da Comuna é necessário recomeçar com bases diferentes” (Kriegel, 1974: 34)⁸⁷.

A partir de 1880 desenha-se uma nova etapa para o movimento operário. Em virtude do desenvolvimento das sociedades industriais, transmuta-se o universo operário, quer pelo aumento do número de trabalhadores industriais, quer pela emergência de novas áreas de laboração que criam novas categorias profissionais (como os caminhos-de-ferro e o gás), quer ainda pela concentração em grandes empresas. Assim, também se expande o movimento operário internacional, tanto na Europa (os países escandinavos, a Rússia e os países balcânicos, e ao sul a Península Ibérica e a Itália) como fora da Europa (sobretudo nos E.U.A.). Assim também se opera uma expansão do sindicalismo, e do socialismo, organizado em partidos políticos (a partir do modelo teórico do Partido Social-Democrata

⁸⁷ Marx escreve em 1871: “Quando a Comuna de Paris tomou nas suas próprias mãos a direcção da revolução, quando pela primeira vez na história simples operários se atreveram a violar o monopólio de governo dos seus “superiores naturais” (...) o Velho Mundo retorceu-se em convulsões de raiva perante o espectáculo da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, que ondulava no edifício da Câmara Municipal” (Marx, 1871:47).

Alemão fundado em 1875), com reflexos na composição dos parlamentos nacionais. Naturalmente, em função dos diferentes ritmos nacionais, tanto da industrialização como das formas de sindicalização, assim se produziu uma diferenciação das relações entre socialismo e sindicalismo (vd. Kriegel, 1974:39-44)⁸⁸.

O crescimento do socialismo europeu permitiu recolocar a necessidade de as relações internacionais serem retomadas, “devendo ser a Internacional o estado-maior do exército proletário e o internacionalismo a via que conduziria à revolução” (Kriegel, 1974:44). Uma reconstrução da A.I.T. tinha sido já tentada por socialistas belgas e suíços, designadamente por meio de conferências e congressos realizados entre 1876 e 1888; todavia, enfrentaram a oposição da social-democracia alemã de Marx e Engels que entendiam que a estratégia a seguir seria a de criar partidos poderosos especialmente em Inglaterra, Alemanha e França, *i.e.*, os três países centrais da Europa Ocidental. Três são também as razões: o fracasso da Comuna mostrava que a revolução socialista não se daria num curto termo; a necessidade de adoptar para cada contexto nacional a sua estratégia política; e, a pluralidade de escolas socialistas e o desacordo programático daí decorrente. Com o desaparecimento de Marx em 1883, congregam-se em torno de Engels alguns jovens teóricos⁸⁹ que combatem ardorosamente quer as ideologias da esquerda republicana, quer os ideólogos socialistas não marxistas, essencialmente anarquistas e neobakuninistas (sobretudo localizados nos países latinos como Itália, França e Espanha, ou na Rússia e na Holanda) (cf. Kriegel, 1974:45-6).

A II Internacional é fundada a partir do Congresso de Bruxelas em 1891, desta vez sem uma estrutura centralizada, sendo as relações internacionais entre os movimentos dos vários países assegurada por congressos internacionais, denominados “futuro parlamento do proletariado”. A II Internacional caracterizou-se não só pela representação de todas as tendências socialistas, como pelo respeito da autonomia das secções nacionais (*idem*:48-9). O contencioso entre marxistas e anarquistas acabou por se mostrar insanável. Subjacente às confrontações travadas encontrava-se um problema de doutrina, já existente na I Internacional. Segundo a corrente anarquista - que congregava as tendências hostis ao marxismo, como os trade-unionistas e os possibilistas franceses - o “exército internacional do proletariado” triunfaria pela conquista inicial da emancipação económica que asseguraria por seu turno a emancipação política. Contrariamente, a visão marxista crê na necessária conquista inicial do poder político que permite alcançar a emancipação integral. Se os anarquistas tinham sido excluídos

⁸⁸ Em Inglaterra o movimento “trade-unionista” controla a actividade operária e condiciona a implantação socialista; na Alemanha o Partido Social-Democrata dirige a actividade sindical em função da estratégia socialista; na Bélgica e nos países escandinavos verifica-se uma fusão das três formas de organização operária (partido, sindicato e cooperativas); e em França sindicalismo e socialismo desenvolveram-se paralelamente, tornando-se concorrentes na conquista da opinião operária (cf. Kriegel, 1974:41).

⁸⁹ Como K. Kautsky e E. Bernstein na Alemanha; A. Labriola e F. Turati em Itália; J. Guesde, P. Lafargue e G. Sorel em França; e G. Plekhanov na Rússia (cf. Kriegel, 1974:46).

do Congresso de Bruxelas em 1891, foram expulsos quer do Congresso de Zurique em 1893 e finalmente do Congresso de Londres em 1896, dada a sua rejeição da acção legislativa e parlamentar como um dos meios de combate na luta anticapitalista (vd. Kriegel, 1974:50-1).

A viragem do século marca uma mudança no movimento operário internacional. A esperada revolução não ocorreu, e de facto, quer o crescimento técnico acelerado nas sociedades capitalistas, quer a entrada das economias “atrasadas” no circuito mundial, quer ainda a contribuição da divisão das colónias para o desenvolvimento dos países colonizadores (que agrava as discórdias entre as grandes potências), são todos indicadores de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, que é a do imperialismo. Paralelamente, ocorre um recrudescimento das forças do socialismo, expandindo-se em todo o continente americano, na Austrália e na Ásia (vd. Kriegel, 1974:53-4). Contudo, a mudança maior consistiu na proposta revisionista do marxismo que resultou na crise revisionista, e finalmente, numa cisão dentro da Internacional no contexto da 1.^a Guerra. E. Bernstein publica em 1899 *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*, repensando o papel e pertinência da luta de classes que, por via das novas condições da vida - política, económica e social - devidas em parte ao próprio movimento operário, dará lugar a uma *humanização* nas relações sociais:

Bernstein preconiza um socialismo de tipo novo, cujo ponto-chave é o estabelecimento de relações pacíficas entre nações e classes (...) A social-democracia deve pois sair do seu isolamento, procurar a aliança com a esquerda, que, sem desprezar a luta social, recusa a ditadura do proletariado. Deste modo o socialismo torna-se um objectivo que será alcançado, não pela via de uma revolução sangrenta, mas por um processo de reformas: um trabalho quotidiano paciente, de dentro, deve transformar a sociedade capitalista (Kriegel, 1974:57-8).

Bernstein encontra grande oposição, por parte da defesa do marxismo, em todos os grandes nomes da social-democracia, especialmente K. Kautsky. Se a primeira revolução russa em 1905 acentuava a posição dos opositores de Bernstein, a sua posterior derrota desencorajou os socialistas russos, e reforçou a perspectiva do reformismo.

A luta das tendências atinge a sua maior dimensão na questão da luta pela paz, que desde o Congresso de 1900 começa a ser discutida: “se o movimento socialista era unânime em ver na guerra um fenómeno directamente derivado do capitalismo, dividia-se, porém, nos métodos de combate contra ela” (Kriegel, 1974:64-5). A discussão da “acção do proletariado contra a guerra”, no Congresso de 1907, em Estugarda, revela a oposição inequívoca que pela primeira vez antagoniza a posição da paz como réplica da guerra e a posição que responde com a revolução. Assim, o Congresso estabelece um pacifismo essencial declarando-se que, à ameaça de eclosão da guerra, a classe operária tem o dever (através dos representantes nos parlamentos, com a ajuda da organização internacional, força de acção e de coordenação) de aplicar todos os esforços para a impedir, declaração contra a qual se levanta uma minoria de esquerda com a alternativa revolucionária. Rosa Luxemburgo, Lenin e Martov apresentam pois uma emenda importante: “No caso de, contudo, a guerra eclodir, têm o dever

de intervir, para a fazer parar imediatamente, e utilizar, com todas as suas forças, a crise económica e política criada pela guerra, a fim de agitar as camadas populares mais profundas e precipitar a queda do domínio capitalista” (cf. Kriegel, 1974: 67)⁹⁰.

A eclosão da Guerra em 1914 trouxe à Internacional o dissabor da viragem da política operária e socialista, uma vez que os líderes socialistas da Alemanha, França e Bélgica se juntam aos respectivos governos nos objectivos da guerra – o que causou viva reprovação por parte de Lenin e Rosa Luxemburgo, aliás, Lenin denunciando mesmo o que considerou o fracasso da Internacional. E formou-se com efeito uma corrente, que incluiu representantes dos países não envolvidos, crente de que o socialismo, pela sua inserção mundial, podia ter um papel de negociação entre os beligerantes; a sua manifestação inicial foi através da Conferência de Zimmerwald em Setembro de 1915 que reuniu 38 socialistas de onze países, entre os quais responsáveis franceses e alemães, assim como os russos Lenin e Trotsky. Esta conferência denotava o desacordo com a estratégia operária de suspender as perspectivas da revolução social, esperando a vitória de um bloco de nações sobre o outro (cf. Kriegel, 1974:87).

Havia contudo duas estratégias. A maioria pretendia o restabelecimento das relações internacionais, mediadas pelo movimento socialista, obrigando todos os governos a negociações. Por seu turno, a “esquerda zimmerwaldiana” entendia que o proletariado podia desencadear uma revolução, numa resposta à guerra imperialista, que sendo uma empresa mundial, podia ter início num único país – explicando-se deste modo a palavra de ordem leninista da “transformação da guerra imperialista em guerra civil”. Depois de outra conferência em Abril de 1916, e de uma tentativa de organização da conferência socialista internacional em Estocolmo no ano seguinte – para definir as bases da proposta socialista para uma negociação geral – todo o projecto fracassa, essencialmente porque devido à chegada de reforços americanos no Verão de 1917, já tinha passado a oportunidade da negociação (cf. Kriegel, 1974:88-9). Em Outubro a proposta leninista da paz pela revolução é realizada na Rússia.

Em 1919 ocorre a conferência internacional comunista, que decide constituir-se em III Internacional e adoptar o nome de Internacional Comunista. No seguinte Congresso, ocorrido no ano posterior, são estabelecidas as 21 condições impostas para adesão de partidos à Internacional Comunista (a título de exemplo, a condição 16 impõe o reconhecimento do carácter obrigatório das decisões da Internacional Comunista, “partido mundial único”; a condição 17 impõe que a designação de Partido Comunista substitua a de Partido Socialista) (cf. Kriegel, 1974:99-101)⁹¹.

⁹⁰ Para a definição dos meios de actuação surgiu, no congresso de Copenhaga em 1910, a seguinte emenda: “a greve geral operária, sobretudo nas indústrias que fornecem à guerra os seus instrumentos (...) assim como a agitação e a acção populares são as suas formas mais activas” (cf. Kriegel, 1974: 67).

⁹¹ A incompatibilidade entre Trotsky e Stalin manifesta-se na oposição, respectivamente, da “revolução permanente” contra “o socialismo num só país” (em 1927 a facção trotskista intitulava-se bolchevista-leninista). Em 1929 ocorre a expulsão de Trotsky do país, e surgem elementos ou facções trotskistas em inúmeros partidos comunistas fora da Rússia (numa reacção contra a condução estalinista da União Soviética

Em Abril de 1922 é tentado, sem sucesso, um entendimento entre as duas Internacionais, na Conferência de Berlim; assim, no ano seguinte, ao apelo da II Internacional através do *Manifesto aos Operários Socialistas de Todos os Países*, realiza-se em Hamburgo o Congresso de Fundação da Internacional Socialista (com F. Adler como secretário). Concretiza-se a cisão no movimento operário:

Assim, a cisão (a que o socialismo internacional tinha finalmente escapado no decorrer da guerra, mas que se concretizara com a fundação da III Internacional, expressão institucional da empresa de revolução mundial, da qual a Rússia Soviética era o modelo e o lar) terminava aqui, e tornava-se um dado estável e permanente do mundo operário. Daí em diante, *socialismo* e *comunismo*, lado a lado, ou frente a frente, propõem soluções diferenciadas face aos acontecimentos mundiais: diferenciadas, somente, até certo ponto, uma vez que os dois partidos possuíam uma fonte doutrinal comum (Kriegel, 1974:108-9).

A posição socialista perante o regime soviético critica necessariamente a sua dureza – prolongada para além das necessidades do preconizado período limitado de uma ditadura do proletariado para a “liquidação da burguesia” -, a perseguição aos socialistas, dentro e fora da Rússia, e finalmente, enquanto herdeiros do pacifismo bernsteiniano, são contrários à teoria leninista de “inelutabilidade das guerras imperialistas”, por não verem na guerra o meio para a liberdade e justiça social (vd. Kriegel, 1974:109). Apesar de tudo, e perante a instauração do fascismo na Europa, foi possível um pacto de acção comum mediante a constituição da Frente Popular em Janeiro de 1935 – que depois não resistiu à derrota das Frentes Populares. Deu-se o pacto germânico-soviético em Agosto de 1939, e finalmente, a dissolução da Internacional Comunista em Maio de 1943 como centro dirigente do movimento operário internacional, numa declaração assinada pelos Partidos Comunistas Bolchevique Alemão, Francês, Checo, Espanhol, Italiano, Finlandês, Austríaco, Húngaro e Romeno.

Esta exposição histórica das internacionais operárias permitirá explicitar como é que o movimento operário esteve ligado ao movimento do Esperanto. Pela mesma razão nos ocupamos de seguida com o movimento do anarquismo.

Tal como o marxismo, o anarquismo constitui uma reacção maior ao advento do industrialismo, ainda que apresentem alguns elementos quase opostos; assim, se no primeiro caso não se verifica uma contestação do industrialismo mas uma proposta de revertê-lo a favor dos operários, os anarquistas elaborando por seu lado uma crítica tendencialmente radical da sociedade capitalista e estatizada fazem-no a partir de uma nostalgia da perdida era pré-industrial, *i.e.*, artesanal e campesina. Todavia, o anarquismo não deixa de se situar no campo do socialismo. Por um lado, veja-se como a AIT teve na sua fundação marxistas e anarquistas, sendo até a elaboração dos estatutos (pelo artesão parisiense

ou contra as directivas emanadas do Comité Executivo da Internacional Comunista). Com a ascensão de Hitler ao poder, o Plenário Internacional da oposição bolchevista-leninista, em Agosto de 1933, compromete-se, quase por unanimidade, pela construção de uma nova Internacional e de novos partidos revolucionários, em todos os países: a IV Internacional (cf. Kriegel, 1974:117-28).

Henri Tolain) muito próxima de princípios anarquistas, mais do que de uma concepção marxista de luta de classes, patente na frase “l’émancipation des travailleurs doit être l’oeuvre des travailleurs eux-mêmes”. Por outro lado, há pontos de partida comuns na discussão da abolição do papel do Estado e da posse da propriedade (cf. Arvon, 1979: 13 e 225; Freire, 2002:15-6; Tormey, 2004:111). Se o marxismo apresenta uma multiplicidade de abordagens devido à complexidade da obra de Marx (cf. Tormey, 2004:112-3), também o movimento anarquista é diverso, essencialmente distinguido pela vertente mais colectivista ou mais individualista (cf. Tormey, 2004:118), mas inicialmente um fenómeno de origem popular, a que uma elite de intelectuais e auto-didactas conferiu uma filosofia política (cf. Freire, 2002: 15).

Os posicionamentos anarquistas têm na sua génese a crença absoluta na liberdade individual e assim uma rejeição de todos os tipos de dominação, com implicação em dois corolários fundamentais. Um deles, é uma concepção do carácter inútil ou não benigno das instituições sociais e formas de autoridade, principalmente o Estado; também a existência de propriedade e os seus direitos são desaprovados. O outro corolário reclama a necessidade de uma conduta pessoal fundada numa ética de responsabilidade individual.

O movimento anarquista também é designado por movimento acrata, ou mais recentemente, pelo termo libertário. Tendo desde a Antiguidade conotações negativas associadas a desordem e tirania, o termo “anarquia” é reabilitado, e de certa forma invertido, por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1864) que se assumiu anarquista na obra *Qu’est-ce que la propriété ou recherches sur le principe du droit et du gouvernement* de 1840; no entanto, a federação anarquista do Jura suíço (já após a sua saída da I Internacional), escrevia em 1876 no *Bulletin de la Fédération Jurassienne* que preferiam auto-denominar-se federalistas, colectivistas, anti-autoritários ou autonomistas (vd. Arvon, 1979:28-30).

Encontra-se nos primeiros anarquistas a marca do seu século: não apenas uma concepção evolucionista da história da humanidade, mas também a preocupação com as questões relacionadas com a ciência e o progresso, cujo papel social e económico poucas vezes se afigurava verdadeiramente benigno.

O posicionamento de Proudhon acerca do Estado e da sociedade é uma ressonância directa da realidade política instaurada pela Revolução Francesa, cuja Constituição é em grande medida inspirada no contributo da obra *Du contrat social* de Jean-Jacques Rousseau; deste modo se orienta a crítica de Proudhon a um Estado centralizador e uniformizador que não respeita a pluralidade, nomeadamente, a diversidade linguística. O autor encontra um absolutismo opressor na centralização que é apenas aparentemente libertadora, não se garantindo a igualdade de cada um senão pela submissão de todos⁹². Por isso Proudhon advoga o federalismo, que respeita os direitos fundamentais

⁹² A obra de Rousseau foi objecto de leituras dissonantes, como esclarece João L. Alves: “o cúmulo de interpretações tão díspares que se foi formando sobre o topos teórico de *Du contrat social* é acompanhado na avaliação do alcance político por entendimentos também opostos e de um radicalismo impressionante na

das pessoas, a auto-gestão (ou autonomia de gestão), *i.e.*, uma “anarquia positiva” em que a pirâmide social, cujo topo governa a base, possa ser invertida. O anarquismo deverá erradicar todas as relações de dominação e os direitos de propriedade – veja-se a sua emblemática frase “La propriété c’est le vol” (Proudhon, cit por Arvon, 1919: 69) -, e substituí-las por uma rede de ligações harmónicas entre os indivíduos, agrupados ou não, mas sempre soberanos das suas decisões. Não propõe a substituição da propriedade privada pela colectiva, mas um meio-termo entre ambos, e propõe em *Organisation du crédit*, de 1848, a abolição da “soberania do ouro” pelo sistema do crédito mútuo⁹³. Será uma sociedade livre de quaisquer relações de dominação, ou, que se transmutou “da hierarquia à anarquia”, ou seja, onde ocorreu a substituição da dominação pela liberdade e da subordinação pela coordenação, e assim, numa perspectiva evolucionista comteana, fez o caminho das sociedades primitivas às sociedades adultas (vd. Arvon, 1979:72)

Mikhail Bakunin (1814-1876) secunda as críticas de Proudhon a Rousseau, e defende também os princípios do federalismo. As raízes verdadeiras da dominação de uns indivíduos sobre os outros, encontra-as na violência inerente à natureza humana, sendo o Estado um produto dessa violência e necessariamente autoritário. Para este autor, o poder é nefasto não apenas aos dominados mas também aos dominadores, na medida em que os privilegiados económica ou politicamente – sejam pessoas, organizações ou nações - se tornam moral e intelectualmente corrompidos (vd. Arvon, 1979:35-8). O sonho de liberdade e igualdade a alcançar numa organização social ideal está contido na frase de Bakunin “Je ne suis vraiment libre que lorsque tous les êtres humains qui m’entourent, hommes et femmes, sont également libres” (da obra *Dieu et l’Etat*, cit. por Arvon, 1979:76). Uma sociedade com estas características não pode ser hierarquizada, mas federalista. O federalismo torna-se a principal preocupação na sua teorização social e política, e muito inspirado por Proudhon no que concerne a fundamentos comunais e artesanais tradicionais, estabelece por seu turno uma ligação com o positivismo comteano. Assim, os Estados centralizados não resultam de uma evolução “natural” mas arbitrária, sendo que a via natural, portanto nem teológica nem metafísica (advindo daí a organização do topo para a base), é aquela que caminha para a federação que é a ordem mesma dos átomos, cujas acções e reacções se combinam *ad infinitum* (vd. Arvon, 1979:76-7). Diz Bakunin que “La grande Unité scientifique est concrète; c’est l’unité dans l’infinie diversité. L’Unité théologique et métaphysique est abstraite: c’est l’unité dans le vide” (cit. por Arvon, 1979:77). As ciências naturais

respetiva oposição. Há estudiosos reputados que vêem em Rousseau a apoteose do princípio moderno da liberdade individual, enquanto outros, com não menos reputação, apontam o dedo a *Du contrat social* como um breviário de autoritarismo político; há leituras do mesmo livro ora como manifesto de libertarianismo radical, se não mesmo de anarquismo, ora como expoente por excelência do império da lei; há os que acusam Rousseau de propor uma geometria do político com traços de paleototalitarismo e os que lhe reconhecem o papel de teórico fundamental da democracia” (J. Alves, 2012:12).

⁹³ Pela criação do “Banque d’Échange”, depois “Banque du Peuple”: substitui o numerário por notas de crédito para os produtos, cujo valor é fixado mediante a quantidade de trabalho que incorporam (Arvon, 1979: 70).

como modelo da vida social, imbuídas de uma perspectiva evolucionista, configuram a noção federalista que o autor pretende mostrar, sendo que a passagem do simples ao complexo, do inferior ao superior, se concretiza na sociedade através da passagem da autoridade centralizada à responsabilidade assumida por cada um. A organização social será preferencialmente alicerçada em associações operárias (e assim a propriedade não será comunista nem mutualista, mas coletivista, pois gerida sob bases locais) (vd. Arvon, 1979:79).

Piotr Kropotkin (1842-1931) prolonga o anarquismo coletivista de Bakunin numa versão comunista, mas diferente do marxismo na medida em que não há recurso a qualquer autoridade, mas à entre-ajuda. A sua fonte conceptual vem da leitura da obra que sucede a *A Origem das Espécies* de Charles Darwin, focada no sentimento de solidariedade reinante no interior de uma espécie, instinto indispensável à sua manutenção e prosperidade, e que faz nascer nos humanos a consciência moral:

C'est la solidarité humaine qui constitue pour Kropotkine l'élément moteur du processus évolutif où l'humanité se trouve engagée à la fois en ce qui concerne le monde naturel et en ce qui concerne le monde sociale; c'est elle qui assure l'édification progressive d'une société libertaire. Dans sa marche en avant elle se heurte à l'autoritarisme et à la lutte des classes, hostiles à cette volonté de coopérer qui anime tout organisme social et naturel (Arvon, 1979:82).

Todavia, se a obra *Du Contrat Social* é tão repudiada pelos teóricos anarquistas, já outras obras de Rousseau são inspiração para a problematização de temas como o progresso e a educação, como *Discours sur les sciences et les arts* de 1750, e *Discours sur l'origine de l'inégalité entre les hommes* de 1755 no primeiro caso, e a obra *Emile ou de l'Education* de 1762, no segundo. Nas duas primeiras obras referidas encontra-se uma forte crítica ao progresso das ciências e à acumulação de riqueza daí resultante, que afastam as pessoas da sua simplicidade natural. A primazia da natureza implica a preferência pelo campo sobre a cidade, e do trabalho agrícola sobre o industrial (cf. Arvon, 1979:146-7). Diz Rousseau que “[a realidade] das sociedades e do direito não tem por guia ‘a doce voz da natureza’ mas a dureza competitiva das necessidades civis” (cit. por J. Alves, 2012:30-1). Ainda que inspiradora para os anarquistas, a ideia de Rousseau sobre a natureza não é decalcada: se para este pensador as pessoas são naturalmente boas, sendo as realidades sociais, quer da propriedade quer da desigualdade, a causa da sua corrupção, os anarquistas vêem a humanidade num caminho oposto de afastamento da animalidade para a realização numa total harmonia com a natureza. Assim: “La liberté est renvoyée par Rousseau aux origines de l'humanité alors qu'elle est référée par les doctrinaires anarchistes à la fin de l'histoire” (vd. Arvon, 1979:147).

Proudhon discute o progresso a partir de uma perspectiva moral, pois de acordo com a sua utilização pode ser orientado para o aperfeiçoamento – num cenário de crescimento em liberdade e justiça - ou para a decadência humanas – na perda dos costumes, da liberdade, do “génio e empobrecimento das raças”; na obra *La guerre et la paix* de 1861 declara que a guerra brutal entre os Estados é consequência do regime capitalista que sucede à era artesanal. A rejeição do progresso

encontra-se noutros autores de diversos modos: Kropotkin, Bakunin e William Godwin (1756-1836) elegem a vida sã do campo como ideal, e Max Stirner (1806-1856) não vê no progresso material a via de libertação humana, mas entende que as descobertas e invenções destinadas a conferir facilitação e agradabilidade à vida das pessoas trazem ao invés insatisfação constante num cenário de exigências sempre mais elevadas (cf. Arvon: 150-8 e 160-3).

A educação é no pensamento e praxis anarquistas absolutamente central, uma vez que a tarefa de construção do futuro, que é alicerçada no esforço individual, parte da premissa da possibilidade de um aperfeiçoamento pessoal contínuo. Contrariamente, os marxistas apoiam-se na crença de um progresso cientificamente assegurado.

A educação é assumida pelos anarquistas como o valor social mais seguro e indispensável, e é sempre entendida a partir de um modelo anti-autoritário, que favoreça a espontaneidade criativa e a aprendizagem de uma liberdade responsável. A escola entregue ao Estado está nos antípodas desta perspectiva, na medida em que, para além de formar os indivíduos de um modo standardizado, é também instrumento de reforço da sua ideologia dominante; uma síntese desta perspectiva pode ser a de Stirner, para quem a escola não deve ter como objectivo a formação de pessoas instruídas mas pessoas livres⁹⁴. Por isso a obra *Emile ou de l'Education* de Rousseau, prefiguração do modelo anarquista de educação, é quase unanimemente admirada por aqueles teóricos porque sublima o desenvolvimento individual contra a imposição autoritária de normas e conhecimentos, numa antítese entre “razão” e “opinião”, ou seja, a submissão à opinião exterior é substituída pela descoberta do uso individual da razão num apelo à natureza e espontaneidade próprias de cada um (cf. Arvon, 1979:201-22). A base racional da educação é considerada fundamental para uma educação para a liberdade, se não, veja-se como Bakunin entende que a educação racional não é mais do que a “imolação progressiva da autoridade” em benefício da liberdade, pois o objectivo final é a formação de pessoas livres, plenas de “respeito e amor pela liberdade do outro” (cf. Arvon, 1979:215).

O elemento pedagógico mais característico da abordagem anarquista da educação refere-se à relação professor-aluno, que para além de ser anti-punitiva e anti-repressiva é sobretudo não-directiva. A experiência de ensino pioneira foi a de Francisco Ferrer (1859-1909) em Barcelona, com a fundação em 1901 da Escuela Moderna, de cariz laico, racional (apelando à reflexão através da razão, e por isso não dogmática), e misto (o ensino conjunto para ambos os géneros, que afrontou a Igreja); Ferrer fundou igualmente uma editora que publicava os livros necessários à prossecução do ensino. A Escuela foi depois replicada em Valência, Sevilha, Málaga e Granada e funcionou até 1906 (ano em foi encerrada e interdita, tendo Ferrer sido executado em 1909)⁹⁵ (vd. Arvon, 1979:201-3).

⁹⁴ Nas obras *Le Faux Principe de notre Éducation* de 1897 e *L'unique et sa Propriété* de 1900.

⁹⁵ A acusação a um professor da Escuela Moderna de envolvimento no atentado anarquista ao rei Afonso XIII motivou o encerramento daquele estabelecimento em 1906; em 1909 Ferrer é executado com a acusação de provocar motins anarquistas nesse ano (cf. Arvon, 1979:201-3).

Para além das teorizações e experiências pedagógicas sobre a educação enquanto formação de cidadãos a partir da infância, encontramos também um pensamento e iniciativas para a educação de adultos - dirigida pois aos operários -, e neste caso também, atendo-se a conceitos não menos fundamentais no quadro de uma visão geral da sociedade e do indivíduo. Igualmente no início do século e como complemento dos sindicatos, são fundadas em França as Bourses du Travail, reunindo os operários das várias profissões numa mesma cidade (entendidas como os primeiros elos de uma sociedade futura fundada sobre a associação livre dos produtores). Se os sindicatos, de estrutura vertical, asseguram aos operários o poder combativo, a estrutura horizontal das Bourses oferece-lhes uma possibilidade de auto-emancipação, na medida em que são a “universidade do operário”. Aliás, a determinação de uma libertação pelo próprios meios é a filosofia do sindicalismo revolucionário, operada através de “meios directos” que para além da (auto)educação incluem a greve ou o boicote, e clarificados na obra *L’Action Directe* de Emile Pouget (1860-1931); esta obra é uma exortação aos operários para a reclamação de noções de liberdade e autonomia, em vez de fazer dependê-las dos “meios enganadores da democracia” como o sufrágio universal, o parlamentarismo ou a escola estatal (cf. Arvon, 1979: 203-5). O fundador da Fédération des Bourses du Travail foi o militante auto-didacta Fernand Pelloutier (1867-1901): “La grande idée de cet anarcho-sindicaliste exemplaire est ‘la culture de soi-même’, l’auto-émancipation obtenue grâce à un travail de perfectionnement personnel continu. Effort qu’il juge non seulement souhaitable, mais nécessaire; c’est, en effect, dans la mesure où l’ouvrier mérite la liberté qu’il finit par la retrouver” (Arvon, 1979:204).

Se o ensino clássico se centra no trabalho intelectual e cria no operário um sentimento de inferioridade, a pedra angular das Bourses é devolver ao operário dignidade e orgulho enquanto produtor, partindo da aprendizagem manual para aceder às ciências, em cursos profissionais por vezes completados por conferências de tipo científico ou literário (Arvon, 1979:204-5); no Capítulo 5 veremos como em Portugal se constituíram também universidades populares no início do século XX. A matriz desta conjugação do trabalho manual e intelectual pode ser encontrada em Proudhon, e depois desenvolvida por Bakunin. O autor francês realiza uma verdadeira apologia do trabalho manual que é desvalorizado socialmente em virtude da antiga cisão espiritualista entre a matéria e o espírito, e da subalternidade atribuída à primeira relativamente ao segundo. A decadência do trabalho manual – *i.e.*, dos ofícios - que na era da industrialização se torna automatizado e alienante, aflige Proudhon, que considera que o seu valor está na sua função criativa e na autonomia que confere ao trabalhador, e em consequência, também dignidade e liberdade. É também via para o conhecimento, já que só através do manuseamento da matéria se pode chegar ao conhecimento das suas leis, *i.e.*, ao conhecimento de tipo científico⁹⁶.

⁹⁶ No texto *Création de l’ordre* Proudhon escreve: “Votre élève n’admet-il que des représentations concrètes et des images? Gardez-vous de débiter avec lui par des abstractions et des lois. Donnez-lui des outils à manier, des arbres ou des pierres à équarrir! Le temps viendra où de la pratique il remontera aux théories (...)

Bakunin segue o pensamento de Proudhon e defende a “instrução integral”. Ambos os autores entendem que a divisão do trabalho manual e intelectual tem uma correlação directa com a lógica hierárquica que na sociedade divide as classes sociais mais favorecidas e o operariado e campesinato; no texto *Fédéralisme, socialisme et antithéologisme*, apresentado em Outubro de 1867 ao *Congrès de la Ligue de la Paix et de la Liberté*, acentua a diferença entre o trabalho das classes operárias e o das classes abastadas (infinitamente mais bem retribuído e tendo o privilégio do lazer), que implica uma hierarquia de funções sociais e uma exploração “do homem pelo homem” devida à manutenção da desigualdade profissional por uma sociedade autoritária. A “instrução integral” permite tornar os indivíduos socialmente iguais e além disso assegura o desenvolvimento harmonioso de todas as potencialidades humanas, físicas e intelectuais, porque se ultrapassa a alienação implicada no exercício de actividades unilaterais. A divisão de trabalho referida é pois geradora de um elitismo científico, que assume uma forma de poder de uma minoria de privilegiados sobre aqueles que não têm acesso àquela esfera exclusiva. Por isso o autor, assumindo o papel da ciência na “organização racional” da sociedade, defende que ela possa ser acessível a todos: “La science, étant appelée désormais à représenter la conscience collective de la société, doit réelement devenir la propriété de tout le monde” (cit. por Arvon, 1979:155). Por tudo isto, é fácil perceber que Bakunin rejeita qualquer conceptualização de hereditariedade genética na determinação da inteligência individual que estabeleça uma desigualdade natural entre os indivíduos. A desigualdade existente é apenas social, e é contingente, superficial, e imposta por um condicionamento autoritário: a sua supressão é realizada pela acção educativa, pois é o meio que forma o indivíduo (vd. Arvon, 1979:65-7; 154-5; e 209-18).

Outra dimensão importante do anarquismo é a não-violência. A imagem estereotipada do anarquismo é muitas vezes a da violência – por causa dos atentados e assassinatos perpetrados no final do século XIX em vários países europeus⁹⁷, Portugal incluído. Mas o terrorismo constitui um desvio ao anarquismo autêntico, nas circunstâncias de uma exaltação radical da acção individual, tida como sacrifício por uma boa causa (Arvon, 1979: 98 e 104-8). O anarquismo é na sua raiz não-violento, e para além disso, inclui a pretensão da sua erradicação, como é visível em Proudhon, cuja rejeição da autoridade parte do facto de a sua origem estar precisamente na violência, e da sua manutenção também ser garantida através da violência; Proudhon anseia por “la réconciliation universelle par la conciliation universelle” (cit. por Arvon, 1979:112). A tese da não-violência - enquanto arma mais

L’homme de la spécialité qui lui est dévolue, peut toujours s’étendre à d’autres et de là s’élever aux lois générales de la nature et de l’esprit” (Arvon, 1979:210-1). É interessante que esta perspectiva seja defendida actualmente por correntes pedagógicas do ensino experimental das ciências.

⁹⁷ Na Belle Epoque a acção terrorista em sucessivos atentados (1893 e 1894) foi condenada pela opinião pública como um insano empreendimento criminoso (mas que significou também uma confissão de desespero e impotência). Foi uma “propaganda pela acção” que levou à aprovação das “lois scélérates” de combate ao terrorismo (cf. Arvon, 1979:13-4). Ver a obra de Michel Wieviorka, 1989, *Sociétés et Terrorisme*.

eficaz contra a violência arbitrária do poder político – surge claramente no artigo do americano Henry David Thoreau (1817-1862) intitulado “A duty of civil disobedience” de 1849, na senda de Godwin e dos fundadores da democracia americana (nomeadamente Thomas Jefferson, para quem “o melhor governo é o que governa menos”). É uma reacção não-violenta que visa não ser cúmplice das políticas estatais de violência como conflitos armados, neste caso, pela recusa do pagamento de impostos: Thoreau não aceita um Estado que é escravagista, que não respeita os direitos dos Índios, e que ocupa militarmente outro país (México), sendo que a sua resistência não-violenta consiste, através de uma revolução pacífica, na recusa de financiar os empreendimentos criminosos do Estado (*idem*:132-5).

Similarmente encontramos em Lev Tolstoi (1828-1910) uma resistência não-violenta, que parte igualmente de uma atitude de anti-estatismo, motivada pela participação do escritor na Guerra da Crimeia, sendo a violência da guerra em última instância uma responsabilidade do poder político (uma execução pública a que assistiu em Paris em 1857 provocou-lhe um extremo de horror, associando desde então a guilhotina ao símbolo do Estado). A não-resistência à violência com mais violência é o único modo de interromper uma cadeia infinda de acção e reacção. Especialmente através do ensaio *Le Royaume de Dieu est en Nous*, de 1893, Tolstoi assume um anarquismo cristão, que resulta de uma absoluta inconciliabilidade entre o amor cristão e a violência de Estado essencialmente operada através do seu militarismo. O pacifismo de Tolstoi deixou uma herança: não apenas as colónias tolstoianas do início do século fundadas à sua imagem, como a acção dos objectores de consciência essencialmente oriundos dos países anglo-saxónicos e os pacifistas que durante a 2.^a Guerra se agrupam em colónias neo-tolstoianas; mais tarde a não-violência é também apropriada pelos movimentos ecologistas contra o Estado nuclear, assim como na acção de Mahatma Ghandi e de Martin Luther King, ambos discípulos quer de Tolstoi, quer de H. D. Thoreau (Arvon, 1979:136-40).

Um outro anarquista inspirou as correntes pacifistas que se tornam visíveis nos grandes conflitos do século XX. Foi Domela Nieuwenhuis (1848-1919), pastor luterano de Haia que decidiu dedicar-se à causa operária. No jornal que fundou em 1879, *Recht vor Allen*, defende um tipo de socialismo ético adverso à opressão e ao militarismo, e é durante a 1.^a Guerra um dos raros anarquistas que não adere à União Sagrada. Os seus princípios de não-violência são difundidos pelos seus discípulos Albert de Jong e Bart de Ligt - este último é autor do manual de resistência passiva intitulado *Pour Vaincre sans Violence*, de 1929, que traduzido para Inglês em 1937 se torna o breviário dos pacifistas britânicos e americanos nas vésperas da 2.^a Grande Guerra (vd. Arvon, 1979:56).

A maioria das questões abordadas, e a forma como foram discutidas por estes autores anarquistas, pode ser encontrada numa obra anterior, do inglês William Godwin (1756-1836), intitulada *An enquiry concerning political justice and its influence on general virtue and hapiness* e datada de 1793. É cronologicamente o primeiro teórico do anarquismo, mas não é possível estabelecer qualquer filiação

entre as obras de Proudhon, de Bakunin e de Stirner e a de Godwin, que se inserem em correntes diferentes, aqueles na escola hegeliana e este na tradição do protestantismo calvinista⁹⁸. Assim:

Proudhon ne le cite qu'une fois (...) Bakounine et Stirner l'ignorent complètement; il faut attendre Kropotkine, dont l'installation en Angleterre favorise le contact avec la pensée anglo-saxonne et qui, en outre, désire de doter l'anarchisme du plus grand nombre possible d'ancêtres, pour voir Godwin reconnu, un siècle après la publication de son maître-livre, comme le premier théoricien du "socialisme sans gouvernement" (Arvon, 1979:54).

A pedra angular do anarquismo de Godwin é a questão pedagógica que é colocada a partir da preocupação com as limitações à liberdade individual. Por um lado, a matriz calvinista, que vê no livre arbítrio o direito de construção de uma fé pessoal, e por outro lado, as influências da pedagogia anti-autoritária de Rousseau e dos racionalistas franceses - que vêm na razão as capacidades da emancipação e da perfectibilidade humana, - confluem em Godwin de modo a que a liberdade individual lhe surja como inalienável. Todo o governo é um mal, pois implica a abdicação do julgamento próprio e da consciência individual. Godwin entende que o livre exercício da razão só é possível numa sociedade em que se aboliram os constrangimentos externos e internos, e em que a consciência individual, que torna os indivíduos iguais, lhes confere igualmente o direito de viver em total independência (vd. Arvon, 1979: 54-60; 149-51; e 207-9).

Godwin demonstra inúmeros pontos coincidentes com os teóricos já aqui apresentados: não aceita a tese do peso da hereditariedade no indivíduo, pois ele é determinado pela educação; sendo que o ensino visa o culto da verdade, a Escola estatal não deve ser responsável pela educação porque se opõe à razão e porque segue um único modelo uniformizante; repudia o direito e a propriedade - porque são contra a natureza humana e a justiça, ou seja, um obstáculo na marcha dos "homens" para o "bem universal" - e cuja abolição poria fim ao luxo e à violência, porque permitiria o retorno a uma vida simples e orientada para o bem-estar da comunidade; encara o governo como um mal, sendo que uma sociedade sã deve ser organizada em pequenas comunidades a que chama "paróquias", em que o trabalho é dividido e não há circulação fiduciária, e em que os laços familiares não são formalizados (como o casamento, por forma a não existir obrigação de impôr aos descendentes uma educação submetida a normas sociais) – aqui é pioneiro e vanguardista, parecendo anunciar com um século de antecipação o freudismo aplicado à família (cf. Arvon, 1979: 54-61; 149-52; e 207-9).

Um breve apontamento sobre a relação entre alguns artistas e o anarquismo, especialmente na viragem do século XIX para o XX, permite ver em que medida ocorreu uma "osmose entre anarquismo e vida artística" de que fala Arvon (1979:165), ainda que o interesse junto de artistas de

⁹⁸ Os pensadores continentais - Proudhon, Bakunin e Stirner -, inseridos na escola hegeliana, partem das questões da alienação (cf. Arvon, 1979:54-5).

várias áreas não seja restrito àquele período. Vejam-se alguns casos de relacionamentos estreitos entre anarquistas e artistas. Godwin e o poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822) tornam-se amigos (o poeta casa com a sua filha em 1816, e na sua obra poética refere-se várias vezes ao livro *Justice Politique*, e em *Prométhée Délivré* Shelley traça o perfil do homem anarquista); Bakunin e Richard Wagner tornam-se amigos em Dresden em 1849 através do amigo comum, o músico revolucionário August Roeckel (há quem veja no herói wagneriano Siegfried, em guerra contra todas as convenções, o próprio Bakunin, e o texto de Wagner *L'art et la Révolution* é acolhido e recomendado por Kropotkin); Proudhon e o pintor Gustave Courbet (1819-1877) foram amigos (Courbet pinta o retrato de Proudhon, e escrevem em co-autoria *Du principe de l'art et de sa destination sociale* em 1865). Arvon fala da “junção de duas vanguardas, revolucionária e artística” (cf. 1979:174), sobretudo na Belle Époque, entre 1885 e 1900 em França, cujo marcador se encontra nas publicações e revistas anarquistas, para as quais contribuem inúmeros artistas plásticos e escritores: neo-impressionistas como Camille Pissarro (1830-1913), Paul Signac (1863-1935), Théo Van Rysselberghe (1862-1926), Maximilien Luce (1858-1940); simbolistas como Paul Adam (1862-1920), Gustave Kahn (1859-1936), Félix Fénéon (1861-1944), Emile Verhaeren (1855-1916), Bernard Lazare (1865-1917) e Pierre Quillard (1864-1912)⁹⁹ (a revista *Le Libertaire* sorteava na década de 1930 telas de Vlaminck, Luce ou Signac como grande prémio da tómbola anual) (Arvon, 1979:166-76). Assim:

La compénétration des milieux artistiques et anarchistes à la fin du XIX^e siècle s'est faite sous le signe de la révolte (...) Le bouleversement social, voulu par les anarchistes, et le bouleversement artistique et poétique auquel aspirent les néo-impressionnistes et les symbolistes, sont les deux aspects complémentaires d'un même combat pour une libération totale (...) dont le but est de changer fondamentalement la société en changeant l'homme (Arvon, 1979:176).

Todavia, num movimento tão rico de contribuições, a arte pôde ser perspectivada de modos diversos: como adjuvante da mudança social e cumprindo um “destino social” através do poder de comunicar as realidades sociais de modo realista, de acordo com Proudhon; a partir de uma perspectiva mais individualista como adjuvante do processo individual de crescimento e libertação através da assunção do papel criador do indivíduo, como em Stirner: “la ‘créativité’ est le droit imprescriptible de tout unique” (Arvon, 1979: 193); ou segundo Tolstói, como produto de uma sociedade igualitária, quando “[cet] art de l'avenir sera [donc] un art fait par le peuple et pour le peuple” (cit. por Arvon, 1979:185, do estudo *Qu'est-ce que l'art?*) num retorno à espontaneidade artística e primeva de uma cultura popular (cf. Arvon,1979: 172-4; 183-5; e 189-93).

⁹⁹ Veja-se que alguns destes escritores apoiaram Alfred Dreyfus no caso homónimo ocorrido em França, como Pierre Quillard, Bernard Lazare (o seu primeiro defensor, que professava a religião judaica e se tornou adepto do sionismo), e também Gustave Kahn, que era judeu.

Existem ecos actuais das perspectivas anarquistas da arte. Sir Herbert Read (1893-1968) publica em 1949 *Education Through Art* na defesa de que o papel da arte reside primordialmente na educação, sendo esta um processo de individuação. O discípulo alemão de Kropotkin e “internacionalista convicto” Rudolf Rocker (1873-1958), que dirigiu o movimento anarco-sindicalista judeu em Londres, publica em 1937 nos EUA - onde se refugia aquando da chegada de Hitler ao poder - *Nationalism and Culture*, que é uma crítica aos fascismos triunfantes da década de 1930 que institucionalizam a cultura como instrumento de propaganda ao serviço da sua política; pronunciando-se contra toda a utilização da cultura para fins nacionalistas, Rocker denuncia o tema dos regionalismos culturais que re-emergiu no pós-guerra. Um exemplo mais recente, do universo anarquista americano contemporâneo, é o de Paul Goodman (1911-1972), que parte do conceito das “paróquias” de Godwin na obra de 1947 intitulada *Communitas: Means of Livelihood and Ways of Life* (em co-autoria com o arquitecto Percival Goodman, seu irmão) para mostrar como a utopia anarquista responde a algumas preocupações actuais com o urbanismo que, no sentido do restabelecimento da harmonia entre o indivíduo e o seu ambiente, deveria centrar-se mais no habitante que no habitat, proporcionando espaços inspirados nas antigas cidades europeias como as ágoras com fontes e pombos, e espaços verdes onde possam ser colocadas as obras de arte fechadas nos museus (cf. Arvon, 1979:180-1; 186-9; 198-9).

Outra herança anarquista foi a constituição de comunas na década de 1960 na sequência dos acontecimentos de Maio de 1968, atribuíveis a vários precursores na história do anarquismo. Um deles foi a experiência de Tolstoi. Na segunda metade da sua vida Tolstoi dedica-se a um cristianismo renovado, na observação estrita da “lei do amor”, orientado para um aperfeiçoamento moral que é paralelo com uma vivência simples e alheia à civilização urbana. Deste modo, não querendo viver do trabalho de ninguém, supre todas as suas necessidades, da alimentação ao vestuário e calçado que ele próprio fabrica. Inspiradas nesta vivência nasceram muitas colónias tolstoianas no início do século por todo o mundo (Arvon, 1979:139 e 159). Outro antecedente encontra-se no contexto da Guerra de Espanha, com as colectividades anarquistas sobretudo na Catalunha (Arvon, 1979:91-4), e K. Eder (1993:129) refere as comunas que depois da 1.ª Guerra – durante e após a revolução de Novembro – se multiplicaram, tão diversas como comunas comunistas, de mulheres, anarco-religiosas, judaicas, evangélicas e Quaker, todas na busca de uma “terceira via” entre capitalismo e comunismo. O renascimento dos projectos de Godwin – as paróquias - e de Stirner com as comunas revolucionárias da década de 1960 foram também inspirados na experiência de Thoreau que durante dois anos se retirou para a floresta na margem do lago Walden e de que resultou o livro de 1854 *Walden or a Life in the Woods*, símbolo da dupla viagem, exterior e interior – que viria na década de 1950 a inspirar também o movimento cultural Beat norte-americano (*idem*:91 e 150-3. Vd. também Melville, 1975)¹⁰⁰.

¹⁰⁰ A utopia anarquista já antes tivera ecos na literatura: em *News from Nowhere* de 1890 William Morris evoca um futuro anarquista; em *Brave New World* de Aldous Huxley, de 1932, o prefácio do autor recomenda a descentralização e a simplificação da vida social através de uma política “kropotkiana” de cooperação e

A chamada utopia anarquista que nasce no advento do industrialismo que varre a realidade do trabalho manual (que é um garante quer do valor individual quer da integração social), instala uma alienação dupla, a do indivíduo face ao seu trabalho, e a de uma sociedade que se torna anónima e abstracta; deste modo o federalismo auto-gestionário surge como resposta ao capitalismo na medida em que restabeleceria a harmonia do indivíduo e da sociedade, *i.e.*, recuperando a totalidade humana. Todavia, enquanto programa de acção (política), não conseguiu historicamente superar uma contradição fundamental entre a liberdade individual e o lugar da autoridade enquanto elemento exterior ao indivíduo necessariamente presente numa organização social – como também não conseguiu evitar entrar em contradição quando na Guerra de Espanha não só participou do conflito armado, como depois integrou o Governo de Coligação da Frente Popular em 1936, ou já antes, na 1.^a Guerra tinha também acabado por participar através da União Sagrada. O renascimento anarquista depois da 2.^a Guerra terá explicação no contexto do fim definitivo de um mito do industrialismo como garante de bem-estar, depois da crise petrolífera de 1973 e das primeiras tomadas de consciência ecologistas, designadamente através do relatório do Clube de Roma, *Halte à la Croissance* de 1972 que demonstra os riscos globais e assustadores de um industrialismo desenfreado. É a sua “intuição antropológica” como diz Arvon, que lhe permite o renascimento, e o facto de se constituir essencialmente como uma ética, no sentido em que parte do indivíduo e da sua liberdade e responsabilidade e tende a abolir tempo e história enquanto contingências (Arvon, 1979:80 e 224-5). O seu renascimento ocorre no contexto de movimentos sociais, designadamente na lógica desenvolvida nas revoltas de 1968 e nos chamados Novos Movimentos Sociais que se lhe seguiram.

Arvon (cf. 1979:20-2) considera que das duas correntes que se formaram no fim do século XIX, a saber, anarquismo comunista (de Bakunin e Kropotkin) e anarquismo individualista (Proudhon, Stirner e Godwin), à imagem também da oscilação entre liberalismo e socialismo, é a vertente individualista que é predominante na actualidade, surgindo como um “antídoto para os venenos da era pós-industrial” (*idem*:21), especialmente nos países anglo-saxónicos.

Na área educativa a herança anarquista é notória na pedagogia, através da assunção da individualidade de cada um no processo de aprendizagem e da vantagem de um ensino não autoritário. O movimento da Educação Nova que surgiu depois da 1.^a Guerra e que se situa num prolongamento da contribuição de Stirner constitui o legado mais notável do pensamento libertário¹⁰¹; veja-se que Tolstói

entreajuda; e em 1948 George Orwell no livro *1984* relata um mundo abstracto e desumanizado, em que a humanização é resgatada pela liberdade criadora e pela responsabilidade individual (cf. Arvon, 1979:24).

¹⁰¹ Candeias (1995:22-3) diz que a Educação Nova “trouxe para a modernidade pedagógica uma série fundamental de ideias e de práticas que se foram lentamente inserindo no mundo educativo institucional dos nossos dias, com resultados (...) ainda por analisar. O aspecto físico das escolas, a adequação do mobiliário à criança, um novo tipo de relacionamento entre adultos e crianças, a abertura da escola aos pais, a participação crescente das crianças nos ambientes da aprendizagem, são realidades que em conjunto nos demarcam do ambiente escolar de há trinta anos e que testemunham a influência [da] Educação Nova”.

também foi um precursor da Educação Nova, tendo criado em 1859 a Escola Nova de Iasnaia Poliana. A influência libertária é também reconhecível em psicólogos como Sigmund Freud e Whillelm Reich (*La Révolution Sexuelle*, 1936), que se preocuparam com os efeitos da educação repressiva no indivíduo e na sociedade (cf. Arvon, 205-6 e 223; Candeias *et al.*, 1995: 22-3 e 120).

É preciso não esquecer que quase todos estes pensadores e militantes foram perseguidos, sofreram exílios e prisões, alguns a morte, em consequência das suas ideias e ideais de uma sociedade diferente: Marx, Bakunin, Proudhon, Kropotkin, Ferrer, Tolstoi, mais tarde os pacifistas e defensores de direitos humanos M. Luther King e Gandhi.

No decurso deste trabalho tornar-se-á claro como se enquadra a Língua Internacional no projecto de inspiração anarquista de emancipação individual e comunal, designadamente através da auto-educação, em que o Esperanto tem também um papel importante.

2.3 Processos de Globalização e Transnacionalismo

Retomamos *O Manifesto do Partido Comunista* onde encontramos uma análise dos processos do capitalismo enquanto relação de interdependência entre as nações: “A burguesia, pela sua exploração do mercado mundial, deu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (...) Em lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, surgem um intercâmbio generalizado e uma dependência generalizada das nações entre si” (Marx e Engels, 1989 [1848]:64).

Aqui está em causa o embrião de um processo de crescente internacionalização da produção de bens e serviços e dos mercados financeiros que percorreu o século seguinte e se intensificou nas suas duas últimas décadas. São fenómenos que ultrapassam a iniciativa dos Estados, na medida em que são protagonizados por actores internacionais - designadamente as empresas multinacionais -, e contaram com a adjuvação da revolução na informação (vd. Schiller, 1989:122; Tomlinson, 1991:175; Derk *et al.*, 1998:288; Archibugi *et al.*, 1998:1; Held e McGrew, 2002:1-6; Santos, 2003:433). Diz Habermas (1996:292): “With the internationalization of financial, capital and labour markets (...) the national legislation and administration have no longer an effective impact on transnational actors, who take their investment decisions in the light of comparing relevant production conditions on a global scale”.

O termo “internacionalização” pode ser usado como alternativa a “transnacionalização”, ainda que o termo “internacional” remeta para uma relação binária entre a política doméstica e as relações internacionais, enquanto “transnacional” refere um âmbito mais global (cf. West, D. 2013:130).

Tomlinson (1991:177) recorre a Frederic Jameson¹⁰² para localizar as coordenadas da expansão do capitalismo em três fases: a primeira no espaço dos mercados nacionais, a segunda no cenário do conjunto dos impérios europeus, e a contemporânea que cria um sistema global presente nas redes

¹⁰² Vd. “Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism”, 1984, *New Left Review*, 146, pp. 53-92.

complexas da finança internacional, na produção capitalista multinacional, e também no âmbito da experiência cultural que estes produzem, constituindo por isso um novo “espaço cultural”.

Este complexo processo de internacionalização, não sendo directamente controlado pelos Estados – nem produto de um desenho político –, é considerado por isso como não organizado, e produz consequências não esperadas, sendo a mais destacada o conjunto dos efeitos ambientais, também globalizados. Por outro lado, não implica necessariamente que a existência dos Estados esteja ameaçada (Held e McGrew, 2002:6; Giddens, 1992: 59-60; Archibugi *et al.*, 1998:1; Calhoun, 1994: 307; Finnemore, 1999:165. Tomlinson, 1991: 175 cita também John Urry e S. Lasch (1987) *The End of Organized Capitalism*). Para além dos riscos ambientais, outros riscos assumem âmbito global, como os financeiros e a ameaça de terrorismo, e deste modo, os meios de garantia da segurança a nível nacional já não se circunscrevem ao espaço delimitado pelo Estado, mas podem ou devem exigir cooperação internacional (vd. Beck, 2007:52-4). Diz Beck (2007:54): “O único meio de enfrentar o terrorismo global é o mesmo que deverá ser utilizado para fazer frente ao aquecimento global, à imigração ilegal, à deterioração da cadeia alimentar e ao crime organizado. Em todos os casos a segurança nacional passa pela cooperação internacional, à semelhança do que acontece com os riscos financeiros globais”.

Há autores que tendem a fundir ou equivaler os conceitos de globalização e de capitalismo global. Held e McGrew analisam a posição dos autores que denominam de cépticos, que vêem no discurso da globalização uma justificação e legitimação do projecto neoliberal global, um imperialismo ocidental sob novas formas de controlo multilaterais – como o grupo G7 e o Banco Mundial –, também entendido como *Americanização* ou *Ocidentalização*. São habitualmente análises marxistas ortodoxas, partindo do facto inegável que a maioria da população mundial não beneficia equitativamente do desenvolvimento económico (Held e McGrew, 2002:3-6; ver também Tarrow, 2006:27-8 e Tomlinson, 1991, *Cultural Imperialism*, uma discussão crítica do conceito de imperialismo)¹⁰³. Segundo a análise de Held e McGrew, aos cépticos opõem-se os globalistas, que tendem a conceptualizar o fenómeno numa perspectiva mais diacrónica, através de uma visão de mudanças estruturais que se verificam numa organização social transnacional ao longo da história - assim, referem-se à globalização enquanto conceito que mobiliza dimensões para além das mais imediatas orientações económicas, e numa visão mais sistémica é entendida como um fenómeno que não é apenas contemporâneo (Held e

¹⁰³ O imperialismo cultural tendeu a ser conceptualizado de quatro modos distintos: (1) como imperialismo dos média, por autores que atribuem uma centralidade excessiva aos meios de comunicação na cultura e vida social, como Jean Baudrillard e Stuart Hall; (2) como um discurso da nacionalidade, que olha para as culturas “indígenas”, naturais e autênticas, invadidas pelas culturas estrangeiras, e que está presente, por exemplo, no discurso da UNESCO; (3) como crítica ao capitalismo global, pela assunção da centralidade da cultura homogeneizadora do consumismo difundida pelo capitalismo global, segundo os neo-marxistas e Escola de Frankfurt; e (4) como crítica da modernidade, personificada na sociedade capitalista, segundo autores como Jürgen Habermas e C. Castoriadis, por exemplo (cf. Tomlinson, 1991).

McGrew, 2002:3-6; Archibugi *et al.*, 1998:1, Calhoun, 1994:307, entre outros). Recorrendo pela última vez a Marx e Engels, vemos que a interdependência que estes autores entreviam entre as nações ultrapassava a esfera económica: “E tal como na produção material, assim também na produção espiritual. Os produtos espirituais de cada uma das nações tornam-se bem comum. A unilateralidade e estreiteza nacionais vão-se cada vez mais tornando impossível, e das muitas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial” (Marx e Engels, 1989 [1848]:65).

Sobre esta assunção, Smith (1990:171) refere-se a uma internacionalização das culturas literárias, e Mitchell Cohen (1995:226) terá falado no facto de Marx entender a futura realidade como uma cultura universal, dado que o proletariado era visto como a classe universal¹⁰⁴.

Veja-se que Michael Mann também acentua tanto o carácter eminentemente cultural como o seu percurso histórico:

Transnational relations are not merely “postmodern”: they have always undercut the sovereignty of all states (...) Capitalism was specially transnational in its early industrial phase (...) [and] finance capital usually remained highly transnational. The cultural identity of this “civil society” was not just – or even primarily – “Britain”, “France” or “Spain”. It was also “Christendom”, “Europe”, “the West”, and “the white race”. Cultural artefacts also diffused transnationally as “the Romantic movement”, “the realist novel”, the “Victorian” furniture style, the symphony orchestra, opera and ballet, “modernism” in art and design, and now soap operas, jeans, rock music, and postmodern architecture. National sovereignty was always undercut by both capitalist and cultural transnationalism (Mann, 1996:298).

Os movimentos operário e anarquista são os melhores exemplos de transnacionalismo, como também o movimento contra a escravatura que da Inglaterra se difundiu a França e à Holanda (vd. Tarrow, 2006:3-4¹⁰⁵, vd. também West, D., 2013:128), e a própria difusão do nacionalismo como vimos com Anderson, que se estendeu da Europa para os países que ela colonizou. Uma das questões que se coloca sobre a discussão actual da globalização é se se trata de um processo que assume características diferentes e mais acentuadas por comparação com épocas anteriores; na verdade é possível afirmar que a globalização teve início com a expansão da Europa no século XV, para a qual os portugueses deram um contributo pioneiro (Anderson diz que dos europeus, os portugueses foram os primeiros conquistadores planetários, cf. 2006:59).

¹⁰⁴ M. Cohen refere-se a dois paradigmas marxistas do nacionalismo: o primeiro surge em 1848 no Manifesto do Partido Comunista, onde se entende que o curso do capitalismo conduzirá à erradicação do nacionalismo; num segundo momento, após 1848, defende-se que o nacionalismo é sustentado pelo capitalismo, distraíndo os trabalhadores dos seus interesses de classe, e levando a uma intensificação de conflitos entre as nações. Apesar da divergência, os dois paradigmas estão ligados pela insistência de que “os operários não têm país”, e pela noção de que as nações e as culturas nacionais são historicamente criadas (cf. Cohen, M., 1995:226).

¹⁰⁵ Tarrow cita S. Drescher, 1987, *Capitalism and Antislavery: British Mobilization in Comparative Perspective*.

Se, como referimos, existe uma perspectiva de cepticismo, para quem a internacionalização é como que uma “serva” do capitalismo global, também existe outra mais benevolente que antevê os seus resultados democráticos (Tarrow, 2006:27): a internacionalização como um processo que impulsiona o mundo para uma sociedade civil global, um governo mundial (*world polity*), ou cidadania transnacional, na visão de autores como J. Boli e G. Thomas, J. Habermas, Archibugi *et al.*, e Sousa Santos. Esta visão não é nova: Giddens (1992: 132) lembra que os primeiros autores que debateram a globalização no fim do século XIX, subestimando o grau de soberania dos Estados-nação, acreditavam que do desenvolvimento de interligações globais adviria um movimento para um governo mundial.

Contudo, como dizem Held e McGrew (2002: 122-3), cépticos e globalistas concordam em alguns pontos: entre outros, a expansão do governo (*governance*) internacional em níveis regionais e globais (como a UE e o WTO); a expansão da quantidade e do papel de organizações intergovernamentais (como a ONU) e não-governamentais de tipo internacional (como a Cruz Vermelha); a expansão dos movimentos sociais; e, por outro lado, a crescente dificuldade de os Estados resolverem no futuro problemas de desigualdade global e injustiça social. Mas, diz Tarrow: “International institutions, regimes, and processes are not the expression of democracy, a global civil society, or a world polity: they are arenas in which conservative and progressive, global and antiglobal, religious and secular nonstate actors intersect” (Tarrow: 2006:28).

Como enquadramento basilar desta secção, faremos uma referência breve às propostas de Giddens e de Sousa Santos. Giddens entende a globalização como uma das consequências fundamentais da modernidade (cf. 1992:137). O processo de globalização é visível através do facto de as dimensões institucionais da modernidade, baseadas no poder económico, político e militar que concederam no passado a primazia ao Ocidente, deixarem de ser elementos distintivos entre os países do Ocidente e o resto do mundo (cf. 1992:39-40)¹⁰⁶.

Giddens identifica as quatro dimensões da globalização, ligadas às instituições da modernidade, que são as seguintes: o sistema do Estado-nação, a economia capitalista mundial, a ordem militar mundial e a divisão internacional do trabalho (vd. 1992:55). Define a globalização como a intensificação das relações sociais de escala mundial, que ligam localidades distantes de modo a que eventos locais moldam e são moldados por outros ocorridos a grandes distâncias geográficas (cf. 1992:50). Similarmente, Sousa Santos entende a globalização como conjuntos diferenciados de relações sociais, que originam diferentes fenómenos de globalização; o autor diz que “Nestes termos, não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso,

¹⁰⁶ As quatro dimensões institucionais da modernidade identificadas por Giddens são: o capitalismo (a acumulação de capital no contexto de mercados concorrenciais de trabalho e bens); o industrialismo (a transformação da natureza cujo efeito é a criação do “ambiente produzido”); a vigilância (o controlo da informação e supervisão social pelos estados); o poder militar (o controlo dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra) (cf. 1992:46).

globalizações. A rigor, este termo só deveria ser usado no plural” (Santos, 2003:433). Giddens finaliza a conceptualização essencial da globalização apontando uma dimensão cultural:

um aspecto adicional e bastante fundamental da globalização, que se encontra por detrás de cada uma das várias dimensões institucionais (...) e que (...) podemos chamar globalização cultural. As tecnologias mecanizadas de comunicação influenciaram dramaticamente todos os aspectos da globalização desde a primeira introdução da imprensa mecânica, na Europa. Constituem um elemento essencial da reflexividade da modernidade e das descontinuidades que arrancaram o moderno ao tradicional. O impacte globalizador dos *media* foi comentado por numerosos autores quando se iniciou o crescimento dos jornais de grande circulação (...) A expansão global das instituições da modernidade seria impossível se não fosse a partilha de conhecimento que é representada pelas “notícias” (Giddens, 1992:60).

A abordagem de Sousa Santos é próxima da de Giddens: o autor entende a globalização como o processo de extensão a todo o globo da influência de uma determinada condição ou entidade local, sendo que a consequência é tornar potencialmente local outra condição social ou entidade rival (vd. Santos, 2003:433). É assim que a globalização pressupõe a localização (ver também Beck, 2002:23). Um exemplo deste processo, que é fundamental na discussão deste trabalho, é a constituição da língua inglesa como *lingua franca*: “A sua propagação como língua global implicou a localização de outras línguas potencialmente globais, especialmente a língua francesa” (Santos, 2003:434).

Devido aos antecedentes de dominação imperial e colonial, o Inglês tornou-se a mais importante das línguas “arqui-imperialistas” mundiais (vd. Forster, 1982:356; Tomlinson, 1991:28; Hobsbawm, 1998:38; Kim, 1999:148; Fishman, 2001; Anderson, 2006:18; Etzioni, 2008:119-20). É consensualmente a língua mais global de todas: “English language, [which] now serves as a kind of global-hegemonic, post-clerical Latin” (Anderson, 2006:207; ver também Tenbruck, 1990:204; Fettes, 1992:3; Fishman, 2001; Archibugi, 2005:545 e Etzioni, 2008:118). Mas uma análise mais fina permite afirmar que é o Inglês Norte-Americano e não o europeu que é ainda mais dominante (cf. Forster, 1982:356 e Steiner, 1992:52); Steiner refere-se ao Americano Creoulo ou Americano Comercial que organiza os computadores por todo o mundo e que é a língua que os cientistas têm que dominar, nomeadamente para a publicação científica (Steiner, 1992:52). Etzioni (2008:119) refere a título de exemplo dados de publicação científica em 1997: segundo informação do Science Citation Index, 95% de 925 000 artigos científicos publicados nos mais importantes periódicos foram redigidos em Inglês, ainda que apenas metade proviessem de países anglófonos. Trata-se de uma tendência com início após a 2.^a Guerra e que acelerou nas duas últimas décadas do século¹⁰⁷. Etzioni também afirma que o Inglês é a língua que um maior número de pessoas usa para comunicar entre fronteiras e culturas, sendo que quase um quarto da população mundial é fluente ou competente em Inglês¹⁰⁸ (e é também a língua

¹⁰⁷ B. Bollag, 2000, “The new Latin: English dominates in Academe”, *The Chronicle of Higher Education*, 47.

¹⁰⁸ Etzioni cita David Crystal, 1997, *English as a Global Language*.

utilizada internacionalmente no controlo de tráfego aéreo). Fishman (2001) alarga aquele universo, alegando que cerca de um terço da população mundial usa o Inglês de alguma forma: “Never before in human history has one language been spoken (let alone semi-spoken) so widely and by so many” (Fishman, 2001). Já em 1931 E. Sapir se questiona sobre a possibilidade de adopção de uma língua internacional auxiliar – quiçá artificial -, afirmando que o Inglês ocupava já esse lugar, e continuaria provavelmente a ocupá-lo entretanto (cf. Sapir, 1931:99).

As circunstâncias históricas explicam o lugar também destacado de outras línguas no mapa linguístico global, que podem ser identificadas através da contabilização de publicações, como mostram as conclusões do relatório da UNESCO de 1980 *Many Voices, One World*, da International Commission for the Study of Communication Problems: mais de dois terços dos materiais publicados mundialmente ocorre nas línguas Inglês, Russo, Espanhol, Alemão e Francês¹⁰⁹, sendo que se estima a existência mundial de cerca de 3500 línguas faladas e 500 escritas (vd. Tomlinson, 1996:11).

Semelhante aos fenómenos de globalização da actividade mundial das multinacionais, do *fast food* ou da música popular norte-americanas, ou a adopção mundial das leis de propriedade intelectual ou das telecomunicações dos EUA, o referido fenómeno da globalização da língua inglesa é, na teoria de Sousa Santos, um “localismo globalizado”, ou seja, um dos quatro modos de produção da globalização. Outro modo é o “globalismo localizado”, que remete para as consequências das práticas e imperativos transnacionais em condições locais (sendo estas objecto de desestruturação e reestruturação no sentido de responder aos imperativos transnacionais); são exemplos os enclaves de comércio livre ou zonas francas, a disponibilização de tesouros históricos ou naturais para a indústria global do turismo, a conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do “ajuste estrutural”, alterações legislativas e políticas impostas pelos países centrais ou agências multilaterais (vd. Santos, 2003:435-6). Podemos dizer que estes dois modos de globalização se referem a uma “invasão” do local, respectivamente, por outro local, e pelo transnacional. “O sistema-mundo é uma trama de globalismos localizados e de localismos globalizados” (*idem*:436).

Estes dois modos de globalização são classificados pelo autor como hegemónicos (cf. Santos, 2003:438), sendo que se lhe opõem outros dois modos, contra-hegemónicos, ou por outras palavras, existe uma oposição entre a globalização neoliberal (do topo para a base) e a globalização solidária (da base para o topo) - já pudemos ver esta terminologia de “base” e “topo” nos teóricos anarquistas. Um dos dois modos é o que o autor designa de cosmopolitismo, ou seja, um conjunto “vasto e heterogéneo de iniciativas, movimentos e organizações” que se centram na luta contra a exclusão, contra a discriminação social, e contra a destruição ambiental que são produzidas pelos dois primeiros modos de globalização. O referido conjunto de actores age por meio das articulações transnacionais que a revolução das tecnologias de informação e comunicação permitiram; alguns exemplos destas

¹⁰⁹ Sean MacBride (1980), *Many voices, one World*: Report by the International Commission for the Study of Communication Problems, Kogan Page/ UNESCO (cit. por Tomlinson, 1996:11).

actividades são redes de luta por direitos humanos mais ou menos específicos, de defesa ambiental, ou o emblemático Fórum Social Mundial realizado desde 2001, cuja primeira edição foi em Porto Alegre. Tal como Tom Nairn, que referimos acima neste Capítulo a propósito do internacionalismo operário, também Santos se socorre do termo “cosmopolitismo” sem qualquer vínculo às ideias universalistas que povoaram o mundo ocidental desde a antiguidade¹¹⁰. O cosmopolitismo é, para Santos, a solidariedade transnacional entre grupos explorados, oprimidos ou excluídos pelos modos hegemónicos de globalização.

Finalmente, o último modo de globalização respeita a um conjunto de recursos fundamentais para a sustentabilidade da vida humana na Terra - e por isso, “património comum da humanidade” - que deveriam ser geridos pela comunidade internacional numa perspectiva temporal presente e futura, e que incluem a camada de ozono, a preservação da Antártida, a biodiversidade ou os fundos marinhos, e ainda a exploração espacial (Santos, 2003:436-7). O autor afirma que “o património comum da humanidade, em especial, tem estado sob constante ataque por parte de países hegemónicos, sobretudo dos EUA” (*idem*:437).

Como vimos acima na afirmação de Tarrow (vd. 2006:28), também Sousa Santos se refere à globalização como “um conjunto de arenas de interacção transnacional” (Santos, 2003:437). Esta discussão das lutas sociais, referida no contributo de Sousa Santos, será retomada no próximo Capítulo, relativo aos movimentos sociais.

Para o nosso enquadramento teórico, interessa-nos a discussão do papel e posição de uma língua global, em termos culturais e em termos políticos. No quadro globalizado que temos vindo a caracterizar, pode falar-se da existência de uma cultura global? E em que medida é possível falar de uma política mundial?

Featherstone na introdução à obra *Global Culture* (vd. 1990:1-2) faz a afirmação evidente que não é possível referirmo-nos a uma cultura global da mesma forma que nos referimos a uma cultura relativa a um Estado-nação, ou seja, uma cultura integrada num estado mundial. É sim possível falar de processos culturais que ocorrem tanto a nível internacional como a nível transnacional (no sentido em que transcendem a unidade estatal). Os processos culturais trans-sociais são diversos, alguns dos quais precederam as relações entre os Estados, e outros sustentam o fluxo de pessoas, bens, imagens, informação e conhecimento, e que criam por sua vez processos de comunicação que ganham alguma

¹¹⁰ “Na modernidade ocidental, o cosmopolitismo está associado às ideias de universalismo desenraizado, individualismo, cidadania mundial e negação de fronteiras territoriais ou culturais. Estas ideias têm uma longa tradição no Ocidente e aparecem expressas de várias formas no ‘direito cósmico’ de Pitágoras, na *philallegia* de Demócrito, na ideia medieval de *res publica christiana*, no conceito renascentista de ‘humanitas’, no dito de Voltaire de que ‘[é lamentável que] para sermos bons patriotas necessitamos de ser inimigos do resto do mundo’ e, finalmente, no novo internacionalismo operário, socialista ou comunista do início do século XX” (Santos, 2003:436-7).

autonomia a nível global. Deste modo o autor refere a emergência de “terceiras culturas”, num sentido restrito de “cultura global”: “Hence there may be emerging sets of ‘third cultures’, which themselves are conduits for all sorts of diverse culture flows which cannot be merely understood as the product of bilateral exchanges between nation-states” (Featherstone, 1990:1). Trata-se de conjuntos de práticas, corpos de conhecimento, convenções e estilos de vida que são crescentemente independentes dos Estados-Nação, emergindo da necessidade de gerir a comunicação inter-cultural. O autor particulariza com dois exemplos: as instituições e protocolos do direito internacional, como o Tribunal Europeu de Justiça, e novas categorias profissionais em duas áreas - as que emergem com a desregulação e a globalização dos mercados financeiros (como advogados, consultores de gestão e de finanças), e os profissionais que trabalham nas indústrias culturais do cinema e vídeo, televisão, música, moda e publicidade (Vd. Featherstone, 1995: 90-1 e 114-5)¹¹¹.

É enganador ver a cultura global como um enfraquecimento da soberania dos Estados-nação, e é também enganador ver a emergência das “terceiras culturas” como uma incorporação de uma lógica da homogeneização (Featherstone, 1990:1-2; ver também Smith, 1990:185; Calhoun, 1995; Mann, 1996: 295; Finnemore, 1999:165). Appadurai fala na tensão entre homogeneização e heterogeneização, sendo que a perspectiva estrita da homogeneização tende a centrar-se nas noções de Americanização e de mercadorização, que negligenciam o processo de indigenização cultural que ocorre em áreas tão distintas como a arte e a ciência, o terrorismo ou as Constituições nacionais (vd. Appadurai, 1990:295)¹¹². Diz este autor:

the globalization of culture is not the same as its homogenization, but globalization involves the use of a variety of instruments of homogenization (armaments, advertising techniques, language hegemonies, clothing styles and the like), which are absorbed into local political and cultural economies, only to be repatriated as heterogeneous dialogues of national sovereignty, free enterprise, fundamentalism, etc. in which the state plays an increasingly delicate role (...) In general, the state has become the arbiter of this *repatriation of difference* (in form of goods, signs, slogans, styles, etc.) (Appadurai, 1990:307).

De acordo com o que já ficou dito sobre processos de globalização plurais, faz sentido a afirmação de Featherstone acerca da existência de culturas globais no plural: “The varieties of response to the

¹¹¹ Featherstone (1995:115) acrescenta que existem convergências de estilo de vida, *habitus* e procedimentos destes conjuntos de profissionais, assim como dos espaços urbanos em que trabalham e vivem – que não se encontram em todas as cidades ou capitais, mas concentrados em locais como Nova Iorque, Tóquio, Londres, Paris, Los Angeles ou São Paulo (cita os autores: A. D. King, 1990, *Global Cities*; S. Sassen, 1991, *Global Cities: New York, London, Tokio*; S. Zukin, 1991, *Landscapes of Power. From Detroit to Disney World*).

¹¹² Sobre o processo de indigenização refere: K. Barber, (1987), “Popular arts in Africa”, *African Studies Review*, 30 (3); S. Feld (1988), “Notes on world beat”, *Public Culture*, 1(1); U. Hannerz (1987), “The world in creolization”, *Africa*, 57(4); U. Hannerz (1989), “Notes on the global ecumene”, *Public Culture*, 1(2); e M. Ivy (1988), “Tradition and difference in the japanese mass media”, *Public Culture*, 1(1).

globalization process clearly suggest that there is little prospect of a unified global culture, rather there are global cultures in the plural” (1990:10).

Analisando espaços transnacionais em que existem línguas francas, A. Smith (1990:185) considera que se trata de “áreas culturais” ligadas linguisticamente que podem fomentar culturas transterritoriais, ainda que não garantam a sua emergência:

The fact that certain languages – English, French, Russian, Arabic, Swahili and Chinese – have achieved regional or even global coverage and recognition, would not in itself lead us to predict a convergence of cultures, let alone a transcendence of nationalism. None of these widely spoken languages have achieved the transterritorial and transcultural corporate identity that medieval Latin and Arabic possessed (...) In and of themselves, the rise of the lingua franca in various parts of the world, while affording a possibility for wider transterritorial cultures, cannot ensure their emergence (Smith, 1990:185-6).

Também Tenbruck (1990:204) refere o Inglês e o Russo como línguas francas da actualidade, num paralelismo com o Latim:

Just as Latin became dominant in the Imperium Romanum and eventually abolished all native languages in the West, so today it is English and Russian which are advancing to the status of the lingua franca of the cultural elites in their particular spheres of influence; in certain respects, they are already the linguistic medium for the sciences and are penetrating in various ways into political and everyday language.

Recorde-se que o Latim foi um caso histórico distinto, na medida em que não rivalizava com outras línguas escritas no seio das comunidades, e por outro lado, na actualidade as línguas nacionais escritas e difundidas transversalmente nas sociedades incorporam um elemento identitário fundamental e não substituível por uma língua franca. A análise de Tenbruck pode aqui ser útil, quando afirma que uma “área cultural” com ou sem língua franca, sendo o produto de circunstâncias históricas de longo termo - frequentemente não intencionadas nem antecipadas -, contém também um poder gerador identitário, ainda que não ameace a existência e dimensão das identificações nacionais (cf. Tenbruck, 1990:188).

De uma perspectiva de diacronia da globalização, vemos que este fenómeno não é independente do surgimento dos Estados-Nação: a aceleração da globalização ocorre a partir da década de 1880 com a generalização do conceito de Estado-Nação - como refere Featherstone citando Roland Robertson (1990) -, a par com a disseminação de agências e instituições internacionais, com as comunicações crescentemente globalizadas, com a aceitação da unificação global do tempo, as competições e prémios globais, e as noções standardizadas de cidadania, direitos e conceitos de humanidade (vd. Featherstone, 1990:6). No mesmo sentido Boli, Loya e Loftin (1999:62) afirmam que o nacional e o transnacional se desenvolveram numa relação de tensão com mútuo reforço (e não num jogo de soma zero). Assim, vimos como em meados do século XIX os Estados começaram a reunir-se para a realização de congressos estatísticos (cf. Hobsbawm, 1998:91-2), e podemos também acrescentar

outros exemplos como a constituição do Bureau International des Poids et des Mesures em 1875 (cf. Eco, 1993:295) e a restauração das Olimpíadas em 1896 (cf. Hobsbawm 1984b:309-10).

É também numa perspectiva sistémica que Appadurai fala das disjunções fundamentais entre economia, cultura e política numa estrutura de fluxos de cultura global que configuram cinco dimensões de “paisagens”: étnicas (ethnoscapes), meios de comunicação (mediascapes), técnicas (technoscapes), financeiras (finanscapes) e ideológicas (ideoscapes). Assim: “ethnoscapes”, referindo-se às paisagens de pessoas no mundo mutante em que vivemos, de turistas, emigrantes, refugiados, exilados, profissionais convidados, para além das comunidades estáveis; “mediascapes” referindo-se à distribuição das capacidades electrónicas de produzir e disseminar informação, e as imagens do mundo criadas por esses média, produzidos por Estados ou interesses privados; “technoscapes” referindo-se à configuração global, fluida, da tecnologia mecânica e informacional, que se move a alta velocidade entre fronteiras antes impermeáveis; “finanscapes”, que é a disposição do capital global; e finalmente, “ideoscapes”. Esta “paisagem” ideológica compreende essencialmente elementos da mundo-visão iluminista como imagens de liberdade, bem-estar social, direitos, soberania, representação política e democracia, que configuram “mundos imaginados”, numa extensão da expressão “comunidades imaginadas” elaborada por Anderson para as nações (cf. Appadurai, 1990:296-9).

A estes elementos culturais de origem iluminista podemos acrescentar o direito romano, a ética judaico-cristã, o humanismo renascentista, o valor da investigação científica ou o romantismo (vd. Smith, 1990:187 e Mann, 1996:298, citado acima neste texto; ver também Ricoeur, 1992:117).

A definição dos direitos humanos universais é um elemento sintomático de uma cultura que se pretende universal, mas que irradia do mundo ocidental. Santos (2003:438-40, ver também Falk, 1998:314-5) refere que a concepção dos direitos humanos como universais tende a ser um instrumento do “choque de civilizações”, no sentido em que são um localismo globalizado: subentendem pressupostos como a existência de uma natureza humana universal, que pode ser conhecida racionalmente, e que é também essencialmente diferente da, e superior à, restante realidade; subentendem também a dignidade absoluta e irredutível do indivíduo perante a sociedade ou o Estado, e que a autonomia do indivíduo exige uma organização não hierárquica da sociedade que deve ser uma soma de indivíduos livres¹¹³. Assim a Declaração Universal de 1948 foi elaborada sem a participação da maioria dos povos do mundo. Vejam-se três características ocidentais com uma marca liberal indelével: (1) o reconhecimento exclusivo dos direitos individuais tem a excepção do direito colectivo à auto-determinação que foi no entanto negado aos povos subjugados pelo colonialismo europeu; (2) a prioridade concedida aos direitos cívicos e políticos sobre os direitos económicos, sociais e culturais, e (3) o reconhecimento do direito de propriedade como o primeiro, e durante muitos anos, o único direito económico. Não esqueçamos as situações em que foi possível a coexistência de duplos critérios, nomeadamente a ocultação pelo Ocidente do genocídio do povo Maubere a par com a

¹¹³ Santos recorre a Raimundo Panikkar, 1984, “Is the notion of human rights a Western concept?”, *Cahier*, 81.

manutenção de relações comerciais com a Indonésia¹¹⁴. Santos acrescenta que, ainda que todas as culturas tendam a definir os seus valores mais importantes como os mais abrangentes, apenas a cultura ocidental tende a formulá-los como universais. Na mesma linha Roland Barthes (cit. por Tomlinson, 1991:53-4) refere que a pretensão do universalismo de que todos os seres humanos são iguais é invariavelmente proveniente de uma cultura dominante. Beck (2002) entende que o cosmopolitismo incorpora vários dilemas, sendo um deles aquele que contrapõe o direito internacional e os direitos humanos: estes, em parte sustentados pelo direito internacional, são uma espécie de religião civil do moderno cosmopolitismo, que podem todavia ser subvertidos no seu princípio humanista, ou seja, “this transnational humanism can easily turn into a *military humanism*, which – as in the Kosovo War – also provides the Western nations and Allied states with a kind of ‘cosmopolitan mission’, but also with legitimation for military crusades under the banner of human rights” (Beck, 2002:37).

A herança cultural ocidental dos valores universais tem sido mobilizada em vários projectos ecuménicos, mais ou menos globais. Desde os ancestrais desejos de uma ecúmena religiosa cristã, ao liberalismo e ao socialismo enquanto comunidades também globais ou “ecúmenas seculares” (cf. Tenbruck, 1990:198), como também a formação do projecto europeu depois da 2.^a Guerra, construído a partir da “família europeia” configurada por essa herança comum, que tentou ombrear com os impérios Americano e Soviético:

Fundamental to the new cultural imperialisms has been the need to create a positive alternative to “national culture” (...) Communist authorities [since the 1920s] (...) proposed the creation a new “Soviet” man, a citizen of the Soviet Union (...) America (...) was held up in the 1950s as the exemplar of “melting pot” assimilation (...) and [later] of integration through diversity (Smith, 1990:172-3).

Assim, uma “Comunidade Europeia” criada a partir do movimento europeu iniciado em 1948 desencadeou um debate sobre o futuro formato da comunidade “supra-nacional”, desde a abordagem Gaullista da “Europe des patries”, aos estados unidos da Europa (denominada “super-nação” pelos detractores), ou a um federalismo ou confederalismo (de que nasceria uma unidade cultural consolidada pelas telecomunicações e pela inter-dependência económica) (vd. Smith, 1990:173-4). Como referimos acima, na perspectiva de A. Smith, o espaço europeu constitui, mais do que uma “cultura global ou transterritorial”, uma “área cultural” eventualmente balizada por uma língua franca.

Foi também em 1948, como referido, que foi adoptada a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU; Falk (1998: 314, nota 12 incluída) lembra que os artigos 25(a) e 28,

¹¹⁴ Richard Falk (1981, *Human Rights and State Sovereignty*) fala da manipulação do tema Direitos Humanos nos EUA pela comunicação social, analisando a dualidade entre uma “política de invisibilidade” e uma “política de supervisibilidade”, em relação directa com os imperativos da política externa norte-americana. Respectivamente, a ocultação do genocídio do povo maubere ou os milhões de “intocáveis” na Índia, e os atropelos pós-revolucionários dos Direitos Humanos no Irão e Vietname (cit. por Santos, 2003:440).

respectivamente, reclamam um nível de vida suficiente para garantir necessidades humanas básicas para todos, e “uma ordem social e internacional” capaz de concretizar os direitos referidos.

É assim legítimo concordar com os autores que afirmam que depois da 2.^a Guerra surge uma autoridade transnacional, ou seja, emerge um conjunto de instituições inter-governamentais e não-governamentais, que regula as relações entre o nacional e o transnacional, como as grandes empresas, a ONU, o FMI, o Banco Mundial, o GATT, mais recentemente o WTO, e a um nível menor (de âmbito “regional”), a União Europeia. Trata-se de “coleções de estados-membros” como diz Tomlinson (1991:13-5), porque existem numa ordem internacional e não numa ordem global ou mundial (no sentido de um governo mundial), e porque estas organizações existem na medida em que os Estados-membros decidem financiá-las e participar nelas. Mesmo a ONU (*i.e.*, o conjunto dos seus corpos) não configura um organismo global, sendo todavia, segundo Derk e colaboradores, “o núcleo institucional da governança global”. Assim, dizem estes últimos autores que, não existindo um estado mundial, existe uma política internacional que ocorre nas instituições internacionais (vd. Derk *et al.*, 1998:287-90; ver também Boli e Thomas, 1999:1 e Mann, 1996:303; West, D., 2013:9 e 142).

Vários autores assumem a existência de uma “sociedade internacional”. Por exemplo Falk (1998:328) diz que “the statist, territorial character of international society is being decisively superseded by a large variety of technological, economic and cultural trends”. Boli e Thomas são dos autores que mais energicamente assumem a existência de uma organização mundial: “the world is more than networks or systems of economic and political interaction and exchange; it has become a single ‘international society’, or world polity” (Boli e Thomas, 1999:13). A sua posição, talvez excessiva, baseia-se na assunção da existência de uma “cultura mundial” subjacente a este fenómeno da “sociedade internacional” ou “world polity” (este termo afigurou-se de difícil tradução, podendo significar “constituição política”, “comunidade política”, “governança”, “forma ou processo de governo”, “sociedade enquanto estado organizado”)¹¹⁵. Não obstante, esta perspectiva não implica a assunção de um mundo mais harmonioso, assim advertem os autores (ver também Featherstone, 1995:91). O princípio destes fenómenos é um universalismo, *i.e.*, um nível transnacional ou global, com origem no mundo cristão e cuja cristalização organizacional tem início na segunda metade do século XIX, e que depois das duas Grandes Guerras tem tido um importante papel de autoridade no desenvolvimento global (vd. Boli e Thomas, 1999:3-5). Dizem os autores (*idem*:19):

In contemporary world culture, the dominant global actors are states, TNCs [transnational corporations], and IGOs [intergovernmental organizations]. These entities are defined as actors capable of wielding military,

¹¹⁵ A obra de Boli e Thomas adopta a perspectiva que denominam de “institucionalismo do governo mundial”, uma teoria dos fenómenos da globalização baseada na afirmação da cultura global, que é uma alternativa às abordagens do “sistema-mundial” (em que se parte de uma hegemonia da economia; vd. tb. Featherstone, 1990:4-5), e às abordagens da “competição entre estados”, “neorealismo” ou “institucionalismo neoliberal” (que partem da hegemonia do Estado) (vd. Boli e Thomas, 1999:3 e Boli, Loya e Loftin, 1999: 69-77).

economic, and political power, and for the most part, they enact this conception well. Alongside the realpolitik networks formed by these actors, and intensely entwined with them, INGOs [international nongovernmental organizations] are much less well conceptualized actors whose primary concern is enacting, codifying, modifying, and propagating world-cultural structures and principles.

Boli e Thomas equiparam o papel dos Estados ao das outras instâncias referidas, e similarmente outros autores entendem que a sua importância não se anula no contexto global, como Kaldor (2007:62), D. West (2013:215) e Calhoun (1994: 307 e 320), que diz que os Estados permanecem a estrutura institucional que ao mais elevado nível permite a concretização de programas democráticos.

Faremos de seguida uma breve análise das entidades transnacionais da UE e da ONU, e depois das Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONG-I), com o objectivo posterior de discutir a questão da língua nos organismos supra-nacionais, e da própria relação histórica destes organismos com a língua Esperanto.

Preuß (1998:138) afirma que, no acelerado processo de globalização das relações económicas, políticas, culturais e científicas, a UE é largamente vista como um modelo de sucesso da institucionalização da supra-nacionalidade. Até à década de 1980 a Comunidade Europeia era quase completamente compatível com o Estado-Nação, mas entretanto a regulação política começou a expandir-se através das soberanias nacionais, em virtude do Tratado de Maastricht assinado em Fevereiro de 1992, que implica um controlo Europeu virtualmente alargado a todas as áreas de desenho de políticas: “A cursory reading might give the impression that the European Community is indeed a superstate” (Mann, 1996:300). Este tratado consagra a designação da União Europeia que substitui a anterior Comunidade Europeia¹¹⁶. O Tratado de Maastricht criou também a cidadania da UE: Preuß (1998:139) diz que a constituição de um cidadão de uma entidade supra-nacional é a maior inovação na história das comunidades políticas: “the EC [European Community] has established the bold idea to disconnect nationality from citizenship, and this idea may well evolve to a general principle which ultimately transforms the ideal of cosmopolitan citizenship into a reality” (Preuß, 1998:149). O autor acrescenta (*idem*) que esta realidade aboliu o monopólio da filiação individual a uma comunidade política, numa dualidade que ainda apresenta uma predominância da cidadania nacional sobre a europeia – mas que poderá futuramente configurar o alargamento a indivíduos sem nacionalidade de nenhum dos países da UE, por exemplo, na situação de migração ou exílio. Este optimismo do autor tem contudo sido recentemente abalado pela denominada “crise dos refugiados” agravada essencialmente em 2015 com a chegada de populações em fuga do cenário de guerra na Síria, mas também de outras origens africanas e do Médio Oriente, à qual a UE não tem respondido de forma consistente, nem sobretudo alguns países, de acordo com os seus apregoados princípios

¹¹⁶ O Tratado revela três dimensões que interferem nas soberanias nacionais: legislativa (nas áreas da liberalização do comércio e da integração da produção e da sua standardização); criação do mercado único (abole impedimentos na circulação de pessoas, bens e serviços); criação do sistema monetário europeu.

européus de tolerância e humanidade; os sinais mais significativos encontram-se na construção de muros em fronteiras nacionais para impedir a passagem destas pessoas, e na saída do Reino Unido da UE que acaba de ser referendada em Junho de 2016. O sentimento de abalo do projecto europeu e até de perigo da sua sobrevivência era já apontado também na sequência dos recentes drásticos programas de ajuda financeira a países do sul, Portugal incluído.

Na UE a questão linguística é abordada a partir da protecção de todas as línguas europeias, e assim, são oficiais as 24 línguas dos 28 países membros. A importância do multilinguismo é sublinhada na Carta da UE e objecto de atenção política, se não veja-se:

Multilingualism policy aims at ensuring multiculturalism, tolerance and European citizenship. Widespread general competence in foreign languages also plays its part in keeping xenophobia and intolerance at bay. We have to understand each other if we want to reap the full benefits of the cultural, social, and economic richness of our continent (*Key Data on Teaching Languages at School in Europe*, The Eurydice European Unit, 2004:3. Cit. por Etzioni, 2008:116).

A diversidade linguística é ostensiva especialmente quando analisada numa perspectiva económica no quadro do funcionamento das instituições europeias, originando uma preocupação muito partilhada sobre os custos de tradução necessários. Etzioni (2008:116) afirma que a ausência de uma língua europeia partilhada implica que 13% dos custos administrativos sejam canalizados para a interpretação e tradução de transcrições, documentos, regras e regulamentos na totalidade das línguas oficiais, gastos que se multiplicam com o aumento do número de línguas oficiais (ver também Mann, 1996:304 e Archibugi, 2005:551). Já a manutenção do Inglês no conjunto das línguas de trabalho poderá ser discutida no quadro da saída do Reino Unido da EU – mas manterá com certeza o estatuto de língua oficial, na medida em que é língua oficial da Irlanda e de Malta.

Retomando o debate entre multiculturalistas e cosmopolitas acerca das políticas linguísticas (referido no Capítulo anterior), a solução desta questão através da redução das línguas oficiais seria entendida pelos multiculturalistas como uma ameaça democrática por reduzir o número de candidatos elegíveis àqueles que dominam pelo menos uma língua oficial, mas também, pelo perigo de criação de grupos de trabalho potencialmente oligárquicos através do uso restrito de algumas línguas. Como sublinha Jordan (1987): “linguistic competence becomes a political resource; leadership falls to the better speakers”. Já a posição cosmopolita entende que a comunicação numa só, ou num número restrito de idiomas, viabiliza um debate parlamentar mais autêntico e directo (cf. Archibugi, 2005:551-2). Umberto Eco refere como a solução poderia ser a adopção de uma Língua Internacional Auxiliar (LIA) que não coincidissem com nenhum dos idiomas da UE: “frente ao risco de, numa união europeia futura, poder prevalecer a língua de uma só nação, os Estados que dispõem de poucas possibilidades de imposição da sua língua (e, portanto, todos menos uma) talvez tendam a defender a adopção de uma LIA” (Eco, 1996:311).

Em concordância com estas práticas multilinguísticas nos seus organismos, a UE investiu em 1981 os Estados através do Parlamento a aceitar uma Carta Comunitária das línguas e das culturas regionais e minoritárias (aprovada posteriormente em 1992). Concomitantemente, no Conselho Europeu em Barcelona em 2002 os chefes de Estado e de governo apelaram ao ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras desde cedo na infância, contudo, mantendo-se neutrais quanto à escolha dos idiomas (vd. Etzioni, 2008:124).

Para além destes princípios da UE, a preservação do património linguístico europeu está também contemplada no conjunto de direitos das minorias protegidos pelo Conselho da Europa desde 1975. No ano de 1978 foi votada no Conselho da Europa uma declaração cujo artigo n.º 31 afirma que a promoção das culturas regionais é um elemento insubstituível para a construção de uma Europa que respeita a sua diversidade cultural e linguística (cf. Lapierre, 1988:252. Vd. também Fettes, 1992:4).

Analisaremos agora a ONU. De acordo com a tendencial universalização da aplicação do modelo democrático aos Estados, Derk *et al.* (1998:289-91) mostram como o sistema de funcionamento da ONU é sujeito a considerações críticas relativamente ao cumprimento dos princípios democráticos que são susceptíveis de presidir também a organismos transnacionais. Quatro maiores preocupações são: a ausência de um sistema constitucional dificulta a transparência; a distância entre os decisores e os indivíduos afectados pelas decisões dificulta a participação directa e a representação; a dificuldade de conseguir consensos dada a extrema heterogeneidade dos grupos políticos, sociais e culturais; e a representação de tipo territorial (que ocorre na base “um Estado – um voto”) dificulta a representação dos cidadãos dos Estados, numa proporção tanto maior quanto maior for a diversidade cultural em cada Estado e quanto maior for a sua população. Esta última questão é relevante se considerarmos que, como diz Tomlinson (1991:14), entidades como a ONU e a UNESCO existem idealmente para promover a “conversação global”. Sendo apenas as nações elegíveis como membros, os grupos étnicos e minorias que tenham identidades e interesses não coincidentes com as nações não têm representação – o autor recorre a exemplos datados da década de 1990 como os Quechua, os Bascos, os Guarani, os Catalães, a minoria católica irlandesa, os Tamils do Sri Lanka, ou os Lituanos na USSR, alguns dos quais ainda com actualidade. Diz o autor: “There is a *discourse about* minority cultures in UNESCO, but there is no *discourse of* minority cultures” (Tomlinson, 1991:17). Falk reitera esta crítica, dizendo que apesar da assunção da missão da paz internacional, da segurança e do progresso social e económico para os povos, a *Carta* tem sido essencialmente uma estrutura estatista, e a Organização tem sido moldada quase exclusivamente pela participação dos governos, representativos ou não das populações, e em aspectos cruciais, pelos líderes geopolíticos do sistema mundial: se este modelo não se alterar, e se não forem reflectidas as mudanças ocorridas na sociedade internacional, o papel da ONU será marginalizado especialmente quanto às questões mais prementes da globalização (como as actividades dos mercados financeiros, das empresas transnacionais e operações dos media e dos bancos internacionais). É fácil entender esta característica institucional se pensarmos que a ONU foi formada como extensão do estatismo, não como uma sua alternativa (cf. Falk, 1998:318-20).

É o estatismo prevalecente na ONU que é invocado por Lapierre (1988:252-3) para mostrar que muitas vezes os princípios – excelentes na sua formulação – não são cumpridos. Refere-se à protecção dos direitos individuais, que de acordo com a própria Declaração dos Direitos Humanos, condena no artigo n.º 2 toda a discriminação “de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de património, de nascimento ou de qualquer outra condição”. Refere-se também à actividade da entidade mais específica para aqueles fins, *i.e.*, a Sub-Comissão de Protecção das Minorias, que visa o cumprimento do artigo n.º 27 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos de 1967, que enuncia: “nos estados onde existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas que lhes pertençam não podem ser privadas do direito de ter, em comum com outros membros do seu grupo, a sua própria vida cultural, de professar e praticar a sua própria religião ou usar a sua própria língua”. Similarmente, U. Lins (1990, cit. por Fettes, 1992:12) afirma que a UNESCO não pretende assumir o risco de ofender os governos com declarações mais particulares sobre o aspecto linguístico da comunicação internacional.

Sendo o pluralismo um elemento fundamental desta entidade criada para a condução da “conversação global”, a retórica do humanismo universal – “a spirit of brotherhood”, expressão infelizmente cunhada em termos sexistas - é sumamente sublinhada pela invocação dos valores da diferença, da tolerância, da indulgência, e da coexistência pacífica. Mas veja-se o texto do *Final Report of World Conference on Cultural Policies*, evento ocorrido em 1982 na cidade do México (de uma série de conferências com início em Veneza em 1970), com o objectivo de discutir a natureza e significado da cultura nas relações internacionais. O Relatório formula recomendações de políticas culturais de oposição à “Americanização” empreendida pelo “imperialismo dos média”, isto é, a dominação da produção e distribuição de bens culturais, entendida como um neo-colonialismo: recomenda a autonomia cultural como inseparável do exercício pleno da soberania nacional, veiculando um discurso da nacionalidade, em que a identidade cultural tende a ser elidida com a identidade nacional (vd. Tomlinson, 1991:16 e 70-5 e Bauman e Briggs, 2003:308). Então:

The UNESCO discourse seems doomed to a diplomatic inconsistency. On the one hand it has to assert pluralism at all levels, but on the other it must assert cultural defence in terms of the status quo of national divisions. The report recognises, for example, the centrality of language to culture (...) In its recommendations on the issue of cultural domination it urges the members to “strengthen national languages with a view to affirming cultural identity and helping it to recover its natural role which is that of expressing the different aspects of activity and life and thereby furthering national development”. The UNESCO discourse of cultural identity is, in short, intrinsically ambiguous and contradictory, and these difficulties derive in large part from its discursive position as an “inter-national” body (Tomlinson, 1991:72-3).

Encontramos aqui um discurso similar ao dos nacionalismos na defesa da sua língua nacional, aplicado à discutível perspectiva do imperialismo cultural nos termos em que usualmente é feita, *i.e.*, de um modo essencialista, que equipara culturas a entidades - homogéneas, unitárias, territorialmente

delimitadas e estáticas – e agentes na dominação ou invasão de uma cultura nacional por outra. Como afirmam Bauman e Briggs (2003:308-9), ao sublinhar a ameaça que a cultura industrializada dos *mass media* coloca ao folclore nacional, o metadiscorso da UNESCO não muda desde Herder. A assunção de uma oposição não benigna entre o tradicional e o moderno – ou o industrializado e o subdesenvolvido - está na base de posicionamentos da UNESCO como os que foram tomados em 1985 e 1989, respectivamente: o *Model Provisions for National Laws on the Protection of Expressions of Folklore Against Illicit Exploitation and Other Prejudicial Actions*, em conjunto com a World Intellectual Property Organization, e as *Recommendations on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore* (cf. Bauman e Briggs, 2003:307-8).

Tomlinson disse, como vimos acima (cf. 1991:17), que a ONU sustenta um discurso sobre as minorias culturais, mas não promove os discursos das minorias. No mesmo sentido, e a propósito dos direitos linguísticos, existem críticas à prática destes direitos nesta organização. Como lembra Lapenna (Lapenna *et al.*, 1974:11), a categorização tripartida dos idiomas nas línguas de trabalho, as oficiais e as outras, não respeitou o princípio referido (e o Inglês e o Francês foram as primeiras línguas favorecidas, antes de outros idiomas serem aceites como língua de trabalho)¹¹⁷.

A ONU, incorporando uma ideologia universalista – afinal compatível com o estatismo tão omnipresente na sua organização – difunde a ideia de um mundo que possa e deva ser “unificado” (“one world”), essencialmente com base no conceito de desenvolvimento. Este conceito difundiu-se a partir da década de 1950 e tem necessariamente como corolário a noção de sub-desenvolvimento, heranças claras das noções positivistas do progresso. São conceitos não apenas omnipresentes no discurso e literatura políticas, e veiculadas pelas organizações internacionais, mas também no universo académico, através de um número crescente de disciplinas científicas votadas a estes temas (vd. Tenbruck, 1990:195 e Schofer, 1999:253)¹¹⁸. Aliás, a UNESCO incorpora o exemplo perfeito da visão da ciência em prol da sociedade, já que nas suas áreas prioritárias enquadra-se o incentivo da actividade científica e a difusão do conhecimento científico para benefício social num âmbito mundial (vd. Schofer, 1999:258). Tenbruck lembra que foi no período após a 2.ª Guerra que “passou a haver” países em desenvolvimento ou sub-desenvolvidos: “for forty years UNESCO in particular has very effectively been spreading the ideology of uniform and collective development. But its zeal appears as

¹¹⁷ H. Tonkin nota que as línguas com o mesmo estatuto na Assembleia Geral da ONU correspondem aos países vitoriosos na 2.ª Guerra: “the invention of a new system for simultaneous interpretation, based on interpreters’ booths, wired connections, and headsets, allowed for the acceptance of as many as five or six different languages, so that the languages of the victors of the World War – Chinese, English, French, Russian, and also Spanish – became equal in status in the General Assembly” (Tonkin, 2004:3).

¹¹⁸ Schofer (1999:258) analisa as associações científicas, e em especial, as de âmbito internacional: “By the postwar period, nation-states, scientific professionals, and central IGOs all viewed science as socially valuable. Scientists were urged to address topics of social import, while other social actors were encouraged to adopt more scientific approaches. This (...) supported the founding of socially oriented science INGOs”.

naive, if not already duplicitous, in view of the fact that the Third World continues to demand development while at the same time being more and more insistent on retaining its cultural identity” (Tenbruck, 1990:202).

Mas os créditos da ONU também são reconhecidos, nomeadamente o seu papel essencial no estabelecimento das regiões colonizadas como Estados com fronteiras internacionalmente reconhecidas, e o seu papel mundial para os direitos humanos em muitos estados não democráticos (Giddens, 1992:57; Falk, 1998:317-8). Há análises que apontam tensões entre concepções economicistas e humanistas da ONU (vd. Falk, 1998:321, 326 e 328), mas é uma entidade reconhecida como um espaço privilegiado para a construção de estruturas de governança global para o novo século, através da ligação privilegiada às forças democratizadoras, às forças globalizadoras e de geopolítica. Mesmo de forma indirecta a ONU tem uma influência importante como modelo tanto positivo como negativo, ou ainda como motor de activismo transnacional, como se infere, respectivamente, pelos três exemplos seguintes. O primeiro é a criação de entidades pela sociedade civil (mas também por alguns governos) do âmbito da defesa dos Direitos Humanos, certamente por via das tradições ocidentais de activismo e sentimentos liberais atentos aos abusos governamentais no domínio político. O segundo exemplo é o surgimento, em resposta à primeira conferência inter-estatal da ONU sobre ambiente realizada em 1972 em Estocolmo, de grupos ambientais transnacionais de tipo “grassroots”, que criaram uma presença vívida de contra-conferências, marcando uma nova era na política global, no sentido em que a participação política não pode estar confinada aos governos agindo em nome das pessoas: “transnational environmental and human rights activism outside the Organization was also beginning to occur at that time as rudimentary signs of the emergence of global civil society” (Falk, 1998:322); de entre uma série de conferências globais que depois se realizaram na década de 1990, destaca-se a primeira delas no Rio de Janeiro em 1992, em que as ONGs compareceram em maior número que as delegações estatais, e que foi em parte financiada pelas empresas, com o foco de debate na sustentabilidade¹¹⁹. Por último, Falk (*idem*) acrescenta que a acção da ONU, através da realização de conferências intervaladas em períodos de 5 anos entre 1980 e 1995, contribuiu para a transnacionalização do movimento dos direitos das mulheres.

Finalmente, vejamos as Organizações Não-Governamentais. Aceitemos a proposição de Boli e Thomas de que as Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONG-I) constituem o primeiro campo organizacional no qual a cultura mundial assume uma forma estrutural, na medida em que são agentes de formação e definição dessa cultura como um nível distinto da realidade social (vd. Boli e Thomas, 1999:6). Trata-se de corpos transnacionais que não têm a autoridade racional-legal dos Estados para elaborar ou forçar a lei, nem possuem os recursos económicos das empresas

¹¹⁹ Realizaram-se também conferências sobre os direitos humanos e desenvolvimento em Viena (1993), sobre população e desenvolvimento no Cairo (1994), a cimeira social em Copenhaga (1995), a conferência sobre mulheres e desenvolvimento em Pequim (1995), e sobre habitats humanos em Istambul (1996).

multinacionais, todavia, exercem um tipo específico de autoridade, que os autores denominam de voluntarismo racional. “They employ limited resources to make rules, set standards, propagate principles, and broadly represent ‘humanity’ vis-a-vis states and other actors” (*idem*:14).

A cultura mundial segundo Boli e Thomas compreende dois sentidos, o universal e o universalizável. Assim, incorpora definições, propostas e princípios construídos cognitivamente de modo similar em todo o lado e são, por isso, entendidos como aplicáveis também através do espaço, *i.e.*, têm validade universal. São dados os exemplos da existência, da natureza geral e dos objectivos quer dos Estados, como também dos sistemas escolares, ou ainda das empresas transnacionais (*idem*: 18-9). Esta cultura é analisada em cinco dimensões ou assunções mais ou menos explícitas que se encontram reflectidas nas organizações em questão: o universalismo, o individualismo, a autoridade racional voluntarista, a racionalização do progresso, e a cidadania mundial¹²⁰.

O universalismo é perceptível na conceptualização do “ser humano”, entendido num conjunto – a humanidade – e portador de agência, de desejos e necessidades similares. É um princípio verificável na assunção de que qualquer pessoa pode tornar-se membro activo das ONG-I ou ser seu beneficiário potencial. Por outro lado, o alcance das temáticas é também considerado universal na sua validade, nomeadamente nas organizações dos domínios científico, técnico, médico e empresarial que representam a maioria do universo das ONG-I.

O individualismo verifica-se porque os membros são indivíduos ou associações de indivíduos (excepto na área industrial, muito representada por empresas), e também pela estrutura organizacional: o recurso a processos democráticos de voto individual, as cotizações individuais, e ainda a sub-representação de entidades nacionais ou empresariais na organização de conferências e publicações.

Tendo caracterizado a autoridade como voluntarismo racional, é esta a terceira dimensão analisada, e entende a responsabilidade dos indivíduos agindo colectivamente através de procedimentos racionais na determinação de regras culturais justas, equitativas e eficientes; agem numa lógica de “auto-autorização” que legitima a sua própria acção independentemente de qualquer autoridade externa. Assim, sendo uma autoridade informal, é-o no sentido cultural e não organizacional (para Boli e Thomas a “auto-autorização” contraria as análises de Max Weber da autoridade como forma de dominação, pois a dominação das ONG-I efectua-se num sentido informal em vez de convencional; cf. 1999:37).

¹²⁰ São princípios que incorporam elementos culturais de tipo ontológico, epistemológico e existencial. A obra parte da análise de dados de 5983 organizações fundadas entre 1875 e 1988, *i.e.*, a população das ONG-I classificadas como corpos internacionais no *Yearbook of International Organizations* pela Union of International Associations (UIA), e que exclui empresas transnacionais e organizações inter-Governamentais (OIG). A UIA tem origem no Central Office of International Associations fundado em Bruxelas em 1907, entidade activa na fundação da Liga das Nações, no International Institute of Intellectual Cooperation (o predecessor da UNESCO), e fundadora da primeira universidade internacional na década de 1920. Tem desde cedo um estatuto de semi-oficialidade como entidade de compilação de informação sobre ONG-I e OIG, através de laços com a Liga das Nações e a ONU (vd. Boli e Thomas, 1999:20-1, nota 9 incluída).

A penúltima dimensão reflecte a preocupação com a racionalização do progresso, não a partir do conceito presente no século XIX baseado na industrialização, mas mais difusamente orientado para o “desenvolvimento” numa conceptualização abrangente que inclui crescimento económico, realização pessoal, segurança colectiva e justiça.

Por último, a cidadania do mundo resulta dos outros princípios - de acção voluntária e de direitos e obrigações de participação no grande projecto humano -, a partir de um governo mundial descentralizado e plebiscitário.

Este enquadramento cognitivo – difuso, abstracto e universalístico – subjacente à cultura do “governo mundial” encontra-se codificado por exemplo na Declaração Universal dos Direitos Humanos (e direitos relacionados) da ONU, que concebem um cidadão global cujos direitos, entendidos de modo alargado, transcendem as fronteiras nacionais (Boli e Thomas, 1999:34-41). Os autores entendem que este cenário cultural não é exclusivo das organizações em análise: “The cultural principles represented by INGOs are also integral to the world economy and interstate system, but INGOs push them to extremes” (*idem*:40); assim, as ONG-I são agentes de crítica das violações dos princípios da cultura mundial pelos Estados e pelas empresas, reflectidas quer em estigmatizações etnocêntricas, quer em exploração de tipo capitalista ou no desrespeito pelo ambiente natural.

O surgimento das ONG-I data do século XIX: desde 1850 mais de 35 000 organizações privadas, sem fins lucrativos e com âmbito internacional surgiram no mundo, numa distribuição temporal de cerca de 200 em 1900, para 800 em 1930, depois mais de 2 000 em 1960 e finalmente cerca de 4 000 em 1980¹²¹ (cf. Boli e Thomas, 1999:14 e 20-2). O número de organizações internacionais sem fins lucrativos cresceu rapidamente no fim do século XIX (cerca de 10 por ano durante a década de 1890), com um pico em 1910. O crescimento recupera depois da 1.^a Guerra, vive algum declínio na década de 1930, e regista o maior crescimento depois da 2.^a Guerra - num ritmo de cerca de 90 organizações por ano a partir de 1947, que estão na sua maioria ainda activas.

A Europa é simultaneamente o lugar de emergência deste fenómeno e da sua concentração territorial mais significativa. Uma análise do intervalo temporal entre 1960 e 1988 mostra que: “participation in INGOs was higher in Europe, in the most developed countries, in countries independent by 1800, and in Christian-religion countries. These findings are obviously consistent with the well-known fact that formal organizing on a transnational basis began in Europe, particularly in the core countries of Europe, and was structured around cultural forms and purposes derived in large from Christian worldviews” (Boli, Loya e Loftin, 1999:53). Boli e Thomas (1999:22, nota 14 incluída)

¹²¹ Veja-se a diversidade das designações das organizações: associações, sociedades, fundações, uniões, comités, clubes, ligas, conferências, grupos, federações ou convenções. Refira-se a título de exemplo, a Pan American Association of Ophthalmology, a International Exhibitions Bureau, a Commission for the Geological Map of the World, o International Catholic Child Bureau, o International Tin Council, ou o Tug of War International Federation. Só alguns casos são mais conhecidos, como o Scout Movement, o International Olympic Committee, a International Red Cross, ou o World Wildlife Fund (cf. Boli e Thomas, 1999:20).

particularizam a herança cristã referindo as raízes do direito e as ordens religiosas; acrescentam o Iluminismo, e o desenvolvimento da economia mundial em articulação com o imperialismo europeu e com os sistemas globais de transportes e comunicações.

Os dados comparativos analisados permitem também concluir que a cidadania mundial apresenta uma correlação positiva com a cidadania nacional (vd. Boli, Loya e Loftin, 1999:61-2; vd. ainda Kaldor, 2007:62). Assim, o que pode parecer uma relação de natureza conflitual entre uma identidade transnacional e uma identidade nacional é, ao invés, complementar. Boli Loya e Loftin entendem que esta conclusão faz sentido, se pensarmos que só no fim do século XIX com a “era do nacionalismo” os cidadãos europeus iniciaram as organizações de âmbito internacional que se tornariam a arena primeva do desenvolvimento e estruturação da “cultura mundial”. Como vimos já neste trabalho, as identidades, pertenças e identificações dos indivíduos são plurais e não exclusivas (Calhoun, 1994:323-4; M. Cohen, 1995:232; Jenkins e Sofos, 1996:3; Corkill, 1996:155; Beck, 2002:31). *I. e.*, coexistem não apenas as pertenças de género, profissão, religião, classe, mas também uma sequência de esferas que incluem região, nacionalidade, supra-nacionalidade e também globalidade: as “culturas globais” representam uma esfera ou dimensão adicional na vida e na biografia dos indivíduos.

É importante perceber a relação que se estabelece entre as ONG-I e as Organizações Inter-Governamentais (OIG). Veja-se, primeiro, que o crescimento das OIG também foi significativo no século XX: aumentou de 123 em 1951 para 280 em 1972, e para 364 em 1984 (vd. Hobsbawm, 1998:172). Veja-se também que a fundação de ambos os tipos de organização apresenta uma elevada correlação. Por um lado, muitas OIGs foram fundadas como ONG-I e depois co-optadas pelos Estados, como a World Meteorological Organization, a International Labor Organization e a World Tourism Organization; por outro lado, verifica-se o estabelecimento frequente de relações formais entre os dois tipos de organização, sendo o exemplo mais significativo os milhares de ONG-I que têm relações formais com as agências da ONU (o ECOSOC estabeleceu relações com mais de 900 organizações). Finalmente, não só as OIG, mas também os Estados recorrem muitas vezes às ONG-I, para aconselhamento e informação. Esta interacção representa um processo de mútua legitimação: as ONG-I obtêm prestígio através das relações consultivas com as OIG, e estas revestem-se, através das primeiras, de um halo de imparcialidade junto da opinião pública (não obstante também pode ocorrer conflito ou competição: ver Boli e Thomas, 1999:28-30, nota 18 incluída).

O âmbito das ONG-I, *i.e.*, de cariz universalístico ou mais confinadas regionalmente (a nível europeu ou do mundo árabe, por exemplo) apresenta alterações históricas: as organizações universalísticas foram dominantes até à 2.ª Guerra, com um pico imediatamente após o seu término, por altura da formação da ONU. Contudo, verifica-se depois da década de 1950 um gradual e quase equiparado crescimento de organizações de âmbito menos ambicioso e de maior diferenciação por oposição ao universalismo, até aí prevalecente (Boli e Thomas, 1999:30-1). Assim:

the great majority of INGOs founded before World War II were universalistic in character, whether their focus was medicine, science, world peace, industry, trade, or any other area. Like the upsurge of ethno-nationalism within states (...) a devolution of organizing to more particularistic level is evident since the war. Various types of proto-polities at the regional level are under formation: geographic, religious, ethnic-linguistic-cultural, political, and combinations of these (Boli e Thomas, 1999:31).

Veremos depois como é que esta tendência de maior diferenciação do âmbito das organizações se reflectiu na questão específica do movimento do Esperanto – uma vez que as organizações deste movimento são consideradas como ONG-I.

Boli e Thomas classificam os sectores fundamentais em que se distinguem as ONG-I, categorizados nas seguintes áreas fundamentais: racionalização técnica e económica, direitos individuais e bem-estar, orientação para o governo mundial, desporto, ecuménica, laboral e política¹²². Vejamos então sumariamente estas grandes áreas de actividade.

A racionalização técnica ou económica concentra cerca de 60% das organizações, e representa o núcleo da cultura mundial: técnica, funcional, racionalizadora, muito diferenciada. Estes corpos reúnem médicos, engenheiros electrónicos, desenhadores de pontes, etc., e estabelecem padrões, discutem problemas, disseminam informação, discutem o direito, escrevem códigos de ética (mas poucos são vistos como actores mundiais, excepto talvez pelos seus membros). Na totalidade, é nesta categoria de racionalização técnica e económica que os sectores se mantiveram mais estáveis - os das ciências, técnica e medicina -, e mais cresceram - o do comércio, indústria e sector terciário -, reflectindo as tendências económicas globais do século XX. No sector da ciência, que como vimos, é sem dúvida a incorporação primeira e plena do universalismo e do racionalismo desde o século XVII, contudo, apenas nas últimas décadas do século XIX surgem as primeiras associações internacionais (Schofer, 1999:249-51), e em 1900 é fundada a Associação Internacional das Academias Científicas.

Da totalidade, o sector menos representado é o dos partidos e ideologias políticas. Os restantes sectores indicados compreendem os de representação intermédia, como o desporto (eventos globais), educação, artes e humanidades, os de tipo “ecuménico” (organizações que promovem formas sociais “primordiais”: religião, família, identidade cultural ou étnica), o sector do trabalho (que foi o que mais decresceu), e os dois últimos: direitos individuais e bem-estar, e orientação para o governo mundial.

Veja-se estes dois últimos sectores. O relativo aos direitos individuais e bem-estar comporta as organizações de solidariedade e ajuda e as da promoção de direitos de grupos universais ou particulares, como minorias, mulheres, e povos indígenas. O sector relativo à orientação para o “governo mundial” promove a paz, o direito internacional, a preservação ambiental ou uma língua

¹²² Elencam (para organizações activas em 1988) 13 sectores sociais que por ordem decrescente de representação quantitativa são: indústria e comércio; medicina e saúde; ciências e matemática; desporto e lazer; técnica e comunicações; sector terciário; direitos individuais e bem-estar; orientação para o governo mundial; religião, família e identidade cultural; trabalho; educação; artes e humanidades; e político (Boli e Thomas, 1999:42).

mundial – quase sempre o Esperanto. Estes dois últimos sectores incluem muitas das mais proeminentes ONG-I, especialmente organizações ambientais e de Direitos Humanos, como a Amnistia Internacional e a Greenpeace (cf. Boli e Thomas, 1999:41-5).

Se a maioria das ONG-I é orientada para a racionalização intelectual, técnica e económica, verifica-se também que em algumas destas organizações os objectivos podem ser por vezes difusos, como a paz mundial ou a compreensão internacional. Como já ficou dito, antes da 2.^a Guerra um número substancial de ONG-I tinha o objectivo explícito de forjar a harmonia universal ou uma integração em três vértices: social, cultural e de conhecimento, como são exemplos a World Conscience, a International Anti-War Medical Association, a World Union for Human Progress, ou a *Pro Gentillezza*: Association for the Spreading of Good Human Feeling (cf. Boli e Thomas, 1999:43 e 45-6, nota 24 incluída). Deste modo:

Many of these bodies attempted to (re-)organize the entirety of world culture, proposing new schemata for human knowledge and consciousness and new syntheses of the sciences and humanities. Such organizations were highly prone to failure, and new bodies of this sort are rare; they have not kept pace with the rapid cultural and technical differentiation of the twentieth century (Boli e Thomas, 1999:307, nota 24).

Apesar do anacronismo evidente destas orientações, pode ver-se que uma grande parte das ONG-I da maioria dos sectores menciona ainda hoje nos seus estatutos ou propostas a cooperação mundial ou internacional, a solidariedade ou harmonia, que são objectivos tomados como garantidos na dimensão discursiva da maioria das organizações mundiais.

Nesta extensa análise, como enquadram estes autores o Esperanto? Uma entidade de defesa e promoção de uma língua poderia ser colocada na categoria de “humanidades”, ou na de “identidade cultural”, ou ainda na de “direitos individuais”; o Esperanto, enquanto projecto inequivocamente de tipo universal, é colocado pelos autores na categoria “orientação para o governo mundial”.

Para concluir retomamos o fenómeno da utilização da língua inglesa no mundo, cuja difusão parece sobretudo provir da sua variante norte-americana. Diz Steiner:

Walk the streets of Germany, see the presence of “Franglais” in France, and you must recognise that the American language, as also in England, has been almost totally triumphant. With the exception of the Beatles, there has not been a major counter-statement with any kind of comparable explosive dynamic, in the English language. Its like Fairy Liquid – it comes over, it tides over, it deterges, it cleans, it purifies, it uniformises (Steiner, 1992:48).

Uma breve incursão pelo espectro de utilização da língua inglesa permite perceber que tem progressivamente tomado o lugar de língua franca relativamente a outros idiomas na maioria das esferas globais. Fishman (2001) afirma que o Inglês é a língua da globalização. Podemos recorrer à categorização de Appadurai, acima descrita, das cinco dimensões que enformam os contextos

económico, cultural e político globais. Não será o Inglês o idioma dominante nessas dimensões de acção? Na dimensão étnica (“ethnoscapes”), vejam-se as áreas do turismo e do trabalho em contexto inter e transnacional. Na dimensão dos meios de comunicação (“mediascapes”) veja-se como a informação e os produtos das indústrias culturais (música e audiovisuais, sobretudo) circulam em grande quantidade em Inglês, que também é o idioma dominante no meio de comunicação mais global: a Internet. Na dimensão financeira (“finanscapes”), veja-se como o vocabulário inglês colonizou as áreas da economia e das finanças, sendo também língua de trabalho hegemónica¹²³. Na esfera tecnológica (“technoscapes”) replicam-se as observações feitas para a dimensão anterior, quanto a vocabulário e idioma dominante na área da ciência e tecnologia. Finalmente, a dimensão ideológica (“ideoscapes”), na qual podemos circunscrever os movimentos sociais e as formas de governo mundial das organizações internacionais (inter-governamentais e não-governamentais), que recorrem maioritariamente ao Inglês na sua interacção e veiculação de informação.

Pode discutir-se, partindo do conceito de “terceiras culturas” (como vimos com Featherstone, 1990), se o Inglês constitui a língua franca desses espaços culturais. As “terceiras culturas” são produtoras e produtos do que Melucci refere como “os centros planetários da cultura de massas” e os “aparatos anónimos”, que são fonte de léxicos standardizados, ou por outras palavras, do “Newspeak” da tecnologia de informação e da publicidade (cf. 1996:161).

Pode também perspectivar-se o lugar do Inglês na “ordem linguística” actual, como faz Fishman (2001), avaliando a “língua da globalização” em relação a dois fenómenos. O primeiro é a importância adquirida por línguas minoritárias por via dos respectivos movimentos de defesa e standardização, que resulta num número sem precedente de línguas standardizadas, isto é, cerca de 1 200. Mesmo idiomas falados por menos de um milhão de pessoas têm beneficiado de apoios estatais ou movimentos voluntários de preservação. Ao longo deste trabalho temos referido vários exemplos, também apontados pelo autor, que acrescenta as línguas Maia defendidas pelo movimento Zapatista ou a defesa de línguas do Alasca. Lembramos também que a etnia cigana através da União Romani Internacional empreendeu similarmente um processo de standardização da língua Romani (cf. Courtiade, 2001:32), apesar da especificidade de constituírem “um povo sem Estado” (Auzias, 2001:63-4)¹²⁴. O outro fenómeno pelo qual Fishman analisa o cenário linguístico actual é o lugar das

¹²³ A título de exemplo, veja-se o que diz Fishman: “English is the official language of the European Central Bank, despite the fact that the United Kingdom has not joined the European Monetary Union, the bank is located in Frankfurt, and only 10 percent of the bank's staff are British” (Fishman, 2001).

¹²⁴ Assim: “O processo de standardização da língua romani, tal como é desenvolvida principalmente pela Comunicação linguística da União Romani, satisfaz as duas funções: a informativa, já que tende a constituir uma língua romani comum a todos os locutores e insiste na eliminação de empréstimos que constituem um obstáculo à intercompreensão. Mas também identitária, pois se esforça por respeitar e manter as especificidades de cada falar, especificidades que são o orgulho dos locutores, mantida que seja a reserva da questão dos empréstimos que causem dificuldades de intercompreensão” (Courtiade, 2001:32).

línguas francas de âmbito regional (vd. também Fettes, 1992:15). Deste modo, Fishman (2001) diz: “the kinds of interactions identified with globalization, from trade to communications, have also encouraged regionalization, and with it, the spread of regional languages. Arabic, Chinese, Hindi, Spanish, and a handful of other regional tongues already command a significant reach and their major growth is still ahead”. Tanto no caso dos mencionados Árabe e o Hindi, como também no Alemão (através da implantação do Goethe Institut em muitos países) e no Francês, verifica-se que a sua expansão tem sido concretizada por via de esforços governamentais (e de outras organizações no caso do Francês). O autor não deixa de mencionar um efeito de regionalização do próprio Inglês falado, por via dos muitos locais onde a língua é ensinada por professores com pouco ou nenhum contacto com falantes nativos.

Fishman sublinha que se desenham sociedades multilingues nas quais, apesar da inevitável conflitualidade neste campo, cada língua desempenha funções sociais específicas, o que reclama dos indivíduos capacitações alargadas: “both regionalization and globalization require that more and more speakers and readers of local languages be multiliterate” (Fishman, 2001). De acordo com estas observações, o seu exercício predictivo aponta para uma perda futura da hegemonia do Inglês a favor das línguas regionais e a extinção das línguas minoritárias menos faladas.

2.4 Línguas Imaginadas: Línguas Internacionais Auxiliares

A ideia da necessidade de uma língua universal é um desígnio antigo, talvez da mesma idade da percepção dos obstáculos decorrentes da diversidade linguística. Como refere Archibugi (2005:537-8), aquela necessidade parece avivar-se periodicamente na história europeia e mundial quando há convulsões e revoluções. Em Paris em 1848, Gustave Flaubert (em *L'Éducation Sentimentale* [1869]), reportava um debate sobre a procura de uma língua que pudesse ser um meio de comunicação da “Nova Europa”, “uma língua única para a democracia Europeia”, talvez um idioma morto ainda que modernizado, como o Latim; contudo, este recurso exclusivo da elite aristocrata, intelectual e religiosa proporcionaria uma pretensa democraticidade, colidindo, por outro lado, com antigas aspirações do Francês a língua universal, quer pela versão inflamada da Revolução de 1789, quer depois pela acção imperialista de Napoleão.

Um recurso linguístico comum revelou-se necessário já nos congressos da paz do século XIX (em que a maioria dos discursos foi proferida em Francês), como também nos fóruns internacionais dos operários: Marx escreveu o discurso da AIT em Inglês e Alemão, e a língua dominante da Internacional Socialista era o Alemão, para descontentamento dos membros francófonos. Os primeiros quatro congressos da Internacional Comunista recorreram a uma miríade de intérpretes numa longa cadeia que causou distorções (cf. Archibugi, 2004:541-2). A questão linguística foi desde cedo reconhecida e debatida naqueles fóruns, como lembra Stefano (2010:100):

En el Congreso de la Asociación Internacional de Trabajadores realizado en Lausana, en Setiembre de 1867, 64 delegados – representantes de Inglaterra, Italia, Bélgica, Alemania, Suiza y Francia, y de una notable variedad de gremios, oficios y profesiones – aprueban una resolución en la que sostienen: “El Congreso acuerda que una lengua universal y una reforma de la ortografía constituirían un beneficio general y contribuirían a la unidad de los pueblos y a la fraternidad de las naciones”.

Como vimos no subcapítulo anterior, a crescente diversificação dos cenários globalizados e transnacionais intensifica a diversidade linguística. As organizações internacionais governamentais e não-governamentais enfrentam necessariamente o problema da diversidade linguística, designadamente a UE, forçada a decisões sobre protocolos de comunicação entre membros de governos, funcionários europeus e cidadãos. Archibugi (*idem*:542) refere como no Fórum Social Mundial em Mumbai, em 2004, a tradução simultânea de 13 línguas foi realizada por profissionais em voluntariado.

A solução pragmática em contextos e situações multilingues tem sido conseguida através da mediação pontual de intérpretes e tradutores, ou ao recurso a línguas francas. Estas representam uma solução mais sistemática, mas nem por isso planeada, pois são resultado de factos vários como a tradição, a hegemonia política ou outros factores históricos. As línguas francas podem também ser chamadas auxiliares ou veiculares, e Eco (1996:18) enquadra nesta categoria as línguas naturais ou as gírias mais ou menos restritas que substituem as línguas naturais em áreas multilingues. A UNESCO em 1951 definia *lingua franca* como um idioma usado habitualmente por pessoas cujas línguas maternas são diferentes, de modo a facilitar a comunicação entre si (o Anexo A apresenta uma categorização das línguas para as principais situações de diversidade linguística, segundo a UNESCO). Curiosamente, como diz Steiner (1992:52), as componentes da expressão *lingua franca* provêm respectivamente do Latim e do Francês, línguas que se referem a dois momentos em que a Europa julgou ter uma língua única.

Assim: veja-se como o Latim Medieval foi língua eclesiástica durante séculos, e também língua das elites intelectuais, políticas e científicas, sendo em Latim que tantos autores escreveram pelo menos parte das suas obras, como Santo Agostinho (354-430), Dante Alighieri (1265-1321), Erasmus (1467-1536), Copérnico (1473-1543), Ignacio de Loyola (1491-1556), Francis Bacon (1561-1626), Kepler (1571-1630), Descartes (1596-1650), Spinoza (1632-1677), e ainda recentemente Jacques Derrida (1930-2004) redigiu naquele idioma os seus discursos de aceitação de Honoris Causa na Universidade Oxford (cf. Walter, 1994:126).

Nos meios diplomáticos foi especialmente o Francês que subsistiu desde o século XVII (após o Tratado de Vestefália de 1648), até que o Inglês veio a partir do pós-1.ª Guerra Mundial tomar o seu lugar (cf. Lapenna *et al.*, 1974:5-8; Forster, 1982:171; Santiago, 1986:18-20; Tonkin, 2004:2). Sobre a hegemonia da língua inglesa na actualidade já falámos no subcapítulo anterior, mas podemos referir

novamente este facto, a partir da observação de Eco (cf. 1996:307): se Hitler tivesse vencido a 2.^a Guerra, ou se os Estados Unidos da América tivessem sido reduzidos a uma confederação de pequenos Estados com um grau de força e estabilidade semelhante a outros países da América Central, não poderíamos supor que o lugar do Alemão fosse hoje o que é ocupado pelo Inglês?

Em contextos coloniais os idiomas dos colonizadores como o Português, Francês, Inglês e Espanhol foram tão dominantes que ainda actualmente são as línguas veiculares – e oficiais - da maioria dos novos países independentes, em virtude de uma diversidade linguística e dialectal muito característica daqueles territórios (*e.g.*, González-Quevedo, 1997:226). Já o Swahili na África Oriental, é tipicamente a primeira língua falada entre dois estranhos, sendo também recurso habitual em mercados, na educação elementar, em publicações governamentais de tipo informativo, na rádio e no cinema: “New movies from India are often dubbed in Swahili and shown in towns and villages throughout Kenya, Tanzania, and Uganda” (Fishman, 2001). O Swahili é a língua mais importante do grupo Bantu, e é também falada como segunda língua por milhões de africanos, e foi, mesmo em momentos de profunda acção colonial, usado como língua franca; sofreu muitas influências árabes e latinas num quadro de sincretismo linguístico e cultural e mais recentemente esteve sob um programa de standardização através do Inter-Territorial Language Committee criado em 1930 na África Oriental. Esta língua foi na década de 1970 adoptada como língua oficial no Quênia, sendo que não estava associada a nenhuma unidade tribal no período anterior à independência nacional daquele país (cf. Eastman, 1975:132-3; Eco, 1996:18 e 309; González-Quevedo, 1997:226-7; Fishman, 2001). O Mandarim, o Hindi e o Russo são outros exemplos actuais de línguas francas em várias regiões do mundo (Archibugi, 2005:545).

Também de forma não planeada a mediação pode ser realizada através de “línguas de bricolage” que nascem espontaneamente do encontro de duas civilizações de língua diferente, como os Pidgin que surgem nas regiões coloniais: sendo supranacionais, todavia, são línguas parciais e imperfeitas que possuem um léxico e uma sintaxe extremamente elementares que servem apenas certas actividades também elementares como as transacções comerciais (são exemplo as centenas de English Pidgin que emergiram informalmente entre diversos grupos na Austrália, Caraíbas, Papua Nova Guiné e África Ocidental) (cf. Eco, 1996:18; Fishman, 2001).

A adopção deliberada de uma língua comum, com abrangência mais ou menos próxima da universalidade, pode seguir uma de duas vias essenciais: a selecção de uma língua existente, ou a criação de uma nova língua ou linguagem, isto é, pela escolha ou de uma língua “natural” ou de uma língua “artificial”. Todavia, em qualquer contexto, a selecção de uma língua existente traz consigo as marcas da sua proveniência nacional ou cultural, e é por isso que, olhando para a História, Sapir pode afirmar que o Francês não logrou permanecer a única língua da diplomacia, nem o Latim a língua internacional da ciência: “Ces deux langues n’ont pu se débarasser entièrement des implications nationales et religieuses qui s’attachaient à elles et – si elles ont paru, pendant une longue période,

apporter une solution partielle au problème – il faut avouer que, au sens le plus profond de cette expression, elles n’ont jamais constitué de véritable langue internationale (Sapir, 1968 [1931]:102-3).

A história da criação de línguas planeadas é longa e diversa, inscrevendo-se numa “utopia ao longo de um período de quase dois mil anos” segundo Eco (1996:20), sendo que este autor apresenta uma categorização muito útil da “procura da língua perfeita” que englobou tanto as tentativas de redescoberta como de invenção de uma língua comum. Assim, temos (cf. Eco, 1996:16-20):

1. a redescoberta de línguas históricas, consideradas originárias ou misticamente perfeitas, como o Hebraico, o Egípcio ou o Chinês;
2. a reconstrução de línguas tidas como originárias ou línguas-mãe mais ou menos “fantasmáticas”, das quais a mais significativa foi o “modelo de laboratório” do Indo-Europeu;
3. as línguas mágicas, redescobertas ou construídas, que aspiram a uma perfeição proveniente de uma eficácia mística ou de um secretismo iniciático;
4. as que aqui nos interessam: línguas construídas artificialmente. Estas podem ter três objectivos:
 - a. perfeição em termos de função ou de estrutura, como as línguas filosóficas *a priori* dos séculos XVII e XVIII que “deviam servir para a expressão perfeita das ideias e para a eventual descoberta de novas conexões entre aspectos da realidade”;
 - b. perfeição em termos de universalidade, como as línguas internacionais *a posteriori*, do século XIX;
 - c. perfeição em termos práticos, “ainda que meramente putativos”, como as poligrafias¹²⁵.

Eco refere ainda outros dois tipos de línguas artificiais. O primeiro tipo compreende as línguas romanescas e poéticas (como o Newspeak de George Orwell no romance *1984*, ou as línguas das populações fantásticas de Tolkien, a que acrescentamos o Klingon, da saga filmica *Guerra das Estrelas*¹²⁶). Na maioria destes casos são fornecidas apenas partes de linguagem isoladas de um léxico completo ou uma sintaxe, mas que pressupõem uma língua. O segundo tipo integra as línguas oníricas dos “alienados”, dos estados de transe, ou das revelações místicas (cf. *idem*).

O episódio bíblico de Babel, do *Génesis*, parece constituir o *primum movens* de todos os sonhos de “restituição” da língua inicial e única: a língua de Adão. Tendo, por acção divina, sido destruída a

¹²⁵ Poligrafia é uma pasigrafia, *i.e.*, o projecto de uma língua escrita ou um alfabeto internacional para o qual não se prevê execução verbal, que funciona como uma chave de descodificação das línguas pelo recurso a números ou sinais (vd. Eco, 1996:187-9 e Janton, 1973:9-11).

¹²⁶ Sobre o Klingon: “it has its own translation of *Hamlet* (*taH pagh taH be*) (...), an Académie Française-style institute and journal, and a global network of devotees. D’Armond Speers, an American, spoke only Klingon to his son until he was three (his wife spoke English) (...) Nick Nicholas, a business analyst from Melbourne, Australia, speaks both Klingon and Esperanto” (“Tongues and grooves”, *Economist*, 8/6/2011).

Torre que os humanos construíram para se aproximarem do Céu, estabeleceu-se a confusão linguística: “Desçamos e confundamos de tal sorte a linguagem que não ouça cada um a voz do que lhe está mais próximo (...) e por isso lhe foi posto o nome de Babel, porque nela sucedeu a confusão da linguagem em toda a terra” (*Génesis*, 11, cit. por Eco, 1996:24)¹²⁷.

A história das línguas perfeitas inclui uma série de insucessos, contudo, não é em si um insucesso:

os vários projectos não vingaram, mas deixaram como um rasto de consequências benéficas (...) muitas das teorias que hoje praticamos, ou muitas das práticas que teorizamos (das taxonomias das ciências naturais à linguística comparada, das linguagens formalizadas aos projectos de inteligência artificial e às investigações das ciências cognitivas), nasceram como efeitos colaterais de uma investigação sobre a língua perfeita (...) Por fim, analisando os vícios das línguas perfeitas, nascidas para eliminar os vícios das línguas naturais, descobriremos não poucas das virtudes destas últimas. O que será uma maneira de nos reconciliarmos com a maldição de Babel (Eco, 1996:34).

Da incontável apresentação de Eco, referiremos apenas alguns projectos que de algum modo remetem para o Esperanto, e aqueles que são historicamente relevantes, na sua maioria, por partirem de personalidades fundamentais do património cultural.

Encontramos em Dante Alighieri o primeiro projecto consistente de língua perfeita do mundo cristão medieval, denominado *De Vulgari Eloquentia*, e escrito provavelmente entre 1303 e 1305. Dante faz uma apologia das línguas vulgares – que se opõem ao Latim Escolástico, “perpétuo e artificial” –, e elabora uma norma ideal de referência para aquelas línguas, atendo-se à ideia de uma gramática universal. Defende um idioma “vulgar ilustre”, cujo exemplo máximo é a sua própria língua poética (cf. Eco, 1996:46-56 e 84).

Ramón Llull (c. 1232-1316), coevo de Dante, é um catalão nascido em Maiorca - na altura, encruzilhada das três culturas cristã, islâmica e judaica -, que escreve a maior parte da sua vasta obra em Árabe e Catalão, tornando-se o primeiro filósofo europeu a escrever textos doutrinários em língua vulgar. A sua ligação à Ordem Franciscana é determinante para os princípios da sua *Ars Magna*, que é um sistema de língua filosófica perfeita concebido como instrumento de conversão dos “infieis”, ou seja, “é uma língua que se pretende universal porque universal é a combinatória matemática que articula o seu plano de expressão, e universal o sistema de ideias comuns a todos os povos, que Lúlio [Llull] elabora no plano do conteúdo” (Eco, 1996:63). A utopia de uma concórdia universal entre populações de diversas etnias e religiões é uma característica fundamental do pensamento franciscano, assim, veja-se também Roger Bacon (1214-1294), membro daquela Ordem e contemporâneo de Llull,

¹²⁷ Existe uma incongruência com o *Génesis* 10, que conta que foram os descendentes dos três filhos de Noé que após o Dilúvio se estabeleceram em diversos territórios onde cada um teve a sua linguagem, as suas famílias e o seu povo particular, havendo neste caso, uma pluralidade linguística anterior a Babel. Eco diz que ao longo da história se encontrarão oposições entre *Génesis* 10 e 11, segundo os períodos e as posições teológico-filosóficas em causa (cf. Eco, 1996:25).

que atendendo igualmente a uma exigência universalista, deslocou um pouco a visão da relação entre as línguas e o contacto com os “infiéis”: não se trata de inventar uma língua nova, mas antes, da difusão do conhecimento das línguas dos outros povos, não apenas para a sua conversão à fé cristã, como também para que os seus conhecimentos possam ser apropriados pelos ocidentais. Dois séculos mais tarde Nicolau de Cusa (1401-1464), renovador do platonismo no período inicial do Renascimento, retoma o apelo à concórdia universal (cf. Eco, 1996:63-4 e 78).

A mesma utopia universalista de Llull e de Nicolau replica-se em Guillaume de Postel (1510-1581), que entende que existe um único mundo, um único género humano, um Deus único, assim deve ter existido também uma só língua, *i.e.*, uma “língua santa”. Defende a derivação de todas as línguas a partir do Hebraico, e afirma em *De Orbis Terrae Concordia* (1544, I) a importância da língua na instauração de uma concórdia universal entre todos os povos (cf. Eco, 1996:83-4). Naturalmente, baseando-se o pensamento cristão num Antigo Testamento escrito em Hebraico, houve na Igreja assunções de que esta língua seria o idioma primordial da humanidade, e a ideia de que possuía um carácter divino sobreviveu ao longo da Idade Média; contudo, o mundo pré-renascentista considerava o cristianismo “como correcção e derrogação da tradição judaica” (Eco, *idem*:87), e o debate renascentista foi multifacetado e complexo (cf. Eco, 1996:29, 82-3 e 87). Postel incorporou pois uma posição considerada ambígua, tendo condenado em várias ocasiões as perseguições aos judeus, e tendo falado na “judaicidade de todos os homens”, bem como de “Cristãos Judeus” e de “Judeus Cristãos” (*idem*:86). Tanto Llull como Postel sofreram directamente em resultado da defesa das suas convicções: de Llull diz Eco (1996: 64) “A lenda quer que (...) tenha morrido martirizado pelos Sarracenos, aos quais se apresenta munido da sua *Ars* como de um meio de persuasão infalível”; e Postel, julgado pela Inquisição, foi considerado insano e preso, vivendo depois em reclusão até à sua morte (*idem*:85-6).

Falemos agora das línguas filosóficas *a priori*, fenómeno dos séculos XVII e XVIII. Constituem uma mudança de paradigma no sentido em que, se até este momento a busca da língua perfeita era inspirada por tensões religiosas, a linguagem filosófica que se pretende visa precisamente um afastamento do universo religioso pelo que este constitui de obstáculo ao progresso científico. Assim “é necessário identificar e organizar uma espécie de «gramática das ideias» independente das línguas naturais e que deve ser postulada *a priori*. Só depois de traçada esta organização do conteúdo será possível construir caracteres capazes de a exprimir (...) [O] trabalho do filósofo deve preceder o do linguista” (Eco, 1996:210). O facto de partir do espaço britânico a maioria dos apelos a uma língua universal, não se prende exclusivamente com questões expansionistas, como diz Eco. As outras motivações recobrem: o âmbito comercial, como a facilitação das transacções na Feira Internacional de Frankfurt; o âmbito educacional, dada a irregularidade da ortografia inglesa e dadas as primeiras tentativas de ensino linguístico dos surdos-mudos; as motivações religiosas, não apenas de difusão evangélica, mas também pela recusa do Latim, língua veicular dos eruditos mas identificado com a Igreja Católica (e um idioma difícil para os ingleses pela dissemelhança com a sua língua); e finalmente, e fundamental, o âmbito científico, por via da exigência de encontrar nomenclaturas

adequadas às descobertas do campo físico e natural, e numa recusa da linguagem alquímica precedente, marcada pela sobrecarga de imprecisões simbólico-alegóricas. Nesta categoria de línguas *a priori* podem ser inseridas as línguas formais com um âmbito de aplicação restrito como a química, a álgebra ou a lógica (vd. Eco, 1996: 19 e 199-200).

De acordo com o que mostrámos em capítulo anterior, o surgimento da ciência moderna enquadra a mudança paradigmática de que fala Eco. O nome de Francis Bacon (1561-1626) surge aqui como pedra angular, tendo inspirado os cientistas que meio século depois formaram a Royal Society, designadamente com a obra *Novum Organum* de 1620, que visa a crítica do *Organum* de Aristóteles. As suas grandes preocupações e contribuições prenderam-se com a renovação do método científico, acompanhadas de uma desconfiança científica da linguagem, pois esta é marcada pela existência de ideias falsas impostas por meio das palavras que são, ou nomes de coisas que não existem, ou nomes de coisas que existem mas que são confusa e parcialmente definidas. A sua mais arrojada proposta para ultrapassar o hiato entre as palavras e as coisas foi a criação de um corpo artificial de signos que emanassem da natureza das coisas e reflectissem as leis naturais de um modo racional e transparente. A linguagem universal e perfeita ou aperfeiçoada providenciaria um modelo lógico para a filosofia natural, um meio de controlo da imaginação, e um veículo para a preservação da ordem política. Trata-se da concepção de uma “terapia linguística”, que exercerá influência na filosofia anglo-saxónica, designadamente, em Thomas Hobbes e em John Locke (vd. Bauman e Briggs, 2003:19-20 e Eco, 1996:200-3). Então:

In *De augmentis scientiarum*, Bacon outlined his proposal for such an artificial language based on real characters whose signification will be apparent to speakers of different languages, signs that would be connected by a logical grammar. Nevertheless, he largely left the construction of this model for modern communication to others, including members of the Royal Society (Bauman e Briggs, 2003:25-6).

Outra influência sobre o meio intelectual inglês aqui em análise terá sido a do humanista morávio Jan Amos Komensky (Coménio) (1592-1670). Em 1631 desenvolve em *Janua Linguarum* um manual de ensino do Latim, e mais tarde, a sua *Pansophiae Christianae Liber III* (1639-40) incorpora uma crítica aos defeitos das línguas naturais e apela a uma reforma linguística que elimine os adornos retóricos, fonte de ambiguidade, e que fixe com clareza o sentido das palavras usando um nome só para cada coisa, restituindo aos termos o seu sentido originário. Em 1657 propõe em *Didactica Magna* uma reforma do ensino que seria essencial por sua vez para uma reforma política, social e religiosa. Finalmente a *Via Lucis*, de 1668, apresenta uma visão utópica de um Concílio do Mundo que deve inspirar um Estado perfeito, no qual se falará uma língua filosófica, que denomina de Panglóssia: uma língua universal artificial que deverá superar as limitações políticas e estruturais do Latim (cf. Eco, 1996:203-5 e Janton, 1973:14).

Pela mesma época em que Komensky inicia as suas obras, em França as mesmas questões são abordadas e discutidas. Em 1629 René Descartes (1596-1650) recebe o projecto de uma “nouvelle

langue”, que lhe é enviado pelo padre Marino Mersenne. O autor era Des Vallées, um advogado, que declarara ter descoberto uma língua matriz que permitiria entender todas as outras. A análise de Descartes é céptica quanto à implementação de um sistema de escrita universal, e coloca o problema da vertente oral dadas as diferenças de pronúncia observáveis nas várias línguas; no entanto, julga possível a sua criação, se os nomes correspondessem a uma ordem das ideias ou dos pensamentos com a mesma lógica de que é dotada a ordem dos números. O postulado cartesiano de que uma língua universal depende da verdadeira filosofia será, a partir de 1650, muito influente (vd. Eco, 1996:205-7 e Janton, 1973:8).

Sob a égide da Royal Society, e da supervisão de John Wilkins (1614-1672), foi criado o Committee for Improving the English Tongue, empenhado em demonstrar que a filosofia natural poderia prover um fundamento para aperfeiçoar os problemas colocados pela linguagem à ordem social, política e económica; também John Wilkins foi nomeado para a tarefa de estabelecer os princípios básicos para uma linguagem filosófica que pudesse ser não apenas universal, mas que consistisse em evidências da natureza das coisas e evitasse as imperfeições naturais das línguas. Em palavras iniciais do seu *An Essay Towards a Real Character and a Philosophical Language*, de 1668, importante publicação da Royal Society, a obra propõe “benefícios universais” não apenas para a filosofia natural mas também para a resolução de diferenças na religião, para incitar o comércio entre nações e para promover a ordem política e social (cf. Bauman e Briggs, 2003:28). Eco admite que esta obra de 1668 é, no seu século, o mais completo sistema criado para se constituir uma língua artificial filosófica de uso universal; porém, como lembra Eco, a imagem do universo que Wilkins propõe corresponde à do saber de Oxford da sua época, e não são colocados quaisquer indícios de problematização acerca da diversa organização cosmológica de outras culturas (cf. Eco, 1996:224-5).

Tendo tido contactos com John Wilkins, entre outros eruditos, o escocês George Dalgarno (1626-1687) que ensinava numa Grammar School em Oxford, escreveu *Ars Signorum, Vulgo Character Universalis et Lingua Philosophica* em 1661. Este professor interessava-se por inovações linguísticas relativas à surdez e mudez, e por estenografia. A sua análise distingue dois planos na constituição de uma língua universal: o plano do conteúdo (a partir de uma classificação do saber a cargo dos filósofos), e o plano da expressão (uma gramática que organize os caracteres de modo a que se refiram a coisas e noções estabelecidas pela referida classificação). Dalgarno não procede além da indicação dos princípios da classificação que deverão ser desenvolvidos, mas não deixa de mostrar uma preocupação acerca da necessidade de que uma tal língua compreenda a dimensão oral para além da escrita. Dalgarno não era membro da universidade e o meio de Oxford levou mais a sério o projecto de Wilkins. No entanto, mais tarde Leibniz considerará a sua contribuição (cf. Eco, 1996:216-7 e Forster, 1982:42).

Já John Locke (1632-1704) pretendeu, não a criação de novas linguagens, mas uma purificação das línguas naturais, e ao arrepio de muitos dos seus pares na Royal Society, defende que a linguagem é fiável, ou pelo menos, pode tornar-se fiável (cf. Bauman e Briggs, 2003:31 e Eco, 1996:271). Do

mesmo modo que vimos com outros autores, trata-se de um projecto maior de alcance social, partindo da ciência. Em 1690 escreve em *An Essay Concerning Human Understanding*: “I shall imagine I have done some service to truth, peace, and learning if, by any enlargement on this subject, I can make men reflect on their own use of language” (cit. por Bauman e Briggs, 2003:52). O autor qualifica o seu trabalho como um esforço no sentido de tornar a linguagem e a compreensão humanas “seguras” para a ciência e para a sociedade (vd. Bauman e Briggs, 2003:31). Vemos em Locke a antecipação do âmago da filosofia universalista iluminista e do positivismo: “The plain, direct, disinterested language of reason, which allows us to know things as they are, will inevitably have a unifying effect, because truth is unitary and universal. Truly reasonable men will ultimately agree” (*idem*:192).

Leibniz (1646-1716) empenhara-se na busca de uma forma de língua que pudesse ser falada, e previa uma simplificação e uma regularização drásticas da gramática (com uma só declinação e uma só conjugação, a abolição dos géneros e do número, a identificação entre adjectivo e advérbio, etc.). Sendo a sua ocupação principal a de político e só depois a de académico, as suas concepções eram orientadas para uma reunificação das igrejas (numa ideia de cristianismo universal) e de pacificação da Europa. Todavia o alcance desse acordo não passava por uma língua universal, mas pela criação de uma linguagem científica que fosse um instrumento de descoberta da verdade, “une langue où toutes les vérités de raison seraient réduites à une façon de calcul” (Janton, 1973:8). A sua contribuição para a construção de uma língua filosófica *a priori* trouxe “resultados colaterais” que anteciparam a linguagem efectiva dos computadores (cf. Eco, 1996:253-5 e 268-9).

O século das Luzes proporciona os pressupostos de rejeição das tentativas de fundação de um sistema *a priori* das ideias, e a busca de uma língua perfeita é substituída pela terapia das línguas existentes tal como Locke prenunciou, sobretudo por parte dos enciclopedistas e seus seguidores (cf. Eco, 1996:270-1). Opera-se uma deslocação conceptual no sentido em que a linguagem e o pensamento exercem entre si uma influência recíproca. Assim:

já não se pode adoptar a hipótese racionalista de uma gramática do pensamento, universal e estável, que as diferentes línguas de algum modo reflectam. Nenhum sistema das ideias, postulado na base de uma razão abstracta, pode tornar-se o parâmetro e o critério da construção de uma língua perfeita: a língua não reflecte um universo conceptual platonicamente pré-construído, mas contribui para a sua formação (Eco, 1996:271).

Segundo Stavans (2009), na obra *Candide*, Voltaire ridiculariza as aspirações de pensadores como Dalgarno e Leibniz de alcançar uma linguagem totalizante. Na *Encyclopédie*, a entrada *langue* aponta a necessidade de uma língua internacional, permanecendo o Latim um candidato razoável. Contudo no século XVIII multiplicam-se ainda os projectos de línguas universais, sendo os principais sistemas *a priori* setecentistas os seguintes: de Jean Delormel, o *Project d'une langue universelle* (1795), de Joseph de Maimieux, a *Pasigraphie* (1797), e de Zalkind Hourwitz, a *Polygraphie, ou l'art de correspondre à l'aide d'un dictionnaire dans toutes les langues, même dans celles dont on ne possède pas seulement les lettres alphabétiques* (1800). As principais diferenças face aos projectos do século

anterior são agora a ausência de motivações religiosas, mas predomina o critério leibniziano no sentido de organização enciclopédica do saber, e a procura de uma gramática normal e natural, universalmente presente em todas as línguas (cf. Eco, 1996:275-7 e 281). As línguas filosóficas sobrevivem até meados do século XIX, por exemplo veja-se o *Solresol* criado por François Sudre em 1827, designado por *Langue Musicale et Universelle par le Moyen de Laquelle tous les Différents Peuples de la Terre, les Aveugles, les Sourds et les Muets Peuvent se Comprendre Réciproquement*; este projecto recebeu a aprovação do Institut de France e de figuras como Victor Hugo, Lamartine e Alexandre von Humboldt, e o seu autor foi recebido por Napoleão III e reconhecido com dois prémios, nas Exposições Universais de 1855 em Paris e de 1862 em Londres (vd. Eco, 1996:285-6 e Forster, 1982:44). Diz Janton que o desenvolvimento da Linguística aliado ao do comércio, da indústria e das doutrinas sociais explica a continuidade da tradição das línguas filosóficas: a Sociedade de Pasigrafia de Munique conta entre os seus membros pessoas da Linguística, Egiptologia e Diplomacia, e a Sociedade Internacional de Linguistas em Paris inclina-se, em 1856, a favor das línguas filosóficas e dos seus princípios (cf. Janton, 1973:11)¹²⁸.

Autores como F. Bacon, J. Wilkins, J. Locke – e John Aubrey, também da Royal Society –, pensaram a linguagem numa perspectiva da ciência do seu tempo, estabelecendo uma cisão entre a linguagem científica e a não científica; estabeleceram, por inerência, um hiato entre o sujeito da locução moderna – científico, letrado, urbano e ocidental – e o “outro” que é o seu negativo – não letrado, rural e não desenvolvido, não ocidental, e portanto não moderno, *i.e.*, tradicional ou exótico. Uma oposição, enfim, entre o provincial e o universal. Esta é a tese de Bauman e Briggs (2003), que analisaram ainda outros autores do Iluminismo, do Romantismo e das ciências sociais do século XIX, para observar que aqueles recorreram a teorias da linguagem para sustentar um hiato temporal existente entre o “outro pré-moderno”, seja estrangeiro ou concidadão, oposto ao “sujeito moderno” (cf. 2003:18). Veja-se o que dizem de Locke por exemplo (Baumann e Briggs, 2003:52 e 66):

Locke’s focus was hardly limited to English or England; he claims to speak for the nature of all languages, and the practices of purification he promotes create cosmopolitan subjects who can speak for truth and rationality in universal terms (...) Recall the way that Locke often lumps together “merchants and lovers, cooks and tailors”, “the day labourer in a country village”, and women with the people of Asia and the Americas in terms of their inability to undertake the purification practices he promotes.

¹²⁸ Projectos daquela índole surgiram até ao século XX: Leipzig, 1870 (*Pasigraphie* de J. Damm), Cracóvia, 1884 (o projecto de Baranowski), Paris, 1910 (*Dictionnaire Grammatical de la Correspondance Universelle Chiffré*, de J. Orsak), S. Petersburgo, 1916 (*Langue Philosophique* de J. Linzbach), em 1921 (o projecto de Kukul-Krajewski), em 1957, o *Picto*, de K. J. A. Janson. O recurso aos ideogramas chineses como escrita universal foi também defendido em 1919 por V. Tchëshikhine e em 1924 por F. Gilbert. Actualmente ressurgiram projectos de tipo *a priori* na forma de linguagens cibernéticas (vd. Janton, 1973:11 e 14).

É esta herança de uma teorização que estreita conceptualmente as línguas e a cientificidade que permitirá a Unamuno referir-se, no princípio do século XX, a línguas que não se adaptam ao pensamento moderno: “Miguel de Unamuno said in 1901 that it could be scientifically proved that Euskera was not adaptable to modern thought (...) Euskera was linked to the image of the uncultured, brutish peasant (...) [it’s] mainly an oral language (...) in part due to its lack of a literary production” (Heiberg, 1996:328). Também Sapir diz em 1931 diz que “l’esprit des langues nationales n’est nullement adapté à l’esprit analytique et créateur des temps modernes” (vd. edição de 1968:111).

Já as línguas *a posteriori* são também de tipo artificial ou construído, e têm como modelo as línguas naturais: designadas de naturalistas ou pseudolínguas, referem-se conscientemente às línguas naturais em medidas variáveis. Abandonam todo o esquema filosófico *a priori* e toda a classificação prévia, para imitar, simplificando e disciplinando, a invenção espontânea das línguas vivas. Apresentam-se como cópias, diversamente semelhantes, das línguas existentes (vd. Janton, 1973:12).

O século XIX é o das línguas internacionais artificiais, segundo Eco (1996:299), especialmente na sequência dos códigos internacionais telegráficos e sinaléticos elaborados na década de 1870 (cf. Hobsbawm, 1998:38). A atmosfera do dealbar do século XX, com as comunicações e transportes, os mercados criados pelas nações colonialistas, e a movimentação científica internacional como vimos no subcapítulo anterior, foi propícia à discussão da pertinência de um meio comunicacional mais global, desde logo no campo científico, no qual foi em 1900 criada a Associação Internacional das Academias Científicas que denotava uma preocupação de coordenação da produção científica; como diz Eco (1996:295), a enorme produção científica em desenvolvimento deverá ser coordenada sob pena de se tornar uma Torre de Babel. Em 1901 é fundada a Délégation pour L’Adoption d’une Langue Auxiliaire Internationale por Louis Couturat e Léopold Leau, indivíduos conhecedores do Esperanto. Visavam promover uma instância de decisão internacional por delegação nas Academias Científicas do mundo, e “pressupõem que um corpo internacional (...) [que] seja capaz de chegar a uma decisão ecuménica acerca do projecto mais exequível, impondo-a depois ao consenso das nações” (Eco, 1996:296). Couturat e Leau são os autores de *Histoire de la langue universelle* em 1903 e de *Les nouvelles langues internationelles*, de 1907.

O Volapük terá sido o primeiro sistema auxiliar que se transformou numa questão internacional (cf. Eco, 1996:297), tendo sido o primeiro esquema a ser utilizado como língua falada (cf. Forster, 1982:45). Antecedendo o Esperanto em oito anos, é um projecto de 1879 da autoria do prelado católico bávaro Johann Martin Schleyer (1831-1912) e concebido para se tornar um instrumento para a união e fraternidade dos povos, contudo, destinado às elites intelectuais. É considerado um sistema misto porque se propõe tomar o Inglês como modelo, na qualidade da mais difundida das línguas dos povos civilizados, e o seu vocabulário advém das línguas naturais mas sob uma forma de tal modo simplificada que o original não é reconhecível: “Não é realmente uma língua *a priori*, porque toma de empréstimo radicais de línguas naturais; mas também não é *a posteriori*, porque submete estes radicais a deformações sistemáticas, aprioristicamente decididas, que os tornam irreconhecíveis” (Eco,

1996:298-9). Tem 28 letras correspondendo cada uma a um único som, e a tónica sempre na última sílaba. O seu autor eliminou o *r* por ser impronunciável pelos locutores chineses, porém, verifica-se que a maior dificuldade de grande parte dos orientais é a distinção entre *r* e *l*.

O Volapük difundiu-se pelo sul da Alemanha e em França e depois rapidamente pelo mundo, sendo que, dez anos volvidos, já havia 283 clubes volapükistas da Europa às Américas e à Austrália, promovendo cursos, fornecendo diplomas, publicando revistas, e com manuais em 25 línguas. Surgiu uma Academia que não tardaria a iniciar a discussão de reformas, mas encontrou a intransigência do autor, o que provocaria o fim do movimento e uma quantidade de projectos derivados: o *Balta* de Dormoy (1887), o *Nuvo-Volapük* de Kerckhoffs (1887), o *Spelin* de Bauer (1888), o *Dil* de Fieweger (1893), o *Veltparl* de W. von Arnim (1896), ou o *Dilpok* do abade Marchand (1898). Estes projectos evoluíram no sentido da latinização e do naturalismo, em que as raízes lexicais surgiam cada vez menos deformadas. Veja-se que em 1891 a Academia Volapükista, assediada por tantas tendências, imprime uma direcção diferente ao seu trabalho. Transforma-se na Akademi Internasional de Lingu Universal, e os antigos volapükistas elaboram o projecto *Idiom Neutral* (1902), caracterizado por uma configuração puramente latina (cf. Eco, 1996:297-9; Janton, 1973:20-2 e Forster, 1982:48). Mas por que razões não singrou o Volapük? Em última instância, diz Stavans (2009) que era uma língua “demasiado difícil”, e Jordan (1987) refere-se à proliferação de reformas e projectos derivados para concluir que “o Volapükismo enquanto movimento destruiu o Volapük enquanto língua”; uma análise mais profunda, numa perspectiva interlinguística¹²⁹, é-nos dada por Janton (1973:21-2):

L'importance du Volapük dans l'histoire des interlangues est grande, car ce fut la première à passer du stade de la théorie à celui de la pratique (...) Par la presse, les sociétés, l'académie, les conférences, il [Schleyer] réussit à toucher une partie de l'opinion publique sensibilisée aux problèmes de la communication internationale. Toutefois il ne comprit pas les implications du passage de la création individuelle à la pratique collective. Non seulement le Volapük devait rester la langue d'une élite cultivée, mais encore il voulait rester la propriété d'un seul homme. Schleyer défendit ses droits d'auteur et s'opposa à toute modification alors que son invention, devenue l'outil d'une communauté, entraît dans une phase d'évolution collective.

Contra as línguas construídas existe a opção de recorrer à simplificação de línguas naturais, mortas ou vivas. A partir de 1880, e por reacção ao aparecimento do Volapük, multiplicam-se esforços no sentido da simplificação e modernização do Latim (cf. Janton, 1973:16-7). Em Londres é editada por G. Henderson a revista *Nuntius Latinus Internationalis* (1890-92); em 1901 em Paris, Fred Ilsy publica *Linguum Islianum*, e em 1902 em Viena surgem o *Reform-Latein* de K. Froehlich e o *Universal Latein* de Frandsen; em 1903 G. Peano cria o *Latino sine Flexione*, que terá numerosa descendência: *Perfect*

¹²⁹ Interlinguística é um termo cunhado em 1911 por Jules Meysmans, mas que adquiriu o seu significado corrente depois de 1930 por via do linguista dinamarquês O. Jerpersen (cf. Tonkin, 1993:9 e Janton, 1973:1); a sua definição é: “the study of the projects created in an effort to overcome language differences, and the establishment of principles for the creation of planned languages” (Tonkin, 1993:9).

(1910), *Semi-Latin* (1910), *Simplo* (1911), *Novi Latine* (1911), *Latinulus* (1919), *Interlingua* de Semprini (1922), *Interlingua Systematic* (1922), *Unilingue* (1923), *Monario* (1925), *Latino Viventi* (1925), *Panlingua* (1938) e *Mondi Lingua* (1956). O Grego simplificado também foi defendido, por Raymond Poincaré e especialmente por Raoul de La Grasserie, com *Apolema* de 1907 (*idem*:17).

Tentativas semelhantes foram levadas a cabo para línguas vivas, como o Inglês, o Francês e o Espanhol, e também para a criação de línguas comuns intergermânicas ou intereslavas; estes projectos enquadram-se nos fenómenos das hegemonias políticas e expansão económica mas também em movimentos de independência. Nos territórios eslavos sob influência austríaca desenham-se entre 1661 e 1908 vários projectos de língua eslava comum¹³⁰. Entre 1888 e 1923 nos Estados Unidos são elaborados vários projectos de língua pan-americana da autoria de Elias Molee, fundados sobre o Inglês e o Alemão: *Tutonish* em 1888, *Niu Tutonish* em 1906, *Allteutonic* em 1925 e *Toito Spike* em 1923. Os projectos *Weltdeutsch* de 1853 e *Wede* de 1915, respectivamente de Lichtenstein e de Baumann, preconizam um alemão simplificado para servir o esplendor da Alemanha. Veja-se a designação completa do projecto de Baumann: *Wede, langue de compréhension des puissances centrales et de leurs amis, la nouvelle langue internationale auxiliaire. Munich. An de guerre 1915*. Em 1928 recompõe o projecto sob o título *Oiropa Pitshn*. Exemplos similares podem encontrar-se em Espanha com o *Nuove Roman* (1897) de J. Puchner, em Itália com a *Lingua Franca Nuova* (1888) de S. Bernard, e na Suécia com a *Lingua Universal* (1918) de Keyser. As propostas para a simplificação do Francês são menos numerosas, veja-se a do autor alemão Schipfer (1839), e a de J. Giro (1892, Paris) que parece ter inspirado projectos como o *Fransesin* de Lakide (1893, São Petersburgo) e o *Patoiglob* de P. Bohin (1898) (vd. Janton, 1973:18).

Já o Inglês teve várias propostas de reformas superficiais entre os séculos XVIII e o XX, como a de Swift (1711), a de James Bredshaw (1847), a de A. V. Startchewski (1890), a de A. M. Bell (1888), o *Anglic* do padre Zachisson (1930), e o *World English* de J. W. Hamilton (1924). Surgiram outras propostas de grande originalidade linguística mas que preservam, todavia, o âmago da língua, como o *Panoptic English* de Charles Kay Ogden (1929), projecto de 500 palavras que esteve na origem do *Basic* (1935), que foi encorajado pelo governo de Churchill. Estes projectos de línguas minimais não singraram, essencialmente por via de uma mutilação descaracterizante das línguas, visível quer no plano estético, quer, por insuficiência de recursos, no plano comunicacional; a excepção foi o *Basic*, ainda que, cingido a 850 palavras, obrigue ao uso de perífrases que paralisam e oneram a expressão e a compreensão (vd. Janton, 1973:19-20; Buckley Jr., 2007:62. Vd. também Fettes, 1992:16 sobre a defesa do *Basic English* por I. A. Richards e da reforma ortográfica por George Bernard Shaw). O êxito de uma língua construída será fruto de uma conjugação de factores, como explica Janton:

¹³⁰ Assim: em 1661 o projecto de J. Krizanitch; em 1793 o de Blasius Cumerdei; em 1826 o de J. Herkel; em 1865 o de M. Major; em 1885 o de P. Tomitch; e em 1908 o de Hoshek (vd. Janton, 1973:18).

Si la langue internationale doit être une langue construite, il faut donc qu'elle puisse se prévaloir à la fois de qualités esthétiques aussi authentiques et de ressources expressives aussi variées que les langues naturelles. Il s'agit là d'une création délicate et complexe qui risque d'être vouée à la subjectivité de son auteur si elle n'est bientôt assumée par une communauté de locuteurs (Janton, 1973:20).

Como referido a propósito dos projectos subsequentes à herança do Volapük, a sua tendência para a “latinização” pode ser verificada igualmente na maioria das propostas a partir do final da década de 1880, que não apenas pertencem ao tipo indo-europeu mas mais especificamente à família latina. Em 1887 – ano da criação do Esperanto -, a reflexão da American Philosophical Society sobre o problema da língua universal conclui sobre vários princípios desejáveis: 1) que a ortografia deve ser fonética; 2) que o vocalismo deve limitar-se às cinco vogais; 3) que as palavras devem escrever-se no alfabeto latino; 4) que a gramática deve ser simples; e 5) que o vocabulário deve provir das línguas indo-europeias, em particular das latinas, não porque são as mais difundidas, mas porque o seu léxico é o mais facilmente assimilável. De facto, esta assunção sobre o léxico seria confirmada no ano seguinte pelo austríaco Julius Lott, autor de *Mundo-Lingue*, que na sua compilação de 7000 palavras internacionais constata que a maioria é de origem latina. Várias décadas depois, em 1947, a International Auxiliary Language Association - IALA (fundada em 1924), ao submeter a sondagem pública as suas propostas em quatro variantes de esquematismo e naturalismo, pôde verificar que são os países não latinos que se revelam mais propensos aos processos linguísticos “latinizantes”. Assim, todos os grandes projectos posteriores ao Esperanto evoluem no sentido da latinização: o *Occidental* de Edgar von Wahl (1922), o *Novial* de Jerpersen (1928), a *Interlingua* (1951) criado pela IALA¹³¹, o *Romanid* do húngaro Z. Magyari (1956); e do mesmo modo, os projectos derivados do Esperanto: o *Ido* (1907), o *Reform-Esperanto* (1910), o *Latin-Esperanto* (1911), entre outros (vd. Janton, 1973:22-3). Veremos depois como alguns destes autores se cruzaram com o próprio Esperanto, como G. Peano e O. Jerpersen.

Outros projectos ainda são referidos por Eco (vd. 1996:299-300), também eles partilhando com os anteriores não apenas o domínio de radicais latinos, mas também uma distribuição significativa de radicais das línguas europeias, familiares a locutores de muitos idiomas diferentes: *Universal Sprache* (1868), *Pasilingua* (1885), *Lingua* (1888) e *Anglo-Franca* (1889).

Não é possível resistir à ironia de Umberto Eco (1996:300) sobre a profusão de propostas e projectos de línguas para resolver os problemas e dificuldades da diversidade linguística: o desfecho fatalmente cómico destes exemplos resulta simplesmente no efeito-Babel.

¹³¹ Por curiosidade, veja-se no sítio Internet de UMI – Union Mundial pro Interlingua (interlingua.com), as suas boas-vindas, parecendo redigidas numa variante de Português: “Benvenite al sito del Union Mundial pro Interlingua (UMI), establite in 1955 pro diffunder le lingua auxiliar international **interlingua**. Le UMI ha membros e representantes in cinque continentes. Interlingua es communication sin frontieras”.

No campo hipotético, a adopção de uma LIA seria agenciada por uma entidade internacional, e sendo essa adopção realizada através de uma língua construída, vários debates e questionamentos seriam mobilizados, a favor ou a desfavor, e de vários tipos: linguístico, pedagógico, psicológico e cultural.

Algumas questões linguísticas são referidas por Eco, e prendem-se com um hipotético risco de dialectização de uma língua “universal” que “naturalmente”, através dos processos de utilização, se modificaria de acordo com os próprios contextos nacionais e sociolinguísticos. Se essa objecção parece ter sido primeiramente colocada no século XIX por Destutt de Tracy, em *Éléments d’Idéologie* (1815), todavia a realidade actual comporta meios de homogeneização como os meios de comunicação, adjuvantes evidentes de qualquer que fosse a planificação política da introdução e difusão dessa língua, que dependeria necessariamente de uma instância internacional de monitorização de tipo académico. Não esqueçamos que os meios de comunicação são também veículo de difusão das variedades dialectais que assim se tornam familiares a todos os locutores de um mesmo idioma, como é o caso das variantes do Português de Portugal e do Brasil (cf. Eco, 1996:308-9).

Necessariamente, a defesa de uma língua com pretensões à universalidade, sublinhará os atributos de regularidade, simplicidade e lógica. Da língua inglesa pode dizer-se que “É sustentável que a expansão do inglês tenha sido facilitada pelo facto de se tratar de uma língua rica em monossílabos, capaz de absorver termos estrangeiros e de criar neologismos” (Eco, 1996:307); todavia, também se encontram análises críticas que questionam e desmitificam a maior facilidade do Inglês face às outras línguas, como a de Sapir, quanto à sua ilusória simplicidade e regularidade, lógica, riqueza e poder criador (cf. Sapir, 1968:104-11).

As restantes questões são discutidas por vários autores, como Sapir (1931 e 1933), Janton (1973), Jordan (1987), Eco (1996), etc. Assim, no domínio pedagógico, dadas as dificuldades comumente aceites de aprendizagem de idiomas estrangeiros, as línguas artificiais, em virtude de serem mais esquemáticas e simples, são defendidas enquanto instrumento linguístico para adjuvar a compreensão da estrutura lógica da expressão nas línguas “naturais” (cf. Sapir, 1968:114). Este argumento será muito usual a respeito do Esperanto, acrescendo a familiaridade das raízes semânticas encontrada em várias línguas (vd. Stavans, 2009).

Uma vantagem de tipo psicológico para os locutores de uma língua construída reside na ausência de angústia que ao invés costuma acompanhar a utilização de uma língua estrangeira, especialmente em público; assim, um “erro” em Esperanto, por exemplo, não será considerado deselegante, e não terá importância desde que não entrave a comunicação.

No domínio cultural, todos os debates se centram na origem e âmago não naturais de um instrumento linguístico. Por um lado, as acusações de artificialidade tendem a basear-se nos argumentos de que são línguas que não podem substituir as ditas naturais na totalidade das áreas de utilização, nomeadamente, na expressão emocional individual (cf. Edwards, 1993:33), ou na literatura (vd. Richmond, 1993:36). A questão simbólica é também fundamental, no sentido em que uma língua

construída não é sentida como expressão de uma cultura ou etnia distintas, e este facto apresenta uma dupla face: numa perspectiva, existirá eventualmente uma resistência a um meio de comunicação sentido como artificial, logo, profundamente diferente da língua materna que tende a ser sentida quase como orgânica; noutra perspectiva, e como diz Sapir, trata-se de uma forma de expressão que, não se identificando com nenhuma entidade nacional determinada, poderá revelar-se “l’un des symboles les plus puissants de la liberté de l’esprit humain que le monde ait jamais connu” (1968:113).

Observámos que inúmeros autores entendem a comunicação, a linguagem, e por extensão o papel de uma língua comum ou universal, como factores ou garantes da ordem política, social e religiosa, e assim, da pacificação do mundo. Neste subcapítulo revemos vários filósofos, eruditos e cientistas que pensaram e postularam a partir dessa perspectiva, tanto no campo das línguas *a priori* - Lull, Roger Bacon, Nicolau de Cusa, Postel, Komensky, Wilkins, Locke e Leibniz -, como depois no das línguas *a posteriori*, designadamente, o criador do Volapük. Tínhamos visto noutro Capítulo como a filosofia da ciência positivista entendia o papel da ciência para a ordem e a paz, ou seja, a herança de Comte. Certas teorias entendem a vantagem de uma comunidade ou sociedade comum de âmbito europeu ou mundial, um conceito que vemos em alguns iluministas, como Kant e Montesquieu (cf. Ricoeur, 1992:122). Kant (1724-1804) é autor de *Para a Paz Perpétua* (1795), que defende uma federação das nações enquanto repúblicas soberanas e o reconhecimento dos direitos do indivíduo em todo o mundo (cf. Derk et al., 1988:300 e nota 51). Montesquieu (1689-1755) associava, em *L’Esprit des Lois*, a paz ao exercício do comércio, por via da interdependência dos Estados: “l’effet naturel du commerce est de porter à la paix” (cit. por West, D., 2013:136, nota 15). Kaldor (2007:68) lembra como Rousseau e Kant sustentavam que só a paz permanente permite o aperfeiçoamento da sociedade civil. Na esteira de Rousseau e outros pensadores vimos também como no universo anarquista e de inspiração marxista as utopias de justiça e ordem social se cumprem numa perspectiva de universalidade de certos princípios sociais e políticos, e em algumas abordagens, abolindo-se o militarismo.

A procura da “concordia universal” tem residido em crenças fundamentadas no princípio religioso, no da razão e da ciência, ou no político ou societal e, homologamente, a procura de um meio linguístico de unificação e pacificação foi cumprida através da idealização de uma língua de carácter religioso, ou de carácter filosófico e científico, ou ainda humanista.

3 MUNDOS IMAGINADOS: MOVIMENTOS SOCIAIS

Só quando está a estacionar perto de Marylebone High Street é que se lembra de ligar o rádio para ouvir as notícias do meio-dia. Segundo a polícia, estão duzentas e cinquenta mil pessoas no centro de Londres. Alguém da organização insiste que a meio da tarde serão dois milhões. Ambas as fontes estão de acordo quanto ao facto de que continuam a chegar pessoas. Uma manifestante entusiasmada, por acaso uma actriz famosa, ergue a voz acima das palavras de ordem e dos *vivas* para dizer que nunca na história das Ilhas Britânicas houve um ajuntamento tão grande. Quem ficar na cama naquele sábado de manhã [15 de Fevereiro de 2003] irá arrepender-se de não ter estado ali. (...) Por toda a Europa, por todo o mundo, as pessoas juntam-se para exprimirem a sua preferência pela paz.

Ian McEwan, *Sábado*, 2005:152-3 (Lisboa, Gradiva)

A industrialização, a urbanização acelerada, o crescimento dos sistemas de comunicação, o incremento educacional, são elementos dos processos de modernização acentuados nos últimos dois séculos. É no decurso destas transformações que nascem os movimentos sociais modernos, e para as quais, reciprocamente, contribuem.

Se retomarmos as dimensões da modernidade analisadas por Giddens (1992), podemos acrescentar agora os movimentos sociais que o autor associa a cada uma delas: ao sistema do Estado-Nação associam-se os movimentos pelos direitos civis e democráticos; à divisão internacional do trabalho e à economia capitalista mundial – que configuram o capitalismo e o industrialismo - associam-se os movimentos operários e os movimentos ecológicos; e à ordem militar mundial associam-se os movimentos pacifistas (cf. Giddens, 1992:125-7).

O movimento de igualdade de direitos e de emancipação das mulheres é talvez o exemplo mais expressivo desta reciprocidade em que a mudança social e a acção colectiva são parte de um único processo (cf. della Porta e Diani, 1999:230-1). Assim, o desenvolvimento tecnológico permite a redução do peso do trabalho doméstico, e por outro lado as tecnologias de reprodução humana que permitem o controlo da natalidade, induzem a diminuição do tamanho das famílias; na esfera cultural, ocorrem o aumento de recursos educativos por via da educação massificada e ocorre também uma remoção dos obstáculos à integração feminina no mercado de trabalho em virtude dos valores sociais mais secularizados. Sem dúvida, a participação na esfera laboral e na educação foram factores motrizes na criação de visões feministas, desencadeando a reivindicação de parâmetros de igualdade na vida social e acentuando assim os processos de emancipação. Aliás, Giddens sobre este movimento afirma que, dada a sua complexidade, se apresenta transversal a todas as dimensões da modernidade, pelo que não é tão directamente – como os outros movimentos – enquadrável numa das suas dimensões: “Os seus objectivos são complexos e transversais às dimensões institucionais da modernidade” (Giddens, 1992:127).

Do mesmo modo que as grandes transformações da modernidade se difundiram globalmente, como vimos já neste trabalho, os movimentos sociais também são fenómenos com a mesma característica:

The student movement in the 1960s, the feminist movement in the 1970s and the peace movement and the ecologic movement in the 1980s are all examples of what have been called “global” movements, developing contemporaneously throughout the world and displaying significant similarities in different countries. Going further back in time, the revolutions of 1848 and the anti-slavery movement were collective phenomena which grew to cover more than one continent (della Porta e Diani, 1999:247).

A teorização dos movimentos sociais é extremamente vasta, atravessando várias ciências sociais para além da Sociologia, como a História, a Ciência Política, a Economia ou as Ciências da Comunicação (della Porta e Diani, 1999:14; Costa *et al.*, 2005:12). Aliás, a Ciência Política passou a tomar os movimentos sociais como objecto a partir do momento em que aqueles foram concebidos não como “comportamentos colectivos”, e entendidos como fenómenos essencialmente desviantes, mas como uma forma de acção política não institucional (cf. West, D., 2013:160-1). Diz o autor:

[in the 1960s] new waves of movement activism have challenged the institutions of liberal democratic and welfare state societies in significant and unexpected ways. These New Social Movements include the second wave of the women’s movement, gay, lesbian and queer politics, environmental and peace movements, anti-racist and indigenous politics (...) They politicize previously neglected but now unavoidable issues and (...) have transformed theories of the nature of politics by encouraging a revised view of the role and impact of social movements (West, D., 2013:54).

Assim, as conquistas dos Novos Movimentos Sociais (NMS) permitiram um reconhecimento da importância e legitimidade da política extra-institucional (cf. West, D., 2013:15). De igual modo dizem Kriesi *et al.* (1995:247): “new social movements have become by and large part of ‘normal politics’” (ver também della Porta e Diani, 1999:244).

Mais recentemente, os movimentos anti-globalização e *Occupy* combinam muitas das preocupações dos NMS com temas e conflitos de carácter económico (cf. West, D., 2013:11). West adverte que estes movimentos não se opõem necessariamente – ou pelo menos na sua totalidade – à globalização, pelo que é mais acertado denominá-los de “globalização alternativa” (“alter-globalization”). O seu slogan mais omnipresente é “Another world is possible”. Assim (*idem*:129):

The main target of the alter-globalization movement is neoliberal or corporate globalization, so it is obviously concerned directly with material and economic issues (...) Unlike ecological and environmental movements, the alter-globalization movement is essentially concerned with inequalities of wealth and income. Belying claims of a new post-materialist politics (...) is centrally concerned with issues of production, employment, trade, investment and distribution (...) [and] represents a return to the politics of exploitation, which was associated with workers’ movements and socialism from the nineteenth century.

Se observarmos este activismo transnacional actual, vemos como a língua inglesa – a par com as comunicações electrónicas e as viagens económicas –, têm contribuído como um inequívoco factor adjuvante (vd. Tarrow, 2006:5).

Alain Touraine (1997:127-8) define assim os movimentos sociais:

Se chamamos movimento social a qualquer tipo de acção colectiva, não é necessário nem possível fazer a sua teoria (...) a noção de movimento social só é útil quando permite pôr em evidência a existência de um tipo muito particular de acção colectiva, através da qual, uma categoria social, muito particular, põe em causa uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, apelando a valores contra ela, a orientações gerais da sociedade que partilha com o seu adversário para assim o privar de legitimidade (...) ele põe em causa o modo de utilização social de recursos e de modelos culturais. Para evitar a confusão entre este tipo de acção colectiva e todos os outros aos quais muitos dão com demasiada facilidade o nome de movimento social, falarei [aqui] de movimentos societais para indicar claramente que põe em causa orientações gerais da sociedade.

Nas palavras de della Porta e Diani os movimentos sociais abrem novos espaços e novas perspectivas para a acção, na medida em que tornam possível pensar em objectivos que a cultura dominante tende a excluir do seu âmbito; podem pois ser entendidos como meios de disseminação, na sociedade, de conceitos e perspectivas que de outro modo permaneceriam marginais. E assim, os seus efeitos estão sempre ligados à mudança cultural, *i.e.*, à elaboração de novos códigos (cf. 1999 :72 e 236. Este conceito de “novos códigos” é desenvolvido por Melucci em várias obras, *e.g.*, 1996).

Tal como Touraine, também Melucci sublinha a existência de um foco de disputa: “un mouvement social (...) exige la présence de deux acteurs en lutte pour un enjeu commun” (Melucci, 1978:38). Touraine afirma que “os movimentos societais, qualquer que seja o seu tipo, são portadores de uma aspiração democrática. Procuram dar a palavra àqueles que não a têm, fazê-los participar nas decisões políticas e económicas”, apelando “cada vez menos para a criação de uma sociedade, de uma ordem social nova, e cada vez mais para a defesa da liberdade, da segurança e da dignidade pessoais”, e por isso, são “um projecto cultural associado a um conflito social” (Touraine, 1997: 102, 142 e 164). Se o conflito central no advento da modernidade foi de carácter político, e na sociedade industrial foi de carácter económico, Touraine considera que o conflito central da actualidade é o que “conduz um Sujeito em luta, por um lado, contra o triunfo do mercado e das técnicas e, por outro, contra poderes comunitários e autoritários” (*idem*: 127-8). Quer isto dizer que: “a globalização dirigida pelos países industriais e as ditaduras que se impõem em nome dos direitos de uma comunidade [são] duas forças cuja oposição domina hoje o planeta e ameaçam gravemente a liberdade do Sujeito” (*idem*:387).

Assim, Touraine inscreve os movimentos sociais da actualidade no plano da luta contra o neoliberalismo e contra os totalitarismos inspirados na defesa identitária e comunitária. Similarmente, della Porta e Diani (1999:242) referem que o objectivo primordial dos movimentos sociais tem sido entendido como a criação de um novo conceito de democracia.

Não obstante, para além destas conceptualizações muito centradas na existência de um *enjeu* entendido como um processo de conflito entre adversários, encontram-se visões mais latas dos movimentos sociais, que incluem os movimentos culturais, no sentido em que não recorrem tão fundamentalmente a uma acção política. São o caso de Klaus Eder e de Claus Offe.

K. Eder opera uma distinção essencial entre os movimentos sociais de tipo político e os culturais. Os primeiros, em desafio da dominação do Estado moderno, pela pretensão de poder político ou de descentralização política; os outros, em oposição à vida social actual, incluem movimentos comunais, feministas, e anti-industriais na procura de relações alternativas com a natureza. Historicamente, os movimentos culturais desafiam os processos de racionalização cultural, desenvolvendo posições anti-rationais na epistemologia, ética e estética (cf. Eder, 1993:101-2; Yinger 1982).

Claus Offe (1996:175-6) elabora uma distinção entre movimentos sociopolíticos e socioculturais. Os movimentos sociopolíticos são aqueles que pretendem tanto o reconhecimento da legitimidade dos seus meios de acção como que os seus objectivos sejam assumidos pela comunidade ampla. Os movimentos “meramente sociais”, que podem ser seitas ou movimentos que cultivam culturas específicas ou tradicionais, recorrem a formas de acção perfeitamente legitimadas e reconhecidas, tais como a prática legalmente reconhecida da liberdade cultural ou da liberdade de prática religiosa; no entanto, diz o autor: “en lo que a objetivos respecta, no pretenden conseguir que la comunidad amplia assuma como propios sus valores y planteamientos específicos, sino que simplemente pretenden que se les permita disfrutar de sus libertades y derechos” (Offe, 1996:175). Acrescenta que, tratando-se de uma oposição diametralmente oposta entre os seus valores culturais e formas de vida e os da comunidade envolvente, não pretendem impor-se, antes se retiram para espaços privados, como no caso das comunas rurais.

A concepção de movimento cultural de Offe e de Eder convoca as conceptualizações de subcultura e contracultura, ambas bastante plásticas. Stuart Hall trata ambos os conceitos em obra colectiva de 1975, mais conhecida pelo estudo de subculturas juvenis britânicas de classe operária na década de 1950 (os Mods, os Teddy Boys, os Skinheads, os Crombies, os Parkers, etc.). Definem os autores: “subcultures (...) have reasonably tight boundaries, distinctive shapes, which have cohered around particular activities, focal concerns and territorial spaces (...) when these tightly-defined groups are also distinguished by age and generation, we call them youth sub-cultures” (Stuart *et al.*, 1998:14).

O estudo atém-se a uma perspectiva muito classista e de cunho marxista da cultura, entendendo a existência de uma cultura burguesa hegemónica, de uma cultura operária dominada, e das subculturas como epifenómenos radicados nesta última. Não sendo um fenómeno homogéneo, a cultura hegemónica prevalece quando as classes dirigentes não apenas governam ou dirigem, mas lideram; e o Estado é a maior força educativa neste processo, através da família, escola, igreja e instituições culturais, a lei, a polícia e o exército, e enfim os tribunais (cf. Stuart *et al.*, 1998: 39). A subcultura é consubstanciada enquanto cultura de resistência, e segundo a expressão de Frank Parkin (*Class Inequality and Political Order*, 1971, citada pelos autores) é uma “versão negociada” do sistema

dominante, em que os valores dominantes são menos rejeitados ou antagonizados do que modificados pela classe subordinada como resultado das suas restritas circunstâncias e oportunidades (Stuart *et al.*, 1998:42). Os autores referem a “relação imaginada” dos actores com as condições reais de existência, pelo que “the latent function of a subculture is to express and resolve, albeit ‘magically’, the contradictions which remain hidden or unresolved in the parent culture” (Stuart *et al.*, 1998:32).

Para uma leitura justa de S. Hall *et al.* é fundamental considerar a própria transformação societal entretanto decorrida. No fim da década de 1960 Alain Touraine diz que “os grupos socio-económicos tendem cada vez mais para se diferenciarem pelo grau de participação nos temas e nos produtos da cultura e não já pela posse duma subcultura diferente das outras” (Touraine, 1970:212-3). Por seu turno, há autores que alertam para o cuidado a ter no recurso a este conceito, exactamente por ser historicamente circunscrito: “It arose in cultural studies work in Britain (...) [and] it has since sometimes been applied too casually, granting subcultural status to what are essentially American leisure activities. British subcultural work remains useful in other contexts, but it cannot simply be imitated unreflectively” (Grossberg *et al.*, 1992:8).

Na mesma obra de Hall *et al.* a teorização de contra-culturas vai ao encontro das propostas de Melville (1975), de Eder (1993) e a de Yinger (1982), entre as quais podemos entrever um consenso basilar. Protagonizadas por jovens da classe média nas décadas de 1960 e 1970, insurgiram-se contra as instituições de reprodução das relações culturais e ideológicas dominantes – a família, a educação, os média, o casamento e a divisão sexual do trabalho – numa subversão da ética burguesa (cf. Hall *et al.*, 1998:62). São referidas as comunas rurais como uma das vivências características, mas também a criação de comunas urbanas: “Generally (...) urban communes are invariably created as centers of urban-activism and often have revolutionary-style politics of a ‘grass roots’ nature” (*idem*:132).

A diferença basilar entre esta contra-cultura e as subculturas referidas encontra-se na diferenciação de recursos: enquanto a classe operária se apropriou do meio físico e social existente, a classe média construiu enclaves nos interstícios da cultura dominante, ou seja, uma apropriação do *ghetto* em oposição a um êxodo para o *ghetto* (cf. Hall *et al.*, 1998:60). No entanto, analisando contra-culturas e subculturas, Yinger (1982:41) diz: “Both refer to normative systems that are less comprehensive than and to some degree separate from the total culture”. Num sentido amplo, este autor considera que o termo “cultura alternativa” pode aplicar-se a ambos os casos (cf. 1982:42).

Klaus Eder (1993:102) integra nos novos movimentos sociais de cariz cultural as contraculturas, essencialmente ecologistas e pacifistas, referindo que “countercultures are carriers of protest against the overall rationalization of culture and society”. A sua origem encontra-se no anti-racionalismo e subjectivismo do movimento romântico do século XIX (nomeadamente do romantismo alemão), tendencialmente apolítico e adepto da não-violência, e de marcado regresso à natureza. Eder diz “[romanticism] produced the first intellectual rationalization of counterculture traditions” (Eder, 1993:128. Melville refere também a recusa romântica de mudanças por meio da acção política, e o cepticismo quanto à reformulação das instituições, cf. 1975:103). Sob esta superfície intelectual

encontrava-se uma ampla vaga de pensamento popular, que originou no século XIX dois importantes movimentos culturais: o vegetarianismo e a vida em comunas. Depois da 1.^a Guerra, e durante e depois da Revolução alemã de Novembro de 1918-19, esta tendência expandiu-se rapidamente com a constituição de comunas comunistas, de mulheres, anarco-religiosas, judaicas, ou evangélicas e Quaker, todas procurando uma “via alternativa” entre o capitalismo e o comunismo. Este movimento de uma reforma de vida era entendido como caminho para outra sociedade. As comunas da segunda metade do século XX continuaram esta tradição (Eder, *idem*:128-9. Ver também Abrams and McCulloch, 1976 e Rigby, 1974).

Assim, na contracultura juvenil americana e europeia das décadas de 1960 e 1970, verificaram-se duas vertentes de oposição ao substrato ideológico da sociedade ocidental: a que propõe a mudança social violenta e a que advoga um pacifismo militante. A primeira compõe-se de activistas militantes e políticos radicais que seguem a tradição da “velha esquerda” (*i.e.*, das origens do socialismo), com um programa de mudança revolucionária da sociedade desde o topo; os segundos seguem a tradição boémia *beat* que intenta forjar um novo estilo de vida e mudar a sociedade desde a base (Melville, 1972:20 e 55; Melville compara esta antinomia ao dilema religioso que opõe a fé aos trabalhos ou obras). E é nessa segunda categoria que muitos dos seus seguidores se isolaram socialmente constituindo comunas, essencialmente rurais, entre finais da década de 1960 e princípio da década de 1970 e, deste modo, o autor refere-se a uma ressurreição da tradição anarquista (*idem*:127), no que é secundado por Judson Jerome (1974, *Families of Eden: Communes and the New Anarchism*).

A explicitação da dimensão cultural dos movimentos sociais é muito elucidativa em Kriesi *et al.* (1995). Os autores distinguem fundamentalmente movimentos instrumentais, subculturais e contra-culturais. Esta distinção nasce da necessidade de alargar a clássica abordagem de índole instrumental que analisa os movimentos sociais a partir dos respectivos meios e fins, *i.e.*, a perspectiva da mobilização de recursos. Parte-se da constatação de que muitos dos movimentos mais recentes seguem uma lógica mais expressiva e menos instrumental, de modo que a acção colectiva e as identidades assim produzidas tornam-se fins em si mesmas (cf. Kriesi *et al.*, 1995:84). São identificadas (*idem*:84) algumas propostas de distinção entre movimentos estrategicamente orientados e os identitariamente orientados (Jean L. Cohen, 1985; Alessandro Pizzorno e Colin Crouch, 1978; Joachim Raschke, 1985; Lothar Rolke, 1987; Dieter Rucht, 1988; Bert Klandermands, Sidney Tarrow e o próprio H. Kriesi) e Rudd Koopmans finalmente categoriza os movimentos identitariamente orientados em subculturais e contra-culturais (1992, *Democracy from Below: New Social Movements and the Political System in West Germany*).

Os movimentos subculturais são basicamente orientados para a identidade colectiva que é constituída e reproduzida no cerne da interacção grupal, como os movimentos dos direitos das mulheres, *gay* e étnicos, sendo que os movimentos contra-culturais derivam a sua identidade colectiva do conflito e confronto com outros grupos, como o caso de grupos terroristas ou secções do

movimento *squatter*. Os movimentos contra-culturais integram-se com certeza na categoria que A. Touraine (1997:158-165) e M. Wieviorka (2003:33) definem como anti-movimentos sociais.

A partir desta problematização, Kriesi e seus colaboradores classificam os (novos) movimentos sociais de acordo com a sua lógica de ação – identitária ou instrumental – e de acordo com a sua orientação geral – interna ou externa. Os movimentos subculturais são sobretudo orientados internamente e identitários. Os movimentos instrumentais são de certa forma a antítese dos primeiros, pois têm uma orientação externa: são os ecológicos, da paz e solidários. Finalmente os movimentos contra-culturais estão num espaço intermédio, combinando a sua base identitária com uma forte orientação para o exterior do grupo (Kriesi *et al.*, 1995: 84-5). Naturalmente, esta classificação segue os ideais-tipo weberianos, pois como alertam os autores, cada tipo pode diferir de país para país: dependendo do contexto político, a posição dos movimentos pode alterar-se com o tempo, nomeadamente, um movimento instrumental pode tornar-se mais identitariamente baseado, ou os movimentos subculturais mais externamente orientados (cf. Kriesi *et al.*, 1995:85)¹³². Estas alterações implicam uma respectiva avaliação e resposta das autoridades políticas ou de eventuais aliados, modificando-se assim os padrões interactivos. Assim, “Social movements always combine instrumental and identity logics, but the mix between the two varies among movements” (cf. Kriesi *et al.*, 1995:242). Também della Porta e Diani (cf. 1999:233) problematizam a habitual tendência para a distinção entre movimentos políticos e culturais - que se atém nos primeiros a uma lógica mais instrumental e nos segundos a uma lógica mais simbólica -, argumentando que todos os movimentos colocam exigências ao sistema político; assim, quer se trate de uma ação de pro-actividade (exigindo algo novo) ou de reactividade (por exemplo, visando bloquear decisões políticas), ambos exigem alterações às políticas públicas.

Das ações dos movimentos é comum haver resultados específicos, que Kriesi *et al.* tipificam da seguinte forma: “the outcomes of a social movement imply that its activities produce some changes in at least one of the three following arenas: the movement itself, the political system, or the general public” (Kriesi *et al.*, 1995:209). Assim se distinguem efeitos internos ou externos, os primeiros relativos aos movimentos subculturais e contra-culturais, os segundos relativos aos movimentos instrumentais, pois são resultado de ações mais interna ou externamente orientadas, como acima referido. Os efeitos internos reflectem-se na identidade, individual ou colectiva, em termos de reforço ou enfraquecimento, ou reflectem-se na estrutura da organização do movimento. Os efeitos externos podem ser de quatro tipos: substantivo, estrutural, de sensibilização, e o de tipo processual, *i.e.*, acesso de tipo *ad hoc* ou permanente ao sistema institucional, por meio de estabelecimento de processos de

¹³² Os autores explicam essas diferenças pelo conceito POS (polytical opportunity structure) e advertem: “The POS concept is not tied to the national state but can also – and will increasingly have to - be applied at the international level” (pg. 249). D. della Porta e Diani (1999:195) esclarecem que “the concept of POS has become central to interpretations of interaction between institutional and non-institutional actors”.

consultadoria, negociações, reconhecimento formal, ou inclusão de actores nas instituições¹³³; como veremos, é o efeito de tipo processual que se pode aplicar na análise do movimento do Esperanto (veja-se também C. Offe sobre êxitos substanciais, processuais e políticos, 1996:226).

Uma importante dimensão de análise na diferença entre movimentos será a dos temas e domínios que põem em questão. Os domínios mais cruciais para as autoridades políticas – como a defesa nacional, a questão nuclear, a energia, a imigração – são designados por temas de “forte visibilidade política” (ou “high-profile”), e são aqueles que habitualmente são desafiados pelos movimentos ou por acções de tipo instrumental. Já os movimentos subculturais são associados a domínios de “fraca visibilidade política” (ou “low-profile”), por se centrarem mais em processos identitários, quer comunitários quer individuais (cf. Kriesi et al., 1995:95-9).

Se num movimento instrumental a realização de objectivos depende quase só do mundo exterior - adversários, autoridades, aliados -, num movimento subcultural as campanhas e reivindicações dirigidas às autoridades e contra os adversários alternam com actividades internamente orientadas. Como traçar a fronteira entre movimento e subcultura se em ambos os casos as suas actividades se orientam para a construção identitária? Analisando o movimento *gay* europeu, estes autores (Kriesi *et al.*, 1995:165) propõem a distinção entre identidades politizadas (constituindo um movimento) e identidades puramente subculturais (muitas vezes formadas nas subculturas “comerciais” que não desafiam o mundo exterior, ou seja, uma subcultura orientada para a fruição, com visibilidade pública)¹³⁴. Na Europa da década de 1950 viveu-se um período de repressão, num cenário de ilegalidade da homossexualidade masculina em vários países, que obrigava à vivência de uma vida dupla em que a possibilidade de expressão estava confinada apenas a uma subcultura *underground*. O movimento surge cautelosamente com organizações reformistas advogando igualdade de direitos, sendo o mais bem-sucedido o caso holandês (COC - Cultural and Recreation Center, fundado em 1946), cuja estratégia foi secundada na Alemanha Ocidental e em França, através de uma aproximação a grupos religiosos e políticos numa tentativa de influenciar o mundo exterior – assumindo neutralidade política e advogando valores dominantes, e providenciando simultaneamente apoio e recreação aos membros *gays* e lésbicas. A partir de 1960, mudanças sociais trouxeram atitudes socialmente tolerantes, entre as quais, uma atitude e perspectiva científica, política e religiosa que já não condenava nem criminalizava a homossexualidade. Na década que se seguiu os movimentos *gay* expandiram-se em muitos países, e concomitantemente, ocorreu uma fragmentação devida a conflitos

¹³³ Assim: efeitos de tipo substantivo (reactivo, se previnem “desvantagens novas”, como veto de uma medida ou decisão política; pró-activo se traz “vantagens novas” por concessões das autoridades políticas); de tipo estrutural (se há alterações nas estruturas institucionais ou nas alianças políticas, sendo o resultado mais forte o de tipo revolucionário); de sensibilização (da agenda política ou das atitudes públicas) (pp. 210-3).

¹³⁴ Numa nota (nota 1, cap.7, p.281) sublinha-se a vantagem desta distinção, uma vez que a compactação conceptual de movimento e subcultura observada no conceito de “comunidade”, patente em muitos autores americanos, torna impossível problematizar a questão de até que ponto uma subcultura é politizada.

acerca da prioridade das actividades culturais ou do activismo político e *lobbying*, bem como da estratégia política a adoptar: integração ou separatismo. Também se deu uma crescente especialização e integração institucional, com o surgimento de grupos *gay* em partidos, igrejas, sindicatos e universidades. Institucionaliza-se a cooperação europeia (através da ILGA – International Lesbian and Gay Association) e as paradas *gay*. Finalmente, verifica-se a expansão da comunidade *gay* e de uma subcultura comercial e orientada para a fruição. A subcultura, essencialmente similar em inúmeros países, caracteriza-se por uma partilha de espaços e actividades muitas vezes não acessíveis ao exterior, num espectro diverso de cariz desportivo, social, cultural, religioso. Uma actividade destes indivíduos é falar Esperanto entre si (cf. Kriesi et al. 1995:169-72). Constatam os autores que numa perspectiva transnacional ocorre uma diversidade de modos de relação entre movimento e subcultura: uma florescente subcultura comercial combina-se com um forte movimento nacional na Holanda ou com fortes movimentos locais na Alemanha e Suíça, e em França com a ausência de um movimento (*idem*:176). Concluem: “apart from external cultural and political factors, the development of the movement is influenced by the subculture, and vice versa” (*idem*: 179).

A conceptualização de subcultura pode ser díspar, como vimos. Tanto S. Hall como H. Kriesi *et al.* lhe reconhecem uma componente de resistência por relação a uma cultura dominante que, quer no sentido *underground*, quer reivindicativo, encerra um certo grau de “desvio”. Mas, uma subcultura não é necessariamente sempre um “desvio”, podendo ser tão só um fenómeno cultural dentro de uma cultura social mais vasta, e neste caso, terá traços de cultura “alternativa”. A cultura *gay*, como vimos, teve ao longo do tempo diferentes feições, quer *underground*, quer depois reivindicativa quando assumiu um carácter politizado, mas também, mais recentemente, um fenómeno aceite e já não estigmatizado socialmente, com maior ou menor grau de visibilidade pública (dentro da qual os autores integram a denominada “cultura comercial”). Nas suas conclusões, Kriesi *et al.* mostram que de forma a sobreviver, este movimento não deve distanciar-se muito da sua base subcultural, e também não deve identificar-se com a subcultura comercial. Também neste sentido della Porta e Diani dizem que “activities of social movements are in part expressive; in part instrumental; in part directed at their own members; in part designed to transform the external environment” (1999: 195).

É esta explicitação de H. Kriesi *et al.* das relações possíveis entre culturas e movimentos sociais, que entendemos fundamental na discussão teórica do nosso objecto, enquanto relação passível de mudança ao longo do tempo de acordo com factores vários: os desenvolvimentos dentro das culturas que sustentam os movimentos; a oscilação das identidades entre a vertente mais politizada e a vertente mais puramente subcultural; a sua abertura ao exterior ou a sua entropia; e a resposta que recebem da sociedade, das instituições e das autoridades políticas. É esta problematização que nos permitirá discutir se a cultura esperantista, no tempo e no espaço, foi um movimento (sub)cultural, de acordo com uma tendência mais identitária ou instrumental. Eventualmente, um exercício semelhante com o movimento anarquista seria possível, e até útil, em termos comparativos, já que é um fenómeno com raízes no século XIX, que tem sofrido transformações e tem sobrevivido. Aliás, parece-nos que é

possível afirmar que os princípios do Anarquismo antecederam na sua maioria os de alguns dos novos movimentos sociais - ecológico, pacifista e de direitos das mulheres -, pelas preocupações de relação harmónica e de respeito com a natureza, que incluía uma subjacente e alargada postura pacifista em relação a todas as formas de vida, e também pelas preocupações com a condição feminina, antecipadas nas questões do controle da natalidade como as correntes neo-malthusianas da contracepção (sobre o Neomalthusianismo ver Freire e Lousada, 2012). A expressão já referida de Arvon (1979:80), sobre a “intuição antropológica” anarquista explicaria esta antecipação que nos parece ter-se verificado.

Uma perspectiva de movimentos sociais que nos parece bastante completa, no sentido em que elabora uma síntese de teorias anteriores (cf. Costa *et al.*, 2005:12) é a dos autores della Porta e Diani (1999). A partir das principais contribuições elaboradas quer por autores americanos quer europeus¹³⁵, encontram quatro características fundamentais: “we consider social movements [and in particular, their political component] as (1) informal networks, based on (2) shared beliefs and solidarity, which mobilize about (3) conflictual issues, through (4) the frequent use of various forms of protest” (della Porta e Diani, 1999:16). Relativamente à componente do recurso ao protesto, os autores apontam uma diferença nos movimentos políticos e naqueles centrados na mudança pessoal ou cultural: “although public protest plays only a marginal role in movements concerned with personal and cultural change, it is undoubtedly a distinctive feature of political movements” (*idem*: 15).

No plano analítico, as duas primeiras condições são satisfeitas dentro de uma identidade e cultura que é sustentada por práticas e organizações – e que podem considerar-se condições *a montante* de uma acção organizada, mais ou menos reivindicativa. Uma identidade ou uma cultura – como o caso do Esperanto – são a condição de sobrevivência de um movimento, que pode, num dado momento, mobilizar-se e manifestar-se num molde de activismo. D. della Porta e Diani (1999:15) dizem, neste sentido, que “[new] collective identities and value systems may persist even when public activities, demonstrations and the like are not taking place, thus providing some continuity for the movement over time” (cf. também Offe: 1996:221; West D., 2013:149, e A. Melucci, cit. por della Porta e Diani, 1999:15 e 20, e cit. por West, D., 2013:195. As obras de Melucci são de 1984, *Altri Codici*, de 1989, *Nomads of the Present*, e de 1996, *Challenging Codes*).

Parece-nos que esta continuidade – baseada em visões do mundo e identidades partilhadas - pode verificar-se directa e indirectamente, ou por outras palavras, sincrónica e diacronicamente, no mesmo movimento, ou entre movimentos. Assim, temos três situações:

1. continuidade no mesmo movimento, com grande hiato temporal, como pode observar-se nas manifestações de pacifismo que ocorrem em reacção a episódios específicos. Por exemplo, a onda de protesto de 1986 aquando do acidente de Chernobyl, reacendeu a oposição iniciada na

¹³⁵ Dessas diferenças diz Kriesi (1995:238) “Following Melucci one might say that while the Europeans have focused on the ‘why’ of (new) social movements, the Americans have emphasized ‘how’ social movements mobilize. Exaggerated though this opposition may be, it does contain an important element of truth”.

década de 1970 ao fenómeno nuclear (cf. della Porta e Diani, 1999:20 e Kriesi *et al.*,1995:206). Mais recentente, o movimento da paz remobilizou-se em manifestações de massas, tanto contra a guerra do Golfo, como contra os testes nucleares que o governo francês pretendia realizar no Pacífico (cf. della Porta e Diani, 1999:191). D. West (2013:149) faz uma leitura semelhante dos recentes protestos de 2011 na sequência da crise financeira de 2008 - os *Occupy* nos Estados Unidos, os *indignados* em Espanha, e outros semelhantes na Europa -, parecendo-lhe uma revivência do movimento contra a globalização, como adiante referiremos. Em movimentos que puderam constituir associações e redes de relações – por exemplo partidos políticos, grupos de interesse, empresas, grupos culturais, associações de voluntariado, ou combinações destes – a actividade é continuada em torno do tema central do movimento, e ocorre uma institucionalização; assim, dizem della Porta e Diani (1999:150): “a movement network composed of multiform groupings becomes institutionalized, contributing to the successive waves of mobilization”;

2. continuidade entre movimentos, sincronicamente, quando há afinidade e transferência de esforços - como ocorreu entre os movimentos ecologista e pacifista - que podem ser importantes na garantia de protecção e imunidade face a medidas adversas que, nos piores cenários, podem contemplar proibições ou até repressão (cf. Offe, 1996:225); em Kriesi *et al.* (cf. 1995:206) recorre-se ao termo “difusão entre movimentos”, acima de tudo pela sobreposição de participantes pertencentes a movimentos com alguma afinidade ideológica, e que permite a difusão de actividades e recursos. D. della Porta e Diani (1999:148) recorrem ao conceito de “famílias de movimentos sociais”, que nas suas palavras são “clusters of movements which have different specific objectives but share a similar world view, overlap in membership and frequently work together in protest campaigns”;
3. continuidade entre movimentos, diacronicamente, quando após processos de transformação, ocorre a génese de novos movimentos e novas solidariedades, como sugere o exemplo de della Porta e Diani (cf. 1999:20) observado em vários países europeus, da relação estreita entre movimentos da New Left na década de 1970 e sucessivos movimentos ecológicos.

C. Offe refere também a existência de organizações formais como uma valência para a sobrevivência: “Las organizaciones formales (...) tienen capacidad para ‘esperar’, es decir, para continuar existiendo durante un tiempo aunque ‘no ocurra nada’” (1996:221). Aqui, estão presentes elementos de construção colectiva, como símbolos (mapas espaciais e temporais, *i.e.*, pontuação por datas e locais) e práticas colectivas (como encontros e congressos ou manifestações).

Vemos então que a continuidade num movimento revela a existência de elementos de identidade colectiva, e de formas e práticas culturais, que supõem uma rede de contactos e relações no quadro de organizações mais ou menos estruturadas. Estas são as condições para a constituição de uma subcultura:

To regard organizational affiliations as opportunities for connections among individuals reflects a concept of movement networks as specific subcultural forms. Taking part in the life of several organizations and coming into contact with their activists and supporters, individuals construct, in fact, a series of unique relationships. In these, the political dimension of action intersects and overlaps the private dimension. It is not by chance that these links are referred to as the foundations of a specific form of subculture (Porta e Diani, 1999:120).

Uma dimensão importante de muitos movimentos “subculturais” - como o de direitos das mulheres, da comunidade homossexual ou dos direitos de minorias – é a política de linguagem. A política de linguagem visa a mudança da forma como um grupo social é denominado, através da alteração de termos e de vocabulário considerados pejorativos. Assim, a política de linguagem inscreve-se habitualmente numa mais abrangente política de identidade com o objectivo duplo de mudar a auto-imagem do grupo discriminado e mudar a percepção social negativa dos outros grupos sociais, designadamente, dominantes ou opressores. A política de identidade pretende ultrapassar a discriminação, baseada numa qualquer forma de opressão social. D. West (2013:81) define-a nestes termos: “Overcoming oppression involves redefining the interests and identities of those subjected to it (...) [A] movement of liberation both politicizes this social identity and proposes a more liberating understanding of the group in question”. No caso dos movimentos das mulheres desenvolveu-se no sentido da mudança da imagem do feminino aliada aos atributos de irracionalidade e instabilidade emocional e psicológica, características que estavam de acordo com os papéis cingidos ao foro doméstico que lhe eram atribuídos. No caso do movimento dos direitos dos grupos homossexuais, a política de identidade pretendeu desafiar a assunção de patologia que lhe era desde sempre atribuída (cf. West, D., 2013:81-2). Os pioneiros deste meio de intervenção foram os negros americanos, que através dos *slogans* “Black is beautiful” e “Black pride” pretendiam a promoção de imagens positivas dos negros – *slogans* que depois foram apropriados pelos movimentos *gay* e das mulheres (cf. Mercer, 1992: 434). Nos Estados Unidos da América, o termo usado para designar os grupos negros foi recodificado ao longo do tempo: *negro*, *colored*, *black*, *afro-american*, e mais recentemente, *african-american*; no Reino Unido o termo “minoria étnica” por ser considerado menozante, foi substituído por *black community* (cf. Mercer, 1992:428-9). Assim, diz D. West (2013:88): “Not surprisingly the politics of language plays a key role in cultural and symbolic politics”.

Melucci (1996) sobre os movimentos étnicos e culturais actuais mostra que apresentam também esta dimensão de conflito centrado na denominação, *i.e.*, o conflito sobre o significado das palavras e das coisas numa sociedade como a actual, não só extremamente mediatizada, mas mediatizada através de termos e linguagens que provêm de “aparatos anónimos”: “language through ethnic and linguistic identity becomes [so] important: in today’s information society, the manner in which we nominate things at once decides their very existence. The language component in ethnic conflict is therefore not solely a claim for a traditional right. It raises the crucial question of whether it is possible today to *nominate differently*. Thus, the right to autonomy in the construction of the world is affirmed in the

diversity of language” (Melucci, 1996:161). Assim estes movimentos empreendem também uma reacção à cultura massificada e globalizada: um desafio à homogeneização e imposição de códigos standardizados (Melucci, 1996:161).

Recordemos, como já ficou dito em capítulo anterior, que nas décadas de 1960 e 1970 os movimentos ocidentais etno-nacionalistas ligaram por um lado temas tradicionais do nacionalismo periférico e até aí entendidos como conservadores, como o território e a língua, e por outro lado, temas radicais e anti-institucionais característicos dos movimentos coevos. Assim, numa reacção à cultura massificada, a defesa de uma cultura local ficou associada à contracultura juvenil. Simultaneamente, a defesa do território assumiu significados novos à luz do anti-militarismo e das lutas anti-nucleares, juntando-se-lhe o ensejo de redução do controlo político-militar dos estados centralizados sobre os territórios periféricos. A crítica ao desenvolvimento capitalista permitiu em simultâneo o desafio da subordinação económica das “colónias internas” e a solidariedade com o anti-colonialismo no terceiro mundo. Em Espanha, sobretudo, estes movimentos tiveram um papel fundamental na implementação democrática no país depois de finda a ditadura franquista, especialmente quanto à descentralização do estado, patente na autonomia regional (vd. della Porta e Diani, 1999: 75 e 110).

É fundamental a concepção – bastante consensual - de que os movimentos sociais não têm necessariamente uma unidade intrínseca; veja-se por exemplo D. West (2013:16): “There may [also] be competing proposals and policies, even sharply divergent ideologies”. Esta situação supõe diferentes e por vezes conflituantes organizações num mesmo movimento. Veja-se o caso do movimento de “globalização alternativa”: “the alter-globalization movement includes a wide variety of diverse and often conflicting positions” (*idem*:138). West faz um pequeno périplo pela sua diversidade (*idem*:139-42), mostrando que apenas uma pequena parcela se opõe de facto à globalização, os chamados “reactive radicals” (termo de J. A. Scholte, 2000, *Globalization: a Critical Introduction*) que advogam um regresso ao mundo definido pelas fronteiras dos Estados-Nação, em que se incluem tanto os nacionalistas económicos como os fundamentalistas religiosos. Quanto à proposta de modelos alternativos de globalização, compõem a maioria do movimento, quer sejam de tipo mais revolucionário ou mais reformista. Os primeiros actuam na senda de um fim para as instituições do capitalismo e industrialismo (o “global socialism” herdeiro do marxismo revolucionário; o “global postmodernism” partindo de uma rejeição dos princípios universalistas ocidentais; as propostas mais próximas do anarquismo, que rejeitam as instituições nacionais, internacionais e globais), e os segundos com propostas de mitigação dos efeitos e consequências mais negativos das empresas multinacionais: “at national and global level, they thus propose a combination of state policies and additional or transformed international and transnational institutions” (*idem*:140).

Como dissémos no início deste Capítulo, este movimento reaviva as questões da “política da exploração” intrínsecas ao movimento operário, mas recorre também à herança mais recente dos NMS, eles próprios com genes do universo anarquista. Assim, diz D. West (2013:142-3) que “As in the 1960s, there is a significant revival of anarchist ideology within the movement, as well as a much

more widespread appreciation of anarchist strategies and tactics to avoid hierarchical organizations and co-option”; adiante conclui: “The alter-globalization movement also inherits from the New Social Movements more self-conscious recognition of the politics of culture and identity”.

O movimento de Globalização Alternativa tem início com os protestos em Seattle contra o encontro da WTO em Dezembro de 1999, e foi marcado por inúmeras acções contra outras organizações como a UE, o FMI, o Banco Mundial, a Organização dos Estados Americanos e o G8, e contra o World Economic Forum, ao qual contrapôs o World Social Forum cuja primeira edição ocorreu em 2001 em Porto Alegre; foram também criados o European Social Forum com início em Itália em 2002, o Asian Social Forum e Oceania Social Forum (vd. Tormey, 2004:177-9). Este movimento tem entre as suas vitórias a derrota infligida à proposta do Multilateral Agreement on Investment da OCDE e à agenda de liberalização do comércio do WTO. D. West afirma que este movimento é por alguns considerado extinto a partir dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 e da guerra no Iraque e Afeganistão que se lhe seguiram, sendo que a movimentação contra a invasão do Iraque em 2003 teve um rápido crescimento, mas também, um rápido desfecho (vd. West, D., 2013:146). Todavia, os movimentos apresentam um complexo e por vezes dissonante padrão de activismo:

This does not mean that the movement does not continue invisibly, always ready to re-emerge and crystallize into new events, organizations and demands. The rapid spread of activism in the name of the Occupy movement in the USA, UK and Australia, the *indignados* in Spain and similar responses to financial crisis in Greece, Ireland and Italy bear strong family resemblances to the alter-globalization movement, even though they do not adopt the label (West, D., 2013:149).

Sobre os movimentos de oposição à globalização, Beck (2007:54) afirma que a resistência à globalização apenas a acelera, pois os activistas actuam a partir de direitos, mercados e redes globais, *i.e.*, pensam e operam em termos globais; o activismo global contra os efeitos da globalização é produzido por ela própria, e reciprocamente, alimenta-a. Esta dinâmica que ocorre a partir de forças contrárias a um dado fenómeno, sendo ainda parte dele, lembra a afirmação marxiana de que o proletariado, criado pelo capitalismo, será o responsável pela sua erradicação; lembra também a análise que muitos epistemólogos fizeram do paradigma científico moderno cujos postulados vieram a ser refutados pelo próprio processo de acumulação de conhecimento (*e.g.* a Teoria da Relatividade), permitindo a concepção da transdisciplinaridade e uma racionalidade mais plural (cf. Santos, 1994).

A discussão das teorias dos movimentos sociais é fundamental neste trabalho, dada a hipótese que nos propomos discutir sobre o movimento do Esperanto. Tanto no plano internacional como no caso português, os esperantistas designam a sua actividade como um movimento: *Esperanto Movado*. Em que medida este movimento poderá ser, na perspectiva das ciências sociais, um movimento social? A seguir faremos essa análise – integrada numa perspectiva historicamente abrangente -, em três dimensões principais, que são, a (sub)cultura do Esperanto, as acções públicas em favor da língua, e as ligações com outros movimentos sociais.

4 O MOVIMENTO DA LÍNGUA INTERNACIONAL ESPERANTO

Feliz era meu pai, fugiu da escola
- mas sabia o Esperanto. Essa língua
sem história, sangue e medo
que não é coisa desse mundo
- mas língua de querubim.

Affonso Romano de Sant'Anna, "Gymnasium", *Que País é Este? E Outros Poemas*, 1984, p.85¹³⁶

4.1 Surgimento do Esperanto e dos Esperantistas

Lejzer Ludwik Zamenhof (1859-1917) não pretendia eliminar a diversidade linguística através de uma língua universal, mas construir uma segunda língua auxiliar. Este desígnio prendeu-se com a criação de condições para uma igualdade linguística. A diversidade linguística foi vivida de forma precoce e determinante por Zamenhof, tendo constituído uma experiência traumatizante. A sua cidade natal, Bialystok, actualmente na Polónia, era uma região lituana integrada no império Russo, onde a diferença de populações proporcionava fenómenos de nacionalismo e anti-semitismo. Em Bialystok a *intelligentsia* falava Polaco, a língua oficial era o Russo, e entre os habitantes encontravam-se artesãos qualificados que falavam Alemão, comerciantes que falavam Lídice e camponeses que falavam Bielorusso. A diferença religiosa era também uma dimensão da diversidade presente, composta por russos Ortodoxos, alemães Luteranos, polacos Católicos e o grupo Judaico (cf. Janton, 1973:29; Lapenna *et al.*, 1974:36 e 125; Forster, 1982:50; Eco, 1996:301; Grzybowski, 2010:185). Numa carta de 1895 (dirigida a N. Borovko, cit. por Janton, 1973:29-30), Zamenhof terá escrito:

Ce lieu de (...) de mes jeunes années imprima leur première direction à toutes mes idées futures. A Bialystok, la population se compose de quatre éléments différents: Russes, Polonais, Allemands et Juifs; chacun d'eux parle une langue à part et entretient des rapports hostiles avec les autres. Dans une ville de ce genre plus qu'ailleurs, une nature sensible souffre le poids du malheur causé par la diversité des langues et se persuade à chaque pas que cette diversité est, sinon la seule, du moins la principale source de dissensions au sein de la famille humaine ainsi divisée en clans ennemis. On m'élèva en idéaliste; on m'enseigne que tous les hommes sont frères; et cependant, dans la rue, dans les maisons, à chaque pas, tout me donnait le sentiment que l'humanité n'existe pas: il n'existait que des Russes, des Polonais, des Allemands, des Juifs, etc. Cette pensée tortura mon esprit d'enfant (...) Comme il me semblait alors que les adultes possèdent une force toute-puissante, je me répétais sans cesse que, lorsque je serais grand, rien ne m'empêcherait d'éliminer ce mal.

Zamenhof sabia várias línguas. Em casa falava Russo, na rua o Polaco, sabia Lídice e na escola estudou Alemão, Francês, Latim e Grego. Através do seu pai, professor de línguas, conhece o Hebraico, e teria também competências em Lituano (vd. Lapenna *et al.*, 1974: 36; Janton, 1973:30; Forster, 1982:52-3; Grzybowski, 2010:185; Franzco, 2007:281). A ideia de constituir uma nova língua

¹³⁶ Transcrito em *Nia Bulteno*, n.º 22, Julho-Agosto de 1985, p. 5.

é acalentada desde a juventude, e em 1878 concretizou uma primeira versão, mas é durante os estudos universitários em Medicina que conclui o seu projecto. É um trabalho secreto, em que escreve e traduz para testar a funcionalidade e conseguir um aperfeiçoamento da língua (cf. Lapenna *et al.*, 1974:36-8; Janton, 1973:30-1; Forster, 1982:58; Jordan, 1987). Em 1887 publica finalmente em Varsóvia o primeiro livro intitulado *Doktoro Esperanto, Internacia Lingvo, Antaŭparolo kaj Plena Lernolibro* (*Doutor Esperanto, Língua Internacional, Prefácio e Manual Completo*), em Russo, e logo depois em Polaco, Alemão e Francês; para a versão inglesa solicitou uma tradução que foi publicada em 1888. “Doutor Esperanto” foi o pseudónimo a que recorreu, e que posteriormente dará o nome à língua que construiu. É um opúsculo de 28 páginas constituído pelo prefácio, que ocupa três quartos do total, pela gramática de 16 regras, pelo dicionário de cerca de 900 radicais, e ainda ensaios da língua na forma de traduções (“Pai nosso” da *Bíblia*, e um poema de Heinrich Heine), um modelo de carta, e dois poemas originais (“Mia penso”, *i.e.*, “O meu pensamento” e “Ho, mia kor”, *i.e.*, “Oh, meu coração”); ficou depois conhecido como *Unua Libro* (Primeiro Livro) (cf. Forster, 1982:53) e com acrescentos posteriores (o vocabulário básico para as cinco línguas referidas e os exercícios elementares, ambos de 1894), esta primeira publicação tornou-se o *Fundamento de Esperanto*, contendo as bases para a gramática, estilo e utilização da língua (cf. Janton, 1973:32; Lapenna *et al.*, 1974: 66 e 127-8; Jordan, 1987; Forster, 1982:111 e 268; Tonkin, 1993:9; Kim, 1999:134); sobre o modelo estilístico Zamenhof recomendou mais tarde também o *Fundamenta Krestomatio*, de 1903 (vd. Forster, 1982:112).

No prefácio, Zamenhof começa por sublinhar a quantidade de tempo, dinheiro e dificuldade implicadas no estudo de um idioma, e quão enriquecedora seria uma língua comum na qual se exprimisse o melhor das diferentes nações. O estudo de duas línguas, a materna e uma internacional, permitiria assim consagrar mais tempo ao conhecimento da primeira e abordar todas as outras culturas em pé de igualdade. E se uma língua internacional facilitaria as relações entre cientistas e “homens de negócios”, faria também desaparecer a impressão de estranheza que separa os indivíduos de línguas diferentes (vd. Janton, 1973:32). Como diz Forster (1982:54), “The *Unua Libro* was thus at one and the same time a textbook of the language and a manifesto for a social movement”.

Sendo de uma família judaica, essa herança desempenhou também um papel relevante na sua vida e obra. Como diz Forster, os judeus de Bialystok, por via de contactos alemães, eram significativamente sensíveis a uma versão judaica do Iluminismo denominada *Haskalah*. Caracterizava-se pelo assimilacionismo, pela importância atribuída à educação secular e em especial às línguas, pelo racionalismo e deísmo. Por outro lado, na década de 1860 nos círculos intelectuais da Polónia diminuía o interesse pelo nacionalismo romântico, e sobrevinham as preocupações com o desenvolvimento de uma sociedade moderna e industrial, originando o fenómeno do “positivismo de Varsóvia” que exerceu um profundo impacto, nomeadamente entre os jovens escritores do Realismo – não foi um acaso que as primeiras obras traduzidas para Esperanto são escritas por autores daquela Escola, como Swietochowski, B. Prus, E. Orzeszko, Sienkiewicz ou W. Reymont (vd. Forster, 1982:50-1 e Lapenna *et al.*, 1974:128, 136, 226-8). Deste modo, conclui Forster: “Thus both

Haskalah and Positivism were supportive of the application of a rationalistic, scientific outlook to contemporary problems; yet at the same time neither was totally hostile to religion, opposing only traditional religious dogmas” (Forster, 1982:51). Tendo crescido numa familiarização com estas ideias, mesmo porque o seu pai era seguidor da *Haskalah*, Zamenhof não as aceitou, contudo, acriticamente. Não se identificava com o assimilacionismo, e interessou-se pelo Sionismo. Enquanto estudante em Vasóvia, o anti-semitismo propagado pelo governo czarista impele-o a militar, entre 1882 e 1887, numa organização sionista que advogava o regresso à Terra Prometida (cf. Janton, 1974:31). Mas, como afirma Eco (cf. 1996:302), se Zamenhof defendia o regresso dos judeus à Palestina, a sua “religiosidade laica” não o identificava com as versões nacionalistas do Sionismo, nem com o propósito do fim da Diáspora através do regresso à língua dos antepassados. Deste modo, entendia que os Judeus de todo o mundo poderiam unir-se precisamente mediante uma nova língua. Também numa carta (enviada a A. Michaux em 1905, cit. por Janton, 1973:30), diz:

Personne ne peut ressentir la nécessité d’une langue humainement neutre et anationale aussi fort qu’un juif, qui est obligé de prier Dieu dans une langue morte depuis longtemps, qui reçoit son éducation et son instruction dans la langue d’un peuple qui le rejette, et qui a des compagnons de souffrance sur toute la terre, avec lesquels il ne peut se comprendre... Ma judaïcité a été la cause principale pour laquelle, dès la plus tendre enfance, je me suis voué à une idée et à un rêve essentiel – au rêve d’unir l’humanité.

Tínhamos visto no primeiro Capítulo como a reconstrução do Hebraico se enquadrava no movimento geral de constituição e normalização das línguas nacionais europeias no século XIX por motivos nacionalistas. Eliezer Ben-Yehuda, o filólogo sionista que protagonizou a revivificação do Hebraico como língua moderna e criou a base para a sua adopção em Israel, é como Zamenhof, proveniente da zona geográfica e cultural lituana do final do século XIX. Diz Stavans (2009):

Both were Yiddish speakers, a fact that, I believe, explains their universalist ethos. Perceived for centuries as a kitchen jargon useful to women, children, and the illiterate, *der mame loshn*, “mother’s tongue”, was spoken then by millions in the Pale of Settlement and beyond. It nurtured a transnational philosophy. Total strangers from Warsaw, Odessa in Ukraine, and Vilnius in Lithuania were able to understand one another in spite of their regional differences. And Yiddish was stateless. It was believed to have a long future precisely because it had no army behind it.

Para além dos factores coincidentes já mencionados sobre Zamenhof e Ben-Yehuda, um paralelismo entre a criação do Esperanto e a recriação do Hebraico é sugerida por alguns autores (cf. Wood, 1979:441; Levin, 1993:6; Stavans, 2009). Assim, um processo de experimentação, similar ao realizado para o Hebraico Moderno até à sua forma finalizada, também foi realizado em várias fases para o Esperanto, quer por Zamenhof entre o seu primeiro projecto de 1878 e a publicação de 1887, quer depois pelos primeiros escritores e pelos utilizadores, à medida que novas formas de expressão

surgiam e se tornavam ou não de uso corrente. Como tínhamos visto no Capítulo 1.1 desta tese, Ben-Yehuda e os seus seguidores desenvolveram uma língua falada com base em textos da Antiguidade e da Idade Média e também pela cunhagem de novos termos e estruturas inspirados nas suas primeiras línguas, que eram essencialmente o Iídiche, o Russo e o Alemão (cf. Wood, 1979:441-2). Por outro lado, um mesmo processo de voluntarismo caracteriza a formação de uma comunidade de locutores em torno de uma língua que não é materna, como afirma Wood (1979:441):

Both linguistic systems were planned by Jews and were spread as part of a quasi-religious philosophical idealistic movement. Both resulted in a voluntary withdrawal, partial or complete, from the first-language culture of the individuals concerned, both the initiators of the respective movements and their followers. Jews in Eastern Europe abandoned Yiddish and the ethnic languages of their respective countries and dedicated themselves to the study of Hebrew, albeit imperfectly and incompletely, as a preferred second language, whenever the opportunity arose. Likewise, those, first in the Russian Empire, then in Germany, France, Sweden and elsewhere who began to develop the emerging interlanguage Esperanto studied it in courses and tried, whenever and wherever possible, to speak it alongside or in preference to their first language.

A transformação de um projecto de língua numa língua falada ocorreu de facto com o Esperanto, mas não se tornou, como o Hebraico moderno, um idioma adoptado oficialmente. Por isso Levin (1993:1) diz: “Esperanto remains just a hobby of the Esperantists, who are a club or association, but not a community whose way of life is bound up with a certain language”; para Levin, o factor decisivo foi a implantação do Hebraico não apenas no ensino primário, mas, no pré-escolar (vd. 1993:6). Contudo, o autor reconhece que os propósitos de cada um dos projectos eram diferentes e, acrescentamos nós, a evidência de que a diferença essencial no êxito da sua implantação reside na decisão de uma política linguística. Finalmente, o que distingue Ben-Yehuda e Zamenhof, é que o primeiro laborou para reverter a dominação do Iídiche no Leste Europeu, acreditando ser uma língua da “vitimização judaica”, e Zamenhof quis substituir o Iídiche, exclusiva dos Judeus, por uma língua inclusiva (cf. Stavans, 2009).

Zamenhof sabia da existência de tentativas de construção de línguas mundiais auxiliares, mas ter-lhe-ão parecido insatisfatórias. Enquanto estudante, analisou o Volapük¹³⁷, e considerou-o demasiado marcado pela arbitrariedade e de difícil pronúncia, parecendo-lhe de árdua aprendizagem (vd. Forster, 1982:49), e o seu projecto reflecte estas preocupações. O alfabeto do Esperanto tem 28 letras e segue o princípio de correspondência única entre som e letra, tendo a tónica na penúltima sílaba. Quanto ao léxico, Zamenhof procurou raízes comuns nas línguas europeias, e quando não foi possível recorrer a essa comunalidade, cunhou os termos segundo um critério distributivo, em que privilegiou as línguas

¹³⁷ Em discurso no 1.º Congresso Universal de Esperanto Zamenhof refere o legado de J. M. Schleyer no desenvolvimento de uma língua internacional: “Expressamos o nosso cordial agradecimento ao Sr. Schleyer, o primeiro e mais enérgico pioneiro da ideia de uma língua neutra internacional” (cit. por Auld, 1992:109).

neolatinas, seguida pelas germânicas e finalmente pelas eslavas (cf. Eco, 1996:304); os lexemas (*i.e.*, a parte de uma palavra que constitui uma unidade mínima dotada de significado lexical) provêm em 75% das línguas latinas, em particular do Latim e do Francês, em 20% das línguas anglo-saxónicas, e os restantes vêm do Grego (sobretudo no domínio científico), das línguas eslavas, e finalmente uma ínfima proporção do Hebraico, Árabe e Japonês. Comparando com outras línguas planeadas, o léxico fundamental do Esperanto compõe-se de empréstimos em proporções muito equilibradas, ainda que de dominação latina, das famílias indo-europeias (cf. Janton, 1974:58-9). Veja-se que as principais fontes lexicais são o Latim e o Francês, dois idiomas que foram no passado o que se pode denominar de línguas internacionais no espaço europeu (cf. Forster, 1982:354).

Vimos também no Capítulo 1, como é que as línguas estabelecem entre si vias de comunicação, o que implica que haja importações e exportações lexicais. Podemos dizer que é nesse património indo-europeu que Zamenhof encontra as raízes comuns vocabulares. Como diz Walter (1994:420):

Par suite des contacts entre les langues et du recours aux langues anciennes pour le renouvellement du fonds lexical, il existe donc aujourd’hui un vocabulaire international de plus en plus abondant, témoin de l’histoire commune des populations. Mais quelle est la proportion de ce patrimoine lexical commun par rapport à l’ensemble du vocabulaire, quels sont ces mots sans frontières et quel est leur degré de ressemblance?

Em resposta, Walter faz um exercício a título ilustrativo: para avaliar esse vocabulário internacional comum analisa um pequeno dicionário multilingue de 8000 palavras, destinado aos viajantes na UE, em que constam 6 das línguas oficiais - Francês, Inglês, Alemão, Espanhol, Italiano e Português. Encontram-se mais de 1200 (15%) palavras homófonas nas 6 línguas (com diferenças gráficas mínimas), sendo a grande maioria (1009, *i.e.*, 84%) de origem greco-latina (Walter, 1994:420-2). Do mesmo modo, o austríaco Julius Lott citado no Capítulo 2.4, compilou em 1888 um léxico de 7000 palavras internacionais, constatando que a maioria tem origem latina (vd. Janton, 1973:23)

Para que a nova língua seja de aquisição e manejo mais fáceis que as línguas naturais, mas garantindo a expressividade, Zamenhof favorece uma construção perfeitamente lógica e regular (cf. Janton, 1973:37), ou seja, uma “morfologia sintáctica *a priori*, sem qualquer analogia entre as línguas indo-europeias” (Fettes, 1992:13). A partir das raízes lexicais, é possível cunhar palavras de forma regular: os constituintes das palavras são as raízes (unidades significantes constituintes do léxico), os afixos (unidades não lexicais modificando o sentido da raiz, usados como prefixo ou sufixo) e as desinências ou terminações gramaticais. Assim se constrói o feminino (-ino), o plural (-j), o substantivo (-o), o adjectivo (-a), o advérbio (-e). A conjugação dos verbos é também regular e

invariável, a partir do infinitivo (que termina em -i), recorrendo a sufixos para criar o tempo presente (-as), o passado (-is), o futuro (-os), o condicional (-us) e o imperativo (-u)¹³⁸.

A partir de um léxico básico e limitado, a possibilidade de livre formação de palavras confere ao Esperanto uma “simplicidade” ou facilidade de aprendizagem, designadamente para aprendizes não europeus que, comparativamente com os europeus, podem sentir mais dificuldades no manejo do vocabulário (cf. Fettes, 1992:13-4). Sobre o carácter construído do Esperanto, conclua-se com Janton:

Si l’espéranto emprunte son lexique aux langues naturelles, il conserve dans la dérivation et la flexion une régularité et un schématisme qui le distinguent nettement de ses successeurs naturalistes (...) Il semble qu’un juste milieu entre schématisme et naturalisme doive être recherché dans l’équilibre entre l’exigence rationnelle et l’exigence esthétique. L’espéranto s’en approche considérablement (Janton, 1973:25).

Para além das razões invocadas para a justificação de uma língua internacional, já referidas acima, Zamenhof revela também no prefácio três objectivos a que se propõe. O primeiro, tornar a sua língua fácil, de modo a que qualquer pessoa possa aprendê-la com agrado, o segundo, torná-la de utilização imediata por via da lógica e simplicidade da sua estrutura, e por fim, encontrar um meio de incitar o público a praticá-la em massa. Como diz Lapenna (1974:414), o cumprimento deste terceiro fim terá sido planeado em moldes um pouco ingénuos, na medida em que consistiu numa exortação aos leitores a subscreverem e reinviarem uma promessa inserida nas brochuras do Manual: “Promessa: Eu, abaixo assinado/a prometo aprender a língua internacional proposta pelo Dr. Esperanto se se verificar que dez mil pessoas fizerem publicamente a mesma promessa”. Na verdade, obteve mil respostas que levariam à publicação em 1888 desses primeiros endereços, sob a forma de anuário, que se tornou desde logo um princípio eficaz de organização dos esperantistas (vd. Janton, 1973:32).

Zamenhof enviou a sua publicação para vários jornais, organizações eruditas, académicos e outros especialistas, e foi também publicitada em jornais estrangeiros; em 1888 enviou uma cópia a L. Tolstoi, não tendo obtido resposta imediata. O maior apoio veio individualmente, de pessoas que desejavam aprender a língua, e o autor correspondeu a esse sinal convidando os interessados a traduzir para Esperanto um pequeno texto, para serem incluídos no registo de nomes e endereços, se o teste fosse bem-sucedido. A edição desse registo de endereços permitiria o estabelecimento de contactos entre os apoiantes (vd. Forster, 1982:55-7 e 64). Na mesma altura a American Philosophical Society, através de um comité que tinha sido formado para análise do Volapük com resultados muito críticos, propôs a realização de um congresso com as sociedades eruditas e científicas mundiais para a discussão da língua universal, uma vez que o Esperanto parecia mais adequado. Zamenhof propôs então aos seus seguidores, num suplemento ao segundo livro (*Dua Libro*, 1888), a realização de um

¹³⁸ Um exemplo: “malsanigebla” (incurável) que se decompõe em: mal- (prefixo para contrário), san- (raíz), -ig- (sufixo significando fazer ou tornar), -ebl- (sufixo indicando possibilidade) e -a (desinência do adjectivo).

congresso para a discussão de propostas para a língua, se o congresso daquela Sociedade não se realizasse. De facto o congresso não se realizou, pois se algumas sociedades convidadas não revelaram suficiente interesse, outras discordavam das orientações da American Philosophical Society, quer sobre a desejável base Ariana de uma língua internacional, quer sobre a rejeição do Volapük.

Em 1888 já se formavam os primeiros círculos de Esperanto através da iniciativa de alguns interessados, inicialmente na Rússia, e especialmente constituídos por intelectuais judeus e por tolstoianos. Os primeiros clubes nasceram em Moscovo, São Petersburgo, Odessa, Vilnius, Varsóvia, e também em Sófia, Munique, Uppsala ou Málaga. Na Alemanha o maior apoio veio de um grupo de Nuremberga que tinha sido volapükista e que, por influência do seu líder Leopold Einstein que teve conhecimento dos dois livros de Zamenhof, aderiu ao Esperanto. Após o falecimento de L. Einstein, o seu legado foi continuado por outro ex-volapükista do mesmo grupo, Chrystian Schmidt, que deu início à primeira publicação periódica da língua Esperanto em 1889, o *La Esperantisto*, no qual Zamenhof colaborou (cf. Forster, 1982:56-7 e Lapenna *et al.*, 1974:414-5). Diz Forster (1982:57):

Initially some articles were in French and German, but it soon became an all-Esperanto periodical. A certain amount of attention was still devoted to criticism of Volapük, but it was mostly concerned with the development of the Esperanto language and movement. (...) [it] was particularly significant as a source of authority for Zamenhof, and in 1890 it was transferred to his personal supervision (...) Zamenhof was the *de facto* international leader of Esperanto, and the periodical became a source of influence and authority.

Zamenhof considerava que o desenvolvimento do movimento dependia do esforço individual de cada um, não apenas através da aprendizagem da língua, mas dando-a a conhecer a outros; assim se exprimia no n.º 50 do *La Esperantisto* em 1891: “Some friends wait in vain for the rich, or important persons and societies, or governments to help us, and they in vain think that the prosperity of our cause depends on such help; no, on the contrary, *their help depends on the prosperity of our cause*, we must not forget this, and therefore we must not sit without doing anything and wait for help from the powerful” (cit. por Forster, 1982:58).

A possibilidade ou necessidade de realizar alterações e reformas ao Esperanto constituiu uma questão muito debatida. Zamenhof tinha escrito que o *Unua Libro* era “provisório”, ou seja, constituía não uma língua completa mas a base de uma língua (vd. Forster, 1982:58; Tonkin, 1993:9); contudo, parecia pouco inclinado a aceitar as sugestões de alteração que lhe chegavam. Às propostas de Henry Phillips da American Philosophical Society respondeu que as quatro alterações sugeridas eram teoricamente válidas, mas ele próprio já tinha no passado refletido sobre elas e concluído que não tinham eficácia prática (vd. Forster, 1982:58)¹³⁹. Por outro lado, não ambicionava a exclusividade da

¹³⁹ Em geral as críticas referiam-se: (1) no alfabeto, em virtude do princípio “um som para cada símbolo”, foram introduzidas novas consoantes - ê, ĝ, ĥ, ĵ e ŝ -, que sendo únicas do Esperanto exigiam tipos específicos para

liderança, por razões que se prenderam com as exigências financeiras da organização que o oneravam pessoalmente, com a sua personalidade, e eventualmente com algum impacto negativo causado pela imagem autoritária de Scheleyer na condução dos destinos do Volapük. Deste modo, em vários momentos propôs a criação de uma liga de esperantistas, nomeadamente para a assunção de autoridade num processo de reformas do Esperanto através da constituição de uma Academia. Entretanto, em face das exigências financeiras que oneravam Zamenhof, em 1891 o alemão Wilhelm Heinrich Trompeter providenciou o apoio necessário para a manutenção do *La Esperantisto*, não sem a contrapartida que tornou depois clara de que se procedessem a reformas na língua. Em 1893 Zamenhof iniciou uma análise sistemática à gramática e vocabulário que lhe permitiria delinear reformas que fossem votadas pelos subscritores do *La Esperantisto* (cf. Forster, 1982:60-1). É muito importante perceber qual a posição do autor perante o desenvolvimento linguístico do seu projecto (Tonkin, 1993:10):

Zamenhof understood very clearly that a language must be allowed to grow and develop, not only because too much rigidity may limit [its] adaptability (...) to changing needs, but also because participation in the process of language change gives the speaker an intellectual and emotional investment in the language. All language projects, if they move beyond the author's desk, must confront the problem of ownership: if they are owned by the author they cannot survive; if they are the common property of a collective, there is some hope of survival and growth (...) Zamenhof saw very clearly that he must renounce ownership, must strive to create patterns of language loyalty, of shared ownership, leading to the creation of a language community.

Por fim a votação decorreu em 1894, e em virtude do resultado, contrário à realização de alterações, Trompeter retirou o apoio, embora não tenha abandonado o movimento. Por seu turno, o grupo de Nuremberga dos ex-volapükistas, decide sair do movimento – abraçando o neo-volapükista *Idiom Neutral* -, e esta “deserção” motivava nos esperantistas um sentimento anti-reformismo, visível no 1.º Congresso alguns anos mais tarde (cf. Jordan, 1987)¹⁴⁰.

Também em 1894 Zamenhof recebeu, indirectamente, uma réplica de Tolstoi: o escritor escreveu no editorial do jornal *Posrednik* a sua opinião, afirmando que a aprendizagem de línguas estrangeiras era uma actividade apropriada aos cristãos, e que o Esperanto era uma causa desejável na medida em

impressão; (2) o caso acusativo formado pela adição de -n, não existindo por exemplo no Francês ou no Inglês, era objectado como elemento de dificuldade e não de simplificação por relação às línguas naturais; (3) e (4) objectava-se à concordância do substantivo e do adjectivo com o acusativo e à formação do plural com a terminação -j pela sua estranheza; (5) a tabela de palavras correlativas, semelhante a uma característica das línguas *a priori*; (6) certas raízes por não mostrarem compreensibilidade internacional (Forster, 1982:58-9).

¹⁴⁰ Na movimentação reformista ocorrida em torno do Volapük, também houve a tentativa de integração do, ou fusão com, o Esperanto: V. K. Rosenberger, um engenheiro de S. Petersburgo e pioneiro da língua na Rússia à frente da Academia de Volapük desde 1893, convidou Zamenhof a integrá-la, por duas vezes. Zamenhof dispôs-se, desde que a designação da organização fosse alterada para Academia Volapük-Esperanto. Perante a recusa de Rosenberger, não houve assim possibilidade de cooperação entre ambos (vd. Forster, 1982:47-8).

que era promotora do entendimento entre os povos (vd. Forster, 1982:64). No n.º 92 do *La Esperantisto*, Zamenhof opinou então sobre o que considerava ser uma religião filosófica pan-humana presente naquele jornal russo, aprovável pelos esperantistas por acelerar a irmandade entre os indivíduos e, noutra edição, publicou a tradução de uma carta de Tolstoi intitulada “Razão e crença”. Estas iniciativas de Zamenhof tiveram como consequência uma severa resposta da censura russa, visto Tolstoi ser uma pessoa suspeita das autoridades czaristas pela sua ideologia considerada revolucionária, desde que no início da década de 1880 publicara as suas ideias sobre o anarco-pacifismo cristão. A edição do *La Esperantisto* cessou ainda naquele ano, e só depois da Revolução de 1905 seria possível voltar a publicar em Esperanto na Rússia (vd. Forster, 1982:64-5; Eco, 1996:302).

Na Suécia, na cidade universitária de Uppsala, existia um grupo de Esperanto desde 1891. Como afirma Forster, o contexto do país foi favorável ao interesse pelo Esperanto: “Socialist, radical, and rationalist ideas became popular in intellectual circles, and later in the wider society. That initial support for Esperanto came from university town of Uppsala suggests some relationship between Esperanto and these currents of opinion” (1982:65). Tendo o *La Esperantisto* cessado, o grupo de Esperanto de Uppsala lançou em Dezembro de 1895 o novo jornal *Lingvo Internacia* (Língua Internacional), que em 1902 passou a ser editado na Hungria e finalmente em 1904 em França, onde teve continuidade. Este último país, onde existia desde 1898 a Société pour la Propagation de l’Ésperanto, com o seu órgão *L’Espérantiste*, passará a ser o centro do movimento organizado.

Em França o Esperanto será alvo do interesse de um universo de pessoas pertencentes à intelectualidade, à ciência, filosofia e academia, ao desenvolvimento e progresso sociais, e ainda aos círculos pacifistas. Desde logo surge a figura muito influente e activa de Louis de Beaufront (1855-1935), ele próprio dizendo-se autor do projecto de língua *Adjuvanto*, que abandonou ao tomar conhecimento da língua de Zamenhof. Em 1892 tinha publicado um livro sobre o Esperanto, foi responsável por um panfleto promocional em 1895, assim como fundador da Société pour la Propagation de l’Ésperanto, que dirigia, e respectivo órgão de que era editor – o *L’Espérantiste* era bilingue, ao contrário do *La Esperantisto* e do *Lingvo Internacia*, integralmente em Esperanto. A sua política de difusão do Esperanto diferiu substancialmente da de Zamenhof, cujo principal critério foi o conhecimento da língua. Os motivos práticos e científicos para a utilização do Esperanto dominavam a orientação de Beaufront, no sentido de mobilizar apoiantes reconhecidos nos círculos intelectuais e científicos, mesmo que não aprendessem a língua. Em 1900, num congresso da Association Française pour l’Avancement des Sciences, de Beaufront proferiu uma palestra sobre o Esperanto, escrita por Zamenhof. Como diz Forster: “Esperanto thus began to gain popularity among French intellectuals. The Positivist faith in intellectual and social evolution remained influential. In such a milieu the adoption of a language like Esperanto could be seen as a contribution to social evolution and the rationalisation of society” (Forster, 1982:78).

Em 1907 a Société contava com 2900 membros (tinha em 1904 alterado a denominação para Société Française pour la Propagation de l’Ésperanto), e existiam outros 91 grupos locais dos quais

apenas 11 estavam filiados na sociedade nacional. Carlo Bourlet, matemático, tinha conseguido a realização de cursos da língua no Touring-Club de France e uma secção esperantista nas suas publicações, para além de um contrato com a editora Hachette, que duraria até 1913, data da sua morte. A Hachette editou, entre outros títulos, traduções de Shakespeare (*Hamlet*), de Molière (*L'Avare*), de Leibniz, e a colectânea de histórias, artigos e poesia denominada *Fundamenta Krestomatio* de vários autores, que Zamenhof recomendou como modelo estilístico (Forster, 1982:79).

Veja-se sumariamente o perfil das principais figuras francesas naquele início de século. Emile Boirac (1851-1917), filósofo e autor de uma tese sobre Leibniz, foi reitor das Universidades de Grenoble e Dijon. Carlo Bourlet (1866-1913), matemático, presidiu ao Grupo de Esperanto de Paris, e em 1906 iniciou o periódico literário *La Revuo*; pelo seu interesse em Mecânica tinha contactos com a indústria de bicicletas e com o Touring-Club, como referido. Théophile Cart (1855-1931), linguista, ensinou Francês na Universidade de Uppsala, co-fundou a editora Presa Esperantisto Societo em 1904, assumiu em 1907 a direcção da publicação *Lingvo Internacia*, e era ainda vice-presidente da Société Linguistique de Paris. Louis Couturat (1868-1914), filósofo e matemático, “discípulo” de Leibniz, era interessado nas causas pacifistas e do arbítrio internacional. Emile Javal (1839-1907), oftalmologista, ao sofrer um processo de cegueira em 1900 interessou-se pelo Esperanto, pela potencialidade de difusão da literatura em Braille; tornou-se próximo de Zamenhof, também este oftalmologista. Alfred Michaux (1859-1937), advogado, autor de um léxico legal em Esperanto, também próximo de Zamenhof, teve um importante papel na organização do 1.º Congresso Universal em 1905. Hippolyte Sébert (1839-1930), general do exército francês, autoridade mundial em balística com publicações em Ciência Militar, era também presidente da Sociedade Francesa de Fotografia. René Lemaire, empresário, secretário da Société e do seu jornal. Gaston Moch, um oficial de artilharia que se tornou pacifista, fundou em 1905 o jornal pacifista *Espero Pacifista*. E por fim Léopold Leau, matemático, co-autor com Louis Couturat das obras publicadas pela Hachette em 1903 e 1907 sobre as línguas universais (já referidas no Capítulo 2.4 e que serão novamente aludidas adiante) (Forster, 1982:76-8).

Ainda antes do 1.º Congresso Universal que teve lugar em Boulogne-sur-Mer em 1905, tinha ocorrido em 1903 um encontro anglo-francês em Le Havre, uma vez que em Inglaterra o Esperanto começava a florescer. Foi o êxito deste evento que motivou o presidente do Grupo de Esperanto de Boulogne, A. Michaux, a propôr o Congresso na sua cidade, e que teve o apoio do Grupo de Paris, do Touring-Club de France, da Société Française pour la Propagation d'Espéranto e do próprio Zamenhof. Mais uma vez, o autor do Esperanto mostrou a sua intenção de criar uma Liga de Esperantistas, e delineou a sua organização. Contudo, a sua proposta foi acolhida com hostilidade por parte dos líderes franceses, e não logrou a divulgação por parte do *L'Espérantiste* nem do *Lingvo Internacia*; a razão, diz Forster, prendia-se com a existência de rivalidades pessoais entre aqueles, que,

perante o risco de eleição de um seu concorrente, prefeririam a existente autoridade de Zamenhof, ou nenhuma autoridade centralizada, como seria a da Liga¹⁴¹.

Zamenhof teria o desejo de abdicar da posição de liderança por outra razão além das já mencionadas: a dedicação ao projecto que veio a denominar de Homaranismo, e que seria uma religião universal. Este seu desígnio é já de certa forma perceptível no discurso inaugural do 1.º Congresso, e que constituiu outro ponto de discórdia com os representantes franceses. O texto do discurso foi revelado antecipadamente a A. Michaux, que o deu a conhecer a T. Cart, E. Javal, E. Boirac e H. Sébert, que tentaram persuadir o seu autor a omitir a parte final, uma oração (Forster, 1982:80-1 e 87).

O Congresso foi um marco fundamental no movimento, enquanto primeiro grande momento em que pessoas de várias origens linguísticas se encontraram e puderam de facto falar Esperanto entre si: 688 participantes, muitos deles tendo viajado juntos entre Paris e Boulogne numa atmosfera de entusiasmo, falando Esperanto e colocando autocolantes do Esperanto nas janelas do comboio, encontraram na cidade de destino a estrela verde colada em muitas janelas¹⁴².

O primeiro discurso de Zamenhof foi histórico, e o seu idealismo muito marcado foi tanto aplaudido como criticado. A análise das suas palavras, em registo bastante poético, torna claro que o Esperanto representa para Zamenhof simultaneamente um fortíssimo elo afectivo, e um “artefacto” com a virtude de unir os irmãos e irmãs da grande família humana mundial; dirigindo-se à assembleia, denomina aqueles primeiros apoiantes e falantes da língua de *samideanoj* (traduzível por co-idealistas ou correligionários), e aquele primeiro encontro como o nascimento de alguma coisa grande, que prenuncia um tempo futuro e completamente novo. O antiquíssimo desejo de um meio de comunicação universal é evocado:

for the first time the dream of thousands of years begins to be realised. In this small French seaside town have met men from the most varied countries and nations, and they met each other not as deaf-mutes, but they understand one another and speak one to another as brothers, as members of one nation (...) in our meeting there are no strong and weak nations, privileged and disprivileged, nobody is humiliated, nobody is embarrassed, we all stand on a neutral basis, we all have full and equal rights (...) Let us realise the full gravity of this day, because today within the hospitable walls of Boulogne-sur-Mer have met not Frenchmen with Englishmen, nor Russians with Poles, but men with men (cit. por Forster, 1982:83-4).

A conclusão do seu discurso suscitou as maiores contestações, em virtude de revelar um teor místico porque, não obstante sublinhar que não se sentia cidadão de nenhuma nação nem membro de

¹⁴¹ Assim: “de Beaufront argued in *L'Espérantiste* not only that the idea of a League was undesirable, but also that the Boulogne congress had no authority to form one” (Forster, 1982:81).

¹⁴² Forster (cf. 1982:69) explica que a estrela verde que se tornou o símbolo do Esperanto terá a seguinte origem: o verde surgiu primeiramente nas capas das primeiras edições de Zamenhof na Rússia, e a estrela nas capas das primeiras edições em França. Lapenna *et al.* (1974:415) dizem que este símbolo é aceite desde 1895.

nenhuma religião, e portanto naquele momento nenhuma dessas pertenças o definem, termina apelando a uma força moral exterior e maior. Então:

Soon will begin the work of our congress, dedicated to true brotherhood of men. In this solemn moment my heart is full of something indefinable and mysterious and I feel the desire to lighten my heart with prayer, to turn myself to some force on high and call upon its help and blessing. But just as at the moment I am not a member of any nation (...) [and] at this moment I do not belong to any national or partisan religion, but I am only a man. And at this moment only that high moral force stands before the eyes of my soul, and to this unknown force I turn with my prayer (cit. por Forster, 1982:84).

A oração, que tinha alarmado os dirigentes franceses e que estes tinham tentado evitar, foi proferida, e Zamenhof retirou apenas a última estrofe¹⁴³; mas, cuidaram de ocultar a origem judaica do autor do Esperanto, pois o “caso Dreyfus” era ainda recente, e parecia-lhes preocupante qualquer alusão ao idealismo judaico quando em Paris ainda eram visíveis forças xenófobas e anti-semitas. Mas a generalidade dos presentes aplaudiu com ardor as palavras de Zamenhof (vd. Forster, 1982:86-8).

Se a discussão da constituição de uma Liga não foi conclusiva, tendo sido agendada para o próximo Congresso, decidiu-se sobre a criação de uma Agência Central (Centra Officejo) a cargo de H. Sébert, efectivada em Paris em 1906. Deste primeiro encontro resultou também a Declaração de Boulogne, que Zamenhof discutira previamente com Bourlet e com o Grupo de Esperanto de Paris, e depois sujeita a ligeiras emendas no Congresso, sobre a “essência do esperantismo”, em parte destinada a informação para o exterior do movimento. A afirmação da mobilização de natureza puramente linguística é o traço mais significativo; a ausência de uma menção à promoção da paz mundial foi apontada por Leo Belmont, um poeta polaco, mas foi decidido que desse modo seria mais facilitado o reconhecimento oficial. As linhas mestras recobrem as seguintes assunções:

1. o esperantismo é o esforço de disseminação mundial da utilização de uma língua neutra que, não pretendendo interferir na vida das populações nem substituir as línguas nacionais, proporcionaria às pessoas de diversas nações a possibilidade de mútuo entendimento, poderia ser um recurso de manutenção de paz em instituições públicas dos países onde existe conflito linguístico, e seria uma língua de publicação das obras que sejam de interesse para todos os povos. Qualquer outra ideia ou desígnio fomentados por qualquer esperantista sobre o esperantismo será um assunto exclusivamente pessoal pelo qual o esperantismo não é responsável;
2. porque nenhum investigador actualmente duvida que a língua internacional não deva ser uma língua *artificial*, e porque as numerosas tentativas realizadas nos dois últimos séculos

¹⁴³ “Together brothers, join hands,/ Forward with peaceful armour!/ Christians, Jews or Mahometans/ We are all children of God. / Let us always be mindful of the good of humanity/ And despite obstacles, without standing still/ Let us pursue tenaciously the goal of brotherhood/ Forward, without end!” (cit. por Forster, 1982:87).

apresentaram unicamente projectos teóricos, e apenas uma única língua, o Esperanto, demonstrou efectivamente uma forma definitiva, inteiramente testada em todos os aspectos, perfeitamente viável e globalmente adequada, os adeptos da ideia de uma língua internacional, conscientes de que as disputas teóricas são inúteis e os objectivos só se atingem mediante trabalho prático, há muito tempo se reuniram em torno do Esperanto, trabalhando pela sua disseminação e enriquecimento literário;

3. porque o autor do Esperanto renunciou a quaisquer direitos de propriedade intelectual, a língua não é propriedade de ninguém, nem material nem moralmente; qualquer pessoa pode publicar em e sobre o Esperanto e utilizar a língua como entender;
4. o Esperanto não possui legislador nem está dependente de nenhum indivíduo. Quaisquer opiniões ou obras do seu autor, como de qualquer outro esperantista, são de carácter pessoal. O único princípio de carácter obrigatório é a publicação *Fundamento de Esperanto*, de 1905, que ninguém tem o direito de modificar. Para assegurar a unidade linguística é recomendada a reprodução do estilo do autor do Esperanto;
5. o esperantista é qualquer pessoa que conhece e utiliza a língua Esperanto, independentemente dos objectivos subjacentes. A participação numa organização esperantista é recomendada, mas não forçosa (vd. Forster, 1982:89-91).

Finalmente, estabeleceu-se em Boulogne-sur-Mer também o Comité Linguístico (Lingva Komitato), com a capacidade de promover “melhoramentos” limitados às alterações permitidas pelo *Fundamento*, *i.e.*, perante a impossibilidade de fazer mudanças estruturais ou remover ou alterar formas existentes, podia propôr formas novas a usar em paralelo com as antigas. Tal como uma língua natural, o Esperanto transformar-se-ia mediante arcaísmos e neologismos, ou seja, por evolução, e não por revolução. Este Comité foi eleito numa base provisória com a constituição de 68 membros e de modo um pouco aleatório, sem que o critério da proficiência linguística fosse primordial, e era presidido por E. Boirac. Seria formalizado em definitivo em 1906, no Congresso Universal de Génève (vd. Forster, 1982:112, 119 e 148 e Lapenna *et al.*, 1974:53-4).

O idealismo de Zamenhof ia para além do papel atribuído a uma língua mundial; na sua perspectivação, uma comunidade de língua não constituiria instrumento suficiente na destruição das barreiras existentes entre grupos, antes teria que ser adjuvada por uma religião universal de base humanista secular. A sua inspiração foram os princípios de fraternidade, igualdade e justiça defendidos pelo rabi e erudito Hillel, o Ancião, contemporâneo de Herodes (cf. Janton, 1973:31; Franzco, 2007:282; Stavans, 2009; Grzybowski, 2010:188). A primeira publicação sobre o tema foi em Russo e data de 1901, sob um pseudónimo, e designava-se *Hillelismo*. Os ensinamentos do Ancião pareceram a Zamenhof importantes para a solução da questão dos Judeus, que deviam utilizar o Esperanto, e chegou a referir o desejo do estabelecimento de uma colónia onde se cultivassem simultaneamente o Esperanto e o Hillelismo. Depois do 1.º Congresso discutiu as suas ideias com o

seu amigo E. Javal, também oftalmologista e também judeu, que não mostrou antipatia, antes reserva pelo seu êxito num ambiente como o de França, que na sua maioria se dividia entre o Catolicismo e o ateísmo. Em 1906 publicou *Dogmas do Hillelismo*, anonimamente, no jornal *Ruslanda Esperantisto*. Aludiu ao próprio Congresso de Boulogne como demonstração da exequibilidade dos princípios hillelistas, que deviam contudo ser distinguidos do Esperanto, e propunha uma religião neutra para a humanidade, que sem se substituir a nenhuma crença, permitisse a comunicação entre as pessoas de todas as línguas e religiões¹⁴⁴. Deste modo, “Equalisation of all languages and religions would, according to the Dogmas, eliminate the cause of all war and unrest between peoples, and the Hillelist could not condone the persecution of a minority” (Forster, 1982:93). No mesmo ano, uma versão mais completa foi depois publicada em São Petersburgo, em Russo e em Esperanto, mas denominada *Homaranismo*, palavra esperantista que pode ser traduzida como “filosofia da comunidade humana” (vd. Forster, 1982:91-4). Homaranismo designa uma religião comum da humanidade, e como diz Franzco (2007:282) aspirava a “um sistema neutral de ética e práticas” aceitável por todas as pessoas, que simultaneamente permitisse as diferenças teológicas e filosóficas privadas.

Louis de Beaufront, de educação jesuíta e anti-Dreyfus, já tinha escrito no *L’Espérantiste* em 1906 que discordava de quaisquer ligações ideológicas ao Esperanto: “politics or religion should never, never be mentioned in the meetings of our groups (...) Let us leave our parties, religions and politics at the door of the group” (cit. por Forster, 1982:94). O surgimento do Homaranismo intensificou a sua posição, subinhando que “o Esperanto é apenas uma língua”, e evitando a sua conotação com o pacifismo, pelo risco de não ser bem visto pela classe política (cf. Forster, 1982:75-6 e 94 e Lapenna *et al.*, 1974:416). Parecia haver consenso sobre a atribuição da autoria do Homaranismo a Zamenhof, e também sobre o receio de o tema surgir no congresso seguinte, em Génève. Tal não ocorreu. O discurso inaugural de Zamenhof iniciou-se, de qualquer modo, com um tema pouco pacífico e de carácter político: a situação da Polónia. A intenção foi a de referir que os conflitos étnicos se desenrolam acima de tudo por falta de conhecimento “do outro”, que resulta da falta de comunicação. Não se trata de uma crença *naïf* de que o Esperanto transformará as pessoas, diz Zamenhof, mas do papel de uma base neutral de comunicação e conhecimento. O papel do esperantista, para ser maximizado, deve pois ser clarificado, isto é, ver para além da aplicabilidade prática do Esperanto, reconhecida na Declaração de Boulogne. Refere-se à componente idealista presente na “ideia intrínseca” (interna ideo) do Esperanto, definível como “fraternidade e justiça entre todos os povos”.

¹⁴⁴ Os princípios de igualdade contidos no Hillelismo mostravam uma preocupação do autor com a conceptualização de nação, em questões tão fundamentais como a designação do próprio país. Assim, concebendo um país como pertença igual de todos os seus habitantes, e não apenas de um grupo étnico, religioso ou linguístico, afirma que não deve ter um nome “étnico” (ver a Suíça: tem um nome etnicamente neutro). O Hillelista é um humanista para quem todos os povos têm igual valor (vd. Forster, 1982:92-3).

Sugerindo que a interpretação idealista do Esperanto era opcional para os esperantistas, não deixou de manifestar o seu apoio a essa opção voluntária (cit. por Forster, 1982:98):

Everybody who uses Esperanto or works for it is an Esperantist, and every Esperantist has full right to see in Esperanto just a language, a simple, cold tool of international comprehension, like shipping signals only more perfect. Such Esperantists will most likely not come to our congresses or will come to them only for the purpose of research or practice, or for cold discussion of purely academic and linguistic matters (...) But those Esperantists who belong to our cause not with their head, but with their heart will before everything feel and like in Esperanto its inner ideas; they will not be afraid that the world will mockingly name them utopians and that national chauvinists will even attack their ideals as if they were a crime.

Zamenhof transferiu o seu entusiasmo de um idealismo religioso para uma interpretação idealista secular do Esperanto, e distingue uma visão exotérica e pública de outra esotérica e privada, considerando que a “ideia intrínseca” seria a mais adequada para os congressos. Os limites de influência da “ideia intrínseca” eram as relações étnicas, que Zamenhof não considerava do domínio político. Aqui reside uma questão fundamental desde sempre no movimento do Esperanto: a neutralidade quanto a política e religião. Neste congresso de Genève, H. Sébert propôs uma Declaração de Neutralidade dos Congressos de Esperanto, sendo que nos seus programas oficiais não seriam discutidas questões políticas, religiosas ou sociais. Ficou assim acordado que quaisquer interpretações orientadas política ou religiosamente seriam conduzidas em encontros especializados, e este princípio foi mantido desde então, ocorrendo sessões paralelas dos grupos especializados, fora do programa oficial¹⁴⁵ (vd. Forster, 1982:98-9).

O 3.º Congresso decorreu em Cambridge em 1907, e Zamenhof teve oportunidade de reiterar o significado destes encontros (cit. por Forster, 1982:99-101):

Just as the ancient Hebrews met three times a year in Jerusalem, to invigorate in themselves love for the monotheistic idea (...) we meet every year in the capital of Esperanto-land, in order to invigorate in ourselves love for the Esperantistic idea (...) Little by little Esperanto-land will become a school for future brotherly humanity, and in this will consist the most important merits of our congresses. Long live Esperanto, but above all long live the goal and inner idea of Esperantism, the brotherhood of the peoples, everything which breaks down the walls between ethnic groups; may the green standard live, grow and flourish!

Em Londres Zamenhof realizou outro discurso, a convite da Guildhall, tendo tido oportunidade de abordar as relações entre o Esperanto e o patriotismo. Sublinhou a ideia da unidade na diversidade,

¹⁴⁵ Assim: “The specialisms represented at Geneva were journalists, educationists, socialists, Freemasons, Catholics, Protestants, pacifists, seamen, officers, Red Cross, lawyers, businessmen, teetotalers [abstémios], doctors and pharmacists, musicians, chess players, stenographers, scientists” (Forster, 1982:99).

sendo que os esperantistas procuravam apenas a criação de pontes entre as nações, sem pretender qualquer interferência em questões nacionais internas. Veja-se como neste contexto Zamenhof preferiu evocar as relações entre nações e não entre grupos étnicos no interior das nações (como tinha feito a respeito da Polónia) (cf. Forster, 1982:101-2).

Até 1912 Zamenhof continuou a realizar os discursos inaugurais dos congressos anuais, ano em que terminou a sua liderança formal do movimento, e pôde dedicar-se ao projecto do Homaranismo, que foi uma fonte maior de desentendimento dentro do movimento. Em 1913 fez uma publicação semelhante à de 1906, mas agora assinada, e com algumas alterações. Em 1914 planeava a realização de um encontro num grupo especializado no Congresso Universal, agendado para Paris, mas foi dissuadido pelos organizadores do evento; a sua intenção foi então a de tentar organizar, com simpatizantes aí presentes, um congresso de Homaranismo. De qualquer modo a 1.ª Guerra teve início na data coincidente com a do Congresso, que não pôde realizar-se. A Guerra fortaleceu em Zamenhof as suas convicções, e tentou várias vezes organizar o seu Congresso na Suíça, que era sempre adiado porque o conflito bélico continuava. Em 1915 publicou em três periódicos esperantistas o artigo “Depois da Grande Guerra: um apelo aos diplomatas”. Afirmava que não seria suficiente redesenhar o mapa da Europa se não houvesse declarações oficiais da pertença moral e material dos países à totalidade dos seus habitantes, que têm todos o direito de falar a sua língua e praticar a sua religião de eleição; ainda, depois da Guerra um Tribunal Europeu deveria ser estabelecido, por acordo entre os Estados europeus, com a incumbência de julgar quaisquer injustiças. Por fim, reiterou a importância de os países deterem denominações geograficamente neutras, e não derivadas de um grupo étnico. Vemos aqui não apenas o desígnio vanguardista de uma instância penal de âmbito europeu, como também os princípios de igualdade de direitos do multiculturalismo.

Já em 1911, Zamenhof se tinha feito representar no Congresso Universal das Raças em Londres, um evento apoiado por muitos líderes políticos e por académicos, cujo objectivo era a discussão das relações entre brancos e “raças de cor”, por forma a promover a compreensão, sentimentos de amizade e cooperação. A contribuição enviada por Zamenhof intitulava-se “Grupos étnicos e a língua internacional”, e argumentava que a inimizade entre grupos não se deve a factores políticos e económicos, nem a factores geográficos, físicos e psicológicos, sendo as verdadeiras causas a diversidade linguística e religiosa. Com referências breves e cautelosas a uma religião universal, sublinhou a necessidade de uma língua mundial para a eliminação do ódio entre povos. Neste Congresso, o sociólogo mais referido pelos seus conceitos relacionados de comunidade e sociedade, Ferdinand Tönnies (1855-1936)¹⁴⁶, defendeu as virtudes das línguas maternas, associando a sua

¹⁴⁶ Na sua obra *Comunidade e Sociedade (Gemeinschaft und Gesellschaft, 1887)* fala da comunidade como “dotada de vida real e orgânica”, e da sociedade como “construção ideal e mecânica”. Diz: “toda a convivência íntima, familiar, exclusivista (...) entende-se como vida em comunidade. A sociedade é o espaço público, é o mundo. Desde o nascimento que se está em comunidade com os seus, na felicidade como na dor.

“naturalidade” ao afecto e intimidade da relação entre filho e mãe por oposição ao carácter racional e artificial de um meio de comunicação construído deliberadamente; assim, manifestou-se a desfavor do Esperanto, e propenso à aceitação de uma versão modificada do Latim como língua mundial (Forster, 1982:102-3 e 349-50, nota 10 incluída; Franzco, 2007:282).

Temos visto uma constante medição de forças entre Zamenhof e os dirigentes franceses, especialmente patente nos Congressos. Se os pioneiros russos mantinham desconfiança relativamente aos poderes políticos, os pioneiros franceses, pelo contrário, e devido à presença em França de correntes progressistas no espectro político, acalentavam o reconhecimento público do Esperanto. Assim, e em especial de Beaufront, procurou apoio junto de indivíduos influentes, o que requeria uma imagem “respeitável” da língua. Deste modo, verificava-se reiteradamente um desentendimento, como diz Forster: “the clash between the bureaucrats and Zamenhof, the enthusiastic founder-ideologue, was evident behind the scenes of the first two world congresses” (1982:104). Contudo, os desentendimentos viriam a agravar-se, com a questão que ficou conhecida como “a cisão do Ido”.

No contexto da Exposição de Paris de 1900, e do crescente número de congressos internacionais sobre uma língua mundial, o matemático Leopold Leau e o leibniziano Louis Couturat discutiam o assunto teorica e cientificamente, e ambos reconheciam já o lugar do Esperanto, mas mantinham uma visão crítica da língua. Criaram a *Délégation pour l’Adoption d’une Langue Auxiliaire Internationale*, que esperavam que pudesse ter o apoio da recém-formada *International Association of Academies*, ela própria uma ideia de Leibniz; em Janeiro de 1901 um grupo de cientistas reuniu-se, acordando que a língua auxiliar e internacional não deveria ser uma das línguas nacionais, que deveria ser apta para as relações sociais em geral, para o comércio e para a ciência e a filosofia, e finalmente, de fácil aprendizagem por indivíduos com educação elementar, especialmente de origem europeia. Se o apoio da *International Association of Academies* não fosse logrado, a *Délégation* criaria um comité, e na sequência de uma hipotética aprovação de uma língua, seria criada uma sociedade para a sua difusão (cf. Forster, 1982:112-3). Couturat e Leau iniciaram uma vasta investigação dos projectos de língua mundial já idealizados e realizaram um estudo comparado, *Histoire de la Langue Universelle*, de 1903, e o suplemento de 1907, intitulado *Les Nouvelles Langues Internationales*. No primeiro volume o Esperanto foi avaliado muito favoravelmente pelos autores, carecendo na sua perspectiva, contudo, de algumas modificações; por sua vez, os projectos Neo-latinos foram considerados muito elitistas e irregulares. No volume seguinte, e tendo havido mais desenvolvimentos na história do Esperanto, os autores discordaram das reformas que Zamenhof propusera em 1894, e a Declaração de Boulogne foi criticada pela sua atitude de rigidez perante reformas na língua. Couturat e Leau redigiram um relatório cujo conteúdo principal afirmava que, embora alguns projectos Neo-latinos – como o *Idiom Neutral*, elaborado por ex-volapükistas como referido no Capítulo 2.4 – apresentasse características

É-se lançado na sociedade como em terra estranha (...) [Existem] comunidade de língua, de costumes, de fé; mas sociedades financeiras, de viagens, de ciências” (em Braga da Cruz, 1989:511-2).

desejáveis, carecia contudo da flexibilidade providenciada pelo Esperanto, que tinha a vantagem também de estar já difundido e ser praticado. As modificações que propunham iam ao encontro da maioria das características já anteriormente objectadas por outros críticos (vd. nota 139 neste texto), a que acrescia a desejabilidade de uma regularidade do sistema de derivação, que Couturat pretendia que se realizasse através de princípios de lógica gramatical inspirados em Leibniz (Forster, 1982:113-5)¹⁴⁷.

Inicialmente a Délégation recolheu apoio de muitos intelectuais e organizações (1250 membros de academias e faculdades e 310 organizações), que em grande parte não acompanharam os desenvolvimentos posteriores. A Délégation submeteu então o relatório à International Association of Academies, no encontro de Maio de 1907 em Viena, mas esta assumiu-se incompetente para a avaliação pedida, sugerindo que um trabalho empírico seria mais apropriado que aquele de carácter teórico. Deste modo, a Délégation constituiu o seu próprio comité por votação (253 eleitores entre 331 membros), elegendo 12 representantes. As decisões finais foram tomadas pelo Comité que reuniu durante 10 dias no Collège de France em Paris, em Outubro de 1907, sendo que a meio deste período foram co-optados Giuseppe Peano (que trabalhava no projecto *Latino sine Flexione*) e os próprios Couturat e Leau (cf. Forster, 1982:115-7)¹⁴⁸.

Tal como afirmado no prefácio do *Fundamento de Esperanto*, esta publicação de 1905 significava para o seu autor o garante da unidade da língua, e não poderia sofrer modificações, salvo a excepção futura de o Esperanto ser oficial e consensualmente aceite por vários governos que mediante uma comissão de autoridade procedessem a alterações, se de facto se mostrarem necessárias¹⁴⁹. O Comité Linguístico esperantista, que na análise de Forster se revestia de um certo amadorismo, era o único dispositivo passível de lidar com as pressões externas dos círculos intelectuais franceses (*idem*:111-2).

No momento em que a Délégation constituiu o seu Comité, o movimento do Esperanto tinha avançado, isto é, já tinham decorrido Congressos Universais de Esperanto, especialmente o primeiro, em que tinha sido expressa a aliança com o *Fundamento*. Ainda que imperasse o conservadorismo

¹⁴⁷ Ver *Conclusions du rapport sur l'état présent de la question de la langue internationale*, 1910, e *Étude sur la Dérivation en Espéranto* de 1907, cit. por Forster, 1982:114, notas 18 e 19 incluídas.

¹⁴⁸ Os 12 eleitos inicialmente eram professores das várias áreas de conhecimento, reitores, membros de academias científicas, o presidente do Comité Internacional de Pesos e Medidas, o Nobel da Química W. Ostwald, e mais ligados à Linguística Emile Boirac, O. Jespersen e J. Baudouin de Courtenay. Os países representados eram França, Áustria, Dinamarca, Bélgica, Rússia, Alemanha, Grécia, Hungria, Peru e EUA.

¹⁴⁹ Zamenhof escreve no referido prefácio: “When our language has been officially accepted by the *governments* of the most important nations and such nations by a special *law* guarantee to Esperanto certain life and use, and full safety against all personal whims or disputes, then an authoritative committee, elected by agreement by such governments, will have the right to make, once and for all, all changes desired in the foundation of the language, *if* such changes show themselves to be necessary; but *until this time* the foundation of Esperanto must most strictly remain absolutely unchanged, because severe untouchability of our foundation is the most important cause of our progress up to now, and the most important condition for our regular and peaceful future progress” (cit. por Forster, 1982:111).

linguístico de Boulogne, havia discussões sobre a realização de reformas, objecto de pressão sobre o próprio Zamenhof, nomeadamente em 1906, nas pessoas de E. Javal e C. Lemaire. Zamenhof ainda avançou com propostas a E. Boirac, presidente do Comité Linguístico, que as desaprovou (versavam nomes compostos, facilitação das concordâncias adjectivais e das palavras correlativas, por exemplo), mas acabou por reconsiderar e desistir daquelas propostas. As vozes reformistas no movimento faziam-se ouvir, como a de Lemaire, que iniciou uma propaganda reformista no *La Belga Sonorilo*, ou outras, que se voltaram para a Délégation; porém, o falecimento de Javal em 1907 veio libertar Zamenhof de uma dessas fontes de pressão directa (vd. Forster, 1982:117-9).

Mais uma vez Zamenhof avança e recua na questão das reformas do Esperanto: em Setembro de 1906 escreve a Couturat dando a sua aprovação à Délégation, mas posteriormente duvidará da sua autoridade. C. Bourlet e T. Cart, dois fundamentalistas na questão das reformas, manifestaram receio, pois estavam ambos ligados à publicação em Esperanto, respectivamente a Hachette e a Presa Esperanto Societo (vd. Forster, 1982:120). Bourlet comentou (em *La Revuo*, Abril de 1907) o estudo de Couturat publicado naquele ano sobre a derivação em Esperanto, dizendo que tornando-se muito precisa, a língua corria o risco de se tornar muito rígida. T. Cart argumentava (na *Lingvo Internacia*, Maio de 1907, vd. Forster, 1982:121) que a unidade era um factor mais importante que a perfeição; no mesmo jornal, em Novembro de 1908 (cf. *idem*), mostraria a sua afeição pelo Esperanto na sua forma existente, referindo-se-lhe como “a querida língua” (la kara lingvo).

Couturat tinha escrito a Zamenhof em Janeiro assegurando-lhe que o Esperanto nada tinha a recear da Délégation, e que seria inconcebível que qualquer outra língua fosse adoptada, sendo contudo imprevisível que fosse aprovada sem reservas ou mediante sugestão de melhorias. Couturat desejou manter a proximidade com o autor do Esperanto, pois dando-lhe a saber que concordava com alterações aos neologismos, assegurou-lhe que lhas daria a conhecer em primeira mão; e é assim que, a conselho de Zamenhof, E. Boirac integra o Comité da Délégation. Apesar das questões que os dividiram sobre o Homaranismo, Zamenhof escolheu Louis de Beaufront para seu representante, eventualmente pela sua proficiência em casuística, que adquiriu com a sua educação Jesuíta e a que já recorrera em vários momentos para a defesa do Esperanto. Em Outubro de 1907 o Comité reúne para a tomada de decisões. Todos os projectos *a priori* foram considerados insatisfatórios, e os Neo-latinos também foram rejeitados, especialmente por causa das irregularidades. O Esperanto foi longamente discutido, contudo, a atenção recaiu sobre um projecto anónimo denominado Ido, claramente baseado no Esperanto – aliás, Ido significa “descendente” naquela língua -, mas, modificado exactamente nas questões nas quais o Esperanto vinha sendo criticado¹⁵⁰. Por essa razão, obteve a aprovação generalizada do Comité. Por fim, o Comité (através da Comissão Permanente) concordou em aceitar o Esperanto tendo em consideração a sua “relativa perfeição” e a sua já vasta aplicação prática, mas

¹⁵⁰ Concordância adjectival, caso acusativo, consoantes novas, as palavras correlativas e o sistema de derivação.

propondo algumas modificações nas linhas do Ido e das propostas de Couturat e Leau, esperando a concordância do Comité Linguístico Esperantista (vd. Forster, 1982:122-3).

Publicamente Zamenhof não realizou muitos comentários, mas na sua correspondência pessoal mostra-se afectado pelo facto de que o trabalho e dedicação de tantas pessoas possa ser posto em causa por um pequeno grupo do exterior que, apesar da sua notoriedade pública, nada fez pelo Esperanto e não tem autoridade para interferir em matéria de língua internacional (carta a G. Moch de 28 de Outubro, cit. por Forster, p. 123); considera, contudo, que poderá haver conversações, sendo mais legítimo que a Comissão Permanente da Délégation se junte ao Comité Linguístico esperantista, para que as reformas sejam realizadas dentro das instituições do Esperanto. A questão da autoridade para a realização das reformas era discutida em ambos os lados. Entretanto, o Comité Linguístico esperantista votava as propostas da Délégation no início de 1908, sem unanimidade, mas com uma grande maioria rejeitando as negociações e as reformas propostas. Zamenhof sugere algumas alterações ao presidente da Comissão Permanente da Délégation, W. Ostwald, que as considerou muito limitadas. Finalmente Zamenhof declarou que as negociações estavam fechadas, e publicou uma circular em vários jornais esperantistas afirmando que o direito à realização de alterações era devido apenas aos esperantistas e que a unidade era essencial (vd. Forster, 1982:126-7). E. Boirac envia uma carta a W. Ostwald lamentando o fim das negociações, e dizendo em termos positivistas e durkheimianos que o Esperanto já é “um facto social”:

The duty of solidarity and linguistic loyalty are, to us, a direct consequence of the very idea of language (...)
According to us, Esperanto is an already existing language, living, similar in this respect to natural and national languages, English, French, German, etc.; consequently it is like them a *fact*, even a social fact, which will evolve, like all social facts, by the action of humanity for the most part on its own initiative, whose life it makes possible in the same way (carta de 18 de Janeiro de 1908, cit. por Forster, 1982:126).

A Comissão Permanente da Délégation examinou então o projecto anónimo Ido, iniciou a publicação *Progreso*, onde se actualizavam as discussões linguísticas, e constituiu a sociedade promocional Unio di l'Amiki di la Linguo Internaciona (União dos Amigos da Língua Internacional). A denominação da “nova” língua estava por atribuir, e Couturat pediu permissão a Zamenhof para usar “Esperanto Simplificado”, mas viu o seu pedido recusado. A nova língua foi consideravelmente desenvolvida a partir do projecto Ido, e acabou por conservar essa designação. Em Maio desse ano surgiria no *L'Esperantiste*, confirmando muitas suspeitas entre os esperantistas, uma declaração de Louis de Beaufront assumindo a autoria do projecto Ido (afirmando contudo que nunca desejou ser um projecto rival, mas, proteger o Esperanto da pura rejeição pela Délégation). O *L'Esperantiste*, que sobreviveu até à 1.ª Guerra, passou gradualmente a ser redigido em Ido, assim como o *Belga Sonorilo* que começou a trazer o subtítulo “Jornal bi-mensal dos esperantistas livres” (vd. Forster, 1982:127-30). Diz Forster (1982:130): “During this period some french local groups

associated with Ido still called themselves ‘Esperanto’ groups. Thus, the view of many French converters to Ido, including de Beaufront, was that there ought not to be polarisation: Ido represented a direct continuity with the Esperanto tradition”.

Estimativas sobre a adesão de esperantistas ao Ido apontam para 3 a 4 %, com mais incidência nas figuras de liderança (das quais terão aderido 20 a 25%), e também nos esperantistas belgas por via da influência de C. Lemaire¹⁵¹. A maioria dos esperantistas, porém, estava menos interessada nas questões linguísticas que nas relações internas à comunidade de falantes, que não tinha qualquer homologia nas organizações idistas (cf. Forster, 1982:130-1).

Até à sua morte em 1914, Couturat dirigiu o movimento do Ido, que não logrou uma dimensão comparável à do Esperanto, conquanto realizasse congressos, literatura, dicionários e uma Academia. Além disso, depois da 1.ª Guerra, apenas o Esperanto recuperou a sua vitalidade (cf. Jordan, 1987). Couturat era considerado muito autoritário dentro do movimento, e terá havido contestação interna à sua liderança autocrática. Situações simétricas ocorriam nos dois movimentos: “Whereas the Esperanto movement was again ‘purged’ of reformers by the Ido schism, and its control over fissiparous tendencies was now greater than ever, the opposite applied to Ido. As a schismatic movement of reformers, the Idists were themselves fissiparous” (Forster, 1982:133). Assim, Forster (1982:135) também afirma que “As a result of the schism the Esperantists intensified their existing conservatism on the matter of language”¹⁵².

A excessiva preocupação de perfeição linguística não permitiu que o Ido se expandisse: O. Jespersen abandonou o Ido e em 1928 produziu o seu projecto *Novial*. W. Ostwald permaneceu, embora tenha durante a 1.ª Guerra elaborado o projecto *Weltdeutsch*. G. Peano continuou o seu projecto pessoal e criou a sua Academia. Outros idistas criaram outros tantos projectos, como o *Occidental* de Wahl e o *Romanal* de A. Michaux (Forster, 1982:134). A assumida vertente positivista dos Idistas – afirmam no 1.º Congresso em 1921, em Viena, que a sua posição central é “Razão e Ciência” – manifesta-se na ligação e proximidade aos eventos da vanguarda científica e tecnológica como a rádio, o telefone e a aviação. Como consequência destes posicionamentos, Forster diz que: “linguistic discussion has reached a high level of sophistication, but little interest has been shown in the expressive aspects of the Idist speech community, or in creative literary writing in Ido” (*idem*).

¹⁵¹ A fonte é *Historio de la Lingvo Esperanto* (2 volumes, de 1923 e de 1927) de Edmond Privat.

¹⁵² Em 1925 a IALA dirige aos esperantistas um convite para cooperação, mas uma reunião no Congresso Universal de Esperanto não teve resultados. Em 1927 T. Jung, editor do *Heroldo de Esperanto*, iniciou a coluna “Nós e os outros”, sugerindo cooperação com outros projectos, promovendo-se o Esperanto, mas devendo-se considerar melhorias teóricas. Recebeu cartas inflamadas, e a acusação de “sacrilégio” por parte da revista *Konkordo*. Em 1930, através de O. Jespersen, convocou-se uma reunião de linguistas na IALA, e fundou-se um periódico; alguns esperantistas associaram-se mas não houve qualquer apoio oficial do movimento do Esperanto (Forster, 1982:137). A IALA criou duas décadas depois a neo-latina *Interlingua*.

Forster explica que há na historiografia do Esperanto várias tentativas de explicação deste episódio de cisão, que foi muito significativo no movimento e no universo da língua internacional. A argumentação esgrimida por cada um dos lados não permite uma explicação satisfatória, nem histórica nem sociológica, coincidindo ambos nas acusações de arrogância e arbitrariedade. Por isso, o autor julga que a chave reside na questão de quem detém autoridade legítima para realizar alterações (cf. Forster, 1982:137-9). O Esperanto foi apoiado na sua maioria mais pelo indivíduo comum e entusiasta amador, do que por linguistas profissionais e outros intelectuais; Boirac, Bourlet, Cart e Sébert, embora pertencentes a esta segunda categoria de apoiantes, fizeram-no nos próprios termos do movimento, ou seja, valorizando mais a prática que a teoria. Por seu turno, a Délégation, assumindo um positivismo estritamente racional, não conseguia conceber a autoridade de um grupo de esperantistas marcado pelo amadorismo, não apenas na estruturação do Comité Linguístico esperantista, como pelo próprio método de construção da língua, insuficientemente racional. Assim:

Zamenhof appears to have been a Positivist of sorts, and his religious views were almost certainly influenced by Comte; but, unlike the Delegation, he had regarded sociological factors as more important than abstract logical principles, right from the first publication of the language. Boirac shared the same view, drawing the analogy between Esperanto and other living languages, and arguing that Esperanto was a social fact. Couturat made his contempt for this view of Esperanto very plain (Forster, 1982:141).

Vários autores referem a importância de outras línguas planeadas para o êxito do próprio Esperanto (cf. Janton, 1973:21; Forster, 1982, 47-8; Jordan, 1987). Aliás, o próprio Zamenhof reconheceu em Schleyer o verdadeiro progenitor do movimento por uma língua internacional, pois ao contrário dos interlinguistas que o antecederam, e até seus sucessores, esforçou-se por conceder um alicerce social à sua língua (vd. Janton, 1973:21; Auld, 1992:109). Jordan resume o contributo das duas línguas que, tendo interagido com o Esperanto, se tornam adjuvantes no desenvolvimento e consolidação do seu movimento, tendo sido aliás os únicos competidores pois foram as únicas que assumiram vertente oral:

Esperanto might not have succeeded without the Volapük and Ido movements. Volapük poured defectors into Esperanto and warned the Esperantists against both reformism and personality cults. Ido probably drew reformists out of Esperanto, leaving the movement loyalists it required. Without Volapük to set the stage and Ido to draw away perfectionists, Esperanto might have collapsed (Jordan, 1987).

A criação de instituições linguísticas advém da necessidade de sancionar a forma tradicional da língua através de uma estrutura legítima; contudo, o Comité Linguístico constituído em 1906 não era formalmente independente e imparcial, uma vez que a autoridade permanecia com Zamenhof, como se vê no relatório redigido por E. Boirac: “The Language Committee received its entire power from the hands of Dr. Zamenhof himself: thus it does not legislate at all, but only presents its opinion to the Master (Majstro) who alone decides” (em *Lingvo Internacia*, 15 Outubro de 1906, cit. por Forster,

1982:148). O episódio da cisão teve o efeito de gerar preocupação com o funcionamento das organizações esperantistas, nomeadamente o Comité Linguístico. Boirac propôs a formação de uma Academia que ficou definitivamente constituída em 1908. Zamenhof renuncia assim a uma área da autoridade carismática que lhe era reconhecida em matérias linguísticas; um sinal dessa transferência de autoridade foi o fim da coluna “Lingvaj Respondoj” (resposta a questões gramaticais) que Zamenhof tinha no *La Revuo*, para esclarecimento das questões colocadas pelos leitores (apesar de ter sido retomada em 1910 a pedido do Comité Linguístico) (vd. Forster, 1982:145 e 148-9). A Academia teria autoridade nas questões relacionadas com as regras quer para a escolha de novas raízes quer para a derivação, sendo que alterações mais fundamentais não estavam contempladas; resolvia-se deste modo a questão das reformas mais profundas na língua, pois como diz Forster, a Academia representava a institucionalização da autoridade linguística de Zamenhof (cf. 1982:150 e 166). Assim:

these [the Language Committee and its Academy] represented the institutionalisation of Zamenhof's authority, rather than any threat to it. They were largely concerned with the exegesis of Zamenhof's work, which had already been declared untouchable (...) A strong affective tie existed between the Esperantist “people”, their “founder”, and their language. A corresponding negative affective reaction was displayed towards schismatics (Forster, 1982:166).

A percepção da limitada legitimidade do Comité Linguístico face aos desafios colocados pela Délégation foi um dos motivos que levou um pequeno grupo de esperantistas a propôr a criação de uma organização internacional para o movimento - respondendo aliás a uma discussão já iniciada por Zamenhof desde o 1.º Congresso. O empreendimento é essencialmente protagonizado pelo suíço Hector Hodler (1887-1920) em 1907, e defendido no jornal suíço *Esperanto*. As origens dessa organização foram duas iniciativas propostas no 2.º Congresso, uma de A. Carles, que introduz a ideia de consulados que auxiliem viajantes e providenciem informações sobre comércio e outros assuntos, e a outra de T. Rousseau, que propõe a constituição de escritórios em várias cidades. Em 1907 já existiam 200 consulados, e a informação sobre os escritórios e os consulados era disponibilizada no periódico *Esperanto*. H. Hodler começou então a advogar o desenvolvimento de uma organização formal dos esperantistas de todo o mundo, argumentando, na edição de Dezembro, a importância de uma fonte legítima de autoridade do movimento: seria um desenvolvimento do sistema de consulados já existente, e constituiria uma aplicação prática do Esperanto através de serviços internacionais, permitindo simultaneamente a criação de elos de solidariedade entre os membros. Em 1908 surge a designação Associação Universal de Esperanto (Universala Esperanto Asocio, UEA), e nessa data já onze grupos tinham eleito os seus delegados (designação que substituiu a de cônsules), visando aprovação no Congresso Universal em Dresden. Finalmente as invectivas de Zamenhof começavam a ser realizadas, e este escreveu a Hodler, naturalmente, apoiando o seu trabalho. Os cinco princípios aprovados respeitavam: à facilitação das relações entre falantes de diferentes línguas e à criação de

laços entre os membros; à neutralidade em questões religiosas, políticas e de nacionalidade; ao carácter individual dos membros (que aderem directamente, sem qualquer mediação de grupos locais ou associações nacionais); às atribuições dos delegados (cuja identificação e contacto seria compilada numa publicação anual), que compreendiam a disponibilização voluntária de serviços aos membros que se lhes dirigissem; e finalmente que a língua oficial seria, naturalmente, o Esperanto (vd. Forster, 1982:154-5; Auld, 1992:64-5).

Sendo o recrutamento de base individual, a UEA era portanto uma associação supranacional de indivíduos; ultrapassava as nações e estava de acordo com o internacionalismo não-político associado à “ideia intrínseca”. Era pois uma alternativa – e potencialmente conflitual, como depois de facto ocorreu – ao princípio também defendido no movimento de que o formato da organização internacional deveria ser uma federação de associações nacionais.

Em 1910 a UEA já contava com 8000 membros e 850 delegados. A UEA veio a ser não apenas uma mobilização dos propósitos de aplicação prática do Esperanto, como também uma continuidade com a “ideia intrínseca” de Zamenhof, como o próprio diria no Congresso de 1909 em Barcelona, frisando que a sua neutralidade permitiria uma base amigável e de respeito nas relações étnicas (vd. Forster, 1982:155-6).

No Congresso Universal de 1911, em Antuérpia, discutiu-se especialmente o formato de uma organização internacional, com o intuito de atingir uma decisão consensual. Distinguem-se três orientações: a que argumenta que não é necessária qualquer organização geral (provavelmente por influência de T. Cart), uma segunda defende que a UEA pode ser a base de uma associação universal (defendida por Harold Mudie, presidente da UEA), e por fim a possibilidade de se criar um Comité Internacional para todos os assuntos (proposta de A. Michaux). Mas é afinal criada uma Comissão incumbida de desenhar um plano prático a discutir no ano seguinte, em Cracóvia. Em 1912 a discussão prolongou-se, porque o Congresso considerou mais simples uma união de sociedades nacionais. Mais uma vez se adia para o ano seguinte. E no Congresso de Berna em 1913 a Comissão propõe a colaboração voluntária das associações com a coordenação da Agência Central (Centra Oficejo), ficando deste modo excluída a UEA. A 1.^a Guerra veio interromper a laboração do movimento quase por completo. Realizou-se um Congresso em 1915 em São Francisco, mas a continuidade dos Congressos Universais só pôde ser retomada em 1920. Sublinhe-se que foi a UEA que teve um papel relevante durante a Guerra, operacionalizando verdadeiramente a orientação valorativa do Esperanto. Localizada na neutral Suíça, e constituindo-se como “uma rede” internacional, permitiu a H. Hodler projectar uma forma de auxílio fora do movimento, através de um serviço de reenvio de correspondência entre países hostis. As cartas redigidas nas línguas nacionais seriam dirigidas à UEA em Génève, ali seriam traduzidas se necessário e enviadas para o seu destino. Não seriam permitidas referências a assuntos políticos ou militares na correspondência, que circulava aberta. Este serviço foi publicitado na imprensa não-esperantista e teve enorme aderência: mais de 200 000 cartas foram reenviadas durante a Guerra. De facto, se a Cruz Vermelha Internacional se ocupou apenas dos

soldados, e depois dos exilados, apenas a UEA disponibilizou auxílio a civis mediante o trabalho voluntário de centenas de delegados e outros voluntários; a intervenção mais significativa terá sido a dos delegados de Bordeaux, Dresden, Rennes e Berlim (cf. Forster, 1982:157-9 e Lapenna *et al.*, 1974:366). Como lembra Auld (1992:66), o serviço não se limitava à recepção e envio de cartas, mas também a resposta a esclarecimentos e pedido de informação sobre soldados e pessoas desaparecidas, reenvio de dinheiro e encomendas, e ajuda a prisioneiros civis. Hodler escreveu:

Apart from our sympathies, we have duties which our position as Esperantists enjoins on us. In fulfilling them, we will as far as we can work for peace – not the kind of peace which diplomats write in ephemeral treaties, but that peace which is engraved on the heart of men and forms the basis of any subsequent rapprochement. The duty to believe that no people has the monopoly of civilisation, culture or humanity. Our civilisation is indebted to thinkers belonging to widely different races, some of which have long disappeared from history; it develops thanks to the continuous work of all peoples... Let us not set national cultures against one another and let us not try to set up a hierarchy among them (em *Esperanto*, 5 Janeiro 1915, cit. por Forster, 1982:160).

Com o fim da Guerra os esperantistas partilhavam a necessidade de unidade, e no primeiro Congresso Universal do pós-guerra em 1920, em Haia, recomeçam as negociações entre o Centra Oficejo e a UEA. Evidenciavam-se as duas tendências subjacentes a cada uma destas organizações, respectivamente a internacional e a supranacional, mas no Congresso de 1922 na Finlândia produziu-se finalmente o Contrato de Helsínquia, que não criando uma nova estrutura organizacional, celebra um elo entre as organizações existentes, acrescentando o Comité Central Internacional (Internacia Centra Komitato), presidido por H. Sébert¹⁵³. Este Contrato representou uma tentativa de compromisso entre as duas tendências que se tinham desenvolvido nas organizações existentes: uma seguindo uma orientação internacional, baseada nas associações nacionais, que promovia o Esperanto em cada país e junto de grupos linguísticos específicos, sendo potencialmente vantajosa para o reconhecimento oficial do Esperanto junto dos governos, contudo, menos vocacionada para o potencial idealista da língua; a outra tendência era veiculada pela UEA, isto é, o supranacionalismo (ou cosmopolitismo), emanando da neutral Suíça. O Contrato de Helsínquia foi uma estrutura instável, que durou apenas uma década, mas que foi importante no processo de burocratização do movimento enquanto tal, dado que a autoridade de Zamenhof, no que concerne a assuntos não linguísticos, pôde ser transferida para organizações formais (vd. Forster, 1982: 161-5). Zamenhof morre alguns anos antes, em 1917. Assim: “although it proved unstable, the new structure did have the effect of providing for official recognition

¹⁵³ As instituições oficiais passaram então a ser o Comité Linguístico e a sua Academia, os Representantes Permanentes das Associações Nacionais, a UEA e o Comité Central Internacional (eleito pelos Representantes Permanentes das Associações Nacionais e pela UEA) (vd. Forster, 1982:162-4).

of various bodies which had hitherto had only semi-official status. It was thus an important step in the direction of bureaucratisation” (Forster, 1982:165).

O universo socialista teve, como já tinha sido antecipado, particular ligação ao Esperanto. Diz Forster (1982:188): “socialist ideology has been highly compatible with the democratising spirit of Esperanto, and organisations have consequently been formed with the aim of establishing a formal connection between the two ideals”. O Esperanto torna-se bastante cedo popular entre os socialistas franceses; veja-se L. Couturat, que como referido, tinha nas suas áreas de interesse a paz e a arbitragem internacional, e também simpatias socialistas, foi autor de artigos para o jornal socialista francês *L’Humanité*, reportando o Congresso de Boulogne-sur-Mer de 1905, nos quais dissertou sobre o valor do Esperanto para os trabalhadores, que não dispõem do luxo da aprendizagem de línguas (vd. Forster, 1982:189). Os clubes operários esperantistas, embriões das associações nacionais operárias, surgiram logo no início do século, datando o primeiro de 1903, criado em Estocolmo. Em 1910 tinham sido fundados os primeiros clubes locais na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Hungria e Holanda, e posteriormente, havia já associações nacionais na Alemanha e Holanda, como também na Checoslováquia, Japão e China. Inicia-se também a imprensa esperantista operária, a primeira em 1910 com o jornal esperantista alemão *Der Arbeiter Esperantist*, e em 1912 em França com o *Le Travailleur Espérantiste*.

No Congresso Universal de 1906, em Génève, realizou-se o primeiro encontro de socialistas, que se repetiria nos anos que se seguiram. Naquele mesmo ano é fundada em Paris a Associação Internacional Paz-Liberdade (Internacia Asocio Paco-Libereco), cujos princípios antagonizavam o capitalismo, o militarismo, o alcoolismo e todos os dogmas e preconceitos, associação que desejava difundir o Esperanto entre internacionalistas, livres-pensadores, socialistas e libertários; em 1910, em associação com o grupo internacional Classe Operária Esperantista (Esperantista Laboristaro), formam o grupo Liberiga Stelo, e passam a editar o *Internacia Socia Revuo*, até 1914 (Forster, 1982:189-90).

Zamenhof aparentava ter simpatias socialistas, embora, como diz Forster mantivesse cautelas por recear uma revolução violenta. Em 1910 escreve para o *Der Arbeiter Esperantist*:

The field which you have chosen for your work is very important. Perhaps for nobody in the world does our democratic language have such importance as for the workers, and I hope that sooner or later the working class will be the strongest support for our cause. The workers will not only experience the utility of Esperanto, but more than any others they will feel the essence and idea of Esperantism (Forster, 1982:189).

Em 1911 a UEA tinha também uma secção operária. Mas é depois da 1.^a Guerra que os esperantistas ligados ao universo socialista organizarão as suas associações, que replicarão as tensões ocorridas no movimento operário e socialista de um modo geral, como veremos adiante.

Finalizamos esta secção com algumas notas conclusivas sobre os princípios zamenhofianos subjacentes ao Esperanto e ao seu papel de mudança no mundo, os quais moldaram o nascimento do

movimento esperantista. Desde o início o Esperanto foi assumido não apenas como um meio de comunicação para fins práticos. Como diz U. Eco (1996:302), “a maior parte das outras línguas internacionais aspiravam a apresentar-se como auxiliares práticos, ao passo que o Esperanto reassumira os elementos dessa tensão religiosa e irénica que caracterizava as buscas da língua perfeita pelo menos até ao século XVII”. O sentimento gerado nos primeiros apoiantes russos, por exemplo, marcados pela repressão czarista e inspirados pela poesia utópica de Zamenhof patente em “La espero” (“A esperança”) e “La vojo” (“O caminho”), impulsionou um simbolismo replicado em muitos textos poéticos de então (cf. Forster, 1982:66-70). O Esperanto tornou-se veículo de um “ideal milenarista” expresso na poesia, que o historiador do Esperanto, Edmond Privat (obras já referidas, de 1923 e 1927), compara às literaturas dos movimentos nacionalistas: estas foram veículo de esperanças comuns e necessidades gloriosas da “raça”, e no caso da língua internacional Esperanto, a génese de uma literatura fundada em aspirações e sentimentos humanitários. Os princípios do humanismo e do internacionalismo que Zamenhof associou à língua foram por ele denominados de “ideia intrínseca” (“interna ideo”), talvez de forma pouco apropriada, como diz Lapenna (Lapenna *et al.*, 1974:41), e mesmo se o Homaranismo não foi bem-sucedido entre os esperantistas (Forster, 1982:106; Stavans, 2009; Grzybowski, 2010:188), muitas ideias ecuménicas ou de religiões de âmbito mundial associaram-se ao Esperanto, como a fé Baha’i ou a religião Oomoto, a religião cristã (Forster, 1982:106-7, nota 76 incluída e 234) e outras grandes religiões mundiais: “The Esperanto movement had generally tended to be apolitical, concentrating on the conversion of individuals and through them the world. This, together with certain millenarian tendencies about the final victory of Esperanto, has made Esperanto compatible with a wide range of religious aspirations” (Forster, 1982:234).

Pudémos desenhar algum paralelismo entre a génese do Esperanto e a do Hebraico Moderno através de uma comparação entre o trabalho de Zamenhof e de Ben-Yehuda. É interessante notar uma afinidade com a intervenção de outras duas individualidades suas contemporâneas. A primeira, já mencionada, foi Lev Tolstói; ambos viveram e trabalharam no quadro do regime imperial repressivo czarista, tendo acreditado que a mudança é conseguida não pela procura de poder político, mas através do compromisso individual – que é também uma tradição replicada no movimento da paz, como sublinha Forster (1982:362), e que vimos no Capítulo 2.2 relativamente às tendências anarquistas. Assim foi possível encontrar comunidades de inspiração mais ou menos marcadamente tolstoiana que simultaneamente cultivaram o Esperanto (como sucedeu também em Portugal na década de 1930, como adiante se referirá), ou milenaristas, como refere Forster (1982:329): “in the past Esperantists have participated to some degree in certain utopian communitarian experiments such as Whiteway Colony”¹⁵⁴. Mesmo na actualidade encontramos a Fazenda-Escola Bona Espero no Brasil (em Goiás),

¹⁵⁴ Forster (1982:332) refere a obra de N. Shaw, 1935, *Whiteway, a Colony in the Cotswolds*.

uma instituição vocacionada para acolher crianças desfavorecidas às quais é ministrada educação, o ensino do Esperanto incluído (vd. Forster, 1982:351, nota 11 incluída e Fians, 2012:51)¹⁵⁵.

O outro caso é o do suíço Henry Dunant (1828-1910), fundador principal das Convenções de Génève (a primeira data de 1864) e da Cruz Vermelha. Um fundamento humanitário e universalista permitiu a um grupo não-governamental – portanto uma ONG – de carácter internacional imiscuir-se numa dimensão tão fundamentalmente confinada aos Estados como a da guerra, exigindo o estatuto de neutralidade política e nacional para os voluntários. A Cruz Vermelha e as Convenções incorporam vários princípios fundamentais: o da protecção e dignidade do indivíduo (mesmo quando isso é mais difícil e oneroso para os estados), o do universalismo (os direitos aplicam-se indiscriminadamente a todos os indivíduos, incluindo naturalmente os que envergam o uniforme “inimigo”), e o da cidadania mundial (pela adesão de todos os estados e toda a humanidade à Cruz Vermelha) (cf. Finnemore, 1999:150). Também como Zamenhof, Dunant não procurou protagonismo pessoal: “Dunant was a world-cultural ‘entrepreneur’ whose action was not power seeking or utility maximizing (...) [he] spent all his limited funds on his Red Cross project, leaving him in impoverished obscurity for decades before he was finally located by a curious admirer and awarded the Nobel Peace Prize (*idem*:163).

O conjunto de ideais que muitos esperantistas associaram desde cedo à língua Esperanto, cuja origem é a própria “interna ideo” defendida por Zamenhof, consubstanciaram uma perspectiva que Forster denominou de “valorativa” e que colidiu com a perspectiva “normativa”, esta última de carácter mais instrumental, inicialmente assumida pelos dirigentes franceses racionalistas e progressistas, e com a qual se confrontou (tanto no 1.º discurso de Zamenhof em Boulogne, como nas posições firmes contra as reformas na língua, que resultaram na cisão entre esperantistas e idistas); um confronto similar voltará a ocorrer, a propósito da organização interna da UEA, no período imediatamente anterior à 2.ª Guerra Mundial. Esta confrontação está ligada à discussão sobre a neutralidade defendida para as principais organizações esperantistas, que naturalmente será incompatível com as organizações esperantistas de inspiração socialista. Por fim, como vimos, o Positivismo pôde exercer influência num alargado espectro de áreas, entre o final do século XIX e o princípio do século que lhe seguiu. Assim, a utopia de atingir uma forma perfeita, final e universal para a sociedade através da racionalidade científica foi também sentida nos meios esperantistas, por aqueles para quem o Esperanto era um instrumento de perfeição científica para o progresso, evolução e pacificação sociais, e que se encontravam não apenas no universo académico, científico e tecnológico, mas também político, como o socialismo e suas vertentes operárias. Como vimos, a crença no progresso social tinha como um dos corolários a expectativa de que o militarismo deixaria de fazer sentido na relação entre as nações e os grupos humanos, e esta motivação pacifista foi transversal a muitos círculos esperantistas. Talvez não seja um acaso que o verde, simbólico para os esperantistas, fosse também a cor eleita pelos positivistas, como vimos no Capítulo 2.1.

¹⁵⁵ G. Fians (2012:51) cita o livro de Roman Dobrzywski, 2008, *Bona Espero: Idealo kaj Realo*.

4.2 Depois de Zamenhof

Antes da 1.^a Guerra o reconhecimento oficial do Esperanto parecia possível apenas no quadro dos governos nacionais, especialmente em França – já que na Rússia o enquadramento czarista tinha sido totalmente adverso. Foi em França que em 1905 E. Javal obteve apoio do Ministro da Educação Pública, tendo Zamenhof recebido o título de Chevalier de la Légion d’Honneur. Em Espanha o rei Afonso XIII concedeu-lhe o título da Ordem de Isabel, a Católica, além de ter sido o patrono do Congresso de 1909 em Barcelona, a exemplo do rei da Saxónia no Congresso do ano anterior em Dresden; verificou-se também a partir de 1907 a presença de observadores oficiais nos Congressos (vd. Fortster, 1982:170-1). Entre 1907 e 1917 Zamenhof foi nomeado 14 vezes para o Nobel da Paz (vd. Grzybowski, 2010:184)¹⁵⁶.

Com o fim do conflito bélico os esperantistas partilhavam uma corrente de pensamento progressista sobre a reconstrução do pós-guerra. A atmosfera propícia à cooperação internacional viu nascer a organização intergovernamental Liga das Nações, com quem a UEA sentiu afinidades. Entre os objectivos daquela organização intergovernamental estava a cooperação internacional no sentido da estabilidade e pacificação, como se lê nos seus princípios: “to promote international co-operation and to achieve international peace and security, by acceptance of obligations not to resort to war, by the prescription of open, just and honourable relations between nations” (em *The Covenant of the League of Nations*, 1930, cit por Forster, 1982:171). O idealismo dos esperantistas, ou de uma grande maioria deles, era de há muito orientado para as questões das relações pacíficas entre indivíduos e grupos, e essa representação era também projectada para o exterior: veja-se que em 1913, no Congresso Universal em Berna, um delegado inglês lê uma carta de Sir Vesey Strong, antigo Lord Mayor de Londres, investindo os esperantistas a colaborar no movimento internacional da paz. Houve uma reacção muito expressiva, Zamenhof agradeceu a carta e o seu mensageiro, e vários presentes manifestaram-se, sublinhando que várias nacionalidades – nomeadamente inglesa, francesa e alemã – ali estavam, em prol da irmandade humana (cf. *The British Esperantist*, Out. 1913, cit. por Forster, 1982:161 e 170). Também do exterior do movimento uma organização pacifista projectou na língua Esperanto uma expectativa significativa; trata-se da Internacional de Resistentes à Guerra fundada em 1921, que utilizava inicialmente o Esperanto e em 1929 começou a editar o boletim *La Militrezistanto*, e depois da 2.^a Guerra organizava encontros no quadro dos Congressos Universais, e cujo presidente Harold Bing (1897-1975) escreveu em Esperanto em 1971 a *Base Histórica e Filosófica do Pacifismo Moderno* (vd. Lapenna *et al.*, 1974:262 e 531). Os esforços de organizações pacifistas no movimento

¹⁵⁶ Contabilizam-se cerca de mil monumentos e ruas em mais de 50 países com o nome de Zamenhof (mais de 160 no Brasil, mais de 130 em França, e mais de 100 na Polónia), existem os Montes Zamenhof na Hungria e no Brasil, uma ilha no Danúbio, um planeta (Planeta 1462, Zamenhof) descoberto em 1938 por Väisäläis, e um género de líquenes chamam-se Zamenhofia (vd. Grzybowski, 2010:184; vd. também Franzco, 2007:281).

do Esperanto não foram, contudo, duradouros. Em 1905 Gaston Moch fundou a Sociedade Internacional Esperantista para a Paz (Internacian Societon Esperantistan por la Paco) que editava o periódico *Espero Pacifista* e outra literatura sobre pacifismo, mas retirou-se do movimento alguns anos depois. Também a organização Universala Pacifista Esperantista Ligo, fundada em 1923, teve pouca duração (vd. Lapenna *et al.*, 1974:530). À Mondpaca Esperantista Movado fundada em 1953 faremos alusão adiante.

O caminho que a UEA percorreu no período da 1.^a Guerra conferiu-lhe visibilidade no exterior do movimento permitindo-lhe, através do seu presidente Edmond Privat (1889-1962), uma aproximação à Liga das Nações, tanto que Privat se tornara entretanto membro da delegação persa àquela organização. A partir da realidade do ensino do Esperanto, mais ou menos bem-sucedido, em inúmeras escolas no mundo¹⁵⁷, foi apresentada uma proposta em 1920 pelos delegados da África do Sul, Itália, Bélgica, Checoslováquia, Brasil, China, Chile, Colômbia, Índia, Haiti e Pérsia: atentando nas dificuldades linguísticas que actuam como uma barreira na relação directa e consequente bom entendimento entre os povos, e seguindo as tentativas de ensino oficial da língua internacional Esperanto em vários Estados-Membros da Liga das Nações, afigura-se desejável que esse ensino se generalize de modo a que as crianças de todas as nações aprendam pelo menos duas línguas – a materna e um meio fácil de comunicação internacional -, e pede-se ao Secretário-Geral um relatório detalhado dos resultados neste campo, a apresentar no próximo encontro (cf. Forster, 1982:172). A proposta foi considerada e foi recomendado um estudo sobre o ensino do Esperanto. Contudo, a oposição da França, argumentando que o Francês era já a língua universal, conseguiu impedir o seguimento da proposta. Para o ano seguinte uma preparação prévia constou do convite de um representante da Liga para presenciar o Congresso Universal de Esperanto em Praga, que foi aceite pelo Vice-Secretário Geral, o japonês Inazo Nitobe. Em Setembro desse ano de 1921 nova proposta foi apresentada, nos termos da introdução do ensino da língua auxiliar Esperanto nas escolas estatais. Apesar da reiterada oposição por parte da França, o relatório foi aceite. Como adjuvante da investigação a UEA propôs uma conferência sobre o ensino do Esperanto, que foi realizada com a colaboração do Instituto Jean-Jacques Rousseau de Genève, uma instituição universitária internacional de ensino. Desta conferência resultou um relatório – “Esperanto como uma Língua Internacional Auxiliar” - apresentado em 1922 no terceiro encontro da Liga das Nações. A estabilidade, difusão e aplicação prática do Esperanto foram sublinhadas, assim como a influência “moral” na educação pela paz e no fomento da solidariedade internacional, totalmente de acordo com os princípios da Liga. Quanto ao ensino, recorreu-se ao argumento da facilidade relativamente às línguas naturais e ao facto de o tempo tomado para a sua aprendizagem não prejudicar os alunos, antes pelo contrário, dado que o

¹⁵⁷ O estudo elaborado no ano seguinte (1921) para a Conferência sobre ensino do Esperanto promovida pela UEA (a que aludiremos adiante neste texto), apurou que em 250 cidades no mundo se realizava ensino da língua, mesmo se em muitos casos ainda de forma incipiente e a título voluntário (vd. Forster, 1982:173-4).

seu estudo torna a aprendizagem das outras línguas mais fácil. Finalmente, os autores manifestaram esperança de que a Liga mostrasse interesse no Esperanto, enquanto língua a ser ensinada na escola e utilizada na telegrafia – os autores tiveram a preocupação de omitir qualquer sugestão do Esperanto como recurso diplomático, de forma a não antagonizar a representação francesa (Forster, 1982:173-5).

Assim, o apoio surgiu da Finlândia, Bulgária, Pérsia, China e Japão. A Suécia e a Noruega expresaram a sua oposição, na medida em que apoiavam a língua inglesa, a Dinamarca manifestou apoio pelo Ido, e por seu turno o Brasil apelidou o Esperanto de “língua de irresponsáveis e comunistas”. O delegado francês tentou impedir a discussão propondo que o assunto fosse tratado pelo Comité da Cooperação Intelectual da Liga das Nações. É necessário não esquecer que o governo de direita de França, liderado por Poincaré (1922-24), se opunha veementemente ao Esperanto e seus propósitos internacionalistas, muito associados ao movimento operário e ao interesse que o regime russo demonstrou na sua potencialidade para a difusão mundial do socialismo. A política educativa reflectiu esta percepção, e o ensino do Esperanto foi proibido nas escolas francesas, tendo o Ministro da Educação declarado que o Francês seria sempre a língua da civilização e o Esperanto devia ser travado, uma vez que o seu objectivo era impedir a existência das culturas nacionais. Se a língua foi sempre uma característica presente no nacionalismo francês, neste momento a sua defesa era ainda mais premente, dado o início da ascensão do Inglês. O Esperanto representava pois uma ameaça. Por razões diferentes os britânicos também não tinham interesse no apoio do Esperanto, começando naquela altura o Inglês a adquirir prestígio internacional (vd. Forster, 1982:175-7 e 182-4). Deste modo a discussão foi transferida para o referido Comité da Cooperação Intelectual:

Discussion eventually centred on the merits of the learning of Esperanto as compared with the learning of foreign languages. Although some members dissented, such was the majority view (...) A final resolution was adopted to the effect that the Committee did not feel justified in recommending an artificial language for consideration of the League. Instead, the Committee recommended that the League should promote the study of modern languages and foreign literatures. It did, however, note that there might be practical advantages to be derived from adopting an artificial language (Forster, 1982:176-7).

Esta resolução foi aceite em votação¹⁵⁸. No ano seguinte a nova proposta relativa ao Esperanto foi apresentada pela Pérsia, e advogava a sua adopção como língua “livre” nos telegramas, com a intenção

¹⁵⁸ O presidente do Comité de Cooperação Intelectual, o filósofo Henri Bergson, reduziu a discussão à defesa das línguas e culturas nacionais, uma vez que o objectivo de uma língua artificial seria tornar supérfluo o estudo das línguas vivas: “In order to triumph over the prejudice which stands in the way of understanding and loving another nation, two means only are available: either to go into the country in question and for some time live the life of its inhabitants, or (...) to learn the language and to study its literature”. É sabido que Bergson expressara anteriormente o seu apoio ao Esperanto, mas admitiu ter cedido às instruções do Ministro da Educação francês para “afundar o Esperanto” (Forster, 1982:176, nota 18 inclusa).

de colocar o Esperanto a par com as línguas nacionais. Esta resolução foi considerada pelo Comité dos Assuntos Técnicos e finalmente aceite, e a Liga das Nações recomendou-a aos Estados-Membros; foi depois considerada pela União Telegráfica Universal no encontro de Paris de 1925, tendo sido aceite por unanimidade, não sem o contributo da petição lançada pela UEA e pela Liga de Trabalhadores Esperantistas dos Correios e Telégrafos que recolheu 13 000 assinaturas. Por seu turno, a proposta checa para a aceitação paralela do Ido foi rejeitada naquele encontro de Paris. Ainda que este reconhecimento do Esperanto tivesse limitadas consequências práticas, não deixou de ser simbolicamente significativo, por o Esperanto ser reconhecido como língua legítima numa área da comunicação internacional (vd. Forster, 1982:177-8). Não obstante, o International Labour Office (ILO, organização independente da Liga das Nações, embora na sua dependência financeira) aceitou a proposta de colaboração com a UEA, começou a ser representado nos Congressos Universais de Esperanto, e editou regularmente um boletim em Esperanto entre 1923 e 1932.

O período de negociação com a Liga das Nações iniciou uma fase diferente da estratégia dos esperantistas, fomentando entre os seus responsáveis a análise e demonstração das vantagens práticas do Esperanto em vários domínios, através de conferências de carácter técnico organizadas pela UEA. A primeira já aqui referida versou o ensino do Esperanto nas escolas, e foi realizada em 1922. No ano seguinte em Veneza o tema debatido foi o comércio, na Conferência Internacional para uma Língua Comercial Comum, a partir do interesse que a Câmara de Comércio de Paris mostrou, investigando e concluindo favoravelmente sobre a potencialidade da língua Esperanto. Mais de 200 delegados de 23 países representaram Câmaras e Feiras de Comércio, e organizações industriais, de transportes e de turismo, trazendo na sua maioria relatórios favoráveis à língua. Foram aprovadas várias resoluções sobre a sua utilização no comércio e sobre o seu ensino nas escolas comerciais – aliás, em Paris o Esperanto já constituía opção curricular no ensino comercial. Os representantes das Feiras Internacionais de Comércio estavam particularmente interessados, e em Leipzig e em Frankfurt tinham sido constituídos secretariados de Esperanto e editada literatura nesta língua. No entanto:

Esperanto was clearly seen in certain commercial circles as of importance in a postwar reconstruction of world trade. It is noteworthy, however, that the conference largely consisted, like the schools' conference, of practitioners who were already supporters of Esperanto (though some of the delegates had learnt Esperanto specially for the conference). The entire proceedings of the conference took place in that language. The successful experiences obtained were also due in some degree to the fact that the services of UEA delegates had been employed for provision of commercial information (Forster, 1982:179-80).

Em 1925 realizou-se uma segunda conferência sobre este tema, desta vez em Paris, sob o patrocínio oficial da Câmara de Comércio desta cidade. Desta vez houve também representação oficial de 10 governos. Foi dada especial atenção à ideia das *Chaves de Esperanto*, já defendidas por Zamenhof no *Unua Libro*, e que consistem num vocabulário básico e nos fundamentos gramaticais que devem

acompanhar a correspondência redigida em Esperanto para a sua descodificação. Em 1925 já existiam várias *Chaves* nas principais línguas, por iniciativa de Herbert F. Höveler (que usava o pseudônimo Çefeê). Foi discutido vocabulário comercial e a adequação de várias raízes lexicais, e foram apresentados relatórios sobre o ensino do Esperanto como língua comercial (vd. Forster, 1982:181-2; Lapenna *et al.*, 1974:67).

No contexto do surgimento das comunicações de rádio, a UEA colaborou com a Sociedade Rádio-Elétrica Suíça na Conferência Preparatória para um Acordo Internacional da Rádio-Telefonia, realizada em Gênève em 1924. O Esperanto foi uma das línguas utilizadas. Foi por unanimidade aprovada uma resolução de apoio a uma língua internacional auxiliar para as emissões internacionais, e o Esperanto era considerado bastante apropriado, pois era perceptível de forma clara através da rádio. Parecia haver apoio de não-esperantistas nesta área de comunicação, contudo, a situação alterar-se-ia com a difusão de emissoras nacionais que passaram a cobrir um espaço que estava anteriormente fora do âmbito da acção dos Estados¹⁵⁹ (vd. Forster, 1982:180-1).

Em 1921 a Academia Francesa de Ciências aprovou uma resolução favorável ao Esperanto no sentido da sua utilidade para a difusão internacional da influência intelectual e cultural francesa. Defendia o seu ensino em conjugação com a educação científica bem como a sua aprendizagem pelos cientistas, a sua utilização como língua oficial nas conferências científicas internacionais e nas publicações dirigidas a um público internacional, e ainda a compilação de glossários especializados para os vários ramos científicos; o Esperanto terá sido caracterizado como “uma obra-prima da lógica e da simplicidade”. Esta resolução motivou a UEA, mais uma vez, à realização de uma conferência sobre a utilização do Esperanto na ciência e na tecnologia, que só teve lugar em 1925 em Paris. Foi requisitada a colaboração da Associação Internacional Esperantista de Ciência, fundada em 1906; compareceram delegados de associações científicas de 37 países, ainda que muitos deles não falassem Esperanto, que se debruçaram sobre a implementação das recomendações da Academia Francesa, e em particular, a desejabilidade de disponibilizar sumários dos artigos científicos em Esperanto, prática já realizada por alguns periódicos japoneses (vd. Forster, 1982:181 e Lapenna *et al.*, 1974:250). Veja-se que logo em 1901 o General Sébert iniciou junto da Academia Francesa de Ciências, e depois junto da Associação Internacional de Academias, uma sensibilização para a importância da Língua Internacional na ciência. A difusão do Esperanto incentivou os cientistas esperantistas à constituição

¹⁵⁹ Já o rádio-amadorismo permaneceu um *hobby* de características internacionais, em que muitos esperantistas foram pioneiros; estes tiveram uma boa recepção no Congresso Mundial de Rádio-Clubes, em Paris em 1925. Este Congresso não foi realizado por organizações esperantistas, mas foi recomendada a utilização do Esperanto como língua auxiliar das comunicações internacionais e transmissões radiotelefônicas, assim como para os congressos, lado a lado com o Inglês e o Francês. Neste campo, o Esperanto tinha como rival os Idistas, uma vez que o Ido era para os seus seguidores considerado uma “inovação técnica em vez de um veículo de idealismo”, e por isso, associado ao universo da vanguarda tecnológica (vd. Forster, 1982:180-1).

de uma organização própria, e no Congresso Universal de 1906, em Genève, a reunião inicial, organizada por Sébert e Carlo Bourlet, permitiu a fundação da referida Associação Internacional Esperantista de Ciência (Internacia Scienca Asocio Esperantista - ISAE), tendo como órgão oficial a *Scienca Revuo* que já era publicada pela Hachette desde 1903; a ISAE pretendia o incentivo do Esperanto nos meios científicos e o enriquecimento da terminologia esperantista científica. De facto, uma das suas primeiras publicações foi *Vocabulaire Technique et Technologique Français-Esperanto* (de Charles Verax), e em 1958 a ISAE assume, no seu Centro de Terminologia, a tarefa que em 1950 tinha sido iniciada pela Academia de Esperanto para a realização das terminologias das várias áreas científicas (vd. Lapenna *et al.*, 1974:250 e 281).

Refira-se por fim a conferência de 1927 em Praga, organizada pelo Comité Internacional Central esperantista (desta vez não pela UEA), e denominada “Paz através da escola”, em que o patrono foi o Presidente Masaryk. Compareceram 494 delegados de 19 países, sendo que um quarto daqueles aprenderam Esperanto para a Conferência e metade já eram fluentes. Em 1934 uma segunda conferência sobre o Esperanto na escola foi realizada em Viena (cf. Forster, 1982:178-185).

Através das organizações esperantistas, a visibilidade conseguida junto da Liga das Nações, e paralela e incipientemente, nas áreas da ciência, da indústria, comércio e turismo, e também nas comunicações de rádio e postais, conferiram ao Esperanto algum reconhecimento público mas sem carácter de oficialidade: “Esperanto began to take its place as a significant, but unofficial and specialised, organisation” (Forster, 1982:186).

A figura de Jules Verne (1828-1905) permite ilustrar, num breve parêntese, não apenas a ligação precoce do Esperanto ao universo da ciência, mas também a sua mais ampla significação social. No início de 1903 formou-se um grupo de Esperanto em Amiens, pela acção de Charles Tassencourt, amigo de Jules Verne, e este aceitou a presidência do grupo. Por essa altura Verne iniciou um romance, interrompido pela sua morte em 1905, em que uma comissão de estudo enviada ao coração africano incorporava o russo Nikolao Vanof, encarregado de ensinar Esperanto aos membros da expedição. No manuscrito Verne tinha deixado espaços em branco destinados ao texto que seria traduzido posteriormente para Esperanto, e antecipava a expansão da língua na África Central como meio de difusão da civilização e do comércio. O romance que seria intitulado *Viagem de Estudo* foi em 1919 concluído pelo filho do escritor, Michel Verne, que lhe alterou o título e excluiu as alusões ao Esperanto (vd. *Le Courier de L'Ouest*, 1993)¹⁶⁰. Um texto de Pere Martín (1988) explora o universo de Verne e as suas fundações científicas, filosóficas e políticas, ou seja, o socialismo romântico e o positivismo, que nos ajudam a fazer a ligação evidente ao acolhimento da língua internacional Esperanto por parte do escritor:

¹⁶⁰ Em 1981 o manuscrito foi descoberto quando parte do arquivo do escritor foi para Nantes, tendo sido publicado pela Cherche-Midi num volume intitulado *San Carlo* (vd. *Le Courier de L'Ouest*, 1993).

Las novelas de Jules Verne responden a un plan educativo diseñado por su editor, el sansimoniano J. Hetzel, y dirigido a la formación de la juventud. Consistiría, en principio, en despertar el interés por la ciencia, divulgar los conocimientos científicos, y formar a los dirigentes de la sociedad del futuro (...) Los Viajes extraordinarios no sólo consideran el saber científico. Pretenden, además, formar a esa juventud en unos determinados valores como son la solidaridad, la fraternidad, la justicia. Valores, todos ellos, que responden a los ideales socialistas románticos (Martín, 1988).

Adiante, Martín reitera o significado destes valores para Verne, não desligados de uma concepção das relações entre as nações: “Siempre a favor de la abolición de la esclavitud, [Jules Verne] cree en la fraternidad entre los individuos de la especie humana y en la unión entre los pueblos, así como también considera absurdo los límites estatales y las rivalidades internacionales” (Martín, 1988).

Vejamos agora o mundo operário. Tínhamos visto no Capítulo 2.2 como é que o cenário da 1.^a Guerra influenciou no movimento na II Internacional, provocando um desacordo entre as visões pacifistas e a continuidade do desígnio revolucionário imediato. A eclosão da Guerra, e a participação ou apoio de alguns líderes socialistas nas ações bélicas dos respectivos governos nacionais – numa subversão de princípios fundamentais do internacionalismo e da luta contra o capitalismo de base nacionalista e imperialista – foi um dos móveis de uma cisão profunda que originou a fundação da III Internacional.

No universo esperantista, a maior organização operária teve início com a ação do francês Eugene Adam (1879-1947), antigo operário que através do seu autodidactismo se tornou professor de ensino técnico. A experiência da 1.^a Guerra foi para ele determinante: atribuiu a participação operária no conflito a uma lacuna na educação não-nacionalista dos socialistas, e a sua colaboração numa unidade ambulatória fá-lo convencer-se da vanidade do nacionalismo. Eugene Adam era activo nos círculos socialistas, tinha conhecimento dos princípios anarquistas, e durante a Guerra aprendeu Esperanto. A sua atitude discordante dos conhecimentos de tipo ortodoxo valeram-lhe o cognome francês de “L’Anti”, que em Esperanto passou a Lanti. Tendo sido convidado para a edição do órgão do grupo Liberiga Stelo, transformou-o no *Esperantista Laboristo*, onde escreve sob o pseudónimo Sennaciulo (literalmente, significa “o sem-nação”). O conteúdo dos artigos revela as suas fontes ideológicas anarquista, marxista e positivista, e desenvolvendo a ideia para uma nova organização, defende essencialmente a importância do Esperanto para uma educação não-nacionalista. Se nas sociedades tecnológicas, frutos da razão e do progresso, as distâncias físicas se tornaram menores mediante as invenções científicas, por seu turno, a invenção de Zamenhof é a resposta científica para a diversidade linguística. Lanti era também admirador de H. Hodler, aprovando o “idealismo prático” subjacente à UEA e o seu princípio de organização (baseado na adesão individual, portanto, independentemente da nacionalidade e sem o formato de uma federação de associações nacionais). Para Lanti, a única “falha” da UEA era a sua neutralidade política, aliás, entendia a atmosfera quase-religiosa geralmente associada ao Esperanto como obstrutora da consciência de classe entre os membros do proletariado

(vd. Forster, 1982:190-1). A colectânea dos seus artigos foi republicada sob o título *For la Neŭtralismon (Fora o Neutralismo)* em 1922.

A sua visão para o Liberiĝa Stelo era socialista mas não partidária, e educativa em vez de política. Na sua perspectiva, a falência do internacionalismo socialista em 1914 revelou o peso da educação nacionalista, assim, os cidadãos deveriam começar a preparar-se para o momento em que já não existissem fronteiras económicas, linguísticas, e de Estado. A sua visão do futuro pode ser apresentada nos seguintes termos: “Lanti built on existing ideas of the ‘Esperantist people’; Esperantists all spoke the same language, and this could be used to advantage the formation of a new society. It would be possible to form a ‘people without nationality’ (sennacieca popolo), which would be organized in the same way as a future world society” (Forster, 1982:192).

Num artigo de Novembro de 1920, no *Laborista Esperantisto*, invectivou os leitores a uma reunião inaugural na qualidade de encontro especializado no quadro do Congresso Universal de Praga no ano seguinte, e em Janeiro sugeria uma designação para a nova organização: Sennacieca Asocio Tutmonda – SAT (Associação Mundial dos A-Nacionalistas). Ainda antes desse primeiro encontro Lanti recebeu, de um leitor da Rússia, um apelo que anunciaria os futuros problemas a travar entre a SAT e os esperantistas russos que apoiaram o regime soviético. O apelo desse leitor era o de que a SAT seguisse estritamente a III Internacional. Lanti responde em Junho de 1921(cit. por Forster, 1982:193-4):

Our association must not be a political organisation, in the narrow sense of the word. Let it be educational, instructive, helpful and effective; in such a manner it will be more revolutionary than the political parties, which especially aim at making *partisans*, not conscious revolutionaries, *i.e.*, men in whose minds old-fashioned ideas have disappeared and into whom have entered qualities enabling a new social system.

No encontro em Praga compareceram 79 pessoas vindas de 15 países. Os congressos mundiais que se seguiram desde então passaram a ser totalmente independentes dos da UEA, ou seja, do “movimento neutral”. Todos os “proletários com consciência de classe” eram instados a juntar-se à SAT, que tinha como princípio importante o uso do Esperanto na luta de classes, rejeitando esse papel à UEA pela sua assumida neutralidade política. A organização da SAT baseia-se na adesão individual, portanto, sem qualquer base nacional.

No Congresso Mundial da SAT de 1922 em Frankfurt foi decidido interditar a adesão simultânea na SAT e na UEA (a não ser que não existisse na zona de residência nenhuma organização esperantista operária), mas em 1924, no Congresso ocorrido em Bruxelas, esta imposição foi retirada e deixada à consciência individual de cada um, com excepção dos membros dirigentes, que deveriam mantê-la (vd. Forster, 1982:193).

A defesa do Esperanto, em ligação com o socialismo, era feita nos termos da razão e do progresso – como referido, estes eram os *ex-libris* do Ido, e Lanti tinha inicialmente hesitado entre as duas línguas, optando pelo Esperanto por estar mais difundida e consolidada a sua utilização¹⁶¹.

A identidade da SAT parecia por vezes carecer de suficiente clareza, colocando-se a questão do que de facto a distinguiu das outras associações esperantistas operárias. No Congresso Mundial de 1928 em Gothenburg concordou-se que, se as associações nacionais de operários trabalhavam *para* o Esperanto, a SAT trabalhava *através* do Esperanto. Outro problema persistente foi a de um programa para a SAT, que era na prática uma federação desestruturada de comunistas, sociais-democratas e anarquistas. Em 1924, sentindo-se inadequadamente representada em relação a uma maioria comunista na SAT, o pequeno grupo anarquista Tutmonda Ligo de Esperantistoj Senŝtatanoj (Liga Mundial de Esperantistas Sem-Estado) saiu da SAT. No Congresso de Viena, em 1926, constituiu-se uma Comissão para um programa comum, mas não houve acordo sobre uma proposta definitiva, e a questão foi sucessivamente discutida nos congressos mundiais até 1929, em que as tentativas foram finalmente consideradas vãs. Deste modo, as várias “fracções” auto-denominadas socialistas deveriam encorajar o Esperanto no interior dos seus partidos, já que o que as aproximava era a partilha de uma ideologia de tipo cosmopolita, no sentido em que as nacionalidades não faziam sentido. A dimensão da organização aumentou rapidamente, de 390 membros em 1921 para 6 329 em 1929 (em 1929 correspondia a cerca de 70 % do movimento neutral, que contava com 9 113 nesse ano) (cf. Forster, 1982:194-5).

Do mesmo modo que Zamenhof partiu do Esperantismo para o Homaranismo, também Lanti desenvolve, a partir da “condição de a-nacionalidade” (sennacieca) da SAT, a ideologia do “sennaciismo” - que não era a ideologia oficial da SAT. Tal como Zamenhof, Lanti retirar-se-á da liderança da organização em 1933 (e definitivamente em 1935) para se dedicar ao seu projecto pessoal, iniciando uma série ininterrupta de viagens pelo mundo – em que visita também Portugal em 1936 -, nunca tendo regressado a França. Também se dedicou à escrita, incluindo um livro crítico sobre a União Soviética (vd. Forster, 1982:195 e 205; *Portugala Esperantisto*, n.º 7, 1936:54). Contrário a todos os símbolos nacionais – tradições, língua e cultura nacional – enquanto barreiras à unificação do proletariado, Lanti entendia o Sennaciismo de forma racionalista, de modo que razão e progresso permitiriam administrar racionalmente os recursos mundiais para benefício de todos. Uma vez que a unidade linguística do Estado-Nação alimenta “naturalmente” uma relação de solidariedade entre a burguesia e o proletariado, o Esperanto teria um papel crucial no processo de emancipação do proletariado. Aqui, Lanti contrastava com Zamenhof e todos os grandes pensadores do movimento, na medida em que esperava que o Esperanto substituísse as línguas nacionais (vd. Forster, 1982:195-6).

¹⁶¹ Os idistas eram também activos no movimento operário. Em 1921, no 1.º Congresso do Ido em Viena, fundaram a sua própria organização Emancipanta Stelo e uma secção idista comunista (Forster, 1982:194).

Os esperantistas russos cedo se interessaram pela SAT, e tendendo a ser politicamente de esquerda, receberam bem a revolução de 1917, tanto que tinham a expectativa de que o socialismo acolhesse o Esperanto; afinal, uma sociedade planeada poderia ser favorável a uma língua planeada. Assim:

The Soviet Esperanto Union (SEU) was founded in 1921, intending to use Esperanto particularly to promote revolutionary ideas and the aims of Soviet socialism abroad. There was also the possibility of language being taken seriously in the Soviet Union. There were many language problems within the Soviet Union, and Lenin had opposed the enforced “russification” policy that had been characteristic of Tsarist times. This set the stage for linguistic research being supported by state ideology, and thus helped state interest in planned international languages (Forster, 1982:197)

Porém, o Comintern (III Internacional), fundado em 1919, tencionava, como vimos no Capítulo 2.2, ter autoridade sobre todo o movimento operário, impondo o comunismo como via única¹⁶². Homologamente, como tinha sido antecipado pela reacção do esperantista russo ao anúncio da constituição da SAT, uma força esperantista russa pressionava a organização no mesmo sentido, e essa insistência continuada teve como desfecho uma cisão na SAT em 1931. Já em 1923 um panfleto soviético condenava a imprecisão política da organização, afirmando que os anarquistas e social-democratas eram mais perigosos que a burguesia declarada, e ainda, que a neutralidade da SAT era tão repreensível como a do movimento neutral. Os membros comunistas da SAT não estavam confinados à Rússia, encontrando-se particularmente bem representados em França e na Alemanha. No Congresso da SAT de 1930, em Londres, não esteve presente qualquer membro russo, e a Associação Alemã de Operários Esperantistas tinha pouco antes declarado o seu apoio ao Bolchevismo; ocorreu um forte diferendo durante o Congresso, e logo depois a SEU iniciou a tentativa de formar uma associação independente da SAT, tendo começado por invectivar os esperantistas alemães, e no Congresso de 1931 em Amesterdão a cisão tornou-se irreparável (vd. Forster, 1982:198-200). Deu-se também a retirada dos sociais-democratas da Áustria, que alegavam que com a retirada comunista o movimento já não representava todo o espectro socialista (vd. Forster, 1982:204). A SEU integrou uma nova organização, a Internacio de Proletaraj Esperantistoj – IPE (Internacional de Esperantistas Proletários), estritamente pró-Moscovo e dominada pelo Comintern. A IPE era muito activa na organização de um serviço de correspondência entre os esperantistas soviéticos e esperantistas comunistas de “países capitalistas” (vd. Forster, 1982:203). Todavia: “Esperanto originally received favourable attention from the Soviet government, but always with close official supervision. Thus correspondence between

¹⁶² Forster (1982:198) relembra que o comunismo soviético se desenvolveu no ambiente autoritário do período czarista, pelo que não se caracteriza por nenhum dos traços habitualmente presentes no socialismo da Europa Ocidental, *i.e.*, de tipo libertário, não-violento e democrático.

Soviet Esperantists and *Communists* in other countries was always officially encouraged, but other international contacts were viewed with grave suspicion” (Forster, 1982:201).

O destino do Esperanto ficou também ligado ao linguista georgiano Nikolai Y. Marr (1865-1934), inicialmente favorável ao Esperanto. Marr defendeu que uma revolução linguística se seguiria à vitória do socialismo mundial, e que o movimento do Esperanto era uma força progressiva nessa direcção; contudo, iniciou depois a construção da sua própria “Nova teoria da Linguagem”, de inspiração marxista, que obteve o apoio de Stalin. Antes de 1937, já as obras de Stalin e a Constituição de 1936 estavam traduzidas para Esperanto, mas a vigilância da correspondência revelou que alguns membros da SEU enviavam para o estrangeiro opiniões críticas sobre o regime. Em 1937 o centro da IPE fechou em Moscovo, e foi implantado em Londres. Diz Forster que o primeiro sinal de desaprovação ocorreu com a sentença de um membro da SEU a cinco anos de trabalho forçado, e as Grandes Purgas de 1937 foram muito danosas para os esperantistas: “Exact figures are unknown, but apparently thousands of Esperantists were executed or given long terms of imprisonment” (Forster, 1982:203. Vd. Lapenna *et al.*, 1974:263). Finalmente, também Marr foi mal-visto por Stalin, sendo oficialmente condenado em 1950, já após a sua morte, uma vez que o Russo passou a ser considerada a língua para toda a esfera de influência Soviética. O Esperanto só recuperou em 1979 com a reconstituição de uma associação nacional russa (Lapenna *et al.*, 1974:725-39; Forster, 1982:201-4).

A SAT sobreviveu à 2.^a Guerra, e as instalações em Paris mantiveram-se abertas, embora o *Sennaciulo* não tivesse tido edições entre 1939 e 1946. As actividades foram retomadas em 1946 com um encontro entre o executivo da SAT e associações esperantistas de trabalhadores britânicos, holandeses, dinamarqueses e suecos, e o primeiro congresso mundial depois da Guerra ocorreu em 1947. Entre 1946 e 1952 uma das actividades desenvolvidas foi o envio, a trabalhadores esperantistas empobrecidos de vários países, de alimentos e vestuário recolhidos em países mais ricos, como a Dinamarca e os EUA. Tal como outras organizações de Esperanto, a adesão recrudescer após a Guerra: em 1939 eram 2 002 membros, em 1947 eram 4 284, e em 1949 contavam-se 5 134. Mas houve um decréscimo posterior, tendo em 1950 reduzido para 4 623. Nos países que se reclamavam comunistas, a actividade dos esperantistas é retomada após a morte de Stalin, mas apenas no âmbito do movimento neutral - com a excepção da Jugoslávia, onde a SAT continuou forte. De qualquer modo, em 1952 a SAT e a UEA conjuntamente apelam, numa carta aberta a Stalin, ao fim da proibição do Esperanto, entendida como “imperialismo linguístico”. Em 1953 em Viena foi criada a Mondpaca Esperantista-Movado – MEM (Movimento Esperantista para a Paz Mundial), que tomou a linha política do Pacto de Varsóvia, e foi particularmente popular nos “países comunistas” (cf. Forster, 1982:206 e Lapenna *et al.*, 1974:529-30).

Os símbolos da SAT são uma estrela verde circundada a vermelho, e o seu próprio hino, aprovado em 1954. Só em 1937 os seus princípios sofreram alteração, auto-designando-se “não-partidária” em vez de “não-política”. A SAT manteve independência da UEA, reafirmada em 1950, insistindo ser contra o neutralismo. No entanto, mantém com a Academia de Esperanto um reconhecimento

recíproco, pois, contribuindo financeiramente para aquela academia, a SAT continuou também a editar o Dicionário de Esperanto que é considerado uma autoridade maior em matéria linguística. Compilado por membros da Academia de Esperanto, e primeiramente publicado em 1930 (*Plena Vortaro de Esperanto*), foi actualizado em 1970 (*Plena Ilustrita Vortaro*) (vd. Lapenna *et al.*, 1974:166). A edição do dicionário responde, tal como o patrocínio de muitas traduções literárias, à crença da importância do aspecto educativo para os trabalhadores. A SAT instituiu-se como organização anti-capitalista, com origem nas ideias pacifistas da solidariedade da classe trabalhadora nos movimentos socialistas não-esperantistas, e ambicionando agir como um movimento educacional com vista à realização daqueles ideais. A SAT incorporou ideias quer de Zamenhof, sobre “um povo esperantista”, quer de Hodler, sobre o movimento do Esperanto como “um segundo país”:

SAT incorporated ideas of this kind but was more overtly political in content: it was more directly a “social movement” in the traditional sociological sense, arising out of a specific condition of strain. SAT arose directly out of the Franco-German conflict, which revolutionary syndicalist ideas had failed to prevent (...) SAT declined in importance when the strain that produced it in the first place, arising out of the hostile Franco-German relations, was resolved. SAT has not retained the degree of importance in the Esperanto movement it had in the past (Forster, 1982:208 e 210).

No Capítulo 4.4 será reenquadrada esta afirmação de Forster, a propósito da discussão específica do movimento do Esperanto enquanto movimento social. Numa análise historicamente perspectivada, não resulta estranho que a SAT tenha decrescido em importância, pois foi interdita nos “países comunistas” do pós-2.^a Guerra (cf. Forster, 1982:210); e por outro lado, fora da Europa, a oposição ao nacionalismo por parte da Esquerda não fazia sentido, uma vez que os movimentos de libertação nacional ocorreram quase sempre em países sujeitos a processos de colonização.

De forma sumária, quais as linhas de intersecção entre o Esperanto e o socialismo? São as seguintes: (1) as ideias internacionalistas da unidade dos trabalhadores do mundo eram potencialmente fomentadas através do Esperanto; (2) o planeamento social de carácter científico associado ao socialismo era compatível com o espírito científico atribuído ao Esperanto; (3) o Esperanto foi visto como subversivo das lealdades nacionais, as mesmas que estavam na base do capitalismo e do militarismo; e (4) as vantagens práticas do Esperanto eram adjuvantes da educação dos trabalhadores, das necessidades sentidas nas conferências internacionais e do cultivo de contactos directos entre eles (vd. Forster, 1982:188).

Actualmente pode observar-se que a SAT é bastante activa, com congressos mundiais anuais, e albergando as seguintes secções (ou fracções, segundo a sua terminologia): Fracção pela Distribuição Económica, Fracção Comunista, Fracção Libertária, Fracção de Livres-Pensadores, Fracção A-Nacionalista, Fracção Arco-Íris, Fracção Ecologista e Secção Vegetariana (vd. <http://satesperanto.org>).

Voltemos ao período entre as Guerras, caracterizado pelo recrudescimento dos sentimentos nacionalistas na Europa, que influenciou directamente no movimento do Esperanto. Diz Forster: “In the immediate postwar period the Esperantists had been able to profit from the wave of pacifist sentiment which had swept Europe. This trend proved short-lived, or at least began to decline in importance except among certain deviant groups. Resurgence of this nationalist sentiment had the effect of exacerbating the conflict between UEA and the national associations” (Forster, 1982:213).

De uma perspectiva da globalidade do movimento, a orientação valorativa, e em simultâneo, assumidamente neutral do Esperanto imprimida pela UEA, sofria de duas frentes de enfraquecimento, a socialista, e por acréscimo, a anti-nacionalista. A socialista, com a sua interpretação política, podia não interessar a todos os membros, mas encorajava particularmente os trabalhadores; assim, em 1931 na Alemanha os esperantistas “neutrais” eram 2 114, mas na Associação Alemã de Trabalhadores Esperantistas perfaziam o número de 5 450, e esta diferença entre as duas vertentes do Esperanto verificava-se também na Áustria, Suécia e Holanda. Acresciam também os anti-nacionalistas, que não aceitavam no movimento “neutral” algumas condescendências e concessões que as associações nacionais começavam a fazer aos governos nacionalistas.

As associações nacionais sentiam desconforto relativamente à UEA porque aspiravam ao reconhecimento oficial e não seria conveniente a verificação de conflitos entre o Esperanto e os nacionalismos. Estas associações temiam ainda mais a imagem subversiva do Esperanto veiculada mediante os apoiantes da SAT, como em França em 1923: “French esperantists, trying to create a favourable impression of Esperanto in a hostile environment, remarked of SAT that anyone can use Esperanto for bad purposes as well as good. Tensions of this kind were present in all national Esperanto associations representing large and powerful nation-states” (Forster, 1982:213). Esta atitude verificou-se em França especialmente durante o governo de Poincaré, mas foi muito mais evidente na Alemanha, na tentativa de não ofender o partido Nazi. Em 1922, Hitler já tinha condenado o internacionalismo do Esperanto num discurso em Munique, e no *Mein Kampf* (1935) cita-o como potencial instrumento da conspiração judaica para a dominação do mundo: “As long as the Jew has not become the master of the other peoples, he must speak their languages whether he likes it or not, but as soon as they become his slaves, they would all have to learn a universal language (Esperanto, for instance!) so that by this additional means the Jews could more easily dominate them” (cit. por Forster, 1982:221, da edição em Inglês, 1943:307).

Sendo o Esperanto visto como instrumento de cosmopolitas e comunistas, os esperantistas socialistas são naturalmente os primeiros a sofrer represálias na Alemanha: em 1933 as associações operárias esperantistas foram dissolvidas. As associações não operárias puderam manter-se mais algum tempo, mas sempre sob suspeita (vd. Forster, 1982:221).

Como já dissémos, o Contrato de Helsínquia de 1922 que tentou harmonizar as já então conflituantes tendências quer para um internacionalismo federalista quer para um internacionalismo cosmopolita, acabaria por soçobrar uma década depois do seu estabelecimento. Em 1932 a UEA

encontrava-se em dificuldades financeiras: a dupla mobilização dos esperantistas, para as associações nacionais e para a UEA, significava para os membros um esforço financeiro que muitas vezes resolviam em prejuízo da segunda. Nesse ano, no Congresso Universal em Paris, a Associação Francesa propõe a criação de uma associação internacional única, composta de associações nacionais, a quem caberia a eleição dos delegados (e que obteve o apoio da Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e Suécia, e o desacordo da Suíça, Holanda, Checoslováquia e da própria UEA). Dessa proposta surgiu a *Universala Federacio Esperantista* (Federação Esperantista Universal), que eliminava a UEA e não aludia a princípios defendidos por esta, como o da solidariedade entre os membros. Na edição de Dezembro de 1932 da *Esperanto*, Eduard Stettler, um dos pioneiros da UEA, escreve: “We have too much faith in the good sense of the Esperantists to believe that the national principle will really win in the movement (...) But a great danger threatens the movement through making concessions to contemporary political trends under the flag of nationalism” (cit. por Forster, 1982:215).

Os acontecimentos do Congresso Universal de 1933, ocorrido em Colônia sob o regime Nazi, constituíram mais um motivo de conflito. A Associação Alemã de Esperanto tinha vindo a tentar uma aceitação da língua perante o regime, nomeadamente afirmando que o Esperanto purifica a língua alemã, evitando a invasão de palavras estrangeiras, para além de poder ter um papel na propagação para o estrangeiro de informação e conhecimento sobre a Alemanha. Tentando argumentar acerca da compatibilidade entre o Esperanto e o regime, afirmam que o internacionalismo só é possível na base do forte e saudável nacionalismo. A atitude de condescendência estava patente em artigos no *Heroldo de Esperanto*, o semanário independente publicado na Alemanha, através de afirmações como a de que exceptuando alguns excessos, (devidamente punidos), a revolução nacional alemã decorria disciplinadamente, que os prisioneiros comunistas e socialistas não eram mais mal tratados que quaisquer outros, e finalmente, que a tendência crítica da imprensa estrangeira era enganadora (vd. Forster, 1982:215-6 e *Heroldo de Esperanto*, 9 Abril, 1933)¹⁶³. Assim, o Presidente da Câmara de Colônia discursou no Congresso Universal de Esperanto, e numa afirmação bastante aplaudida disse que a revolução nacional-socialista surgiu na Alemanha para defender o mundo do bolchevismo (vd. Forster, 1982:218). Depois do Congresso, a Associação Alemã de Esperanto adoptou a divisa “Pela Alemanha através do Esperanto”, instou os membros a referirem os pontos de vista oficiais na sua correspondência externa, e havia ainda panfletos escritos em Esperanto que mencionavam a influência judaica negativa na vida pública alemã. Finalmente, em 1935, os membros judeus foram expulsos, e a Associação adoptou como um dos seus objectivos a propagação da visão do mundo do nacional-socialismo. Ainda nesse ano foi criada uma outra associação esperantista pró-Nazi, que declarava ter relações com a Gestapo. Denominava-se *Neue Deutsche Esperanto-Bewegung*, e era crítica

¹⁶³ Esta parte da história do Esperanto é especialmente desenvolvida por Ulrich Lins, 1973, *La Danĝera Lingvo: Esperanto en la Uragano de Persekutoj (A Língua Perigosa: Esperanto no Furacão das Perseguições)*.

relativamente ao apoio que a Associação Alemã de Esperanto dava ao dicionário publicado pela SAT e a livros de autores judeus, afirmando ainda a sua incompatibilidade com os ideais zamanhofianos.

A *Universala Federacio Esperantista* não chegou a constituir-se pois acordou-se que a UEA se manteria, mas sendo os delegados nomeados pelas associações nacionais: “this proposal appeared to be a sellout for UEA, but it was apparently accepted so as to ease financial difficulties of both UEA and individual Esperantists” (Forster, 1982:217). No Congresso Universal de 1934, em Estocolmo, deu-se a eleição para o comité da nova organização, que teve como resultado o afastamento das anteriores figuras maiores da UEA, como Edmond Privat, Johannes Karsch e Andrei Cseh, motivando a demissão dos restantes membros da antiga UEA (Hans Jakob, o director e Eduard Stettler, o presidente – este admitindo todavia que a eleição era perfeitamente legal) (cf. Forster, 1982: 216-8). Na discussão que se gerou, esgrimiram-se acusações: “A heated discussion took place and it was noted that a shift in ideology away from the supernational tendency had occurred. The value- and norm-oriented division became clear; value-oriented Esperantists reproached the norm-oriented camp for ‘not having the inner idea’, and in turn were rebuked by the norm-oriented camp for being ‘mystics’” (Forster, 1982:217 e *Esperanto*, Outubro de 1934).

A nova presidência é assumida pelo general francês Louis Bastien, e a vice-presidência pelo alemão Anton Vogt, membro do Partido Nazi. A designação UEA é mantida, e os escritórios mudaram de Génève para Londres. A publicação da UEA, *Esperanto*, acusou de imediato a mudança ideológica. O último número de 1934, editado em Dezembro, trazia o artigo “O ponto de vista alemão sobre o problema racial”, argumentando que os Nazis afirmavam sómente que as raças são diversas, e que a confusão racial é perigosa; o primeiro número de 1935 trazia o título “Um novo objectivo – um novo espírito”, e Vogt sublinhava a necessidade de disciplina e de uma liderança forte (Forster, 1982:218).

Depois da mudança dos escritórios para Londres, um grupo de esperantistas suíços criou uma nova associação que replicava a antiga UEA – a *Internacia Esperanto-Ligo* (IEL) – e investivaram os esperantistas individuais, os delegados, e as associações nacionais a aderirem, no que tiveram total êxito: em Março de 1937 todas as associações nacionais, com excepção da espanhola e da suíça, tinham-se-lhe juntado, e no final do ano a nova organização tinha 13 500 membros contra 1 300 da UEA. A UEA que já tinha em 1936 reiniciado a defesa da “*interna ideo*”, em 1938 aceitava anúncios de pessoas que desejavam emigrar, especialmente dos países mais afectados pelo anti-semitismo, e replicou o serviço de reenvio de correspondência criado na Guerra anterior, mas numa dimensão muito menor; e de facto, acabou por colaborar com a IEL durante a Guerra na tentativa de ajudar a família Zamenhof da fúria Nazi (vd. Forster, 1982:219-20 e 223)¹⁶⁴. Forster afirma que a UEA deste período não deve ser considerada em si uma organização fascista (Forster, 1982:219):

¹⁶⁴ Em 1937, no Congresso Universal em Varsóvia, ocorreu uma tentativa de unificação da UEA e da IEL, com a mediação de Adam Zamenhof, filho de Zamenhof. Não foi bem-sucedida, e permanecia o desacordo sobre a localização dos escritórios. Outra tentativa foi feita em 1939 no Congresso em Berna (vd. Forster, 1982:223).

The new UEA should not be thought of as a Fascist front organisation. Most European countries were represented among the membership of the committee. Rather UEA became an organisation in which powerful nationalist forces, including but not confined to Fascism, could easily be accommodated. Esperanto was seen more as a technological innovation which made international contact easier, and no attempt was made to develop a value-oriented ideology which could be subversive of chauvinistic ideas.

O Esperanto na Alemanha não logrou afinal a aceitação do regime. Em 1935 o Ministro da Educação, Bernhart Rust, condenou o Esperanto por enfraquecer o valor essencial do carácter nacional, e proíbe o seu ensino. Em Fevereiro de 1936 os membros do partido Nazi são proibidos de ter ligações com as organizações esperantistas, e em Julho do mesmo ano o movimento é ilegalizado. Generalizadamente, o movimento sofreu repressão e proibição, com excepção da França, Dinamarca e Noruega. A ilegalização foi consumada na Áustria em 1938, na Polónia em 1939, na Checoslováquia em 1940, e em 1941 na Holanda, Jugoslávia e Bélgica (os belgas mantiveram-se na clandestinidade). Em Itália as emissões de rádio continuaram durante algum tempo, sendo que a Federação Italiana teve que fazer concessões através da expulsão dos membros judeus em 1939, mas por fim cessou durante a Guerra. Na Bulgária as emissões de rádio em Sófia mantiveram-se até 1942. E no Japão, o movimento esperantista operário foi ilegalizado em 1939 e o neutral manteve-se até 1944 (vd. Forster, 1982:221-3). Em Espanha, no período da Guerra Civil, os esperantistas também não foram poupados: “Durante a guerra de Espanha todos os membros da Associação de Córdoba foram fuzilados” (Santiago, 1986:53. Vd. também Lapenna *et al.*, 1974:710).

A família Zamenhof foi perseguida e quase extinta. Diz Forster (1982:222): “Not only they were Jewish, but among Jews they were particularly singled out for arrest”. Os três filhos de Zamenhof - Adam (oftalmologista também, casado e com um filho, Ludwik), Sofia (médica) e Lydia (professora de línguas, formada em Direito, activa no movimento e também próxima do Homaranismo que a envolveu na fé Baha'i) - estavam em Varsóvia em 1939 aquando da invasão Nazi. Nesse ano uma bomba destruiu a casa da família e esta foi perseguida deliberadamente. Adam foi executado em 1940, os restantes sofreram o ghetto e depois a deportação para Treblinka. As duas filhas pereceram em 1942, apenas a mulher de Adam e o filho sobreviveram (terão fugido do comboio que os levava para o campo de concentração) (cf. Franzco, 2007:283; Stavans, 2009; Grzybowski, 2010:186-7).

Depois da Guerra a reconciliação entre a UEA e a IEL foi fácil, e assim, em 1946 a organização restabelecia-se com a designação inicial, e mediante o compromisso entre dois princípios de adesão – membros individuais e associações nacionais - e da existência de dois escritórios com atribuições repartidas, o britânico e o suíço (vd. Forster, 1982:224).

No pós-Guerra a questão mais discutida foi a do princípio de neutralidade. Muitos esperantistas manifestavam-se no sentido da condenação dos crimes da Guerra, e inclusivamente, do impedimento de antigos activistas Nazis como membros; aliás, a Associação Alemã de Esperanto só foi readmitida

na UEA em 1955. Assim, no primeiro Congresso após a Guerra, realizado em 1947 em Berna, surgiu uma proposta do jugoslavo Ivo Lapenna - que foi apoiada pela Bulgária, Jugoslávia, Roménia, Áustria, Checoslováquia, Hungria, Palestina e Polónia - de condenação ao fascismo, e invectiva às Nações Unidas, organizações internacionais e forças progressistas, a atentar no Esperanto enquanto meio poderoso para a solidariedade mundial. Esta moção não foi aceite pelo Congresso, alegando-se especialmente o princípio da neutralidade, e o que poderia ser um precedente de parcialidade em futuros cenários, ou ainda que pudesse ser entendido como uma assunção pró-comunista. Foi todavia aceite um compromisso com os direitos humanos (vd. Forster, 1982:224-6). Então:

Thus, while continuing to express its neutrality on matters of politics and religion, the 1947 constitution of UEA contained the corollary that “the respect for human rights is an essential condition for its work”. This foreshadowed the great significance that was to be attached to the Declaration of Human Rights, United Nations and UNESCO in the postwar ideology of the movement (Forster, 1982:226).

Podemos ver como a história do movimento mostra uma fragilidade e consequente tendência de cisão relativamente aos ideais associados ao Esperanto. Inicialmente, os posicionamentos do próprio Zamenhof motivaram a discussão da neutralidade religiosa; depois, as orientações da SAT colocaram a questão da neutralidade política; e depois dos acontecimentos da 2.^a Guerra, era impossível para a UEA evitar discussões políticas. Mas em 1947 foi dada preferência a um compromisso positivo com os direitos humanos, ao invés de um compromisso negativo contra o fascismo.

A experiência de uma aproximação a organizações internacionais, tentada com a Liga das Nações após a 1.^a Guerra, foi replicada na sequência da 2.^a Guerra, desta vez, relativamente à ONU. Neste período após a última Grande Guerra uma figura carismática impõe-se, e à semelhança de Zamenhof, Lanti, ou Hodler, revelou-se muito marcante na história do Esperanto. Ivo Lapenna (1909-1987), mentor da já referida moção de reprovação ao fascismo apresentada no Congresso de 1947, e que foi presidente da UEA entre 1964 e 1974. Formado em Direito Internacional, foi professor da London School of Economics, e exerceu consultoria na Conferência da Paz em Paris em 1946 e no Tribunal Internacional de Justiça de Haia em 1947; aliás, a sua formação académica coaduna-se com os valores de paz e internacionalismo associados ao Esperanto. Na sua visão, o Esperanto incorporava um meio de promoção dos direitos de minorias linguísticas, e manifestava-se a desfavor da discriminação linguística nos encontros e nas organizações internacionais na medida em que apenas algumas línguas são consideradas oficiais. Lapenna era também exímio orador em Esperanto, tendo escrito em 1950 a obra *Retoriko (Retórica)*. Desenvolveu, acérrima e sistematicamente, uma estratégia para o movimento, que Forster denomina de “política de prestígio”, orientando-se para a respeitabilidade do Esperanto e sublinhando o seu valor linguístico para as relações culturais, e criando estímulos à produção cultural e intelectual (vd. Forster, 1982, Capítulo 9). Assim, em 1955 e em 1962 foram desenhados os dois Programas Básicos de Trabalho orientados para aqueles objectivos. A adesão à

UEA cresceu bastante, de 17 707 membros em 1948 para 32 202 em 1964, e as actividades expandiram-se sem precedente. Em 1949 Lapenna realizou um périplo europeu de conferências, que lhe permitiu tanto um maior conhecimento das organizações em vários países, como por outro lado, encorajar o apoio às políticas da UEA¹⁶⁵; foi criada em 1952 a Universidade Internacional de Verão (Internacia Somera Universitato); para os Congressos Mundiais foi criado em 1950 o concurso de belas-artes que integrava prosa, poesia e teatro e um concurso de oratória para jovens que se realizou entre 1949 e 1974, para além de haver a partir de 1949 um serviço de imprensa naqueles eventos mundiais. Em 1963 é criado o Instituto para o Esperanto no Comércio e na Indústria. O Terceiro Programa Básico de Trabalho surge em 1972 (cf. Forster, 1982:237-9; Lapenna *et al.*, 1974:629).

A literatura foi sempre cultivada desde a época de Zamenhof, e Lapenna segue esse princípio, visível no discurso proferido no Congresso Universal de 1954 decorrido em Haarlem, e intitulado “O valor cultural da Língua Internacional”, em que diz (cit. por Forster, 1982:238-9):

Languages in the true sense of the word are ordinarily born firstly as spoken languages and only afterwards, over their long period of evolution, are they also transformed into written, literary languages. The International Language can jump this long evolutionary process and, using the cultural heritage of the richest national languages, it can begin life immediately as a literary language (...) there still exist people, even those of high standing in the cultural hierarchy, who with a superior arrogance (...) assert (...) that Esperanto is not a cultural language. They do not understand that as such cultural and non-cultural languages do not exist, but that cultural character of any language depends exclusively on the cultural values created in it (...) Esperanto is a social reality and [that] besides, it has already become a cultural language.

A constituição do Centro de Investigação e Documentação (Centro de Esploro kaj Documentado – CED) em 1952 permitiu a realização sistemática de investigação e produção de estatísticas que resultaram na edição de documentação em Esperanto e outras línguas – Inglês, especialmente – que circulavam por organizações internacionais e outras instituições para a promoção da língua; permitiu também em grande medida a edição do enciclopédico *Esperanto en Perspektivo* em 1974 (que aqui temos citado). O CED iniciou em 1969 a publicação periódica académica *La Monda Lingvo-Problemo*, mais tarde denominada *Lingvaj Problemoj kay Lingvo-Planado*, com artigos em várias línguas e resumos em Esperanto – o próprio centro alterou a sua denominação em 1968 para Centro de Esploro kaj Documentado pri la Monda Lingvo-Problemo e actualmente está ligado à Universidade de Hartford nos EUA (cf. Forster, 1982:239; Lapenna *et al.*, 1974:402 e 628; Tonkin, 1993:16).

¹⁶⁵ Entre 1949 e 1951, em visita a 150 cidades em Itália, França, Bélgica, Holanda, R. U. e Islândia, Lapenna fez 300 conferências em Esperanto, com tradução nas línguas nacionais quando não ocorriam nas associações locais de Esperanto (para o grande público o tema foi a Jugoslávia, nas universidades versou sobre a sua área – as relações internacionais e direito internacional -, para além daquelas que dedicou ao tema da ONU, da UNESCO e da Declaração Universal dos Direitos Humanos) (vd. Lapenna *et al.*, 1974:341 e 398).

A pretendida visibilidade do exterior era tentada através da escolha de edifícios importantes para a sede das sessões inaugurais dos Congressos Universais, mas, mais significativo era a eleição de pessoas prestigiadas fora do movimento para posições de liderança, como tinham sido o Professor Edmond Privat e o Professor Canuto, facto que Lapenna sublinha no seu discurso no Congresso de 1958 em Mainz: “The more prestigious people are found in positions of authority in our organizations, the higher prestige our movement enjoys” (cit. por Forster, 1982:240).

A qualidade da informação veiculada sobre a língua foi objecto de intervenção específica, através do desenho de um conjunto de princípios fundamentais que foram aprovados num encontro de representantes dos departamentos de informação de várias associações nacionais que decorreu em Frostavallen na Suécia em 1956. Foram denominados “Princípios de Frostavallen”, dos quais uma secção orienta a qualidade da informação a veicular para o exterior do movimento (vd. Lapenna *et al.*, 1974:599 e Forster, 1982:241). Vale a pena ver quais os “erros principais” que deveriam ser evitados pelos esperantistas: (a) referência ao Esperanto como língua “artificial”, “auxiliar”, “verde”, etc.; (b) referência desnecessária a outros projectos de construção de uma língua comum; (c) indistinção clara entre o Esperanto como língua viva e outros projectos; (d) traduzir certas expressões em Esperanto para as línguas nacionais, como samideano (co-idealista), majstro (mestre), verdstelanoj (seguidores da estrela verde), etc.; (e) escrever sobre o Esperanto de forma incorrecta nas línguas nacionais; (f) usar o termo “propaganda” para referir a informação sobre o Esperanto; (g) atribuir características sectárias ao movimento, como demasiadas estrelas e bandeiras, cantar o hino e outras canções esperantistas em momentos desadequados, excentricidades no vestuário durante os Congressos e outras sessões públicas, etc. (“Errors in information have turned tens of thousands of people away from Esperanto and have greatly jeopardized the movement in many milieus”); e (h) para a elevação da qualidade é necessário sublinhar todas as áreas de valor cultural e prático da língua: literatura, trabalho científico, a Universidade Internacional de Verão, os concursos de artes, a rede de delegados (especialmente o apoio que prestam em viagens de lazer e de trabalho). Assim: “The dignity of all public arrangements should reflect the respect which the Esperantists themselves have for the international language” (vd. “Fundamenta principaro de informado pri la Internacia Lingvo”, *Statuto kaj Regularoj*, 1968, cit. por Forster, 1982:241). Finalmente, os esperantistas são encorajados a mostrar as suas convicções e manifestar-se em apoio da língua, e a esclarecer concepções erróneas, devendo ainda usar apenas uma estrela verde. Repetidas vezes Lapenna escrevia na *Esperanto*, afirmando que os “erros” enunciados nos *Princípios* tinham diminuído mas ainda não tinham sido eliminados, e preocupava-se particularmente que pudesse existir uma imagem de semelhança com um culto religioso (vd. Forster, 1982:241-2, e *Esperanto*, Novembro de 1967, cit. por Forster, *idem*). Mas uma das suas maiores “batalhas” foi pela depuração da imagem dos esperantistas de todos os aspectos de excentricidade, que na sua opinião perigava todo o movimento. Logo em 1947 escrevia na *Internacia Kulturo*: “People will say [again] that everyone has the right to dress as he wishes. Certainly; but could we not kindly request such cranks not to hinder the spread of Esperanto by their

standpoint and external appearance? If that does not work, have we not at least the right to make a mockery of them, since they make a mockery of Esperanto?” (cit. por Forster, 1982:233-4).

A promoção do Esperanto junto das novas Organizações Inter-Governamentais, a ONU e a UNESCO, constituiu talvez o mais importante momento da política esperantista após a 2.^a Guerra. Uma petição dirigida à ONU invectivava esta organização a ter em conta o Esperanto e a encorajar a sua difusão: em 1949 tinha 895 432 assinaturas individuais e 492 organizações subscritas que equivaliam a uma totalidade de 15 454 780 membros, identificando-se algumas figuras políticas como o ex-presidente francês Vincent Auriol, e os primeiros-ministros da Holanda, Áustria, Polónia e Checoslováquia. A petição chegou ao secretariado da ONU em 1950, que a encaminhou para a UNESCO como corpo competente na matéria. Em 1952 o secretariado da UNESCO sugeriu que, para as Conferências Gerais dos dois anos subsequentes, o Director-Geral assumisse o estudo do problema da língua e suas soluções. Dois observadores da UEA estiveram presentes na Conferência Geral de 1952, um deles era Lapenna, e foi entregue a todos os delegados da Conferência um documento produzido pelo CED; Lapenna sugeriu uma resolução com a secção “A UNESCO tem razões para conceder a sua atenção aos resultados conseguidos pela língua Esperanto para o progresso das relações morais e intelectuais entre os povos”, que permitiu a proposta de uma petição e do correspondente trabalho preparatório para a Conferência seguinte, a realizar em 1954 em Montevidéu. A UNESCO enviou um observador ao Congresso Universal de Esperanto de 1953 que se realizou em Zagreb.

A UEA e o CED prepararam um extenso *dossier* sobre a história do Esperanto no mundo para entregar no secretariado da UNESCO, um documento sobre a contribuição potencial do Esperanto para os objectivos e actividades da UNESCO, para além de uma exposição sobre o Esperanto para levar a Montevidéu. A par da petição foi entregue uma candidatura da UEA ao título de organização com relações consultivas (vd. Lapenna *et al.*, 1974:760-73; Forster, 1982:242-4).

Os resultados foram a aceitação da UEA como organização com relações consultivas e a aprovação de uma resolução favorável ao Esperanto¹⁶⁶, nos seguintes termos: “A Conferência Geral, tendo discutido o Relatório do Director-Geral sobre a petição internacional a favor do Esperanto: 1. Observa os resultados alcançados internacionalmente pelo Esperanto no campo das relações intelectuais e na aproximação entre os povos do mundo; 2. Reconhece que esses resultados correspondem aos objectivos e ideais da UNESCO; 3. Autoriza o Director-Geral a prosseguir os desenvolvimentos em curso no uso do Esperanto na educação, ciência e cultura, e, para este fim, a cooperar com a Associação Universal de Esperanto nas matérias que competem a ambas as organizações; 4. Observa que vários Estados-Membros anunciaram a sua imediata disponibilidade para introduzir ou expandir o ensino do Esperanto nas suas escolas e estabelecimentos de educação superior, e solicita aos Estados-

¹⁶⁶ A resolução foi proposta pela delegação Mexicana ao Committee on the Programme and Budget, e teve a princípio a oposição do linguista dinamarquês, o Prof. Andreas Blinkenberg, que ridicularizou a língua e declarou que não tinha valor cultural (vd. Forster, 1982:243). Vd. resolução IV.1.4.422-4224 (*Nia Bulteno*, n.º 64, Julho-Setembro, 1994, sup. *Esperanto, Língua Viva!*, n.º 6, pp. 2-6; Lapenna *et al.*, 1974:773).

Membros que mantenham o Director-Geral informado dos resultados obtidos nesse campo” (vd. Forster, 1982:244, nossa tradução).

Esta resolução e o estabelecimento das relações consultivas com a UNESCO constituíram um grande sentimento de júbilo. Lapenna afirmou no órgão de imprensa da UEA que pela primeira vez o valor educativo, científico e cultural do Esperanto tinha sido oficialmente reconhecido (em *Esperanto*, Fevereiro de 1955, cit. por Forster, 1982:244). Na edição de Abril do mesmo ano, Hans Jakob, o editor daquele periódico, afirmou que era “o início de uma nova época”; a decisão foi descrita como “uma vitória”, e Lapenna era considerado “o herói de Montevidéu”. As relações consultivas implicaram uma reciprocidade nas actividades das duas organizações, que comprederam a presença de observadores nos respectivos encontros internacionais, a divulgação de informação sobre a UNESCO por parte da UEA, e a colaboração em actividades como edição de livros, o Ano Internacional dos Direitos Humanos, o Ano da Cooperação Internacional, o Ano Internacional da Mulher e o Ano Internacional da Criança, e ainda no centenário do nascimento de Zamenhof, em 1959, a UNESCO nomeou Zamenhof como “uma das grandes personalidades da humanidade”. Particularmente no Ano Internacional dos Direitos Humanos, 1968, a UEA pôde apelar directamente à sensibilização sobre a discriminação linguística, e lançou um selo postal com a inscrição em Esperanto “Pela Língua Internacional – Contra a Discriminação Linguística – Ano dos Direitos Humanos”; nesse ano, no Congresso Universal que versou o mesmo tema, foi aprovada a Resolução de Madrid designada “Pelos direitos humanos”¹⁶⁷ (cf. Forster, 1982:244-6 e Lapenna *et al.*, 1974:389 e 401).

A UEA parece ter mimetizado e incorporado traços e atitudes das organizações internacionais como a UNESCO e a ONU, como elucida Forster:

UEA took promotion of the aims of UNESCO very seriously and presented them as identical with the values enshrined in Esperanto. This provided a politically neutral subject which could be freely written about in the official international publications of UEA. Even certain aspects of UEA’s presentation of itself appear to have been modelled on UNESCO or the UN. The office of Secretary-General, established in 1955, is reminiscent of such a position in the UN. The documents issued by the Research Documentation Centre of UEA are similar in appearance to UNESCO documents (...) UEA was in fact regarded in some circles as promoting not only its own aims, but the ideology of UNESCO (Forster, 1982:244-5).

Como tínhamos visto no Capítulo 2.3, os princípios da UNESCO relativos à promoção da paz e da segurança através da colaboração internacional, por via da cultura e educação, e no cumprimento das

¹⁶⁷ A Resolução de Madrid invoca as organizações esperantistas a incentivar os governos à aceitação de todas as convenções dos direitos humanos e ratificação dos respectivos pactos. Sublinha a necessidade de combater, ao nível internacional e nacional, a discriminação linguística, que em alguns casos atinge a forma de genocídio cultural. E exprime a convicção de que o problema linguístico no mundo actual pode ser efectiva e justamente resolvido apenas pela adopção da Língua Internacional Esperanto (cf. Lapenna *et al.*, 1974:389).

liberdades fundamentais, coadunam-se com muitos dos princípios e objectivos esperantistas. Uma nova tentativa de colaboração com a ONU ocorreu em 1966, com a entrega de uma resolução aprovada no Congresso de 1964 em Haia, e que circulou durante dois anos para a recolha de subscrições (925 034 individuais e 3 846 organizações). Constituía um apoio ao trabalho da ONU relativo à paz, mas sublinhando as dificuldades linguísticas como obstáculo à cooperação internacional. Mais uma vez Ivo Lapenna integrou a delegação à ONU. Contudo, a petição nunca foi comunicada pelo Secretariado aos Estados-Membros (vd. Forster, 1982:245-6)¹⁶⁸.

Naturalmente, o elevado grau de centralização organizacional resultante das orientações e acções de Ivo Lapenna suscitaram em alguns esperantistas uma resposta adversa, para além de críticas a uma atitude característica de traços autoritários e de culto da personalidade. As maiores discordâncias surgiram com a sua posição longamente reiterada em desfavor das manifestações dos “excêntricos” (em Esperanto, stranguloj), mas também houve vozes que discordaram do apoio à UNESCO, por ser vista como “um baluarte do capitalismo financeiro” (designadamente, a crítica de John Leslie, da British Esperanto Association, que apelava ao princípio da neutralidade da UEA). Outra frente de conflito estabeleceu-se com o movimento juvenil, da organização Tutmonda Esperantista Junulara Organizo – TEJO, que em 1956 se tornou oficialmente a secção juvenil da UEA, apesar de a sua criação datar de 1938. Na senda dos acontecimentos de 1968 no mundo estudantil, no Congresso da TEJO de 1969 em Tyresö, na Suécia, foi realizada a “Declaração de Tyresö” que irmanava com a ideologia dos movimentos estudantis, nomeadamente, opondo-se a todas as discriminações culturais e linguísticas, e assumindo que a TEJO trabalharia nesse sentido (vd. *Kontakto*, 6 (3), 1969, cit. por Forster, 1982:250). Depois da Declaração, a publicação *Kontakto* assumiu uma visão de tipo radical em questões educativas, sexuais e do Terceiro Mundo, e assumia o seu apoio às reivindicações das comunidades de línguas minoritárias. A *Kontakto* era publicada pela UEA, e desenhou-se assim um conflito entre as duas organizações relativamente ao princípio da neutralidade, esgrimindo-se de ambos os lados conceptualizações opostas daquele princípio (vd. Forster, 1982: 237 e 247-51). Diz Forster (1982:251): “There have even been suggestions by Lapenna that the Declaration of Tyresö paved the way to a Communist takeover of TEJO and UEA”. Contudo: “It is true that in 1971 TEJO signed a contract with the World Federation of Democratic Youth, an anti-imperialist organization based in Eastern Europe, for exchange of information. Although Communists would approve of the anti-imperialist sentiments expressed by articles in *Kontakto*, this appears to have been only one of a number of forces operating” (Forster, 1982:251).

De qualquer modo Lapenna retirou-se em 1974. Ainda na década de 1970 a UEA toma consciência da sua sobre-representação europeia, e inicia uma acção de difusão no “Terceiro Mundo”, com uma série de conferências fora da Europa onde havia núcleos esperantistas – tendo obtido os maiores

¹⁶⁸ Diz Forster (1982:246): “Despite sustained and highly sophisticated pressure put on the UN Secretariat by UEA, it appears that certain members of the Secretariat prevented the proposal from going any further”.

resultados na América do Sul. Na Europa, com o intuito de se constituir como um *lobby* junto das instituições comunitárias, surgiu em 1977 em Bruxelas o Centro Europeu de Esperanto. Finalmente, reforçando a tentativa de aproximação à ONU, foi aberta uma agência em Nova Iorque no ano de 1979. Por outro lado, houve factores políticos que potenciaram o crescimento do Esperanto em países como o Irão (com a queda do Xá), e sobretudo a China, onde o Esperanto foi associado aos ideais revolucionários, tendo sido já um meio de denúncia do imperialismo japonês em publicações esperantistas. E, com a excepção da República Democrática Alemã, da Albânia e da Roménia, nos “países comunistas” do pós-Guerra o Esperanto também recrudescer, e o próprio Tito sabia Esperanto (como diz Janton, Tito aprendeu Esperanto quando esteve preso, vd. Janton, 1973:120). Destacam-se duas publicações de “propaganda”, como a chinesa *El Popola Ĉinio*, e a búlgara *Nuntempa Bulgario*, criadas respectivamente em 1950 e 1957 (vd. Forster, 1982:252-3 e 255).

As tensões características da Guerra Fria também se fizeram sentir em organizações esperantistas, designadamente entre a UEA e a Associação de Esperanto da América do Norte (Esperanto-Asocio de Norda Ameriko - EANA). Esta última via com preocupação o avanço do Esperanto nos “países comunistas”, e inclusivamente, acusava a UEA de ter “infiltrações comunistas” por via da nacionalidade jugoslava de Ivo Lapenna. Forster diz que a EANA “sucumbiu às pressões McCartistas”, e de facto, acabou por manifestar-se no sentido de interditar os membros comunistas e todos os que “acreditavam no derrube do governo dos Estados Unidos pela força e violência” (vd. *American Esperanto Magazine*, Julho/Agosto, 1956, cit. por Forster, 1982:256). As duas organizações incompatibilizaram-se e houve uma cisão em 1956, sendo que pouco depois a EANA cessou as suas acusações: “action against UEA continued for a short period but declined with the falling off of McCarthyism” (Forster, 1982:257).

Para resumir a fase da história do Esperanto no imediato período após a 2.^a Guerra Mundial, podemos mais uma vez citar Forster:

In summary it can be said that the postwar policies of UEA, associated with Lapenna, have been concerned to relate the values of the “inner idea” to internationally acceptable values. Esperanto is worldwide, but its particular strength has lain in Europe, and peace in Europe has been a significant step on the road to establishment of the values of Esperanto. At least in theory, if not in practice, the UN represents a commitment to common values, including peace, world friendship, and human rights (Forster, 1982:253).

No entanto, o reconhecimento que o Esperanto obteve das organizações internacionais ficou restringido à UNESCO e, se esta apoiou os ideais do movimento do Esperanto, fê-lo na compatibilidade e contribuição para com os seus próprios fins em detrimento do uso da própria língua. No período compreendido entre 1961 e 1973, quase todos os anos a UEA foi candidata ao Prémio Nobel da Paz, num total de 723 propostas favoráveis. O maior número de propostas foi registado em 1965, o Ano da Cooperação Internacional, em que 253 pessoas “qualificadas” procederam à

candidatura da UEA, nomeadamente, políticos, membros de academias científicas, reitores e professores universitários (Lapenna *et al.*:1974: 408-9).

Já na década de 1980, mais precisamente em 1985, a UNESCO aprova na 23.^a Conferência, realizada em Sófia, uma nova resolução baseada na resolução de 1954, desta vez relativa ao centenário do Esperanto a celebrar três anos mais tarde: reitera-se o seguimento da evolução do Esperanto como meio para melhorar a compreensão entre nações e culturas diferentes; convidam-se os Estados-Membros a celebrar o centenário do Esperanto com acções, declarações, edição de selos e actividades similares, e a tentar a introdução de programas de estudo sobre o problema linguístico e o Esperanto nas escolas e instituições de educação superior; e finalmente, recomenda-se às organizações internacionais não-governamentais que se juntem na celebração do centenário e estudem a possibilidade de recorrer ao Esperanto como meio de difusão, entre os seus membros, de todo o tipo de informação, inclusivamente, a relacionada com o trabalho da UNESCO (vd. Auld, 1992:72)¹⁶⁹.

Mais recentemente, no 81.º Congresso Universal de Esperanto em 1996, foi aprovado o Manifesto de Praga cujo principal autor é Mark Fettes, o actual presidente da UEA. Pode ser entendido como uma actualização da Declaração de Boulogne, e é dirigido aos governos, organizações internacionais e “pessoas de boa vontade”. É uma declaração dos “membros do movimento global pelo progresso do Esperanto”, afirmando que esta língua não perdeu importância nem actualidade dado que o Esperanto, desde a sua génese, une as pessoas e tem permitido a transposição de barreiras linguísticas e culturais. Na actualidade, a manutenção de uma ordem linguística justa e eficaz está dependente de alguns princípios - Democracia, Educação transnacional, Eficácia pedagógica, Multilinguismo, Direitos linguísticos, Diversidade linguística, Emancipação do ser humano – que não são garantidos pela globalização de algumas línguas nacionais, nem pelas novas tecnologias de comunicação, nem ainda pelos novos métodos de ensino de línguas. O Esperanto, pelo contrário, pode contribuir para a verificação desses princípios. Assim é¹⁷⁰:

1. um movimento em prol da comunicação democrática: a desigualdade linguística acarreta desigualdades de comunicação a todos os níveis, inclusivamente a nível internacional, e o Esperanto permite, no âmbito da comunicação global, a igualdade de circunstâncias e oportunidades;
2. um movimento em prol da educação transnacional: a educação transmitida por meio de uma língua étnica está necessariamente ligada a determinada perspectiva sobre o mundo, e o

¹⁶⁹ Resolução 11.11 de 1985. Em 1993 foi aprovada uma emenda ao Programa da UNESCO para 1994-1995, na secção “educação para a paz, direitos humanos e democracia” (vd. relatório da 5.^a comissão da 27.^a Conferência Geral, no volume das resoluções). Pede, ao Director Geral, que tenha em conta os resultados obtidos pelo movimento para a difusão do Esperanto, e aos Estados-Membros, que apresentem um relatório sobre o seguimento dado às disposições da Resolução 11.11 de 1985, especialmente aos programas de estudo do Esperanto e seus resultados (*Nia Bulteno*, n.º 64, Julho-Set., 1994, *Esperanto, Língua Viva!*, n.º 6, p. 2-6).

¹⁷⁰ Vd. em http://uea.org/informado/pragm/pm_eo.html (texto actualizado em 31-3-2003, visto em Abril 2016).

Esperanto permite travar conhecimento com um mundo sem fronteiras, no qual nenhum país é estrangeiro;

3. um movimento em prol da eficácia pedagógica: as dificuldades das línguas étnicas constituem um obstáculo permanente para muitos estudantes, e o Esperanto permite, até aos autodidactas, um bom domínio do idioma (o Esperanto, segundo vários estudos, possui efeitos propedêuticos na aprendizagem de línguas estrangeiras, e é recomendado como disciplina nuclear nos cursos de sensibilização linguística)¹⁷¹;
4. um movimento em prol do multilinguismo: deve ser proporcionado a todos, independentemente da importância da sua língua materna, uma oportunidade real para dominar uma segunda língua, de forma a conseguir comunicar ao mais alto nível;
5. um movimento em prol dos direitos linguísticos: as desigualdades na repartição de poderes entre as várias línguas destroem lentamente as garantias, exaradas em tantos documentos internacionais, de igualdade de oportunidades para todos, independentemente das respectivas línguas maternas. O Esperanto assegura um plano de igualdade e constitui um precedente na procura e discussão de soluções para as desigualdades e conflitos linguísticos;
6. um movimento em prol da diversidade linguística: se existem governos que consideram que a diversidade linguística constitui um obstáculo à comunicação e ao desenvolvimento, os esperantistas, ao invés, crêem que essa diversidade é fonte de riqueza constante e inesgotável. Assim, qualquer língua, tal como qualquer espécie de ser vivo, dado o seu valor intrínseco, deve ser protegida e apoiada;
7. um movimento em prol da emancipação do ser humano: O Esperanto, concebido como meio de comunicação universal, é um dos grandes projectos de emancipação do ser humano que passaram à prática. Trata-se de um projecto que permite a qualquer pessoa participar como indivíduo na comunidade humana, mantendo-se arraigado à sua identidade cultural e linguística, sem, no entanto, ser coarctado por essa mesma identidade. As línguas nacionais, quando utilizadas em regime de exclusividade, acabam por levantar obstáculos à liberdade de expressão e de comunicação, bem como à liberdade associativa.

A importância deste Manifesto será adiante discutida; de seguida faremos, numa perspectiva diacrónica, uma caracterização da dimensão do movimento e do seu património cultural.

¹⁷¹ Vd. os estudos pedagógicos: *La Eduka Valoro de la Instruado de Esperanto en la Lernejoj*, publicado em 1970 pela CED; *Esperanto and Education: Toward a Research Agenda*, 1992, Esperantic Studies Foundation; do psicólogo Claude Piron, 1994, *Le défi des langues: Du gâchis au bon sens*; de R. Corsetti e M. La Torre, 1995, “Quale Lingua Prima? Per un Esperimento CEE Che Utilizzi l'Esperanto”, *Language Problems and Language Planning* (vd. Fettes, 1997 e Fettes e Tonkin, 1996).

4.3 Comunidade, Cultura e Cidadania

Dada a dificuldade de obter dados estatísticos fiáveis, o contributo de Forster não ambiciona mais do que uma panorâmica sobre o movimento, recorrendo aos registos disponíveis da UEA e a dados coligidos em vários momentos, incluindo os primeiros endereços organizados por Zamenhof. Os dados disponibilizados por Forster cobrem o período entre 1889 e 1964. Então (Forster, 1982:18):

There are [also] formidable difficulties about the reliability of published statistics. Even in recent times, many figures seem to be rounded, suggesting that they are estimates rather than accurate counts. Other factors (...) include internal disputes, bringing into existence rival national associations; exchange control problems; disputes between national and world organisations; political disapproval of Esperanto in certain countries; and the practice of certain national associations of returning separate figures for their youth movement. There are also problems relating to divided countries such as Ireland, Germany and Korea (...) Membership of the international movement can suddenly increase (...) from one year to the next simply because a pre-existing national body (...) has become affiliated to the world movement. Similarly, it can suddenly decline if an affiliated national association fails to submit full statistics.

Antes da constituição da UEA os dados são coligidos pelo próprio Zamenhof no *Adressaro*, entre 1889 e 1905, numa lista de endereços dos indivíduos que tinham sido aprovados num pequeno teste de Esperanto anexado aos primeiros livros publicados, e cuja primeira edição continha 1000 endereços. Outra fonte de registo inicial foi a subscrição do primeiro periódico, o *La Esperantisto*, de que existem os valores relativos a 1892 e 1894 (respectivamente 544 e 596 subscritores, tendo Portugal um subscritor em 1892 e 13 no ano de 1894). Destas duas fontes vê-se que a grande maioria de apoio veio inicialmente da Rússia, diminuindo em proporção à medida que o Esperanto se difundia a outros países, mas continuando sempre substancial. Até meados da década de 1890 a Alemanha terá sido uma importante fonte de recrutamento, mas depois reduziu na mudança do século. Também até meados daquela década a Suécia se destacou. A partir de 1890 o maior crescimento verificou-se em França, a par com a Bulgária e depois na Grã-Bretanha e Austro-Hungria, e menos significativamente em muitos países dos vários continentes, Portugal incluído (cf. Forster, 1982:19-22).

O número de grupos de Esperanto dentro e fora da Europa foi também objecto de colocação em 1929¹⁷². Vemos que o total de indivíduos na Europa é de 109 680 distribuídos em 1 492 grupos, e fora da Europa foram contabilizados 16 895 indivíduos em 1928 (com o Japão, os Estados Unidos, o Brasil e a Austrália a liderar). Perfaz um total mundial de 126 575 indivíduos (em 1928 Portugal tem 2 grupos e 79 indivíduos) (cf. Forster, 1982:22-4). Diz o autor: “Esperanto remains an overwhelmingly European movement, the only strong non-European contingent (...) being Japan” (*idem*:24).

¹⁷² P. H. Stojan em *Bibliografio de Internacia Lingvo* a partir de J. Dietterle (*Esperanto*, Jul-Ago de 1928).

Durante o período 1923-1931, o crescimento do Esperanto foi particularmente elevado nos países que tinham estabelecido ou re-estabelecido a independência após a 1.^a Guerra, com a consequente oficialização de línguas anteriormente minoritárias, como o Finlandês, o Estónio e o Húngaro. As comunidades de línguas minoritárias mostraram-se um “campo fértil” para o Esperanto, como a Holanda, Suécia, Noruega, Dinamarca e Bulgária, e também países divididos internamente pela língua, como a Suíça e a Bélgica. Os esperantistas constituíam presença significativa também na Alemanha e na Áustria (vd. Forster, 1982:27-8). Assim: “Recruitment to the movement has continued to be stronger than average from those countries which speak minority languages” (*idem*:28). Esta tendência manter-se-á, segundo Forster: entre 1954 e 1979, ou seja, depois da recuperação do declínio provocado pelos acontecimentos da década de 1930 e da 2.^a Guerra, o crescimento do Esperanto é maior nos países que falam línguas minoritárias, *i.e.*, países escandinavos, Holanda e pequenos países do Leste. O fim da pressão estalinista levou os movimentos destes países do Leste a restabelecerem-se, como a Bulgária, a Hungria, a Checoslováquia e a Polónia (a excepção foram a Albânia e a Roménia). A Grécia, e mais a ocidente, Portugal, a Irlanda e a Espanha, apresentam poucos membros, e nos países grandes como a Grã-Bretanha, Alemanha (Occidental), França e Itália houve decréscimo de esperantistas. Forster afirma que apenas o fluxo do Leste parece ter salvo a UEA (vd. Forster, 1982:29-31, a partir de registos de cotização individual e de associações nacionais na UEA, publicados no *Jarlibro* e no periódico *Esperanto*). Forster sublinha uma tendência existente desde o princípio: a predominância europeia sobre os restantes continentes (vd. 1982:29 e 35).

Lapenna tem dados um pouco posteriores, assim como o sítio Internet da UEA. Veja-se o Quadro 4.1. Veja-se também o Anexo B que reproduz um diagrama construído pela UEA e disponibilizado *online*: se o número de membros individuais tem mantido bastante estabilidade, já a filiação através das associações nacionais, que é um indicador mais aproximado do universo esperantista, demonstra um decréscimo a partir de meados da década de 1980.

Quadro 4.1 Evolução do número de membros da UEA, 1950-2010

1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
14 711	30 185	33 337	34 183	32 869	19 102	15 815

Fontes: Lapenna *et al.*, 1974:623-9 (dados de 1950, 1960 e 1970); *Nia Bulteno*, n.º 68, Jan-Mar 1996, pp.6-7 (dados de 1980 e 1990); <http://uea.org/aktuale/komunikoj/2001/Membrostatistiko-de-UEA-en-2000> e <http://uea.org/aktuale/komunikoj/2011/Malkresko-de-membroj-defias-UEA> (dados de 2000 e de 2010, consultados em Dez. 2016).

É muito importante sublinhar que os números acima transpostos não contêm a contabilização de outro grupo de esperantistas que tem mantido desde cedo uma separação com a UEA, dado que esta se assume como “movimento neutral”. Esse grupo é o dos Esperantistas A-Nacionalistas da organização SAT, um corpo de largo espectro socialista e assumidamente distinto do movimento “neutral”, como vimos. Durante algum tempo houve mesmo uma política de exclusividade de cotizações, sendo que os membros da SAT não eram simultaneamente membros da UEA. Forster disponibiliza dados da SAT

referentes a seis momentos entre 1923 e 1964 (cf. 1982:38-9). Nestas duas datas que correspondem aos extremos do intervalo considerado, o número total mundial é muito similar, respectivamente 2 328 e 2 483, mas entre as duas datas verificou-se sucessivamente um crescimento seguido de decréscimo, com os valores mais altos em 1927 (com 4 530 indivíduos) e em 1948 (com 5 963 indivíduos). Mais uma vez, os europeus estão sobrerrepresentados face aos restantes continentes. Portugal apresenta os seguintes números: 24 aderentes em 1923; 13 em 1927; 26 em 1931; 122 em 1948; 17 em 1954 e por fim, 30 aderentes em 1964 (a fonte é a publicação *Jarlibro* da SAT).

A contabilização do número de falantes de Esperanto nunca foi feita, aliás, não pode ser feita de forma exacta, como de resto, para qualquer outra língua. É certo que os membros do movimento do Esperanto têm níveis diferenciados de proficiência linguística, e que as associações de Esperanto integram membros que não sabem a língua. O Esperanto apresenta uma dificuldade talvez mais marcada que outras línguas, e que é a vertente auto-didacta da aprendizagem, cujos falantes escapam ao registo das organizações. Por outro lado, daqueles que participam em cursos, muitos não se filiam, mas também, muitos destes não terão avançado no estudo da língua¹⁷³. Forster lembra que a probabilidade de utilização do Esperanto nos casos em que não se é membro do movimento organizado é muito limitada: “It is possible to buy and borrow Esperanto books, or to maintain personal contacts already established through Esperanto; but it is not possible to form new contacts effectively without being a member of some kind of association” (Forster, 1982:17-8). Esta análise foi realizada antes da era da Internet que, se por um lado permite o que antes era mais difícil – ou seja, estabelecer novos contactos fora das organizações –, por outro, continua a significar que muitos esperantófonos possam não ser conhecidos e assim, registada a sua existência e integrada em análises estatísticas. As estimativas apresentam-se sempre extremamente fluídas e geralmente compreendidas entre alguns milhares a milhões de indivíduos (cf. Jordan, 1987; Stavans, 2009; Grzybowski, 2010). Em 1973 Janton estimava um total de 2 a 7 milhões (vd. 1973:112), e em 2000 a *Cambridge Encyclopedia* calculou que entre um e quinze milhões de pessoas sabiam falar ou ler Esperanto (cf. Grzybowski, 2010:184). Estimativas mais recentes mas também muito cautelosas, são as da Esperantic Studies Foundation: “Estimates based on textbooks sold and membership of local Esperanto societies put the number of people with knowledge of the language in the hundreds of thousands and possibly millions” (vd. <http://esperantic.org/en/research/eotoday>, texto de 12 de Dezembro de 2009).

A proficiência na língua é, em certa medida, independente do nível de actividade no movimento, sendo que Y. Kim (1999: 140) considera que um indicador do número de membros activos será a participação nos Congressos Universais, e acrescentamos nós, em quaisquer congressos de organizações esperantistas. Acrescentamos também que o número de delegados da UEA pode ser um importante indicador da actividade esperantista, porque se trata de uma forma de participação voluntária e muito exigente; a título exemplificativo, vemos que os anuários da UEA registavam em

¹⁷³ Cf. E.D. Durrant, 1943, *The Language Problem: Its History and Solution* (cit. por Forster, 1982:16-7).

1980 e em 2009 um número de delegados respectivamente de 3 572 (em 1 212 locais de 63 países) e de 1735 (em 102 locais)¹⁷⁴. Jordan, que escreve em 1987, diz acreditar que se verifica um certo efeito de constância na comunidade: “This community is in a dynamic equilibrium. Each year it gains thousands of members and loses close to the same number by death, disinterest, and disaffection” (Jordan, 1987). Contudo, como lembra Stavans (2009), ainda que falemos de uma pequena percentagem da população mundial, não houve nenhuma língua planeada que tivesse sequer uma pequena aproximação a estes valores.

Discutiu-se nos primeiros Capítulos a noção de comunidade relativamente às línguas faladas pelos seus habitantes. Não será desapropriado falar dos esperantistas como uma comunidade linguística. Este termo é empregado por muitos dos autores que lemos (Janton, 1973; Forster, 1982; Jordan, 1987; Kim, 1999; Fians, 2012) e nos documentos das organizações (e.g., no Manifesto de Praga). O Esperanto tornou-se uma língua viva de uma comunidade internacional (vd. Janton, 1973:5; Jordan, 1987). A afirmação da coesão desta comunidade de língua é reflectida, segundo Forster, nos congressos mundiais, enquanto símbolo do movimento, a par com outros: a própria língua, a estrela verde, a literatura e as músicas, ou os periódicos (cf. Forster, 1982:263)¹⁷⁵.

Como linguista atento às dimensões sociais e psicológicas dos fenómenos que estuda, Janton (cf. 1973:28) sublinha o processo implicado na transformação de um projecto linguístico numa língua viva de uma comunidade. Diz o autor que se estudássemos o fenómeno esperantista como qualquer outro projecto linguístico que não vingou, arriscaríamos não reconhecer as causas do seu êxito, na medida em que não tivéssemos em atenção as motivações do seu criador e dos seus adeptos. Stavans (2009) afirma que “é a utopia do transnacionalismo que sustenta o Esperanto”, o que de facto significa que as motivações puramente linguísticas não serão as mais importantes, tal como é sublinhado na afirmação de Jordan: “Recruits come to Esperanto for many reasons, but those motivated by linguistic perfectionism tend to leave again soon. Linguistic perfection is unrealizable, and there is little cultural support for it in the movement” (Jordan, 1987).

Como vimos no Capítulo 2.3, alguns autores como J. Boli e M. Thomas (1999), e outros que integram a obra por eles organizada, assumem a existência de uma cultura global criada e fomentada pelas organizações não-governamentais internacionais. As organizações de Esperanto, também elas internacionais, e também não-governamentais, integram a análise da cultura global, e assim, lemos em Kim: “the Esperanto movement has been an active and purposeful effort to construct and spread the notion of global identity” (Kim, 1999:128). De modo mais sistematizado, escreve:

¹⁷⁴ Cf. Jordan, 1987 e http://uea.org/informado/tekstoj/UEA_nia_monda_organizo.html (dados de 23-4-2014).

¹⁷⁵ Noutro texto Forster diz que o Esperanto cria uma “*Gemeinschaft* total” nos seus encontros (“Esperanto as a social and linguistic movement”, *Thought and Language in Operations*, II, 7-8 (1971):201-15 (Jordan, 1987).

cosmopolitans envisioned that a common language would promote global citizenship by offering a means of acquiring and heightening individual attachment to world society and preventing problems caused by miscommunication in translations between languages. The notion of global community was concretized by bringing together social actors in distant areas who belonged to different societies. Integration, both geographically and culturally, would be achieved on the basis of a shared global identity (Kim, 1999:130).

Aliás, este autor traça um paralelismo entre o processo de formação da identidade nacional mediante uma língua, e a formação da sociedade internacional através de uma língua planeada como o Esperanto, mesmo que neste caso se pretenda a transposição das fronteiras nacionais e culturais, que a interacção seja evidentemente menos intensiva que em contextos nacionais, e, que a sua constituição não tenha sido um esforço de estados, mas de indivíduos, para deliberadamente os ultrapassar (vd. Kim, 1999:132-3). É interessante como um outro autor olha para os símbolos esperantistas, que, sendo cultivados num movimento que defende uma cultura cosmopolita e des-nacionalizada, arriscam replicar as culturas nacionalistas e a sua defesa identitária e cultural, isto é, uma bandeira, um hino, a pertença a um grupo e a afirmação de uma identidade através da língua e cultura (Fians, 2012:57-8).

Tínhamos também visto a relação intrínseca entre língua e cultura. Sobre o caso do Esperanto, dizem Lapenna *et al.*: “O movimento do Esperanto não é apenas um movimento linguístico. Essencialmente, é um movimento cultural com história e tradição próprias. Os portadores dessa cultura são pessoas de diversas nações, que utilizam um meio de comunicação comum: a Língua Internacional” (Lapenna *et al.*:1974:45, em Esperanto no original); dizem estes autores (*idem*:46) que os pilares desta cultura são vários, nomeadamente, o próprio movimento, a literatura, os estudos sobre o Esperanto, e as instituições linguísticas, sustentando a um tempo o património que já está construído, e a possibilidade de novas construções, na medida em que alimentam a cultura oral que é o garante da sobrevivência de uma língua, conferindo actualidade, enriquecimento e significado partilhado à literatura e ao vocabulário. A vertente oral é fundamentalmente potenciada pelos encontros em diversos congressos, pelos eventos de associações especializadas em que se fala Esperanto, e pelas emissões de rádio¹⁷⁶. Se anteriormente havia discos e registos magnéticos que a UEA disponibilizava (serviço denominado Magnetofona Servo, criado em 1957), hoje a Internet preenche esse papel de recurso áudio (a televisão nunca foi um meio privilegiado, embora se registem algumas iniciativas). Evidentemente a vertente escrita vive da literatura, das publicações periódicas e também da correspondência entre esperantófonos (Lapenna *et al.*, 1974:43, 76, 342-3 e 349-54).

¹⁷⁶ As emissões tiveram início na década de 1920; em 1933, 83 estações emitiram em Esperanto ou sobre o Esperanto em 14 países; em 1972, eram 17 estações de 14 países, sendo Varsóvia, Pequim, USA e Berna as que mais emitiram (Lapenna *op.cit.*: 349-54). Em 1984, estações em 9 países realizaram 4400 emissões em Esperanto, a maioria em Varsóvia, Pequim e Berna e dirigidas essencialmente aos continentes asiático africano e americano; em 1993 havia 179 emissoras de rádio em 66 países (*Nia Bulteno*, n.º 28 e n.º 60).

O desenvolvimento do Esperanto enquanto língua tem assim um indicador forte na produção literária, tanto original como traduzida, revelando a sua maturidade linguística e artística; o património literário permite uma equiparação às línguas nacionais – e superação de muitas delas neste campo -, e ainda, uma distinção relativamente aos outros projectos de língua planeada. De facto, muitas obras-primas de culturas pouco conhecidas puderam ser disponibilizadas a muitos leitores, de entre estes, muitos oriundos de camadas sociais habitualmente mais afastadas da literatura (cf. Forster, 1982:41; Janton, 1973:6). Zamenhof foi o primeiro tradutor e autor literário em Esperanto e influenciou muitos dos pioneiros na criação literária, tendo em 1894 iniciado a “Biblioteca da língua internacional Esperanto”, com obras originais e traduzidas; duas consequências podem daí ser observadas, uma, foi a prova dada aos críticos de que a língua funcionava na prática, sendo também um baluarte contra as pressões de reforma da sua estrutura (Forster, 1982:69), e a outra, foi a ligação inicial do Esperanto ao mundo da literatura, em vez da ciência ou do comércio (Lapenna *et al.*, 1974:126).

Muitas dezenas de pessoas dedicaram-se à literatura original e à tradução para Esperanto, num espectro de temáticas que são indicadores expressivos da consciência social e política dos autores. A análise de Lapenna e seus colaboradores (1974) identifica três períodos essenciais. Do surgimento da língua até à década de 1920, com as escolas eslava, nórdica e francesa, respectivamente mais vocacionadas para o lirismo, a prosa e o ensaio. O segundo período é o do pós-1.^a Guerra até 1945, e compreende a escola socialista-proletária e mais destacadas no campo poético, a escola de Budapeste e a japonesa. Depois da 2.^a Guerra (período tratado até 1972 por Lapenna *et al.*) surgem núcleos importantes em Itália, na Jugoslávia, Brasil e sobretudo a escola escocesa.

A história literária do Esperanto é ainda mais rica no campo da tradução; de facto, o processo inicial de tradução literária para o Esperanto permitiu o amadurecimento linguístico até ao pós-1.^a Guerra, momento em que floresceu a literatura original (cf. Lapenna *et al.*, 1974:190). Existem traduções para Esperanto de toda a literatura mundial, o que se constitui como uma biblioteca-ponte entre línguas: as obras maiores da literatura mundial que não foram traduzidas para todas as línguas podem ser lidas em Esperanto, e por outro lado, o Esperanto permite o acesso a obras escritas em línguas pouco ou nada traduzidas para os idiomas “maioritários” ou “dominantes” e que de outro modo não seriam facultados aos seus falantes. Se considerarmos a dimensão de comunidades de locutores de alguns idiomas, e a sua posição no quadro ou “ordem” linguística, podemos identificar algumas “pequenas línguas” das quais existiam, na altura em que Lapenna escreveu, traduções para o Esperanto. Assim, referem-se traduções da literatura albanesa, arménia, búlgara, checa, eslovaca, frísia (*e.g.* de P. Wybenga sobre a ocupação nazi da Frísia), estoniana, flamenga, dos índios norte-americanos, indonésia, islandesa, húngara, jugoslava, catalã, celta, da Quirguízia, do Laos, da Letónia, da Lituânia, Kartveliana (idiomas especialmente falados na Geórgia), holandesa, persa, polaca, provençal, romena, suíça, ucraniana, uzebeque, vietnamita (*e.g.*, obras sobre a resistência contra a França e os EUA).

Por outro lado, as línguas mais favorecidas quer em termos de difusão quer de número de locutores têm, através do Esperanto, tradução das obras que são também consideradas património da literatura universal. Na década de 1970 já se elencavam obras da língua inglesa, da língua francesa, da língua alemã, da língua castelhana, da literatura italiana, da literatura russa, do Dinamarquês, do Finlandês, da literatura sueca, e do Norueguês. Também da literatura chinesa, do Japonês, da Antiguidade latina e da herança helénica, da literatura árabe, do Hebraico e do Hindi. Da língua portuguesa existe uma antologia de contos brasileiros de 1953, a antologia de contos portugueses compilada por Manuel de Seabra em 1959, traduções de Machado de Assis, muitas traduções de Agostinho da Silva, entre elas a *História da Literatura Portuguesa* realizada Manuel de Freitas em 1948, e poesia, Camões incluído, traduzida por L. H. Knoedt (cf. Lapenna *et al.*, 1974:192-236).

Lapenna *et al.* (1974:241-4) sublinham também que há muitos originais em Esperanto que foram traduzidos em várias línguas (não apenas obras temáticas de Zamenhof, E. Privat, Eugène Adam, I. Lapenna, entre outros, como literárias de J. Baghy, Miyamoto ou também E. Privat). Finalmente, muitas traduções permitiram por sua vez nova tradução para outras línguas, sendo o Esperanto utilizado como língua-ponte (as línguas de chegada mais frequentes foram as orientais, como o Chinês e o Japonês, e com maior frequência as fontes foram as línguas eslavas, *idem*:1974:245-8).

O reconhecimento do Esperanto como língua literária ocorreu em 1993 no 60.º Congresso da importante instância mundial, o PEN Internacional, que já integra as línguas Ídiche e Romani. Este reconhecimento oficial, por maioria de votos, foi a resposta à petição apresentada pelo PEN Clube de Esperanto que foi criado em 1991 na Suíça e está sediado em Budapeste (vd. *Nia Bulteno*, n.º 62, Nov-Dez, 1993, pp. 4-5).

Para além do campo literário, as ciências, as humanidades, e múltiplas áreas temáticas dispõem de obras traduzidas para Esperanto bem como de publicações originais, muitas delas periódicas. A Filosofia, a Teologia, a Mitologia, e todas as religiões dispõem de traduções para Esperanto (em especial o Espiritismo e as religiões Baha’i e Oomoto). O pacifismo teve sempre um lugar importante entre os esperantistas. Assim as primeiras obras são do início do século, e a maior produção original e de tradução deu-se até à 2.ª Guerra; posteriormente, os ideais e ilusões pacifistas desvaneceram de algum modo, e apenas no Japão se registam algumas obras nas décadas de 1950 e 1960 (vd. Lapenna *et al.*, 1974:260-2). No universo político registou-se especial incidência no campo da produção teórica de inspiração socialista. Nas ciências todos os ramos são ricos em traduções e obras originais, num património que cresce desde o início do século XX: ciências exactas, naturais e aplicadas, e todas as ciências sociais. A Academia Internacional de Ciências de São Marino (Akademio Internacia de la Sciencoj San Marino - AIS) ensina em Esperanto, e mantém uma edição regular de trabalhos originais e traduzidos em inúmeras disciplinas das várias áreas científicas. O desenvolvimento de terminologias é um indicador suplementar da actividade de esperantistas e da aplicação do Esperanto em áreas diversas do campo científico, profissional e cultural. Em 2003, S. Reddy (2003:12-3) dizia: “A new book appears in Esperanto every week”.

A literatura publicada em Esperanto nas várias áreas referidas é complementada pela edição regular de periódicos das organizações especializadas, das associações nacionais, e ainda os generalistas. Após a 2.^a Guerra os principais periódicos generalistas são o *Esperanto* da UEA, o *Heroldo de Esperanto*, o *La Praktiko* (que dura de 1932 até 1970), e a *Kontakto*, editada pela secção jovem da UEA (vd. Lapenna *et al.*, 1974:293-310). Actualmente o espaço da Internet permite outra difusão, através dos sítios das organizações, ou mesmo pelas publicações de formato digital, como o *Libera Folio* (<http://www.liberafolio.org>). O Anexo C permite uma visão mais completa da produção e edição em Esperanto, em literatura original, traduzida e no âmbito técnico e científico.

Neste momento mostraremos a abrangência temática das organizações que usam o Esperanto, que podem ser consideradas como organizações não-governamentais de âmbito internacional (ONG-I). Y. Kim (1999:128-9) apresenta uma análise da sua criação e densidade (*i.e.*, número de organizações activas) entre 1905 e 1984, e verifica uma concentração inicial no princípio do século XX, um lento crescimento entre 1915 e 1945, e um aumento considerável a partir desta última data, com um crescimento mais vigoroso na década de 1970. Até 1984 são fundadas 80 ONG-I de Esperanto. Como lembra aquele autor (Y. Kim, 1999:137), a UEA tem actuado como “organização-chapéu” que providencia orientações para o movimento contemporâneo, e as ONG-I de Esperanto activas são seus membros colectivos; encontram-se assim listadas no sítio da Internet da UEA as organizações esperantistas (<http://www.uea.org/fakoj>, visto em Março 2016) que categorizámos da seguinte forma:

1. ensino do esperanto;
2. causas sociais, políticas e globais (direitos étnicos, assuntos europeus, comunismo, movimento dos trabalhadores, pedagogia Freinet, rotários, maçónicos, solidariedade, paz, universalismo, ecologia e animais, vegetarianismo, naturismo);
3. ciência;
4. cultura e lazer (Filosofia, promoção cultural, música, numismática, filatelia, radioamadorismo, escutismo, desportos, motociclismo, ciclismo);
5. campo profissional (comércio, turismo, Direito, Jornalismo, Medicina, ferroviários, construtores, sindicatos);
6. grupos identitários (invisuais, pessoas com deficiência, homossexuais, esperantistas veteranos);
7. religião e espiritualidade (Bahai’, Budismo, Catolicismo, Islamismo, Hilelismo, Quaker, Mórmones, Oomoto, Espiritismo, Espiritualismo, Ateísmo).

O Anexo D contém uma listagem destas associações pelas sete categorias¹⁷⁷. Associadas à UEA estão também as organizações nacionais: 14 do continente africano, 16 do continente americano, 17

¹⁷⁷ Para além das organizações especializadas listadas no sítio da UEA, encontram-se referências a várias outras nas categorias de música, rádio, coleccionismo, turismo, religião, solidariedade, universalismo, política e

asiáticas, duas da Oceania, duas do Médio Oriente e 37 na Europa (vd. http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Esperanto_organizations, acedido em Abril 2016).

A análise de Y. Kim (1999) é diacrónica, interpretando o ritmo e quantidade de organizações de Esperanto fundadas desde o início do movimento no quadro do percurso global da mundialização, e por referência geral à criação mundial de ONG-I. Dada a ambiência inicial vivida pelos esperantistas, como vimos, muito dependentes da figura de Zamenhof, as primeiras organizações criadas até à 1.ª Guerra reflectiam uma orientação para as grandes causas, de algum modo, definidas abstractamente – como a paz mundial e a fraternidade humana - mas, posteriormente verificou-se um alargamento e especialização do âmbito do seu enquadramento. Assim:

Because they focused heavily on international issues such as global peace and brotherhood, early Esperanto INGOs generally had broad missions, trying to deal with a variety of issues using Esperanto. Later, however, Esperanto INGOs became more specialized, emerging in many different social arenas (among them chess-players, photographers, radio amateurs, mathematicians, and bicyclists) (Kim, 1999:137).

Esta abertura e diversificação verificam-se por relação ao quadro histórico mundial, e apresentam uma homologia com as restantes ONG-I que, como vimos no Capítulo 2.3, cresceram depois de 1947 como nunca anteriormente. Assim, após as duas Guerras Mundiais a criação dos organismos inter-governamentais como a Liga das Nações primeiro, a ONU depois, e ainda outras OIG, significaram que o modelo de “um-mundo” ou “mundo unitário” do princípio do século XX deu lugar ao papel da acção colectiva dos Estados na gestão de assuntos transnacionais; depois da 2.ª Guerra a sociedade mundial afirma-se por via de uma diferenciação, especialização e orientação funcional das ONG-I que também se verifica no movimento do Esperanto – que ressurge no pós-2.ª Guerra, como afirma Kim (1999:130). A fundação de organizações de Esperanto, de tipo das ONG-I, são indicador não só do crescimento do movimento, mas também, que o movimento do Esperanto faz parte da cultura mundial global (cf. Kim, 1999:136). Assim, Kim caracteriza o percurso do movimento desta forma: “[a] pattern of early growth, relative decline, and modest new growth” (Kim, 1999:128).

Vejamos agora os Congressos Universais de Esperanto, de realização anual, que condensam naturalmente uma parte significativa de toda a cultura esperantista, por várias razões: por constituírem ponto de encontro de todo o tipo de organizações esperantistas, porque a sua programação tem incluído manifestações culturais como oratória, representação teatral, concursos literários e até de belas-artes, e naturalmente, porque é nestes eventos que a língua se assume como veículo essencial de comunicação (vd. Lapenna *et al.*, 1974:52-3). Duram uma semana, e combinam o carácter internacional com o local que em cada ano acolhe o evento. A programação compreende a sessão inaugural, os encontros gerais e especializados, o programa da Universidade Internacional de Verão

pacifismo, astronomia, biologia, matemática, agricultura, correios e telecomunicações, arte e literatura, tradução, xadrez (vd. http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Esperanto_organizations, acedido em Abril 2016).

(Internacia Somera Universitato - ISU), os concursos de arte e literatura, as assembleias da Comissão Local de organização (Loka Kongresa Komitato) e da Direcção da UEA, os debates públicos, a assembleia de encerramento e outros eventos circunstanciais; a Comissão Local organiza adicionalmente um conjunto de programas artísticos, culturais e turísticos (cf. Lapenna *et al.*, 1974:377-9). Os primeiros congressos adquiriam um carácter de manifestação do movimento, pois como diz Lapenna, eram uma ocasião para “provar que o Esperanto funciona”; esta vertente talvez ainda exista, e para muitos participantes é importante a vertente lúdica e turística, mas o Congresso é um espaço fundamental de discussão dos problemas linguísticos nas relações internacionais, e de resolução de questões internas das organizações do movimento (cf. Lapenna *et al.*, 1974:380-1). O Anexo E mostra uma estatística do número de participantes nos Congressos Universais entre 1905 e 2015; apesar de alguma irregularidade, e com uma maioria de Congressos com um total entre 1000 e 2500 participantes, houve também casos excepcionais de participação acima de 4000 - em momentos diversos como em Nuremberga (1923), as duas vezes em que decorreu em Budapeste (1966 e 1983), em Varna (1978) e no centenário do Esperanto em Varsóvia (1987).

Numa breve nota, vejam-se dois dos centros culturais esperantistas mais importantes. Um dos mais antigos, o Internacia Esperanto-Instituto, foi fundado em 1930 por Andrei Cseh (1895-1979) em Haia; A. Cseh foi criador de um método de aprendizagem do Esperanto que adquiriu o seu nome, e a sua escola foi um importante centro de formação de professores. No Castelo de Grésillon, em França, existe talvez o maior centro cultural, que foi criado em 1951 (inicialmente denominado como Casa da Cultura dos Esperantistas Franceses), que funciona como uma cooperativa, e é um importante centro de ensino da língua (Lapenna *et al.*, 1974:53, 79 e 691-3).

Vejam agora as organizações de âmbito especificamente linguístico. Recorrendo à terminologia de P. Bourdieu, e atribuindo a designação de “campo linguístico” ao espaço de relação entre as línguas, podemos dizer que o Esperanto teve que competir com as línguas “naturais”, mas também com projectos rivais de outras línguas planeadas. As instâncias de credibilização linguística, de índole académica, são o garante da normalização da língua bem como da sua promoção e da sua defensabilidade no campo linguístico, e se o Esperanto se fez dotar de academias e centros de investigação linguística, não logrou, como diz Forster, significativos e suficientes apoios de filósofos e linguistas (vd. Forster, 1982:264; vd. também Tonkin, 2004:2 e Levin, 1993:2). Diz Forster (1982:368): “little has been done towards developing an applied interlinguistics at an academic level: this is perhaps largely due to the controversial nature, both politically and linguistically, of an innovation of this kind”. É certo que o Esperanto “não é mais artificial que qualquer língua” (Lapenna *et al.*, 1974:44) pois, do mesmo modo, evolui pelo processo do arcaísmo-neologismo (*idem*:45), embora o seu início tenha sido através da escrita e não da oralidade (*idem*:45 e 317), o que lhe confere um nascimento simétrico das línguas ditas naturais. Assim, a principal instituição linguística do movimento é a Academia de Esperanto, cuja atribuição estatutária é a conservação e protecção dos princípios fundamentais da língua, e o controlo da sua evolução (cf. Lapenna *et al.*, 1974:53); outra

instituição importante é o já referido CED – Centro de Investigação e Documentação sobre os Problemas da Língua Mundial, que congrega linguistas e cientistas sociais nos estudos da Linguística e da Interlinguística (estes são temas constantes da revista *Language Problems and Language Planning*, publicada pelo CED).

Para o estudo da interlinguística e Esperanto, foram criados dois centros universitários no Leste Europeu. Na Hungria, desde 1966 existe um Departamento de Esperanto na Universidade de Budapeste, e a Universidade Católica de Lublin na Polónia alberga um Centro de Estudos de Esperanto (sendo que a Comissão de Esperanto dos Estudantes Polacos organizou nas décadas de 1970 e 1980 conferências anuais em Linguística e Sociologia reportadas em *Acta Interlinguistica*) (vd. Fettes e Tonkin, 1996). Numa publicação datada de Setembro de 2013 o sítio da Internet da Esperantic Studies Foundation afirmava: “The Modern Language Association of America’s Annual Bibliography records more than 300 scholarly publications on Esperanto every year”¹⁷⁸.

A monitorização do ensino da língua será outra dimensão importante de credibilização no campo linguístico, sendo que a UEA instituiu o Internacia Ekzamena Komisiono desde 1961, de nível universitário, como em qualquer outra língua, para certificar profissionais de ensino de Esperanto (vd. Lapenna *et al.*, 1974:73). Referimos também a organização de professores de Esperanto, a ILEI, fundada em 1949. A já referida Academia Internacional de Ciências de São Marino ensina em Esperanto, tendo estabelecido o seu próprio sistema de cursos e diplomas.

Em 1974 Lapenna *et al.* estimavam a existência de cerca de 1 500 associações locais onde se ensinava a língua, a que acresciam os cursos por correspondência em muitas associações e por iniciativa de algumas publicações; o ensino ocorria também noutros locais como sindicatos, universidades – populares incluídas –, e associações educativas e culturais não esperantistas (vd. Lapenna *et al.*, 1974:81-3)¹⁷⁹. A promoção da correspondência em Esperanto constitui um aliado pedagógico reconhecido pela UEA, que criou em 1957 um serviço específico (o Koresponda Servo Mondskala) que colaborou com a ILEI na organização da correspondência escolar (*idem*:76)¹⁸⁰.

Refira-se por fim a Esperantic Studies Foundation (ESF) criada em 1968. Um dos seus fundadores, cuja presença se estendeu até 2012, foi o anglo-americano e académico da área das Humanidades Humphrey Tonkin, que presidiu à UEA nos períodos 1974-1980 e 1986-1989, foi membro da

¹⁷⁸ <http://esperantic.org/en/research/eotoday>, “Esperanto today. Bridging Languages, Building Understanding”.

¹⁷⁹ Pesquisas do CED sobre o ensino do Esperanto em todos os graus e em escolas comerciais, técnicas e de formação de professores revelam: em 1968-69 foi ensinado em 543 escolas de 31 países (a 16 505 alunos), e na Grã-Bretanha, Bulgária, Checoslováquia, França, Hungria, Itália, Japão, Jugoslávia, Coreia, Nova Zelândia, Polónia e USA em mais de 10 escolas. No ensino superior, em 1969-70, havia 1 cátedra e 29 leitorados em 16 países (e cursos fora dos currículos, *e.g.*, nos EUA) (vd. Lapenna *op.cit.*: 98-103;103-8).

¹⁸⁰ Similarmente a Grajnoj en Vento fundada por Marcel Erbeta na Suíça, promoveu entre as crianças a colaboração inter-cultural e o ensino do Esperanto nas escolas (mediante círculos de 10 classes ou grupos que editavam trianualmente um periódico comum, escrito apenas pelos jovens) (Lapenna, *op. cit.*:76).

Academia de Esperanto, co-fundador da Academia Internacional de Ciências de São Marino, e director do CED. No sítio da Internet pode ler-se: “ESF works to further the understanding and practice of linguistic justice in a multicultural world” (Fettes e Tonkin, 1996; <http://esperantic.org/en/about/history>, visto em Abril 2016). A ESF iniciou em 2001 no seu sítio da Internet o recurso educativo pioneiro denominado Edukado.net, e em 2002 teve início a plataforma multimédia de aprendizagem do Esperanto, sem custos para o utilizador, denominada lernu.net. Esta Fundação atribui bolsas avançadas de investigação em projectos de interlinguística e organiza encontros internacionais sobre questões linguísticas¹⁸¹.

Na esteira de Y. Kim, que analisou a criação de organizações de Esperanto até 1984, podemos ver pela listagem da UEA que, já este século, é possível observar a fundação de novas organizações, dispersas pela categorização acima apresentada; identificaram-se sete novas fundações, quatro das quais na área das causas sociais, políticas e globais (assuntos europeus criada em 2003, globalização em 2005 e em 2009, liga maçónica em 2015), duas na área da cultura e lazer (em 2004 e em 2014) e uma última de âmbito religioso (em 2001, denominada Comunidade Hilelista)¹⁸².

Tem sido observada a presença de esperantistas em iniciativas de grande escala votadas à discussão e crítica à globalização que, como vimos no Capítulo 2.3, integram o denominado movimento de globalização alternativa. Mediante o apoio da UEA, da Liga Brasileira de Esperanto e da Associação de Esperanto do Rio de Janeiro, um grupo de 33 esperantófonos representaram o Esperanto na reunião das ONGs aderentes à ONU, no Fórum Global de 1992 (Eco’92), divulgando a “ecologia linguística”¹⁸³. Em 2003, no 3.º Fórum Mundial de Porto Alegre, o programa sobre o Esperanto incluiu

¹⁸¹ Em 2005 a ESF patrocinou o “4th Nitobe Symposium” em Bratislava, reunião de investigadores em política linguística e membros de governos da UE. Em 2007 o encontro em Yokohama versou a integração linguística asiática no quadro da globalização. Em 2013 em Reykjavik o tema foi o Ensino Superior (vd. <http://esperantic.org/en/about/history>). O nome Nitobe homenageia o diplomata japonês, Secretário-Geral da Liga das Nações, que designou o Esperanto como “o motor da democracia internacional”.

¹⁸² Respectivamente: na área das causas sociais, políticas e globais, a Eŭropo Demokratio Esperanto (EDE), fundada em 2003; a Monda Asembleo Socia (MAS), fundada em 2005, que funciona na Internet; a UNU MONDO, fundada em 2009 na Alemanha; e a Internacia Framasona Ligo (IFL), fundada em 2015). Na área da cultura e lazer: a Monda Esperanta Ligo por Sporto (MELS), fundada em 2004, e a Numismatika Asocio, fundada em 2012. E, na área da religião, a Hilelista Esperanto-Komunumo (HEK), fundada em 2001.

¹⁸³ Dos tratados assinados consta o “Compromisso ético das ONGs para uma atitude e comportamentos mundiais”, cujo ponto 10 diz: “contribuir com entusiasmo para o superar das barreiras artificiais, quer políticas, quer religiosas, promovendo a formação de uma nação humana universal. Para isso, sugerimos a adopção da Língua Internacional Esperanto como segunda língua para cada povo, a ser divulgada por todas as ONGs” (*Nia Bulteno*, n.º 59, Nov-Dez 1992, Suplemento n.º 1, *Esperanto Língua Viva!*, pp.2-3).

várias iniciativas sobre democracia linguística no quadro da mundialização¹⁸⁴. Refira-se também a organização de protestos, junto da reunião do G8 em Julho de 2008 no Japão, pelos grupos esperantistas japoneses Libera Esperanto-Asocio en Hokkajdo e Liga de Esperanto de Sapporo – sendo que em Março o activista alemão Martin Kraemer, que se deslocava a convite da referida Liga, foi impedido pelas autoridades japonesas de entrar no país, à sua chegada a Sapporo-Otaru, onde tocava “A Internacional” na sua trompeta (vd. Provost, 2008). Finalmente, integrados na movimentação contra a invasão do Iraque em 2003, os esperantistas participaram nas manifestações globais de 15 de Fevereiro de 2003 e de 20 de Março de 2004¹⁸⁵.

Podemos dizer que o Esperanto tem sido entendido como um meio de fomentar ou promover cidadania. Não apenas através da multiplicidade de campos da aplicação desta língua, cujo espectro acabámos de ver mediante a diversidade de organizações sociais, económicas, políticas e culturais que os esperantistas têm criado, mas também, na perspectiva do papel que uma língua auxiliar pode desempenhar em contextos multilingues. Vimos no Capítulo 1.3. como a possibilidade de exercício da cidadania está profundamente ligada ao mapa das línguas nas comunidades multilingues, isto é, às suas posições relativas de dominantes e não-dominantes. Também vimos como as identidades das pessoas não se confinam a uma referência cultural e linguística una, em virtude de as línguas que tecem a vida dos indivíduos responderem, numa comunidade, a diversas funções sociais, económicas e políticas – deste modo, os indivíduos incorporam elementos de identificação múltiplos de carácter nacional, regional, étnico e também global. Naquele Capítulo foram referidas as duas perspectivas dominantes de resolução dos problemas colocados pela diversidade linguística, uma de tipo cosmopolita (pela adopção de uma língua única como meio de comunicação universal) e a outra de tipo multiculturalista (atendendo a um princípio de igualdade entre todos os idiomas presentes); a proposta esperantista de adopção do Esperanto parece responder com simultaneidade às duas perspectivas, pois é intrinsecamente multiculturalista por via da preservação de todos os idiomas, e porque sendo naturalmente cosmopolita, não implica a hegemonia de uma língua nacional ou étnica mas a aplicação de uma língua neutra do ponto de vista da nacionalidade e da pertença étnica. No entanto, na ausência de uma língua neutral, a aplicação da perspectiva da diversidade linguística nas organizações inter-governamentais, designadamente na UE, é entendida de modo muito crítico por H. Tonkin, que argumenta que a atribuição de igualdade de estatuto a todas as línguas acaba por promover sempre as línguas mais fortes: “the more diverse the official languages, the freer the major language is to expand its influence. A lack of policy (...) is in itself a policy. In this ‘non-policy’ policy environment the strongest language, namely English, is gaining influence at the cost of all other

¹⁸⁴ Como: “Esperanto: uma alternativa democrática à hegemonia linguística”; “Ésperanto et les aspects socio-linguistiques de la mondialisation”; “Esperanto: the neutral international language”; “Esperanto: um instrumento em defesa da cultura linguística de todos os povos” (vd. *Nia Bulteno*, n.º 81, Jan-Mar 2003, p.5).

¹⁸⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 81, Janeiro-Março 2003, p. 5; *Nia Bulteno*, n.º 84, Abril-Maio 2004, p.11.

languages, which are divided from, and competitive with, one another and accordingly powerless” (Tonkin, 2004:7)¹⁸⁶.

Registam-se pois organizações e acções específicas para tornar visível a desigualdade linguística na UE, de que damos alguns exemplos. A Eŭropa Esperanto-Unio, activa desde a década de 1990 representa os países comunitários e trabalha pela adopção do Esperanto na UE como língua oficial¹⁸⁷. A Esperanto Radikala Asocio, formada em Itália em 1987, trabalha também pela adopção do Esperanto como língua internacional e língua da educação para a paz, por vezes em colaboração com a UNESCO; organizou em 1989 uma manifestação em Roma, Paris, Dublin e Rio de Janeiro frente às televisões nacionais exigindo um debate sobre o problema da língua na Europa¹⁸⁸, e em 1994, com o apoio da Comissão Italiana para a UNESCO, lançou o projecto internacional Fundapax com iniciativas várias, entre as quais, o convite às escolas associadas da UNESCO nos diversos países a realizarem cursos de Esperanto favoráveis à “educação para a paz e compreensão internacional”¹⁸⁹. O Esperanto Radikala Partio, que fez parte do Grupo da Aliança Radical Europeia no Parlamento Europeu 1994-1999, criou uma comissão para a introdução experimental do Esperanto na UE¹⁹⁰. Por fim, partindo da iniciativa de um esperantista britânico e congregando várias associações europeias de Esperanto, organizou-se uma manifestação em Estrasburgo pela diversidade linguística na UE a 9 de Maio de 2004, dia da Europa, que pretendeu envolver outras instâncias para além das organizações de Esperanto¹⁹¹.

Acrescente-se que ao nível nacional também tem havido grupos parlamentares que trabalham para o conhecimento e reconhecimento do Esperanto, designadamente, no parlamento britânico e no parlamento sueco na década de 1980¹⁹².

A UEA tem, naturalmente, marcado posição relativamente aos direitos linguísticos, nomeadamente, no contexto de organizações inter-governamentais (OIG); assim, apresenta em 2002 à UE um documento de protesto sobre o favorecimento de cidadãos de língua materna inglesa nos processos de recrutamento para as entidades europeias (Tonkin, 2004:6); já anteriormente, na Conferência das ONGs sobre os Direitos Humanos em 1968, decorrida no secretariado da UNESCO em Paris, a delegação da UEA abandonou o evento em atitude de protesto, por considerar que não estavam a ser verificados os princípios de igualdade linguística estabelecidos pela Carta da ONU, nem os

¹⁸⁶ Tonkin refere Robert Phillipson, 2003, *English-only Europe? Challenging Language Policy* (2004, UEA).

¹⁸⁷ *Nia Bulteno*, n.º 54, 1991, p. 7; n.º 84, 2004, p. 3 e n.º 90, Jan 2006-Jun 2008, p. 10. Já em 1976 o deputado britânico ao Parlamento Europeu Tom Normaton iniciou esse trabalho em Estrasburgo, e em 1987 existia um grupo parlamentar esperantista em Bruxelas (*Nia Bulteno*, n.º 10, 1976, p. 3 e n.º 32, 1987, p. 11).

¹⁸⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 47, Novembro-Dezembro, 1989, p.15.

¹⁸⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 65, Outubro-Dezembro, 1994, p.7.

¹⁹⁰ Cf. *Nia Bulteno*, n.º 82, Outubro-Dezembro, 2003, p.5.

¹⁹¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 83, Janeiro-Março, 2004, p. 4.

¹⁹² Vd. *Nia Bulteno*, n.º 33, Julho-Agosto, 1987, p. 11.

regulamentos linguísticos das OIG (facto que foi relatado nas principais agências de notícias e na imprensa francesa, nomeadamente, no *Le Figaro* e no *Combat*); assim, em 1971, foi alterado o regulamento de conferências das ONGs daquela organização, conforme aos postulados da UEA (cf. Lapenna *et al.*, 1974:402).

Vimos já neste Capítulo como é que no passado o Esperanto foi entendido no seu papel educativo, designadamente, no meio operário, e deste modo Lanti e a própria SAT defendiam a sua importância na formação dos operários e na preparação para o “cidadão internacional”; na actualidade, podemos ver como é que o Manifesto de Praga também atribui ao Esperanto um papel educativo, não apenas no aspecto propedêutico do ensino das línguas, mas também, como “instrumento” na formação para a diversidade e tolerância. Assim, diz Mark Fettes (1997):

One of the legacies of modernity is that countries throughout the world are now grappling with similar educational challenges. In the case of language awareness, these may be formulated as the need to educate about indigenous diversity, often in opposition to the hegemony of a single national language, and about global diversity, often in opposition to the hegemony of English. For Esperanto educators, these two sets of issues are intimately linked. An awareness of indigenous diversity that leaves English hegemony unchallenged is as partial a response as an awareness of global diversity that takes only national languages into account. Recent developments within the Esperanto community suggest a growing readiness to engage in constructive debate on these issues.

Não está esta perspectiva em sintonia com a de Zamenhof quando este entendia a potencialidade do Esperanto na relação entre grupos culturais, ou seja, a possibilidade de pacificação por via de uma tolerância e aceitação que adviria do conhecimento mútuo? Neste sentido, Mark Fettes (1997) refere a obra do pedagogo brasileiro Paulo Freire (1968, *Pedagogia do Oprimido*), e o seu conhecido conceito de “conscientização” (ou “consciencialização” em português de Portugal): “In appropriate conditions, the access to reciprocal, egalitarian communication in a worldwide community can effect the type of transformative awareness that Freire referred to as ‘consciencization’”¹⁹³.

No seu texto, já aqui referenciado, Y. Kim defende que o movimento do Esperanto se enquadra e contribui para a configuração da cultura global, e para a promoção da cidadania global, enquanto língua comum na base de uma identidade partilhada (vd. Kim, 1999:127). Assim diz que “Attempts to create a planned international language are a prominent example of modern efforts to establish a

¹⁹³ Fettes (1997) exemplifica: “For example, a young Chinese Malaysian woman learns Esperanto in her home country and in Poland. After a few weeks, she notes that one result is ‘that I now want to learn my mother tongue, Chinese. In Malaysia I never studied it, because there are few Chinese schools’ (...) A young American is motivated by his experience of Esperanto to study linguistic discrimination among the indigenous peoples of the Americas and Asia; a Japanese journalist becomes involved with the restoration of daily life in Sarajevo (...) Such odysseys of discovery (...) point to the language’s potential for enabling learners to reevaluate and transform their relationship with the world”.

global identity”, e também diz que “Esperantism and Esperanto movement should be interpreted as an effort to build a global vernacular that encompasses human societies and identities throughout the world” (Kim, 1999:132 e 146-7)¹⁹⁴. Esta perspectiva da “cidadania global” assemelha-se ao conceito de “cidadania cultural” que já vimos no Capítulo 1.3. e, parece-nos, surge perfeitamente traduzida no Manifesto de Praga de 1996, configurada, como vimos, nos sete princípios defendidos (Comunicação democrática, Educação transnacional, Eficácia pedagógica, Multilinguismo, Direitos linguísticos, Diversidade linguística e Emancipação do ser humano). Como diz Kim (cf.1999:130-1), nas últimas décadas o discurso e a teorização sobre a sociedade mundial apoia-se menos no protagonismo dos Estados organizados internacionalmente, e mais num modelo de humanidade-unitária, visível na acção de organizações nas áreas dos direitos das mulheres e humanos em geral, do ambientalismo, estruturas de governança, etc. – ou seja, os movimentos sociais mais recentes e actuais, embora Kim não os evoque desta maneira. A relação do movimento do Esperanto com os movimentos sociais, numa perspectiva diacrónica, é o que nos propomos ver de seguida.

4.4 O Movimento do Esperanto e os Movimentos Sociais

Começamos por discutir a única proposta de análise do movimento esperantista na perspectiva dos movimentos sociais, presente na obra que é de facto, também, a única análise sociológica que conhecemos e que tem sido citada tantas vezes neste trabalho. O objectivo primordial de Peter Forster foi uma reconstituição histórica do movimento do Esperanto até à década de 1970, desvelando o percurso que permitiu a constituição das organizações fundamentais dos esperantistas, e os valores essenciais associados à língua e a essas organizações, designadamente, educação, paz, igualdade linguística, justiça social e progresso social¹⁹⁵; o autor refere-se a uma comunidade linguística única (“a unique speech community”), que em termos de análise sociológica surge como um objecto complexo: as organizações de apoio ao Esperanto invocam categorias como uma associação voluntária, uma seita, um culto, ou um movimento social, mas nenhuma delas se enquadra literalmente (cf. Forster, 1982:4-5).

Ao longo do livro parece-nos que o autor recorre ao termo “movimento” muitas vezes por mimetização dos próprios esperantistas, que se lhe referem deste modo, querendo significar todas as acções organizadas para defesa e implantação do Esperanto. Mas Forster também afirma que é um “movimento social”, e diz que se trata de um “movimento linguístico” (*idem*: 234) que “procura o reconhecimento internacional” (*idem*: 231), e assim, elabora nas suas conclusões uma tentativa de

¹⁹⁴ Kim faz outra afirmação sobre a influência do movimento do Esperanto no universo das ONG-I que não parece ser sustentada, por teoria ou dados sistematizados: “In the absence of centralized political and cultural authority in world society, the Esperanto movement helped generate an ideological framework of one-worldism that has been utilized and adopted by other actors, especially other INGOs” (1999:147).

¹⁹⁵ Sendo que a segunda parte do seu livro é dedicada à caracterização do movimento britânico.

discussão do movimento do Esperanto como um movimento social, mas, não parece encontrar na literatura suficiente apoio teórico. Forster apresenta a sua tese de doutoramento em 1977, e edita-a em 1982 (estando o prefácio datado de 1980), pelo que não dispõe ainda de muita da vasta teorização sobre os movimentos sociais que desde então proliferou nas ciências sociais, e não presenciou todo o espectro desenvolvido pelos Novos Movimentos Sociais despoletados a partir dos fenómenos da década de 1960. Por isso parece-nos que o autor pretende concluir que se pode falar de um movimento social, mas, não encontra na teoria o enquadramento necessário. Diz, numa afirmação ainda com alguma actualidade sobre o movimento do Esperanto: “The Esperanto movement is in no sense a mass movement, it has a highly ambiguous attitude towards politics, and its aims have not been achieved in an instrumental sense”; algumas páginas depois lemos: “a movement which has succeeded in perpetuating its existence but has not, apart from spasmodic successes, become part of the established social order” (Forster, 1982:5 e 8-9). Entre ambas as afirmações, Forster ressalva: “the term ‘social movement’ is frequently reserved for those which are successful, *i.e.* have become part of the conventional social order” e “The term social movement is sometimes considered inadequate for treatment of such phenomena, but it has been retained here for convenience” (*idem*:8).

Assim, três aspectos nas conclusões de Forster atestam a incipiência das teorias que o autor reviu. O primeiro surge a propósito da dicotomia entre orientação normativa e orientação valorativa relativamente ao Esperanto, e reflecte a dicotomia de Neil J. Smelser entre movimentos normativos e movimentos valorativos, que se coaduna, respectivamente, com a distinção entre a acção para “objectivos” ou para “recompensas”, segundo Frank Parkin (vd. Smelser, 1962, *Theory of Collective Behaviour* e Parkin, 1968, *Middle Class Radicalism*). Recorrendo aos conceitos de F. Tönnies já referidos neste texto (Capítulo 4.1.), lembremos como Forster coloca esta questão (1982:347):

for the practically minded, the movement is more of a *Gesellschaft* and less of a *Gemeinschaft* than it is for the idealists. The idealists usually appeal to the movement as exemplifying the practical realisation of their ideals and thus attach especial importance to relationships developed in the movement. Likewise, the practioners have an *instrumental* and the idealists an *expressive* orientation to the aims of the movement.

De acordo com a exposição efectuada no capítulo teórico relativo aos movimentos sociais (3.º Capítulo desta tese), vimos com Kriesi *et al.* (1995) e com della Porta e Diani (1999), que a distinção entre expressividade e instrumentalidade não é mutuamente exclusiva nos movimentos sociais, e por isso, não traduzível operacionalmente de forma literal.

Similarmente, um segundo aspecto poderá ser de certa forma visto como um corolário do primeiro, ou pelo menos, produto de uma mesma tendência “homogeneizante” de ver os fenómenos: Forster diz que a difusividade de objectivos do movimento torna difícil a categorização sociológica. No entanto, vimos também no Capítulo 3 como os movimentos sociais não são necessariamente fenómenos homogéneos quanto à organização nem quanto aos objectivos para os quais se orientam.

Por fim, Forster tenta responder à questão: “a que tipo de tensão social pretende o Esperanto responder?”, ou diremos nós em termos tourainianos, qual o “enjeu” implicado?. Não reconhecendo nas abordagens de tipo marxista uma compatibilidade entre o movimento do Esperanto e a luta de classes, encontra em Steven Lukes (1974, *Power: A Radical View*) uma proposta que alarga a análise do exercício do poder para além do espectro político institucional, ou seja, sublinha o papel das forças sociais e da agência individual, tendencialmente excluídas do exercício da política institucional, na formulação de questões com relevância política; encontra também em Howard S. Becker (1963, *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*) uma convergência com a perspectiva de S. Lukes (cf. Forster, 1982:7-9). Forster pode concluir que a “tensão” em causa não advém de “condições objectivas” mas de condições subjectivas, ou de “uma situação percebida como problemática”. Assim propõe estender a análise de Lukes a agentes com agendas radicais, no espectro do anarquismo e pacifismo, *i.e.*, a tradição da subversão alternativa, que encontra nas sociedades alternativas, no vegetarianismo, ou no pacifismo, sendo todos estes exemplos vistos como actividades subversivas ou laterais à acção política de tipo mais evidente, e associadas ao Esperanto (referindo Rigby, 1974 e Abrams e McCulloch, 1976). Como vimos também no Capítulo 3, a teoria social inicialmente entendia a actividade política extra-institucional como desviante e ameaçadora da ordem social, e por isso os movimentos sociais eram denominados fenómenos de comportamento colectivo desviante; deste modo, D. West lembra: “Until the 1960s there is a bias in mainstream sociology in favour of institutionalized and organized modes of politics, also shared by orthodox tradition of Marxist social theory” (West, 2013:161). Portanto, a “tradição da subversão alternativa”, como diz Forster (vd. 1982:9-10), demonstra maior confiança em meios de mudança do mundo diferentes daqueles que são operados pelos meios políticos. Por outro lado, quase como se encontrasse um obstáculo teórico, Forster sublinha: nada no movimento do Esperanto é intrinsecamente subversivo. Deste modo, estas pistas deixadas pela análise de Forster parecem hoje mais claras: apontam para a acção presente nos Novos Movimentos Sociais, que o autor poderia ter encontrado nos primeiros trabalhos de A. Touraine, por exemplo. Diz este autor (Touraine, 1997:102):

os movimentos sociais apelam cada vez menos para a criação de uma sociedade, de uma ordem social nova, e cada vez mais para a defesa da liberdade, da segurança e da dignidade pessoais (...) Não transportam consigo a imagem da sociedade justa, como pode ser elaborada por uma filosofia da história, mas uma reivindicação de justiça que está mais próxima da Declaração dos Direitos do Homem que de uma constituição ou de um programa político. A consciência operária já era levada por um tal apelo à liberdade e à felicidade, para além da crítica historicista ou económica do capitalismo como desvio das forças produtivas para o lucro privado.

Assim, não obstante a proximidade e afinidade de certas vertentes do Esperanto com o mundo operário – aquelas que se auto-excluem do “movimento neutral” -, Forster parece não se enganar quando diz não encontrar no movimento do Esperanto uma homologia com a luta de classes: o

Esperanto seria um utensílio dos trabalhadores, não só na sua formação e educação, mas também enquanto meio de comunicação e de solidariedade de âmbito internacional.

Seguindo aquela noção de “realidades alternativas”, Forster parece também muito focado na preocupação bastante forte mostrada no final da década de 1950 pelo *mainstream* do próprio movimento acerca da imagem dos esperantistas, *i.e.*, o receio de a imagem principalmente projectada ser a de um grupo de excêntricos, ou de um grupo sectário, que dissipasse a percepção quer do valor cultural, linguístico e literário do Esperanto, quer da sua absoluta distintividade face a outros projectos de línguas planeadas. Talvez por isso tenha invocado os conceitos de “seita” e de “culto”, como já referimos (“culto”, nos primórdios do movimento, por causa da liderança carismática de Zamenhof, e “seita” a propósito do fervor quase evangelista de muitos esperantistas; de qualquer modo, julgamos que este último termo também se confinaria tendencialmente às fases iniciais do movimento). Na verdade, segundo o autor, sendo o Esperanto visto essencialmente como uma “causa perdida”, a imagem de excentricidade era dominante na percepção exterior do movimento do Esperanto e dos esperantistas no contexto britânico (que o autor caracterizou na segunda parte da sua tese). Por isso, parece-nos, atribui tanto espaço no seu Capítulo conclusivo à discussão e demonstração de que os esperantistas não têm entre si maior presença de indivíduos excêntricos do que aqueles que se podem encontrar em qualquer outro contexto social. Aliás, as actividades de carácter mais “extremado” realizadas dentro do movimento não foram afinal mais que iniciativas marginais, segundo afirma Forster (1982:351, nota 11 incluída):

The idea of an Esperantist people has sometimes been articulated in the self-conception of a super-state, as is seen in the term *Esperantujo* [Esperanto-land]. This has involved developments such as the establishment of an Esperanto cheque bank and monetary unit. Some children have been brought up to speak Esperanto as their mother tongue, and there have been developments such as Esperanto-speaking colonies (*e.g.* the colony Bona Espero in Brazil). Such have tended to be fringe activities which have not received general acceptance.

Deste modo, lembremos como em 1957 se desenhou na UEA a “política de prestígio” para evitar sinais de sectarismo para o exterior, bem como, muito antes, nos primórdios, o *mainstream* do *Esperanto movado* não apoiou os desígnios místicos de Zamenhof corporizados no seu projecto do Homaranismo. Diz o autor que “Frequently, conspicuous ‘cranks’ form only a minority of members of a movement, and this is the case with Esperanto” (Forster, 1982:372).

As “ideologias” que se encontraram associadas aos esperantistas e ao Esperanto como o vegetarianismo, o pacifismo, o naturismo e as ocasionais comunidades alternativas, tal como Forster demonstra, e que, de resto, estão presentes nos universos do anarquismo em particular e do mundo operário em geral (com os quais os esperantistas estabeleceram ligações fundamentais), compõem uma diversidade de princípios que indicam na sua maioria um posicionamento primacial de igualdade social, ou seja, uma perspectiva específica da relação entre os indivíduos - acompanhada muitas vezes,

ou antecedida porventura, de uma perspectiva da relação de respeito do humano com a natureza. O significado do Esperanto tendeu a inscrever-se numa perspectiva global social e humana. Veja-se o que diz Tonkin (1993: 9): “We cannot separate the language itself from the speakers and users of the language: in a sense the two are one and the same. Rightly understood, Zamenhof’s was not a language project pure and simple, but rather a blueprint for a new movement for international communication”. Similarmente, Janton (1973:6) diz que o esperantismo não é apenas uma teoria da linguagem mas uma doutrina sobre a sua finalidade, que é uma forma de humanismo; e assim se vê a distinção que muitos estabeleceram entre “esperantófonos” e “esperantistas”, respectivamente os que utilizam a língua e os que subscrevem aquela finalidade humanista do Esperanto.

Referimos já o papel educativo que pode ser o do Esperanto, essencialmente na formação para a cidadania, como defendido por vários autores, entre os quais destacámos Mark Fettes (1997). Noutro texto, o mesmo autor diz que o Esperanto pode ser um importante adjuvante nos movimentos sociais, ou seja, na convocação e implantação de princípios democráticos a vários níveis. Assim, diz o autor: “Nos últimos dois séculos veio justamente da Europa não só o conceito de igualdade mas também a constatação de que a igualdade nas relações sociais só pode ser conseguida conscientemente, através do planeamento, e não do acaso. Os movimentos sociais que pretendem transformar esta constatação em realidade encontram no esperanto um aliado ideal” (Fettes, 1992:15-6). De modo optimista, M. Fettes conclui: “se as grandes marés de individualismo e racionalismo que começaram o seu avanço há 25 gerações continuarem a guiar a consciência da Europa, então a balança da língua comum europeia, afastando-se dos ditames do acaso histórico, penderá para a língua que incorpora o potencial humano para a criação, escolha e liberdade” (*idem*:16).

As características do movimento do Esperanto e a sua posição no universo dos movimentos sociais justificam a hipótese central deste trabalho: discutir em que medida estamos perante um movimento social. Recordemos della Porta e Diani (cf. 1999:16) com a definição de movimentos sociais que já tínhamos apresentado no Capítulo 3: são (1) redes informais (de indivíduos e organizações), (2) baseadas na partilha de princípios e de laços de solidariedade, (3) que se mobilizam em torno de assuntos conflituais, e (4) agindo frequentemente através de várias formas de protesto.

Da caracterização que fizémos neste Capítulo de todo o percurso do movimento do Esperanto que se situa já em três séculos diferentes, encontramos elementos que correspondem às quatro dimensões presentes nos movimentos sociais:

1. as redes de indivíduos e organizações estão presentes na UEA, na Academia de Esperanto e outras instituições linguísticas, em todas as associações internacionais e nacionais, nos congressos, nas actividades de publicação e na restante produção cultural;
2. a partilha de princípios e de laços de solidariedade consubstancia-se no conjunto de ideais e de princípios democráticos e de direitos humanos, de justiça social e de solidariedade, e de todos os fins práticos para os quais se pode utilizar o Esperanto; estes princípios sustentam,

naturalmente, as redes de indivíduos e de organizações, constituindo-se como elementos identitários;

3. a mobilização realiza-se em torno de assuntos conflituais, isto é, as desigualdades linguísticas nos contextos multilingues e no mundo global, designadamente: as hegemonias linguísticas nas organizações inter-governamentais, a desigualdade linguística como uma dimensão da incompletude da verificação dos direitos humanos (tanto para os que são forçados a usar uma língua estrangeira em situação de desigualdade, como aqueles que não têm possibilidade de aprendizagem de uma segunda língua), e a necessidade de protecção cultural das línguas minoritárias (que, ao limite, correm o risco de desaparecimento);
4. acção através de formas de protesto, ou mais frequentemente, de demonstração da existência das desigualdades linguísticas e de um trabalho de visibilização do Esperanto, não só como solução neutral e democrática, mas também, como instrumento educativo para a diversidade cultural; deste modo, as acções fundamentais têm-se orientado para a adopção do Esperanto como língua neutral em organizações inter-governamentais, e para a sua introdução nos currículos escolares nacionais.

De acordo com a exposição efectuada no Capítulo teórico relativo aos movimentos sociais, encontrámos duas dimensões fundamentais de análise que, em proporções variáveis, constituem estes fenómenos, e que de facto, correspondem sobretudo a uma distinção elaborada por conveniência analítica: trata-se da dimensão cultural e identitária e da dimensão instrumental. A sobreposição de uma ou da outra dimensão permite, segundo Kriesi *et al.* (1995) distinguir os movimentos sociais de carácter mais subcultural – mais centrados em processos identitários comunitários ou individuais - ou mais instrumental; permite também, num movimento social, distinguir por um lado a sua orientação prevalecente em momentos históricos ou em conjunturas diferentes, e por outro lado, dar conta da sua própria complexidade, sendo que organizações diferentes num mesmo movimento privilegiam atitudes mais ou menos marcadamente instrumentais ou culturais. Veja-se que Forster, a propósito da ligação ao mundo socialista, especificamente consubstanciada na organização da SAT, afirmou, como não chegou a fazê-lo em mais nenhum momento da sua tese, que aquela organização era mais próxima de um movimento social: “SAT (...) was more overtly political in content: it was more directly a ‘social movement’ in the traditional sociological sense, arising out of a specific condition of strain. SAT arose directly out of the Franco-German conflict, which revolutionary syndicalist ideas had failed to prevent” (Forster, 1982:208, citação já incorporada neste Capítulo). A propósito da afinidade do movimento do Esperanto com a ideologia socialista, Levin apresenta uma homologia que julgamos não corresponder à generalidade do movimento, mas apenas confinada a uma das suas vertentes e, desse modo, a uma época histórica (Levin, 1993:3-4):

It [Esperanto] was, indeed, one current in a varied movement for a better world. In spirit it was closest to international socialist pacifism, even though the (...) UEA adopted a rule of neutrality in politics (...) At bottom, Esperanto is like socialism in seeking to remedy an evil through a radical change in the system: let society as a whole accept a certain plan, based upon a set of principles that stand to reason, and it will achieve a great improvement over the irrational ways that unprogressive people have been clinging to.

O que encontramos nas duas dimensões analíticas relativamente ao movimento do Esperanto? Veja-se primeiro a dimensão cultural. Esta indica naturalmente a cultura – ou subcultura – esperantista. Vimos longamente neste Capítulo 4 a vastidão da produção cultural a partir da língua Esperanto. A cultura tem existência dentro de um grupo, ou comunidade, e pressupõe a partilha simbólica; aliás, os símbolos e as práticas de um grupo são elementos de construção colectiva (cf. Offe, 1996:222). Como é sabido, a língua é um importante símbolo de solidariedade entre os seus locutores (vd. por exemplo Sapir, 1931:41-2) e, associados à língua Esperanto existem outros símbolos partilhados, como a literatura original (de que os primeiros textos poéticos assumem grande valor, como os já referidos poemas *La Vojo* e *La Espero*, este que é também o hino esperantista), eventos como o Congresso Universal que se realiza anualmente, elementos de iconografia como a omnipresente estrela verde, que figura também na bandeira esperantista, e ainda, a mapeação do tempo e do espaço, ou seja, o calendário (o nascimento de Zamenhof a 15 de Dezembro é celebrado como o dia do Esperanto e da cultura esperantista), e a rede mundial de ruas e praças com o nome de Zamenhof, como também os monumentos que lhe são dedicados. Acresce a existência do Museu Internacional do Esperanto fundado em 1929 na Biblioteca Nacional de Viena que é simultaneamente biblioteca, centro de documentação e arquivo.

Lembremos como A. Cohen (2004:108-9) entende - tal como B. Anderson (2006), aliás - uma comunidade enquanto uma construção mental, e encontra-lhe uma similaridade com um movimento social na medida em que serve a mesma necessidade (como vimos no final do Capítulo 1.1. deste trabalho); neste sentido, é significativa a expressão de “comunidade voluntária” (“voluntary non-ethnic, no-territorial speech community”) que Wood (1979) aplica aos esperantistas, que também tem similaridade com o conceito muito plástico de subcultura, que vimos no Capítulo 3. O Esperanto configura todos estes fenómenos: movimento social, comunidade linguística, e subcultura.

Vejamus um último elemento característico dos movimentos subculturais, o da “política de identidade”, que como referimos relativamente aos movimentos de homossexuais, de direitos femininos e de direitos dos negros, pretende a um tempo informar, conferir visibilidade pública, modificar os estereótipos negativos associados a esses grupos ou categorias sociais, e reforçar a identidade grupal. No meio esperantista este fenómeno também ocorreu, se não, veja-se a “política de prestígio” do Esperanto que a UEA instituiu e monitorizou pela iniciativa de Ivo Lapenna no pós-2.^a Guerra num contexto de recuperação das recentes proibições e perseguições, mas que pretendia também isolar o caso do Esperanto no universo dos outros projectos de língua planeada. Como parte

da “política de identidade”, a “política de linguagem” orientou-se no sentido de evitar termos considerados menos prestigiantes como “língua artificial” ou “língua verde” por exemplo, e substituir o termo “propaganda” por “informação”; em Portugal observámos que o termo “esperantismo”, muito utilizado nas primeiras décadas do movimento – aliás, presente na Declaração de Boulogne -, tende a ser evitado na actualidade, no sentido de se criar um distanciamento da profusão de “ismos” que estão habitualmente conotados com posições tendencialmente sectárias. A “política de prestígio” não é inédita no movimento: já Louis de Beaufront no princípio do século XX em França actuava com preocupações semelhantes com o intuito de que o Esperanto parecesse “respeitável” às instituições públicas junto das quais procurava a aceitação e a oficialização da língua, pelo que insistiu na neutralidade política e religiosa dos esperantistas. Esta questão da pretendida neutralidade da língua Esperanto pode ser também entendida como reforço identitário em contextos de repressão política – que pode ao mesmo tempo funcionar como estratégia de sobrevivência, como ocorreu com os esperantistas franceses “neutrais” aquando do governo de Poincaré, ao afirmarem a sua distância e independência face à SAT (uma estratégia que veremos também no movimento em Portugal).

Uma análise de vertentes mais marcadamente subculturais do movimento do Esperanto permite observar ao longo do tempo a existência de iniciativas de orientação religiosa (a primeira pelo próprio Zamenhof, através do Homaranismo, mas presentes na ligação a todas as religiões através de organizações esperantistas específicas), em comunas de inspiração mais anarquista ou mais milenarista, em organizações identitárias (como por exemplo a dos esperantistas homossexuais) e, simplesmente, nas actividades quer em áreas recreativas, quer profissionais, quer ainda em iniciativas de índole puramente cultural em prol da língua Esperanto, ou através do Esperanto, reunindo indivíduos e grupos das várias vertentes artísticas e da produção cultural; esta diversidade está patente através do espectro de organizações esperantistas que foram destacadas no Capítulo 4.3.

A segunda dimensão de análise, a instrumental, tem subjacente a assunção do valor potencial da língua para vários fins, que são porventura de carácter mais pragmático do que aqueles que orientam a vertente mais subcultural; esta dimensão compreende as acções públicas mais objectivas em favor da língua. Se colocarmos as duas dimensões de análise numa relação de dependência, podemos dizer que a dimensão instrumental está mais dependente da dimensão cultural que a hipótese inversa, no sentido em que a acção instrumental decorre sempre da existência de uma identidade, sendo que a existência da identidade cultural pode simplesmente manter-se sem que seja necessário agir instrumentalmente. É por isso que muitos movimentos subsistem ainda que aparentemente inactivos, como mostram C. Offe (1996:221), della Porta e Diani (1999:15) e D. West (2013:149) (cf. Capítulo 3).

Assim a esfera de acção que remete para as questões subjacentes à mobilização dos esperantistas e ao empreendimento de iniciativas públicas, pode caracterizar-se deste modo: (1) a questão do reconhecimento público da língua Esperanto, (2) tornando a sua existência um assunto público e político, (3) mediante o prestígio da língua e cultura esperantista, (4) e acções, concretizadas com mais ou menos êxito, para a sua adopção ou utilização em diversos contextos ao longo do seu percurso

histórico, como o político (através das organizações do espectro socialista, em especial a SAT, ou, em parlamentos nacionais), científico (junto de academias científicas ou através de organizações esperantistas específicas), económico (designadamente, no turismo e no comércio), nas comunicações (nos correios e na rádio), na acção pacifista (especialmente a UEA no período das duas Guerras, mas também mediante a colaboração com a Cruz Vermelha e com os corpos internacionais vocacionados para a manutenção da paz como a ONU e a UNESCO, ou em organizações esperantistas específicas, como também em manifestações como as de âmbito global em 2003 e 2004), na educação (através dos sistemas de ensino nacionais e outras instituições de ensino), em causas ecológicas e de direitos humanos, e em organizações inter-governamentais (Liga das Nações, ONU, UNESCO, UNICEF, Conselho da Europa, Organização dos Estados Americanos e UE).

Como mostram Kriesi *et al.* (1995:209), as actividades dos movimentos produzem resultados específicos que podem trazer mudanças internas ao próprio movimento (na dimensão identitária ou na organização do movimento), ou mudanças externas nas relações do movimento com o sistema político ou com a esfera pública; tínhamos visto que dos quatro tipos de efeitos externos que aqueles autores categorizam (processuais, substantivos, estruturais e de sensibilização pública), os efeitos processuais seriam analisados no caso do movimento do Esperanto. Os efeitos processuais permitem um acesso - de tipo *ad hoc* ou de tipo permanente - ao sistema institucional através do estabelecimento de processos de consultoria, de negociações, de reconhecimento formal, ou de inclusão de actores nas instituições (cf. Kriesi *et al.*, 1995:210-3). Julgamos que os resultados alcançados pela UEA em 1954 junto da UNESCO em Montevidéu são de tipo processual, devido às relações consultivas oficiais que desde então se estabeleceram entre as duas organizações. Este tipo de efeitos processuais repete-se com a constituição de relações oficiais com outras organizações: ONU, UNICEF, Conselho da Europa, Organização dos Estados Americanos e ISO (International Organization for standardization) (vd. [http://uea.org/vikio/Unua komuniko en la portugala](http://uea.org/vikio/Unua_komuniko_en_la_portugala) e <http://esperanto.pt/materna.htm>).

Já afirmámos que as dimensões cultural e instrumental existem em relação entre si, como se torna claro no episódio de Montevidéu: sendo essencialmente resultado de uma acção de tipo instrumental, o seu desfecho não fica cingido aos resultados processuais obtidos, mas são acompanhados, na nossa opinião, de um reforço identitário. Como dissémos acima, através da pessoa de Lapenna, considerado “o herói de Montevidéu”, a decisão da UNESCO representou uma “vitória” entendida como o início de “uma nova época” para o Esperanto.

Retomando a distinção entre movimentos instrumentais e subculturais que vimos no Capítulo 3, um dos critérios a que os autores recorrem respeita aos temas implicados em cada um dos dois tipos de movimento social, respectivamente, temas de forte visibilidade política e de fraca visibilidade política (ou temas de tipo *high profile* e *low profile*, vd. Kriesi *et al.*, 1995:95-7) e que por isso se referem mais ou menos directamente aos interesses e atribuições da autoridade política. Nesta perspectiva, como situar o movimento do Esperanto? Enquanto movimento cujos produtos sociais e culturais têm origem numa língua, tem que ser entendido como um movimento intrinsecamente cultural, ou subcultural; no

entanto, vimos ao longo deste trabalho como é que as questões linguísticas interpelam dimensões fundamentais como o exercício da cidadania, as identidades comunitárias e nacionais, a definição de cultura nacional, a organização do sistema de ensino e a própria estrutura económica; e também no mapa global, as posições relativas das línguas nacionais dos diversos países nas organizações inter-governamentais, que dependem das respectivas posições económicas e simbólicas no mundo. As línguas incorporam uma dimensão profundamente política na vida individual e colectiva, e também na posição relativa dos vários países na rede de relações global, e assim, convocam questões de forte visibilidade política; deste modo não é coincidência que ao longo da história do Esperanto os defensores desta língua tenham sido objecto de vigilância e também de perseguição política por parte de estados nacionalistas autoritários, ou que nas organizações inter-governamentais como na Liga das Nações e na ONU o Esperanto não tenha conseguido respostas favoráveis em virtude das hegemonias linguísticas que as caracterizam. Veja-se que a ONU em 1952 optou por encaminhar a petição dos esperantistas para a UNESCO enquanto organização mais marcadamente orientada para as dimensões culturais do que para as dimensões políticas dos fenómenos globais, ainda que estas distinções sejam mais analíticas do que reais, como temos visto; veja-se também que a UNESCO concedeu o seu apoio ao movimento cultural e não ao movimento linguístico, se assim podemos dizer. E por isso Forster (cf. 1982:254) diz que apoiou apenas as “funções expressivas” do Esperanto em vez de tomar uma posição mais comprometida, como seria o apoio ou o uso da própria língua.

Quais os motivos que travaram uma maior propagação do Esperanto ou o seu reconhecimento político? As oposições dos nacionalismos foram muito prejudiciais, assim como o cenário global das duas grandes guerras com a sua voragem e as suas consequências, nomeadamente o isolamento do mundo socialista, que era um dos grandes locutores de Esperanto. O facto é que a comunicação internacional tem sido concretizada sem recurso a uma língua neutral, cuja adopção seria uma solução radical, como diz Forster: “although language problems do occur, they are not so significant and unsurmountable as to encourage strong official international support for a radical solution such as Esperanto. Rather the Esperantists’ aims are seen as not an urgent priority” (Forster, 1982:358). Também no cenário do pós-2.^a Guerra as especificidades da globalização económica e cultural favoreceram a língua inglesa, e esse facto não será independente do apoio de que o Inglês tem sido objecto por parte de tantos sistemas nacionais de ensino. Uma observação feita por S. Levin sobre o Esperanto no mundo científico é também interessante: “If a number of Esperantists had been in the forefront of one of the sciences, Esperanto might well have played a commanding role. Or (...) if the Esperantists had been able to keep up with the advances of one or more sciences and to diffuse them beyond the country of origin, that would have been an essential service, and many would have learned Esperanto for the most economical access to new knowledge” (Levin, 1993:2).

O movimento do Esperanto pode ser considerado um movimento social, combinando elementos identitários (que têm permitido a sua longevidade em conjunturas diversas) e de acção instrumental (resultando na visibilidade pública do Esperanto e nos respectivos efeitos processuais), combinações

que ao longo do tempo e do espaço configuram um movimento díspar (com orientações diversas de tipo político, ecuménico e religioso, cultural, educativo e económico), caracterizado por conflito social pontual (localizado sobretudo nas conjunturas nacionalistas europeias do século XX), e apresentando, segundo os termos de Touraine, tanto uma “aspiração democrática” como um “projecto ou proposta cultural”. Esta perspectiva diacrónica parece corroborar a afirmação dos autores della Porta e Diani:

Movements characteristically alternate between “visible” and “latent” phases (...) In the former, the public dimension of action prevails, in the form of demonstrations, public initiatives, media interventions and so on, with high levels of cooperation and interaction among the various mobilized actors. In the latter, action within the organizations and cultural production dominate. Contacts between organizations and militant groups are, on the whole, limited to interpersonal, informal relationships, or to organizational relationships which do not generally produce the capacity for mass mobilization (della Porta e Diani, 1999:89).

Este percurso do movimento da língua planeada por Zamenhof, cujo início data de 1887, permitiu observar como o Esperanto surge afinal em tantos cenários, já largamente estudados, como uma peça mais de um *puzzle* complexo que ultrapassa um século da história mundial recente e que compreende um conjunto significativo de movimentos sociais de todo o espectro cultural, social e político. Assim, propomos um exercício analítico final, relativo às ligações do movimento do Esperanto com outros movimentos sociais.

Façamos primeiro um paralelismo com outros movimentos linguísticos. O Esperanto é um tronco do fenómeno já secular das línguas universais que, no final do século XIX, surge simultaneamente enquadrado no movimento da construção de línguas auxiliares artificiais, cujo antecessor e rival mais destacado foi o Volapük. Contudo, como entender o paralelismo que alguns autores estabelecem entre o Esperanto e o surgimento do Hebraico Moderno, este último enquadrável na movimentação filológica romântica da constituição de línguas nacionais? Apesar de ambos os projectos configurarem a constituição de uma nova língua e de uma comunidade linguística decorrente, e sendo os seus autores de origem judaica, as novas línguas tivessem sido entendidas nos dois casos como elemento de solução para a diáspora judaica, julgamos que existe uma distinção fundamental. Esta distinção divide sem dúvida um projecto nacionalista e exclusivo num caso, e um projecto universalista e inclusivo no outro caso. Parece-nos assim que o movimento do Esperanto pode ser entendido como simétrico dos movimentos linguísticos de cariz nacionalista e romântico, estes propensos ao isolamento cultural, e o Esperanto advogando uma abertura essencial à cultura entendida universalmente, e não local ou nacionalmente.

Por outro lado, vimos o nascimento ou ressurgimento de movimentos linguísticos europeus já em meados do século XX – e enquadráveis nos Novos Movimentos Sociais – que apesar de se intitularem nacionalistas não o faziam todos numa perspectiva romântica e tendencialmente conservadora, mas respondendo em grande medida a uma filosofia emancipatória, como são alguns exemplos no contexto

espanhol. Pudémos ver também no Capítulo 4.3. com Forster (cf. 1982:22-35), que no período entre o pós- 1.ª Guerra e o fim da década de 1970 se verificou o crescimento relativo de esperantistas nos países cujas línguas são minoritárias no espaço europeu; assim, Woods (1979) sublinha esse facto, mostrando que a existência de afinidades específicas entre o Esperanto e algumas causas minoritárias se verifica no caso de minorias linguísticas:

many Esperanto-speakers are active in minority causes (...) by their more obvious politico-economic associations. One notes among Esperanto activists considerable numbers of certain European ethnic minorities, notably Flemings and Finns, both numerical majorities in their respective countries who were until very recently, or still are, subject to the socio-economic domination of a numerical minority, as well as Catalans. There is a particularly sympathy at present between Catalan separatist intellectuals and the Esperanto movement. For example, certain radical Esperanto-speakers, who attack linguistic discrimination as an evil comparable to racism and sexism have translated Catalan manifestos and helped promote the Catalan cause outside Spain (Woods, 1979:447).

Relembremos ainda como, à semelhança de outros movimentos de línguas minoritárias que trabalham para o reconhecimento desses idiomas no contexto nacional em que se encontram, o movimento do Esperanto também construiu instâncias linguísticas académicas – assim, tínhamos referido as línguas minoritárias em Espanha, e especificamente, a academia de língua asturiana, mas também, a constituição de uma academia da língua Romani enquanto componente essencial do trabalho de normalização linguística desse idioma (vd. Capítulo 2.2. e 2.3., respectivamente).

Que outros movimentos sociais se encontram ligados ao movimento do Esperanto? Da análise que temos apresentado neste trabalho, concluímos que uma grande parte dos movimentos sociais mais significativos da história recente se encontra ligada ao movimento do Esperanto. Por um lado, encontramos esperantistas que tiveram e têm ligações a movimentos como o operário (especificamente nas suas vertentes comunista e anarquista), o movimento pacifista (através de colaboração com organizações e eventos)¹⁹⁶, o movimento ecológico (e as suas vertentes vegetariana e naturista), movimento estudantil da década de 1960 (através da secção juvenil da UEA, a TEJO), movimentos de direitos étnicos e de direitos linguísticos (a defesa do Catalão ou do Flamengo, por exemplo, e genericamente, a defesa da diversidade linguística), ou o movimento de direitos dos homossexuais - sendo que alguns destes movimentos têm surgido, mais actualmente, integrados em algumas vertentes do movimento de globalização alternativa. Por outro lado também encontramos, dentro de alguns dos referidos movimentos, organizações que simultaneamente são esperantistas, sendo os casos mais significativos o movimento operário (veja-se a SAT, com as suas vertentes socialista, anarquista e comunista, e activa desde 1921), o movimento pacifista (que teve e tem várias associações esperantistas específicas), o movimento ecológico (compreende associações esperantistas de ecologia),

¹⁹⁶ Mas, tendo Forster analisado a obra de Parkin (1968), sobre a CND, não refere aí a presença de esperantistas.

defesa da diversidade linguística e étnica (associações várias e também partidos com acção junto da UE), movimento de direitos dos homossexuais (existe uma associação esperantista e uma secção “Arco-Íris” na SAT); já o movimento de direitos das mulheres parece não ter estado representado.

É necessário analisar a partilha de princípios ideológicos que permitem entender esta sobreposição de membros e organizações esperantistas e os outros movimentos sociais. Se olharmos para o fenómeno dos movimentos sociais mais significativos desde o século XIX, podemos ver três pilares ideológicos fundamentais, que estão na sua origem e que, aliás, caracterizámos nos Capítulos 2.1. e 2.2.: o positivismo, o universo do socialismo e o pensamento anarquista ou libertário. Estes três universos partilham alguns princípios que genericamente subjazem a um conjunto de movimentos sociais. Os princípios são o universalismo, a crença no progresso e na ciência, o papel da educação, a viabilidade da desmilitarização; no anarquismo, por seu turno, a crença no progresso não é omnipresente, já que algumas correntes a repudiaram, e podemos considerar que nestes casos existirá, ao invés, traços da herança romântica no que à crítica ao progresso e ao racionalismo dizem respeito (como vimos no Capítulo 3, através da contribuição de Eder, 1993). Tomados em conjunto, o socialismo e o anarquismo consubstanciam os princípios do internacionalismo, da justiça e fraternidade e da emancipação humana. Assim, consideramos que os três pilares referidos estão a montante do movimento operário, do movimento pacifista e de movimentos educativos; já o anarquismo, mais isoladamente através das vertentes em que se aproxima das raízes românticas, origina o vegetarianismo, o comunalismo e o naturismo - e posteriormente, o movimento ecológico. Assim, já no pós-2.^a Guerra, no enquadramento dos NMSs, o referido movimento ecológico ombreia com os restantes movimentos que entroncam simultaneamente no socialismo e no anarquismo (na medida em que defendem justiça e direitos individuais e de emancipação humana), como são os movimentos de direitos dos homossexuais, os movimentos de direitos étnicos, as movimentações estudantis, o ressurgimento do movimentos dos direitos femininos e o ressurgimento ou aparecimento de movimentos de direitos linguísticos. Finalmente, do conjunto dos NMSs surgem actualmente os clarões do movimento de globalização alternativa, que em alguns casos ressituam preocupações de justiça económica tal como no passado o movimento operário, como tínhamos visto.

A Figura do Anexo F pretende clarificar este exercício muito genérico, que é porventura um mapa impressionista elaborado no sentido de traçar os rastros do Esperanto em mais de um século de história; de facto, encontramos esse rasto pelas influências dos três pilares do positivismo, do socialismo e do anarquismo nos primeiros esperantistas, e depois, a presença do Esperanto nos movimentos que têm origem nessa “nuvem ideológica” que chega até à actualidade. O Esperanto e os esperantistas podem ser encontrados com mais ou menos expressividade em todos os movimentos referidos, com excepção, como dissémos, do movimento dos direitos femininos, cuja presença não está, pelo menos de forma tão clara como nos outros movimentos, relacionado com o movimento do Esperanto.

Embora já tão longínquo, L.Tolstoi pode ser tomado como exemplo desta afinidade do Esperanto com vários movimentos sociais, ele que foi anarquista, pacifista, vegetariano, naturista, pedagogo da

Escola Nova e, defensor do Esperanto, tendo fundado a Associação Esperantista Vegetariana. Vimos também como J. Verne compaginou a defesa do progresso social e científico com princípios democráticos anti-imperialistas, anti-nacionalistas e anti-esclavagistas – universo que pôde acolher o Esperanto. A afinidade entre movimentos sociais é particularmente visível entre a defesa da paz e outros movimentos, no passado como na actualidade. Assim, na actualidade as campanhas de desarmamento nuclear são transversais aos movimentos anti-militaristas tanto como aos movimentos ecológicos ou ambientalistas, e similarmente, no século XIX, as campanhas pacifistas não estavam desligadas dos movimentos contra as políticas imperialistas, uma vez que supunham também posições anti-esclavagistas: veja-se o caso do sociólogo Herbert Spencer (1820-1903) que em 1882 ajudou a fundar a Anti-Agression League, “numa tentativa de controlar pela propaganda pacifista as correntes militaristas e imperialistas que dominavam a política externa e a opinião pública inglesa” (Braga da Cruz, 1988:183). Porventura, como vimos no Capítulo 3, é aqui aplicável o conceito de della Porta e Diani (1999) de “famílias de movimentos sociais”, similar ao conceito de “difusão entre movimentos” de Kriesi *et al.* (1995), significando a simultaneidade de membros em vários movimentos, que permite realizar transferência de esforços na medida em que existe similaridade de visões do mundo.

Com este breve exercício, ilustrado na figura do Anexo F, julgamos também poder mostrar a importância do pensamento anarquista nos movimentos sociais, isto é, uma corrente que é detectável até à actualidade. Partilhamos a ideia de H. Arvon (1979), e que não temos visto defendida noutros autores, da importância desta raiz de pensamento, em cuja essência o autor identificou uma “intuição antropológica”, o que permitiu o reencontro dos seus princípios em muitos dos Novos Movimentos Sociais. Como foi afirmado no Capítulo 2, o pensamento anarquista apresenta preocupações intrínsecas de uma relação de respeito entre o humano e o natural que mais tarde se manifestaram nos movimentos ecológicos e ambientalistas; tem também preocupações de igualdade e, sobretudo, de liberdade para todos os seres humanos, que anteciparam por exemplo os direitos reprodutivos femininos através do neomalthusianismo, ou que inspiraram correntes pedagógicas como a da Educação Nova e outras teorizações posteriores da educação não-autoritária. Assim, encontramos actualmente aquela essência em tantos movimentos sociais de defesa da igualdade de direitos, justiça social, respeito ecológico, e bem-estar e realização individual através do bem-estar colectivo - ou vice-versa –, conseguido mediante uma filosofia ou ética de responsabilidade individual.

Falar de movimentos sociais é também avaliar efeitos e mudanças que a sua acção comporta política, social e culturalmente, enquanto agentes de mudança social. Dizem della Porta e Diani (1999:253): “It rarely happens that a movement disappears leaving no cultural or organizational trace whatsoever. Social movement resources increase over time, therefore, and movements become institutionalized, construct subcultural networks, create channels of access to policy makers and form alliances”. Se a constituição de uma subcultura esperantista é inegável, os acessos às instâncias de políticas públicas ou a instituições de decisão política ficaram resumidos à UNESCO enquanto agência de uma das mais significativas organizações inter-governamentais, que é a ONU. Já a

formação de alianças parece não estar presente na história do Esperanto (não consideramos como tal a cooperação com instâncias científicas, culturais e económicas que ao longo da história os esperantistas empreenderam); mas veja-se esta reflexão: “how can we depart from the current hegemonic situation to move towards a less hegemonic one? (...) I am convinced that the only way is to forge an alliance among those whose languages are discriminated against – even if these languages have official standing in international contexts – to insist on a new, revolutionarily simple solution, namely the International Language Esperanto” (Tonkin, 2004:10).

H. Tonkin identifica esse aliado: a língua chinesa, na medida em que é a língua nativa utilizada por mais locutores no mundo, situando-se simultaneamente numa economia em rápido crescimento, e contudo, incorporando um escasso potencial de se tornar uma língua global; por outro lado, os esperantistas chineses têm sido desde sempre muito activos, nomeadamente, através da rádio, de publicações e traduções literárias e de todo o trabalho da Liga Chinesa de Esperanto (cf. Tonkin, 2004:9). Diz o autor: “China is the right country to work for a new international language equality that would help level out the competition among the various countries and perhaps even create a new intensity of international co-operation (...) As a country unidentified with the European tradition, but seeking an alternative path, it naturally finds in Esperanto an idea with similar goals” (*idem*:9).

Neste percurso de mais de um século, veja-se a presença histórica do Esperanto: desde os primeiros esperantistas franceses, muito focados nos fins práticos pelos quais o Esperanto podia contribuir para a pacificação, o progresso e a racionalização da sociedade; passando pelos esperantistas socialistas que na sua maioria entendiam o Esperanto como um elemento do internacionalismo da sociedade a que aspiravam; incluindo manifestações várias de aspirações e desígnios milenaristas; desde os revezes que os nacionalismos totalitários trouxeram aos esperantistas de tantos países; ou o pós-2.^a Guerra, em que o alargamento da concepção dos direitos humanos incluiu os direitos culturais e linguísticos e a diversidade linguística, que continuam a ser temas pertinentes em sede das grandes organizações inter-governamentais. O Esperanto acompanhou a história mundial, respondendo a alguns fenómenos (aos apelos do “progresso” mundial, ao internacionalismo e ao pacifismo) e antecipando-se a outros (na concepção dos direitos linguísticos e no reconhecimento da riqueza e protecção da multiculturalidade). Se o movimento do Esperanto não conseguiu acesso significativo aos canais de políticas públicas, tem a seu favor a dimensão cultural. Como diz P. Janton (cf. 1973:6), numa afirmação que subscrevemos e que responde à questão de della Porta e Diani sobre a herança necessariamente deixada por qualquer movimento social: o Esperanto lega uma contribuição no plano cultural e humano.

É um movimento social que tem sobrevivido no tempo desde o seu advento no século XIX, que já conseguiu acesso a uma das mais significativas organizações inter-governamentais através da UNESCO, e cujas fundações são a subcultura esperantista, que tem condições para prosseguir o caminho de acesso às instituições públicas e disseminar os seus valores democráticos trazendo-os para o debate público. Este percurso induz a questão: pode um movimento social apresentar tal longevidade? Envelheceu, ou soube renovar-se? Cremos que é possível observar como tantos

movimentos sociais, alguns com raízes no século XIX e outros no século XX, têm sobrevivido ou renascido em consonância com as exigências e os desafios sociais, sabendo-se também que nos diversos contextos nacionais os movimentos se configuram em fenómenos específicos de acordo com a respectiva história social, cultural e política. Assim, os movimentos de direitos dos indivíduos não se extinguiram e continuam actuais e necessários, como direitos económicos básicos, os direitos femininos, de homossexuais e transsexuais, de minorias culturais e linguísticas; também os movimentos pelas causas globais são parte do nosso mundo, como as causas ecológicas e ambientalistas, tantas vezes ligadas através da questão nuclear aos movimentos contra ofensivas militares. O Esperanto, convocando os direitos linguísticos e agindo, numa escala potencialmente global, em prol da transposição das barreiras culturais, mantém importância e actualidade, duas características invocadas pelo Manifesto de Praga. Democracia, cidadania, emancipação individual, e educação para a diversidade humana, são as raízes, os troncos e os frutos do movimento do Esperanto.

5 O ESPERANTO EM PORTUGAL

A análise do fenómeno do Esperanto em Portugal permitirá observar como é que o caso português se integra no movimento internacional desta língua planeada. Enquanto elemento de um movimento que é composto pelos vários movimentos nacionais e pelas organizações internacionais, o movimento português surge também como epifenómeno que espelha a diacronia dos acontecimentos internacionais mais significativos, como os primeiros móveis progressistas, os universos do internacionalismo, o embate com as forças nacionalistas, ou a mais actual defesa da diversidade linguística. Por outro lado, retomando uma importante vertente da discussão anterior, veremos como a especificidade histórica do contexto nacional permitirá elucidar o conjunto dos movimentos sociais que neste espaço e tempo tiveram e têm ligações com os esperantistas portugueses. A reconstituição histórica e a análise sociológica do caso português serão apresentadas em três etapas: a dos pioneiros, essencialmente oriundos de uma classe média urbana ainda antes da implantação republicana, e secundados por esperantistas da esfera operária a partir da constituição do primeiro grupo operário em 1917; a da sobrevivência durante o Estado Novo; a fase da actualidade, essencialmente através da actividade da Associação Portuguesa de Esperanto¹⁹⁷.

5.1 Primórdios: Ideais Republicanos e Meios Operários

Marreta habitava, sózinho, um casinhoto perto da ribeira que ladeava o povoado. Era viúvo e não possuía outra família além de um filho na América (...) Vegetariano e esperantista, na defesa daquela forma de sustento e a pregar as vantagens de uma só língua para a Humanidade inteira, Marreta punha tanto fervor como se de credos religiosos se tratasse. Ele próprio cozinhava os seus vegetais e, vida sóbria, despendia a maior parte da fêria em brochuras e correspondência com esperantistas estrangeiros (...) Marreta estimava o dinheiro em relação apenas com o preço dos selos de correio. A sua grande volúpia seria poder escrever muitas cartas e receber muitas também dos esperantistas das outras terras. (...) Na aldeia do Carvalho poucos adeptos arrebanhara para a língua internacional e para o vegetarianismo não conquistara um só. Debalde ele jurava que, assim, seria maior a saúde, mais longa a vida e menor a escravidão do ser humano às necessidades de cada dia (...) Apesar destas divergências, a quadrazita que Marreta habitava enchia-se de operários quase todas as noites (...) Muitas vezes Horácio ouvia-o referir-se a um mundo que viria, um dia, um mundo onde não existiam nem pobres, nem ricos, nem grandes, nem pequenos – e onde todos teriam tudo quanto carecessem para viver sem apoquentações. Sempre a conversa ia para aquele ponto (...) Algumas noites, no meio das conversas, Marreta referia-se a cartas que recebera de esperantistas de outros países e sempre dava a entender que eles esperavam também aquele dia de que todos, ali, falavam.

Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 1990 [1947] (Guimarães Editores):141-3

As coordenadas iniciais do Esperanto em Portugal encontram-se, como seria expectável, na edição de livros nesta língua. No ano de 1892, cinco anos volvidos sobre a publicação inaugural do Esperanto, surge em Portugal a primeira tradução do método de Zamenhof, elaborada por Jayme Heinlein

¹⁹⁷ As fontes históricas utilizadas serão remetidas para notas de rodapé para facilitar a leitura do texto. Como referido na Introdução, os Capítulos 5.1. e 5.2. são uma revisão, actualização e reescrita do Capítulo 3 da dissertação de Mestrado concluída em 2012.

Ferreira e intitulada *A língua universal esperanto*¹⁹⁸. Nesse ano também foi registado o primeiro subscritor português do *La Esperantisto*, e dois anos depois tinha crescido para 13 o número de assinantes portugueses daquele que foi o primeiro periódico esperantista (cf. registos de Forster, 1982:21). Em 1896 o médico Costa e Almeida publica em Gouveia uma nova tradução do livro de Zamenhof¹⁹⁹. Costa e Almeida foi um pioneiro destacado do movimento nacional: foi o único português que em 1905 esteve presente no 1.º Congresso Universal de Esperanto em Boulogne-sur-Mer, foi delegado da UEA em Resende, em 1913 integrou tanto a redacção daquela que terá sido a primeira publicação esperantista portuguesa (*Portugala Revuo*) como a primeira associação nacional criada no Porto (Portugala Esperanto-Asocio), e em 1916 presidiu ao Comité Linguístico Nacional, integrado por outros esperantistas relevantes em Portugal, e que foi constituído a convite de Emile Boirac, presidente da Akademio de Esperanto²⁰⁰.

Mas foi a organização de cursos de Esperanto, a par da constituição de grupos, que permitiram as bases para a formação de um movimento português, quinze anos após a primeira publicação em Portugal do trabalho de Zamenhof. Assim em 1907 lecciona-se o 1.º curso de Esperanto na União Cristã da Mocidade (UCM), na Rua das Gaivotas em Lisboa. Será este o primeiro curso nesta cidade - e eventualmente no país -, e a UCM a primeira entidade em Lisboa a ter uma secção esperantista. O primeiro professor e responsável foi o suíço Rodolph Horner, secretário-geral daquela organização²⁰¹. No ano seguinte este grupo esperantista formaliza-se, denominando-se Lisabona Esperantista Grupo²⁰², estando nos corpos gerentes, entre outros, Rodolpf Horner e Bernardino Martins de

¹⁹⁸ *A língua universal esperanto: methodo completo comprehendendo dois vocabulários [diccionario esperanto-portuguez, portuguez-esperanto]*, trad. e coord. J. H. Ferreira, Nuremberg: Ofic. Typ. W. Tümmel, 1892.

¹⁹⁹ *A língua universal esperanto: methodo completo comprehendendo dois vocabularios*/trad. e coord. por Manuel Ribeiro da Costa e Almeida, Gouveia: Typ. do Herminio, 1896. Inclui a tradução de um poema de Arnault, talvez a primeira peça literária de um esperantista português (V. Portela, *República*, 18 Nov 1970).

²⁰⁰ Cf. Moura, Alves de (1969:13) e *Vida Mundial* de 9 de Jan 1970; *Portugala Revuo*, 2.ª Série, n.º 12, Dez 1913:144-9; *Jornal do Comércio e das Colónias*, 6 de Dez 1916.

²⁰¹ Em *Diário de Notícias*, 15 Dez 1909 lê-se: “o sr. Rodolpho Horner (...) em Lisboa foi o primeiro leccionador de esperanto”. Vd. também *Tiro&Sport*, 15 Mar 1911, artigo de B. Martins d’Almeida, que refere o 1.º curso: “Em 8 de janeiro de 1907, no salão da União Christã da Mocidade, inaugurou-se solemnemente a abertura do referido curso, com a assistencia do digno consul geral dos Estados Unidos da America, o sr. Louis Aymé, que instituiu um premio de 10\$000 de réis para o alumno mais applicado, contribuindo d’esta forma para incitar o amor pelo estudo da lingua internacional auxiliar”. Louis Aymé está ligado a um jornal nova-iorquino, segundo informação constante no cartão-convite para a sessão, a 31 de Maio de 1907 na UCM em Lisboa, de entrega dos cartões de membro da Liga Universal dos Esperantistas organizada pelo jornal *The North American Review* de Nova Iorque. Em *A Epoca*, 27 Jan 1909, B. Martins d’Almeida refere a «Societo Esperanta de Nova-Yorko», organizada pelo jornal *The Review*.

²⁰² No *Relatório da União Cristã da Mocidade de Lisboa* (1 Abr 1911 a 3 Mar 1912) lê-se “Este Grupo [Lisabona Esperantista Grupo] organizado em 1908, entre socios da nossa União”. Em *União Cristã* (n.º

Almeida, que adoptará futuramente o pseudónimo de Luzo Bemaldo²⁰³. Eduardo António dos Santos, antigo aluno na UCM, é doravante professor. Refira-se que pouco tempo volvido sobre a criação deste grupo a sua grafia mudará para Lisboa Esperantista Grupo.

Passam a realizar-se cursos, conferências e sessões regulares de encontro na sede da UCM, que incluem em Dezembro a celebração do aniversário do nascimento de Zamenhof. Sob o título “Língua Esperanto”, aqueles eventos são sempre anunciados na imprensa em vários jornais numa mesma data, e referidos ou relatados nos dias posteriores à sua realização, invariavelmente no *Diário de Notícias*, quase sempre em *O Século*, *A Época* e *Vanguarda*, e também regularmente em *Notícias de Lisboa*, *Diário Ilustrado*, *Jornal de Notícias*, *O Mundo*, *Republica*, *A Lucta* e *O Paiz*. *O Seculo* fez uma reportagem em Barcelona no 5.º Congresso Universal, em 1909, publicando várias notícias de acompanhamento do evento, e.g., “O Seculo no estrangeiro. Hespanha. Congresso Esperantista”.

Começam também a surgir alguns artigos de opinião sobre a língua internacional²⁰⁴ assinados por esperantistas e, em *A Época* (Dez 1908 e Jan 1909), localizaram-se os primeiros textos publicados por Bernardino Martins d’Almeida. Em artigo de 19 de Setembro de 1909 no *Diário de Notícias* escreve este esperantista sobre o congresso universal que no ano anterior decorrera em Dresden:

[o congresso], sem fóros de diplomacia burocratica, distingue-se, muito principalmente [dos congressos vulgares sujeitos à tutela oficial], pela convivencia alegre fraternal de todos, unidos por um mesmo idioma, que amam como idioma seu que é, devido á neutralidade que caracteriza o Esperanto, dado que elle constitue, por assim dizer, uma maçonaria universal em que todos os seus adeptos commungam. Nem os sentimentos patrióticos, nem as susceptibilidades de raça e classes são ali feridas pelo convencionalismo de uma língua official, (...) [nem] as crenças políticas ou religiosas de cada um, pela acceitação do ideal professado.

A imprensa é eco de divergentes tomadas de posição sobre o Esperanto. Um artigo céptico na *Vanguarda* de 28 Janeiro de 1909 transmite:

Nós não acreditamos na utopia de que ainda se venha a fallar em todo o mundo uma única lingua, incolor, convencional, em que o genio das raças se não revela. Impropria para todas as manifestações da arte, incompatível com litteraturas originaes e fortes, pallida e anthi-esthetica como a linguagem mathematica. E mesmo que um dia se chegasse a unificar as linguas, pelo esperanto ou por outro systema de convenção, dentro d'um seculo novas variações appareceriam. É a lei fatal da evolução linguística.

único de 19 Maio de 1909) lê-se: “Formou-se o grupo «Lisabona Esperantista Grupo» que se reúne às quartas-feiras e aos sábados das 9 às 10 horas da noite”.

²⁰³ Por vezes grafado Luso Bemaldo. Cf. *Portugala Revuo*, n.º 1, Jan 1913:1 e *Diário de Notícias*, 27 Out 1914.

²⁰⁴ O mais antigo encontrado, de 25 Nov 1908, no *Notícias de Lisboa* é “A lingua universal” e o autor assina “Esperantista”. Contextualiza o surgimento do Esperanto e alude a estatísticas de associações no mundo.

Em “Progressos da lingua internacional Esperanto”, no *Diario de Noticias* (30 Dez 1909), J. Bettencourt Ferreira escrevia: “A instituição de uma lingua auxiliar universal é um phenomeno sociologico de uma importancia que não é licito deixar de comprehender e que, no nosso modo de vêr, interessa não só os homens de sciencia, mas todos os que partilham do moderno progresso”.

Nestes primeiros anos de vida do Lisbona Esperantista Grupo registam-se também visitas de esperantistas estrangeiros: em Maio de 1909, C. H. Matchett, fundador do grupo de Esperanto em Boston (que representou o Lisbona Esperantista Grupo em Barcelona no Congresso Universal desse ano) e S. Kúppers, de Hamburgo, e em Agosto do mesmo ano, H. B. Mudie, presidente da UEA.

A atmosfera das sessões esperantistas em conferências, inaugurações de cursos ou recepção de visitantes, recobre-se de um carácter um pouco elitista, pois apelidando-se recorrentemente de “sessões solenes” têm música esperantista acompanhada ao piano, declamações de poesia, leitura de obras em Esperanto, fechando sempre com o hino esperantista; estes eventos parecem ser vividos um pouco à imagem dos congressos universais, onde há sempre exposições de arte, peças de teatro e de música, e bailes, se não, veja-se a referência ao Congresso em Washington: “festas prodigiosas, excursões bellissimas, bailes, além de diversas solemnidades e respectivas sessões ordinárias”²⁰⁵.

A disponibilização de novas publicações vem nesta altura adjuvar o ensino do Esperanto: em 1908 A. Caetano Coutinho traduziu com a aprovação do autor, Théophile Cart, as *Primeiras Lições de Esperanto*. No ano seguinte Gomes Pereira publica no jornal libertário portuense *A Vida* (na sua segunda série) o “Curso de Esperanto”, nos números 1 a 25 (cf. Freire, 1988:366, notas 72 e 73).

Os primeiros indícios esperantistas em Lisboa são coevos dos do Porto. Em *A Epoca* de 13 de Outubro de 1908 lê-se que em Portugal já há dois grupos de Esperanto, em Lisboa e no Porto: o Porto Esperantista Grupo, e o Lisbona Esperantista Grupo, cujo curso é regido por Eduardo António dos Santos. Com efeito, no ano de 1908 José Augusto Proença publica no Porto um dicionário com gramática, e funda no ano seguinte a revista *Portugala Revuo - Orgão dos Esperantistas Portuguezes*. Esta publicação teve 8 números (cf. Freire, 1988:366, nota 72), e terá uma segunda aparição em 1913 onde se diz (n.º 1, 2.ª Série) que a interrupção da 1.ª série se deveu à escassez de subscritores.

Os esperantistas de ambas as cidades não estão isolados uns dos outros, pelo contrário. Não só a recém-criada *Portugala Revuo* é enviada em Março de 1909 para o Grupo de Lisboa, mas no mesmo mês é endereçado a B. Martins d’Almeida um convite para assistir à conferência de José Augusto Proença sobre a língua internacional, na União Christã Central da Mocidade Portugueza, no Porto. Reciprocamente em 27 de Outubro de 1910 José Augusto Proença profere na sede do Grupo de Lisboa uma conferência. De facto ambos os grupos estão ligados à União Cristã da Mocidade²⁰⁶, e em *O*

²⁰⁵ “Lingua Esperanto. 6.º congresso internacional” em *Diario de Noticias* de 14 de Agosto de 1910.

²⁰⁶ O movimento acemista chega ao Porto em 1894 e a Lisboa em 1898. Em Coimbra a sede da Associação Cristã de Estudantes é inaugurada em 1918: “A Associação faz parte de uma Federação Mundial Académica que, inspirada nos puros princípios evangélicos, tem por fim estreitar os laços que prendem a juventude dos

Mensagem. *Folha Instructiva e Noticiosa de Revivificação Espiritual* (n.º único de Janeiro 1911) escreve-se que “Os delegados da «Universala Esperanto Asocio», os srs. Bernardino d'Almeida e Duarte Rodrigues, tem publicado, desde outubro findo, nos grandes diários, notícias interessantes sobre esta língua auxiliar internacional, cujo maior incremento em Lisboa foi dado pelos protestantes”. Em Lisboa, a União Cristã da Mocidade teve também a denominação de Triângulo Vermelho Português. No artigo “O Esperanto e as Uniões” (*União Cristã*, n.º único de Maio 1909), pode ler-se:

Os povos saudam todos os meios que facilitam as comunicações internacionais, compram-os e aproveitamos. Já não dispensam o caminho de ferro, o telegrapho, o telephone, e a navegação a vapor. Viaja-se muito, (...) aprende-se muito, mas ainda está fazendo grande falta o uso geral d'uma língua auxiliar internacional (...) Nos nossos congressos [congresso internacional das uniões cristãs académicas] fallam-se oficialmente tres linguas: o allemão, o francez e o inglez. Mas com a entrada da Italia, Grecia, Russia, China, Japão, Hollanda, Suecia, Brasil e Portugal na vida e no progresso das Uniões, não virá breve o tempo em que se diga: «Porque não se falla tambem a nossa lingua ou porque não se usa a lingua internacional, o Esperanto?».

Em Junho de 1910 o Lisbona Esperantista Grupo tem como professores Eduardo António dos Santos, R. Horner e B. Martins d'Almeida, e informa no *Diário de Notícias* do dia 9 a intenção de realizar mensalmente uma conferência “de propaganda” em Esperanto para os sócios e suas famílias.

Relativamente a outras zonas do país, encontrou-se em 1909 uma referência ao Madeira Esperantista Grupo a propósito da visita à UCM de Lisboa, do secretário daquele Grupo, que estaria a organizar em Lisboa uma nova sociedade esperantista feminina, a Verdstelaninaro - contudo, não foram encontradas mais informações relativas a este grupo feminino²⁰⁷. Em Coimbra, “Fundou-se no dia 2 do corrente [Julho de 1910], n'esta cidade, uma União Esperantista [Esperantista Unio] sendo professor o presidente d'esta União e delegado n'esta cidade da Universala Esperanto Asocio”²⁰⁸.

Em Lisboa, para além da sede da UCM, são leccionados cursos de Esperanto noutros locais. O primeiro registado foi na Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa em Setembro de 1908, sendo as aulas “regidas pelo fervoroso apóstolo desta língua, Dr. Costa Esteves”, como se anuncia no *Diário de Notícias* de 16 de Setembro. Também em Setembro de 1909 noticia-se no *Seculo* que a agremiação Tuna Comercial tem um curso para os seus associados, regido por Bernardino Martins d'Almeida.

Em 1912 os cursos multiplicam-se nas duas principais cidades. Em Lisboa são todos leccionados pelo tenente Accacio Lobo, na altura, o presidente do Lisbona Esperantista Grupo: em Fevereiro abre um curso facultativo de Esperanto no Liceu Passos Manuel, em Abril funciona um curso no Governo

diferentes países” (*Ilustração Portuguesa*, 1 Jul 1918). Inclui-se fotografia da inauguração, e a legenda refere a presença do governador civil de Coimbra, e de José da Silva Graça, sub-director do *Seculo*. Vd. <http://estadoiegreja.wordpress.com/2011/04/12/imagens-de-protestantes-na-republica-portuguesa/>.

²⁰⁷ *O Mensageiro*, n.º de Jun/Jul 1909. Terá havido em Março de 1908 um curso de 2 meses para “senhoras”, dirigido por Rodolph Horner na UCM (Arquivo APE, cartão de divulgação “A ladies’s class in Esperanto”).

²⁰⁸ Em *Diário de Notícias* de 6 de Julho de 1910.

Civil para a polícia da capital e, em Junho, um curso na Sociedade Propaganda de Portugal²⁰⁹. Esclareça-se que a habilitação dos polícias pretendia proporcionar um serviço mais completo na recepção aos estrangeiros, para além do habitual domínio do Francês e do Inglês²¹⁰. No Porto há oferta de cursos no Porto Esperantista Grupo, na União Cristã e na Sociedade Vegetariana²¹¹. No *Diário de Notícias* informa-se que o movimento esperantista começa a acentuar-se, havendo já grupos de propaganda em Lisboa, Porto e Coimbra, e “diversos propagandistas da nova língua em Braga, Evora, Portalegre, Gaia, Obidos, Famalicão, Resende e Meda”²¹².

Ainda em 1912 há dois acontecimentos significativos. A Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha decide editar o *Guia Esperanto da C.V.*, destinada a militares, profissionais de saúde e religiosos “de todos os cultos”, cuja justificação é a sua utilidade em cenários de guerra²¹³. O segundo acontecimento a sublinhar, ocorrido em Outubro, é a aparição do primeiro artigo assinado por Saldanha Carreira, em *Boletim da Associação Empregados de Bancos e Câmbios*. Este é um nome fundamental para o Esperanto em Portugal, figura presente desde esta data até 1970, o ano do seu falecimento. Dele disse um dos nossos entrevistados com quem travou conhecimento no início da década de 1950: “o Saldanha Carreira (...) era uma espécie de mentor do Esperanto em Portugal”²¹⁴. Neste primeiro artigo exalta os valores humanistas do Esperanto, aliados a um intrínseco carácter potenciador de progresso social, entendido tanto no plano material como no da igualdade social:

Os animaes despedaçam-se, segundo a sua especie, a sua força e o seu instinto; mas a especie dos homens é uma sómente, a sua força é a sua inteligencia, o seu instinto deveria ser de paz e amor. Não o é porque não está educado, porque a Tradição com os seus abstratos deuses, os seus ignorantes reis, os seus infalíveis papas, vae encontrando na ignorancia alimento para a sua alma de víbora (...) Sendo parecidissima [língua Esperanto] com o português, tem a graça do hespanhol, o terno do italiano, o simples do inglês. E caso notavel, que mostra bem a imparcialidade e independencia do seu autor: sendo este um polaco, o Esperanto tem mais de latino que de slavo ou germanico. É lindo o Esperanto! (...) Meus amigos! A nossa classe é inteligente e instruida, compete-nos a nós também lutar por esse grande meio de aproximação universal (...) E que simplicidade para as relações comerciaes! Alem de representar uma economia de tempo no estudo, é um

²⁰⁹ *Diário de Notícias* de 17 de Fevereiro de 1912 e de 10 de Abril de 1912; *Tiro&Sport* de 15 de Junho de 1912.

²¹⁰ “Noticiaram os jornais que, dentro em breves dias, os guardas da policia civica, habilitados com os cursos das linguas francesa e inglesa, aparecerão nas ruas (...) fazendo serviço com uma pequenas bandeiras d'aquelas nacionalidades pregadas nas mangas, a fim de serem reconhecidos pelos estrangeiros que lhes queiram pedir qualquer informe. Porque não aprenderão também o Esperanto os nossos policias, (...) [como] se faz n'outras nações, a começar pela nossa vizinha Hespanha, onde muitos guardas se apresentam já com a respectiva estrela verde? (...) Informa-nos o «Lisabona Esperantista Grupo» que nos seus cursos ensinará gratuitamente todos os guardas civicos que desejarem aprender o Esperanto”, *Diário de Notícias*, 17 de Fevereiro de 1917.

²¹¹ *Portugala Revuo*, 2.^a série, n.º1, Janeiro de 1913:3-4.

²¹² *Diário de Notícias* de 14 de Julho de 1912.

²¹³ *Diário de Notícias*, 20 de Maio de 1912.

²¹⁴ Depoimento do entrevistado A.A., Lisboa, 7 de Julho de 2012.

meio de rapazes pobres, empregados pobres, poderem transacionar, poderem subir... Saber muitas linguas é bonito, mas nem todos as podem aprender. E se a nossa actividade pudesse prescindir dessa especie de estudo, éla teria bastante onde aplicar as suas facultades para a marcha do progresso que todos ambicionamos seja o mais rapido, o mais firme e o mais possivel descingido de preconceitos sociaes.

O ano de 1913 é também rico em acontecimentos. Três novos grupos são formados: em Évora o Kardeka Esperantista Grupo, em Cerveira o Cervejra Esperantista Grupo e no Funchal o Madeira Verda Stelo. Em Lisboa Acacio Lobo lecciona um curso na Universidade Popular. O Porto Esperantista Grupo cria cursos de Esperanto no Collegio dos Orfãos e no Asilo-Escola municipal e também uma filial noutra localização da cidade (na Rua do Almada)²¹⁵. Os esperantistas desta cidade e os de Lisboa continuam a colaborar, pois Accacio Lobo lecciona também um curso na Universidade Livre do Porto²¹⁶, e quando é iniciada a segunda série de *Portugala Revuo*, B. Martins d’Almeida integra o Comité da Redacção, onde também está, naturalmente, José Augusto Proença, e entre outros, também o Dr. Costa e Almeida. Esta publicação declara a intenção de ser um órgão para todos os esperantistas, para além dos do Porto, e a questão da constituição de uma Associação Nacional começa a ser discutida nos vários números mensais. É assim que no final do ano é criada no Porto a Portugala Esperanto-Asocio, cuja comissão reúne B. Martins d’Almeida (de Lisboa), A. Gomes Pereira (do Porto)²¹⁷, Costa e Almeida (de Resende), Eugénio Elyseu (de Coimbra), Morais Sarmiento (de Évora), sendo José Augusto Proença proposto e aceite para a presidência. Esta associação não sobreviveu à I Guerra, e a última referência que se encontra relativamente à sua existência é de Setembro de 1916²¹⁸.

Apesar da constituição, no Porto, desta primeira associação nacional, em Março de 1914 é fundada em Lisboa a agremiação Lisbona Esperantista Societo, para “propaganda do Esperanto” e, segundo o artigo 4.º dos seus Estatutos, para “Contribuir activamente para o desenvolvimento das ideias pacifistas”. Tinha como presidente da assembleia geral Ladislau Piçarra, e sede provisória na Praça Luiz de Camões; esta entidade promoveu um curso de Esperanto por correspondência²¹⁹. Também em 1914, em resposta ao repto do presidente da Esperanto Akademio, Emile Boirac, foi criado o Comité

²¹⁵ *Portugala Revuo*, 2.ª Série, n.º 1, Jan 1913: 3-4; n.º 2, Fev 1913:15; Dez 1913:151-2; *Primeiro de Janeiro*, 6 Jun 1913.

²¹⁶ Em *Mundo* de 18 de Junho de 1913.

²¹⁷ Tal como José Augusto Proença, Gomes Pereira é farmacêutico, e também oriundo do Porto.

²¹⁸ *Diário de Notícias*, 1 Set. 1916. Adolfo Nunes dirá em *Portugal-Esperanto* (n.º 3, Ano 1, Março 1926:37): “Em 1913 organizou-se em Portugal, com sede no Porto, a primeira associação nacional, que despendeu uma acção proveitosíssima, congregando os valores dispersos e revelando e impondo galhardamente ao conceito dos indiferentes e contrários uma corrente e mentalidade esperantistas. Mas a guerra surgiu, e nos campos verdes da flandres correu o sangue rubro de tanto sacrificio inútil. A tentativa faliu”.

²¹⁹ “Estatutos da Lisbona Esperantista Societo”, 1914, Tipografia de B. Martins d’Almeida, Lisboa (na BN); *Republica*, 22 Mar 1914; *Diário de Notícias*, 9 Mai 1914 e 21 Mai 1914. Na Assembleia-geral em 1916 estão Elisa Carreira e Silva e Leopoldina Xavier da Costa, e Adelaide de Carvalho é presidente da direcção.

Linguístico Nacional, com a incumbência de auxiliar as “sociedades de propaganda” na organização de exames e diplomas, e de analisar obras esperantistas portuguesas; este comité será em 1916 presidido pelo Dr. Costa e Almeida, e integrado também por Carlos Andrade, Eduardo António dos Santos, Ernesto da Maya, Etelvina Silva, B. Martins d'Almeida e Saldanha Carreira²²⁰.

Inicia-se uma grande campanha de difusão, e a par dos cursos, uma intensificação da actividade de conferências, e da divulgação na imprensa do curso por correspondência²²¹. O número de associados também cresce. Em 1915 e em 1916 a Lisbona Societo empreende vários expedientes de divulgação: oficia a colaboração com empresas animatográficas na “propaganda” que quer fazer da língua internacional; coloca cartazes de um metro de comprimento em carros eléctricos de Lisboa, assim como um grande anúncio no campo do Desporto Lisboa e Benfica²²². Recorre também ao apoio de casas comerciais: oficia a criação de sabonetes de marca “Esperanto” com a fábrica de sabonetes e perfumarias Claus & Scheweder Sucessores do Porto²²³; os Grandes Armazéns do Chiado propõem a denominação “Esperanto” a um dos seus artigos mais vendáveis; várias casas comerciais colocam no seu papel de carta e de officio a frase “Estudem a língua auxiliar Esperanto”; a Papelaria Pereira, na Rua do Ouro, contribui com uma marca de papel “Esperanto”, tendo cada caixa uma lição da língua internacional; também o Café Peninsular criou livros de mortalhas com lições; finalmente, a publicação bilingue de lições e exercícios em páginas da imprensa por iniciativa de casas comerciais e industriais^{224 225}. Um acontecimento curioso é a viagem que dois esperantistas decidem fazer pelo país em 1915: A. Magalhães e J. Pinho, membros da Portugala Esperanto Asocio e da Lisbona Esperantista Societo resolveram “realisar uma viagem ao redor de Portugal dedicada á Sociedade Geografia Portugueza com o fim de fazerem propaganda da lingua internacional «Esperanto»”²²⁶.

Também neste período os cursos estendem-se ao Ateneu Comercial de Lisboa, à Associação de Empregados de Escritório - ambos em Novembro de 1915, leccionados por Saldanha Carreira - e à Universidade Livre, em Outubro de 1916. Especificamente “para senhoras”, em Novembro de 1915 a anterior presidente da direcção da Lisbona Esperantista Societo dirigiu e regeu um curso de Esperanto.

²²⁰ *Diário de Notícias*, 28 de Maio de 1914; *Jornal do Comércio e das Colónias*, 6 de Dezembro de 1916.

²²¹ “Querem travar relações com individuos de todos os paises? Querem tomar parte no mais generoso empreendimento em favor da civilização humana? Querem encontrar numerosos amigos nas terras estrangeiras que visitarem? Aprendam o ESPERANTO (...) [através do] curso por correspondência (...)”, (Arquivo APE, Cartão de divulgação da Lisbona Esperantista Societo).

²²² *Diário de Notícias*, 7 Abril 1915; *Diário de Notícias*, 17 Março 1916; *Diário de Notícias*, 20 de Abril 1916.

²²³ No Arquivo APE (Pasta “Eltondaĵoj 1907-1916”), existe um exemplar do papel de embrulho deste sabonete.

²²⁴ *Diário de Notícias*, 6 Abr 1915; 23 Fev 1916; 30 Nov 1915; 2 Fev 1916; 23 Fev 1916; *O Paiz*, 12 Abr 1916.

²²⁵ No Arquivo Digital Ephemera. Biblioteca de José Pacheco Pereira existe uma partitura “Esperanto” de João Baptista da Silva, datada de 1919, que era um brinde da Papelaria Guedes em Lisboa.

²²⁶ Editaram também postais: “oferecem a V. Ex.^a a sua fotografia como recordação, agradecendo qualquer donativo com que deseje contemplal-os para auxilio das despesas de viagem” (Arquivo APE, Março 1915).

Ainda em 1916 surge em Janeiro em Lisboa a agremiação Juneco Lisboa Esperantista, protagonizada por Adolfo Nunes, sendo nessa altura publicados alguns artigos de divulgação na imprensa. Este esperantista que já tinha em Outubro de 1914 sido professor na Lisboa Esperantista Societo²²⁷, continuará sempre presente nas décadas seguintes no movimento. É, tal como Saldanha Carreira, funcionário bancário. Dois meses depois, é aprovada em reunião da direcção da Lisboa Esperantista Societo que esta associação “entre como sócia na Juneco Lisboa Esperantista, e se congratule pelo aparecimento de mais uma irmã”²²⁸. Não foram encontradas referências posteriores àquela agremiação, que pode, possivelmente, ter integrado a Lisboa Esperantista Societo.

Eram tempos de guerra. A grande campanha de divulgação da Língua Internacional levada a cabo pela Societo não descurou os círculos mais directamente envolvidos no conflito bélico. Em Março de 1916 a direcção daquela organização dirige-se ao ministro da guerra, Norton de Matos, oferecendo divulgação do Esperanto nos meios militares e da Cruz Vermelha. Em Abril, fica decidido o ensino de Esperanto à Cruz Vermelha no espaço do Ateneu Comercial de Lisboa, cujo curso será aberto em Junho²²⁹. Neste contexto de conflito internacional o valor humanista e pacifista do Esperanto é naturalmente sublinhado pelos esperantistas, nomeadamente enquanto tema recorrente das habituais apresentações públicas; sob o título “La morala valoro de Esperanto” Martins d’Almeida diz, em palestra na Lisboa Esperantista Societo:

O Mestre como que insuflou na sua obra, toda a grandesa do seu genio altruista e toda a magnanimidade do seu coração bondoso (...) O Esperanto, sob o seu aspecto vulgar, sob o ponto de vista méramente prático e científico, tem direito á nossa admiração, mas sob este aspecto [valor filantropico, de paz e solidariedade] particular e sob o ponto de vista moral tem jus á nossa veneração²³⁰.

Em Julho de 1915, no Lisboa Esperantista Grupo, Martins d’Almeida deu uma conferência pública intitulada “O Esperanto como agente de pacificação”; e, a convite do Ateneu Comercial de Lisboa, Saldanha Carreira deu em Outubro de 1915 a conferência “O Esperanto e a guerra”²³¹.

Os esperantistas portugueses mantiveram neste período o contacto com as entidades internacionais, recebendo os apelos e notícias em circulação no espaço europeu. Aos delegados portugueses chegou,

²²⁷ *Diário de Notícias*, 25 Out 1914. Na divulgação da criação desta agremiação, no *Diário de Notícias* (13 Jan 1916) podia ler-se: “A Juneco Lisboa Esperantista pede a coadjuvação da imprensa de todo o país para esta obra de verdadeira moralização e instrutiva cultura ao povo português. Solicita-se também o auxílio das sociedades recreativas e associações de classe, visto a Juneco Lisboa se propôr promover conferencias de propaganda em Lisboa e nas provincias. Toda a correspondencia relativa deve ser dirigida para a séde provisoria, rua da Paz, 58, ao secretario, sr. Adolfo Nunes”.

²²⁸ Cf. *Diário de Notícias* de 5 de Março de 1916.

²²⁹ *Diário de Notícias*, 13 e 16 Março de 1916; *Diário de Notícias* de 11 Abril 1916 e de 10 Junho 1916.

²³⁰ *Diário de Notícias*, 27 de Outubro de 1914.

²³¹ Respectivamente *Diário de Notícias* de 13 de Julho de 1915 e *Diário de Notícias* de 20 de Outubro de 1915.

vinda de Geneve, a informação da criação do serviço de correspondência para os países beligerantes²³², bem como notícias regulares que países como a Alemanha, a França e a Itália fizeram circular oficialmente mediante a Língua Internacional²³³. O próprio Saldanha Carreira foi mobilizado para o cenário da guerra: “Em 1914 [Saldanha Carreira] foi mobilizado e partiu para França, o que não o impediu de, ali mesmo, divulgar, conforme podia a língua internacional, chegando a ir dependurar no arame farpado das trincheiras, exemplares da «Chave do Esperanto», escritos uns em francês outros em alemão”²³⁴. Foi também Saldanha Carreira, subtenente do exército, que foi autorizado pelo Ministro da Guerra a colocar no fardamento a insígnia do Esperanto²³⁵.

Novamente em Portugal, Saldanha Carreira terá oportunidade, ainda durante o período da guerra, de interceder pelo Esperanto, quando em Agosto de 1916 a censura postal restringiu as línguas permitidas na correspondência ao Francês, o Inglês, o Espanhol, o Italiano e o Português. A direcção da Lisboa Esperantista Societo dirige-se então ao Ministério das Colónias, entregando um ofício que solicita a inclusão do Esperanto nas línguas permitidas pelo decreto emanado da censura postal²³⁶. A segunda diligência tomada pelos esperantistas foi a de, tendo tido informação de que o capitão Acácio Lobo, ex-presidente do Lisboa Esperantista Grupo, fazia parte da comissão de censura postal, oficiar junto do ministro da guerra a sua intervenção, para que a correspondência em Esperanto pudesse ser submetida à censura por aquele capitão²³⁷. Em auxílio da Lisboa Societo também os esperantistas do Porto - da Portugala Esperanto-Asocio e do Porto Esperantista Grupo - fizeram chegar o mesmo pedido junto do governo. Em Setembro, um novo decreto anula o primeiro, permitindo o uso de quaisquer línguas, sujeitando no entanto a demora a correspondência que não seja nas línguas já referidas. Depois de reiterarem o pedido junto do chefe da censura postal, Saldanha Carreira faz uma palestra no Ateneu Comercial de Lisboa, sob o título “O Esperanto como língua neutral”, convocando toda a imprensa lisboeta. A propósito desta conferência, o *Diário Nacional* pronuncia-se sobre a

²³² “Os delegados da [UEA] acabam de receber uma circular, emanada do Bureau Central (Suíça), informando estar montado um serviço especial para os esperantistas que tenham parentes ou amigos nos países beligerantes e queiram enviar-lhes correspondência...” (“O Esperanto e a guerra”, *O Século*, 18 Set 1914).

²³³ “Os delegados da [UEA] acabam de receber, traduzidas em Esperanto (...) as informações oficiais alemãs acerca da guerra (...) foi constituído em Leipzig um *comité* (...) com o fim de informar os esperantistas sobre as operações militares alemãs e seus resultados (...) estes documentos (...) acham-se patentes na Lisboa Esperantista Societo, praça de Camões, 6, 2.º e Lisboa Esperantista Grupo, rua das Gaivotas, 6, ao Conde Barão” (“Informações da guerra em Esperanto”, *A Republica*, 1 Out 1914). No *Diário de Notícias*, 3 Maio 1915, em “O Esperanto e a guerra” informa-se que se constituiu um comité designado “Pour la France, par l’Esperanto”, para a publicação em Esperanto dos documentos oficiais acerca da guerra (integrado pelo príncipe Roland de Bonaparte, o Dr. Boirac, outras personalidades académicas, senadores e deputados). *O Paiz*, 12 Nov 1915, noticia a criação do comité “Pró Itália por meio do Esperanto”.

²³⁴ Artigo de Virgílio Portela, *República*, 24 Maio de 1970.

²³⁵ Cf. *Nia Bulteno*, n.º 5, Novembro-Dezembro de 1975, p.11.

²³⁶ Cf. *Diário de Notícias* de 17 de Agosto de 1916 e *Diário de Notícias* de 19 de Agosto de 1916.

²³⁷ Cf. *Diário de Notícias* de 31 de Agosto de 1916.

influência dissolvente e desnacionalizadora das línguas com pretensões a universais, fundamentadas em ideais maçónicos. Saldanha Carreira responde em 6 de Outubro de 1916, em *A Capital*, que internacionalizar não é desnacionalizar, como provam as descobertas científicas cujos autores, adquirindo fama internacional, glorificam o seu próprio país. Continua Saldanha Carreira:

Todos se aproveitam da telegraphia, da telephonia e esses meios de intercomunicação nada teem com o uso que os homens d'elles fazem para a lucta dos seus ideaes... O que tem o Esperanto que libertarios, monarchicos, religiosos, livres pensadores se sirvam d'esse meio excellente de intercomunicação para melhor intensificarem a sua propaganda? (...) Se os maçons usam mais o Esperanto é porque são mais espertos que os catholicos, que não teem desculpa para a sua teimosia, visto o Papa Pio X ter predito o brilhante futuro que esperava o Esperanto, segundo elle, «a lingua commum é o caminho do coração e da paz» (...) os esperantistas não querem o Esperanto «super omnia», mas vê-lo ao lado da lingua de cada paiz, ao lado de cada dialecto, para as relações internacionaes. Os esperantistas querem, por meio do Esperanto, fazer propaganda nacional [pelo turismo e comercio] e não desnacionalista.

No final do mês o pedido dos esperantistas é atendido, providenciando o serviço da censura postal que a correspondência em Esperanto passe pela secção onde se encontrava o capitão Acácio Lobo²³⁸.

Em finais de 1916, na sequência de uma proposta aprovada em Londres no Court of Common Council de Inglaterra e em estudo no Ministério do Comércio inglês, sobre a adopção de uma língua única como idioma comercial internacional nas futuras relações comerciais entre a Inglaterra e as nações aliadas, o Centra Oficejo de Paris convida os esperantistas portugueses à constituição de um comité para o assunto. Assim, contando com Saldanha Carreira como representante do Centra Oficejo de Paris, com Adelino de Carvalho como representante da Lisbona Esperantista Societo e com Martins de Almeida pela UEA de Génève²³⁹, o Komitato (*i.e.*, Comité) designado Pró Esperanto no Commercio é constituído, tendo uma secção oficial no *Jornal do Comércio e das Colónias* que publica a rubrica bilingue - em Português e em Esperanto - “O Esperanto como Lingua Comercial”²⁴⁰.

No princípio do ano de 1917 estão em funcionamento vários cursos de Esperanto: Martins d’Almeida lecciona no Lisbona Esperantista Grupo, Saldanha Carreira no Atheneu Comercial de Lisboa, na Associação dos Caixeiros e na Universidade Livre, e Adelino de Carvalho na Lisbona Esperantista Societo e na Academia de Estudos Livres²⁴¹; Adelino de Carvalho (1871-1929), tal como S. Carreira e Adolfo Nunes, era funcionário bancário²⁴².

²³⁸ O Jornal *Os Ridículos*, publicação de crítica em tom humorístico, comenta o desfecho desta situação: “Prompto! Já foi admitida á censura postal a lingua *esperanto*. Só falta a lingua de trapos!” (7 Outubro 1916).

²³⁹ Em “A Inglaterra e os aliados. Uma medida de grande alcance”, *Diário de Noticias*, 23 Novembro de 1916.

²⁴⁰ O Arquivo da APE dispõe de artigos desta publicação para o período 2 Dezembro 1916 a 24 Março 1917.

²⁴¹ *Jornal do Comércio e das Colónias* de 24 de Janeiro de 1917.

²⁴² Vd. *Nia Bulteno*, n.º 9, Julho-Agosto de 1976, p. 9-10.

Este recenseamento da origem do Esperanto em Portugal, patente nas actividades esperantistas entre 1892 e o período da 1.^a Guerra Mundial, permite aferir os espaços em que foi inicialmente cultivado e, deste modo, entrever o perfil dos pioneiros portugueses. O universo comercial foi o meio privilegiado de acção e disseminação iniciais do Esperanto: das associações de classe dos lojistas e de empregados dos bancos e câmbios, chega posteriormente ao Ateneu Comercial de Lisboa e à Associação dos Empregados de Escritório. Os meios de divulgação primaram também pela adjuvação de casas comerciais e industriais. Não surpreendentemente, em 1914 Martins d'Almeida e José Carvalhido (da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa), ambos delegados da UEA, apresentam ao 1.º Congresso Nacional das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas duas teses sobre a língua Esperanto. Martins d'Almeida em “O esperanto no ensino comercial” propõe a introdução da língua internacional auxiliar Esperanto nos diversos ramos do ensino comercial, a par do ensino do Francês, do Inglês e do Alemão, dando os exemplos dos países de inúmeras escolas oficiais onde é ministrado o ensino do Esperanto²⁴³. A tese de José Carvalhido “A lingua Esperanto nas relações externas do comercio” defende que “Usando o Esperanto e utilizando os serviços da UEA facilmente se poderão tornar conhecidos lá fóra os produtos da nossa industria e os artigos do nosso comercio”, e propõe que as Associações Comerciais e Industrias se filiem na UEA como empresas esperantianas²⁴⁴.

A estreita relação dos primeiros esperantistas com o mundo comercial pode também aferir-se por um facto pontual como os locais de residência das sedes das suas associações: a 30 de Dezembro de 1915, no jornal lisboeta em que habitualmente os esperantistas publicam as suas notícias, informa-se a mudança da sede da Lisboa Esperantista Societo. Nesta data a sede deixa de estar sita na Praça Luiz de Camões, na sala que a Associação dos Lojistas lhes concedera para as suas reuniões, e passará a estar em sede provisória “numa sala obsequiosamente cedida pela importante Associação Industrial Portuguesa”, na Rua do Mundo.

O Esperanto é concebido, naquele princípio de século, como meio privilegiado nas relações internacionais que modernamente se expandem e intensificam. Assim, para além do comércio, também o turismo é uma dimensão contemplada - e por isso a ligação à Sociedade Propaganda de Portugal, com um curso em 1912, naquela associação de promoção turística do país. De um modo geral, em todos os domínios sociais, o Esperanto como que consubstancia uma pedra angular do progresso material e humano, *i.e.*, civilizacional, entendida a civilização como a união dos povos. Um exemplo adicional que se integra neste corpo ideológico é o desporto, entendido enquanto epifenómeno das alargadas e emergentes áreas de internacionalização, e um elo mais na marcha evolutiva civilizacional no sentido também de união universal. Em 1911, escrevia Martins d'Almeida:

²⁴³ Como Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos e Brazil. Acrescenta: “em Dresden cêrca de 200 casas comerciais e industriais das mais importantes correspondem em Esperanto, possuindo já muitas delas catalogos naquela lingua e promovendo cursos para os seus empregados” (D’Almeida, 1914: s/ n.º página).

²⁴⁴ Carvalhido, 1914.

O que (...) mais se tem evidenciado, pela sua acção progressiva, no moderno movimento sportivo é, sem dúvida, a organização dos campeonatos internacionaes. Elles encerram, de facto, um alto significado moral e material a bem das nações, quer pelo impulso e melhoramento que imprimem ao progresso, quer pela tendencia que manifestam, em virtude da sua potencia civilisadora, em fortificar o estreitamento das communicações internacionaes (...) Da addopção d'um codigo linguista universal, adviria para o *sport* uma utilidade de superior alcance que, bem aproveitada conseguiria fazel-o avançar mais um passo no caminho da sociabilidade (...) É debaixo d'este aspecto geral que podemos considerar o futuro do Esperanto, e é tambem já sob esta fôrma unitaria que constatamos o seu progresso actual em todos os campos do mundo culto²⁴⁵.

Como eco destas considerações, o autor daquelas linhas empreendeu, juntamente com outros delegados da UEA, uma proposta de criação nesta associação esperantista internacional de uma secção especial dedicada ao desporto, à imagem das já existentes para comércio e o turismo²⁴⁶.

Acrescente-se ainda a ligação a uma entidade científica emblematica como a Sociedade de Geografia, onde houve uma secção esperantista, e o ensino de Esperanto numa associação de carácter internacional como a Associação dos Escuteiros²⁴⁷.

Por outro lado, durante o período da 1.^a Guerra Mundial, a Lisbona Esperantista Societo oferece os serviços do Esperanto à Cruz Vermelha e nos meios militares. O carácter intrinsecamente pacifista do “esperantismo”, que se assume politicamente neutral, é naturalmente exaltado neste contexto. Aliás, esta pretensa neutralidade tinha já sido assumida aquando da implantação da Republica, como se lê em “Para a Historia. A lingua Esperanto e os acontecimentos”, publicado em *O Mundo* (26 Out 1910):

Noticiámos há dias que os esperantistas portugueses, tendo recebido ultimamente grande numero de pedidos de informações ácêrca dos acontecimentos ocorridos em Lisboa, deliberaram enviar para a redacção do jornal Esperanto, órgão dos esperantistas de todo o globo, um artigo descrevendo imparcialmente as causas e efeitos da Revolução e acentuando em especial o estado de normalidade que o país retomára (...) Não é, por certo, um fim de simples política o que em especial preocupa os esperantistas portugueses, como se pode deduzir, já pelos seus actos na obra de propaganda a favor da lingua internacional, já pelo character de absoluta neutralidade que os seus ideaes representam e que elles se empenham em observar; todavia comprehende-se que, gozando de alguma influencia nos centros esperantistas estrangeiros, procurem contribuir, pelos meios ao seu alcance, para tornar-lhes conhecida a verdadeira situação do país (...) Além de partidarios do

²⁴⁵ *Tiro&Sport*, 31 de Outubro de 1909.

²⁴⁶ Assim “reuniram-se os delegados em Lisboa da [UEA] srs. B. d'Almeida, Rudolph Horner, José Carvalhido e Duarte Rodrigues (...) A [sua] proposta pede que seja creada uma secção especial de desporto com uma organização semelhante ás secções de commercio, de turismo e outras” (*Tiro&Sport*, 15 Jun 1911). Proposta a discutir no congresso universal desse ano; em *O Século*, 28 Dez 1911: “O estatuto da nova secção já foi elaborado, faltando ser ouvidos os delegados (...) da comissão da redacção definitiva, de que é presidente o sr. Kurt Kaul, delegado em Berlim e um dos propagandistas sportivos mais em evidencia na Alemanha”.

²⁴⁷ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, pp. 241-3.

Esperanto e do cosmopolitismo são, primeiro que tudo, portugueses, e, como tais, devem esforçar-se, na qualidade de sinceros patriotas, por restabelecer o crédito da sua pátria e a dignidade do seu carácter de cidadãos livres e honestos. Assim o entenderam os esperantistas de Lisboa, como prova a circular enviada pelos representantes da U.E.A. e da qual publicamos a tradução (...).

A visão humanista e pacifista do Esperanto coexiste com uma visão utilitarista que se direccionou para o comércio e o turismo - e também o *sport* -, enquanto dimensões importantes das relações internacionais. Assim, o pendor humanista ou filantrópico e o ideal da fraternidade universal incorporam a *interna ideo* zamenhofiana que se apresenta como o “reverso” daquela aceção utilitária da língua. Haverá, nesta fase inicial do movimento português, ecos das controvérsias que no início do movimento internacional colocaram Zamenhof e os seus seguidores mais próximos em colisão com os esperantistas mais progressistas? Recorde-se que esta oposição se operou entre duas perspectivas divergentes: a visão ancorada na *interna ideo*, de valores pacificadores e de comunhão humana, baseada numa relação afectiva com a figura de Zamenhof por um lado, e uma concepção utilitária do Esperanto tido como “apenas uma língua”, por outro lado, visando a sua racionalização e inspirada em pressupostos positivistas²⁴⁸. Uma tensão similar, opondo uma visão zamenhofiana a uma visão utilitarista não parece ter-se replicado no movimento português nesta fase. Os pioneiros portugueses lograram conceber uma utilização racional da língua aplicada aos seus ideais progressistas, todavia, incorporam uma concepção de progresso que tem subjacentes ideais de construção civilizacional em harmonia com o intuito da união fraternal e igualitária dos povos. Assim, Martins d’Almeida afirmará:

O Esperanto, como língua, nada mais é do que o instrumento de acção de uma ideia superior - o Esperantismo; êste, como tal, é que empresta ao Esperanto-língua a fôrça oculta que lhe imprime beleza moral, lhe garante a vitalidade necessária para triunfar no meio da dissolução da época (...) Mais do que uma língua, o Esperanto é uma Ideia!²⁴⁹.

Os pioneiros portugueses parecem provir de sectores intermédios cultos e progressistas, como atestam algumas profissões que pudemos apurar: medicina, farmácia, ensino e actividade bancária²⁵⁰. Também são visíveis algumas tendências republicanas. Veja-se que Martins d’Almeida adere em 1915 ao Partido Evolucionista: “Por intermédio da Junta Evolucionista da Encarnação deu a sua adesão ao partido Evolucionista o sr. B. Martins d’Almeida, professor ilustre. É uma adesão a todos os títulos

²⁴⁸ Como se viu no Capítulo 4, aquelas divergências foram mais ostensivas em dois momentos: em 1905, quando no 1.º Congresso os esperantistas franceses desaprovaram a evocação mística no discurso de Zamenhof a propósito do papel do Esperanto na união dos povos; e em 1907 aquando da “cisão do Ido”, que opôs os seguidores de Zamenhof aos proponentes de alterações linguísticas que racionalizariam o Esperanto.

²⁴⁹ Cf. “O dia do Esperanto. A obra do Mestre”, *Portugal-Esperanto*, n.º 1, Ano 1, Jan 1926:8-9.

²⁵⁰ Costa e Almeida era médico, José Augusto Proença e Gomes Pereira eram farmacêuticos, Martins d’Almeida era professor, e Saldanha Carreira, Adolfo Nunes e Adelino de Carvalho eram bancários.

valiosa. O nosso novo correligionario é o delegado do Comité Internacional da lingua esperanto em Lisboa. Cumprimentamos afectuosamente o ilustre correligionário”, diz *A Republica* (26 Fev 1915).

Que traços republicanos pudémos encontrar? Não será destituído de significado o facto de vários dos jornais que são recorrentemente montra dos anúncios e notícias dos esperantistas serem de índole republicana, como *O Seculo*, *A Lucta*, *O Mundo*, *A Vanguarda*; podemos confirmar, consultando F. Catroga, que estes meios de imprensa foram republicanos²⁵¹ (cf. Catroga, 2010:101; sobre *O Mundo* ver também D. Alves, 2012:27). O republicanismo, diz Catroga, “sendo uma tendência de esquerda que emergiu no seio da família demoliberal (...) pretendeu ser, desde o seu início, tanto uma alternativa de regime, como um projecto que visava modificar a ordem cultural (...) na linha de tradição iluminista, que conscientemente invocava” (2010:12). As bases do republicanismo português, partilhadas com o congénere francês, foram pois a revolução francesa, a revolução de 1848, e o sociologismo positivista e organicista (cf. *idem*:149).

O republicanismo pode ser entendido como um movimento social, onde pontuaram intelectuais como Antero de Quental ou Eça de Queirós, que teve articulações com grupos ou associações como a Carbonária e a Maçonaria e cuja acção, antes da constituição de um partido político, se estruturava através da imprensa, de manifestações cívicas, e de clubes republicanos que compreendiam tanto comités eleitorais como espaços pedagógicos e escolares. Deste modo, constituiu-se desde cedo como um espaço plural, que se traduziu numa fragmentação de correntes que nos finais da década de 1870 compreendiam os federalistas, os regeneradores e os progressistas (cf. Catroga, 2010:11-34). Nas palavras de Catroga, “assumindo-se como uma frente socialmente interclassista e ideologicamente heterogénea”, consubstanciava-se numa “polissemia do seu discurso e interclassismo do seu projecto” (2010:38-9 e 73); por isso, se bem que se demarcasse “do liberalismo extremo e dos socialismos revolucionários”, “o republicanismo constituía um ideal que, em última análise, sintetizava e incorporava não só as aspirações demoliberaes, mas também socialistas e anarquistas” (*idem*:59-60).

Uma certa polissemia relativamente ao Esperanto está também presente entre os primeiros esperantistas, mas sempre numa orientação para uma visão progressista da sociedade. A inicial sensibilidade religiosa das Uniões Cristãs não se revela incompatível com o progressismo social – talvez por se tratar de um cristianismo protestante – e assim é patente um humanismo com preocupações sociais. E a presença de mulheres entre os primeiros esperantistas de Lisboa poderá eventualmente ser entendida como um traço de modernidade: se inicialmente se verifica a criação deliberada de cursos para grupos femininos, alguns anos depois estas esperantistas já partilham a direcção da agremiação criada em 1914. De qualquer modo, o discurso dos pioneiros e a terminologia a que recorrem são indicadores relevantes, como se vê nas transcrições disponibilizadas neste texto; nomeadamente, Martins d’Almeida compara o Esperanto a uma “maçonaria universal”, e Saldanha

²⁵¹ Acrescente-se que, nas vésperas de 1910, *A Luta* era dirigido por Brito Camacho, *O Mundo* por França Borges e *A Vanguarda* por Sebastião de Magalhães Lima (vd. Catroga, 2010:101).

Carreira exalta esta língua enquanto instrumento de mobilidade social de “empregados pobres”, e genericamente, da “marcha do progresso que se ambiciona rápida, firme e descingida de preconceitos sociais”²⁵². Há também uma ligação significativa entre os primeiros republicanos da capital e o universo comercial, como mostrou Daniel Alves²⁵³, que diz que “os lojistas de Lisboa (...) aderiram em massa ao republicanismo a partir da década de 1890” (2012:395); os primeiros esperantistas tiveram por seu turno também elos com a Associação de Lojistas, como se viu.

Uma das vertentes essenciais do republicanismo revelou-se nas preocupações educativas, fundamentais num movimento que aspirava a uma regeneração social, inalcançável sem a componente da regeneração individual. Deste modo, “para o republicanismo não existia democracia sem demopédia” (Catroga, 2010:157), e os princípios da escola obrigatória, laica e gratuita viriam a ser consagrados na Constituição de 1911, substituindo-se a educação católica pela educação cívica. Os programas republicanos portugueses, nomeadamente através de autores como Bernardino Machado, João de Barros ou João de Deus Ramos, ecoaram o ideal demopédico da III República francesa:

os pedagogos e políticos da III República foram discípulos atentos do ideal demopédico iluminista, a que juntaram a influência de filósofos de pendor mais cientista e optimista. Referimo-nos ao positivismo em geral e, em particular, ao peso das filosofias de Comte – o comtismo era, em última análise, uma doutrina da educação universal – e de Herbert Spencer na política educativa dos republicanos franceses das últimas três décadas do século XIX (Catroga, 2010:240)²⁵⁴.

Na conjuntura do princípio do século, o ideal de propagação do Esperanto no país não terá contudo sido vivido ingenuamente, dado o reconhecimento da dimensão do analfabetismo da população, tida com um verdadeiro obstáculo. Em 1913 Martins d’Almeida mostrava essa preocupação, referindo que a propaganda do Esperanto estava limitada aos grandes centros de Lisboa e do Porto, onde “uma classe intelectual média e outra classe intelectual superior contrastavam com o resto do país”:

Ora, o Esperanto, manifestação de progresso, produto da civilização, exige condições favoráveis para se desenvolver, requer, pelo menos, uma cultura média capaz de adaptar-se à sua feição. Pode, pois, o Esperanto progredir largamente, na situação em que o país actualmente se encontra? Decerto, não. Que fazer, então?

²⁵² No arquivo da APE, e datado de 1911, consta um bilhete-postal ilustrado de comemoração do 31 de Janeiro (fotografia de grupo junto a linha férrea, bandeira do Esperanto em fundo, Pasta “Eltondajoj 1907-1916”).

²⁵³ Refere a realização de conferências no espaço associativo dos lojistas (nas “salas revolucionárias”), com muitos oradores do campo republicano e socialista: “Realizaram-se a partir de Janeiro de 1898 ‘nas vastas salas da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa’”, e entre os conferencistas convidados, apesar de nem todos terem participado, contavam-se Bernardino Machado, Magalhães Lima, Ricardo de Sá, Heliodoro Salgado, Andrade Neves, Elísio dos Santos, Alfredo de Brito e Tomás Cabreira” (D. Alves, 2012:359).

²⁵⁴ P. Arbousse-Bastide, 1957, *La Doctrine de l’Éducation Universelle dans la Philosophie d’Auguste Comte*; L. Legrand, 1961, *L’Influence du Positivisme dans l’Oeuvre Scolaire de Jules Ferry. Les Origines de la Laïcité*.

(...) A República acaba de destinar uma verba especial para êsse fim [derramamento da instrução em Portugal]; este facto é deveras animador, mas não basta: à iniciativa do Estado tem de juntar-se a iniciativa particular... Existem disseminadas pelo país fora associações, ligas, núcleos e sociedades fundadas exclusivamente para isso; coadjuvemo-las, pois, destinando um óbulo a essa cruzada de luz²⁵⁵.

Ponto comum entre os ideais republicanos e entre os esperantistas, a educação popular era evidentemente uma necessidade em meios desfavorecidos e conscientes dessa lacuna, como os meios operários. Viu-se como estes esperantistas pioneiros não descuraram este universo, pois no Porto e em Lisboa se ensinava Esperanto, a partir de 1913, na Universidade Livre e na Universidade Popular, respectivamente, e mais tarde também na Academia de Estudos Livres²⁵⁶. Estes foram espaços de espírito e de iniciativa marcadamente republicanos, mas inseridos num movimento de educação popular mais vasto, e com outras matrizes ideológicas, como o libertarismo; por exemplo, a Universidade Livre do Porto foi animada ainda na época monárquica por activistas do Comité Académico-Operário, sendo que no reinício das actividades em 1925 será ainda importante a presença libertária (cf. Freire, 1988:363, nota 47). Para uma perspectiva geral, J. Pintassilgo evoca um cenário multifacetado:

experiências nos terrenos da educação popular, dinamizadas por sectores políticos e sociais muito diversificados – do Estado à iniciativa particular, do republicanismo e da maçonaria ao anarquismo, das associações operárias à intelectualidade – e assumindo formas muito diversas, como creches, asilos, escolas operárias, escolas de centros republicanos, universidades livres e populares, entre muitas outras (...) Refiramos (...) duas dessas instituições (...) a Voz do Operário, criada em 1883 (...) [E pelo] carácter inovador das suas opções pedagógicas, a mais emblemática (...) foi a Escola Oficina n.º 1, no bairro da Graça, em Lisboa, criada em 1905 por uma associação maçónica (...) [Quando] se passou a fazer sentir a influência de um grupo de professores libertários, em particular de Adolfo Lima, a escola tornou-se um *ex-libris* da chamada Educação Nova em Portugal e lugar de experiências várias (Pintassilgo, 2010:140)²⁵⁷.

António Candeias mostra como é que cerca de meia década depois da implantação da República, e a partir de tentativas isoladas do princípio do século, começa a constituir-se uma rede educativa operária que transfere iniciativas de educação popular da alçada da República para as associações de

²⁵⁵ Assinado: Bemaldo, em *Portugala Revuo*, 2.ª Série, n.º 9-10, Set-Out 1913: 106-7.

²⁵⁶ Também em 1916 e 1917 ensinou-se Esperanto em Lisboa na Universidade Livre, e na Academia de Estudos Livres em 1917 (*Diário de Notícias*, 21 Out 1916; *Jornal do Comércio e das Colónias*, 24 Jan 1917).

²⁵⁷ Vd. R. Fernandes, 1993, *Uma Experiência de Formação de Adultos na 1.ª República. A Universidade Livre para Educação Popular. 1911-1917*, Lisboa, CML; A. Candeias, 1994, *Educar de Outra Forma. A Escola-Oficina n.º 1 de Lisboa. 1905-1930*, Lisboa, IIE; F. Bandeira, 1994, *A Universidade Popular Portuguesa nos Anos 20. Os intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, Dis. Mestrado, FCSH, Univ. Nova de Lisboa; M. N. Gonçalves, 2007, *O Ideário Educativo Republicano. Da Propaganda Eleitoral Republicana aos Debates Parlamentares (1878-1910)*, Tese Dout., Univ. de Évora.

classe e sindicatos, sobretudo em Lisboa²⁵⁸. Como diz Candeias (1987:332), será um resultado da influência crescente do anarquismo e do sindicalismo revolucionário nos meios operários, que se manifesta na recusa da educação oficial e na descrença no papel educativo do “Estado burguês”.

O esperantista Adolfo Nunes surge em 1915 ligado a este movimento educativo, tendo sido secretário do Grupo de Propaganda da Imprensa Libertária e Instrução (Vd. E. Rodrigues, 1977: 389). O endereço do secretariado deste Grupo - Rua da Paz, 58, r/c, Lisboa - é o mesmo que em 1916 esteve também ligado à agremiação Juneco Lisboa Esperantista de que acima falámos, e que como se viu, se associou à Lisboa Esperantista Societo. Assim, Adolfo Nunes está ligado a uma ideologia libertária estando, também, mais próximo de um universo mais “popular” do que os restantes pioneiros do Esperanto em Portugal²⁵⁹. De resto, e como tínhamos visto, o ensino do Esperanto nas associações de classe do comércio indicava também uma preocupação social para além das motivações de “progresso” inerente à expansão das relações internacionais.

Mas a aproximação dos primeiros esperantistas aos meios operários pareceu ser de início ainda incipiente; havia inicialmente algumas referências àquele universo mas vendo-o como lateral ao movimento a que pertenciam os pioneiros da capital, sendo que uma primeira alusão surgia em 1910, numa sessão inaugural de um curso na UCM, por intermédio de B. Martins d’Almeida:

Em seguida falou em Esperanto o sr. Bernardino Martins d'Almeida, sendo interpretado pelo sr. Eduardo dos Santos. Começou por dizer que tendo o sr. Horner falado a respeito do movimento esperantista na America, lhe parece conveniente informar tambem o auditorio sobre o movimento operario na Europa, por ser onde elle se tem desenvolvido em mais larga escala²⁶⁰.

Refira-se também que no ano de 1913 Martins d’Almeida organizou uma visita de esperantistas à fábrica de Sacavém, onde aproveitou a ocasião para distribuir material de divulgação da causa esperantista²⁶¹, e que alguns anos mais tarde, em 1916, o Sindicato dos Caminhos-de-Ferro Portugueses é admitido como sócio da Lisboa Esperantista Societo²⁶². Numa data bastante posterior, em 1934 na edição de *Chave do Esperanto*, da responsabilidade de Saldanha Carreira, dá-se uma panorâmica do movimento nacional, sublinhando a extensão do ensino do Esperanto à Sociedade Propaganda de Portugal, à Policia, às escolas comerciais, e ainda a presença na radiofonia, acrescentando no final: “É justa uma referência á acção dos elementos operários, sempre incansáveis

²⁵⁸ Revela valores de registos de escolas operárias entre 1917 e 1925: 41 escolas no país, a maioria situada em Lisboa e no sul e, só na capital e seus arredores, um total de 25. Haverá a acrescentar as escolas afectas à Voz do Operário, que o autor avalia aumentar o universo lisboeta para uma centena (Candeias, 1987:344-5).

²⁵⁹ João Freire confirma a actividade libertária de Adolfo Nunes, um “esperantista anarquista” como Alberto Pedro da Silva e Manuel Firmo, de quem falaremos adiante nesta tese (cf. Freire e Lousada, 2013a: 89).

²⁶⁰ *Diario de Noticias*, 3 Jul 1910.

²⁶¹ *Portugala Revuo*, 2.^a Série, n.º 2, Fev 1913:34. A visita é também referida em o *Século*, 16 Fev.

²⁶² Em *Diário de Notícias* de 27 de Maio de 1916.

na sua propaganda”. Parece tratar-se aqui, da parte dos pioneiros, da salvaguarda da sua aceção politicamente neutral da prática esperantista, numa altura em que, como adiante se verá, os esperantistas operários foram conotados com uma apropriação política do Esperanto. Será possível verificar que a distinção entre esperantistas neutrais e não neutrais virá a ser evocada repetidas vezes durante muito tempo.

Como se manifestou o interesse pelo Esperanto no universo operário português? O primeiro registo situou-se pouco antes da implantação do regime republicano, em 1907 numa publicação libertária, e o Esperanto começará depois a ser discutido nos congressos operários e anarquistas das duas décadas seguintes, de modo que após a 1.^a Guerra Mundial estes novos esperantistas serão responsáveis por um significativo crescimento do movimento do Esperanto no espaço nacional. A Língua Internacional será entendida primeiro como instrumento potencial e desejável de comunicação internacional, e depois simultaneamente como meio e fim de uma sociedade igualitária, cuja construção se pretende assente na internacionalização da justiça social e do progresso. Surge assim uma nova vertente do movimento do Esperanto, tendencialmente politizada, e portanto afastada da concepção neutral da Língua Internacional, situando-se em coordenadas distintas dos pioneiros. Verifica-se uma comunhão com os princípios de fraternidade esperantistas por parte dos actores do movimento operário e em muitos casos, politizando-os e aglutinando-os aos ideais subjacentes ao socialismo. Tal como os pioneiros, estes esperantistas vivem o Esperanto não apenas como uma língua que sirva as necessidades de comunicação internacional, mas também como uma ideologia, enformada por crenças, práticas e valores de internacionalização societal. Leia-se este Editorial da publicação *Laboro*, escrito em 1920: “Hoje, que uma nova era se está anunciando, que um futuro cheio de promessas se aproxima, estamos certos de que o Esperanto vencerá. E vencerá porque ele é a língua dos explorados, dos sem-pátria, dos que tudo produzindo nada têm”²⁶³.

Decerto, não é de forma imponderada que se devem abordar os conceitos de movimento operário. Inúmeros autores de todo o espectro das ciências sociais e humanas têm investigado este complexo fenómeno que se estende, por seu turno, longamente no tempo. Por exemplo, Carlos da Fonseca propôs, no final da década de 1970, uma periodização da história do movimento operário em Portugal em 10 épocas, com início em 1820 e finalizando em 1974; na medida em que não tem havido tentativas de síntese tão abrangentes, esta proposta pode ser útil como orientação cronológica dos principais acontecimentos em Portugal e das correntes ideológicas e políticas que lhes estão ligadas (vd. Anexo G). Outras propostas importantes sobre esta temática são por exemplo de Manuel Villaverde Cabral ou de Miriam Halpern Pereira, e mais recentemente, de João Lázaro²⁶⁴.

²⁶³ Vd. *Laboro* - Monata organo de «Portugala Laborista Esperanto-Federacio», n.º 1, 1.º Ano, Maio 1920.

²⁶⁴ Cabral, M. Villaverde (1977), *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*; Pereira, M. Halpern (2016), *A Primeira República. Na Fronteira do Liberalismo e da Democracia*; Carvalho, João Lázaro de (2013), *O despontar do movimento operário na esfera pública: (1850-1860)*, Dis. Mestrado, ISCTE – IUL.

O primeiro registo sobre o Esperanto, presente num contexto mais próximo do universo operário, e ao qual aludimos acima, foi então encontrado na revista anarquista *Novos Horizontes* em Agosto de 1907, no artigo “Idioma internacional”. Constituía uma reflexão acerca da melhor opção na eleição de uma língua internacional: o Esperanto de Zamenhof ou o Universal de Molenaar²⁶⁵. Este é o ano em que se realiza em Amesterdão o Congresso Internacional Anarquista, onde precisamente se discute se o Esperanto será a melhor opção para a resolução do problema linguístico nos encontros internacionais (cf. Stefano, 2010:101). Tinha também sido referida a publicação de um curso na revista libertária portuense *A Vida* em 25 números publicados em 1909. E em 1910 há registo da *Universal*, em Lisboa, apresentada como “revista de propaganda da língua internacional Esperanto para unir os trabalhadores por sobre as fronteiras convencionais” (com redacção em Dafundo, n.º 17; E. Rodrigues, 1977: 366).

De acordo com as preocupações reveladas tanto no referido artigo como no congresso internacional de 1907, é apresentada e aprovada no Congresso Nacional Operário, que em 1914 ocorre em Tomar, uma moção a favor do Esperanto (a partir de uma tese apresentada por Manuel Figueiredo):

Considerando que a internacionalização dos povos é a base imprescindível duma forte e inquebrantável solidariedade para a emancipação dos trabalhadores; o Congresso Nacional Operário reunido em Tomar resolve: 1.º Apoiar toda a propaganda de que todos os trabalhadores internacionalmente se corresponderem com uma só língua; 2.º Para que todos os organismos operários diligenciem a divulgação do Esperanto, língua internacionalista (Cit. por Freire, 1988:249).

Similarmente, também em 1914 são aprovadas teses sobre o Esperanto na conferência anarquista do sul (cf. Freire, 1988:250 e 367, nota 75). E posteriormente, no Congresso Nacional Operário em Coimbra, é aprovada em 1919 a tese “O Esperanto e as relações internacionais” (cf. Freire, 1988:250).

O primeiro grupo esperantista operário de cuja fundação foi encontrado um registo foi o Lisboa Verda Stelo, criado em 1917²⁶⁶. Em 1919 há registo do aparecimento do grupo Esperantista Flegisto-Sociedade esperantista operária²⁶⁷, em 1920 no Porto a Sociedade Esperantista Operária Idealo kaj Laboro²⁶⁸ - e em Lisboa o projecto de ensino de Esperanto no Sindicato Único da Construção Civil, cuja realização não pôde ser confirmada²⁶⁹.

Assim, logo em 1919 é criada a Federação Esperantista Operária (Portugala Laborista Esperanto-Federacio), em Lisboa (na Travessa da Água da Flor, 55; vd. E. Rodrigues, 1977:390), e em Maio de

²⁶⁵ Cf. Freire, 1988:249; Fonseca (1979:119) também regista a edição deste periódico “de tendência anarquista”.

²⁶⁶ Segundo carta (21 Out 1920) de um membro da Lisboa Verda Stelo ao Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Lisboa (AHS, Núcleo Educação e Cultura, caixa 87). Vd. também Rodrigues, 1977:390.

²⁶⁷ Em 18 de Setembro, sede em Lisboa, R. de Sto. António dos Capuchinhos, 13-2.º (E. Rodrigues, 1977:389).

²⁶⁸ Cujo secretário era Dias Pinheiro (cf. E. Rodrigues, 1977:392).

²⁶⁹ Em *O Construtor* (n.º 229, 1920) o Sindicato Único da Construção Civil, secção Alto do Pina, abriu uma subscrição para a compra da sede: “projecta-se a construção de uma sala para conferências, teatro e cinema, aulas de instrução primária, de desenho profissional, esperanto, etc. [e] uma biblioteca (Candeias, 1987:332).

1920 esta Federação edita o primeiro número do seu órgão mensal, designado *Laboro*²⁷⁰. Esta publicação, pequeno jornal bilingue de oito páginas, é dirigida por António P. da Costa Júnior, nome que doravante passará a estar muito presente entre os esperantistas.

Da federação fazem parte os grupos acima referidos: a Lisboa Verda Stelo, que dispõe de três cursos (e cujo endereço é o da própria Federação assim como da redacção e administração do órgão *Laboro*, na T. da Água da Flor); a Esperantista Flegisto ao Campo de Sant'Ana, que tem dois cursos, um em exclusivo para mulheres²⁷¹; do Porto, a Idealo kaj Laboro; e também a recém-criada Fratiga Stelo, cujo curso é leccionado por Augusto Dias.

A Federação, tal como o jornal, “acompanha as organizações operárias, isto é, os movimentos sindicais e anarquistas”, segundo se declara em *Laboro*. Por isso este jornal tem a secção Nia Movado, *i.e.*, “Nosso Movimento”, e o Sindikata Movado, *i.e.*, “Movimento Sindical”, noticiando as várias greves ocorridas em Fevereiro e Março, os confrontos com a guarda republicana, o encerramento das sedes da Confederação Geral dos Trabalhadores (C.G.T.) e da União dos Sindicatos Operários (U.S.O.) e a prisão de envolvidos, alguns pertencentes à Portugala Laborista Esperanto-Federacio²⁷².

O autor do pequeno artigo intitulado “A apoteose do Esperanto”²⁷³, que assina com um pseudónimo esperantista, diz que em todos os países se encontram anarquistas, sindicalistas e socialistas que propagam a língua universal, e lembra o apoio do governo soviético aos esperantistas, concedendo-lhes em Moscovo a Casa do Esperanto. Aos operários compete dar vida ao “já erguido facho esperantista”, através da aprendizagem do Esperanto, que será a língua utilizada quando no mundo houver uma só família - já não estrangeiros mas sim homens livres. Aprender o Esperanto é assim também uma preparação para a sociedade futura. No contexto desta perspectiva do Esperanto, fazem sentido as exortantes palavras de ordem semeadas pelas páginas entre os artigos: “Não se concebe que um internacionalista não seja partidário da língua internacional «Esperanto»”, ou “Não há revolução verdadeiramente internacional sem uma língua internacional”²⁷⁴.

Ainda sobre este número do *Laboro*, é importante notar que inclui, para além de um pequeno conto de Saldanha Carreira, também uma carta em que Adolfo Nunes se dirige aos *samideanoj*, solidário com os desfavorecidos e com a sua empresa de propagação do Esperanto²⁷⁵. Vemos aqui mais um contacto entre os esperantistas operários e os não-operários.

²⁷⁰ Documento do espólio Pinto Quartim, depositado no Arquivo de História Social do ICS.

²⁷¹ Neste caso para enfermeiras, pois “Esperantista Flegisto” significa enfermeiro esperantista.

²⁷² *Laboro*, n.º 1, Ano 1, Maio de 1920:7-8.

²⁷³ *Laboro*, n.º 1, Ano 1, Maio de 1920:4.

²⁷⁴ A Federação prevê sessões de propaganda nas sociedades esperantistas e em associações operárias, e a abertura de sociedades em Sacavém, Oeiras, Almada, Palma e Charneca (*Laboro*, n.º 1, Ano 1, Mai 1920:7).

²⁷⁵ “Ao trabalho, camaradas de todo o mundo, ao trabalho pelos oprimidos, pelos miseráveis, por todas as vítimas do injusto regime actual!” (*Laboro*, n.º 1, Ano 1, Maio de 1920:3; em Esperanto no original).

Nesse ano de 1920, em Setembro, inaugura-se a Sociedade Esperantista Antaŭen, no Sindicato dos Metalúrgicos - à Esperança, em Lisboa -, com curso dirigido por Guilherme de Castro²⁷⁶.

Depois de *Laboro*, outros dois jornais são criados: em Janeiro de 1921 o *Komunist-Esperantisto*, *Orgão mensal dos comunistas esperantistas portugueses*, cujo editor é Francisco Gonçalves; e em 1922 tem início a publicação *La Vero*, *Folha mensal para a divulgação do Esperanto entre o povo*, editada pelo Anarkia Grupo La Vero, grupo criado no ano anterior²⁷⁷. A criação destas três publicações denota uma politização da perspectiva e utilização do Esperanto, com certeza não desligada do facto de em 1923 haver 24 portugueses na jovem SAT (Forster, 1982:39). Já em 1924 é criada em Lisboa a Sociedade Esperantista Operária Nova Vojo (E. Rodrigues, 1977: 392).

Na esteira das discussões ocorridas nos congressos de 1914 e 1919, acima indicadas, a pertinência da adopção do Esperanto é novamente debatida em várias conferências anarquistas: em 1921 o grupo La Vero participa no Congresso Anarquista Internacional em Berlim, com a tese “O Esperanto no movimento anarquista” (Freire, 1988:367, nota 77), em 1923 na conferência nacional anarquista e, em 1925 na conferência anarquista de Lisboa, são aprovadas teses sobre Esperanto (*idem*: nota 75).

Se a censura, perseguição e prisão integram uma trilogia bem característica da ditadura, como adiante se documentará, a regência republicana, num momento histórico tão conturbado, também não foi isenta daqueles expedientes. No dia que se seguiu ao da inauguração da Sociedade Esperantista Antaŭen, em Setembro de 1920, alunos e professor foram detidos, pelo motivo de reunião “à porta fechada”²⁷⁸. No mesmo ano, alguns meses antes, a publicação *Laboro* escreve sobre a censura aplicada aos jornais cujas principais vítimas são *A Batalha*, órgão da C.G.T., *O Combate*, do partido socialista, e *O Luso*. Dizem ironicamente: “Kaj tio ĉi estas demokrata respubliko!”, *i.e.*, “E é isto a república democrática!”²⁷⁹.

²⁷⁶ *Diário de Lisboa*, de 14 Julho de 1976.

²⁷⁷ A criação do La Vero em 1921 é referida por E. Rodrigues (1977:395); Fonseca (1979:169) refere que foi criado em 1923, contudo, a primeira data deverá ser a correcta, pois a 1.ª publicação do órgão deste grupo data de 1922; em Freire e Lousada (2013a:135) refere-se que foi publicado no período 1922-23. Tal como a *Laboro*, a *La Vero* tem sede na Travessa da Água da Flor, mas em diferente número de porta. Infelizmente, a *La Vero* e a *Komunist-Esperantisto*, constando embora dos catálogos da BN e do ICS, respectivamente, não foram efectivamente localizados; Freire e Lousada (*idem*) acrescentam que o *La Vero* teve 15 números.

²⁷⁸ “A uma comissão da Portugala Laborista Esperanto-Federacio (...), o chefe da Polícia respondeu que as detenções eram legais por estarem proibidas reuniões à porta fechada! Vivia-se então sob a legislação repressiva do coronel António Maria Baptista, presidente do Conselho de Ministros, que criou um tribunal especial que arbitrariamente podia exilar para Angola os suspeitos de revolucionários, bolchevistas, etc. (...) Américo Vilar e Joaquim Gonçalves, membros da Lisbana Verda Stelo foram os primeiros samideanos presos e condenados. Decorridos alguns dias, a Polícia deteve mais esperantistas, resultando inúteis os protestos e pedidos a seu favor” (“Quarenta anos perseguido (e proibido) o esperanto volta a Portugal”, *Diário de Lisboa*, 14 Julho 1976. O excerto transcrito reproduz uma entrevista a Adolfo Nunes).

²⁷⁹ *Laboro*, n.º 1, Ano 1, 1920:7.

A par destes acontecimentos, em 1925 alguns dos pioneiros trazem à luz a Associação Portuguesa de Esperanto: Luzo Bemaldo, Saldanha Carreira e Eduardo António dos Santos, respectivamente, director, secretário, e director da revista *Portugal-Esperanto* que será o órgão mensal da nova organização²⁸⁰. A associação nasce da herança de vários núcleos, como a Lisbona Esperantista Societo e outros cuja existência não tinha sido aqui recenseada, como a Rondo Amikeco, o Zamenhofa Grupo e a Portugala Esperanto Polica Asocio; assim, escreve a comissão organizadora:

foi nas reuniões de quente entusiasmo da «Rondo Amikeco» que a ideia criou vulto e agrupou numa vontade decidida alguns dos esperantistas da velha guarda (...) A primeira reunião da A.P.E. efectuou-se no dia 14 de Agosto de 1924 nas salas do Núcleo de Instrução «Lux» e nela foi lido o seguinte relatório da respectiva comissão organizadora: (...) “Desde a nova «Portugala Esperanto Polica Asocio», com as suas características militares, até à querida velhota «Lisbona Esperantista Grupo», com sua directriz protestante, todas essas sociedades deram directa ou indirectamente seus elementos à associação nacional e, portanto, é bem uma associação nacional a que hoje inicia os seus trabalhos (...) A Comissão conseguiu que a «Lisbona Societo», a «Ronda Amikeco» e o «Zamenhofa Grupo» nos trouxessem o crédito dos seus nomes e alguns haveres”²⁸¹.

A linha directriz da Associação Portuguesa de Esperanto faz, como anteriormente, a apologia do papel do Esperanto nas relações internacionais, discutido agora no quadro claro do patriotismo e nacionalismo do pós-guerra - salvaguardando nos seus estatutos a neutralidade política e religiosa²⁸². O patriotismo revela-se pelo respeito pela língua e cultura portuguesas, que enquadradas na internacionalização acelerada, não deverão constituir-se como um factor de isolamento do país. O Esperanto sendo neutro respeita as línguas nacionais, e sendo elo entre as nações, em todos os níveis das relações internacionais, permite o objectivo patriótico de levar o país na onda do progresso: “Mais do que um êrro, seria um crime o isolamento! (...) Não quebramos assim a nossa dignidade de nação livre, o nosso brio de independência; colaboramos na fraternização da grande família humana, dispensando a língua de outrem, porque temos ao nosso serviço a língua de todos”²⁸³.

²⁸⁰ Na comissão organizadora estão também António Luís da Costa e Alberto Godinho, e na direcção da APE também Adolfo Nunes, e como vogais, Etelvina Silva e Adelaide de Carvalho (*Portugal-Esperanto*, n.º 1, Ano 1, Jan 1926:3). Já R. Horner mantinha as anteriores ligações: “Mais uma vez, junto da reunião magna do Esperantismo o nosso amigo Rudolf Horner (...) será porta-voz da Comissão Central da Cruz Vermelha e da Comissão Universal das Associações Cristãs da Mocidade” (*Portugal-Esperanto*, n.º 6, Ano 1, Jun 1926:70).

²⁸¹ *Portugal-Esperanto*, n.º 1, ano 1, Jan 1926:3. Também se informa que o Núcleo de Instrução «Lux» permitiu o funcionamento de cursos de Esperanto até que a APE tivesse a sua sede, que veio a ficar na R. da Graça.

²⁸² Artigo 4.º dos Estatutos da APE (*Portugal-Esperanto*, n.º 1, Ano 1, Janeiro de 1926).

²⁸³ Em “Patriotismo e esperantismo”, Luzo Bemaldo, *Portugal-Esperanto*, n.º 1, Ano 1, Jane 1926:1-2. No número de Fevereiro sublinha-se: “A revista *Portugal-Esperanto* surge no momento próprio, coordenando e alimentando o movimento Esperantista português no concêrto da organização mundial e opondo à rajada desnacionalizadora que subverte a linguagem lusíada uma acção de inteligente patriotismo pela pureza da

A língua e cultura nacionais são continuamente celebradas na publicação mensal *Portugal-Esperanto* - como de resto, de um modo geral em todas as publicações esperantistas; o próprio *Laboro*, de tão pequena dimensão, tem uma página específica designada “Literaturo”, com a tradução para Esperanto de um poema de Antero de Quental (“O coração”/ “La koro”). Ao longo dos 6 números publicados em 1926, encontram-se traduções de textos de João de Deus, Eça de Queirós, António Feijó, Alexandre Herculano, Padre António Vieira e Luís de Camões. A maioria das traduções é de Bemalido, as restantes são de Saldanha Carreira e de Costa e Almeida. Saldanha Carreira prima recorrentemente por textos da sua autoria, pequenos contos, que se encontram disseminados em várias publicações esperantistas até à década de 1950. Neste ano de 1926 publicou ainda no número de Maio da revista *De Teatro* uma comédia em Esperanto “En tiu tempo”²⁸⁴.

Os editores não descuram o espaço de que dispõem, e distribuem em capítulos um curso de iniciação esperantista: “Curso racional de Esperanto por Luzo Bemalido”. Mas, talvez a opção editorial mais significativa tenha sido a colectânea de depoimentos sobre o Esperanto, recolhidos dos vários quadrantes intelectuais, de acordo com as áreas privilegiadas que são as suas: comércio, diplomacia, propagação da ciência, cultura e educação. Relativamente à área comercial e respectivo ensino, apresentam-se artigos de Francisco António Correia, professor e director do Instituto Superior do Comércio de Lisboa, e de Adrião Castanheira, Director da Escola Industrial Fonseca Benevides²⁸⁵ - posteriormente, numa palestra proferida em 1972, Alves de Moura (Moura, 1972:38) referirá uma secção esperantista nesta Escola Industrial. Para as questões diplomáticas, depõe Boavida Portugal:

Só uma língua neutra [na Sociedade das Nações] será a solução. Não satisfará a vaidade de todos, mas poderá, sem desprestígio, ser aceita por todos (...) Só o *Esperanto* merece esta consagração, já que a sua vida é o triunfo maravilhoso da filologia sobre a etnogeografia (...) faço ardentes votos, que o *Esperanto* deixará um dia de ser considerado língua auxiliar e que todas as outras línguas o auxiliarão a ser o ideal instrumento de cultura e comunhão espiritual de todo o mundo²⁸⁶.

No quadro das já antigas ligações às forças policiais - como acima se mostrou a propósito do primeiro curso de Acácio Lobo para a polícia em 1912, e posteriormente, o referido grupo esperantista Portugala Esperanto Polica Asocio - pronuncia-se Ferreira do Amaral, Tenente-coronel e comissário geral da Polícia: “Eis o que diz o natural instinto de um comandante de Polícia [sobre o uso do Esperanto no debate internacional de ideias], que não tem aversão à marcha social das ideias, mas a

língua pátria” (*Portugal-Esperanto*, n.º 2, Ano 1, Fev 1926:15). Os redactores referem frequentemente a hegemonia da língua francesa, tanto no ensino como na apropriação de termos pelo vocabulário nacional.

²⁸⁴ Cf. última página (não numerada) do n.º 6 de *Portugal-Esperanto*, Jun 1926.

²⁸⁵ Cf. respectivamente *Portugal-Esperanto*, n.º 3 de Mar e n.º 1 de Jan 1926.

²⁸⁶ “O Esperanto – Língua diplomática”, *Portugal-Esperanto*, n.º 2, Ano 1, 1926:16.

quem repugna o emprêgo dos meios violentos, sempre desordenados, para a sua imposição. Pelo «Esperanto», tudo! Pela fôrça, nada!»²⁸⁷.

Do universo acadêmico, ouvem-se duas personalidades: o filólogo Cândido de Figueiredo, numa entrevista anteriormente concedida a *A Republica*, e transcrita para a revista esperantista, e Albino Forjaz de Sampaio, da Academia das Ciências, que diz “Mas ainda que êsse sonho [da humanidade de todos falarem a mesma língua] não logre nunca ser atingido, nem por isso o Esperanto deixa de ser a sua primeira *étape*”²⁸⁸. Finalmente as opiniões do poeta e dramaturgo Bento Faria²⁸⁹, e do professor e pedagogo Adolfo Lima, que escreve que a Escola deve “fornecer às gerações que passam por ela, como parte de cultura geral, êsse meio pelo qual o ser humano se torna apto para entender-se com tôda a humanidade”²⁹⁰.

A divulgação - ou propaganda, segundo o termo usado na altura pelos esperantistas - do Esperanto pretendeu nesta fase chegar aos meios intelectuais, mais além do universo tendencialmente utilitário que inicialmente se visou na década anterior. Prova disso é que a revista foi enviada - segundo escreve Saldanha Carreira - a todas as faculdades de Coimbra e do Porto mas, desanimadoramente, nem dez por cento de resposta foi obtida²⁹¹. Saldanha Carreira e Adolfo Nunes lamentam o posicionamento perante a causa esperantista, incompreensível indiferença ou hostilidade da parte dos académicos e responsáveis políticos. Adolfo Nunes escreve:

que a propaganda esperantista não pode atrair grandemente as classes operárias, que são, por via de condições e regra, as menos ilustradas e conhecedoras, é intuitivo. Muito pelo contrário, que as classes intelectuais, que os homens de inteligência e de saber dêste país (...) deixem esterilizar-se à minguá de auxílio, cooperação, ou de carinhoso incitamento, um factor poderosíssimo de educação e cultura, é que nos parece estranho, ou, para melhor dizer, condenável (...) O Esperanto (...) é bem a língua auxiliar da humanidade (...) ligando interêsses morais e pulverizando antiquados preconceitos de supostos antagonismos ráricos (...) E connosco deviam estar todos os homens de ciência e todos os organismos promotores da instrução popular²⁹².

²⁸⁷ *Portugal-Esperanto*, n.º 1, Ano 1, Janeiro de 1926.

²⁸⁸ Cf. *Portugal-Esperanto*, n.º 3, Ano 1, Março de 1926:27 e *A República* de 6 de Dezembro de 1916.

²⁸⁹ *Portugal-Esperanto*, n.º 2, Ano 1, Fevereiro de 1926.

²⁹⁰ *Portugal-Esperanto*, n.º 1, Ano 1, Janeiro de 1926:4-5.

²⁹¹ Cf. n.º 6, Ano 1, Jun 1926:61. No n.º 1 de *Portugal-Esperanto* surgem os primeiros depoimentos intitulados “O que dizem os intelectuais”, e anunciam-se outros (Álvaro de Andrade, Álvaro Coelho, Dr. João de Deus Ramos, Dr. Joaquim Manso e Dr. Ruy Telles Palhinha) que não foram editados pois a série termina no n.º 6.

²⁹² *Portugal-Esperanto*, n.º 6, Ano 1, Jun 1926:62-3; no n.º 5 (Ano 1, Maio de 1926:49) Bemaldo cita um autor internacional: “Faliu a língua internacional da Idade Média, mas está firme e progride o Esperanto que, no justo dizer do dr. Edmond Privat, *estas la latino de la Demokratio* - é o latim da Democracia!”.

Neste período desde o final da 1.^a Guerra Mundial dois grupos de esperantistas parecem existir em coordenadas paralelas, embora com algumas aproximações entre si; como vimos, a publicação *Laboro* de 1920 tem um pequeno conto de Saldanha Carreira e uma carta de Adolfo Nunes aos “companheiros de ideal” (os *samideanoj*). Também em *Portugal-Esperanto* se encontram as primeiras referências e aproximações aos operários: noticia-se o curso de Esperanto na Nova Vojo e a conferência que Saldanha Carreira deu na Sociedade A Voz do Operário em Fevereiro, e na sequência da qual se organizou, na mesma associação, um curso de Esperanto²⁹³. Assim neste período verificou-se o ensino do Esperanto nos diversos núcleos e associações operárias emergentes, bem como, vários cursos em 1926 na continuidade da linha inicial dos pioneiros: na própria Associação Portuguesa de Esperanto, dado por Adolfo Nunes; por Saldanha Carreira na Portugala Esperanto Polica Asocio e na Escola Comercial Ferreira Borges; e, também por Adolfo Nunes no Instituto Comercial de Lisboa.

Em Setúbal há registos de actividade esperantista, designadamente, a existência em 1923 do Grupo Esperantista Operário Nova Espero, noticiado em *A Voz Sindical* e visando sobretudo a população juvenil, e também a existência de aulas de Esperanto na Escola Livre da Casa dos Trabalhadores do Mar, que funcionou entre 1915 e 1926. O anarquista e operário conserveiro João da Boa-Viagem foi um dos principais impulsionadores da construção da Casa e da abertura daquela escola, primária e de pedagogia laica, para os filhos dos associados; na Casa dos Trabalhadores do Mar houve também uma delegação local da Universidade Popular Portuguesa, que chegou a ter ali a sua sede²⁹⁴.

Também em 1926 na imprensa nacional, o jornal *A Batalha* tem, sob a direcção de Costa Júnior, a rubrica “Esperanta Angulo” e, no Porto, *A Comuna* publica um curso²⁹⁵. Contudo, este é o ano em que o regime republicano é interrompido pelo golpe militar de 28 de Maio, e as consequências da mudança de regime político são de imediato claras, designadamente pela instauração da censura na imprensa que visou logo em Junho o n.º 6 de *Portugal-Esperanto*. Este foi o último número editado nesta série, e não foi retomada a edição. O enciclopédico livro de Ivo Lapenna publicado em 1974 sobre o Esperanto no mundo dá a ler que a Associação Portuguesa de Esperanto criada em 1925 cessou a sua actividade em virtude de as suas instalações, sitas numa sede maçónica, terem sido invadidas por militares (cf. Lapenna *et al.*, 1974:497). Outra fonte, baseada numa informação de Saldanha Carreira, especifica que em 1933 a APE está quase exclusivamente confinada ao apartado 279 em Lisboa, na

²⁹³ Vd. “Nova Kurso en grava Asocio”, *i.e.*, “Novo curso em importante Associação” (*Portugal-Esperanto*, n.º 2, Ano 1, 1926:24). Não foram encontrados mais dados sobre esse curso. Posteriormente, há uma alusão a um projecto que não teve êxito, mas não se pode concluir que seria o mesmo: “Na Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário (...) foi há tempos apresentada, pela sub-comissão de Cultura e Arte, uma proposta para a abertura dum curso de Esperanto na sede, que, infelizmente, por razões contrárias à nossa vontade, não foi possível pôr em prática” (Prof. Simões Raposo, “O Esperanto devia ser ensinado na escola primária”, *Portugala Esperantisto*, n.º 5, Ano 1, Mai 1936: 33 e 36).

²⁹⁴ *A Voz Sindical*, n.º 27, 3 Nov 1923 (cit. por Freire e Lousada, 2013c:63); sobre a Casa dos Trabalhadores do Mar, vd. Freire e Lousada, 2013c:30-1 (que citam E. Rodrigues, *Os Anarquistas e os Sindicatos*, 1981: 224).

²⁹⁵ *Portugal-Esperanto*, n.º 6-Ano 1, Junho 1926:72.

esperança de melhores condições, após a sede da escola maçónica na qual trabalhava ter sido encerrada²⁹⁶. Em Janeiro de 1926 o n.º 1 do *Portugal-Esperanto* informava que os cursos da recém-criada APE funcionavam no Núcleo de Instrução Lux até que os esperantistas tivessem sede própria; a sede maçónica a que se referem aquelas fontes será porventura o Núcleo de Instrução Lux²⁹⁷.

Para finalizar esta secção vejam-se os movimentos sociais a que estiveram ligados os primeiros esperantistas portugueses. De acordo com a reconstituição realizada a partir das fontes disponíveis foi possível verificar uma primeira e breve ligação ao movimento protestante, e depois quatro ligações principais: ao movimento republicano, ao movimento anarquista, ao movimento operário, e ao movimento de educação popular. Aliás, é a afinidade entre os movimentos republicano, anarquista e operário, explicada pela partilha de princípios dos respectivos universos ideológicos, e que se reflecte em alguma sobreposição de actores naqueles movimentos, que permite a ligação ao movimento de educação popular. Como ficou exposto no Capítulo 4.4., especificamente ilustrado através da Figura do Anexo F, o anarquismo e o socialismo partilham princípios gerais como universalismo, progressismo social, educacionismo, direitos sociais e individuais e ainda anti-militarismo; o republicanismo português foi na sua génese um movimento polissémico que acolheu anarquistas, socialistas, *maçons*, e heranças ideológicas iluministas e positivistas que configuram também universalismo, progressismo e educacionismo. Por fim no anarquismo encontram-se ainda especificamente princípios naturistas provenientes de inspirações de teor mais romântico, como se viu.

Num país com altas taxas de analfabetismo e em que se vislumbravam já ideais republicanos e democráticos, o Esperanto foi acolhido como motor tanto de internacionalização como do internacionalismo. Assim, a internacionalização, subjacente a móveis progressistas, esteve presente na área do comércio tanto como nas áreas emergentes do turismo e desporto, tendo faltado porventura uma ligação mais vincada à ciência, apesar de ter havido uma secção esperantista na Sociedade de Geografia de Lisboa. Dois factos pontuais podem também ser referidos: no domínio dos fenómenos internacionais houve, através de um grupo operário esperantista, uma ligação aos escuteiros, por via do cultivo de estilos de vida com práticas de ar livre; também com ligação a hábitos naturistas, registou-se ensino do Esperanto numa Sociedade Vegetariana do Porto, na primeira década do século.

No quadro do internacionalismo operário e libertário, o Esperanto fez sentido no âmbito da educação e auto-educação e da construção de uma cultura internacional de valores solidários e democráticos; fez sentido também no quadro dos valores pacifistas, reacesos num momento conturbado da história europeia e mundial, visíveis na aproximação à Cruz Vermelha, mas de um

²⁹⁶ Informação de S. Carreira para a entrada “Portugalujo” da *Enciklopedio de Esperanto*, Budapest, 1979 [1933], p. 449, cit. em carta de 1994 de Hernâni Resende a Ada Cizsár (*Nia Bulteno*, n.º 67, 1995, p. 22-3).

²⁹⁷ Na mesma carta de Hernâni Resende (vd. nota anterior), este diz acreditar que, não havendo informação de que fosse anarco-sindicalista, Saldanha Carreira devia ter sido *maçon*, tanto mais que se mostrava anticlerical e solidário com as vítimas de injustiças sociais (*Nia Bulteno*, n.º 67, Out-Dez 1995, p. 22-3).

modo geral presentes no discurso sobre um futuro desejável de relação entre nações e povos, em que o militarismo pudesse ser ultrapassado e sobreviesse enfim um mundo de igualdade económica e social.

Transversal aos três movimentos – republicano, operário e libertário - foi o papel da educação na renovação individual e social, tendo havido em Portugal um verdadeiro movimento de educação popular, com uma vertente especificamente orientada para a auto-educação; viu-se como os primeiros esperantistas ensinaram desde logo a Língua Internacional em Associações de Classe (desde 1908) e nas Universidades Popular e Livre em Lisboa e no Porto (a partir de 1913).

5.2 Em Ditadura

Das histórias da Guerra de Espanha, das clandestinidades, do Tarrafal [guardo memória]. [E] também [do] núcleo esperantista, círculo de sonhadores, que queriam o internacionalismo e a fraternidade. Lembro-me de virem pessoas de países estrangeiros com as quais a única língua comum era o Esperanto. (...) Era uma resistência e era um sonho. O que é que ficou? Vamos pensar que ficou uma herança na memória consciente ou subconsciente de todos nós.

Isabel do Carmo, *Eu, Meus Senhores, Amo a Liberdade*, 2005:27 (Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro)

A mudança de regime trará alterações à vida dos esperantistas, ainda que as mais drásticas se verifiquem a partir de 1936. Nesta década de 1920 os filiados na SAT vinham crescendo entre os esperantistas portugueses: em 1927 seriam 13, e em 1928 o número ascendia aos 20, oriundos nesta data de Lisboa, Porto e Évora - também nesta data o português comunista Pires Barreira era membro do conselho internacional desta organização de trabalhadores. Três anos depois eram membros 26 portugueses (vd. Forster, 1982:39 e Freire, 1988:367, nota 78).

Em 1930 dá-se a primeira situação de perseguição política de esperantistas no quadro do regime ditatorial: quatro membros da Laborista Esperantista Societo Antaŭen são presos, quando conversam na Praça da Armada, em Alcântara. Eram portadores da revista *Sennaciulo*, editada pela SAT. São eles José dos Santos Ferreira, um dos fundadores da Antaŭen, Irmundo Barros e os irmãos Mário e Fernando Raposo²⁹⁸.

Em Março de 1931 funda-se em Lisboa a LEO - Ligo de L'Okcidentaj Esperantistoj (Liga dos Esperantistas Ocidentais)²⁹⁹. Esta organização publica em Dezembro o jornal bilingue *La Okcidentulo*, o órgão oficial da Liga, dirigido por Irmundo Barros. Exibe no cabeçalho a frase “Esperanto je la servo de l'tutmonda proletaro” i.e., “O Esperanto ao serviço do proletariado de todo o mundo”. Este jornal surge num momento em que não havia nenhuma publicação esperantista; verifica-se aliás que o aparecimento de novos títulos acontece sempre para colmatar a falta de revistas ou jornais em Esperanto. As publicações periódicas esperantistas têm pouca longevidade, como aconteceu com as

²⁹⁸ “Quarenta anos perseguido (e proibido) o esperanto volta a Portugal”, *Diário de Lisboa*, 14 Jul 1976. No depoimento ao autor deste artigo diz José dos S. Ferreira: “Conduzidos à esquadra próxima (...) as nossas casas foram, entretanto, devassadas, o que causou natural desassossego às famílias”.

²⁹⁹ *Portugala Esperantisto*, n.º 4, Abr 1936:26.

duas iniciadas em 1920 e em 1926: “O desaparecimento destes dois jornais [*Laboro e Portugal-Esperanto*], na opinião dos que viveram êsse período do nosso desenvolvimento, é atribuído à falta de esperantistas (...) [*i.e.*, de] quem pudesse colaborar nesses jornais e de quem os pudesse manter - dois factores que decidem da existência e futuro dum jornal”³⁰⁰.

Escreve-se no editorial que em virtude do elevado número de *samideanoj* em Portugal, não fazia sentido, e era até mesmo era motivo de vergonha, “que êles não tivessem sequer, ao serviço da sua nobre cruzada, uma modesta *folhinha* escrita na lingua de Zamenhof”. Segue-se um agradecimento especial pela valiosa colaboração da Sociedade Promotora de Educação Popular. É um pequeno jornal, em que é de sublinhar a reaparição de vários dos depoimentos que tinham sido publicados no *Portugal-Esperanto*, cinco anos antes, designadamente, Adrião Castanheira, Adolfo Lima, Cândido de Figueiredo, e Albino Forjaz de Sampaio; encontram-se igualmente depoimentos de esperantistas estrangeiros, certamente transcritos de publicações internacionais.

Um artigo de maior dimensão intitulado “Não há consciência do valor do Esperanto entre o operariado”, assinado com pseudónimo esperantista, diz que o Esperanto está destinado a ser a língua para as relações entre o operariado de várias nações, e exorta os operários a levarem os cursos de Esperanto até ao seu termo, consciencializando-se do valor de “tal arma de luta”, nomeadamente, para facilitar a comunicação nos congressos internacionais e prescindir assim de tradutores - dispendiosos e pouco fidedignos -, e também como forma de evitar uma dependência das “notícias que nos impinge a grande imprensa, [e] cuja autenticidade nós, sem o Esperanto, somos incapazes de averiguar”³⁰¹.

Mais uma vez, a longevidade deste jornal não terá ido além dos dois anos³⁰², ainda que a Liga dos Esperantistas Ocidentais se tenha mantido activa por mais alguns anos. Este início de década marca efectivamente uma pronunciada aceleração do movimento: “Certo é que, dessa data em diante [1931] as sociedades, secções e cursos de Esperanto se multiplicaram duma maneira assombrosa, não só na capital como na província, num ritmo com tendência a acelerar-se. Só em Lisboa, o número de esperantistas filiados nas organizações cidadinas duplicou”³⁰³.

Fora de Lisboa, as maiores organizações encontram-se principalmente em Setúbal, Coimbra, Vila Franca de Xira e Barreiro, mas regista-se também a existência de pequenos grupos em várias localizações de Portugal, ilhas e colónias incluídas. Em Setúbal é criado em 1931 o grupo Disvastiga

³⁰⁰ *Portugala Esperantisto*, n.º 1, Ano 1, Jan 1936:1.

³⁰¹ *La Okcidentulo*, n.º 1, Ano 1, Dez 1931.

³⁰² Há indicação que terá durado até 1932, segundo as fontes da tese de João Freire (1992) e a *Revista Portuguesa de Esperanto* (Ano III, n.º 15, Jun 1975) que cita o n.º de Janeiro de 1932: “Para todos (...) [os] esperantistas, o nosso jornal deve ser um instrumento de propaganda. Mostrei-o na oficina, na fábrica, no escritório, em toda a parte, àquele vosso camarada que pergunta: Que vem a ser isso de Esperanto?”.

³⁰³ *Portugala Esperantisto*, n.º 1, Ano 1, Jan 1936:1.

Stelaro que funcionou na sede no Sindicato dos Empregados do Comércio e Indústria, e teve Amador de Figueiredo Simões como professor e Jorge Quaresma entre os principais jovens animadores³⁰⁴.

Situemo-nos agora em Coimbra, onde foi fundada, com a presença de Bernardino Machado em Fevereiro de 1925, a Universidade Livre de Coimbra (Instituto de Educação Popular)³⁰⁵, pela acção, entre outros, de J. Almeida Costa, Manuel dos Reis, Aurélio Quintanilha, Álvaro Viana de Lemos e Tomás da Fonseca – sendo que os três primeiros eram libertários (vd. Candeias *et al.*, 1995:93 e Freire, 1988:363, nota 47). Assim, entre 1932 e 1937, ali decorrem cursos de Esperanto, organizados pelo Koimbra Esperantista Grupo (que teve sede na Associação Cristã dos Estudantes). Os professores de Esperanto foram J.X.M. do Couto, Albertino dos Santos Matias, Marciano Costa, e Álvaro Viana de Lemos (1881-1972), pedagogo da denominada Escola Nova³⁰⁶. O Professor Tomás da Fonseca (1877-1968), que foi director da Universidade Livre de Coimbra (Candeias *et al.*, 1995:91), e mais tarde pertenceu ao Movimento de Unidade Democrática, terá sido também simpatizante do Esperanto.

O delegado da UEA em Coimbra era César Anjo (1915-1969), casado com a filha do Prof. Álvaro Viana de Lemos, também ela esperantista, assim como os três filhos de ambos. César Anjo dirigiu um curso de Esperanto no Centro Republicano de Coimbra, e era médico especializado em pediatria e pneumologia; o Esperanto foi aliás importante instrumento de trabalho pelos contactos que lhe permitiu estabelecer com pares em Tóquio e em Estalinegrado, por exemplo. As suas posições políticas levaram-no, entre outras actividades, à participação nos Congressos Republicanos de Aveiro de 1957 e 1969³⁰⁷. Ainda em Coimbra foi, no fim da década de 1950, realizada uma exposição: “Em 1959, ano em que se comemorou o 100.º aniversário do nascimento de L. L. Zamenhof, o Prof. Álvaro Viana de Lemos, embora com ambiente desfavorável, organizou uma exposição bibliográfica de Esperanto, que esteve patente na Biblioteca Municipal de Coimbra”³⁰⁸.

Mais a sul, na margem esquerda do Tejo, registam-se também acontecimentos significativos. Em 1933 o escritor Alves Redol e o seu companheiro António Dias Lourenço, ambos militantes comunistas, organizam cursos de alfabetização e aulas de Esperanto no Sindicato da Construção Civil e Ofícios Correlativos - que abrangia também os metalúrgicos -, e mais tarde, no Sport Lisboa e Vila Franca (Neves, 2008:249 e depoimento de António D. Lourenço em Marinho e Redol, 2000:148)³⁰⁹;

³⁰⁴ Jorge Quaresma (1905-1990) natural de Setúbal, filho do barbeiro anarquista José Artur Quaresma, viveu muito tempo em Lisboa e foi muito tempo também empregado de escritório numa companhia de seguros. Fez parte das Juventudes Sindicalistas, foi preso várias vezes na década de 1930; foi um anarquista humanista e não-violento, sempre muito activo, ainda depois de 1974 (vd. Freire e Lousada, 2013c: 30, 43-4 e 64).

³⁰⁵ Que será mais tarde o local do Museu Etnográfico.

³⁰⁶ Vd. *República*, 2 de Dezembro de 1970.

³⁰⁷ Vd. “César Anjo”, 1974, homenagem da Associação Portuguesa de Esperanto, cinco anos após a sua morte.

³⁰⁸ *República*, 2 Dez. 1970. O Arquivo APE (Pasta “Fotaro”) tem um documento fotográfico desta exposição.

³⁰⁹ Amigo de Redol, o psiquiatra Joaquim Seabra-Dinis diz: “As minhas relações com Alves Redol (...) iniciaram-se (...) à volta de um amor comum, o Esperanto, de que ambos éramos ao tempo entusiastas

com o apoio dos jornais *O Diabo* e *Mensagem do Ribatejo*, Redol organizará também visitas a museus de Lisboa, como o Museu de Arte Contemporânea e o de Arte Antiga (Neves, 2008:249)³¹⁰. Como refere J. Neves, já na década anterior, no primeiro jornal do PCP denominado *O Comunista* (n.º 38, 15 Ago. 1925), o Esperanto tinha sido considerado “língua universal” (Neves, 2008:208, nota 41 incluída). Vila Franca de Xira foi na década de 1930 um dos mais importantes espaços da história do comunismo em Portugal, onde pontuaram os nomes de Artur Inez, Jaime Brasil, Julião Quintinha, Dias Lourenço, Carlos Pato, Arquimedes da Silva Santos, Soeiro Pereira Gomes e Alves Redol (cf. Neves, 2008:249). A partir de 1936 Redol torna-se colaborador de *O Diabo* (cf. Neves, 2008: 254-5); este jornal foi na década de 1930, como lembra Óscar Lopes (1993:8), um dos principais órgãos do neo-realismo, que como se sabe, teve a sua primeira manifestação ficcionista no romance *Gaibéus*, que Redol publica em 1939 (cf. Lopes, *idem*:7)³¹¹. Parece não haver rasto do Esperanto na literatura de Redol, porém, outro escritor neorrealista construirá uma personagem esperantista: o operário fabril da Covilhã na década de 1940, do romance *A Lã e a Neve* que Ferreira de Castro publica em 1947.

Existiram por esta altura, segundo informação de 1935, também o Esperantista Grupo Liberevoje na Moita, o Tramagal Esperantista Grupo, o Esperantista Grupo Verda Stelo da Barquinha e o Portugala Esperantista Grupo em Vale de Figueira. Em Gaia o Laborista Esperantista Grupo, no Funchal a Madejra Esperantista Societo e em Lourenço Marques uma secção esperantista. De menor dimensão, houve núcleos esperantistas em Matosinhos, Penafiel, Viseu, Aveiro, Santa Clara a Velha, Aldegalega, Alhos Vedros, Seixal, Alter do Chão, Portalegre, Aviz, Beja, Aljustrel, Évora, Portimão, Faro, Silves, Faial, Angra do Heroísmo ou Luanda (vd. Esperanto Societo Antaŭen, 1935).

Por seu turno, no Barreiro iniciava-se, a meio de um curso ali decorrido cerca de 1932, a criação do grupo Progresemaĵ Amikoj por iniciativa dos respectivos alunos³¹². A criação deste grupo e a primeira exposição realizada em 1932 na sociedade de recreio denominada “Franceses” - Sociedade

prosélitos (...) Ambos sonhávamos então, no arroubo dos verdes anos, que todos os povos hão-de acabar por se amar quando se compreenderem pelo menos no campo linguístico” (Marinho e Redol, 2000:244).

³¹⁰ No Museu do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira) foi exibida na exposição “Horizonte Revelado” (Março 2012), uma fotografia do grupo de Esperanto de Alves Redol: “Grupo de Esperanto em Água Férrea, 1935”.

³¹¹ Diz D. Lourenço: “Quando Gaibéus aparece (...) a besta nazi tinha já submetido a velha Europa quase de Moscovo aos Pirinéus (...) O neo-realismo tem o escopo desta época singular da vida do Mundo (...) Redol foi um dos grandes precursores da escola neo-realista no nosso país (...) o escritor, o poeta, o artista plástico de vanguarda sob o fascismo tinham de escrever sobre a vida, os anseios do povo, a revolução e fazê-la passar ao lápis azul da Censura. Tinham de transmitir a sua mensagem nas entrelinhas, tinham quase de recorrer à parábola (...) Sem essa complexa e camuflada abordagem literária da realidade portuguesa não teriam chegado até nós mensagens como as de Redol, Pereira Gomes, Manuel da Fonseca (...) Carlos de Oliveira, Sidónio Muralha, José Gomes Ferreira, Joaquim Namorado e outros” (Marinho e Redol, 2000:144).

³¹² Vd. texto de J.V.J., o professor do referido curso (*LESPA*, 1933:1). Em *Portugala Esperantisto* (1936, n.º 2, Ano 1, Fev 1936:11) o autor de um conto, José Vicente Júnior, tem aquelas iniciais; poderá ser essa pessoa.

Democrática União Barreirense - terão marcado um momento importante num movimento impar no país, cujos ecos são actualmente ainda audíveis.

O Progresemaĵ Amikoj designado, no ano seguinte, por Laborista Esperantista Societo Progresemaĵ Amikoj (LESPA)³¹³, realiza uma nova exposição de grande dimensão - noutra sociedade de recreio, “Penicheiros” (Sociedade Instrução e Recreio Barreirense) -, documentada pelo primeiro número do jornal *LESPA*, edição da comissão editorial em organização:

Queremos publicamente provar quão vigoroso é o movimento esperantista no Barreiro, porquanto tudo o que se encontra exposto é o fruto da permuta epistolar com os esperantistas de todo o mundo (...) Barreirense! Se sois pacifista, filatelista, desportista, idealista, etc.; se sois republicano, democrata, anarquista, ou comunista; se sois enfim, amigo do progresso e da humanidade, iniciai-vos hoje mesmo no estudo da bela língua que vos abre todas as portas do mundo, que vos abre horizontes mais vastos e mais belos (*LESPA*, 1933:3).

Neste primeiro número há contribuições de Luzo Bemaldo e de Saldanha Carreira, este último dirigindo-se aos seus “bons amigos” e saudando as iniciativas barreirenses: “Parecerá um paradoxo o eu procurar entusiasmar o Barreiro! Mas é que sei, por mim próprio, o estímulo que para mim tem sido o vosso entusiasmo também”. Transcreve-se também uma circular da recém-criada secção esperantista da Sociedade Propaganda de Portugal (Touring Club de Portugal) - sede de um novo curso de Esperanto a que está ligado o nome de Saldanha Carreira. O programa daquele evento é elucidativo da relação próxima com os esperantistas de Lisboa - são convidadas a Antaŭen e a Nova Vojo, e Saldanha Carreira profere uma conferência - e também, da riqueza da vida cultural desta localidade, dinamizada pelas auto-denominadas sociedades operárias³¹⁴.

O ensino do Esperanto no Barreiro decorria nas organizações de trabalhadores do caminho-de-ferro: L.D., um dos esperantistas que entrevistámos, refere que “antes [de 1940] tinha havido o [grupo] Progresemaĵ Amikoj (...) era onde o meu pai aprendeu”³¹⁵, e sublinha que “o Sindicato [dos ferroviários], foi onde o meu pai aprendeu e onde se aprendia o Esperanto”. Também no livro de Carmo e Carmo (2005:166) se refere a “criação da escola para ensino nocturno [de Esperanto] no Instituto dos Ferroviários”.

Ao crescimento inicial do Esperanto no Barreiro estão associados os nomes de Manuel Firmo (1909-2005) e de João Azevedo do Carmo (1899-1986). Manuel Firmo estava ligado ao grupo

³¹³ O Arquivo da APE (Pasta “Fotaro”) tem uma fotografia datada da década de 1930 deste grupo esperantista.

³¹⁴ Dia 1 - Conferência de Saldanha Carreira no Cinema Teatro; Inauguração da exposição por S. Ex.^a o Sr. Saldanha Carreira/ Dia 2 - audição de discos esperantistas e outros/ Dia 3 - grande concerto pela banda dos Penicheiros/ Dia 4 - grandioso baile com participação de um dos melhores jazzs do Barreiro/ Dia 5 - grande *picnic* de confraternização com actuação da banda dos Penicheiros, Penicheiros Jazz e outros; e baile. Encerramento da exposição com o hino esperantista cantado pelo orfeão dos Penicheiros.

³¹⁵ Depoimento do entrevistado L.D., Barreiro, Julho de 2012.

Progresemaj Amikoj³¹⁶ e segundo o mesmo entrevistado “foi um grande esperantista, ao nível nacional (...) - e que só tinha a instrução primária - mas era uma pessoa que falava um Esperanto já mesmo avançado (...) Nunca, nunca encontrei ninguém que soubesse tão bem o Esperanto como o Manuel Firmo”³¹⁷. João Azevedo do Carmo foi um intenso activista cultural e social, com trabalho nas associações culturais e educativas: “Homem maduro, aprende Esperanto com Manuel Firmo, um dos seus queridíssimos amigos, para, pouco depois, e ao lado do mestre, iniciar os seus companheiros operários nessa técnica de comunicação que tão cara era, então aos que queriam construir a fraternidade entre os homens. Da S.E.O.B. [Sociedade Esperantista Operária Barreirense] foi o secretário correspondente” (Carmo e Carmo, 2005:38). M. Firmo era anarquista, e J. Azevedo do Carmo era comunista: “‘Sempre com muito respeito’ e sem se ofenderem, diziam os dois” em contexto de amizade (*idem*:167). Sobre as convicções de João Azevedo do Carmo é sabido que foi “militante da facção unionista de José Domingues dos Santos, elemento activo da resistência anti-fascista, ora integrando a comissão concelhia de apoio à candidatura de Norton de Matos, ora ocupando o lugar de segundo nas estruturas locais do M.U.D” (*idem*:36). João Azevedo do Carmo inicia, em Abril de 1936 no jornal *O Barreiro*, colaboração intitulada “Jes, mi Kunlaboros” (que significa “Sim, eu colaborarei”): “A partir deste número, prometo ora umas traduçãozinhas, ora uns modestos originais” (Carmo e Carmo, 2005:172-3). No mesmo ano, colabora em *Portugala Esperantisto*³¹⁸, com a tradução de um conto de Alphonse Daudet, dedicada ao amigo Manuel Firmo, “kiu inicis min en Esperanton”, *i.e.*, “que me iniciou no Esperanto”. Manuel Firmo tinha dois meses antes publicado no mesmo jornal um texto literário.

Em Lisboa, em 1932, tinham lugar as sessões esperantistas na rádio: na estação radio-emissora CT 1AA, Saldanha Carreira dirige duas séries de palestras. Uma em onda curta, com 21 emissões, outra em onda média, com 23 emissões, em Janeiro e em Fevereiro, respectivamente³¹⁹. Segundo um pequeno parágrafo da edição de 1934 da *Chave do Esperanto*, aquelas emissões constaram de um curso e de radiodifusão para o estrangeiro, com divulgação da literatura, folclore e turismo.

Em 1933, como já se referiu, foi criada a secção esperantista da Sociedade Propaganda de Portugal - Touring Club de Portugal no Chiado, cuja orientação foi solicitada para os cursos a funcionar nas Escolas Comerciais de Veiga Beirão, de Ferreira Borges e de Rodrigues Sampaio³²⁰.

³¹⁶ *Portugala Esperantisto*, n.º 4, Ano 1, Abr 1936:26: os membros da Progresemaj Amikoj, Manuel Firmo e Manuel Boto, participaram na festa do 5.º aniversário da LEO em Lisboa, em Março de 1936.

³¹⁷ Depoimento de L.D., Barreiro, Jul 2012. O próprio Firmo (1975:24) escreve: “A par da formação profissional não descurava a espiritual, estudando várias matérias. Aprendi, também, Esperanto e tive a intraduzível alegria de me corresponder com esperantistas de vários países. A genial e, aliás, tão mal compreendida criação do Dr. Zamenhof, dilatou a minha fé acerca do espírito fraterno que deveria unir a humanidade”.

³¹⁸ Cf. n.º 7, Ano 1, Julho de 1936:55.

³¹⁹ Em *Republica* de 24 Maio de 1970.

³²⁰ *LESPA*, 1933:4; *Chave do Esperanto*, 1934, Prefácio.

Em 1935, no I Congresso Nacional de Turismo, Saldanha Carreira apresenta, pela Sociedade Propaganda de Portugal, a tese “A língua Esperanto no Turismo”. Defende, naturalmente, o papel da língua auxiliar na promoção turística do país, referindo como exemplos a secção de turismo da Associação Universal de Esperanto e a adopção da língua em serviços de transportes – caminhos-de-ferro e eléctricos - e ainda pela polícia em vários países³²¹. Sobre Portugal acrescenta o seguinte: “Em Portugal, a secção de Turismo da Polícia tem três guardas esperantistas (...) [e] quando foi do 1.º Congresso de Radiofonia, realizado pelo jornal «O Século», a proposta apresentada pelos Esperantistas do Barreiro, para que o Esperanto fôsse reconhecido e aceite como língua oficial da Radiofonia, foi votada por aclamação, o que consta das resoluções do respectivo Congresso”.

Em notícia de 1934, *O Século* anunciava as provas finais de um curso de Esperanto para guardas da PSP, esclarecendo que, depois de requisitados pela Secção de Esperanto da Sociedade Propaganda de Portugal, serão postos ao serviço dos excursionistas estrangeiros. Acrescenta também: “Com os alunos ontem aprovados, a PSP conta 15 guardas com o curso de esperanto”³²². Este curso foi leccionado por Saldanha Carreira, em regime oficial, mas não obrigatório³²³. Já tinha sido aqui reportado como em 1912 a aproximação ao universo do turismo também tinha compreendido ensino do Esperanto na Polícia e na Sociedade de Propaganda de Portugal, tal como agora. Como entender esta ligação dos esperantistas ao turismo? Num breve parenteses tentar-se-á analisar esta constatação. A Sociedade Propaganda de Portugal foi a personificação da iniciativa da promoção interna e externa do turismo nacional, num projecto conjunto de monárquicos, republicanos, católicos, maçons e jornalistas concretizado em 1906 “com o intuito patriótico de valorização do país” (Cunha, 2010:131)³²⁴. Veio a aliar-se-lhe o regime republicano, responsável pela criação das primeiras instituições públicas de turismo e por medidas legislativas efectivas para a promoção da actividade turística no país (cf. Vidal, 2012:136). Deixando de ser uma prática exclusiva das elites, o turismo começava no início do século a ser olhado como indústria lucrativa, potencial gerador de receitas económicas, e não tardará a tornar-se “símbolo de progresso e de internacionalização” (Vidal, 2012:135); posteriormente, na década de 1930, o novo regime verá, na prática turística e na sua promoção, um aliado no processo de construção de uma representação idealizada da nação (cf. Vidal, 2012:134). As dimensões dominantes da internacionalização e do progresso constitutivas do turismo nesta altura, a par com a relação directa

³²¹ Em *Portugala Esperantisto* (n.º 1, Ano 2, Fev 1936:12-4) existe um longo artigo sobre a rejeição desta tese no congresso. A dada altura relata-se que “Um congressista aristocrata declara que o Esperanto é bolchevista (...) [e] um congressista catedrático afirma que o Esperanto não pode ser falado, e perfilha o latim”.

³²² *O Século*, 8 Julho 1934 e *O Século*, 13 Abril 1973, “No 56.º aniversário da morte de Zamenhof”.

³²³ *Chave do Esperanto*, 1934; “O Esperanto através do Mundo”, *República*, 24 de Maio de 1970.

³²⁴ Vd. o art. 1.º dos estatutos: “tendo por fim promover, pela sua acção própria, pela intervenção junto dos poderes públicos e administrações locais, pela colaboração com estes e com todas as forças vivas da nação, e pelas relações internacionais que possa estabelecer, o desenvolvimento intelectual, moral e material do país e, principalmente, esforçar-se por que ele seja visitado e amado por nacionais e estrangeiros” (Brito, 2010:139).

que também detém com o mundo do comércio, já então próximo da acção esperantista, serão as razões pelas quais os esperantistas sentirão uma identificação e uma determinação de se aliar à causa turística - tendo encontrado nas primeiras décadas do século, nas várias conjunturas políticas e sociais, os necessários aliados.

Em 1936 cria-se o jornal *Portugala Esperantisto* da iniciativa da LEO, da Sociedade Nova Vojo e da L.E.S. Antaŭen, que pretende - mais uma vez - constituir-se como o órgão do movimento esperantista português³²⁵. Terá uma edição mensal de 8 números entre Janeiro e Agosto de 1936, sendo Manuel de Jesus Garcia o director e Joaquim Costa o editor³²⁶. O artigo de abertura diz:

o prodigioso avanço do movimento post 1931 atira-nos para diante, certos de que os esperantistas portugueses, que já se contam por milhares, saberão cerrar fileiras à nossa volta (...) De resto, contámos com o leal apoio de todos, ao recebermos (...) da Nova Vojo, Antaŭen e Liga a incumbência de dar realização à ideia dum órgão de todo o movimento (...) Da *Progresemaĵ Amikoj*, do Barreiro, recebemos a certeza da venda mensal de 100 exemplares (...) Finalmente, o problema dum órgão do movimento esperantista está solucionado dentro das possibilidades que nos oferece o difícil momento que atravessamos³²⁷.

Os nomes já conhecidos do movimento estão presentes entre os colaboradores: Saldanha Carreira, Luzo Bemaldo, Costa Júnior. Surgem nomes novos: José Antunes (que mais tarde virá a presidir à Associação A Voz do Operário³²⁸, e já surgia nomeado em 1920 no *Laboro*) e Alsácia Fontes Machado; e, colaboraram pontualmente Alves Redol (assinando-se como António Redol), e como acima referido, João Azevedo do Carmo e Manuel Firmo. Parecem aqui reunir-se todos os esperantistas dos vários quadrantes ideológicos e geográficos, embora não se trate de uma associação, mas apenas de um órgão de informação. Estão presentes os pioneiros - não só, mas também muito ligados às questões da internacionalização do comércio e do turismo -, contudo, a presença do operariado é hegemónica. Assim, a questão da unificação entre os esperantistas nesta altura diz respeito ao entendimento entre as auto-denominadas sociedades operárias, e é nesses termos que se discutem as relações entre elas - mas, a par da discussão das relações não exactamente isentas de

³²⁵ “Estas lacunas [falta de unificação e coordenação dos esforços de todos, incluindo os isolados na província, sujeitos a grande dispersão do noticiário e dos preços proibitivos dos jornais estrangeiros] não são de hoje, nem surgiram tampouco depois de 1931. Já muito antes foram notadas pelos nossos velhos esperantistas, que tentaram fazê-las desaparecer criando a Federação e o seu órgão «laboro», ou apresentando ao público o «Portugal-Esperanto»” (*Portugala Esperantisto*, n.º 1, Ano 1, Janeiro de 1936:1).

³²⁶ Ao n.º 2, a L.S. Antaŭen já não consta dos proprietários, e a partir do n.º 4, só a Nova Vojo permanece, mas director e editor mantêm-se os mesmos desde o início.

³²⁷ “Breves palavras”, *Portugala Esperantisto*, n.º 1, Ano 1, Janeiro de 1936:1 e 7.

³²⁸ Cf. *Nia Stelo*, n.º 16, Julho de 1957:6.

desentendimento, evoca-se sempre o da conjuntura, *i.e.*, “os dias que atravessamos”³²⁹. É neste horizonte duplo que a discussão decorre. No n.º 2 editado em Fevereiro, Mário Pedroso de Lima sugere a criação de uma comissão de inter-relação dos vários grupos, que poderia denominar-se *Interrilata Komitato* (I.K.):

As sociedades esperantistas portuguesas, quasi todas operárias, ou compostas, na sua maioria, por operários, ressentem-se de uma heterogeneidade de acção espantosa, raras sendo as manifestações esperantas combinadas entre duas ou três sociedades (...) Eu não quero, de maneira alguma, sugerir - nem a tal me abalanço, nem sei se nos dias que atravessamos isso seria viável ou mesmo aconselhável - a constituição de um organismo de carácter associativo ou federativo (...) lembro, simplesmente, a criação de uma comissão que interrelacione os grupos³³⁰.

No número seguinte reitera na sua proposta que o *Komitato* não seria uma alienação da soberania das colectividades, senão um princípio de representação corporativa ou proporcional, numa comissão que pudesse aplicar-se às questões da unificação e aperfeiçoamento dos métodos de ensino, da centralização dos serviços de propaganda, relacionamento das sociedades nacionais entre si e os esperantistas isolados, constituir uma representação - nacional ou apenas de Lisboa - junto dos organismos centrais estrangeiros, e promover actividades comuns como organização de excursões, visitas de estudo, palestras e concursos literários³³¹. Em Maio escreve-se:

Vai alta a maré do entusiasmo à volta da questão velha e revelha da unificação, ou melhor, da união dos grupos esperantistas. Bastou um simples sôpro para que as ondas se encapelassem. Evitemos um naufrágio enquanto é tempo (...) Posta a questão, não da Federação, não da Associação, *mas de uma simples comissão de ligação entre os grupos* algumas e importantes adesões [chegaram até nós]. Assim, da Liga dos Esperantistas Ocidentais, recebemos uma carta de aplauso, manifestando-se «inteiramente de acôrdo», e «disposta a entrar em negociações com as restantes Sociedades Operárias» (...) Também a «Nova Vojo» nos enviou um officio, declarando-se «de pleno acôrdo»³³².

Outra ocasião de crítica por acção desconcertada surgiu a propósito da criação de um álbum de selos de Esperanto pelo grupo Nova Sento. Apesar de louvável, o autor do pequeno artigo - que se

³²⁹ No n.º 6 (Junho de 1936:48) lê-se que “os esperantistas portugueses necessitam de um meio de direcção superior (...) mas não nos esqueçamos - adaptado às circunstâncias actuais” (em Esperanto no original).

³³⁰ *Portugala Esperantisto*, n.º 2, Ano 1, Fevereiro de 1936:9.

³³¹ *Portugala Esperantisto*, n.º 3, Ano 1, Mar 1936:21-2. Mais ambiciosa, a redacção do jornal escreve em “Caminho para o trabalho” que poderá este órgão ser inicialmente uma comissão central da organização a criar, coordenando as propostas e contributos que cheguem das sociedades e dos esperantistas isolados. Conclui: “a [comissão central] poderá tornar-se, mais ou menos proximamente, na «Associação Portuguesa» ou «Federação Portuguesa»” (*Portugala Esperantisto*, n.º 2, Ano 1, Fev 1936:16. Em Esperanto no original).

³³² “Devagar e nada de confusões...”, *Portugala Esperantisto*, n.º 5, Ano 1, Maio de 1936: 34.

assina R.V. - considera ser limitada aquela propaganda, e subordinada apenas a um grupo, por terem todos os selos o nome daquela sociedade³³³.

Mas, de qualquer modo, a vida esperantista é muito participada, com festas, comemorações, passeios e provas desportivas e literárias. Como a “grandiosa festa” de homenagem a Zamenhof, em Março de 1936, no C.T.1.A.N. Radio Sonora de Lisboa, cedida pelo seu proprietário Lacombe Neves. A programação compreendeu interpretações musicais por orfeão, piano, violino e grupo de jazz, declamações, uma lição de Esperanto e considerações sobre o movimento esperantista³³⁴. O *Portugala Esperantisto* organizou concursos literários que consistiram na tradução de textos de Padre António Vieira e de Raul Brandão, e publicou em Esperanto textos de divulgação científica e tecnológica, e as sedes das sociedades eram locais de encontros e programas vários. Por exemplo, torneios de xadrez na Nova Vojo e de Ping-Pong disputados entre esta sociedade e a Antaŭen, em ambas as sedes³³⁵. Em Março e Abril de 1936 ocorreram as homenagens a Zamenhof pelo 19.º aniversário do seu desaparecimento, e todas as sociedades de Lisboa realizaram sessões - Nova Vojo, Lumo kaj Progreso, Fratiga Stelo e Antaŭen - e exceptuando a da Nova Vojo, em todas as festas as restantes sociedades foram convidadas a comparecer; na da Lumo kaj Progreso o convite foi estendido aos jornais *Portugala Esperantisto* e *Vida Social*. A programação era similar, constando de palestras, declamações, e interpretação de música esperantista, incluindo naturalmente, o hino esperantista. Em duas destas sessões foram inaugurados um busto e uma pintura do retrato de Zamenhof³³⁶.

A comemoração do 5.º aniversário da Liga dos Esperantistas Ocidentais realizou-se igualmente nesta altura, e compareceram as sociedades lisboetas e a barreirense Progresemaj Amikoj: “O samideano Aguiar, secretário geral da Antaŭen, manifestou grande regosijo de, com a sua presença naquela festa, ficar quebrada duma vez para sempre a animosidade que de há muito separava aquelas sociedades [Antaŭen e Progresemaj Amikoj].” Em Junho celebrou-se nova festa, presidida pelos delegados da Antaŭen, Progresemaj Amikoj e Fratiga Stelo, com inauguração de nova bandeira e, entre outras comunicações, deu-se a dos estudantes da Faculdade de Ciências – faculdade onde existiu

³³³ *Portugala Esperantisto*, n.º 6, Ano 1, Junho de 1936:46.

³³⁴ Os responsáveis foram Adolfo Trémouille (Nova Vojo), Irmundo Barros (Antaŭen) e Manuel de Jesus Garcia (direcção do *Portugala Esperantisto*). *Portugala Esperantisto*, n.º 3, Ano 1, Mar 1936:22.

³³⁵ *Portugala Esperantisto*, n.º 6, Ano 1, Jun 1936: 42 e 46.

³³⁶ Na festa organizada pela Fratiga Stelo e pela Antaŭen ocorreu uma representação teatral dos alunos da Escola-Teatro Araújo Pereira; dois deles mostraram disponibilidade para aprender Esperanto e assim representarem nesta língua (*Portugala Esperantisto*, n.º 4, Ano 1, Ab 1936: 7). Uma breve nota sobre Araújo Pereira: traduziu *Psicologia do Militar Profissional*, de Augustin Hamon (edição Guimarães, 1912), livro que no princípio do século exerceu, nos meios libertários, notável influência na questão da crítica ao militarismo. Esteve próximo do movimento da Educação Nova, criou também o Teatrinho Juvenia para crianças e adolescentes, na década de 1920 (Freire, 1988:244 e 248, nota 65 incluída; Freire, 1992:327, nota 59).

um grupo de Esperanto³³⁷. A realização de passeios é outra actividade a mencionar. A primeira organização conjunta, da Nova Vojo e Antaŭen, de uma excursão em Maio de 1936, foi louvada no *Portugala Esperantisto*:

Quando as sociedades esperantistas abandonarem o estreito (...) âmbito das suas realizações bairristas e enveredarem pelo trabalho em conjunto, está a propaganda do nosso belo idioma no seu bom caminho (...) Assim o compreenderam [a] «Nova Vojo» e «Antaŭen», que (...) levaram a efeito (...) uma grandiosa excursão a Palmela, Setúbal e Arrábida. Desta primeira experiência de trabalho em conjunto ressalta (...) a verdade que nestas colunas tanto temos debatido - que da criação da Interrilata Komitato podemos e devemos esperar uma coordenação de trabalho, uma propaganda eficiente e um lugar no movimento internacional que poria no seu devido pé os esforços sobrehumanos mas infelizmente dispersos que pelo país fora têm sido despendidos por tantos abnegados propagandistas do Esperanto³³⁸.

Em Julho, as secções excursionistas das mesmas sociedades organizaram uma visita a Queluz, que reuniu uma centena de esperantistas e pessoas das suas famílias: “Muitos esperantistas residentes naquela localidade aguardam-nos fóra da gare. Após a troca de inumeráveis apertos de mão e abraços de boas vindas, organiza-se o nosso cortejo, que, com a bandeira ao centro, percorre aquela risonha povoação em passeio de propaganda”. A quinta e mata da Escola Prática de Agricultura são o destino de um dia passado ao ar livre, com jogos, música e dança: “O nosso querido camarada Costa Júnior foi, mais uma vez, a alma da nossa excursão, contribuindo com o seu fino espírito para que a boa disposição reinasse, ininterruptamente, entre nós”³³⁹. Muito anunciado foi também o acampamento esperantista (designado 1.º P.E.L.) em Setembro no rio Dão, cuja Comissão Organizadora estava localizada no Porto; exortaram-se os esperantistas a tomarem parte, numa oportunidade de reunião de adeptos isolados e de afirmação do movimento. Assim: “Demonstremos o que é o desenvolvimento do Esperanto em Portugal pelo número dos seus adeptos, ocorrendo em massa ao «Primeiro Acampamento de Esperantistas Libertempejo» garantindo com a sua presença a continuidade da acção

³³⁷ Cf. *Portugala Esperantisto*, n.º 4, Ano 1, Abr 1936: 26-7 e n.º 7, Ano 1, Jul 1936: 54; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, pp. 241-3.

³³⁸ *Portugala Esperantisto*, n.º 6, Ano 1, Jun 1936:44. Assim: “Mais de 120 pessoas constituíram o recheio de 4 camionetas que largaram de Cacilhas para Palmela num ambiente de (...) alegria. Muitas senhoras, algumas delas esperantistas, vieram (...) dar vida e côr a esta manifestação e pena é que o seu número seja tam deminuto, precisamente o contrário do que acontece no estrangeiro, onde o Esperanto é (...) uma conquista da mulher. As bandeiras esperantistas, presas às camionetas, tremulavam estrada fora e não raro ouvíamos uma saudação e um viva ao Esperanto (...) Chegámos a Palmela (...) depois lá fomos até Setúbal (...) onde nos aguardava uma surpresa. Um grupo de esperantistas ali residentes esperava-nos à entrada da cidade”.

³³⁹ Cf. *Portugala Esperantisto*, n.º 7, Ano 1, Jul 1936:51.

desenvolvida em prol da metamorfose de civilizações do nosso tempo e da nossa mentalidade moderna. Daremos assim ao mundo a prova eloquente de que o Esperanto marcha”³⁴⁰.

O campismo será muito valorizado nos meios esperantistas nesta década e nas seguintes. Semelhantemente, integrado numa problemática abrangente relativa ao exercício físico, ao ar livre, ao turismo e ao lazer, o campismo será uma vertente expressiva das práticas em meios comunistas e antifascistas. Esta questão é abordada por José Neves no Capítulo “Ar Livre” do seu livro sobre o comunismo português; numa análise paralela, o autor referencia também os discursos oficiais da valorização do turismo externo e das posições tanto da Mocidade Portuguesa como da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) sobre o campismo e as actividades ao ar livre, e ainda as políticas de turismo, essencialmente de carácter externo, impulsionadas por António Ferro (vd. Neves, 2008). J. Neves revela, no outro pólo, um discurso de incentivo ao campismo, acentuado no final dos anos 1930 e no início da década seguinte nos meios de oposição ao regime de Salazar, e acompanhado de uma valorização do turismo interno de carácter etnográfico; este discurso não será alheio também às medidas do governo da Frente Popular francesa, designadamente, a lei das férias pagas aos trabalhadores (cf. Neves, 2008:272-5).

Do universo do Esperanto, César Anjo, a quem já aludimos, e que era membro do PCP desde a década de 1930, escreve em 1939 em *Sol Nascente* o artigo “Campismo: Escola de educação física para todos”³⁴¹. Participou igualmente na década de 1930 num acampamento esperantista em França (cf. APE, “César Anjo”, 1974:11).

Na década de 1940, e enquadrados pelo MUD Juvenil, realizaram-se muitos acampamentos colectivos, como se lê também num depoimento de um dos principais activistas do movimento campista, Joaquim Campino. Este afirma que os comunistas quiseram demarcar o seu modelo de organização campista daquele que predominava nas actividades promovidas pelas instituições do regime: “O campismo livre, o campismo sem farda nem apito, como então dizíamos. Sob a palavra de ordem ‘Vamos para o campo’, fizeram-se vários acampamentos colectivos, regionais e nacionais”³⁴².

Diz J. Neves (2008:277):

Neste testemunho de Joaquim Campino, encontramos um eco romântico e libertário que igualmente se revela na relação que, nos anos 30 e nos anos 40, diferentes sectores da esquerda europeia estabelecem com os movimentos campistas, como indica o ensaio de Theodor Adorno sobre “Tempos Livres” [*Sobre a Indústria da Cultura*, 1969] (...) Importa porém não engrandecer a importância deste veio libertário, pois o

³⁴⁰ Cf. as edições de *Portugala Esperantisto*, n.º 3, Ano 1, Março 1936:19 e n.º 8, Ano 1, Agosto 1936: 59 e 61.

³⁴¹ Em *Sol Nascente*, n.º 37, 1 Junho de 1939, p.6., citado por Neves, 2008:275-7, notas 248 e 255 incluídas. Veja-se também de Firminiano Cansado Gonçalves, na altura membro do secretariado do PCP, o artigo “Vamos para o Campo! Escutismo e Campismo” em *O Diabo*, n.º 245, 10 Junho de 1939, p.7, sob pseudónimo Pedro Aguiar Nogueira (citado por Neves, 2008:277, nota 257 incluída).

³⁴² Depoimento de Joaquim Campino em Marinho e Redol, 2000:48-9, citado por Neves, 2008:277, nota 253 incluída; ver também o depoimento que deu a Rui Canário (2007:19-20).

incitamento comunista ao campismo decorre igualmente da valorização de um cariz disciplinador do campismo, nele se considerando certas propriedades fulcrais à formação de uma (...) personalidade militante.

Assim, em 1946 a Biblioteca Cosmos edita *O Campismo e a Vida Moderna*, de Mário Mendes (também membro do MUD), livro dirigido aos trabalhadores e frisando que a função do campismo, não se limitando à ocupação evasiva e episódica dos seus tempos livres, constituía um instrumento “que nas mãos da actual geração a ajudará a conquistar um futuro mais risonho” (Neves, 2008:275-6, notas 249 e 250 inclusas).

Finalmente, acresce que no quadro da vigilância política praticada pelo regime, as práticas de ar livre proporcionavam o conhecimento físico do território nacional, útil aos militantes forçados a circular pelo país; e concomitantemente, “O campismo, por exemplo, proporcionava um espaço de reunião resguardado da vigilância policial”, diz Neves (2008:284).

Esta breve exposição permite também ver que, no domínio do lazer, e especificamente no do turismo, o posicionamento dos esperantistas pioneiros – através da Sociedade de Propaganda de Portugal e da Polícia –, não será da mesma índole que este encontrado nos esperantistas directamente ligados aos movimentos comunista e oposicionista do regime do Estado Novo.

Antes de ser retomado o percurso cronológico entretanto interrompido, importa ainda mostrar outras duas áreas que se cruzaram com o Esperanto, sendo que alguns dos seus protagonistas já foram aqui mencionados. Referimo-nos à Educação Nova e à constituição de comunas libertárias.

António Nóvoa (1995:26) mostra que o movimento da Educação Nova foi essencialmente balizado pelas duas grandes guerras, mas tem as suas raízes no final do século XIX³⁴³. A análise de A. Candeias sobre a origem dos protagonistas da Educação Nova pode ser traduzida nestas linhas (1995:19):

Trata-se de reformadores vindos do liberalismo, e frequentemente ligados à maçonaria, pensadores oriundos de um humanismo cristão que recusa o retorno aos dogmas integrais do passado, socialistas humanistas e democráticos, utopistas sem grande filiação, e anarquistas, expressa e explicitamente anarquistas; eis as principais correntes de pensamento que se reconhecerão nesta forma de encarar e criança e a educação.

Em Portugal os nomes mais destacados deste movimento educativo terão sido Adolfo Lima (1874-1943), Álvaro Viana de Lemos (1881-1972), Faria de Vasconcelos (1880-1939) e António Sérgio (1883-1969) (cf. Nóvoa, 1995b:70). Na análise feita pelo próprio Viana de Lemos em 1927³⁴⁴, este elenca as principais contribuições para a situação em Portugal, nas quais se encontram as escolas

³⁴³ Vimos no Capítulo 2.2 que a obra de Rousseau, especialmente *Emile*, constituiu uma grande inspiração libertária. Assim, Candeias (1995:17) reafirma que *Emile* contém “os dois pilares axiológicos característicos da Educação Nova: a especificidade do mundo da criança face ao do adulto (tese construída dois séculos depois por Philippe Ariès); a aversão pelo ‘ensino livresco’, fechado no interior dos ‘muros da escola’ regido por uma cascata de regulamentos atrofiadores: um complexo ‘anti-natural’”.

³⁴⁴ Num discurso no Congresso da Liga Internacional Pró-Educação Nova, em Locarno (cf. Nóvoa, 1995:34).

normais, os esforços associativos, pedagogos de origens diversas, instituições pioneiras como a Escola-Oficina n.º 1, e sobretudo, a dinâmica associativa republicana da década de 1920 que inclui a Liga Nacional de Instrução, a Sociedade de Estudos Pedagógicos, a Academia de Estudos Livres, as Universidades Livres e Populares, e ainda as Associações de Professores (vd. Nóvoa, 1995:34).

Vejam-se algumas notas breves sobre Adolfo Lima e sobre Álvaro Viana de Lemos, mais directamente ligados ao Esperanto.

Como acima se mostrou, em 1926 Adolfo Lima pronunciou-se favorável ao Esperanto na publicação *Portugal-Esperanto*. Desempenhou papéis de liderança nas mais marcantes experiências pedagógicas do princípio do século, nomeadamente na Escola-Oficina n.º 1 e na Escola Normal de Benfica. Director da revista *Educação Social* (1924-1927) foi o primeiro responsável da secção portuguesa da Liga Internacional Pró-Educação Nova, até à sua prisão em Outubro de 1927, e em 1929 foi encarregado de reorganizar o ensino da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, e teve colaborações pontuais na Universidade Popular (vd. Nóvoa, 1995:37; Candeias, 1995b:51; e Carta n.º 34, 11 Nov 1929 em Candeias *et al.*, 1995:127-8). Foi também participante activo na elaboração de teses discutidas em congressos da União Operária Nacional e posteriormente na Conferederação Geral do Trabalho; assim, apresenta “Teses sobre Educação” ao Congresso da CGT de Santarém, no ano de 1925: “A Educação deve ser obra dos próprios trabalhadores, únicos depositários de uma ideologia que está de acordo com as leis naturais da sociologia” (vd. Candeias, 1995b:55 e 57). A crítica de índole libertária à “escola de massas” do princípio do século dirige-se muito destacadamente à dualidade presente no ensino profissional e no ensino clássico, que Adolfo Lima, como outros libertários, interpreta como causa e consequência da divisão da sociedade em “castas” sociais; a alternativa seria uma “educação integral” que agregasse os aspectos manuais da educação com os aspectos intelectuais, científicos, clássicos e artísticos. Esse modelo está presente na Escola-Oficina n.º 1 da Graça, que pode ser vista como um cruzamento entre anarquismo e Educação Nova (cf. Candeias, 1995b:58-9)³⁴⁵. Como se vê, a Educação Nova constitui um espaço de cruzamento de objectivos que também convocam o universo esperantista, como a educação popular, a auto-educação como componente das práticas dos trabalhadores sem escolaridade formal, e os princípios libertários genéricos de direitos e de emancipação individuais.

Álvaro Viana de Lemos foi, como já referido, um esperantista. Foi também um dos mais internacionais educadores portugueses da primeira metade do século XX, tendo colaborado por exemplo com Adolphe Ferrière e Célestin Freinet; a sua presença sistemática na imprensa pedagógica da época é rastreável em várias publicações: *Educação*, *Educação Nova*, *Educação Social*, *O Ensino*

³⁴⁵ Candeias analisa este modelo: “distante da visão mais recuada e estrita da Educação Nova, tal como era concebida por um Ferrière por exemplo, longe da visão militante que da educação teria o anarquismo espanhol, na figura de Ferrer, e distante também da não-directividade influenciada pela psicanálise, de que seria arauto Alexander Neill (...) A este modelo específico, demos o nome de «modelo educativo libertário»” (1995b:59-60; vd. a sua tese, 1994, *Educar de outra forma: a Escola-Oficina n.º 1 de Lisboa. 1905-1930*).

do Povo, O Ensino Primário, Escola Moderna, Escola Nova, Escola Renovada, ou Seara Nova (Nóvoa 1995b:65, 69-71). Nóvoa diz que foi o organizador e propagandista da Educação Nova:

[Em 1930] encerrava-se uma década em que a Educação Nova tinha sido dinamizada por tendências radicais, com ligações fortes ao movimento operário e uma adesão idealista às teses anarquistas. Neste período a abelha-mestra do movimento foi, sem dúvida, Álvaro Viana de Lemos. Ele assumiu-se claramente como o homem que construiu as pontes entre os diversos sectores educativos e profissionais, como o elo de ligação entre os pedagogos inovadores intra e extramuros (Nóvoa, 1995b: 69).

Como tantos outros, A. Viana de Lemos foi pessoa não-grata ao regime. Numa carta a A. Ferrière, datada de 1935 (citado por Nóvoa, 1995b:80), escreve:

Todos os inovadores educacionais estão mais ou menos marginalizados, uns exonerados oficialmente, outros objecto de todo o tipo de perseguições. Ao longo de vários meses, a imprensa reaccionária conduziu uma campanha contra a minha escola (...) o nacionalismo exaltado viu no espírito inovador um perigoso internacionalismo, e imaginou que tudo era obra da Maçonaria e do comunismo. Fui preso durante as férias de Verão de 1934, acusado de estar implicado num complot revolucionário. A minha casa foi revistada (...) No final libertaram-me sem qualquer julgamento (...) nos primeiros meses de 1935 foi feito um inquérito à Escola Normal, tendo sido interrogados os alunos e todo o pessoal; uma das consequências é a extinção da escola dentro de dois anos (...) os alunos foram sistematicamente interrogados sobre as minhas ideias internacionalistas, revolucionárias e de cultura livre, devido à propaganda que eu fiz da educação nova e da educação física racional.

Neste quadro do Estado Novo, apesar de tudo, sobrevivem frestas pedagógicas inovadoras, como o trabalho teórico e prático de personalidades como Bento de Jesus Caraça, (1901-1948) e Rui Grácio (1921-1991), entre outros, ou instituições de ensino particular como o Centro Infantil Helen Keller (cf. Nóvoa, 1995:40). Bento de Jesus Caraça deu um valioso contributo na área da educação popular tendo participado, como se sabe, na criação da Universidade Popular Portuguesa de Lisboa em 1919 e da Biblioteca Cosmos em 1941. Existe um documento da Universidade Popular Portuguesa pertencente ao espólio de Jesus Caraça que se refere à criação de uma Secção Esperantista naquela Universidade³⁴⁶; é sabido que havia em 1936 uma secção esperantista nesta Universidade, segundo se refere em *Portugala Esperantisto*³⁴⁷. Como refere Freire (cf. 1988:363, nota 47) a Universidade Popular, que teve várias secções descentralizadas, foi mais participada por libertários que a Universidade Livre, sendo que a partir de meados da década de 1920 ali começam a ter um lugar

³⁴⁶ “Projecto de regulamento interno da Secção Esperantista da Universidade Popular Portuguesa”, 1934, Fundo DBC – Documento de Bento de Jesus Caraça (<http://www.casacomum.org>, Fundação Mário Soares).

³⁴⁷ *Portugala Esperantisto*, n.º 4, Ano 1, Abril de 1936: 26-7.

destacado - ao lado das presenças de tipo liberal e comunista – nomeadamente Adolfo Lima, Alexandre Vieira, Adriano Botelho ou Emílio Costa.

Tal como Adolfo Lima e A. Viana de Lemos, também Bento de Jesus Caraça sofreu as adversidades impostas pelo regime ditatorial, tendo sido expulso da universidade e sofrido ainda episódios de prisão.

Vejam-se ainda dois nomes de libertários próximos dos projectos da Educação Nova e com alguma ligação à Língua Internacional, como foram Campos Lima e Francisco Quintal. Campos Lima (1877-1956) exerceu advocacia e jornalismo em Lisboa, tentou em 1909 fundar uma Escola Livre, integrou em 1926 iniciativas da Liga de Acção Educativa – experiência conjunta de libertários e outros sectores ideológicos para a educação integral -, e mais tarde em 1948 editou a *Gramática Internacional* em 28 fascículos (Freire, 1988: 243-5, notas 50 e 51 incluídas e 366 na nota 76; Freire e Lousada, 2013a:97)³⁴⁸. Francisco Quintal (1898-1987) foi oficial da marinha mercante mas também chegou a ser professor primário no ensino particular e autor de peças infantis, entre as quais “Confusão Linguística”, incluído no livro *Teatro Infantil Educativo*, datado de 1936. Já recentemente dirigiu o jornal *Voz Anarquista* que foi criado em 1975 em Almada e foi publicado até 1984; acrescenta-se que sofreu deportação para Angola em 1927, tendo regressado em 1931 (cf. Freire, 1988:245 e nota 54; Freire e Lousada, 2013a:101-2, 146 e 152).

Uma outra vertente do anarquismo em Portugal, igualmente com uma ligação ao Esperanto, foi a criação de comunas libertárias. A Comuna da Luz e a Comuna Clarão foram criadas por Gonçalves Correia (1886-1967), republicano natural do concelho de Castro Verde que se tornou anarquista depois de 1911, altura em que a República e o movimento operário vivem os primeiros desentendimentos (cf. por exemplo Franco, 2000: 24-5 e Fonseca, 1988:26-31). Entre a criação das duas comunas, respectivamente em 1917 e em 1927, Gonçalves Correia foi entrevistado por Raul Brandão, que o descreve nestes termos: “O Sr. Gonçalves Correia, caixeiro-viajante, vegetariano, tolstoiano, cheio de ideias generosas, é um revolucionário que quer levar a humanidade a uma vida mais perfeita e mais bela pela bondade” (Brandão,1984:316). Franco (2000:38) cita João Freire³⁴⁹: “o comunitarismo, a criação de micro-comunidades alternativas, que incluíam a educação, o trabalho, a vivência em comum e a gestão não autoritária, foram uma componente marginal, mas importante, do imaginário dos militantes libertários, e uma das dimensões mais visíveis do anarquismo tolstoiano”.

Gonçalves Correia fundou na vila de Cuba em 1916 o semanário *A Questão Social*, que nos seus 25 números defendeu a igualdade económica da humanidade, o naturismo e dentro deste o vegetarianismo, a emancipação da mulher e o amor independente do contrato, e o internacionalismo e, condenando por seu turno, o militarismo. Entre outros jornais, colaborou com *A Batalha*. Da sua

³⁴⁸ A simplificação e uniformização da grafia, designadamente como meio de generalização da leitura, foi também abordada por Campos Lima para a língua portuguesa, estendendo assim a discussão ao contexto brasileiro (vd. revista *Cultura*, ano I, n.º 10 de 1929, cit. por Freire, 1988:249 e 366 na nota 69).

³⁴⁹ Fonte não identificada pelo autor.

participação em 1922 no V Congresso dos Trabalhadores Rurais, em Évora, resulta a publicação da conferência “A felicidade de todos os seres na sociedade futura” com edições em 1923 e em 1931³⁵⁰.

A Comuna da Luz foi fundada no Alentejo, em Vale de Santiago, e era constituída por 15 pessoas entre as quais, uma professora e algumas crianças, sendo que G. Correia idealizava a constituição de uma escola com os métodos de Francisco Ferrer. A alimentação nesta Comuna era vegetariana, e a base económica era a sapataria e a agricultura. Contudo, em Novembro de 1918 os trabalhadores do Vale de Santiago aderiram a uma greve geral “contra a carestia de vida” e envolveram-se em confrontos com as forças policiais que, entretanto, responsabilizaram os habitantes da Comuna. G. Correia foi detido no mês seguinte. Foi libertado pouco depois, mas a Comuna tinha sido desfeita pelos militares (Brandão, 1984: 316-9; Franco, 2000:15-6 e 38-43). Na entrevista a R. Brandão diz:

A Comuna Luz acabou – mas fundei ao pé de Sintra, em Albarraque, a Comuna Clarão. Logo que saí da cadeia, eu e os meus amigos não pensámos noutra coisa. Já lá temos um prédio e terras. Vamos dedicar-nos à horticultura, à floricultura, à pomologia. O nosso objectivo é tolstoiano. Salvaremos as crianças das ruas: faremos delas homens e mulheres honrados (Brandão, 1984: 319-20).

Assim em 1927, com a colaboração do portuense Carlos Nobre³⁵¹ e de Jorge Campelo³⁵², é constituída a Comuna Clarão, que é inicialmente dinamizada por Gonçalves Correia. Terá havido desentendimentos entre este e Carlos Nobre, pelo que é no final da década de 1920 e durante os anos de 1930 que Jorge Campelo realiza alguns projectos, como a fundação de uma “Escola-Nova” com o professor e pedagogo Mário de Oliveira para promover “uma instrução ampla, integral e livre, mais perfeita e solidária que venha a integrar o homem no seu lugar na vida” (cf. Franco, 2000:45-7); Mário de Oliveira, ideologicamente próximo de Adolfo Lima, participou na revista *Educação*, editou o pequeno livro *A Escola Única* (cf. Freire e Lousada, 2013a:114), terá elaborado cerca de 1930 um projecto de uma universidade operária e foi chefe dos serviços pedagógicos de *A Voz do Operário* (vd. Freire, 1988:163, nota 48 e 365, nota 59). Cerca de 1940 há registo nesta Comuna da existência de um grupo esperantista, do qual fez parte Lígia de Oliveira (1917-1999), filha daquele pedagogo, e uma das

³⁵⁰ Foi em 1932 que esta publicação motivou uma breve detenção pela PIDE. Um depoimento recolhido por A. Franco relata um traço característico de G. Correia: “um dos seus maiores prazeres era comprar os passarinhos que os trabalhadores rurais (...) vendiam no mercado de Beja (...) Depois de comprar os passarinhos, Gonçalves Correia carregava com as gaiolas para o centro da cidade, e aí as abria, no meio de entusiásticos vivas à liberdade: (...) uma destas “cerimónias” de libertação, ocorrida no jardim público de Beja, [foi] numa festa de despedida aos filhos dos mineiros de Aljustrel, que tinham sido acolhidos por famílias da capital do distrito, numa altura em que os pais se encontravam em greve” (*idem*: 58-9).

³⁵¹ Carlos Nobre foi barbeiro e lojista: na sua Agência Comercial “O Pregão” em Rio Tinto vendia, no início da República, *O Clarão* (7 edições, 1909-14) de que era principal animador (Freire e Lousada, 2013b:53 e 62).

³⁵² Jorge Campelo nasceu ainda no século XIX. Emigrante no Brasil, regressou perto do fim da 1.ª Guerra, instalando-se numa propriedade agrícola no concelho de Alenquer (cf. Freire e Lousada, 2013a:106).

muitas pessoas que militaram nas Juventudes Libertárias³⁵³; Lúcia de Oliveira fez parte do grupo Nova Vojo, onde ensinava em 1936 uma classe infantil³⁵⁴.

Sobre esta Comuna, António Almeida e Natália Alves escreveram em *A Ideia* (n.º 54, Maio de 1990), que tinha como objectivo:

realizar o ideal supremo do “homem livre sobre terra livre”. Trata-se de, com base nos princípios do internacionalismo, do esperantismo e do naturismo, instituir modelos de relacionamento que sejam catalisadores da libertação humana (...) [assim] apresenta-se-nos, simultaneamente, como um espaço social alternativo no qual se estruturam práticas sociais atípicas, tendo por referência os ideais acratas, e como espaço de dissidência, de alternativa criadora e de resistência política (citado por Franco, 2000: 45 e 47).

Este espaço será também, até à sua extinção após a 2.ª Guerra Mundial, um foco de resistência à ditadura: local de redacção de comunicados depois policopiados em Lisboa e distribuídos, local onde se guardam armas e se preparam algumas acções, e ainda de asilo e passagem de refugiados de diversas origens, como republicanos espanhóis e judeus em fuga do nazismo (cf. Franco, 2000:47 e Freire e Lousada, 2013a:106).

Voltemos ao ano de 1936. O *Portugala Esperantisto* tal como outras publicações esperantistas já referidas, procura divulgar opiniões de personalidades reconhecidas do meio intelectual. Desta vez, são duas pessoas que têm elas próprias uma ligação próxima ao Esperanto. A primeira é do Professor Simões Raposo, antigo professor da Casa Pia de Lisboa e “pedagogo distinto”, que está em absoluto acordo com a língua internacional auxiliar, que seria vantajoso ensinar nas escolas, incluindo o ensino primário. Este professor refere contudo que discorda do modo como o Esperanto tem sido divulgado:

tenho tido a impressão de que o Esperanto é exclusivo dum grupo ou duma facção, que em determinados casos se serve dêle como instrumento de ataque. O Esperanto, no meu entender, deve ser de todos e para todos (...) Pelo menos não foi isso que demonstraram os esperantistas, alguns das nossas faculdades, que responderam aos comentários do Dr. Teixeira Gomes, publicados no *Diário de Lisboa*³⁵⁵.

A segunda opinião foi recolhida junto de Agostinho Fortes, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, elemento dos corpos gerentes da Biblioteca Operária Oeirense,

³⁵³ Do Arquivo Histórico-Social constam documentos fotográficos de L. de Oliveira (cerca de 1940) que retratam o grupo esperantista de Albarraque. Ver também a sua nota biográfica em Freire e Lousada (2013a:112).

³⁵⁴ *Portugala Esperantisto*, n.º 4, Ano 1, Abril 1936: 26-7.

³⁵⁵ *Portugala Esperantisto*, n.º 5, Ano 1, Maio 1936: 33 e 36. Raposo alude à controvérsia iniciada por T. Gomes: “Finalmente, intelectuais deitaram fala sobre o Esperanto! O Sr. Teixeira Gomes, escritor consagrado (...) fez publicar num diário da capital vários «pensamentos» - alguns inteiramente infelizes... Num dêles classificava o Esperanto de «pornografia da linguagem» (...) Respostas contra o autor do «eco» em questão lemos já em *O Diabo, Vida Social e Pensamento*”, *Portugala Esperantisto*, n.º 3, Ano 1, Mar 1936:17 e 22.

onde funciona um curso elementar de Esperanto. Tem a opinião que esta língua deveria ser parte integrante dos programas de ensino oficial, porém, apenas nos graus secundário e superior, uma vez que o primário já “é violentíssimo”, não devendo pois tornar-se ainda mais sobrecarregado. “É pena que às autoridades não interesse a divulgação do Esperanto, julgando-o exclusivo das ideias socialistas, mas o ensino e o seu uso não constituem crime algum”³⁵⁶. No n.º 4 do *Portugala Esperantisto* (Abril de 1936:30) é dito que o jornal tem já preparado para publicação um artigo de Jaime Brasil sobre o Esperanto.

Por esta altura há também indicações das ligações a pessoas e entidades estrangeiras. Uma notícia de Maio atesta que Aleksandro Liako foi nomeado representante da Associação Cultural IPE (Internacio de Proleta Esperantistaro) com sede em Londres³⁵⁷. Em Julho, ocorreu a visita de E. Lanti, fundador da SAT, que passou por Portugal na sua grande viagem pelo mundo^{358 359}.

O movimento esperantista nos meados da década de 1930 encontrava-se muito expandido e activo em Portugal, especialmente na grande Lisboa. Nesta cidade, as três principais sociedades esperantistas são operárias: a L.E.S. Nova Vojo, a L.E.S. Antaŭen e a Liga dos Esperantistas Ocidentais. A primeira, com sede na rua Jardim do Regedor, tem como secretário-geral Adolfo Trémouille, e ministrou em 1935 e em 1936 cursos para instrutores de Esperanto. Na mesma sede se encontram o Portugala Instituto de Esperanto e a redacção e administração do *Portugala Esperantisto*; criou-se a primeira filial da Nova Vojo, denominada Lumo kaj Progreso, e que é a Secção Esperantista do Grupo Dramático Os Aliados³⁶⁰.

A segunda sociedade referida, a L.E.S. Antaŭen, tem sede na R. da Costa, Armando Aguiar é secretário-geral, e professores Irmundo Barros e Ramiro Farinha. Na pequena brochura que editou em 1935 refere que criou, através da sua Secção Cultural, vários cursos de Esperanto. Assim, fora de Lisboa registaram-se 2 cursos no Barreiro e um em Santarém. Em Lisboa, são referidos 9 na sede, 1 no Centro Republicano de Santos, 2 no Centro Escolar Republicano de Alcântara, 4 na Sociedade

³⁵⁶ *Portugala Esperantisto*, n.º 7, Ano 1, Julho 1936:49-50. Agostinho Fortes traduziu do alemão *O Anarquismo*, de Paul Eltzbacner (edição em 1909, Biblioteca de Educação Nacional, n.º 10) (vd. Freire, 1992:306, nota 1).

³⁵⁷ *Portugala Esperantisto*, n.º 5, Ano 1, Maio de 1936:40

³⁵⁸ *Portugala Esperantisto*, n.º 7 (Ano 1, Jul 1936:54) transcreve a notícia de *O Século* de 8 Julho: *Prof. E. Lanti. Encontra-se em Lisboa este escritor francês e categorizado esperantista. Chegou ontem a Lisboa (...) o professor e escritor francês sr. E. Lanti (E. Adam), individualidade de relêvo nos meios intelectuais franceses, autor de numerosas obras, em francês e em Esperanto (...) O seu ultimo livro, de impressões da sua viagem à Rússia, é um dos mais fortes libelos contra a experiência marxista no país dos soviets. O sr. prof. E. Lanti, que saiu de Paris numa peregrinação de estudo através do mundo, sôbre a civilização dos vários povos (...) permanecerá até ao fim do mês em Portugal, onde tenciona colher elementos sôbre o folclore, a literatura e os costumes, e tratar com alguns escritores da tradução das suas principais obras para Esperanto”.*

³⁵⁹ Datada de 16 de Setembro de 1936 existe uma carta de E. Lanti enviada a um destinatário português. Disponível no Arquivo Digital Ephemera. Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira.

³⁶⁰ Moradas constantes em Álvaro Pontes (1936), *Portugala Esperantisto* e publicação da LES Antaŭen, 1935.

Promotora de Educação Popular, e por fim, cursos nos sindicatos Metalúrgico, do Pessoal do Arsenal da Marinha e do Pessoal da Carris. A Secção Cultural abriu também 2 cursos de Língua Portuguesa, foi criada uma biblioteca esperantista, e uma página de “propaganda e informação esperantista” no jornal *A Vida Social*. Esta associação tem entre as suas várias secções a Secção Escotista que, divulgando a Língua Internacional junto dos escoteiros e reciprocamente o ideal escotista entre os esperantistas, promove a prática de ciclismo e vida ao ar livre (Esperanto Societo Antaŭen, 1935:2-5).

Finalmente, a Ligo de l'Okcidentaj Esperantistoj, que tem José Marques como secretário-geral. Outras sociedades e núcleos são a E.S. Nova Sento (com sede na Trav. da Boa Hora, na Ajuda, e Amadeu Monteiro como Secretário-geral); a Fratiga Stelo que é a Secção Esperantista do Grupo Dramático de Belém; a Secção Esperantista da Universidade Popular Portuguesa; e ainda a Frata Unuiĝo (criada em 1934 na associação Boa-União de Alfama³⁶¹). Fora da cidade a Biblioteca Operária Oeirense tem um curso de Esperanto.

A norte, em 1936 registavam-se 5 cursos no Porto: na Ekskursaj Grupo da Areosa; no Ateneu Artístico Portuense (leccionado por Bakunine Gorki Gomes da Silva); 2 cursos na Escola e Biblioteca da Lomba (leccionados por Bakunine Gorki Gomes da Silva e Mesquita Júnior); e no Instituto Dumont (leccionado por Manuel de Freitas). A revista mensal *Pensamento* publica regularmente uma secção de Esperanto, designadamente, na edição de Fevereiro um curso redigido por Manuel de Freitas. Na Póvoa de Varzim, registaram-se a abertura de um curso no fim do ano de 1935, organizado por Amadeu Fernandes, e a publicação regular de rubricas sobre Esperanto no jornal *Comércio da Póvoa*, redigidas pelo esperantista portuense Manuel de Freitas. E em Ovar o grupo Verdaj Steloj abriu um curso na Escola Conde de Ferreira³⁶². Refira-se que na festa da LEO, decorrida em Março de 1936, Ramiro Farinha da Antaŭen “alvitrou a realização de pequenos grupos campistas esperantistas à semelhança do que estão realizando os nossos *samideanos* portuenses”³⁶³.

A sul, é criado um curso em Aljustrel por Rasquinho Júnior³⁶⁴ - autor de um texto literário publicado no n.º 6 de *Portugala Esperantisto*. Manuel Firmo e Manuel Boto da Progresemaj Amikoj orientam 2 cursos, respectivamente, em Faro e em Silves; é em Silves que José Gonçalves Vítor funda o grupo Verda Stelo, apoiado pelo jornal *A Rajada* (cf. Duarte, 2008:205-10)³⁶⁵.

³⁶¹ Ver Viegas, 1985:71. O autor diz-nos que este grupo registou a sua 1.ª Acta de reunião em 1934.

³⁶² Cf. *Portugala Esperantisto*, n.º 2, Ano 1, Fevereiro de 1936:15 e n.º 5, Ano 1, Maio de 1936:39.

³⁶³ *Portugala Esperantisto*, n.º 4, Ano 1, Abril de 1936:26.

³⁶⁴ *Portugala Esperantisto*, n.º 5, Ano 1, Maio de 1936:39.

³⁶⁵ Depois de extinto este grupo houve aulas em casa de alguns esperantistas, e no final da década de 1940 também se ensinou Esperanto na escola da cooperativa operária A Compensadora. Alguns dos nomes destes esperantistas de Silves, na sua maioria “corticeiros de ideias avançadas”, são José Rodrigues Vitoriano, José Saturnino Guerreiro, José dos Reis Sequeira, António Estrela, Francisco Magina, Joaquim do Nascimento Ventura, João da Conceição Valério, José Calisto, Joaquim Velhinha, Carlos Nicolau, Rui Alves, David Serafim Mateus, António Sequeira, Eugénio Neto ou Amílcar Coelho (cf. Duarte, 2008:205-10, 261 e 366-7).

Contudo, a partir deste momento a situação dos esperantistas portugueses sofre alterações dramáticas, reflexos da conjuntura nacional e internacional. Na sequência de uma série de prisões sofridas em finais de Maio de 1936 por funcionários ferroviários no Barreiro, Manuel Firmo sai do país, para Espanha: “os azares da política forçaram a expatriar-me certa madrugada” (Firmo, 1975:24). Acaba por integrar as brigadas internacionais republicanas quando em Julho eclode a guerra civil naquele país. Quando as forças franquistas chegam a Barcelona, uma massa enorme de pessoas atravessa os Pirinéus para França (cf. Firmo, 1975: 52) e vê-se detida no campo de concentração de Argêles-sur-Mer - foi aqui que Firmo ensinou Esperanto a um grupo de refugiados do “ilôt dos mutilados” (*idem*:92). Pouco depois da assinatura do armistício entre a França e a Alemanha, Firmo empreende uma fuga de volta a Portugal e é detido na fronteira, em Marvão. “Seriam necessários cinquenta e três meses de prisão, sem julgamento, na trilogia sinistra da ditadura - Aljube, forte de Caxias e campo de concentração do Tarrafal - para que eu fosse posto em liberdade” (*idem*:119). É libertado do Tarrafal em 1945.

O ano de 1936 foi marcado por uma interdição massiva às actividades esperantistas em Portugal, e inaugura um período repressivo que virá a revelar-se muito longo. Existem vários depoimentos que se referem à interdição das actividades esperantistas nesta altura, que foram muito ostensivas no Barreiro. O esperantista barreirense Abílio Baltasar atesta que:

Em 1936 a polícia política encerrou as associações esperantistas, apreendendo os livros, e as sociedades recreativas que mantinham núcleos de propaganda esperantista foram afectadas com a suspensão do apoio que regularmente recebiam das autarquias para execução dos seus objectivos culturais, deixando algumas delas, por tal motivo, de manter as suas bandas musicais. O mesmo sucedeu no Lavradio, Alhos Vedros e Santo António da Charneca. Além da prisão de vários esperantistas, verificaram-se violações de correspondência em Esperanto, muitas vezes até apreendida, incluindo revistas e jornais³⁶⁶.

A memória destes acontecimentos está ainda viva, e o nosso entrevistado L.D. refere-se-lhes em termos idênticos:

O Sindicato, [que] foi onde o meu pai aprendeu e onde se aprendia o Esperanto, fechou os cursos - por causa da política, não é? O Estado era a ditadura, e a ditadura não tinha interesse nenhum que os operários e os trabalhadores tivessem conhecimento daquilo que existia noutros países; queriam continuar a velar tudo isso, e então fecharam os cursos. A polícia - a PIDE na altura - caiu mesmo em cima do Esperanto e então começou a proibir tudo, começou por se fazer censura no Sindicato, foram lá, destruíram livros e confiscaram livros de Esperanto e tudo isso³⁶⁷.

³⁶⁶ Vd. “Quarenta anos perseguido (e proibido) o esperanto volta a Portugal”, *Diário de Lisboa*, 14 Julho 1976.

³⁶⁷ Entrevista no Barreiro, Julho de 2012.

Adolfo Nunes diz que “Nos finais dos anos 30, por Cancela de Abreu, ministro do interior, foi proibida a divulgação do Esperanto”³⁶⁸, e também que “Depois da proibição decretada em 1936, as associações foram encerradas, alguns esperantistas detidos e os livros apreendidos nas residências destes ou nas sedes das associações, foram queimados”³⁶⁹. Sobre a Associação Portuguesa de Esperanto, escreve o jornalista Fernando Antunes, em *Vida Mundial*, que “foi encerrada em virtude das incompreensões que surgiram nessa época em torno da sua acção”³⁷⁰. Também segundo Adolfo Nunes, “Saldanha Carreira, nome que os esperantistas portugueses muito respeitam pelo entusiasmo e espírito de sacrifício com que sempre se dedicou ao Esperanto, não foi poupado pela Polícia, sofrendo prisão, vexame e perda dos seus livros”³⁷¹.

Exactamente em 1936 na Alemanha - como se assinalou no Capítulo 4.2. - o Esperanto é declarado ilegal. De acordo com algumas opiniões, a proibição do Esperanto em Portugal nesta data está relacionada com o envolvimento dos portugueses na guerra civil de Espanha. O esperantista Manuel de Freitas declara que “o Governo proibiu o esperanto, pois que na Guerra de Espanha os republicanos faziam a sua propaganda na língua internacional e enviavam-nos os jornais. Isso quebrou muito do entusiasmo de então”³⁷². Ulrich Lins, autor de um estudo sobre as perseguições de que os esperantistas foram alvo, dedica algumas páginas ao caso português, intituladas “Sekvante la Nazian modelon”, *i.e.*, “Seguindo o modelo Nazi”, em que diz: “A súbita queda do movimento esperantista português, onde havia uma forte cor proletária, foi evidentemente influenciada pelos acontecimentos na vizinha Espanha, pela explosão da guerra civil; a causa directa foi verdadeiramente um apelo esperantista enviado de Barcelona aos esperantistas lisboetas *para que comesçassem a agir contra o governo*”³⁷³.

João Azevedo do Carmo também compara o regime português ao alemão: “Mas o fascismo não esteve com mais aquelas. O Esperanto não lhe agradava. Os fascistas não só eram contra a cultura, eram anti-cultura, seguidores da política hitleriana (...) Se a gente puxava muito pela cultura, arriscávamo-nos a ir para o Tarrafal, ou para as prisões ou para os curros” (Carmo e Carmo, 2005:38). O próprio João Azevedo do Carmo também tinha um processo nos serviços da polícia política³⁷⁴.

³⁶⁸ Em “Esperantistas portugueses escolhem hoje dirigentes” (*República*, 10 de Maio de 1972).

³⁶⁹ “Quarenta anos perseguido (e proibido) o esperanto volta a Portugal”, em *Diário de Lisboa*, 14 Julho 1976.

³⁷⁰ Em “O Esperanto à procura de reconhecimento oficial”, *Vida Mundial* de 9 de Janeiro de 1970.

³⁷¹ No referido artigo de *Diário de Lisboa* de 14 de Julho de 1976.

³⁷² Em “Esperanto: Um só idioma para um mundo unido” (*Jornal de Notícias* de 2 Setembro de 1972, pp.1-6).

Sobre Manuel de Freitas o jornal informa: esperantista do Porto, 61 anos, empregado comercial, estudou esperanto em 1933 na Casa do Povo Portuense. Tradutor de Bento de Jesus Caraça e de Agostinho da Silva.

³⁷³ Lins, 1988:135, tradução do entrevistado A.O. em 2012.

³⁷⁴ A sua ficha diz: “João Azevedo do Carmo - Empregado na CP nos escritórios do Barreiro Mar, professor de Esperanto. É um elemento que mais tem contribuído para a propaganda dos ideais comunistas no Barreiro. Tem sido presidente de quase todas as colectividades no Barreiro, para melhor assim fazer a sua propaganda. A sua maneira de actuar é a mais terrível arma de propaganda que o Barreiro tem possuído. AN/TT, Arq. PIDE/DGS” (Carmo e Carmo, 2005:18).

O facto de as actividades esperantistas estarem nesta altura muitas vezes circunscritas ao universo cultural e educativo em meio operário, por seu turno conotadas com actividades políticas de resistência ao regime, terá sido determinante para a sua vigilância e repressão. Vejam-se três casos, um na “vila mineira” do Alentejo e dois em Lisboa. Em Aljustrel Francisco Rasquinho (1913-1993) e seus companheiros “eram suspeitos de actividades comunistas”. Assim: “em 1935 quando pretendíamos estudar o Esperanto fomos acusados de subversivos (...) Proibiram-se conferências e fomos de tal modo perseguidos pela PIDE que duvido que não houvesse um elemento do nosso grupo que não tenha passado por Caxias ou pelo Tarrafal”³⁷⁵. Francisco Rasquinho sofreu episódios de detenção em Caxias, Aljube e na sede da polícia política, sita na Rua António Maria Cardoso, tendo então decidido pelo exílio em Bruxelas (vd. *idem*). Também em 1935, já o Esperanto tinha sido interdito na Boa-União de Alfama, como se lê no trabalho monográfico de Leite Viegas sobre aquela associação (vd. Viegas, 1985); Melo refere igualmente esta interdição, e ainda o encerramento do Grupo Dramático de Belém, também por causa da Língua Internacional (cf. Melo, 1999:124). Na Boa-União de Alfama o ensino da língua, a par do ensino do Português, tinha sido iniciado em 1934 no contexto da criação de uma biblioteca³⁷⁶; no ano seguinte, e por causa do ensino do Esperanto, a polícia interveio e a biblioteca foi encerrada temporariamente, ao abrigo de um artigo do código penal que interditava associações de mais de vinte pessoas não reconhecidas administrativamente (cf. Viegas, 1985:69-72). Diz o autor (*idem*:72): “as influências movidas por um dos notáveis locais, ‘grande amigo da colectividade’, contribuíram para que a biblioteca reabrisse, mas tendo sido obrigada a Sociedade a abandonar o ensino do Esperanto”; no trabalho de Melo (1999:124, nota 56 incluída) encontram-se os termos a que as autoridades recorreram para definir o Esperanto: “[d]essa língua artificial e utópica”. Não se pode deixar de referir que a repressão do Esperanto nesta Associação foi paralela ao subsídio das marchas populares por parte da Câmara Municipal (cf. Viegas, 1985:75). Recorde-se que 1933 foi o último ano dos sindicatos livres, no seguimento da criação do Conselho Nacional das Corporações e da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional³⁷⁷, visando consumir a desarticulação do movimento operário e sindical. Contra a estatização – designada muitas vezes por fascização – dos sindicatos, ocorre em Janeiro de 1934 uma greve geral revolucionária cujo núcleo foi na Marinha Grande, mas com réplicas também em Coimbra, Lisboa, Barreiro e Setúbal; seguiu-se como resposta uma vaga repressiva, nomeadamente a deportação dos presos “do 18 de Janeiro” para a ilha Terceira em Julho (vd. Fonseca, 1979:187; N. Rodrigues, 1995:112). O contexto europeu era o de um conflito

³⁷⁵ “Vamos à Assembleia da República para reconhecer o Esperanto”, entrevista a Francisco Rasquinho, *Jornal de Sintra*, 26 Abril 1991, pp. 2-3.

³⁷⁶ A Boa-União de Alfama, fundada em 1870 por comerciantes, admitiu depois operários (estivadores, sapateiros, chapeleiros e barbeiros). Criou uma biblioteca, um grupo dramático, organizava conferências e debates, serviços de auxílio mútuo e de assistência a crianças desfavorecidas (cf. Viegas, 1985:58).

³⁷⁷ O Estatuto do Trabalho Nacional foi enquadrado no Decreto-Lei n.º 23048; o Decreto-Lei n.º 23 050 enquadra os sindicatos nacionais.

latente entre os fascismos recém-implantados na Alemanha e Itália e a actividade comunista internacional. À implantação fascista a resposta de uma das esquerdas é delineada no VII congresso da Internacional Comunista em 1935, através do apelo à constituição de frentes populares que unissem comunistas, socialistas e sociais-democratas na luta contra a direita: “frentes únicas da classe operária contra o fascismo” (N. Rodrigues, 1995:95). A chegada ao poder, mediante vitórias eleitorais, de partidos da Frente Popular em Espanha e em França, em Fevereiro e Maio de 1936 respectivamente, lança nos regimes adversos um alerta para a intensa actividade comunista internacional. Assim, “em finais de Abril de 1936 a polícia portuguesa toma conhecimento da possível criação de uma frente popular portuguesa com fortes apoios vindos de Espanha e também de França”, nomeadamente com a ajuda de oposicionistas a Salazar emigrados em Espanha (N. Rodrigues, 1995:112) e teme-se em Portugal o espectro da “ameaça comunista” que pudesse vir a consumir um “iberismo soviético”³⁷⁸.

Em Setembro de 1935 o dirigente comunista Bento Gonçalves e outros militantes já tinham sido presos, e especialmente durante o ano de 1936 o regime português fortaleceu todos os meios de vigilância e repressão, designadamente com a criação dos estabelecimentos prisionais do Tarrafal em Cabo Verde e o Depósito Penal de Angola. Particularmente após as movimentações de 1936, nomeadamente a revolta de 8 de Setembro dos marinheiros dos três navios da Armada Portuguesa estacionados no Tejo, deu-se um massivo recrudescimento de prisões e deportações por motivos políticos (cf. N. Rodrigues, 1995: 115). Em Maio o regime de censura prévia tinha sido agravado pela proibição de entrada em Portugal de publicações estrangeiras que contivessem “matéria cuja divulgação não seria permitida em publicações portuguesas” (*idem*:116)³⁷⁹ e, posteriormente, a circular de 12 de Setembro do Ministro do Interior ordena aos Governos Civis que elaborem “listas dos inimigos declarados da sociedade”³⁸⁰. No plano das relações externas, em Outubro o governo português rompe as relações diplomáticas com os seus congéneres de Madrid.

Os mecanismos de vigilância aos opositores do regime do Estado Novo estavam, assim, fortemente implantados:

Os relatórios que os governadores civis vão fazendo chegar ao ministro do Interior ao longo de 1936 não deixam também de fazer eco de uma certa «efervescência comunista»: o governador civil de Castelo Branco fala em «preparativos comunistas» que se desenvolvem com grande «celeridade e incremento»; o de Setúbal aponta o Barreiro como uma «sede de irradiação da propaganda para os outros concelhos menos atacados» e

³⁷⁸ Esta foi uma das razões pelas quais Salazar permitiu a constituição da Legião Portuguesa, uma organização miliciana criada pelos sectores nacionais mais à direita identificados com o fascismo italiano e o nacional-socialismo, entre eles, militares responsáveis pelo golpe de 28 de Maio de 1926. Vd. N. Rodrigues, 1995.

³⁷⁹ Trata-se do Decreto-Lei n.º 26 589, de 14-4-1936.

³⁸⁰ AMI-GM/ANTT, maço 479, circular do ministro do Interior aos governadores civis (N. Rodrigues, 1995:116).

diz ter mandado encerrar os «centros esperantistas, focos de comunismo»; o governador civil de Lisboa constata que «a actividade comunista continua a fazer-se» (N. Rodrigues, 1995)³⁸¹.

A actividade esperantista sofre repressão na medida em que é considerado fenómeno afim de actividades políticas contrárias ao regime vigente, como aconteceu com João Alves, o dirigente da sociedade esperantista operária Antaüen, que depois de procurado pela polícia durante dois anos é preso em 1936: “Teve a sua casa devassada e os livros de esperanto e outros destruídos. Incriminado como revolucionário, a sua actividade esperantista pesou fortemente no ânimo da polícia”³⁸².

No entanto, a vida esperantista não cessou totalmente, dado que no ano seguinte a Liga dos Esperantistas Ocidentais continua activa. Eventualmente, a repressão terá sido mais sentida nas zonas onde a actividade comunista foi mais intensa – sindicatos, sobretudo – e menos noutras zonas do país, onde os esperantistas estariam mais dispersos, sendo por isso menos visível a sua possível ameaça ao regime. Assim, em Lisboa a LEO anuncia em Dezembro de 1937, no *Diário de Notícias*, a intenção de realizar uma série de conferências durante esse mês, comemorando o 72.º aniversário do nascimento de Zamenhof, e acrescenta que na sua sede - na R. João de Lemos - está patente uma “interessante exposição esperantista”³⁸³. De qualquer modo, não voltará a haver notícia do grande número de grupos existentes até então, em Lisboa sobretudo.

No final do ano de 1939 a actividade esperantista aparenta retomar alguma normalização em Lisboa; todavia, note-se que a guerra civil de Espanha tinha já terminado alguns meses antes, em Abril, com a vitória franquista, dando ao regime português motivo de algum alívio relativamente à “ameaça comunista”. Assim, não só se publicam em Novembro artigos em *O Diabo*³⁸⁴, como ocorre um curso leccionado por Saldanha Carreira no Asilo Escola António Feliciano de Castilho³⁸⁵. Entre Novembro de 1939 e Dezembro de 1940, na publicação *A Vida Social*, Luzo Bemaldo e Saldanha Carreira orientam o “Cantinho Verde” - Secção de Informação do Movimento Esperantista Mundial, criado por Álvaro Pontes.

Também em 1939 Saldanha Carreira foi responsável por uma emissão esperantista na Emissora Nacional, em Setembro, em que o húngaro Ladislao Zinner proferiu uma palestra em Esperanto³⁸⁶. A

³⁸¹ No caso do Barreiro a fonte é MAI-GM/ANTT, maço 479, relatório do governador civil de Setúbal ao ministro do Interior 23-10-1936.

³⁸² “Quarenta anos perseguido (e proibido) o esperanto volta a Portugal” (*Diário de Lisboa*, 14 de Julho de 1976). Na Antaüen já antes tinham ocorrido episódios de prisão: na inauguração em 1920 e em 1930.

³⁸³ Em *Diário de Notícias*, 13 de Dezembro de 1937, sob o título “Esperanto”.

³⁸⁴ “O Esperanto”, Saldanha Carreira, *O Diabo* (n.º 268, 11 Nov, p.4) e “O enquadramento social do Esperanto”, Carlos Relvas [Armando Bacelar], *O Diabo* (n.º 270, 25 Nov, pg.7). Artigos citados por J. Neves (2008:209).

³⁸⁵ Cf. *A Vida Social* de 1 Dezembro de 1939.

³⁸⁶ “Grande tem sido o número de cartas enviadas à Emissora Nacional a felicitá-la pela emissão esperantista realizada no dia 25 (...) O seu ilustre Presidente, Sr. Capitão Henrique Galvão, terá verificado que a população esperantista é já suficientemente numerosa, para merecer a atenção dos programas das emissoras”.

propósito desta emissão, escreve-se em *A Vida Social*: “É conveniente registar o que se tem passado, sôbre Esperanto, na nossa Emissora Nacional, para o apresentar como o melhor argumento às autoridades locais que julguem ainda que o nosso Govêrno persegue o Esperanto e os esperantistas. Não está isso no seu espírito e as ditas autoridades não devem ser mais papistas que o Papa”³⁸⁷. Seria este artigo, porventura, uma mensagem que os editores dirigem aos Governos Civis, nomeadamente o de Setúbal, responsável pelo encerramento dos centros esperantistas.

Registe-se também a realização em Maio de 1940 na Tapada das Necessidades de uma festa de confraternização de algumas dezenas de pessoas, na sua maioria, assinantes esperantistas da *Vida Social*³⁸⁸. Mas, no ano seguinte ocorre um episódio que envolve a polícia política e Ladislao Zinner, o referido esperantista e escultor húngaro:

Na atmosfera de guerra que aumentava tendencialmente as suspeitas, durante o ano de 1941 a polícia política prendeu Zinner. Consegui visitá-lo na prisão do Aljube. Ele estava autorizado a permanecer em Portugal por alguns dias, mas não tinha meios para a viagem para Marrocos. Consegui juntar doações de “samideanos” e entreguei-os na esquadra da polícia. Muitas lembranças me enviou ele de Tânger³⁸⁹.

É em 1940 que Agostinho da Silva se desloca a Aljustrel, por via do interesse que começa a demonstrar pela Língua Internacional. Diz Francisco Rasquinho que “Agostinho da Silva veio a Aljustrel pela primeira vez em 14 de Abril de 1940 assistir e participar numa conferência sobre Zamenhof” e que, num intuito de divulgação cultural, o filósofo “Pretendia fundar o Núcleo Antero de Quental a fim de cultivar o povo português”³⁹⁰, publicando na sua colecção de Cadernos de Divulgação Cultural o título *A Vida e a Obra de Zamenhof*. Do seu exílio no Brasil escreve a F. Rasquinho pedindo-lhe a indicação de nomes de esperantistas para a edição de Cadernos em Esperanto, e acrescenta: “se os cadernos em esperanto se aguentarem penso lançar um jornal ou revista de divulação cultural, em esperanto também” (vd. *idem*). F. Rasquinho também refere a ligação ao Maestro Fernando Lopes Graça: “Lopes Graça foi grande amigo dos esperantistas em pleno tempo do fascismo” (aliás, muitas décadas depois este músico assinará a petição que em 1991 a APE entrega à Assembleia da República).

No Barreiro, os esperantistas agiam com discrição, depois dos acontecimentos de 1936. Cerca de 1940 o grupo La Vekiĝo reúne-se informalmente para a aprendizagem do Esperanto:

A Vida Social, 1 Nov 1939. O Arquivo da APE (Pasta “Fotaro”) tem um postal alusivo a este acontecimento: a fotografia de Saldanha Carreira e de Ladislao Zinner no estúdio da Emissora.

³⁸⁷ “Aos esperantistas da província”, *A Vida Social*, 1 Nov 1939:7.

³⁸⁸ *Vida Social*, 1 de Junho de 1940.

³⁸⁹ *Nia Bulteno*, n.º 64 Jul-Set 1994, p.10-2, notas autobiográficas de A. P. da Silva (em Esperanto no original).

³⁹⁰ “Vamos à Assembleia da República para reconhecer o Esperanto”, entrevista a Francisco Rasquinho, *Jornal de Sintra*, 26 Abril 1991, pp.2-3.

o movimento era grande, no Barreiro, principalmente a juventude dedicou-se muito ao Esperanto. Por vezes recorriamos a outro esperantista mais evoluído, que soubesse mais, e juntávamo-nos em casa dele, e então essa pessoa é que nos ensinava. Mas éramos todos da mesma idade. Eu devia ter aí talvez 14... 15, 16 anos. E formaram-se grupos. O nosso grupo, onde eu aprendi, era La Vekiĝo, que em Esperanto é O Despertar³⁹¹.

Havia assim cursos mas “às escondidas”: segundo o depoimento do entrevistado A.O.³⁹², “em casa de um e de outro, também se aprendia. E nos cafés! É claro, disfarçadamente”. A aprendizagem da língua era desenvolvida por dois meios fundamentais. Um deles era a prática de passeios organizados com grupos de esperantistas jovens de outras localidades, do Montijo ou Tramagal, por exemplo: “Era mais gente jovem, era rapaziada jovem...”³⁹³. O outro meio a que recorriam os aprendizes de Esperanto era a correspondência internacional. Esta experiência é relatada pelos entrevistados:

Eu, logo nos meus princípios de esperantista, também me correspondia, com diversos [esperantistas] daqui, da Holanda... e eu cheguei a mandar, depois já no fim da 2.^a Guerra Mundial ... porque havia falta de tudo na Holanda ... não tinham nada! Foi aquilo uma guerra dos diabos! De maneira que o meu correspondente pediu-me “Eh pá, vê lá se me podes arranjar uns pneus” [para a bicicleta] (...) Arranjei-lhe dois pneus e as câmaras de ar e tal, registei e enviei para a Holanda. Ele ficou muito satisfeito, já se vê, porque sem aquilo a bicicleta não andava!³⁹⁴.

E também:

eu tinha muitos correspondentes, o dinheirito que eu ganhava no caminho-de-ferro era quase todo para a correspondência. Tinha correspondentes em toda a parte do mundo! E então arranjei uma moça...! porque havia sempre aquela atracção dos rapazes escreverem a raparigas, raparigas escreverem a rapazes, e arranjei uma correspondente na República Checa - na altura era Checoslováquia - e então começámos a corresponder-nos, e foi por aí fora. E ainda hoje isso existe! Essa correspondência ainda hoje existe!³⁹⁵.

Assim, L.D. mantém ainda contacto com a sua correspondente de tantos anos, designadamente, através de visitas recíprocas a Portugal e à República Checa, entre as respectivas famílias³⁹⁶. O La Vekiĝo estava activo ainda em 1959, como indica a existência de uma carta depositada no Arquivo da

³⁹¹ Depoimento do entrevistado L.D. (Barreiro, Julho de 2012). No Arquivo da APE (Pasta “Fotaro”) existe uma fotografia datada da década de 1940 do grupo esperantista La Vekiĝo.

³⁹² Entrevista no Barreiro, em Julho de 2012.

³⁹³ Depoimento do entrevistado A.O. (Barreiro, Julho de 2012). Existe também uma fotografia datada de 1945 de um passeio esperantista no Tramagal (Arquivo APE, Pasta “Fotaro”).

³⁹⁴ Depoimento do entrevistado A.O., Barreiro, Julho de 2012.

³⁹⁵ Depoimento do entrevistado L.D., Barreiro, Julho de 2012.

³⁹⁶ Estes dois entrevistados saíram de Portugal na década de 1950 para Angola, para destinos diferentes. Houve um reencontro recente no Barreiro, e em 2012 ensinavam ambos Esperanto na Universidade da 3.^a Idade.

APE; este grupo editou também um postal de Natal ilustrado com uma gravura de Zamenhof da autoria do reconhecido xilogravurista Manuel Cabanas, que foi também fundador do Partido Socialista e depois de 1974 deputado à Assembleia da República, sendo que tinha trabalhado por um período de tempo no Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste no Barreiro³⁹⁷.

Também após a proibição de 1936 Alberto Pedro da Silva que aprendia Esperanto na Nova Vojo decidiu constituir logo em 1937 juntamente com nove amigos o pequeno grupo (*rondeto*) denominado Oazo, para aprendizagem e aperfeiçoamento da língua, que funcionava na sua residência³⁹⁸:

A procura do Oazo era muita, pessoalmente ou por carta, para aprender Esperanto. Assim decidimos que a principal meta era a de organizar cursos, e usámos dois métodos: presencial e por correspondência. O primeiro funcionava na minha casa, orientado por mim. O segundo, para alunos fora de Lisboa. Usámos pela primeira vez o método de stencil de Jorge Lopes. Encorajámo-nos a “editar” livros de ensino, para os correspondentes. Eu e António Pimentel escrevemos o *Perletera E.-Kurso* que foi editado em 1940. Havia muitos alunos no continente e também dos Açores e da Madeira. Do Alentejo e Algarve eram a maioria. Também do Barreiro havia muitos³⁹⁹.

Em 1941 a Oazo organizou também um serviço de livraria, que importava sem intermediário aos editores esperantistas, e disponibilizava livros a preço favorável a outros grupos e aos esperantistas interessados⁴⁰⁰.

Só já finda a 2.^a Guerra haverá notícia de actividades organizadas; de resto, também a nível internacional a guerra veio congelar quase toda a acção esperantista. Assim em 1945 o dia 15 de Dezembro é novamente assinalado numa festa no Asilo Escola António Feliciano de Castilho, com a presença de Saldanha Carreira, A. Costa Júnior, Luzo Bemaldo, Alsácia Fontes Machado e Adolfo Trémouille⁴⁰¹.

Nesse ano de 1945 Alberto Pedro da Silva e Saldanha Carreira foram abordados por duas pessoas, sendo uma delas esperantista. Propuseram um recomeço do movimento esperantista se fossem reconhecidos os erros antigos, ou seja, “as acusações da polícia política”. Designavam a futura associação de Instituto Português de Cultura Esperantista, convidando A. Pedro da Silva para a sua presidência, que recusou com o argumento de que não tinha condições para presidir a qualquer

³⁹⁷ Ver respectivamente: Carta manuscrita de 23 de Janeiro de 1959, enviada pela Esperanta Rondeto La Vekiĝo, Barreiro, Arquivo APE (Pasta “Korespondaĵo jaroj 50 kaj 60”); Postal de Natal com retrato de Zamenhof, edição do grupo La Vekiĝo, Barreiro, no Arquivo APE (Caixa de objectos não catalogados).

³⁹⁸ Eram eles António Pimentel, Álvaro Santos (que aprendeu no Oazo), Jerónimo Cândido, Carlos Chanoca, Jorge Lopes, Rui Campos, Joaquim de Sousa, António Padinha e Venceslau de Carvalho. Vd. *Nia Bulteno*, n.º 64 Julho-Setembro de 1994, p. 10-2.

³⁹⁹ *Nia Bulteno*, n.º 64, Jul-Set 1994, p. 10-2. Notas autobiográficas de A. P. da Silva. Em Esperanto no original.

⁴⁰⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 65 Outubro-Dezembro de 1994, p. 14-5.

⁴⁰¹ Programa da “Esperantista Festo” existente no Arquivo da APE (Caixa de objectos não catalogados).

instituto de objectivos científicos ou artísticos. Os dois indivíduos insistiram: “A isso responderam que a minha falta de competência não era importante porque por detrás de mim estaria outra pessoa, que me orientaria. Eu e outros esperantistas não aceitaríamos tal liberdade a tamanho preço, e decidimos não colaborar com aqueles dois homens suspeitos. Saldanha Carreira não era da mesma opinião. Considerou única a ocasião de alcançar a liberdade para a nossa causa”⁴⁰². Este episódio terá motivado um desentendimento temporário entre os dois esperantistas⁴⁰³.

Em Outubro de 1946, diversos grupos esperantistas de Lisboa e de cidades próximas criaram a Portugala Esperanto-Ligo (Liga Portuguesa de Esperanto), após atenta análise da situação em que se encontrava o movimento. Os princípios norteadores foram, mais uma vez na história do Esperanto em Portugal, a tentativa de reunião dos esperantistas portugueses, a divulgação da língua, e a representação do país junto dos grupos internacionais⁴⁰⁴. Esta organização assume-se absolutamente acima de quaisquer tendências, baseada no respeito recíproco e na tolerância dos ideais dos seus membros⁴⁰⁵. A formação destes novos grupos esperantistas não pôde ser na sua maioria documentada: os grupos de Lisboa terão sido eventualmente criados após a 2.^a Guerra, os restantes - com excepção do La Vekiĝo do Barreiro, existente desde cerca de 1940 e porventura os grupos do Tramagal e Montijo - poderiam existir ou não anteriormente a 1936. Encontraram-se referências ao La Torĉo e ao Sat-Rondo de Portugalio. O primeiro reunia semanalmente em Lisboa – no café Herminius na Av. Almirante Reis – nomes como José Cordeiro, Rogério Figueira, José Maria Gomes, Américo Esteves Almeida, Carlos Isidoro de Jesus (conhecido pelo nome de Karlo Porespo), e os mais novos Frazão de Faria (que redigia o boletim com o mesmo nome do grupo) e Correia Coimbra (que ali aprendeu a língua); este grupo expandiu-se fora de Lisboa com muitas dezenas de membros, e C. Isidoro de Jesus afirma que tinham em Alberto Pedro da Silva o seu grande inspirador, “o gigante acima de todos”. O segundo grupo foi fundado por Frazão de Faria depois de sair do La Torĉo⁴⁰⁶.

Em Janeiro de 1947 o primeiro número do órgão de informação da Portugala Esperanto-Ligo, denominado *Unuiĝo* e redigido em Esperanto, dá conta da necessária ultrapassagem de “lamentáveis

⁴⁰² Vd. *Nia Bulteno*, n.º 65, Out-Dez 1994, p. 14-5. Em Esperanto no original.

⁴⁰³ A. P. da Silva conclui a narrativa deste episódio com uma transcrição da imprensa: “Para que se compreenda os detalhes deste desagradável período do nosso movimento transcrevo de uma gazeta da época: “Está em organização em Lisboa o Instituto Português de Cultura Esperantista. O pedido de autorização oficial foi feito por uma comissão de jovens nacionalistas aos Srs. ministros do Interior e da Educação Nacional, Governador Civil, director do Secretariado da Propaganda Nacional e comissário nacional da Mocidade Portuguesa, sendo solicitado o apoio, a orientação e fiscalização do Governo. Atendendo à vontade dos esperantistas católicos de criar uma delegação independente, a comissão pediu ao sr. Cardeal Patriarca o seu apoio e fiscalização por parte dum assistente eclesiástico”. Vd. *Nia Bulteno*, n.º 65, Out-Dez 1994, p. 14-5.

⁴⁰⁴ *Unuiĝo*, 2.^a série, n.º 4, Abril-Julho de 1947:7-8

⁴⁰⁵ *Unuiĝo*, 2.^a série, n.º 1, Janeiro de 1947:7.

⁴⁰⁶ Vd. Depoimento de Carlos Isidoro de Jesus em *Nia Bulteno*, n.º 57, Jul-Ag 1992, pp.6-7 e entrevista a Correia Coimbra em *Nia Bulteno*, n.º 47, Nov-Dez 1989, pp. 7-9.

querelas” para a consecução da Liga, concretizada quando se decidiu por um organismo central em que “a disputa ideológica fosse desconhecida e a concórdia reinasse sem reserva”. As Direcções dos grupos envolvidos chegaram a acordo, e o comité central da SAT-Rondo de Portugalio decidiu fundir o seu boletim *La SAT-Ido* com o da nova Liga, transferindo as assinaturas, para evitar a concorrência entre publicações e deste modo fortalecer o movimento nacional. Assim, “Operários e esperantistas neutrais, compreendendo que o actual estado do nosso movimento exige cooperação, sem reserva lançaram-se à árdua tarefa de reforçar a base do nosso movimento”⁴⁰⁷. No entanto, logo em Fevereiro, o comité central do SAT-Rondo de Portugalio decide voltar a publicar o seu boletim - *La SAT-Ido*, cuja edição tinha sido interrompida com a criação da Liga em Outubro de 1946⁴⁰⁸. Veja-se que no ano anterior, em Março de 1946, no único número encontrado de *La Unuiĝo* - o órgão da Portugala Esperanto-Federacio, que se pode considerar como um embrião da Liga criada em Outubro - os editores questionavam-se sobre a razão pela qual a unidade entre os esperantistas não tinha ainda sido alcançada. A resposta é a seguinte: “Porque alguns pretendem impor os seus conceitos acerca da sociedade apropriando o movimento esperantista aos seus interesses políticos e ignorando os direitos dos restantes [esperantistas]”⁴⁰⁹. Parece, pois, manter-se e repetir-se a dificuldade de cooperação entre posicionamentos divergentes sobre o Esperanto e o seu movimento.

Dois meses após a criação da Liga, na data tão cara aos esperantistas que é o dia 15 de Dezembro, ocorreu novamente no Asilo Escola Feliciano de Castilho uma festa, participada por cerca de 250 pessoas. A sessão foi aberta por Werther Sacramento, destacando-se a presença de Luzo Bemaldo, Costa Júnior, Alsácia Fontes Machado, Adolfo Trémouille e José Antunes⁴¹⁰.

Uma das iniciativas tomadas com a expectativa de juntar os esperantistas do país foi programada logo em 1946, e a sua realização veio a ser anunciada para o mês de Setembro do ano seguinte: a primeira conferência nacional, a realizar no salão do Asilo Escola António Feliciano de Castilho⁴¹¹.

O local de reuniões da Direcção bem como da realização dos cursos de Esperanto organizados pela Liga foi a sede do Clube de Campismo de Lisboa⁴¹². Em Março de 1947, ocorre assim o primeiro

⁴⁰⁷ *Unuiĝo*, 2.^a série, n.º 1, Janeiro de 1947:1 (Em Esperanto no original).

⁴⁰⁸ É esse o anúncio que faz na *Unuiĝo* desse mês (n.º 2, 2.^a série, Fevereiro de 1947:16).

⁴⁰⁹ *La Unuiĝo* - Organo de la Portugala Esperanto-Federacio, Marto 1946. Em Esperanto no original.

⁴¹⁰ *Unuiĝo*, 2.^a série, n.º 1, Janeiro de 1947:5 e 10.

⁴¹¹ *Unuiĝo*, 2.^a série, n.º 4, Abril-Julho 1947:1. Em Fevereiro de 1947 já tinham aderido à iniciativa 6 grupos de Lisboa e um de Queluz; 6 grupos do Barreiro, Alhos Vedros, Tramagal e Montijo; 5 grupos do Alentejo e Algarve; e um de Vila Praia de Âncora - num total de 19 grupos (*Unuiĝo*, 2.^a série, n.º 2, Fev. 1947:7).

⁴¹² A composição da Liga de Esperanto em 1948 era a seguinte: na Assembleia-Geral, o Presidente é Júlio César Pereira; o Secretário é Cosme Benito Resina; o Assessor é António Serafim Dias. No Comité de Controlo, o Presidente é Vítor Hugo Homem; o Secretário é Joaquim Calado; o Assessor é Arnaldo Rodrigues. A Direcção é composta pelo Presidente Armando Gomes Cunha; pelo Secretário-Geral Frazão de Faria; pelo tesoureiro Henrique Vieira; pela Ajudante de Tesouraria Isabel Vieira; e pelos Assessores Amilcar Perdigoão, António Barbosa e Ventura Antunes (cf. *Informilo* - Portugala Esperanto Ligo, 2.º Boletim, Jan-Mar 1948:3).

curso de Esperanto organizado pela Portugala Esperanto-Ligo. Em Abril haverá o primeiro curso para ensino de Esperanto, leccionado por Luzo Bemaldo e Adolfo Trémouille⁴¹³.

No primeiro trimestre do ano de 1948 a Liga divulga uma estatística dos seus membros e grupos associados. O número de membros individuais em Janeiro desse ano era de 155, sendo que os membros pertencentes a grupos totalizavam 270. Estes grupos perfaziam o total de 12: em Lisboa, com 62 membros existiam La Torço, Sciamantoj e Tramista Rondo. Totalizando 172 membros existiam do outro lado do Tejo os grupos La Vekiĝo (do Barreiro), Lumradio (de Alhos Vedros), Esperanto (do Montijo), e mais a norte La Teraroj (do Tramagal). A sul, com um total de 26 membros, os grupos Unuiga Stelo (de Setúbal), Unuigita Junularo e La Nevenkeblaj (ambos de Arraiolos), e Esperanta Heleco (de Évora). Finalmente no norte, o grupo Norda Stelo (de Vila Praia de Âncora, Caminha), com 10 membros⁴¹⁴. É também em 1948 que se regista o maior número de esperantistas portugueses filiados na SAT: 122 membros (vd. Forster, 1982:39, dados de Portugal de 1923 a 1964).

A preocupação de crescimento e solidificação do movimento estão naturalmente a par com a questão da necessidade da sua legalização. Em Maio de 1948, a Direcção escrevia no boletim: “Em Janeiro deste ano tínhamos sómente 30 sócios, hoje contamos com cerca de 350 (...) Mas mais e muito mais é preciso ainda fazer; dentro de todas as tarefas a realizar, destaca-se a da LEGALIZAÇÃO do nosso movimento!”⁴¹⁵.

Por esta altura ocorrem vários encontros esperantistas: piqueniques em Cascais e em Alhos Vedros - em Abril e Maio, respectivamente⁴¹⁶ -, em Junho o aniversário do grupo barreirense La Vekiĝo foi comemorado com um passeio⁴¹⁷ e, no mês seguinte, foi organizado novo piquenique na Trafaria⁴¹⁸.

Decorrido pouco tempo porém, em Agosto de 1948, um diploma legal do Ministério do Interior confirma a proibição de actividades esperantistas⁴¹⁹. Dois meses depois o Ministério da Educação proíbe o ensino do Esperanto⁴²⁰. Pimentel refere que em 1948 teria havido uma recomendação da

⁴¹³ *Unuiĝo*, 2.^a série, n.º 4, Abril-Julho de 1947:8.

⁴¹⁴ Cf. *Informilo* - Portugala Esperanto Ligo, 2.º Boletim, Jan-Março 1948:2. Havia ainda outros grupos em Portugal. Listados em Março de 1946 no processo de criação da Liga, encontravam-se os grupos: Oazo; La Pioniroj; Verda Stelo (do Tramagal); Frata Samidealo; Portugala Esperanto-Grupo; Nova Tagiĝo (de Lisboa); Nova Mondo; Aboco (vd. *La Unuiĝo* - Organo de la Portugala Esperanto-Federacio, Marto 1946). Listados na inscrição para a conferência de Setembro de 1947 encontravam-se: SAT-Rondo de Portugalio (de Lisboa); Antaŭen (de Lisboa); Legi kaj Lerni (do Barreiro); Lumostrio (de Queluz); La Espero (de Portimão); Norda Stelo (Vila Praia de Âncora); Esperanta Heleco (Évora) (*Unuiĝo*, 2.^a série, n.º 2, Fev 1947:7).

⁴¹⁵ Em *Informilo* - Portugala Esperanto Ligo. Boletim de Informações - n.º 4 - Maio 1948:1.

⁴¹⁶ Em *Informilo* - Portugala Esperanto Ligo. Boletim de Informações - n.º 4 - Maio 1948:6.

⁴¹⁷ Em *Informilo* - Portugala Esperanto Ligo. Boletim de Informações - n.º 5 - Junho 1948:1.

⁴¹⁸ Em *Informilo* - Portugala Esperanto Ligo. Boletim de Informações - n.º 6 - Julho 1948:1.

⁴¹⁹ Circular n.º 2167-GBT, 11 Ago 1948, referida na Carta de 14 Abril 1951 enviada a Saldanha Carreira pela Direcção dos Serviços de Censura (Arquivo da APE, Pasta “Korespondajoj jaroj 50 kaj 60”).

⁴²⁰ Lins, 1990:135-6.

PIDE ao Ministério da Administração Interna para a tomada de providências que obstasse a difusão da língua Esperanto, pois esta vinha servindo, “a pretexto do seu ensino, prática e difusão (...) para a propaganda de ideias políticas internacionalistas, com o consequente aliciamento de indivíduos para as organizações avançadas e clandestinas”; depois da recomendação daquele Ministério de que não fossem autorizadas quaisquer actividades ou associações esperantistas, a PIDE solicitou ao correio-mor dos CTT a apreensão de todas as publicações naquela língua (Pimentel, 2007:256).

Ainda assim, a edição do boletim *Informilo* tem continuação por vários meses mais, até Abril de 1949. A partir da edição de Outubro⁴²¹ a designação do órgão editor surge alterada: à denominação “Liga Portuguesa de Esperanto” acrescenta-se, entre parênteses, “em organização”. E é nesta edição de Outubro que o edital, redigido em português e intitulado “Novo Rumo!”, informa que se estabeleceu uma comissão de propaganda constituída por quatro universitários esperantistas, para de imediato actuar no meio universitário, e também no meio católico; desde logo se considerou a hipótese de estender a acção ao meio protestante, para o que se pediu o auxílio dos consócios⁴²². No boletim seguinte, de Novembro, sob o título “Campanha de esclarecimento”, os editores informam que a Comissão Organizadora da Liga Portuguesa de Esperanto, na sua primeira reunião após as férias, estudou o problema do desenvolvimento da propaganda da língua auxiliar Esperanto em Portugal, concluindo que dois conceitos errados a impedem que ocupe o lugar que merece no nosso país, pelo que resolveu actuar:

o conceito errado de que o esperanto é propriedade de uma determinada ideologia política da extrema esquerda; (...) [e] o conceito errado de que o esperanto pretende substituir os idiomas nacionais (...) Resolveu então a Comissão Organizadora iniciar uma campanha de esclarecimento para tentar derrubar esses conceitos errados que só nos prejudicam e impedem o desenvolvimento do esperanto. Decidiu-se editar 5000 cartas e 5000 postais com uma legenda alusiva ao Esperanto da autoria do Papa Pio X: “Reconheço a utilidade do Esperanto para conservar a unidade entre os católicos de todo o mundo. O esperanto oferece-lhes um brilhante porvir”. Esta frase prova claramente que o esperanto não é o que muita gente erradamente pensa: uma língua de comunistas!⁴²³.

Em Abril de 1949, Frazão de Faria anuncia no *Informilo* que decidiu não continuar a intermediar a SAT, uma vez que esta associação tornou-se unicamente anarquista⁴²⁴; é um anúncio redigido em Esperanto, em que pede para não serem enviados mais pedidos de informação para a sua morada. O

⁴²¹ Os boletins de Agosto e de Setembro não foram localizados, embora o n.º 7 tenha certamente existido, pois o n.º 8 é de Outubro e o n.º 6 era de Julho. Do n.º 8 consta uma lista de material de propaganda: emblemas de Esperanto; postais (fotografia de Zamenhof; o hino esperantista; desenho cómico “Falo Esperanto”); caderno de selos de propaganda; papel de carta e envelope; a publicação *Chave do Esperanto*; prospectos.

⁴²² *Informilo*. Boletim informativo da Liga Portuguesa de Esperanto (em organização), n.º 8, Out 1948:1.

⁴²³ *Informilo*. Boletim informativo da Liga Portuguesa de Esperanto (em organização), n.º 9, Nov. 1948:1.

⁴²⁴ *Informilo*. Boletim Informativo da Liga Portuguesa de Esperanto (em organização), n.º 12., Mar/Abr 1949:3.

nosso entrevistado A.A. que fez a sua iniciação na aprendizagem de Esperanto no curso que em 1947 teve lugar na sede do Clube de Campismo de Lisboa, informou que Frazão de Faria, seu professor, foi vítima de prisão após o termo do curso: “quem me ensinou Esperanto, o Frazão de Faria, esteve preso. Depois de me ensinar Esperanto, esteve preso. Não muito tempo, mas esteve”⁴²⁵. Frazão de Faria era licenciado em Filologia Germânica e exercia docência no ensino liceal; mais tarde será director, editor e proprietário da *Revista Portuguesa de Educação Popular*, que tem artigos sobre o Esperanto⁴²⁶.

Em Agosto de 1949, agentes da PIDE confiscaram os haveres da Liga Portuguesa de Esperanto, tendo também feito buscas em casas de esperantistas, e informado que seria apreendida correspondência do estrangeiro que tivesse selos ou insígnias em Esperanto⁴²⁷.

Sobre a prisão de esperantistas, o entrevistado A.A. refere que ocorriam: “não devido ao Esperanto, mas sim da utilização do Esperanto (...) A maior parte dos esperantistas portugueses na altura, eram comunistas, e utilizaram o Esperanto para se corresponderem com outros indivíduos, comunistas também, em muitos países, e isso não era bem visto na altura, e muitos deles arranjaram problemas por causa disso”. Sobre a sua experiência pessoal diz: “mas eu mesmo, nunca tive qualquer problema com o meu Esperanto. Eu não era político, não falava nada sobre política, era apolítico, e portanto nunca me incomodavam”⁴²⁸. Outro entrevistado diz:

parece-me - parece-me!, deduzo eu - que [Salazar] proibiu [o Esperanto] justamente para acabar pelo menos com o foco de política adversa a ele. Um esperantista antigo uma vez contou-me - não sei se era exactamente desse tempo se não - que havia duas associações para os lados de Alcântara: uma delas era a Nova Vojo (quer dizer “caminho novo”) e a outra era a Antaüen (que é mesmo “Avante”). E então diz ele que arranjavam uma farda para os esperantistas, que era tudo gente jovem, não era assim? [Usavam] uma farda vermelha, faziam o gesto do punho direito fechado - comunista - e cantavam a internacional. E diziam os esperantistas, [que] a única coisa que tinham do Esperanto era o emblemazinho, a estrela verde. Foi uma das coisas que deve ter levado realmente o Salazar a acabar por proibir isso. Portanto, nesse aspecto tenho a impressão que os esperantistas é que se portaram mal, porque no meu entender, acho que a Associação de Esperanto deve incluir todas as cores que lá queiram estar, e aceitar todas de bom grado... o que é, é Esperanto; não há política! Não pode haver, e no meu entender, há um certo esquerdismo - no Esperanto em geral - que tem prejudicado o Esperanto perante as entidades que nos comandam, que são todas destras, não é assim?⁴²⁹.

Este nosso entrevistado, que pertenceu ao MUD Juvenil, afirma que os dois movimentos eram totalmente independentes:

⁴²⁵ Depoimento do entrevistado A.A., Lisboa, Julho de 2012.

⁴²⁶ Revista existente na BN; vd. os artigos de 1956 (n.º 4, Jul-Ag, pp. 35-7) e de 1957 (n.º 7, Jan-Fev, pp. 35-40), respectivamente de Francisco Pedro Cândido e de Jerónimo Cândido.

⁴²⁷ Lins, 1990:136.

⁴²⁸ Entrevista em Lisboa em Julho de 2012.

⁴²⁹ Depoimento do entrevistado E.C., Lisboa, Junho de 2012.

na altura [eu] pertencia ao MUD Juvenil (...) O MUD Juvenil era um movimento anti-Salazar; um dos indivíduos que pertencia era o Mário Soares, e não só. Tinha comunistas e não comunistas e tinha tudo. Muita gente dizia que aquilo era comunista: não senhor! Era uma mistura. Mas aí não se falava em Esperanto, nem ninguém me falou em Esperanto, não tinha relação absolutamente nenhuma⁴³⁰.

Em Abril de 1951 a interdição imposta ao Esperanto é parcialmente levantada. Se o Ministério do Interior recuou, mediante um diploma datado de 12 do referido mês, relativamente à sua anterior posição, o Ministério da Educação Nacional porém, não se mostrou favorável:

A Inspeção Superior do Ensino Particular, por parecer do Conselho Permanente da Acção Educativa, homologado pelo Ex.mo Ministro da Educação Nacional, determinou que não deve ser concedida aos Estatutos da Associação Portuguesa de Esperanto a pedida aprovação, nem deve ser autorizado o ensino do Esperanto em Portugal. Está, porém, de pé, o despacho ministerial de 12 de Abril de 1951, dado pelo Ex.mo Ministro do Interior, que superiormente considerou o Esperanto ao nível das outras línguas, asseverando que não podia ser proibida, desde que a sua acção não ofendesse a moral nem os princípios fundamentais da Constituição⁴³¹.

Adolfo Nunes faz alusão às circunstâncias em que o Ministério do Interior cedeu favoravelmente ao Esperanto: “em 1951, o ministro Trigo de Negreiros, a pedido do coronel Armando Larcher, permitiu a abertura das associações esperantistas”⁴³². Armando Larcher era na altura chefe dos serviços de censura. Foi da sua parte que foi enviada a resposta à exposição de Saldanha Carreira entregue naqueles serviços, visando a “libertação do Esperanto”. A carta enviada a Saldanha Carreira transcreve o texto do despacho exarado pelo ministro Trigo de Negreiros, que exalta a língua nacional como elemento fundamental da coesão nacional, justificando-se por isso todas as providências relativas à sua defesa e desenvolvimento, mas não se justificando, no entanto, a proibição de materiais

⁴³⁰ Depoimento do entrevistado E.C., Lisboa, Junho de 2012.

⁴³¹ “Esperanto. A Segunda Língua de Cada Povo - Circular n.º 3. Lisboa, 31 de Maio de 1952”, redigida por Saldanha Carreira (Arquivo APE, Caixa de objectos não catalogados). O documento do Ministério da Educação que não concede aprovação aos Estatutos da APE terá sido identificado por Pimentel (2007:256) na pasta PIDE/DGS, caixa 0091, «Esperantismo», fl.124, datado de Maio de 1949. Existe no Arquivo da APE um rascunho dactilografado de uma petição para a criação da Associação (não estando datado está contudo arquivado na Pasta de Correspondência 1950-1960) e tem esta lista de assinantes: Dr. Alves de Moura (Prof. liceal Emérito), Dr. Jorge Branco (Redactor para a ciência da *Vida Mundial*), Dr. Pedro Serra (assistente da Fac. de Letras Lisboa), Dr. Vieira de Araújo (director de colégio privado em S. João da Madeira), Dr. Bigotte de Almeida (Prof. no Liceu Gil Vicente), Dra. Alcinda de Carvalho (Prof. de Matemática), Dr. Costa Reis (formado em literatura clássica e Prof. no Liceu de Aveiro).

⁴³² “Quarenta anos perseguido (e proibido) o esperanto volta a Portugal”, *Diário de Lisboa*, 14 Julho 1976.

escritos noutras línguas - o Esperanto incluído -, desde que não constituíssem ofensa à moral ou aos princípios fundamentais da Constituição Portuguesa. Mas, continua:

Simplesmente, dada a fama de que goza o Esperanto e a posição política de alguns adeptos desta língua, justifica-se que, em relação às actividades de certos esperantistas e às publicações em Esperanto, se exerça uma especial vigilância, em ordem a evitar a sua utilização como meio de propaganda dissolvente ou de defesa de interesses que briguem com o interesse nacional⁴³³.

A expressão usada por Adolfo Nunes para referir a decisão do Ministro do Interior dizendo que foi “a pedido do coronel Armando Larcher”, não denota necessariamente uma situação de privilégio na intercedência pelos esperantistas, mas, é interessante notar um facto ocorrido no ano seguinte: a 1 de Novembro de 1952, num banquete com cerca de meia centena de pessoas que decorreu no restaurante Vera Cruz em Lisboa, Saldanha Carreira é homenageado pelos seus *samideanoj*, e recebeu nessa ocasião um amável cartão de congratulações da parte do coronel Armando Larcher⁴³⁴ (acrescente-se que no ano anterior a UEA tinha atribuído a Saldanha Carreira a distinção de Membro Honorário⁴³⁵).

A posição do Ministério da Educação em 1951 foi justificada pela alegação de que o Esperanto teria uma influência prejudicial à pureza da língua portuguesa⁴³⁶; recorde-se que em 1935, similarmente, o ministro alemão da educação tinha proibido o ensino do Esperanto por alegadamente enfraquecer valores essenciais do carácter nacional, como ficou exposto no ponto 2 do Capítulo 4. Duas décadas depois, em circular de Maio de 1972 aos esperantistas, a Comissão Organizadora da Associação Portuguesa de Esperanto afirmaria: “O Ministério da Educação Nacional não (...) permitiu o funcionamento de cursos, com a alegação peregrina de que ‘o ensino do Esperanto não estava autorizado nem sequer previsto em Portugal’”⁴³⁷.

Da dúbia situação criada pela divergência entre as resoluções de dois ministérios, resulta que a tentativa de organização da Associação Portuguesa de Esperanto não vingou, pela falta de aprovação dos seus estatutos por parte do Ministério da Educação Nacional. Após a tomada de conhecimento do diploma do Ministério do Interior, tinha-se de imediato iniciado a organização da Associação, tendo sido nomeados presidentes da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal e da Direcção, respectivamente,

⁴³³ Carta de 14 Abril 1951 enviada a Saldanha Carreira pela Direcção dos Serviços de Censura (Arquivo APE, Pasta “Korespondajoj jaroj 50 kaj 60”).

⁴³⁴ *La Praktiko*, n.º de Jan-Fev 1953. Existe fotografia desta homenagem com Saldanha Carreira e onze esperantistas, entre eles, Adolfo Nunes, José Antunes, Adolfo Trémouille, António da Costa Júnior, João Pereira Cotovio, José Pires Barreira (Arquivo APE, Pasta “Fotaro”).

⁴³⁵ Cf. *Nia Bulteno*, n.º 41, Novembro-Dezembro de 1988, p. 12.

⁴³⁶ “Esperanta kaj Portugala lingvoj”, *Revista Portuguesa de Esperanto*, Ano 1, n.ºs 5/6, Nov/Dez, 1973:14.

⁴³⁷ “Associação Portuguesa de Esperanto - 2.ª Circular. Lisboa, 30 de Maio de 1972. A Comissão Organizadora”, (Arquivo APE, Caixa de Documentos de Adolfo Nunes. Trecho sublinhado no original).

Comodoro Carlos Henrique, Justino de Carvalho e Saldanha Carreira⁴³⁸. Mas em vão: “A Associação Portuguesa de Esperanto, vendo-se sem Estatutos, deliberou fechar a sua Sede e deixar de cobrar quotas; mas a antiga Comissão Organizadora continua a ter o Apartado 331 - Lisboa”⁴³⁹. Diz o entrevistado E.C.:

mais ou menos em 1951 eu visitei uma associação que havia em Lisboa na Calçada Marquês de Abrantes, que era uma dependência do Clube Estrela de Campismo. Os esperantistas reuniram-se lá porque nessa altura estavam a tentar fundar a Associação Portuguesa de Esperanto, no tempo da ditadura evidentemente, e mais uma vez não tinham conseguido. Eu aí conheci pessoalmente um grande esperantista, muito falado, que é o Saldanha Carreira, [e o] Adolfo Nunes, que mais tarde vim a conhecer muito bem. E naquela altura não permitiram a criação da Associação. Parece-me que diziam que permitiam que se ensinasse Esperanto, mas Associação, nem pensar! E o Saldanha Carreira contou-nos que disse ao ministro: “O Sr. Ministro sabe quais são os únicos países em que o Esperanto está proibido? Na Rússia de Estaline e em Portugal de Salazar”⁴⁴⁰.

Por esta altura, os espaços e locais relacionados com o universo campista eram uma alternativa a que os esperantistas recorriam. O campismo constituiu, como já foi referido, a par dos piqueniques e passeios no campo, uma prática comum entre os esperantistas. Note-se que em 1948 existiam no Clube de Campismo de Lisboa cinco grupos esperantistas de campismo: Hejmo Nia, Unuiĝo, Nova Espero, Liberaj sub la Luna Lumo, e Matena Stelo⁴⁴¹. Disse outro entrevistado:

Não podia haver grupos de Esperanto, porque estava proibido; foi proibido por lei. O Salazar mandou publicar uma lei e acabou com os grupos, com as escolas e com as associações de Esperanto. Em Lisboa havia umas 3 ou 4: havia uma em Alcântara, havia outra ali nos Restauradores, uma parece que em Alfama. Havia umas 3 ou 4 e acabaram, não havia associações, não havia grupos. Os esperantistas optaram então por se inscrever em clubes de campismo. Eu pertenci a um clube desses também, que era o Clube Estrela, e tinha sede na altura [década de 1950] na R. Victor Cordon. Então lá é que se faziam as reuniões⁴⁴².

Sem associação ou sede, os esperantistas continuaram a improvisar, e o Esperanto não desvanece. Em documento dirigido aos esperantistas - uma circular bilingue assinada por Saldanha Carreira, datada de 1952 e anterior a Maio desse ano -, referem-se as reuniões de conversação dos esperantistas

⁴³⁸ *Chave do Esperanto*, 1975:44.

⁴³⁹ “Esperanto. A Segunda Língua de Cada Povo - Circular n.º 3. Lisboa, 31 de Maio de 1952” (redigida por Saldanha Carreira). Documento constante da Caixa de objectos não catalogados do Arquivo da APE.

⁴⁴⁰ Entrevista em Lisboa em Junho de 2012. Alberto Pedro da Silva também comparecia aos “encontros de conversação todas as Quartas-Feiras na associação cultural da Calçada de Abrantes, 128, 2.º andar, em Lisboa. Ali reuniam-se muitos esperantistas entre os quais Saldanha Carreira” (Notas autobiográficas de A. P da Silva em *Nia Bulteno*, n.º 66, Abr-Jun 1995, p. 19. Em Esperanto no original).

⁴⁴¹ *Informilo*. Boletim informativo da Liga Portuguesa de Esperanto (em organização), n.º 8, Outubro de 1948:2.

⁴⁴² Depoimento do entrevistado M.P., Lisboa, Junho de 2012.

realizadas às quartas-feiras, que desde Fevereiro passaram também a integrar palestras culturais⁴⁴³. Aquelas reuniões, realizadas no Café Portugal, no Rossio, tiveram início cerca de 1952, e eram organizadas e participadas pelo grupo denominado Amigos do Esperanto⁴⁴⁴ - grupo responsável pela homenagem a Saldanha Carreira acima referida. Em 1956 o local das reuniões semanais muda para o Café Martinho, aos Restauradores⁴⁴⁵. Compareciam tanto antigos como novos esperantistas:

[Comparecia] o Saldanha Carreira, que era uma espécie de mentor do Esperanto em Portugal; e vários outros: o José Antunes; o Pedro da Silva; um oficial superior, aliás, oficial general da marinha, que era o Comodoro Carlos Henrique. [E] havia muitos operários, a maior parte dos esperantistas de facto, eram operários. O Werther Sacramento, é um esperantista anterior a mim, era operário, e muitos, muitos outros⁴⁴⁶.

Outro entrevistado diz:

Foi aí [no Café Portugal] que eu comecei a aprender Esperanto. Aprendi quase auto-didacticamente. Porque não havia professores, escolas não eram permitidas, e as reuniões também só em locais públicos. [De] alguns [esperantistas] eu lembro-me, mas eram tantos... José Antunes, Adolfo Nunes, havia um Saldanha Carreira que de vez em quando aparecia lá, mas era raro porque era uma pessoa já de idade, era aposentado do Banco de Portugal. E esse Adolfo Nunes também era aposentado do Banco de Portugal. António Silva Almeida, a [futura] esposa dele, o António Ribeiro da Cruz, João Pereira Cotovio, Valdomiro Belo Farinha, Ventura Antunes. E vários outros, muitos deles eu já nem me lembro do nome deles e outros nem cheguei a saber exactamente o nome completo deles⁴⁴⁷.

Na impossibilidade de realização de cursos de Esperanto, a aprendizagem e prática da língua estavam dependentes e limitadas aos encontros possíveis nos cafés de Lisboa, como reitera o entrevistado A.A.:

Reuníamo-nos simplesmente para conversar uns com os outros. Era a única maneira que tínhamos de praticar a fala: estávamos ali umas duas ou três horas no Café Martinho, e íamos para conversar, para termos prática de conversa, não é? É essencial: a pessoa lê, aprende o Esperanto, mas se não fala, acaba por ser o chamado “eterna komencanto”⁴⁴⁸.

⁴⁴³ Tinham sido proferidas já quatro palestras, designadamente por Luzo Bemaldo, pelo próprio Saldanha Carreira, por José Antunes e por Adolfo Nunes (“Portugala Esperanto Asocio (em organização). Circular n.º 2/52”, redacção bilingue por Saldanha Carreira, Arquivo APE, Caixa de objectos não catalogados).

⁴⁴⁴ *La Praktiko*, n.º de Jan-Fev 1953; *Nia Stelo*, n.º 2, Jan 1956:10; *Chave do Esperanto*, 1975:44-5; depoimentos dos entrevistados M.P. (Lisboa, Jun 2012), A.A. (Lisboa, Jul 2012) e E.C. (Lisboa, Jun 2012).

⁴⁴⁵ *Nia Stelo*, n.º 2, Janeiro de 1956:10; depoimento do entrevistado M.P. (Lisboa, Jun 2012).

⁴⁴⁶ Depoimento do entrevistado A.A. (Lisboa, Julho de 2012).

⁴⁴⁷ Depoimento do entrevistado M.P. (Lisboa, Junho de 2012).

⁴⁴⁸ Entrevista em Lisboa, Julho de 2012.

O Hotel Internacional foi palco habitual dos grandes encontros esperantistas, essencialmente das comemorações que assinalam o nascimento de Zamenhof. Assim, em Dezembro de 1955, tendo entre as organizadoras Maria de Deus Antunes e Olga Marques, ali decorreu a sessão com banquete, declamações e leitura de correspondência vária - que incluiu uma missiva de Ivo Lapenna⁴⁴⁹. Registaram-se as presenças de Adolfo Trémouille, José Antunes - o principal delegado da UEA -, Comodoro Carlos Henrique, Bigotte de Almeida, e Adolfo Nunes enquanto representante do jornal *República* (como lembra R. Canário, este era um jornal legal, apoiado “pelos operários”, cf. 2007:18, nota 4). Nos dois anos que se seguiram, estas festas repetiram-se em Dezembro: a sessão de 1956 foi objecto de gravação áudio por Manuel Martins de Araújo⁴⁵⁰; à sessão de 1957 presidiram Saldanha Carreira, José Antunes, Luzo Bemaldo, Costa Júnior, Adolfo Nunes e Carlos Henrique, tendo comparecido cerca de quarenta pessoas⁴⁵¹. Estes encontros eram participados por todos os esperantistas, sem distinção significativa de origem social ou pertença profissional:

Então, aquela “fina flor” como chamavam, a “fina flor” do Esperanto, reunia-se lá [Hotel Internacional, nas comemorações do aniversário de Zamenhof]. Temos até umas fotografias que ilustram de facto que iam bastantes pessoas lá; havia pessoas de classe superior à de operário, que apareciam lá, mas também apareciam outras pessoas. Portanto, éramos todos esperantistas. Éramos todos esperantistas⁴⁵².

Em Janeiro de 1956 também naquele hotel foi homenageado o uruguaio Fernández Menéndez, que participou igualmente na reunião semanal realizada no Café Martinho⁴⁵³. Este professor foi em 1954 o organizador da primeira exposição universal de Esperanto por ocasião da 8.ª Conferência Geral da UNESCO⁴⁵⁴, e ao lado de Ivo Lapenna, protagonista do processo que culminou no reconhecimento do Esperanto por aquela organização internacional, como ficou dito no Capítulo 4.

Ligado aos Amigos do Esperanto, o grupo de excursões denominado Ekskursu Grupo Verda Famílio segue, durante o ano de 1956, as habituais práticas esperantistas de realização de passeios culturais e de lazer: em Janeiro organizou uma visita ao Museu de Arte Contemporânea⁴⁵⁵; em Junho um piquenique na mata de S. Domingos de Benfica, para o qual Américo Esteves de Almeida levou discos esperantistas - que conseguiu por a funcionar engenhosamente recorrendo à bateria do seu

⁴⁴⁹ *Nia Stelo*, n.º 2, Janeiro de 1956:9.

⁴⁵⁰ *Nia Stelo*, n.º 14, Fevereiro de 1957:10.

⁴⁵¹ *Nia Stelo*, n.º 20, Fevereiro de 1958:20; *La Praktiko*, n.º de Maio de 1958.

⁴⁵² Entrevista a A.A. (Lisboa, Jul 2012). As fotografias a que se refere existem no Arquivo APE, Pasta “Fotaro”.

⁴⁵³ *Nia Stelo*, n.º 3, Fevereiro de 1956:9.

⁴⁵⁴ Carta da comissão organizadora da 1.ª Exposição Universal de Esperanto, Montevideu, 15 Jun 1954, dirigida a José Antunes (Arquivo da APE, Pasta “Korespondajo jaroj 50 kaj 60”).

⁴⁵⁵ *Nia Stelo*, n.º 3, Fevereiro de 1956:9.

automóvel⁴⁵⁶ (foi Esteves de Almeida o autor de um busto em bronze de Zamenhof oferecido a Menéndez)⁴⁵⁷; e em Julho, um piquenique em Sintra⁴⁵⁸. O entrevistado A.A. refere-se a esses passeios:

muitas vezes havia excursões. Visitei vários locais principalmente na margem sul do Tejo, devido ao grande número de esperantistas que havia no Barreiro. Fazíamos uma espécie de piqueniques, e [eu] lá estava sempre para conversar - sempre em Esperanto. [Reuniam-se pessoas] de Lisboa e não só. A gente quando havia essas coisas telefonava a uns e a outros, e na medida do possível, as pessoas apareciam⁴⁵⁹.

Entre Dezembro de 1955 e Abril de 1960 publicou-se mensalmente a revista *Nia Stelo*, editada por João Pereira Cotovio, e inteiramente redigida em Esperanto. Com participação regular surgem os nomes de Saldanha Carreira, Luzo Bemaldo, Adolfo Nunes, Adolfo Trémouille, Costa Júnior, José Antunes, Carlos Henrique, A. S. Almeida, Olga Marques, Alsácia Fontes Machado, Joaquim Calado, Carlos Fernando, Manuel de Seabra e os estrangeiros Ismael Gomes Braga, Marjorie Boulton e Margaret Bawden. Sobre o *Nia Stelo* diz o entrevistado A.A.:

Era feito por um esperantista que já faleceu - o Cotovio -, que era muito bom esperantista. Fazia muitos artigos e pedia a outros esperantistas para escreverem artigos. E então aquilo era feito em *stencil* ao duplicador - o duplicador em *stencil* lá dos bons velhos tempos. Quem fazia esse trabalho nos *stencils* era um sobrinho dele que também era esperantista, o Carlos Fernando. E então, durante uns anos - não muitos - tivemos o tal *Nia Stelo* que era uma gazeta, chamemos-lhe assim, cultural⁴⁶⁰.

Nos primeiros números desta revista foi publicada a tradução de Adolfo Trémouille da obra de Eça de Queirós *O Mandarim*. No período que compreende as décadas de 1950 e 1960 a presença dos esperantistas é rara na imprensa nacional. O *República* publica duas notícias sobre os congressos universais de 1955 e de 1965, e é neste jornal que entre finais de 1968 e 1972 há uma rubrica assinada por Virgílio Portela intitulada “O Esperanto através do Mundo”⁴⁶¹.

Todas estas actividades foram decorrendo sem interferências da polícia política. O *Nia Stelo* nunca teve problemas com a sua edição, segundo o entrevistado A.A., e as reuniões nos cafés também decorriam sem contratempos: “estávamos ali e conversávamos todos uns com os outros em Esperanto,

⁴⁵⁶ *Nia Stelo*, n.º 7, Junho de 1956:6.

⁴⁵⁷ *Nia Stelo*, n.º 5, Abril de 1956:9.

⁴⁵⁸ *Nia Stelo*, n.º 8, Julho de 1956:5.

⁴⁵⁹ Entrevista em Lisboa, Julho de 2012.

⁴⁶⁰ Entrevista em Lisboa, Julho de 2012.

⁴⁶¹ Arquivo APE, Pasta “Artikoloj pri Esperanto 1888 -1969” e “Artikoloj eltonditaj 1970 -1979”; sobre a data de início da rubrica vd. *República*, 2 de Dez1971.

claro, como não podia deixar de ser. E nunca fomos - que eu saiba – eu, pelo menos nunca fui abordado devido a saber Esperanto e a falar Esperanto”⁴⁶².

Não deixa de ser intrigante que uma língua proscrita pelo Ministério da Educação Nacional tenha, em 1952, sido objecto de acolhimento pelo Secretariado Nacional de Informação, que assentiu mediar um apelo esperantista junto da NATO. Assim, a circular n.º 2 de 1952 da Associação Portuguesa de Esperanto (em organização) informa que aquele organismo estatal aceita distribuir aos membros da NATO uma carta sobre o Esperanto, redigida em Português, Inglês, Francês e Alemão, que a APE elaborou em colaboração com a UEA e a Federação Sueca de Esperanto. Lê-se na referida circular: “O «Secretariado Nacional de Informação» (SNI), o organismo do Estado, que tão gentil e inteligentemente auxiliou o nosso movimento, sem dúvida merece uma manifestação agradecida de todo o mundo esperantista”⁴⁶³.

Mas, a vigilância era uma realidade, e era de facto essa a mensagem constante do despacho de 12 de Abril de 1951, alertando para a necessária e justificada atenção sobre esperantistas e publicações considerados suspeitos de colidirem com o interesse nacional. Foi o que sentiram os esperantistas: “Autorizada a propaganda em Portugal, por despacho (...) do Ministro do Interior (...) o nosso movimento tornou-se simplesmente tolerado”⁴⁶⁴. O entrevistado M.P. fala da sua experiência pessoal, inicialmente suspeitando de que era objecto de vigilância, e mais tarde, tendo tido a certeza:

Então lá [nos clubes de campismo] é que se faziam as reuniões, mas o governo desconfiava sempre dos campistas. E todos os membros da direcção - eu pertencia à direcção do Clube de Campismo Estrela - quando eram eleitos, tinham que assinar uma declaração que ia para o Governo Civil, em como repudiavam o comunismo, e não sei que mais. Foi uma forma que eles arranjaram e nós tínhamos que escrever aquilo naquela declaração. Mas mesmo assim eles continuavam a espiar-nos. Eu desconfiava, não tinha a certeza. Pois, então nessas reuniões de campismo é que nós trocávamos impressões, era quase uma espécie de reunião. Às vezes falava-se em política, mas sempre com cuidado, porque nunca se sabia se entre aqueles estava lá algum⁴⁶⁵.

M.P. tinha muitos correspondentes, e alguma dessa correspondência chegava às suas mãos com inequívocos sinais de violação. Quando mudou de residência com a família de Lisboa para Leiria alguns episódios levaram-no a concluir que era de facto vigiado: não só a polícia questionou o seu paradeiro junto de uma familiar em Lisboa, como em Leiria, nas duas moradas em que residiu, foi procurado por pessoas a pretexto de solicitarem os seus serviços de marcenaria, que nunca mais

⁴⁶² Entrevista em Lisboa, Julho de 2012.

⁴⁶³ “Portugala Esperanto-Asocio (em organização). Circular n.º 2/52” (Arquivo APE, Caixa de objectos não catalogados).

⁴⁶⁴ “Associação Portuguesa de Esperanto - 1.ª Circular. Lisboa, 30 de Maio de 1972. A Comissão Organizadora”. (Arquivo APE, Caixa de Documentos de Adolfo Nunes).

⁴⁶⁵ Entrevista em Lisboa, Junho de 2012.

voltaram: “O que eles queriam era verificar se eu de facto morava ali, que era para se houvesse algum problema, sabiam onde é que haviam de me ir buscar... [Mas] eu não me metia em coisas...”.

Também em Leiria, ao reencontrar um antigo companheiro das reuniões no Café Martinho, funcionário do Banco Nacional Ultramarino, M.P. se deparou com uma situação que, excedendo a vigilância política, chegava à ameaça:

Ele foi colocado em Leiria, e uma noite eu fui até ao Café e dou de caras com ele, com a estrelinha do Esperanto na lapela. Cumprimento-o em Esperanto e ele respondeu-me em Português, mas com muito má cara. Eu não gostei. Só depois, passados uns dias é que ele me explicou. Ele morava mesmo à saída de Leiria, e [ele] tinha que sair fora da estrada, por um caminho, para ir para a casa dele. E parece-me que algumas vezes havia quem o fosse lá esperar e o ameaçasse ... por questões políticas. E ele pensou que eu que era um desses... Mas continuei a falar com ele depois, mas nunca em Esperanto, sempre em Português⁴⁶⁶.

Os esperantistas suspeitos por questões políticas eram continuamente vigiados. Manuel Firmo, o esperantista do Barreiro que esteve detido até 1945 no campo de concentração do Tarrafal, estava na década de 1950 em Angola, onde foi aconselhado pela polícia a fechar o curso de Esperanto que ali tinha entretanto criado. Foi cerca de 1958 em Nova Lisboa, segundo o entrevistado L.D.⁴⁶⁷ que, tal como a sua esposa, foi aluno de Manuel Firmo nesse curso.

A circulação de correspondência pelo correio era alvo de censura. Em 1964, José Antunes contacta a administração central dos CTT, pelo motivo de falta de recepção de revistas em Esperanto remetidas do estrangeiro. Aquela administração escreve-lhe justificando aquela falta: “Sobre o assunto, apresso-me a esclarecê-lo de que está superiormente proibida a circulação de tais correspondências pelo correio”⁴⁶⁸. No entanto, outras actividades são toleradas: neste mesmo ano de 1964, há notícia da existência de uma secção esperantista na Livraria Portugal em Lisboa⁴⁶⁹; e até 1966 existiu um grupo esperantista na Casa da Madeira em Lisboa⁴⁷⁰.

A relação dos esperantistas com a Sociedade de Língua Portuguesa é no final da década de 1960 bastante estreita, e mantém-se assim até à refundação da Associação Portuguesa de Esperanto em

⁴⁶⁶ Entrevista em Lisboa em Junho de 2012.

⁴⁶⁷ Entrevista no Barreiro em Julho de 2012.

⁴⁶⁸ Carta de 3 Abril 1964 da Administração Central dos C.T.T. Portugal, dirigida a José Antunes (Arquivo APE, Pasta “Korespondaĵoj jaroj 50 kaj 60”).

⁴⁶⁹ Cópia de carta enviada a Alberto Koenig, para S. Filipe - Fogo, em Cabo Verde, 29 Ago 1964 (Arquivo APE, Pasta “Korespondaĵoj jaroj 50 kaj 60”). É provável que o remetente seja José Antunes, na altura o correspondente dos Amigos do Esperanto.

⁴⁷⁰ Cópia de carta de José Antunes datada de 5 Maio 1967, dirigida à Sociedade de Língua Portuguesa, que deveria receber nas suas instalações a biblioteca do grupo esperantista da Casa da Madeira, extinto no ano anterior (Arquivo APE, Pasta “Korespondaĵoj jaroj 50 kaj 60”). Existe também uma fotografia de grupo tirada na Casa da Madeira em 1959 por altura da visita de um esperantista japonês (Pasta “Fotaro”).

1972. Em 1968 existia naquela Sociedade a Secção de Estudos Esperantistas, dirigida por José Antunes⁴⁷¹, e os esperantistas, ainda sem sede própria, ali se encontravam para reuniões e palestras, nomeadamente as de Alves de Moura em Maio de 1969 e de Janeiro de 1971, e a de Adolfo Nunes em Abril de 1971⁴⁷². Também a comemoração do nascimento de Zamenhof relativa ao ano de 1969 teve como convidado de honra Francisco José Veloso, o presidente daquela Sociedade⁴⁷³.

Quando em 13 de Outubro de 1972 são finalmente homologados pela Inspeção Geral do Ensino Particular os estatutos da Associação Portuguesa de Esperanto⁴⁷⁴, cuja aprovação foi concedida em 15 de Março por diploma do Ministério da Educação Nacional⁴⁷⁵, o ensino do Esperanto é retomado na Sociedade de Língua Portuguesa⁴⁷⁶. No centro de ensino de línguas CIAL já tinha sido permitido desde Dezembro de 1971, sendo leccionado pelo seu Director, Correia Coimbra⁴⁷⁷. A 10 de Maio são eleitos, na sede da Sociedade de Língua Portuguesa, os corpos gerentes⁴⁷⁸: na Direcção, o presidente é Alves de Moura, o vice-presidente é Adolfo Nunes, os 1.º e 2.º secretários são respectivamente Olga Marques de Almeida e Jaime de Matos Correia; o Conselho Técnico é constituído por José Bigotte de Almeida, António Correia Coimbra e José Antunes. Desde 1972 a sede da APE situa-se num edifício na Rua Dr. João Couto em Benfica, Lisboa, então propriedade do esperantista António Ribeiro da Cruz (1892-1988) que disponibilizou à Associação uma fracção em condições favoráveis de arrendamento⁴⁷⁹.

Segundo o entrevistado A.A.⁴⁸⁰ as pessoas directamente envolvidas nesta aprovação final dos estatutos da Associação foram Adolfo Nunes, José Antunes, o comodoro Carlos Henrique. O nome de Maria Luísa Niny Mexia (1904-1996) é também citado: “durante todo o ano de 1971 foi efectuada junto das entidades governamentais e especialmente do Ministério da Educação Nacional uma acção

⁴⁷¹ “Associação Portuguesa de Esperanto - 1.ª Circular. Lisboa, 30 de Abril de 1972. A Comissão Organizadora”. (Arquivo da APE, Caixa de documentos de Adolfo Nunes).

⁴⁷² As palestras de Alves de Moura constam do catálogo geral da B.N. A conferência de Adolfo Nunes foi noticiada em *Correio do Minho*, 16 Abril 1971. O entrevistado A.A. (Lisboa, Julho de 2012). confirmou que a sede da SLP acolhia os esperantistas antes da APE ter a sua sede própria.

⁴⁷³ “O Esperanto através do Mundo”, rubrica de Virgílio Portela, *República*, 4 de Janeiro de 1970.

⁴⁷⁴ *Época*, 23 de Outubro de 1972.

⁴⁷⁵ “Associação Portuguesa de Esperanto - 1.ª Circular. Lisboa, 30 de Abril de 1972. A Comissão Organizadora”. (Arquivo da APE, Caixa de documentos de Adolfo Nunes); vd. Também *A Capital*, 11 Maio de 1972.

⁴⁷⁶ “Associação Portuguesa de Esperanto (em organização) – 5.ª Circular. Lisboa, 11 de Outubro de 1972”. (Arquivo da APE, Caixa de documentos de Adolfo Nunes).

⁴⁷⁷ *República* de 2 de Dezembro de 1971; “Associação Portuguesa de Esperanto – 1.ª Circular. Lisboa, 30 de Abril de 1972. A Comissão Organizadora” (Arquivo da APE, Caixa de documentos de Adolfo Nunes).

⁴⁷⁸ *Diário de Notícias*, 27 de Junho de 1972; *A Capital*, 11 de Maio de 1972.

⁴⁷⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 37, Mar-Abr 1988, p.3: “António Ribeiro da Cruz (...) em 1972 pôs à disposição da APE a sede (...) naqueles tempos a renda mínima fixada por lei era de Esc. 1400\$ por mês, mas ele, durante vários anos, exigiu apenas Esc. 500\$ atendendo às fracas posses da jovem associação”.

⁴⁸⁰ Entrevista em Lisboa, Julho de 2012.

persistente no sentido da autorização do estabelecimento da APE por um pequeno grupo de esperantistas, entre os quais, Maria Luísa⁴⁸¹. Por fim, o entrevistado E.C.⁴⁸² refere o engenheiro Franco Simões e Eduardo Alves de Moura, e acrescenta que “os elementos que compuseram a direcção, tiveram que ser, como é que hei-de dizer, autorizados e vigiados pela PIDE, na altura, e parece que quem se responsabilizou, segundo eu ouvi dizer, foi o Dr. Alves de Moura, porque era da situação... deles...”⁴⁸³; Alves de Moura era professor liceal e geógrafo, foi também docente no Colégio Militar (Vd. Freire, 2007:193 e 467), e foi pela sua iniciativa que, a partir de 1973, se publicou a *Revista Portuguesa de Esperanto* durante vários anos.

A promoção paralela das línguas Esperanto e Português compõe o duplo objectivo estatutário da APE: “promover o ensino e a divulgação da língua universal Esperanto, como segunda língua de cada indivíduo, destinada aos contactos e bom entendimento entre os povos de idiomas diferentes” e “promover o estudo, desenvolvimento e expansão da língua nacional, o Português, como elemento essencial da cultura em Portugal e Brasil, e a sua divulgação no estrangeiro através do Esperanto e dos círculos esperantistas”⁴⁸⁴.

Em Julho de 1972, a 4.^a circular enviada aos esperantistas pela comissão organizadora da APE informa que constavam dos ficheiros os endereços de 362 esperantistas ou simpatizantes com o movimento, assim distribuídos: 120 em Lisboa, 203 em 76 outras localidades do Continente, 19 na Madeira e nos Açores, 18 no Ultramar Português e 2 no estrangeiro. Sobre o número de esperantistas existentes aquando da refundação da Associação Portuguesa de Esperanto, diz o entrevistado A.A.:

Então, como os esperantistas conheciam outros esperantistas, por correspondência entraram em contacto uns com os outros para anunciar a formação da Associação. E então começaram a aparecer esperantistas que eu nem conhecia. Nem de nome. E apareceram bastantes do norte - do Porto, de Matosinhos (...) - que eu não conhecia, porque eles não vinham a Lisboa. Raramente aparecia um esperantista de fora de Lisboa naqueles colóquios dos cafés. E depois então começaram a aparecer, e chegou-se à conclusão... eu, pelo menos, cheguei à conclusão que de facto havia muitos mais esperantistas do que eu imaginava⁴⁸⁵.

Sobre o diminuto número de esperantistas e sua dispersão em Portugal, dizem os entrevistados: “O Esperanto no nosso país tem tido essas perseguições, e é por isso que eu penso que na Europa o país em que há menos esperantistas, é o nosso”⁴⁸⁶; e também:

⁴⁸¹ “Nekrologo: Maria Luísa Niny Mexia (1904-1996)” em *Nia Bulteno*, n.º 68, Jan-Mar 1996, p. 20.

⁴⁸² Entrevista em Lisboa, Junho de 2012.

⁴⁸³ Em “A sorte do Esperanto em Portugal” (*Nia Bulteno*, n.º 39, Jul-Ago 1988, p. 13-4) são sublinhados a “influência e dinamismo do Dr. Alves de Moura, que conseguiu concretizar o anseio de há longos anos de todos os esperantistas portugueses”.

⁴⁸⁴ *Diário de Notícias*, 27 de Junho de 1972.

⁴⁸⁵ Entrevista em Lisboa, Julho de 2012.

⁴⁸⁶ Depoimento do entrevistado L.D., Barreiro, Julho de 2012.

o Esperanto nasceu justamente na diáspora... é curioso! Um aqui, outro ali, outro ali... em várias partes do mundo, as pessoas começaram a interessar-se, segundo a história do Esperanto que nos é contada. Em Portugal aconteceu o mesmo. Enfim, é uma grande dispersão de esperantistas, que é muito difícil reunir⁴⁸⁷.

Assim, dois anos apenas antes da implantação da democracia ressurgiu na legalidade a prática esperantista, pela refundação da Associação Portuguesa de Esperanto. Foi um longo caminho, cujo ponto de chegada pôde ainda ser vivido pelos pioneiros Adolfo Nunes e Luzo Bemaldo. Saldanha Carreira falecera em 1970. A 1.ª circular enviada aos esperantistas pela comissão organizadora da Associação, datada de 30 de Abril de 1972, dá conta dos sentimentos de Luzo Bemaldo sobre a situação favorável que finalmente o regime português concedeu ao Esperanto: “Luzo Bemaldo, eminente decano dos pioneiros portugueses, em carta que há dias recebemos, rejubila: «...mi kvazaŭ sentis reviviĝon de l’arda fervoro en la neforgeseblaj horoj de la pasinta “ora epoko” de Esperanto en nia lando. Ŝajnas eĉ, ke mi denove estis la esperplena kaj revema junulo de tiu tempo»”⁴⁸⁸. Traduz-se esta frase da seguinte maneira: “Como que senti reavivar-se o ardor das inesquecíveis horas da antiga *época de ouro* do Esperanto no nosso país. Afigura-se-me até novamente a juventude, plena de esperança e de sonho, daquele tempo”.

Os esperantistas portugueses recomeçavam a reunir-se. Anos mais tarde no Barreiro, em 1987, Franco Simões, então vice-presidente da APE, dizia na inauguração da estátua comemorativa do centenário do Esperanto:

O Barreiro foi sempre o baluarte do Esperanto durante os anos difíceis, durante aquele tempo em que era proibido que os homens se pudessem compreender uns aos outros através de uma língua simples, que atravessava fronteiras. Os esperantistas do Barreiro nunca desistiram e (...) foram eles que, após o levantamento da proibição em 1972, deram apoio maciço durante a constituição da APE, para o impulso e fortalecimento do jovem movimento⁴⁸⁹.

Contudo, cerca de um mês antes do 25 de Abril de 1974, concretamente a 29 de Março, foi realizada uma busca policial às instalações da Associação de Esperanto (cf. Pimentel, 2007:256)⁴⁹⁰.

É sabido como o regime do Estado Novo lidava habitualmente com as pessoas, grupos e actividades que na sua perspectiva representavam qualquer tipo de oposição – um espectro de procedimentos compreendido entre processos abertos na polícia, alimentados por vigilância, violação e apreensão de correspondência, até detenções e longos períodos de prisão muitas vezes sem processo

⁴⁸⁷ Depoimento do entrevistado E.C., Lisboa, Junho de 2012.

⁴⁸⁸ “Associação Portuguesa de Esperanto – 1.ª Circular. Lisboa, 30 de Abril de 1972” (Arquivo APE, Caixa de documentos de Adolfo Nunes).

⁴⁸⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 33, Jul-Ago 1987, p. 5-8.

⁴⁹⁰ PIDE/DGS, pr. 19563 CI (2), Esperanto, fls.26, 27 e 123.

judicial constituído e sem julgamento, e até a tortura. A vigilância, como ficou referido, foi uma constante durante o período ditatorial. O esperantista anarquista Alberto Pedro da Silva (1907-1996) publicou algumas notas autobiográficas entre 1994 e 1996⁴⁹¹, relatando duas circunstâncias em períodos distintos, antes e depois da proibição de 1936. A primeira foi em 1935 nas aulas na Sociedade Nova Vojo:

houve um episódio de um aluno provocador que pediu ao professor (...) para aprender a frase “eu quero ser um grande revolucionário!”, para que ele a escrevesse no quadro. O professor disse que ensinava Esperanto a todos, e depois de aprender, cada um usaria a língua de acordo com o seu agrado. Moral da história: na associação esperantista havia espiões ao serviço da polícia política⁴⁹².

A outra situação ocorreu depois de 1937, quando organizou o Grupo Oazo:

A «Oazo» organizou também muitos passeios, visitas a grupos fora de Lisboa, pic-nics, sempre com o objectivo de distração fraternal e cultural, e de conversação. Nesses encontros introduziam-se polícias políticos fascistas que nos acompanhavam usando a estrela verde. Eu facilmente os identificava; também esses indivíduos me visitavam em casa e no trabalho com o pretexto de aprender Esperanto. Eles não eram alunos nem o Esperanto lhes interessava. Apenas precisavam de pretexto para me visitar em casa, não causando ondas no nosso meio. Nunca tinham sorte porque eu nunca lhes dirigia palavras de desafio. Era fácil perceber o seu objectivo porque o padrão da sua forma de falar os denunciava, e porque um pouco de cautela era suficiente para vencer a sua estultícia⁴⁹³.

Alberto Pedro da Silva virá a ser presidente da APE em 1975. A par de Manuel de Freitas (1910-1996), foram dois esperantistas muito importantes antes e depois de 1974, nacional e internacionalmente. Foram ambos tradutores⁴⁹⁴ e responsáveis por projectos editoriais (o de M. de Freitas foi o *Portugalan Eldonan Rondon*, que foi sujeito a apreensões pela polícia política), professores e autores de cursos por correspondência. M. de Freitas foi delegado da UEA no Porto a partir da década de 1930 (entidade da qual se tornou membro honorário), e A. Pedro da Silva foi

⁴⁹¹ No órgão da Associação Portuguesa de Esperanto, o *Nia Bulteno*, editado desde 1975.

⁴⁹² Vd. *Nia Bulteno*, n.º 64 Julho-Setembro de 1994, p. 10-2, em Esperanto no original.

⁴⁹³ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 65 Outubro-Dezembro de 1994, p. 14-5, em Esperanto no original.

⁴⁹⁴ As traduções de Manuel de Freitas foram na sua maioria referidas no Capítulo 4.3.; de A. Pedro da Silva veja-se por exemplo a tradução em 1967 de duas peças censuradas de Luís de Sttau Monteiro – *A Guerra Santa* e *A Estátua*, respectivamente, *La Sankta Milito* e *La Statuo* –, que concedeu ao tradutor o direito de edição fora de Portugal, o que acabou por não se concretizar. Vd. *Nia Bulteno*, n.º 69, Abr-Jun 1996, p. 10-1. Do espólio de A. Pedro da Silva depositado no Arquivo Histórico-Social, constam as referidas traduções (Arquivo Histórico-Social, Núcleo 61, Caixa 141).

delegado da SAT a partir de 1954, com larga colaboração no *Sennaciulo*⁴⁹⁵. No tempo da 2.^a Guerra Mundial ambos auxiliaram vítimas da perseguição Nazi. M. de Freitas, por comissão designada pela UEA, enviava alimentos (frutos secos e sardinhas enlatadas) para o *ghetto* de Varsóvia, designadamente, para Lydia Zamenhof; as receitas da sua tradução de Agostinho da Silva (*La Vivo de Eskimoj*) foram destinadas à ajuda de esperantistas presos. Similarmente, mas em resposta a um apelo da Svisa Idista Entrepreno, A. Pedro da Silva também deu um contributo importante:

A minha tarefa consistia em enviar encomendas com artigos comestíveis, como chocolate, bolachas, biscoitos e outros similares aos presos em diversos campos de detenção de Hitler. Enviei mais de mil encomendas, quase todas a judeus. Aquela organização disponibilizou-me no Banco de Lisboa centenas de milhares de escudos (...) A tarefa terminou porque o governo português proibiu o envio de alimentos. Durante a guerra conheci muitos esperantistas fugindo dos países ocupados pelo exército nazi. Quase todos chegaram aos EUA⁴⁹⁶.

Carlos Isidoro de Jesus afirmava em 1992: “se algum dia a história do movimento do Esperanto em Portugal for escrita, ver-se-á que Alberto Pedro da Silva, em Lisboa, e Manuel de Freitas, no Porto, foram os elos de ligação entre o antigo movimento em Portugal, através do obscurantismo de Salazar, ao novo movimento pós-revolução”⁴⁹⁷. Estes dois esperantistas foram distinguidos pela APE em 1993, pela atribuição do título de membros honorários⁴⁹⁸.

Num breve parenteses referiremos alguns esperantistas, ainda não mencionados neste texto, ligados simultaneamente ao Esperanto e a movimentos de crítica ou oposição ao regime, facto que lhes valeu a vigilância e prisão. Os primeiros quatro pertenceram ao movimento libertário, e o último esteve ligado ao neo-realismo.

António Pimentel (1907-1949), natural do Porto, licenciado em Letras, foi professor e também contabilista. Esperantista, foi delegado da SAT em Portugal; aderiu à Aliança Libertária, mais tarde integrou o grupo sindical misto “Esperança” e fez parte do comité confederal da CGT em 1948, tendo sido preso duas vezes na década de 1930 (cf. Freire e Lousada, 2013b:60).

Luís Joaquim Portela (1906-1955), natural da Póvoa de Lanhoso, pertenceu no Porto ao Sindicato da Construção Civil aderente à CGT. Tendo emigrado para Espanha, militou no sindicato homólogo, pertencente à Confederação Nacional do Trabalho. Foi também esperantista. Sofreu várias prisões, entre elas em Peniche, de onde fugiu para o Brasil; aí, escreveu com Edgar Rodrigues *Na Inquisição*

⁴⁹⁵ Notas biográficas sobre M. de Freitas em *Nia Bulteno*, n.º 62, Nov-Dez 1993, pp. 20-1; notas autobiográficas de A. P. da Silva em *Nia Bulteno*, n.º 65 Out-Dez 1994, p. 14-5 e n.º 66, Abr-Jun 1995, p. 19.

⁴⁹⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 65, Outubro-Dezembro de 1994, p. 14-5.

⁴⁹⁷ Depoimento de C. I. de Jesus em *Nia Bulteno*, n.º 57, Jul-Ago 1992, pp.6-7. Em Esperanto no original.

⁴⁹⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 60, Jan-Mar 1993, pp. 4-5.

de Salazar (publicado em 1957). No regresso clandestino a Portugal voltou a ser preso em 1952, falecendo dias depois da libertação (cf. Freire e Lousada, 2013b:72).

José Augusto de Castro (1904-1982), carpinteiro da construção civil e posteriormente empregado de escritório; pertenceu a sindicatos, integrou as Juventudes Sindicalistas e a Aliança Libertária, e mais tarde dedicou-se ao movimento cooperativo. Sofreu detenção em 1933 e cumpriu pena em Angra do Heroísmo. Foi esperantista activo, como se documenta pela participação em encontros nas décadas de 1960 e 1970, em Portugal e Espanha (Freire e Lousada, 2013b:67-8)⁴⁹⁹.

Roberto das Neves (1907-1981), anarquista de origem social não operária, terá sido também *maçon*. É da sua autoria uma letra alternativa ao hino “A Portuguesa” cujo início é “Herói plebeu nobre povo” (vd. Freire, 1988:547; Freire, 1992:263 (nota 3) e 326). Em 1934 publicou o *Curso Completo (elementar, médio e superior) de Esperanto*, importante trabalho didáctico para aprendizagem sem mestre. Foi jornalista de *O Século* na década de 1930, tendo-se depois radicado no Brasil, em virtude de se ter tornado pessoa não-grata ao regime, pelo que sofreu prisão e tortura. No Brasil trabalhou e colaborou também com Edgar Rodrigues, e fundou uma editora, onde publicou entre outras, obras de vegetarianismo, naturismo e Esperanto. Da sua actividade esperantista consta também a de delegado da SAT⁵⁰⁰.

E com ligação ao movimento neo-realista, o médico e crítico literário Mário Sacramento (1920-1969), natural de Ílhavo. A partir dos 13 anos de idade tem a iniciativa de partilhar conhecimentos com os jovens seus conterrâneos que, com escassos recursos, manifestam ambição de instrução; num espaço da família, para onde leva livros da biblioteca do pai, organiza sessões de leitura, cursos de Francês e Inglês, e também de Esperanto, que tinha aprendido de forma auto-didacta. Mas essas sessões duraram pouco tempo, pois após uma inspecção ao local, as autoridades de Ílhavo proíbem a continuação das actividades, consideradas subversivas. Ao longo da sua vida destacou-se pelo trabalho de crítica literária e sobretudo pelo oposicionismo político, tendo por isso sofrido prisão em Caxias⁵⁰¹. Assim, foi particularmente importante a sua acção na organização do primeiro Congresso Republicano de Aveiro em Outubro de 1957. Não obstante o seu falecimento em 1969, torna-se a partir do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Abril de 1973 em Aveiro, um símbolo: se o seu funeral tinha constituído já momento de uma grande manifestação cívica, agora nesta “cidade sitiada (...) com a presença ostensiva da polícia de choque, da GNR e dos agentes da PIDE, [o] último acto e ponto alto desta manifestação de força da Oposição era uma romagem à campa rasa de Mário

⁴⁹⁹ Cartão de participação no 23.º Congresso Espanhol de Esperanto em 1962, e fotografia da década seguinte de um grande grupo num encontro internacional na Foz do Douro (documentos do Arquivo Histórico-Social).

⁵⁰⁰ Vd. *Vida Social*, 19 de Agosto de 1982, p.6.

⁵⁰¹ Foi em Caxias que escreveu em 1955 o livro *Fernando Pessoa, Poeta da Hora Absurda*, um trabalho pioneiro sobre aquele poeta, publicado em 1959.

Sacramento” (Cruz, 2005: 21). Tendo o governador civil de Aveiro, por despacho, proibido a visita ao cemitério, os confrontos com a polícia assumiram uma violência rara, como é sabido⁵⁰².

Como já vimos, para além destes últimos nomes agora referidos, vários outros esperantistas sofreram prisão, mais ou menos longa, como Manuel Firmo, Dias Lourenço, Alves Redol, Álvaro Viana de Lemos, César Anjo⁵⁰³, Jorge Quaresma, membros da Verda Stelo, membros da Antaŭen em diversas datas, Artur Rodrigues David⁵⁰⁴, Francisco Rasquinho, Frazão de Faria ou Saldanha Carreira, para além de outros cujos nomes não foram revelados nos depoimentos e artigos consultados. As actividades destas pessoas manifestavam-se, essencialmente, pela militância anarquista, sindicalista, comunista ou outra oposição ao regime. Veja-se que o nosso entrevistado M.P., que trabalhou no Forte de Peniche aquando da 2.^a Guerra Mundial, ouviu pela primeira vez falar no Esperanto a um alfaiate ali detido:

[o meu trabalho] era fazer as compras para os presos que estavam no forte de Peniche, que eram presos políticos, todos eles. Eu também dormia lá dentro, tinha lá um quarto, mesmo ao lado da cozinha. E estava lá um alfaiate que também trabalhava lá dentro mas para clientes cá fora (os clientes iam lá dentro, tinham que pedir autorização ao director). Então esse alfaiate [Manuel Aguiar] (até mandei fazer um fato a esse alfaiate), como eu parava sempre ali e andava sempre ali com eles, um dia falou-me no Esperanto, dizendo-me que era uma língua fácil, que as palavras eram simples de aprender (que pai se dizia patro, que mãe se dizia patrino). Naquela altura eu tinha 17 ou 18 anos...[e] esse Manuel Aguiar falou-me naquilo⁵⁰⁵.

Manuel Aguiar não foi o único esperantista detido em Peniche naquela altura. M.P. (*idem*) diz também: “Conheci lá um outro que só depois de eu estar em Lisboa, e pertencer a esta Associação [APE], é que vim a saber que também era esperantista (...) que era lá de cima da Póvoa de Lanhoso. Estava lá preso porque era um revoltado, ele era anarquista. Mas esse, não sei se tinha processo formado se não”. Este esperantista seria Luís Joaquim Portela, que fugiu de Peniche tendo ido para o Brasil, a quem já tínhamos aludido.

A aprendizagem do Esperanto em contexto prisional foi uma realidade que não deve ser negligenciada. Referimos por exemplo que o presidente jugoslavo Tito aprendeu Esperanto na prisão; vimos que Manuel Firmo ensinou Esperanto no campo de concentração de Argèles-sur-Mer quando ali esteve detido; também durante a Guerra Civil de Espanha, Juan Régulo-Pérez, detido em 1938 na

⁵⁰² No Colóquio “O Congresso de Aveiro da Oposição Democrática” (ISCTE-IUL, 17 Março 2014), Painele “Vozes de Congressistas”, o relato de Maria Barroso evocou também os confrontos com as forças policiais.

⁵⁰³ César Anjo sofreu prisão na sequência da sua actividade nos movimentos e associações académicos; participou também nos congressos de Aveiro (Vd. *César Anjo*, 1974:8-10).

⁵⁰⁴ A. R. David foi preso político (PIDE 140/27944). Amigo de J. Antunes e de Caeiro de Sousa, e munícipe do Barreiro. Foi chamado “pai do nosso monumento”: contribuiu para a nomeação da Pç. Zamenhof no Barreiro (1983) e aí a erigir o monumento ao Esperanto (1987). Faleceu em 2007 (*Nia Bulteno*, 94, Abr-Jun 2012: 9).

⁵⁰⁵ Entrevista em Lisboa, Junho de 2012.

prisão militar de Santa Cruz de Tenerife, ensinou aquela língua a cerca de vinte prisioneiros⁵⁰⁶; Richard Hirsch, destacado esperantista condecorado pelo presidente da República Federal Alemã pela sua actividade cultural em prol do Esperanto, aprendeu a Língua Internacional quando foi prisioneiro na União Soviética⁵⁰⁷; está também documentado, a par com outras línguas e matérias, o ensino da Língua Internacional no Tarrafal, entre os prisioneiros, como continuação de uma prática que já tinham iniciado na prisão da Ilha Terceira (Duarte, 2008:585):

Apesar das terríveis condições, os presos continuaram no Tarrafal as aulas que tinham começado em Angra do Heroísmo. Havia aulas de Esperanto, Português, Matemática, Geografia, Literatura, História, enfim, de tudo o que cada um podia ensinar. A escrita era geralmente feita em bocados de papel dos sacos de cimento que os presos conseguiam clandestinamente trazer para o campo, quando regressavam das brigadas.

Para além destes exemplos, outras situações poderiam, certamente, ser referidas⁵⁰⁸. Neste âmbito da aprendizagem não formal em contexto prisional é relevante a exposição feita por R. Canário (2007) sobre “aprender nas prisões políticas”. Canário relata muitas iniciativas de ensino/aprendizagem dos reclusos, que lhes permitem uma conjugação de auto-didactismo, de resistência política, e de aprendizagem no duplo sentido de colmatar baixa escolaridade por um lado e potenciar, por outro lado, um processo de emancipação, consciencialização e autonomia individuais. Nas palavras do autor, trata-se de “processos educativos não formais que se confundem com formas de acção e de luta pela transformação social” (Canário, 2007:11)⁵⁰⁹. A designação “Universidade do Tarrafal” dada pelos detidos à colónia penal de Cabo Verde é assim muito significativa⁵¹⁰.

⁵⁰⁶ *Nia Bulteno*, n.º 51, Jan-Fev 1991, pp. 10-1. Carta de J. Régulo-Pérez a Werther Sacramento, 23 Fev 1940. Juan Régulo- Pérez (1914-1993), dirigiu a editora em Esperanto denominada Stafeto. Foi responsável por uma disciplina de Esperanto na Universidade de La Laguna em Tenerife no final da década de 1960 e princípio da década seguinte (Cf. *Nia Bulteno*, n.º 60, 1993, p. 18; Lapenna *et al.*, 1974:50, 103, 465).

⁵⁰⁷ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 35, Nov-Dez 1987, p. 11.

⁵⁰⁸ Existe no Arquivo da Fundação Mário Soares um documento da autoria de António Gato Pinto, que consiste em apontamentos de funções gramaticais de Esperanto (e também de vocabulário e gramática de Francês). Devido à participação na greve de 18 de Janeiro de 1934 no Barreiro, Gato Pinto esteve preso no longo período decorrido entre 1934 e 1949, primeiro no Depósito de presos de Angra do Heroísmo e depois na Colónia Penal do Tarrafal. O documento, que não está datado, poderá ter sido produzido nesse contexto de prisão (Fundação Mário Soares, Pasta: 09612.030, “Apontamentos de António Gato Pinto”, s/ data. Vd. http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_160408).

⁵⁰⁹ Disponibiliza testemunhos de detenções nas prisões de Aljube, Caxias, Angra do Heroísmo, Peniche ou Tarrafal, dados por nomes como Dias Lourenço, Joaquim Campino, Carlos Brito, Cândido de Oliveira, Manuel Rodrigues da Silva, José Reis Sequeira, Emídio Santana ou José Magro. Refere-se ainda a Álvaro Cunhal, Gramsci e, no Brasil do regime de Getúlio Vargas, a Graciliano Ramos e a Paulo Freire.

⁵¹⁰ Veja-se também: “Se é verdade que o fascismo fazia das escolas prisões, não é menos verdade que os presos transformaram as prisões em verdadeiras escolas”, Francisco Tomé Correia, cit. em Duarte, 2010:590.

Antes de finalizarmos esta secção com as notas sobre os movimentos sociais neste período analisado, retomamos a questão tão omnipresente, no movimento do Esperanto, da discussão da neutralidade. Desde cedo se colocaram internamente várias questões relativamente àquela definição, no domínio religioso e sobretudo no político, sendo que a maior marca desta tensão foi, e ainda é, a separação entre a UEA e a SAT; aliás, desde o 2.º Congresso Universal em 1906 ficou estabelecida a realização das sessões de associações e de grupos específicos paralelamente ao programa principal, assumido como “neutral”. Em Portugal, foi já abordada a questão da relação entre os esperantistas que denominámos de pioneiros e os que surgem não muito depois, contudo, num universo operário. A convivência dos esperantistas pioneiros com os que se organizam no meio operário parece ter-se operado numa fácil aceitação recíproca, embora não se possa dizer, pelo menos inicialmente, que tenha sido fusional – viu-se como em 1934, na perspectiva geral do Esperanto em Portugal dada em *A Chave do Esperanto*, “os operários” não são referidos como integrados em pé de igualdade no movimento, que foi caracterizado essencialmente através da actividade nas áreas “oficiais” do comércio e do turismo, incluindo a polícia. Por outro lado, nesta década de 1930 assinalam-se alguns desentendimentos entre as “sociedades operárias”, cujas causas não foi possível apurar: fala-se de desarticulação e até de animosidade entre essas associações. Poderão as causas radicar numa de duas situações: ou a simples oposição entre neutralidade e comprometimento político, ou, assumida uma aceção não neutral, divergências de orientação política. Recorde-se contudo que, imediatamente antes da proibição de 1936, os esperantistas de Lisboa discutem a possibilidade de constituição de uma comissão de relação entre os grupos, uma vez que uma liga ou associação “nos dias que atravessamos (...) [não] seria viável ou mesmo aconselhável”⁵¹¹. Mas, uma década depois das maiores proibições às actividades esperantistas faz-se novamente a apologia da superação de divergências entre “esperantistas neutrais e operários” - supondo-se estes orientados politicamente – aquando da congregação dos grupos então existentes na Liga Portuguesa de Esperanto, que junta “operários e esperantistas neutrais” em 1946. Reencontram-se os nomes já reconhecidos, e surgem outros, retomam-se cursos, encontros, e ensaia-se a realização da 1.ª conferência nacional. É feita na imprensa interna uma nova menção às dificuldades de entendimento entre grupos, referidas nos termos daquela questão da neutralidade. São assim visíveis nesta fase do movimento português as mesmas tensões entre neutralidade e não neutralidade políticas verificadas noutros países, como se viu no Capítulo 4. O que é certo é que em Agosto de 1948 o Ministério do Interior confirma a proibição a que tinham sido votados o Esperanto e suas actividades, e em Outubro do mesmo ano o Ministério da Educação proíbe o ensino da língua. A Liga Portuguesa de Esperanto ainda ensaia uma campanha de esclarecimento com o intuito de afastar as conotações do movimento com os ideais do comunismo, mas no ano seguinte a polícia apreende os seus livros e haveres.

⁵¹¹ Cf. excerto transcrito acima, proveniente de *Portugala Esperantisto*, n.º 2, Ano 1, Fevereiro de 1936:9.

Em 1951 instala-se uma situação dúbia. O Ministério do Interior levanta a proibição - salvaguardando o facto de se efectuar vigilância sobre actividades suspeitas de atentar contra o regime -, mas esta decisão não é secundada pelo Ministério da Educação Nacional. Sem estatutos aprovados, a Associação Portuguesa de Esperanto não passa de um projecto adiado. A actividade é mantida na medida do possível, com encontros, aprendizagem informal e um órgão de orientação cultural redigido em Esperanto, o *Nia Stelo*. Decorre assim um período de longa e, em alguns casos, muito difícil convivência com este sistema político que teve relativamente ao movimento do Esperanto uma atitude de perseguição dos seus membros politizados e tolerância vigilante e cautelosa com os restantes. Nesta fase os pioneiros e os operários parecem estar integrados, comungando numa mesma tentativa de fazer vingar o movimento; assim se vê o grupo Amigos do Esperanto, participado por esperantistas de várias origens sociais, cujas actividades incluíam os encontros anuais e as excursões campestres, sendo ainda anfitrião de ilustres visitantes estrangeiros. Poderá depreender-se, e será natural até, que nem todos os operários imprimam à prática esperantista as suas eventuais convicções políticas, e que a distinção que surge dentro do próprio movimento entre “neutrais e operários” não seja a mais fidedigna. Ou serão, porventura usados intencionalmente estes termos, talvez um pouco difusos ao olhar exterior ao movimento, uma vez que se vivia sob um regime ditatorial com censura da imprensa. Já na década de 1960 a Sociedade de Língua Portuguesa é aliada dos esperantistas, e é no seu espaço que encontram apoio e acolhimento até 1972, finalmente, aquando da aguardada resposta favorável da parte do Ministério da Educação Nacional.

Uma tendência encontrada no movimento português até à década de 1970 foi a fraca longevidade das associações ou grupos e seus órgãos de comunicação. Se a primeira Associação criada em 1913 que, tal como como a Lisabona Esperantista Societo, não logrou sobreviver à 1.^a Guerra Mundial, também em 1920 a Portugala Laborista Esperanto-Federacio e em 1926 a Associação Portuguesa de Esperanto não sobreviveram muito tempo. A explicação encontrar-se-á quase sem excepção em condicionamentos externos, designadamente as convulsões das 1.^a e 2.^a Guerras Mundiais e mais tarde a adversidade política durante o regime do Estado Novo. Mas, haverá também certamente factores internos ao movimento, como os apontados por esperantistas em alguns artigos citados: *i.e.*, a existência, em certos momentos, de um reduzido número de esperantistas, facto que teve implicações também na longevidade das sucessivas publicações periódicas nacionais na língua Esperanto.

Por fim, as notas específicas sobre a ligação dos esperantistas aos movimentos sociais neste período entre 1926 e 1974. Sob o regime ditatorial, os mundos operário, libertário e sindical organizados sofrem décadas de proibições e vigilância, e os esperantistas ligados a estes movimentos estiveram também expostos aos expedientes policiais, e quando não levados ao exílio, muitos sofreram prisão. É sabido como os cidadãos militantes activos no sindicalismo, comunismo e os seguidores de ideologia libertária foram particularmente perseguidos, estes últimos já desde a Monarquia e a I República – essencialmente defensores de princípios internacionalistas em choque directo com um regime nacionalista de tipo colonialista, ou em desacordo com a política oficial para os sindicatos, por

exemplo -, sendo que as suas actividades organizadas tenderam a ficar silenciadas ou votadas à clandestinidade a partir da década de 1930 e até ao fim da ditadura. Neste contexto, muitos esperantistas estiveram durante este período “do lado” da oposição ao regime, não apenas nos movimentos do universo aos quais já pertenciam antes de 1926, mas também noutros movimentos, oriundos do espectro da esquerda, e criados entretanto durante o longo regime ditatorial.

Assim prolonga-se a sobreposição do movimento do Esperanto com os movimentos dos universos operário, libertário, sindical e comunista, em que se inclui o movimento Educação Nova, essencialmente balizado pelas duas Guerras mas integrado nos movimentos educativos já existentes na viragem do século. Vimos pois a participação esperantista nos fenómenos do campismo e da afirmação dos valores naturistas, do ensino de Esperanto em Centros Escolares Republicanos verificado ainda na década de 1930, ou o caso da Comuna de Albarraque, que consistiu numa experiência libertária que conjugou por exemplo os ideais educativos da Educação Nova com a resistência política, e onde houve um lugar para o Esperanto; por seu turno o ensino do Esperanto nas prisões traduziu-se simultaneamente em resistência política e processos de auto-educação.

Nos movimentos emergentes durante o Estado Novo, mesmo que com expressões diversas, houve esperantistas presentes tanto num registo mais cultural, como o Neorealismo (também muito ligado ao comunismo), como num carácter mais político, como o MUD ou os Congressos Republicanos de Aveiro.

Neste contexto político pode considerar-se que a Sociedade de Língua Portuguesa se constituiu como um aliado dos esperantistas através da relação estreita que desenvolveram já na década de 1960: a Língua Internacional, objecto de desconfiança num regime nacionalista que justificava a ilegalização do seu ensino invocando os princípios de identidade e cultura Lusas e de que a língua-pátria seria um ícone, encontrou na SLP ironicamente um aliado institucional.

Viu-se por outro lado que, tratando-se de um movimento conotado pelo regime como integrado por alguns dos seus opositoristas, houve sectores esperantistas que tiveram precauções de manter uma imagem pública de neutralidade política: na publicação de 1934 da *Chave do Esperanto*, em que a referência aos esperantistas operários é lateral, sublinhando-se o papel do comércio e turismo e a ligação à polícia; na recorrência das discussões internas sobre as oposições entre “esperantistas neutrais e não neutrais”; também em 1948 quando a Liga Portuguesa de Esperanto prepara uma tentativa de afastar conotações com o comunismo, através de uma aproximação quer ao mundo académico quer às confissões religiosas católica e protestante.

Já no período final da longa vigência do regime ditatorial alguns movimentos sociais “novos” viriam a manifestar-se, como os estudantis, direitos femininos, e de oposição à guerra colonial. Não encontramos na nossa investigação ligações esperantistas a esses movimentos⁵¹².

⁵¹² Apenas o médico César Anjo, também militante comunista, terá participado nos movimentos e associações académicos (Vd. *César Anjo*, 1974:8-10).

5.3 Em Liberdade

O Esperanto é sem dúvida o herdeiro cultural da língua latina. Mas um herdeiro lógico, *i.e.*, com regras simples para serem seguidas sem excepção de qualquer espécie. O monumento que hoje se inaugura simboliza a caminhada cultural da civilização europeia, de que fazemos parte. Com efeito, o Latim herdou a riqueza gramatical da língua grega, e esta foi na Europa a herdeira do Sânscrito. As três faces do obelisco que admiramos simbolizam essas três longas etapas na evolução da cultura indo-europeia: o Sânscrito, o Grego e o Latim.

Franco Simões. Discurso do vice-presidente da APE no Barreiro, 12 Abril de 1987 ⁵¹³

As actividades esperantistas ressurgem agora na legalidade mas ainda num contexto político de ausência de liberdade. Ainda em 1973 o ensino é retomado no Porto, e depois do 25 de Abril inicia-se no mês de Setembro outro curso na Foz (“a que se referiu inesperadamente a Televisão”). Em Outubro ocorreu a visita do grupo de Vigo denominado Paco kaj Amo (*i.e.*, Paz e Amor), com o qual há bastante tempo alguns esperantistas portuenses mantinham contacto; neste ano de 1974, marcado pelo desaparecimento de Bernardino Martins de Almeida (Luzo Bemaldo), a APE realizou também em Santa Comba Dão uma homenagem póstuma a César Anjo (de que a Televisão transmitiu imagens), que incluiu a edição de uma pequena brochura. Já em 1975 teve início um terceiro curso em Águas Santas, na Maia ⁵¹⁴.

O corpo dirigente da APE já não é o mesmo que em 1972, mantendo apenas o secretariado com Olga Marques de Almeida. Em 1975 o presidente é Alberto Pedro da Silva, o vice-presidente é o Eng.º Adelino Franco Simões, os vogais são Abel Freire de Oliveira e Tomás Rocha da Costa. No Conselho Técnico, Manuel de Freitas, Dr. Adriano Vaz Velho e Virgílio Campos Portela ⁵¹⁵.

Tem início neste ano de 1975 a publicação do *Nia Bulteno (Nosso Boletim)*, que se mantém desde então – apenas com uma interrupção entre 1978 e 1983, em que a *Revista Portuguesa de Esperanto* foi o órgão oficial da APE ⁵¹⁶. Com algumas excepções foi uma publicação bimestral até 1989; tornou-se depois mais irregular, mas tendencialmente de periodicidade trimestral, embora com alguns hiatos ⁵¹⁷. Neste longo período, foi até 1999 dirigido por Olga Almeida ⁵¹⁸, e na redacção esteve António da Silva

⁵¹³ Em *Nia Bulteno*, n.º 33, Julho-Agosto de 1987, p. 5-8.

⁵¹⁴ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 1, Março-Abril de 1975, p. 7 e p. 10.

⁵¹⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 1, Março-Abril de 1975, p. 16. Outros nomes afectos aos corpos dirigentes são Jaime de Matos Correia, João Correia Marques, José dos Santos Ferreira, António Ribeiro da Cruz, Maria Luísa N. Mexia, José de Freitas Martins, Francisco Pires, Joaquim Marques Mendonça, João Augusto Baptista, José Augusto de Castro, Capitão José dos Reis Pires, Eduardo Mota Padrão, Glicínio de Moraes Rebelo, Maria Amélia Macedo, Major Sebastião G. de Oliveira, Fernando Domingos da Costa, Abílio Pereira Baltasar e José Gonçalves Graça (distribuídos por cargos na Mesa da Assembleia Geral, Tesouraria, Biblioteca, Conselho Fiscal, assim como vários suplentes do Conselho Técnico e do Conselho Fiscal).

⁵¹⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 17, Novembro-Dezembro de 1977, p.1.

⁵¹⁷ Essencialmente entre 1997 e 2000 (o período em que António Martins esteve ausente da redacção que foi assegurada por Werther Sacramento), e depois entre 2006 e 2012, com apenas três números editados.

⁵¹⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 91, Julho de 2008-Setembro de 2011, p. 17.

Almeida até 1988, e depois Gonçalves Pires até ser substituído por António Martins em 1989, que se manteve desde então. No primeiro número do *Nia Bulteno* afirmou-se que esta publicação:

procurará ser o porta-voz das realizações e anseios colectivos (...) nas nossas colunas dar-se-á prioridade a resenhas das actividades associativas dignas de menção e a informação sobre o movimento esperantista internacional. *Nia Bulteno* será bilingue. A parte em português, destinada a esclarecer simpatizantes e consócios ainda incipientes, visará principalmente a propaganda da Língua Internacional e da obra genial de Zamenhof. A parte em Esperanto, além de artigos doutrinários e, possivelmente de uma página literária, terá secções tendentes ao aperfeiçoamento linguístico e à cultura geral e especializada dos esperantistas⁵¹⁹.

Mais de uma década depois, em 1988, ver-se-á que o discurso surge mais “neutralizado” e depurado, e o Estatuto Redaccional então apresentado assume que “O *Nia Bulteno*, boletim da APE, tem como finalidade única o Esperanto” e segue as seguintes linhas programáticas:

manter o contacto directo, permanente e recíproco entre a Associação e os seus sócios; fomentar a prática da Língua Internacional, elevar o nível qualitativo da língua e incentivar o seu uso em actividades literárias, levando os leitores a colaborarem na vida do *Nia Bulteno* e da Associação; motivar os leitores a divulgarem a Língua Internacional, facultando-lhes no Boletim o conhecimento de realizações esperantistas a nível nacional e internacional, além de argumentos, que lhes poderão servir, para destruir juízos e preconceitos contrários à divulgação do Esperanto; divulgar a Língua Internacional ao público não esperantista, pelo que manterá o seu carácter bilingue⁵²⁰.

No entanto, o *Nia Bulteno* passará depois a ser redigido exclusivamente em Esperanto.

A abertura política em Portugal suscita naturalmente uma atitude de expansividade na difusão do Esperanto. Veja-se a proposta de criação da Comissão de Informação para levar a cabo uma “Campanha de informação” nacional sobre a Língua Internacional, decisão tomada no Encontro de Esperantistas Portugueses de 1974 em Montemor-o-Novo⁵²¹. E veja-se especialmente como o contexto do período revolucionário encontra reflexos no meio esperantista. Logo em 12 de Maio de 1974, no referido Encontro de Esperantistas Portugueses, foi aprovado o envio de uma carta à Junta de Salvação Nacional, referindo “o pleno acordo” da APE relativamente aos princípios de base da proclamação ao país que o Movimento das Forças Armadas realizou no dia 25 de Abril⁵²². No ano seguinte, em artigo intitulado “Aproveitemos esta oportunidade!”, Adriano Vaz Velho propõe que o Esperanto seja

⁵¹⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 1, Março-Abril de 1975, p. 2.

⁵²⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 38, Maio-Junho de 1988, p. 2. Em 1991 o *Nia Bulteno* obteve o ISSN (International Standard Serial Number): 0871-9241 (Vd. *Nia Bulteno*, n.º 53 Julho-Agosto de 1991, p. 11).

⁵²¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 1, Março-Abril de 1975, pp. 11-3. A Comissão de Informação pretende agir na imprensa em todo o país, que inclui boletins de cooperativas, sindicatos, clubes culturais e recreativos e associações.

⁵²² Facto referido em *Nia Bulteno*, n.º 3, Julho-Agosto de 1975, pp. 2-9.

incluído nas Campanhas de Dinamização Cultural⁵²³. E na edição n.º 2 de *Nia Bulteno* pode ler-se o artigo “Ponhamos o Esperanto ao serviço da Revolução”, também de A. Vaz Velho:

a falta de capacidade dos esperantistas portugueses no sentido de explorarem a vitória do povo e das forças armadas (...) [é] consequência de injustificadas e ultrapassadas tomadas de posição em favor da tão decantada neutralidade do Esperanto. Ora nós entendemos que o Esperanto não é neutro nem partidário (...) é um meio técnico que deveremos saber utilizar (...) em benefício da humanidade e dos seus grandes ideais de paz, justiça e fraternidade. Também pensamos que no momento histórico que o nosso país atravessa, não pode haver lugar para neutralismos, tendo todos nós (...) de ocupar a posição que a nossa consciência nos impõe (...) No interesse nacional porque a revolução precisa da voz viva do Esperanto, além-fronteiras, para combater as da reacção internacional (...) nos seus ataques à jovem democracia portuguesa. [E] No interesse do seu próprio movimento, porque este corre o sério risco de (...) vegetativa estagnação (...) enquanto não formos capazes de demonstrar que o Esperanto é já (...) uma língua viva (...) Essa demonstração tem de passar pela politização do movimento esperantista português, isto é, pela sua colocação ao serviço da revolução socialista portuguesa. Devemos (...) propôr ao nosso governo a utilização do Esperanto como meio de comunicação internacional utilizando a rádio e a imprensa. Ofereçamo-nos como locutores e tradutores (...) Veja-se, a propósito, o exemplo da China Popular (...) [que] assegura pela imprensa e pela rádio a informação mundial do seu país por intermédio do Esperanto (...) Entregues só a nós próprios, o Esperanto em Portugal não poderá resistir às sequelas do fascismo e acabará por morrer definitivamente⁵²⁴.

No número seguinte do *Nia Bulteno*, também de 1975, é publicado um artigo semelhante mas redigido em Esperanto⁵²⁵. O mesmo autor reitera a sua ideia na publicação seguinte, reforçando que as condições actuais são favoráveis: o Esperanto foi perseguido pelo fascismo; Portugal encaminha-se para o socialismo; os países socialistas utilizam o Esperanto na rádio e na imprensa; por fim, naqueles países muitos dos esperantistas estão interessados na nossa revolução. Vaz Velho conclui que a proposta ao governo de que o Esperanto possa ser “colocado ao serviço da revolução portuguesa” poderá marcar o momento mais significativo da história do movimento esperantista português⁵²⁶.

O ensino da língua a novos potenciais interessados, e naturalmente o aperfeiçoamento por parte dos que já aprenderam, constituem preocupações assinaladas. Uma carta enviada ao *Nia Bulteno* e apresentada por Vaz Velho, e um artigo assinado por J.C.⁵²⁷ reflectem sobre a urgência do surgimento de esperantistas jovens no movimento para que este progrida, propondo um deles que a APE invista em material didáctico de auto-aprendizagem em virtude da escassez de professores de Esperanto⁵²⁸. À

⁵²³ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 1, Março-Abril de 1975, p. 8 (em Esperanto no original).

⁵²⁴ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 2, Maio-Junho de 1975, pp. 8-9.

⁵²⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 3, Julho-Agosto de 1975, pp. 2-9.

⁵²⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 4, Setembro-Outubro de 1975, p. 12.

⁵²⁷ Poderia ser Jaime de Matos Correia ou José de Castro.

⁵²⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 2, Maio-Junho de 1975, pp. 6-7.

semelhança do que aconteceu antes da (re)constituição da APE, também em 1975 se realizavam encontros semanais num espaço de Lisboa - às quintas-feiras entre as 18h e as 20h no Café Palladium, nos Restauradores -, prática que se manteve no ano seguinte mas que se desloca entretanto para a Sociedade de Língua Portuguesa, na Rua de S. José, uma entidade na qual os esperantistas sempre encontraram acolhimento⁵²⁹. Recorre-se a vários métodos e espaços para o ensino: em 1975 um curso no *Jornal do Exército* tem início no número de Abril desta publicação e, sob a chancela da APE, funciona no ano seguinte outro curso de Esperanto na sede da “organização anarco-sindicalista” *A Batalha*, na R. Angelina Vidal também em Lisboa⁵³⁰. Na Primavera de 1976 é dirigido este apelo:

actualmente há falta de professores e de monitores qualificados para dirigirem cursos elementares de Esperanto, que urge implantar no país. Preenchamos com urgência essa lacuna (...) A todos os que estão dispostos a dirigir cursos ou a tomar conta de instruendos individuais, agradecemos o envio imediato da sua adesão à nossa campanha difundidora do Esperanto (...) um aturado esforço é condição *sine qua non* do êxito ou da frustração do Esperantismo em Portugal. Não deixemos ingloriamente morrer o nosso movimento cultural de regeneração do Homem e de humano entendimento!⁵³¹.

Durante aquele ano de 1976 organizaram-se cursos de Esperanto na APE, na Sociedade de Língua Portuguesa, na Sociedade Promotora de Educação Popular, na Junta de Freguesia do Castelo sob orientação de Adolfo Nunes, na Comissão de Moradores da Pontinha (dirigido a jovens dos 10 aos 16 anos e em simultâneo com ensino musical e de pintura), e ainda cursos por correspondência⁵³². Por fim terminou em Lamego um curso no Esperanto Lameka Grupo⁵³³. Em 1977 o ensino continuará a realizar-se na APE, na Secção Esperantista da Sociedade de Língua Portuguesa e na Sociedade Promotora de Educação Popular, a que acresce um curso elementar dado por José dos Santos Ferreira ao grupo da Imprensa Nacional; as reuniões semanais mantêm-se na Secção Esperantista da Sociedade de Língua Portuguesa às quintas-feiras, mas também ocorrem na sede da APE aos sábados à tarde (1.º e 3.º de cada mês) e às quartas à noite⁵³⁴.

A partir da formalização do movimento português iniciam-se os Encontros de Esperantistas Portugueses⁵³⁵ que desde 1973 têm sido realizados quase todos os anos. Em Junho de 1975 decorreu durante dois dias no Porto, presidido pelo Governador Civil, Mário Cal Brandão, e que reuniu cerca de 100 esperantistas de todo o país, além de uma dezena vinda de Vigo e três da Holanda; foram

⁵²⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 1, Março-Abril 1975, p. 9; n.º 6, Jan-Fev 1976, p. 2; n.º 7, Março-Abril de 1976, p.15.

⁵³⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 4, Setembro-Outubro de 1975, p. 10 e *Nia Bulteno*, n.º 7, Março-Abril de 1976, p. 12.

⁵³¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 7, Março-Abril de 1976, p. 4.

⁵³² Vd. *Nia Bulteno*, n.º 8, Maio-Junho de 1976, p.14; *Nia Bulteno*, n.º 10, Setembro-Outubro de 1976, p.7 e 10.

⁵³³ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 11, Novembro-Dezembro de 1976, p.7.

⁵³⁴ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 15, Agosto-Setembro 1977, p. 12 e *Nia Bulteno*, n.º 16, Setembro-Outubro 1977, p. 16.

⁵³⁵ Renkontiĝo de Portugalaj Esperantistoj, em Esperanto.

distribuídos “milhares” de panfletos sobre a língua e enviada informação à imprensa e à rádio⁵³⁶. O aniversário do nascimento de Zamenhof tem sido também desde sempre assinalado e nesse mesmo ano, a 15 de Dezembro, foi radiofundida através dos Emissores Associados-Voz de Lisboa uma entrevista na rádio “Alfabeta” aos esperantistas Alberto Pedro da Silva, Franco Simões, Olga Almeida, Abel Freire de Oliveira e Santos Ferreira⁵³⁷ (a mesma rádio que no dia 24 de Abril tinha a missão de transmitir uma das “senhas” da revolução).

O IV encontro nacional decorreu na Biblioteca Nacional (BN) em Lisboa e ficou marcado pela já antiga questão da “esperada” neutralidade que os esperantistas devem conservar; no final do Encontro um participante “começou a trombetear cantos políticos, seguido de muitos presentes que cantavam e levantavam os punhos fechados”. Prossegue o autor destas linhas, Manuel de Freitas:

Será desta forma que conquistaremos o mundo para o Esperanto? Está bem que cada grupo político tenha o seu Clube Esperantista com ensino de Esperanto, eu mesmo ensinaria alguém que quisesse aprender, mas misturar a política com Esperantismo, à escala mundial, é erro crasso. Criou Zamenhof a sua língua internacional para uma definida e especial fracção da humanidade ou para toda a humanidade? Evidentemente, ele criou o Esperanto para todos que queiram utilizá-lo. E nós não devemos querer ser mais Zamenhof do que o próprio Zamenhof⁵³⁸.

Estas palavras de Manuel de Freitas são muito similares a outras já aqui transcritas de um depoimento de um dos nossos entrevistados: E.C. refere em tom crítico os grupos esperantistas associados a ideologias políticas, que “têm prejudicado o Esperanto perante as entidades que nos comandam”⁵³⁹. A questão da neutralidade tem constituído uma tensão intrínseca no movimento do Esperanto desde o início, e que de imediato se revelou com as oposições iniciais ao próprio Zamenhof. Este episódio na BN ocorre já em tempos de vida democrática implantada em Portugal, e portanto passada já a perseguição política do Estado Novo. Será esta reacção sobretudo uma atitude de salvaguarda, talvez ainda um reflexo de uma longa memória de animosidades e obstáculos políticos? É evidente que se pretende que os encontros sejam marcados pela neutralidade, à imagem do que sucede nos congressos internacionais, cuja programação oficial segue obrigatoriamente este critério, possibilitando-se em paralelo a realização de reuniões organizadas quer por especialistas quer por grupos confessionais ou políticos. Prevalece aqui a visão neutral da vivência do Esperanto dentro do movimento, e a preocupação da imagem para o exterior, que aparentemente parece encerrar uma certa contradição: uma língua destinada a ser utilizada por todos, sem distinção apriorística de género, origem social ou étnica, ou convicções e confissões, soube conviver com aqueles que pretenderam

⁵³⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 3, Julho-Agosto de 1975, p.1-2.

⁵³⁷ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 6, Janeiro-Fevereiro de 1976, p.3.

⁵³⁸ “O 4.º encontro em Lisboa”, Manuel de Freitas, *Revista Portuguesa de Esperanto*, n.º 19, Ano III, Junho de 1976, pp. 35-7. Refere-se também que os esperantistas foram entrevistados pela rádio, imprensa e televisão.

⁵³⁹ Entrevista realizada em Lisboa em Junho de 2012.

usar o Esperanto no cerne das suas convicções particulares, nomeadamente políticas? Só em 1993, Alberto Pedro da Silva, desde sempre ligado à SAT, fará um interessante paralelismo entre a homenagem que a APE lhe concedeu, tornando-o membro honorário em simultâneo com Manuel de Freitas, e a aproximação então estabelecida entre a UEA e a SAT que se torna visível pela leitura dos respectivos órgãos *Esperanto* e *Sennaciulo*: “já está longínqua a bolorenta neutralidade que durante tantos anos paralizou a cooperação entre os esperantistas. Assim se abre um espaço a uma mais racional, humana e amigável relação entre as duas principais associações”⁵⁴⁰.

O órgão da APE, enquanto veículo e voz de uma entidade associativa, é um indicador do fundo ideológico e valorativo dos princípios da sua actividade. De acordo com o universo conceptual associado à língua Esperanto que tem sido mostrado neste trabalho, mais uma vez se encontram os temas dos direitos dos grupos humanos e culturais, a educação para a tolerância, e ainda nesta década de 1970, referências fortes ao universo político de esquerda – apesar de, como se tem visto também, a questão da neutralidade continuar a ser acesamente discutida. Vejam-se brevemente alguns artigos e notícias surgidos no *Nia Bulteno* nesta altura. No n.º 7, publicado na Primavera de 1976, a primeira página oferece a tradução para Esperanto da “Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos colonizados”, emitida pela ONU em Dezembro de 1960. Um ano depois, no n.º 13, publica-se a mensagem que a Mondpaca Esperantista Movado (Movimento do Esperanto pela Paz Mundial) enviou à APE congratulando-se com “a derrota do fascismo”, “desejando pleno sucesso à reconstrução de uma próspera Associação Nacional”, e solicitando um intermediário português; recorde-se que a MEM foi criada em 1953 em Viena, tendo tomado a linha política do Pacto de Varsóvia, como já tinha ficado dito no Capítulo 4.2. No final do ano de 1977, no n.º 17, Alsácia Fontes Machado (1913-1991) publica o artigo “Esperanto. Mensagem de paz”, no qual sublinha o ponto do “programa esperantista” consagrado à introdução do Esperanto nas escolas desde a educação primária: “Para formar uma humanidade nova, temos de educar de uma maneira nova as novas gerações, temos de criar uma escola nova”, uma vez que, aprendendo a pensar na língua materna e em Esperanto, se possibilita um futuro de paz, o da “Interna Ideo” ou Ideia Nuclear do Esperanto, “legado de Zamenhof”. Se em 1975 se tinha noticiado a visita do esperantista holandês J. A. Hippe que proferiu na sede da APE uma palestra subordinada ao tema “O socialismo”, no final de 1977 refira-se que o Presidente da APE, Albertino dos Santos Matias, enviou uma mensagem de saudação ao “eminente *samideano*” Tito Broz, presidente da Jugoslávia na sua visita oficial a Portugal a 17 de Outubro⁵⁴¹.

Entre 1978 e 1980 foi possível ouvir emissões semanais em Esperanto na RDP Internacional: uma proposta de Igrejas Caeiro que chegou à APE através do esperantista Júlio César, também com

⁵⁴⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 60, Janeiro-Março de 1993, p.5. Em Esperanto no original.

⁵⁴¹ Vd. respectivamente *Nia Bulteno*, n.º 7, Março-Abril de 1976, p. 1-3; *Nia Bulteno*, n.º 13, Março-Abril de 1977, p. 8; *Nia Bulteno*, n.º 17, Novembro-Dezembro de 1977, pp.6-10; *Nia Bulteno*, n.º 2, Maio-Junho de 1975, na contracapa; e *Nia Bulteno*, n.º 17, Novembro-Dezembro de 1977, p.14.

ligações ao Rádio Clube. António da Silva Almeida traduzia textos com conteúdos noticiosos disponibilizados pela Emissora, com locução de Eduardo Crispim, Olga Almeida e Franco Simões⁵⁴².

Relativamente ao ensino, continuava a disponibilizar-se sob vários métodos e em diversos locais. Alberto Pedro da Silva era responsável por muitos deles: entre 1978 e 1981 na revista de Almada intitulada *Voz Anarquista* publicou em 17 lições a adaptação do *Perletra E-kurso* que tinha criado em 1940. Em 1981 na revista *A Ideia* publicou “O Esperanto numa folha volante”, com os fundamentos da Língua Internacional como suplemento ao n.º 20-21 da Primavera-Verão⁵⁴³. Também entre 1977 e 1981, depois de deixar a presidência da APE – que exerceu entre 1975 e 1976 – orientou cursos na sede da Sociedade de Língua Portuguesa por convite da nova direcção da Associação de Esperanto⁵⁴⁴. Tínhamos visto que já em 1976 funcionara um curso de Esperanto na sede do jornal *A Batalha* que, a par com o surgimento das publicações referidas, *A Ideia* (Paris/Lisboa, 1974) e *A Voz Anarquista* (Almada, 1975), constituem alguns dos sinais de um renascimento da actividade libertária em Portugal após a duríssima repressão que o movimento anarquista sofreu sob o regime ditatorial; aliás, Fonseca (1988:72-3) afirma que a partir de 1973 surgiram 40 títulos de publicações libertárias em Portugal. Em particular, João Freire mostra como após Abril de 1974 se reuniram antigos militantes e se constituíram círculos de reunião e discussão também com jovens membros⁵⁴⁵, e dá conta de activismo importante no âmbito da objecção de consciência ao serviço militar obrigatório e da constituição da secção nacional da Amnistia Internacional, ambos em 1981 (vd. Freire, 2007: 443-5 e 499; Freire e Lousada, 2013a:148). Veja-se que *A Ideia* sustenta princípios como sindicalismo, racionalismo anti-clerical, educação, ecologia, feminismo, ou anti-militarismo na linha do movimento pacifista da War Resisters’ International (WRI) que por sua vez prolongava a estratégia da inglesa CND – Campaign for Nuclear Disarmament da década de 1950, então animada por Bertrand Russel e em que participavam muitos anarquistas com a ideia do desarmamento unilateral (vd. Freire, 2007:466 e 478-9); tínhamos visto no Capítulo 4.2. que a WRI utilizava inicialmente o Esperanto e editou a partir de 1929 um boletim nesta língua, organizando também, após a 2.ª Guerra, encontros no quadro dos Congressos Universais de Esperanto.

Outros dois cursos surgiram na imprensa na década de 1980: um curso no suplemento da revista *O Pacifista* (director José Luís P. Jorge), publicação de orientação pacifista, ecológica, federalista e anti-

⁵⁴² Depoimento do entrevistado E.C. (Lisboa, Junho de 2012); *Nia Bulteno*, n.º 76, Janeiro de 2000, pp. 6-8 e *Nia Bulteno*, n.º 91, Julho de 2008 – Setembro de 2011, p. 17.

⁵⁴³ Vd. *Voz Anarquista*, do n.º 35, Setembro de 1978, p.5 ao n.º 54, Março/Abril de 1981, p.3; *Nia Bulteno*, n.º 70, Outubro-Dezembro de 1996, p. 20-1.

⁵⁴⁴ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 69, Abril-Junho de 1996, p. 10-1.

⁵⁴⁵ Com libertários antigos como Adriano Botelho, José Firmo ou Lúgia de Oliveira, a que se juntaram muitos jovens, num total aproximado de uma centena de militantes, de vários grupos de todo o país que constituíram a FARP – Federação Anarquista da Região Portuguesa, entre 1975 e 1979 (cf. Freire, 2007:443-5).

militarista⁵⁴⁶; em *Traço de União*, órgão do Clube Estrela de Campismo e Caravanismo (dirigido por Jorge da Cruz Valente), foi publicado entre Julho de 1985 e Dezembro de 1987 um curso de Esperanto sob a responsabilidade de Alcino Alves⁵⁴⁷. Em 1985 podia-se também aprender a Língua Internacional na APE, na Sociedade Portuguesa de Naturologia (leccionada por A. Hernandez), na Universidade Internacional da Terceira Idade (por Albertino Matias, António da Silva Almeida e A. J. Gonçalves Pires), em Olhão (por M. D. Terramoto) e por correspondência (através de Alberto Pedro da Silva)⁵⁴⁸.

Foi em Portugal que sob organização de Adelino Franco Simões decorreu em Sintra em 1983 a 17.^a Conferência Internacional da ILEI (Internacia Ligo de Esperantistaj Instruistoj), *i.e.*, a Liga Internacional dos Professores de Esperanto⁵⁴⁹. Nesta altura Franco Simões teve contacto com o escritor Fernando Namora, convidando-o a participar na conferência – o que não aconteceu por motivo de doença do escritor; há títulos da obra de Namora disponíveis em Esperanto, designadamente *Retalhos da Vida de um Médico*, tradução de Júlio César pela qual o autor prometeu interceder junto do Instituto Português do Livro para a respectiva publicação⁵⁵⁰.

A aproximação do centenário da criação do Esperanto foi um motivo de concepção e de preparação de várias iniciativas relevantes no movimento português, tendo sido criada em 1985 uma comissão que se designou Jubilea Komitato. A realização do 1.º Congresso Português de Esperanto foi uma das ideias mais relevantes⁵⁵¹, mas tentou-se também a emissão de selos postais junto dos CTT. Ambas as iniciativas deveram muito a Eduardo Crispim; todavia, nenhuma logrou concretizar-se. O Presidente da APE da altura, Dr. António Correia Coimbra, pronunciou-se sobre a questão do congresso: “reunimos muitas vezes: o Jubilea Komitato, Eduardo Crispim e Gonçalves Pires, mas não resultou (...) porque não dispúnhamos dos meios (...) Mas o principal problema foi (...) a quantidade de esperantistas portugueses”. Correia Coimbra afirmava que havia muitos entusiastas da língua mas poucos que falassem com proficiência⁵⁵², e por isso “Não foi bem-sucedida a tentativa de realização do 1.º Congresso Português pois, entre outras razões, não havia participantes suficientes”⁵⁵³. Quanto ao selo comemorativo, foi enviado em Fevereiro de 1986 aos serviços de filatelia dos CTT um *dossier*

⁵⁴⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 18, Novembro-Dezembro 1984, p. 5 e *Nia Bulteno*, n.º 19, Janeiro-Fevereiro 1985, p.5.

⁵⁴⁷ Edição n.º 51 a n.º 60, vd. *Nia Bulteno*, n.º 26, Mar-Abr 1986, p. 4 e *Nia Bulteno*, n.º 38, Mai-Jun 1988, p. 4.

⁵⁴⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 22, Julho-Agosto de 1985, p. 24 e *Nia Bulteno*, n.º 26, Março-Abril de 1986, p. 1 e 19.

⁵⁴⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 76, Janeiro de 2000, pp. 6-8.

⁵⁵⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 43, Março-Abril de 1989, p. 4.

⁵⁵¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 23, Setembro-Outubro de 1985, pp. 6-7.

⁵⁵² Vd. *Nia Bulteno*, n.º 47, Novembro-Dezembro de 1989, p. 7-9. Em Esperanto no original.

⁵⁵³ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 36, Janeiro-Fevereiro de 1988, p. 3-4. Em Esperanto no original.

com o pedido da APE para emissão de selo ou selos de comemoração do centenário do Esperanto⁵⁵⁴. O pedido não foi contudo atendido, apesar de vários apoios⁵⁵⁵, entre eles, o de Fernando Namora⁵⁵⁶.

A inauguração a 12 de Abril de 1987 do monumento a Zamenhof, na praça homónima da cidade de Barreiro, foi um momento importante no movimento do Esperanto em Portugal. Na presença de cerca de 500 pessoas, entre as quais Joaquim Calado e Manuel Firmo que viajaram respectivamente da Holanda e de Espanha onde estavam a residir⁵⁵⁷, a banda de música do Barreiro tocou o hino do Esperanto. Foi organizada também uma exposição na Biblioteca Municipal do Barreiro, inaugurada por Helder Barreira e Correia Coimbra, respectivamente Presidente da Câmara e Presidente da APE. O colóquio subsequente teve as participações de João Caeiro de Sousa (sobre o movimento esperantista no Barreiro), Alberto Pedro da Silva (sobre o Esperanto e a paz), Correia Coimbra (a aposta no Esperanto) e Prof. Fernando Sylvan, presidente da Sociedade de Língua Portuguesa (sobre o Esperanto e as suas potencialidades)⁵⁵⁸. A autoria do monumento é de Carlos Miranda da Silva, sendo que a sua concretização, como também a nomeação anterior daquela praça, se devem muito significativamente à iniciativa de João Caeiro de Sousa⁵⁵⁹.

Outros factores de visibilidade para o exterior do movimento nesse ano foram, em Janeiro a transmissão da entrevista que a RTP realizou no Porto ao presidente da APE, no programa ABZ, com a duração de 45 minutos⁵⁶⁰, a entrevista à rádio local de Olhão a Domingos Terramoto a 18 de Julho; também na Rádio Margem Sul, do Barreiro, terminou em Novembro o curso de Esperanto dado por

⁵⁵⁴ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 26, Março-Abril de 1986, Jubilea Komitato - Circular n.º 5 de 31/3/1986.

⁵⁵⁵ A Direcção de Serviços de Filatelia dos CTT respondeu: “dado que o Plano de Emissões é bastante reduzido e elaborado a partir de todas as sugestões recebidas, lamentamos não ter sido possível incluir nele as sugestões apresentadas por V. Exa.”. Os apoios foram vários: Federação Portuguesa de Filatelia, Clube Filatélico de Portugal, Comissão Nacional da UNESCO, Sociedade de Língua Portuguesa, Sociedade Portuguesa de Naturologia, Universidade Internacional para a Terceira Idade, Clube Desportivo de Paço de Arcos, CIAL - Centro de Línguas e CRISFAL - Ensino Secundário. Vd. *Nia Bulteno*, n.º 29, Nov-Dez 1986, pp. 5-6 e 11-2.

⁵⁵⁶ F. Namora favorecia mas não aprendeu Esperanto. Contactado por E. Crispim por causa da emissão do selo comemorativo, escreveu aos CTT: “Não aprendi Esperanto, mas o universalismo e nobre ideia subjacentes a esta língua internacional nunca me foram, nem poderiam ser, indiferentes. Veículo de comunicação entre os indivíduos das mais diversas culturas e credos, a língua criada pelo Dr. Zamenhof não é apenas um instrumento facilitador da comunicabilidade, mas também de uma verdadeira formação para as interacções fraternas” (em Esperanto no original, cit. em artigo de Salnevo, *Nia Bulteno*, n.º 43, Mar-Abr 1989, p. 4).

⁵⁵⁷ Joaquim Calado integrou a Liga Portuguesa de Esperanto criada em 1946 e participava na revista *Nia Stelo*, editada entre 1955 e 1960. J. Calado foi na década de 1940 um dos primeiros professores do entrevistado A.O. e, segundo o entrevistado L.D. (entrevistas realizadas no Barreiro, Julho de 2012) conheceu a esposa através do Esperanto, e sendo esta oriunda da Holanda, foi neste país que acabou por se radicar.

⁵⁵⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 32, Maio-Junho de 1987, pp. 5-8.

⁵⁵⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 31, Março-Abril de 1987, pp.7-10 e *Nia Bulteno*, n.º 32, Maio-Junho de 1987, pp. 5-8.

⁵⁶⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 31, Março-Abril de 1987, p.2.

Correia Coimbra durante vinte semanas⁵⁶¹. Na imprensa, entre Abril e Dezembro foram inúmeros os artigos em jornais nacionais e também locais, regionais e de associações várias⁵⁶².

A discussão sobre a difusão e o futuro do Esperanto é uma constante entre os esperantistas. Em entrevista em 1989, Correia Coimbra, lembrando a década de 1940 quando iniciou a aprendizagem no grupo La Torção, dizia que “nessa altura o Esperanto era mais ou menos proibido. Podia-se falar Esperanto, na condição de que não houvesse actividade política paralela (...) a maioria dos esperantistas formou-se nessa altura, por via dessa semi-proibição. Depois de 1974, com as proibições levantadas, o interesse diminuiu”⁵⁶³; também o nosso entrevistado A. A. se exprimiu-se nos mesmos termos⁵⁶⁴. Sobre o futuro, Correia Coimbra afirmava na mesma entrevista que “o futuro do Esperanto depende dos Estados. Se pensarem que uma língua internacional e neutra é necessária, o Esperanto facilmente vingará... Mas existem interesses económicos, políticos e sociais. Hoje usamos o Inglês em grande escala internacional”; na sua opinião, os falantes de Inglês não sentem necessidade de aprender outra língua, e os restantes aprendem Inglês por razões práticas. Assim: “A solução é ensinar nas escolas [por exemplo no 12.º de escolaridade] (...) se o Esperanto fosse disciplina optativa entre outras línguas (...) muitas pessoas aprenderiam, por razões práticas: é muito mais fácil que todas as outras” (*idem*). O ensino nas escolas seria também garante da “modernização do movimento português, que só será conseguido através da adesão da juventude estudantil”, como dissera noutra entrevista⁵⁶⁵.

Já Gonçalo Neves manifesta-se apontando aos esperantistas portugueses alguma inércia não assumida, na medida em que “se culpa a fraqueza do movimento pelas décadas de repressão em Portugal, pela influência das culturas inglesa e francesa, e pela desconfiança e preconceitos das entidades”; noutros países, principalmente na Europa Oriental e na Ásia, o Esperanto fortifica-se por via de muito trabalho de conferências, congressos, seminários, escrita e edição, teatro, emissões de rádio, encontros e conversação, sendo que em Portugal existem muitos “eternos iniciados” (*eternaj komencantoj*) que transmitem uma pálida imagem do movimento⁵⁶⁶. Por outro lado, como argumenta Miroslav Malovec, da Associação Checa de Esperanto, há que demonstrar a utilidade da língua para

⁵⁶¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 36, Janeiro-Fevereiro de 1988, p. 2.

⁵⁶² Em *Diário de Notícias* (5 de Abril no respectivo *DN-Magazine*); *Jornal do Barreiro* (17 Abril); *A Bola* (23 Abril); *O Sporting Olhanense* (30 Abril); *O Diário* (14 Maio e 13 Novembro); *Traço de União - revista campista* (Junho); *Jornal Espírita* (Junho, Agosto e Outubro); *Notícias da Moita* (15 Julho); *Jornal de Notícias* (27 Julho); *O Diário Popular* (27 Julho); *A Voz de Alcobaça* (31 Julho e 31 Outubro); *Fraternidade* (Agosto); *Correio da Manhã* (6 Dezembro, na revista respectiva); *Margem Sul* (12 Dezembro); *A Razão* (15 Dezembro); *A Voz de Azeméis* (18 Dezembro) (Vd. *Nia Bulteno*, n.º 32, Mai-Jun 1987, pp. 5-8 e *Nia Bulteno*, n.º 36, Jan-Fev de 1988, p. 11). Correia Coimbra deu também uma entrevista ao jornal *Tal & Qual*, editada em Português e em Esperanto, tradução do entrevistado (*Nia Bulteno*, n.º 47, Nov-Dez 1989, p. 7-9).

⁵⁶³ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 47, Novembro-Dezembro de 1989, pp. 7-9. Em Esperanto no original.

⁵⁶⁴ Entrevistado em Lisboa em Julho de 2012.

⁵⁶⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 36, Janeiro-Fevereiro de 1988, pp. 3-4. Em Esperanto no original.

⁵⁶⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 42, Janeiro-Fevereiro de 1989, p. 6. Em Esperanto no original.

que não seja vista como um desígnio utópico: ao Esperanto tem-se recorrido maioritariamente para fins de lazer e não como meio linguístico de intercompreensão para o mundo do trabalho, e essa mudança seria um passo fundamental para o movimento⁵⁶⁷.

A aproximação do fim da década de 1980, que coincidiu com o centenário do Esperanto, dará início a uma fase particularmente rica do movimento português. Talvez seja plausível encontrar aqui a mudança geracional que imprime as maiores diferenças entre o Esperanto antes e depois do binómio ditadura-revolução democrática; sendo que, naturalmente, muitos dos esperantistas “antigos” continuam presentes, alguns mesmo até aos dias de hoje. Vários factos podem demonstrar o rosto desta nova fase: a exposição ao exterior, com as sete representações nas Feiras de Línguas realizadas em Lisboa entre 1988 e 2007 e a edição de um suplemento ao *Nia Bulteno*, redigido em Português para esclarecimento e caracterização do movimento nacional e internacional, entre 1992 e 1997 (com 9 edições); o reconhecimento internacional da produção literária de autores portugueses; o estreitamento das ligações aos esperantistas espanhóis; a quantidade de eventos nacionais, ou seja, Encontros de Esperantistas Portugueses, Festa de Zamenhof em Dezembro, criação da secção juvenil e as suas actividades; uma geração de jovens esperantistas que ensina Esperanto aos filhos desde a primeira infância; por fim, a apresentação de uma petição ao Parlamento para ensino da língua nas escolas. Mas, veja-se primeiro o surgimento de uma outra associação que tem uma vertente esperantista, todavia, com um carácter profundamente diverso da APE.

É a meio desta década de 1980 que é criada a organização Saluton, uma cooperativa designada Saudação – Cooperativa Cultural de Amigos do Esperanto e da Natureza. Anunciou-se a sua formação no *Nia Bulteno* nos termos seguintes: “está em marcha um antigo anseio para o estabelecimento de uma cooperativa esperantista para confraternização especialmente durante os tempos de férias (...) [e] já está a atingir a primeira centena de sócios (...) dirija-se à Cooperativa Saluton com sede provisória na nossa Associação para disfrutar do movimento cooperativo em prol do Esperanto”⁵⁶⁸. A Cooperativa Saluton foi criada em 1985, e a partir de 1990, com uma tiragem regular de 500 exemplares, passa a editar o boletim *Saudação Informilo*. Em entrevista dada em 1988 ao *Nia Bulteno*, o presidente da Cooperativa Saluton, Mário Eusébio dos Santos, diz:

a Cooperativa foi criada com fins culturais, de fraternidade/solidariedade e de protecção da Natureza – portanto, aspectos altamente sociais e de utilidade pública, no presente e para o futuro (...) a palavra cooperativa ainda não soa bem a muita gente – talvez porque ignoram a dignidade e a vantagem de trabalhar em equipa e numa “empresa” em que todos são simultaneamente “patrões” e “trabalhadores”. Uma “sociedade” em que prevalece o valor humano sobre o capital. (...) Na expressão “Amigos da Natureza” há

⁵⁶⁷ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 39, Julho-Agosto de 1988, pp. 3-4, excerto do artigo “Utileco, ne venko”, *Starto*, 4/86 (115). Órgão da Associação Checa de Esperanto.

⁵⁶⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 22, Julho-Agosto de 1985, p. 23.

quem pretenda ver conotações com os “Verdes” (...) [todavia] “Saudação” é um espaço aberto e neutral, absolutamente apartidário⁵⁶⁹.

À imagem das Casas de Cultura esperantistas, das quais a de Grésillon é a mais emblemática, a Saluton possui em Penacova uma casa de férias erguida de um antigo palacete remodelado, sendo que o projecto inicial era uma multiplicação destes espaços: “[as] ‘Casas de cultura e férias’ [permitirão] reunir (...) grupos de pessoas das mais longínquas paragens convivendo amistosamente, em atmosfera propícia à prática e aprendizagem da interlíngua neutral. Essas casas funcionarão como centros de formação humana e cooperativa (...) é ver o que acontece por exemplo em Chaux-des-Fonds (Suíça), Grésillon (França) e Pisanica (Bulgária)” (*Idem*).

Terá havido alguma preocupação por parte de alguns membros da APE de que esta Associação e a Saluton conflitassem de algum modo, ou que se operasse uma divisão no movimento português. Já em 1990 Mário Eusébio responde a um artigo do *Nia Bulteno* que mostrava a referida preocupação, sublinhando que os objectivos e métodos da Saluton são distintos dos da APE: “tal como para Zamenhof o Esperanto não era um fim mas um meio para a harmonia social, a Saluton segue exactamente essa conduta (...) o cooperativismo, a cultura – na qual se insere o Esperanto – e o amor à natureza, são os meios para atingir o bem-estar e a solidariedade (...) A Saluton esforça-se para alcançar totalmente o belíssimo ideal de Zamenhof, não apenas parte dele: a língua”⁵⁷⁰.

Mas outros membros da APE manifestam-se com tranquilidade. Werher Sacramento lembra a relação da Saluton com a EKES, associação esperantista francesa que tem o objectivo de colaboração de várias associações ecologistas nacionais através do Esperanto. E António Martins sublinha que muitos dos membros da Saluton também pertencem à APE ou ali chegam através do Esperanto, trabalhando incansavelmente em ambas as associações, que não configuram qualquer conflito, até porque têm esferas de acção diferentes; por fim acentua ainda que a APE não se assume como organização de culto a Zamenhof nem de realização dos seus sonhos, por mais admiráveis e dignos de apoio que sejam – trabalhando, sim, na utilização e difusão da língua Esperanto⁵⁷¹. Vejam-se alguns nomes da APE que directamente participam na Saluton, não só no ensino do Esperanto mas com responsabilidade noutras actividades, como ensino de informática, cursos de alimentação vegetariana, ou nas actividades de ecologia⁵⁷² – o próprio presidente, Mário Eusébio dos Santos, Manuel Teixeira, Joaquim Gonçalves Pires, Olga Almeida, Eduardo Rosa Crispim, António Silva Almeida ou Alcino Alves (este último ligado às actividades de ecologia e Olga Almeida às actividades de

⁵⁶⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 41, Novembro-Dezembro de 1988, pp. 4-6 e 11.

⁵⁷⁰ Artigo de Mário E. dos Santos, em *Nia Bulteno*, n.º 49, Maio-Junho de 1990, p.6-7, em Esperanto no original.

⁵⁷¹ Vd. respectivamente “Saluton pene kovas sian unuan ripozejon”, Werther Sacramento em *Nia Bulteno*, n.º 49, Maio-Junho de 1990, p.7 e *Nia Bulteno*, n.º 50, Setembro-Outubro de 1990, p.15.

⁵⁷² *Saudação Informilo*, Inverno/2003–vol. xix, n.º 133, p. 12 e *Cooperativa Cultural Saudação*, 2013: 58-62.

vegetarianismo⁵⁷³; Manuel Teixeira também leccionou Esperanto na Sociedade Portuguesa de Naturologia por vários anos⁵⁷⁴); mais recentemente Wilson Brígido leccionou a Língua Internacional, substituindo Eduardo Crispim⁵⁷⁵.

Veja-se o crescimento da Cooperativa Saluton: em 1990 tem 302 cooperadores, em 2003 são 502, no ano seguinte aumentou para um total de 707, e em 2008 eram 528⁵⁷⁶; em 2007 a sede da sua Academia passou a situar-se na Avenida Marquês de Tomar em Lisboa⁵⁷⁷. A Saluton funciona essencialmente enquanto espaço de ensino e convívio através da Academia Saudação, para uma maioria de “cooperantes” do grupo etário denominado “terceira idade”. Em 2005, por exemplo, entre muitas áreas disciplinares (línguas, humanidades ou artes), o Esperanto era ensinado em vários níveis de proficiência, e foi criado o ARE - Amikeca Rondo per/pro Esperanto (um Clube de Amigos do Esperanto); na área da ecologia e natureza foi constituído o Helianto-klubo, para as seguintes actividades: caminheiros, saudação à Primavera, observação e criação de aves, protecção de espécies em extinção e jardinagem⁵⁷⁸.

A publicação *Saudação Informilo* constitui-se como um meio de informação e de reflexão sobre a vida da Cooperativa, e também um espaço de divulgação científica – especialmente temas de saúde e ecologia - e ainda de partilha de opinião e debate de temas da actualidade. Foi particularmente visível a publicação de artigos e comentários entre 2002 e 2006 sobre a questão da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, período entre os dois referendos realizados em Portugal (em 1998 e em 2007), tendo-se verificado que, se nem sempre se tendeu a uma atitude de criminalização, contudo, sempre se apelou para a condenação moral daquela decisão da mulher⁵⁷⁹. Este posicionamento parece indiciar traços de inspiração religiosa – porventura católica - nos órgãos principais da Academia, rastreáveis noutros indicadores: o carácter místico da “Hora Saudação”⁵⁸⁰, a que também não será alheia a designação de “acção fraterna” para o incentivo à conduta de voluntariado diário entre os membros.

Sobre a forma de difusão pública do Esperanto escrevia Mário Eusébio dos Santos em 1990:

⁵⁷³ Vd. *Saudação Informilo*, n.º 6/ 2001 - Vol. xviii, n.º 115, p. 9.

⁵⁷⁴ Vd. *Saudação Informilo*, n.º 4, 1990, p. 13.

⁵⁷⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 95, Julho-Setembro de 2012, p. 8 e *Cooperativa Cultural Saudação*, 2013:58-62.

⁵⁷⁶ Vd. *Saudação Informilo*, n.º 4, 1990, p.3-4; n.º 1/2003 - Vol. xix, n.º 130, p.5-6; Verão/2004 - vol.xx, n.º 135, p.10; Verão 2008, Ano xxii - vol. xxiii, n.º 151.

⁵⁷⁷ Vd. *Saudação Informilo*, Verão/ 2007, Ano xxi - vol.xxi, n.º 147.

⁵⁷⁸ *Saudação Informilo*, Inverno/2005-vol. xx n.º137, p.13; Primavera/2005-vol. xxi n.º 138, p. 6; Verão/2005 - vol. xxi n.º 139, p.17.

⁵⁷⁹ Os artigos foram publicados nos números n.º 2/2002; Outono/2003; Primavera/2005; Verão/2005; Outono/2005; Verão/Outono/Inverno 2006; Inverno/2007.

⁵⁸⁰ Isto é: a designação de uma hora para reflexão e meditação individual diária (às 22 h), que crie uma “corrente de energia mental” entre os cooperadores (*Saudação Informilo*, Outono/2003-vol. xix, n.º 131, p. 20-2).

Já passamos demasiado tempo a acreditar numa propaganda feita de qualquer maneira, e a lamentar que o Estado não nos dê atenção e não introduza o Esperanto nos programas escolares como opção. Segundo me parece, a propaganda, na forma do costume, não costuma resultar, ou melhor, ela pode resultar positiva (talvez 2 ou 3%), indiferente (quicá uns 80%) e, o que é pior, negativa relativamente aos restantes (...) Creio que é preferível o testemunho pessoa a pessoa (...) e sobretudo, que a nossa coerência com os objectivos do Esperanto seja de molde a impressionar positivamente os nossos interlocutores.⁵⁸¹

De acordo com este posicionamento de tipo “proselitista” está a acção de divulgação que alguns esperantistas da Saluton realizaram durante uma estadia de férias – e assim se justificará o desacordo ou apreensão de alguns membros da APE:

O útil para o Esperanto. O agradável para os esperantistas - (...) uma vintena de esperantistas e simpatizantes do Esperanto (...) por iniciativa de Mário Eusébio (...) marcou (...) hospedagem no Colégio de Penafirme, perto da praia de Santa Cruz (...) àqueles que não desconheciam a palavra Esperanto mas estavam convencidos que o Esperanto já não existia, mostrou-se a vitalidade do Esperanto até como motivo aglutinador social (...) Mário Eusébio proporcionou a todos os veraneantes interessados (...) uma abordagem relâmpago do Esperanto em sete lições (...) a experiência de Penafirme é exemplo a imitar em outros pontos do país. Basta que samideanos de uma região combinem passar juntos parte das suas férias numa estância de repouso, aproveitando para mostrar à sociedade que nos rodeia a vitalidade do Esperanto.⁵⁸²

Em 2010 a Festa de Zamenhof foi celebrada na Casa de Penacova, com a presença de vários membros da APE, como Alcino Alves, Antónia Carvalho, António Martins, Iuri Gaspar, José Martins, Luís Oliveira, Manuel José Pinguinha, Marta Martins, Nuno Figueiredo, Nuno Magalhães e Simplício Moura. Improvisou-se uma livraria com títulos trazidos da sede da APE, tocou-se e cantou-se em Esperanto, e houve uma caminhada ao Penedo do Castro com Alcino Alves como cicerone sobre botânica local⁵⁸³.

Vejam-se agora as várias vertentes elencadas a propósito da revitalização do movimento português a partir do fim da década de 1980. Em primeiro lugar, a participação da APE em feiras de línguas realizadas em Lisboa entre 1988 e 2007 – quase sempre na FIL (Feira Internacional de Lisboa) ou no Fórum Picoas -, tendo comparecido de dois em dois anos até 1998, e com um intervalo de nove anos até à última aparição. A primeira participação em 1988 foi na 1.^a Feira das Indústrias da Cultura que reuniu cerca 250 entidades colectivas ligadas à cultura; a APE concedeu algumas entrevistas para programas de rádio e registou-se a visita de Dr. Mário Soares, Presidente da República, e da Dra. Maria Barroso. A partir de 1990 a feira designou-se Expolíngua Portugal. Salão Português de Línguas e Culturas. Nem sempre a APE pôde usufruir de patrocínios para a sua participação, mas registe-se

⁵⁸¹ Vd. “Por ocasião do dia de Zamenhof”, *Saudação Informilo*, n.º 6, 1999, p.14-6.

⁵⁸² Vd. “O útil ao agradável”, *Nia Bulteno*, n.º 29, Novembro-Dezembro de 1986, pp. 1-2.

⁵⁸³ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 91, Julho de 2008-Setembro de 2011, p.10.

que em 1992 teve o apoio de algumas entidades e organizações, entre as quais a Comissão Nacional da UNESCO. A crítica habitual que estas Feiras suscitavam aos esperantistas era que as línguas e as culturas estavam pouco representadas, “[sendo] quase uma feira comercial de escolas de línguas e de editoras, ocupando-se quase exclusivamente do Inglês e do Francês, com fraca presença de representantes culturais de outras línguas e povos”⁵⁸⁴. Na última presença, em 2007, José Martins deu uma lição de Esperanto num espaço preparado para o efeito, que também mostrou outras línguas. Os membros da APE mais vezes presentes nestes eventos foram António Martins, João Santos, Franco Simões, Alcino Alves, Faria de Bastos, Gonçalo Neves, Georgina Pereira, Eduardo Crispim, Olga Almeida e António da Silva Almeida. Outros nomes são os de Mário Eusébio dos Santos, Alan Romero, Werther Sacramento, Ricardo Toscano, Francisco Melo, Cláudia Soares, Wilson Brígido, Luís Ladeira e Iuri Gaspar⁵⁸⁵.

Foi também depois do centenário que, num período de cinco anos, o *Nia Bulteno* teve um suplemento redigido em Português a partir de 1992, tendo o primeiro número sido coordenado por Werther Sacramento e António Martins. Denominou-se *Esperanto, Língua Viva!*: “Com este 1.º número em português a APE dá corpo a um projecto já antigo mas cada vez mais urgente: valorizar o contacto com o público em geral, fornecendo-lhe em primeira mão informações sobre o que se passa nesse vasto e variado mundo de comunicação privilegiada e alternativa que só o Esperanto oferece”⁵⁸⁶. Neste período o Esperanto em Portugal foi sendo tema nos meios de comunicação, por via do trabalho de Alan Romero, o representante nacional da TEĴA – Tutmonda Esperantista Ĵurnalista Asocio (Associação Mundial dos Jornalistas Esperantistas):

nos últimos anos o Esperanto aparece na Rádio, Televisão e Imprensa, essencialmente pela iniciativa de Alan Romero. Agora a APE colhe os frutos, e não é mais aos olhos dos jornalistas uma seita obscura, mas um movimento forte e digno de notícia. De facto, já os jornalistas propõem eles mesmos programas e artigos (...) acabaram os dias de esmolas (...) veja-se o longo artigo no suplemento de domingo do *Público* (n.º 267, de 23 de Abril de 1995), para o qual Clara Viana entrevistou António Martins, Werther Sacramento, Gonçalo Neves e Ricardo Toscano, com fotografias, e contando 9 páginas.⁵⁸⁷

A vertente literária enriqueceu-se consideravelmente e tem sido reconhecida no exterior do movimento nacional. Para além de ter sido várias vezes distinguido em concursos literários em Portugal, Gonçalo Neves é o esperantista português mais premiado internacionalmente pelo seu trabalho literário em Esperanto. Ocorreu por quatro vezes em concursos de belas artes de Congressos

⁵⁸⁴ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 70, Outubro-Dezembro de 1996, p. 4. Em Esperanto no original.

⁵⁸⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 42, Jan-Fev 1989, p. 4-5; n.º 51, Jan-Fev 1991, p. 4-5; n.º 59, Nov-Dez 1992, p. 4; n.º 63, Jan-Mar 1994, p. 4; n.º 70, Out-Dez 1996, p. 4; n.º 72, Out-Dez 1998, p. 11; n.º 90, Jan 2006–Jun 2008, p. 5.

⁵⁸⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 58, Setembro-Outubro de 1992.

⁵⁸⁷ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 66, Abril-Junho de 1995, p. 7. Em Esperanto no original.

Universais de Esperanto em 1991, 1992, 1993 e 1995, obtendo 11 prémios e 5 menções para prosa, ensaio e poesia. Aquando da primeira distinção no Congresso Universal recebeu também o título de “Novo Talento”, figurando numa lista onde já estão por exemplo Marjorie Boulton e William Auld, tendo o seu poema sido declamado por Mark Fettes⁵⁸⁸. Gonçalo Neves recebeu outras distinções noutras ocasiões, como na 29.^a edição dos Internaciaj Floraj Ludoj em 1989, no concurso literário Ivo Rotkviĉ em 1991, e no mesmo ano, no Congresso de Esperanto da Catalunha, em que esteve presente o escritor William Auld⁵⁸⁹. Já em 2005 o maior jornal islandês, *Lesbók*, publicou em 13 de Março de 2004 um poema de Gonçalo Neves, traduzido por Baldur Ragnarsson, poeta esperantista⁵⁹⁰. Este escritor português foi em 1995 eleito para a Academia de Esperanto, sendo um dos membros mais novos; dedicou esta distinção a João Santos e a António Martins, as pessoas que mais influência tiveram na sua iniciação na língua. No ano seguinte, na eleição decorrida no mês de Novembro em Toulouse, G. Neves foi designado para a vice-presidência da Academia de Esperanto⁵⁹¹.

Outros autores portugueses distinguidos com prémios literários são João José Santos e Eduardo Crispim, ambos por peças teatrais. No concurso do Congresso Universal de 2011, J. Santos recebeu uma menção honrosa pela peça *Aŭtodafeo*, que foi editada no periódico *Beletra Almanako* (redigido por Ertl István)⁵⁹². J. Santos é o criador da revista literária *La Karavelo*, foi representante nacional da ILEI vários anos, e para além do ensino de Esperanto na APE, ensinou em muitos cursos fora da Associação e é autor de livros de ensino do Esperanto; em 2009 fez em Estremoz uma comunicação sobre Esperanto e direitos linguísticos em colaboração com a filial da Amnistia Internacional, e em 2012 preparava a aparição pública da tradução de *A Mensagem* de Fernando Pessoa⁵⁹³. No Congresso Universal de 2012 que decorreu no Vietname, foi E. Crispim o distinguido, também com menção honrosa, pela peça *Fetorafero* que foi publicada em *Beletra Almanako*. É conhecido pelo pseudónimo Eduardo Novembro e tem uma parte da sua obra publicada em dois volumes: pela APE em 1984 os contos *Etaj Rakontoj* e, em *La Karavelo* de 2010 o conto *Liberaj Tempoj: Rakonto pri la Ĉiutaga Laborista Vivo*; a restante pode ser lida noutras publicações como *Monato* e *Sennaciulo*, constando principalmente de prosa original e traduzida, ficção histórica e alguma poesia⁵⁹⁴.

⁵⁸⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 53 Jul-Ag 1991, p.3; n.º 55, Jan-Fev 1992, p. 13-5; n.º 62, Nov-Dez 1993, p. 7; n.º 67, Out-Dez 1995, p. 23; n.º 94, Abr-Jun 2012, p. 8.

⁵⁸⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 45, Jul-Ag 1989, p. 2-3; n.º 51, Jan-Fev 1991, p. 23; 54, Nov-Dez 1991, p. 8-9.

⁵⁹⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 87, Janeiro-Março de 2005, p. 10.

⁵⁹¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 66, Abril-Junho de 1995, p. 13; *Nia Bulteno*, n.º 68, Janeiro-Março de 1996, p. 4.

⁵⁹² Vd. *Nia Bulteno*, n.º 91, Julho de 2008-Setembro de 2011, p. 31.

⁵⁹³ Ensinou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990/91, quando ali estudava Línguas e Literatura Clássicas, e num centro de Espiritismo de Lisboa em 2002. É autor, entre outros títulos, do livro de ensino *O Esperanto em 30 Horas*, de 2009; em Estremoz apresentou publicamente em 2008 o seu projecto editorial *La Karavelo*, e realizou comunicações na Escola Secundária daquela cidade. Vd. *Nia Bulteno*, n.º 50, Set-Out 1990, p.18-9; n.º 80, Out-Dez 2002, p. 8; n.º 91, Jul 2008-Set 2011, p. 14; n.º 94, Abr-Jun 2012, p. 7.

⁵⁹⁴ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 94, Abril-Junho de 2012, p. 8.

Entre o fim da década de 1980 e o princípio da seguinte estreitaram-se laços entre os esperantistas ibéricos, segundo indicam as visitas recíprocas em eventos formais e informais em ambos os países. Em 1989 o Encontro de Esperantistas Portugueses decorrido em Castelo Branco teve a presença de Francisco Cabezas Jiménez, pioneiro de Mérida e representante da Hispana Esperanto Federacio, e reciprocamente, vários membros da APE participaram no mesmo ano, em Bilbao, no 49.º Congresso Espanhol de Esperanto. Franco Simões transportou a sua bandeira e exibiu-a num passeio de barco, e Alcino Alves, Joana Alves (sua filha) e Werther Sacramento apresentaram em Esperanto as estrofes camonianas do episódio do gigante Adamastor (declamação com apoio de projecção de diapositivos). Por fim, a efeméride de Zamenhof em Dezembro desse ano teve a visita de esperantistas de Espanha – e da Polónia também - e decorreu em A Voz do Operário, com várias prelecções e sessões de música em Esperanto (pelo grupo de fado de Faria de Bastos e pelo coro da Associação de Amizade Portugal-Rússia)⁵⁹⁵. Em 1990 houve um encontro de esperantistas ibéricos em Mérida⁵⁹⁶, no ano seguinte a festa de Zamenhof organizada em Olhão recebeu visitantes de Mérida e de Sevilha⁵⁹⁷, e em 1992 uma grande representação portuguesa esteve em Mérida para o Congresso Espanhol de Esperanto, tendo oferecido uma sessão de fado, para além das habituais prelecções⁵⁹⁸. Em 1993 a festa de Zamenhof teve novamente participantes de Espanha⁵⁹⁹. No 16.º Encontro de Esperantistas Portugueses ocorrido em 1996 em Vizela veio o presidente da Federação Espanhola de Esperanto, Dr. Alonzo Núñez, também professor na Universidade de Santiago de Compostela, acompanhado de dois colaboradores⁶⁰⁰. Finalmente em Dezembro de 2000 esteve com os membros da APE o galego Jesus Moinhos, num encontro em que Jaime Correia tocou o hino do Esperanto com a sua trompete⁶⁰¹.

Um importante acontecimento foi, em 13 de Dezembro de 1991, a entrega ao Parlamento de uma petição subscrita por 2497 pessoas por iniciativa da APE:

Os abaixo-assinados, cientes da importância da língua internacional/Esperanto, desde logo como língua veicular neutral no quadro das relações intracomunitárias da C.E., vêm, no uso do seu direito de petição, pedir que, a exemplo de outros países europeus, seja introduzido em Portugal, no âmbito da reforma educativa em curso, como disciplina curricular opcional do ensino secundário, ou, quando menos, a título de experiência-piloto⁶⁰².

⁵⁹⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 45, Jul-Ag 1989, p. 4-5; n.º 46, Set-Out 1989, p. 4-6; n.º 47, Nov-Dez 1989, p. 4.

⁵⁹⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 50, Setembro-Outubro de 1990, p. 5.

⁵⁹⁷ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 55, Janeiro-Fevereiro de 1992, p. 4.

⁵⁹⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 56, Maio-Junho de 1992, p. 6.

⁵⁹⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 62, Novembro-Dezembro de 1993, pp. 6-7.

⁶⁰⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 70, Outubro-Dezembro de 1996, p. 6-8.

⁶⁰¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 77 - Janeiro-Março de 2001, p. 7.

⁶⁰² *Esperanto, Língua Viva!*, n.º 2, Janeiro-Abril 1993, p.5, Suplemento ao *Nia Bulteno*, n.º 60, Jan-Mar 1993.

Cerca de metade dos assinantes (48%) foram estudantes e professores, dos primeiros uma maioria do ensino superior⁶⁰³. A petição foi acompanhada de uma carta à presidência da Assembleia sobre o problema geral da língua de intercomunicação e sobre o Esperanto como língua adequada à solução daquele problema. A cada deputado foi enviada também uma carta sobre o enquadramento da questão na Comunidade Europeia, acompanhada dos relatórios e conclusões do 1.º Congresso Europeu de Esperanto (Eŭropa Kongreso de Esperanto) e do 77.º Congresso Universal (e mais algumas cartas com outro material, nomeadamente mencionando o apoio dado por Umberto Eco ao Esperanto num evento ocorrido em Santiago de Compostela pouco tempo antes). O projecto da APE – constituição de uma disciplina opcional ou realização de uma experiência piloto em seis escolas secundárias – replicou outros já apresentados noutros países, tendo sido adoptados nos parlamentos italiano, húngaro e sueco; como ficou dito no Capítulo 4.3., está em consonância com o trabalho desenvolvido no Parlamento Europeu por um grupo de eurodeputados, visando uma recomendação aos Estados-Membros no sentido da introdução do ensino do Esperanto nas escolas da então designada Comunidade Europeia, e um relatório sobre as vantagens da sua utilização como língua de trabalho nos órgãos comunitários.

A discussão decorreu no Plenário da Assembleia da República a 28 de Janeiro de 1993, mediante as intervenções dos representantes dos grupos parlamentares do PCP, PSD, PS e Verdes, tendo sido todas favoráveis: PS, PCP e Verdes considerando a situação de tendência para a integração entre Estados a par da existência de conflitos étnicos generalizados, e dado o carácter neutral e supra-nacional da Língua Internacional, pelas suas características de facilidade, internacionalidade e propedêutica; o deputado de Os Verdes enfatizou o papel do Esperanto como agente de “ecologia linguística”, ao promover a conservação das línguas minoritárias contra o avanço hegemónico das “grandes línguas” e ao evitar o desperdício e gastos exagerados em tradução e interpretação na comunicação internacional. Aquele deputado leu uma passagem da carta da APE aos deputados: “Tal como a ecologia é uma resposta ao problema da preservação do meio ambiente, diríamos que o Esperanto consiste numa resposta adequada ao problema da preservação das identidades culturais das nações. O Esperanto é a ‘ecologia’ das culturas nacionais”. Quanto ao PSD, partido do Governo, colocou apenas algumas reservas à oportunidade do pedido. Não estando regulamentarmente prevista qualquer votação em matéria de petições ao Parlamento, a transcrição da discussão assim como o texto da petição foram levados ao conhecimento do Ministério da Educação, ao qual compete a respectiva execução. No dia seguinte a APE envia à Agência Lusa a notícia intitulada “Parlamento a favor do Esperanto”⁶⁰⁴.

Três anos depois Faria de Bastos, Werther Sacramento e António Martins reúnem com o Secretário de Estado da Educação Alexandre Rosa, a 23 de Janeiro de 1996:

clarificou-se o já conhecido facto que, segundo a lei actual sobre autonomia das escolas, não é necessária qualquer autorização ministerial para o ensino do Esperanto. Houve simpatia e interesse do Ministro, e

⁶⁰³ Vd. *Esperanto, Língua Viva!*, n.º 2, Jan-Abr 1993, p.5, Suplemento ao *Nia Bulteno*, n.º 60, Jan-Mar 1993.

⁶⁰⁴ *Nia Bulteno*, n.º 60, Jan-Mar 1993, pp. 6-7 e o seu Sup. *Esperanto, Língua Viva!*, n.º 2, Jan-Abr 1993, pp. 3-5.

garantia da aceitação do ensino escolar onde existam professores prontos e alunos interessados. “Apresentem-nos propostas concretas e terão ensino oficial do Esperanto! Desafiem-nos!”. Assim, a Direcção procura esperantistas que sejam professores nas escolas - ou professores interessados em tornarem-se instrutores de Esperanto após treino de um ano com a APE.⁶⁰⁵

Mas este processo não teve mais desenvolvimentos. Sendo as escolas autónomas nas questões extra-curriculares e não estando sensibilizadas para a Língua Internacional, o processo terá consistido apenas numa acção de visibilidade pública – como de qualquer modo é patente através da profusão de artigos na imprensa, e constantes do Arquivo da APE.

A iniciativa da realização desta petição foi de Miguel Faria de Bastos, na altura o Presidente da APE; advogado, tem sido o representante nacional da EJA – Associação Esperantista de Direito, era representante da EEU - Esperanto Eŭropa-Unio (União Europeia de Esperanto)⁶⁰⁶. Tem nas últimas décadas protagonizado debates sobre o Esperanto no quadro linguístico da actualidade, de que se destacam: em 1992 na Rádio Vizela com um professor de Inglês, um de Francês, e um filólogo e professor de Português⁶⁰⁷; em 1993 na festa de Zamenhof ocorrida no Palácio Foz, o tema “Política linguística na UE: que futuro?” com 3 convidados da Faculdade de Letras de Lisboa⁶⁰⁸; já em 2010, organizado pelo Clube Rotário de Vizela foi debatido na Escola Secundária local o tema “Como otimizar a ordem linguística mundial? Imperialismo linguístico e sobrevivência linguística. O problema da língua universal neutra. Línguas étnicas e línguas planeadas. Prognose sobre a língua portuguesa no Mundo”, seguido de uma lição experimental⁶⁰⁹. Em 1998 Faria de Bastos editou pela APE o livro trilingue *Timor - O Maior Campo de Extermínio do Mundo*, em Esperanto, Português e Inglês, que foi apresentado no Fórum Picoas. Corresponde ao texto (aumentado) da prelecção feita em 1997 no Congresso Universal de Esperanto em Adelaide, e tem prefácio de José Ramos Horta, Prémio Nobel da Paz em 1996, partilhado com o bispo D. Ximenes Belo⁶¹⁰.

Pode falar-se de uma renovação geracional no movimento português. Por um lado, a concretização da PEJ – Portugala Esperantista Junularo (Juventude Esperantista Portuguesa) em 1993 por António Martins, Georgina Pereira e Ricardo Toscano, que no ano seguinte já conta com 47 membros (sub-30 anos) e em 1996 se tornou Secção Nacional da TEJO – Tutmonda Esperantista Junularo Organizo (Organização Mundial da Juventude Esperantista), por decisão tomada no Congresso Internacional em

⁶⁰⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 68, Janeiro-Março de 1996, p. 3. Em Esperanto no original.

⁶⁰⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 53 Jul-Ag 1991, p. 4-5; n.º 70, Out-Dez 1996, p. 2.

⁶⁰⁷ O professor de Inglês representou o Instituto Britânico e o de Francês veio da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vd. *Nia Bulteno*, n.º 57, Julho-Agosto de 1992, p. 4.

⁶⁰⁸ Fernando Cristóvão, do Dep. Literatura Românica, José Pinto de Lima, do Dep. Estudos Germânicos, e Júlia Ferreira, do Dep. Estudos Anglo-Americanos. Vd. *Nia Bulteno*, n.º 62, Nov-Dez 1993, pp. 6-7.

⁶⁰⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 91, Julho de 2008-Setembro de 2011, p.11.

⁶¹⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 73, Janeiro-Março de 1999, p. 10.

Guntersberg na Alemanha⁶¹¹; António Martins e depois Ricardo Toscano foram em Portugal os delegados da TEJO.

Por outro lado, alguns esperantistas jovens com descendência começam a ensinar Esperanto como “segunda língua materna”: José Martins⁶¹², João Santos⁶¹³, Gonçalo Neves⁶¹⁴, e mais tarde António Martins. Em 1994 os esperantistas “de nascença” eram já 5⁶¹⁵ e em 2012 são 8⁶¹⁶. Mas outras crianças também já tinham aprendido, como as 9 que integram o grupo de teatro GAGo (Gebuba Aktora Grupo) com idades entre os 8 e os 16 anos que em 1993 actuaram na Festa de Zamenhof que se realizou no Palácio Foz⁶¹⁷; actuaram também em 1994 no Centro Cultural de Belém participando numa iniciativa da CEE designada “Let’s share our stories”, com *Contos Amarantinos* de Agustina Bessa-Luís, peça traduzida por António Martins⁶¹⁸. João Santos justifica a decisão de ensinar Esperanto ao seu filho, na altura com 4 anos de idade:

na minha (...) concepção de educação completa, o ensino do Esperanto ao meu filho tem um papel importante (...) porque (...) [lhe] proporciona interesse por uma aprendizagem diversificada; porque a mente da criança se expande, acostumando-se a raciocínios diversos; e principalmente porque o Esperanto permite combater preconceitos, ajudando a formação do carácter. (...) mas não apenas as questões didácticas me motivam a ensinar Esperanto ao [meu filho]. O principal motivo reside na necessidade de formação da personalidade da criança, de modo a que (...) possa agir como pessoa humanista e cristã. O Esperanto possibilita aos pais a transmissão de importantes valores para a formação da personalidade da criança (...) [como] cultura, coragem, liberdade e amor, caldeados com muitos preceitos de uma conduta humana⁶¹⁹.

Gonçalo Neves também escreve a propósito do ensino da língua à sua filha ainda com dois anos incompletos, decisão tomada após longa hesitação: “se inoculamos tudo às crianças, por que não o Esperanto?”⁶²⁰.

A actividade esperantista não está confinada ao espaço físico da APE. Em 1999 foi criado o Amikeca Grupo de Alcochete, principalmente animado por Cosme Resina⁶²¹. E, de modo independente da APE, surgiu no Porto um núcleo de interessados no Esperanto que formou um grupo através da Internet, com encontros semanais num espaço de café para prática de conversação; entraram

⁶¹¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 63, Jan-Mar 1994, p. 3; n.º 64, Jul-Set 1994, p. 7; n.º 70, Out-Dez 1996, p. 12.

⁶¹² Vd. *Nia Bulteno*, n.º 47, Novembro-Dezembro de 1989, p. 5.

⁶¹³ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 61, Abril-Junho de 1993, pp. 8-9.

⁶¹⁴ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 63, Janeiro-Março de 1994, pp. 20-2.

⁶¹⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 64 Julho-Setembro de 1994, p. 9.

⁶¹⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 95, Julho-Setembro de 2012, pp. 6-7.

⁶¹⁷ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 62, Novembro-Dezembro de 1993, pp. 6-7.

⁶¹⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 65, Outubro-Dezembro de 1994, p. 3.

⁶¹⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 61, Abril-Junho de 1993, pp. 8-9. Em Esperanto no original.

⁶²⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 63, Janeiro-Março de 1994, pp. 20-2. Em Esperanto no original.

⁶²¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 80, Outubro-Dezembro de 2002, p. 8.

depois em contacto com membros da APE – Iuri Gaspar e João Santos – através da Internet, resultando desse contacto a deslocação de António Martins, no início de 2002, para leccionar naquela cidade dois cursos intensivos. A iniciativa principal neste grupo do Porto é de Nuno Magalhães e de Alexandra Guerra e Paz. Constituiu-se assim o grupo NOGESO (Norda Grupo de Esperanto-Studado), grupo não-formal que reunia aos domingos (depois de várias mudanças escolheu-se o Café Estrela d'Ouro, na Rua da Fábrica), realizando as noites de ensino - em que os antigos iniciados orientam os novos -, passeios nas imediações, frequentes encontros com os espanhóis vizinhos e com jovens esperantistas portugueses, e uma página na Internet⁶²². A NOGESO propôs então à APE a criação da PLUS, nova secção local da Associação a trabalhar no noroeste de Portugal com a colaboração de membros seus que serão também membros da PLUS – Portugala Loka Unua Sekcio (Primeira Secção Local Portuguesa). A sua extensão, a abranger 50 municípios (de Vila Nova de Cerveira à Mealhada), tem como representante Nuno Magalhães. Propõe-se principalmente iniciar colaboração com as autarquias e providenciar hospedagem no norte do país através do Pasporta Servo⁶²³. Esta primeira secção, com 24 membros da APE daqueles 50 municípios, formalizou-se em 2003 num encontro em Ílhavo presidido por José Martins⁶²⁴.

Em 2003 a APE saiu à rua para o evento coordenado que em tantos países se manifestou contra a invasão do Iraque:

por fim, os esperantistas portugueses saíram do habitual silêncio (...) como movimento onde a paz é um dos objectivos, talvez o mais nobre, não pudemos ignorar a convocação para a manifestação pela paz, contra a guerra, e decidimos sem falta participar. Levando orgulhosamente uma longa faixa “Esperanto, língua da paz” o nosso grupo (Alcino Alves, Jaime Correia e Werther Sacramento) (...) fundiu-se com a gigante massa de 80 000 pessoas que a 15 de Fevereiro irradiaram da Praça de Camões (...) [até ao] coração de Lisboa. A nossa faixa era visível no meio da movimentação, e muitas pessoas, especialmente jovens, perguntaram o significado de “Esperanto”. Respondemos e demos folhetos (...) Outras manifestações decorreram noutras cidades do mundo, algumas maiores e mais numerosas. Talvez a de Lisboa não tivesse sido tão participada, mas para os esperantistas portugueses desejosos da expansão do nosso movimento, foi muito importante porque pela primeira vez em muitos anos a palavra “Esperanto” surgiu na rua e foi repetida no meio de milhares de pessoas idealistas, o mais fecundo chão para semear o nosso próprio ideal de língua internacional, apta à efectivação de uma futura libertação mundial da opressão⁶²⁵.

⁶²² Com o endereço www.nogeso.cjb.net.

⁶²³ Os proponentes são: Bruno Reis (Aveiro), Paulo Matos (Celorico de Basto), Susana Pereira e José Rodríguez (Ovar), Miguel Oliveira (Vila Nova de Gaia), Nuno Magalhães e Alexandra Guerra e Paz (Porto). Vd. *Nia Bulteno*, n.º 78, Out-Dez 2001, p. 7; n.º 79, Jan-Fev 2002, p. 4-5; n.º 80, Out-Dez 2002, pp. 4-5.

⁶²⁴ *Nia Bulteno*, n.º 82, Out-Dez 2003, p. 4. Em 2005 o NOGESO acolheu o esperantista francês Fabien Tschudy, estudante de biotecnologia a estagiar no Porto: leccionou um curso de 4 meses que terminou com um encontro com alunos de Vigo (*Nia Bulteno*, n.º 87, Jan-Mar 2005, p. 3; n.º 88, Abr-Jun 2005, p. 8).

⁶²⁵ *Nia Bulteno*, n.º 81, Janeiro-Março de 2003, p. 5. Em Esperanto no original, artigo de Werther Sacramento.

Em Março de 2004, numa segunda manifestação pela paz, alguns esperantistas participaram novamente⁶²⁶.

Veja-se agora o trabalho na área das questões europeias. Em 2003 Luís Ladeira, professor de Filosofia na Escola Secundária Braamcamp Freire (Odivelas), dá início a um projecto de intercomunicação entre escolas europeias: ensino de Esperanto, com aplicação paralela desta língua como instrumento de comunicação entre escolas, e a Internet como meio de comunicação e de construção de uma página conjunta. Designado AKEL - Alternativa Komunikado inter Eŭropaj Lernejoj (Comunicação Alternativa entre Escolas Europeias), reúne outras 3 escolas de Espanha, Hungria e Polónia, e logrou em 2005 o apoio financeiro europeu no quadro do Programa Sócrates/Comenius. Para além do Esperanto, possibilita-se a introdução do conhecimento das línguas nacionais das escolas parceiras, na medida em que se promove o encontro mútuo nas escolas, cidades e países dos participantes. Nas palavras do responsável, o AKEL constitui um projecto de aprofundamento da cidadania europeia através do Esperanto⁶²⁷. O tema da cidadania europeia é recorrente na “agenda” de Luís Ladeira: em 2003 participou em Coimbra no Fórum “Cidadania activa, mais e melhor democracia”, tendo apresentado a comunicação intitulada “Uma língua comum para a UE como proposta de paz e democracia”. A questão do fortalecimento da Europa – nomeadamente perante os EUA – faz sentido se, no quadro do Tratado da Europa, a união política for realizada mediante a aceitação das diversas identidades. Deste modo, o recurso a uma língua neutral permitiria respeitar equitativamente cada língua europeia (nacional, regional e minoritária) e permitiria também a aprendizagem de todas as línguas europeias; L. Ladeira afirma que:

a situação actual regida pelo princípio de que cada língua nacional é também língua oficial europeia, não só dificulta a necessidade de alargamento [da UE], mas também impede a aprendizagem equilibrada de línguas para além da inglesa, francesa e alemã. Através de uma língua comum e neutral todos os europeus terão uma base comum de intercomunicação e a UE pode alargar a aprendizagem de cada língua para defender a diferença linguística como riqueza cultural⁶²⁸.

Em 2004 foi designado pela APE como coordenador da participação portuguesa na manifestação pela diversidade linguística na UE que a 9 de Maio, dia da Europa, ocorreu em Estrasburgo, e à qual se

⁶²⁶ *Nia Bulteno*, n.º 84, Abr-Mai 2004, p. 11.

⁶²⁷ Em fevereiro de 2005 vieram a Portugal alunos professores polacos, houve aulas de Esperanto e de português; de Portugal partiram depois todos para Espanha, tendo visitado Trujillo. Uma visita recíproca ocorreu em Abril: de Lisboa a Berlim para encontrar os participantes espanhóis que daí viajaram em conjunto para a Polónia, onde se realizaram aulas de Esperanto e de Polaco. Vd. *Nia Bulteno*, n.º 80, Out-Dez 2002, p. 8; n.º 82, Out-Dez 2003, p. 5; n.º 88, Abr-Jun 2005, pp. 6-7.

⁶²⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 81, Janeiro-Março de 2003, p. 6. Em Esperanto no original.

aludiu no Capítulo 4.3.⁶²⁹. O trabalho de Luís Ladeira com as escolas tem tido continuação no tempo: já em 2012 um grupo de dez estudantes e 2 professores daquela Escola Secundária participaram na PSI' 28 - Printempa Semajno Internacia (28.ª Semana Internacional da Primavera), com 120 participantes, que teve lugar na Alemanha, em Bona. Uma semana com intensa programação cultural e treino da língua, em que esteve presente uma professora oriunda de Herzberg am Harz, “a cidade do Esperanto”, geminada com a cidade polaca de Góra (*i.e.*, uma iniciativa das duas autarquias para o ensino do Esperanto nas escolas e para a intercomunicação entre as duas cidades). L. Ladeira teve oportunidade de discutir com aquela professora o seu projecto de criação de uma rede oficial de “cidades geminadas” através do Esperanto, que poderiam recorrer à EEU – Esperanto Eŭropa-Unio (União Europeia de Esperanto) para constituição de grupos de trabalho para esse projecto⁶³⁰; como já referido, a EEU desenvolve acção pelo Esperanto no quadro das instituições europeias, e Luís Ladeira é, a par com José Martins, seu representante nacional⁶³¹. No 7.º Congresso desta organização decorrido na Eslovénia (em Maribor) em 2007, em que esteve presente Miguel Boieiro, para além do programa cultural, discutiram-se as estratégias para o aumento do ensino do Esperanto e para que a UE reconheça a Língua Internacional como oficial⁶³². Miguel Boieiro foi professor de Esperanto na Sociedade Portuguesa de Naturologia da qual também foi o Presidente, e mais recentemente tem ensinado na Unisben–Universidade Intergeracional de Benfica; ensina juntamente com Manuela Boieiro no Amikeca Grupo de Alkoŝeto, e também deu aulas na Universidade de Lisboa para a Terceira Idade (Biblioteca do Palácio dos Coruchéus em Lisboa)⁶³³.

A direcção da APE conta actualmente com um quadro multigeracional – preside José Martins, o vice-presidente é Wilson Brígido. António Martins (que já foi vice-presidente) e Iuri Gaspar têm sido em momentos diversos secretário e vogal; vogais também têm sido Luís Oliveira, Nuno Magalhães e Alexandra Guerra e Paz. Em substituição do longo mandato de António da Silva Almeida (falecido em 2014), Manuel José Pinguinha é o delegado da UEA. Manuel Pedrosa Alves é representante da SAT, e Alcino Alves foi até muito recentemente o delegado do IKEK (Colectivo Esperantista Comunista Internacional) para além de ter nas últimas décadas (durante 11 mandatos) ocupado cargos de secretário, tesoureiro e membro do Conselho Técnico (como membro da IKEK co-organizou a conferência que ocorreu em 1996 em Lisboa)⁶³⁴. Os representantes da EEU são, como já referido, Luís Ladeira e José Martins. Francisco Melo tem representado a ILERA (Liga Internacional de Rádioamadores Esperantistas). Até recentemente Salete dos Santos representou em Portugal a IKUE

⁶²⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 83, Janeiro-Março de 2004, p. 4.

⁶³⁰ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 94, Abril-Junho de 2012, p. 4.

⁶³¹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 94, Abril-Junho de 2012, p. 4.

⁶³² Vd. *Nia Bulteno*, n.º 90, Janeiro 2006 – Junho de 2008, p. 10.

⁶³³ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 88, Abr-Jun 2005, p.8; n.º 94, Abr-Jun 2012, p.7; n.º 95 Jul-Set 2012, p. 8.

⁶³⁴ *Nia Bulteno*, n.º 96, Out-Dez 2012, p. 8. É ainda cantor no coro da Universidade de Lisboa, Botânico, falante de russo, activo protector do meio ambiente, agricultor biológico, motociclista e pára-quedista (vd. *idem*).

(União Católica Esperantista Internacional) e Olga Almeida foi representante da organização vegetariana fundada por Lev Tolstói, a TEVA (Associação Mundial de Vegetarianos Esperantistas)⁶³⁵. Nuno Magalhães, tal como Alexandra Guerra e Paz, foi representante da Secção Local designada PLUS e também da TEJO (quando integravam a PEJ, a Secção Esperantista Portuguesa); A. Guerra e Paz também foi representante da ILEI (substituindo a longa representação de João José Santos)⁶³⁶. O ensino do Esperanto na APE tem sido essencialmente garantido por António Martins, Iuri Gaspar, Wilson Brígido, Nádía Penas e também por Alexandra Guerra e Paz – que tem realizado vários trabalhos de tradução de filmes⁶³⁷.

Dos membros honorários da APE constam Manuel de Freitas e Alberto Pedro da Silva, já referidos, e também Alsácia Fontes Machado, Adelino Franco Simões, Manuel de Sousa Teixeira, Alcino Alves, António da Silva Almeida e a esposa, Olga Marques de Almeida (1923-2010) (a título póstumo)⁶³⁸. António da Silva Almeida foi o autor dos dicionários Esperanto-Português e Português-Esperanto, com primeira edição em 1997 e segunda edição respectivamente em 2010 e 2012, editados pela APE – um trabalho iniciado em 1975, e elogiado pela UEA⁶³⁹.

Neste momento é pertinente desenhar, na medida do possível, uma caracterização dos actuais esperantistas portugueses. A aplicação de um inquérito aos membros da APE, sendo um método adequado para um colectivo considerável de indivíduos, não esgotará com certeza o universo de esperantistas em Portugal; é certa a existência no país de esperantistas sem ligação à APE, mas serão de difícil acesso⁶⁴⁰. No entanto, tentou-se que o inquérito chegasse a tantos esperantistas quanto possível, pelo que se recorreu à base de registos da APE que, para além dos seus membros, reúne também dados de uma quantidade de indivíduos que em algum momento tiveram ligação a esta Associação, em três categorias principais: alunos que aprenderam Esperanto na APE ou com professores da APE fora da Associação e que não se associaram após a conclusão dos respectivos cursos; pessoas que entraram em contacto com a APE directamente ou no contexto de eventos públicos de representação e divulgação do Esperanto; e familiares ou amigos dos membros que têm

⁶³⁵ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 91, Julho de 2008-Setembro de 2011, p. 2 e 17.

⁶³⁶ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 90, Jan 2006-Jun 2008, p. 2; n.º 93, Jan-Mar 2012, p. 2; n.º 96, Out-Dez 2012, p. 2.

⁶³⁷ Como o filme *Existenz* de David Cronenberg, de 1999; em 2007 e 2009, respectivamente o filme de animação *La Suspekto* e *Blindeco* (este último é a adaptação do romance *Ensaio sobre a Cegueira* de J. Saramago). Vd. *Nia Bulteno*, n.º 90, Jan 2006 - Jun 2008, pp. 10-1 e *Nia Bulteno*, n.º 91, Jul de 2008-Set de 2011, p. 7.

⁶³⁸ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 87, Jan-Mar 2005, p. 2; n.º 92, Out-Dez 2011, p. 3; n.º 96, Out-Dez 2012, p. 8.

⁶³⁹ Vd. *Nia Bulteno*, n.º 76, Janeiro de 2000, pp. 6-8; *Nia Bulteno*, n.º 93, Janeiro-Março de 2012, pp. 5-6.

⁶⁴⁰ Temos conhecimento de uma dissertação de mestrado que estava em 2014 em curso na Universidade Nova de Lisboa na área da Antropologia cuja autora lançou um inquérito *on-line* sobre o Esperanto. Com o objectivo de expansão do universo de potenciais respondentes para além da APE, o inquérito foi durante várias semanas anunciado na plataforma de aprendizagem Lernu! (<http://lernu.net/pt>), enviado individualmente aos utilizadores portugueses dessa plataforma, enviado também para a UEA e para a SAT, e disponibilizado em vários grupos de Facebook. Todavia, o volume de respostas foi muito diminuto, na ordem das duas dezenas.

conhecimento da língua. Assim, em Fevereiro de 2015 o inquérito⁶⁴¹ foi enviado para esses contactos para além do universo dos associados: um total de 208 formulários para 149 membros e 59 não-membros, acompanhados de envelope selado para o respectivo reenvio após preenchimento. Dos 149 membros responderam 50, e dos restantes indivíduos responderam dez, num total de sessenta respostas. Verificou-se que muitos dos respondentes não preencheram parte ou a totalidade das questões relativas aos dados pessoais, nomeadamente escolaridade, profissão e situação na profissão, pelo que não foi possível caracterizar os inquiridos sociograficamente com base no inquérito. Por outro lado, a referida base de registos da APE, na medida em que dispõe de dados relativos ao género, idade, residência, data de adesão à Associação e data em que foi finalizada a adesão (voluntariamente ou por falecimento) permitiu duas análises importantes. Em primeiro lugar, estando esses dados coligidos desde a constituição da APE em 1972 para um total de 1432 membros, fez-se um retrato genérico que permite atravessar quase todas as gerações de esperantistas desde que o Esperanto começou a ter expressão em Portugal: assim caracterizou-se a população total da APE por pertença geracional, por género e por distribuição no território (respectivamente representada nos primeiros três Quadros). Em segundo lugar, e dada a insuficiência de respostas dos nossos inquiridos, em número e em informação pessoal, foi possível através da base de registos da APE caracterizar o total de membros actual (N=149) por categorias geracionais (como adiante se mostra no Quadro 5.4).

Vejam-se os primeiros três quadros. O Quadro 5.1 revela um espectro de indivíduos que se inicia com nascimentos ainda no século XIX, o mais velho em 1891. O elemento mais novo nasceu em 1999. Numa categorização em quatro grupos geracionais, os três primeiros para um período de 25 anos e o último de 30 anos, pode verificar-se que as duas gerações intermédias, que agregam as pessoas nascidas entre 1917 e 1968, são as mais representadas e são também as mais próximas em termos de quantidade de membros, respectivamente, 37,3% e 39,6%. A geração mais jovem, apesar de corresponder a um período de 30 anos, perfaz 9,8%, como se vê no Quadro 5.1.

Quadro 5.1 Membros da APE, segundo o período de nascimento

	N	%
Nascidos entre 1891 e 1916	180	13,3
Nascidos entre 1917 e 1942	503	37,2
Nascidos entre 1943 e 1968	536	39,6
Nascidos entre 1969 e 1999	133	9,8
Total	1352	100

Fonte: Associação Portuguesa de Esperanto, Base de registos 1972-2015

⁶⁴¹ Intitulou-se “Inquérito aos sócios e pessoas ligadas à Associação Portuguesa de Esperanto”. Vd. Anexo H.

A análise do género nas quatro gerações permite observar, através do Quadro 5.2, que o universo da APE compreende uma progressiva feminização até uma paridade quase total na actualidade.

Quadro 5.2 Membros da APE, segundo o período de nascimento e género

	Masculino		Feminino	
	N	%	N	%
Nascidos entre 1891 e 1916	159	88,3	21	11,7
Nascidos entre 1917 e 1942	413	82,1	90	17,9
Nascidos entre 1943 e 1968	362	67,5	174	32,5
Nascidos entre 1969 e 1999	68	51,1	65	48,9

N=1352. Fonte: Associação Portuguesa de Esperanto, Base de registos 1972-2015

Para a distribuição no território, o Quadro 5.3 apresenta as percentagens por distrito em cada geração. O distrito de Lisboa lidera em todos os grupos geracionais correspondendo a 48,7% do universo das quatro gerações (registando em cada uma das gerações respectivamente 87, 242, 245 e 84 indivíduos). Segue-se o distrito de Setúbal com 13,2 % do universo, cujos registos estão mais concentrados na 2.^a e 3.^a gerações (respectivamente 71 e 81 indivíduos). Como se viu no Quadro 5.1, estas duas gerações são as que têm mais esperantistas. Numa escala descendente, abaixo de Setúbal e com percentagens entre 5,9% e 2,1% do universo das quatro gerações, mas sempre com mais indivíduos nas duas gerações intermédias, estão os distritos de Leiria (69 indivíduos para as 2 gerações), Porto (54 indivíduos), Braga (46 indivíduos), Coimbra (36 indivíduos), Évora (36 indivíduos), Açores (22 indivíduos), Santarém (19 indivíduos), Aveiro (16 indivíduos) e esperantistas portugueses a residir no estrangeiro (27 indivíduos).

Com menos registos encontram-se Beja e Faro, apesar de tudo mais representados na 2.^a geração (16 e 9 indivíduos, respectivamente). Praticamente sem expressão para o total de todas as gerações são os Distritos de Bragança (5 indivíduos ao todo), Castelo Branco (9 indivíduos), Guarda (5 indivíduos), Viana do Castelo (4 indivíduos), Vila Real (5 indivíduos), Viseu (6 indivíduos), Madeira (11 indivíduos) e por fim Portalegre sem qualquer registo – todos estes casos somam 3,4% do universo das 4 gerações.

Assim a 1.^a geração encontra-se sobretudo em Lisboa (87 indivíduos), Porto (22 indivíduos) e Setúbal (16 indivíduos). A 2.^a geração encontra-se maioritariamente em Lisboa (242 indivíduos) e Setúbal (71 indivíduos). A 3.^a geração sobretudo em Lisboa (245 indivíduos) e Setúbal (81 indivíduos) e ainda com alguma expressão em Leiria (55 indivíduos). Por fim a 4.^a geração reside quase na totalidade no distrito de Lisboa (84 indivíduos).

Quadro 5.3 Membros da APE, segundo o período de nascimento e o distrito de residência (%)

	Nascidos entre 1891-1916 (N=180)	Nascidos entre 1917-1942 (N=502)	Nascidos entre 1943-1968 (N=535)	Nascidos entre 1969-1999 (N=133)
Aveiro	2,2	1,2	1,9	6,0
Beja	1,1	3,2	0,6	0,0
Braga	1,1	6,0	3,0	0,0
Bragança	0,0	0,2	0,7	0,0
Castelo Branco	1,1	0,6	0,4	1,5
Coimbra	2,8	3,2	4,7	2,3
Évora	2,2	4,2	2,8	0,8
Faro	2,2	1,8	1,1	0,8
Guarda	0,6	0,4	0,4	0,0
Leiria	3,9	2,8	10,3	2,3
Lisboa	48,3	48,2	45,8	63,2
Portalegre	0,0	0,0	0,0	0,0
Porto	12,2	4,4	6,0	5,3
Santarém	5,0	2,2	1,5	2,3
Setúbal	8,9	14,1	15,1	7,5
Viana do Castelo	0,0	0,0	0,6	0,8
Vila Real	0,0	0,6	0,2	0,8
Viseu	0,6	0,2	0,7	0,0
Madeira	1,1	0,8	0,7	0,8
Açores	2,2	2,4	1,9	1,5
Estrangeiro	4,4	3,6	1,7	4,5

Fonte: Associação Portuguesa de Esperanto, Base de registos 1972-2015

O universo actual de associados da APE que conta, como referido, com 149 indivíduos (dados de 2015, data do envio do inquérito), apresenta uma distribuição geracional muito equilibrada, dividindo-se em três partes de dimensão muito semelhante, como se pode consultar no Quadro 5.4

Quadro 5.4 Membros actuais da APE segundo a geração de pertença (%)

Nascidos entre 1917 e 1942	32,2
Nascidos entre 1943 e 1968	32,9
Nascidos entre 1969 e 1999	34,9
Total	100,0

N=149. Fonte: Associação Portuguesa de Esperanto, Base de registos 1972-2015

Os 60 respondentes ao inquérito distribuem-se pelas 2.^a, 3.^a e 4.^a gerações de esperantistas portugueses, e como mostra o Quadro 5.5, a maioria pertence à geração mais velha ainda sobrevivente, sendo que a geração seguinte agrega pouco mais de um quarto da totalidade e a mais jovem não perfaz um terço. Foi por isso uma adesão pouco equilibrada das três gerações ao inquérito enviado.

Quadro 5.5 Esperantistas segundo a geração de pertença (%)

Nascidos entre 1917 e 1942	42,1
Nascidos entre 1943 e 1968	26,3
Nascidos entre 1969 e 1999	31,6
Total	100,0

N=57

É importante sublinhar que o pequeno número de esperantistas respondentes que não é sócio da APE (N=10) não apresenta diferenças significativas dos associados em nenhuma das dimensões de análise que apresentaremos - práticas do Esperanto, representações e valores associados à língua e ao movimento, e participação cívica e cultural fora do movimento do Esperanto - e encontra-se distribuído pelas três gerações em análise. Veja-se o Quadro 5.6.

Quadro 5.6 Esperantistas por geração e pertença à APE (%)

	É ou já foi sócio	Nunca foi sócio
Nascidos entre 1917 e 1942	87,5	12,5
Nascidos entre 1943 e 1968	93,3	6,7
Nascidos entre 1969 e 1999	72,2	27,8
Total	84,2	15,8

N=57

O Quadro 5.7 permite observar que dos 60 respondentes apenas 31% são do género feminino. O Quadro 5.8 revela a distribuição simultaneamente por género e por geração. As análises feitas para clarificar se o género seria uma variável diferenciadora dentro da população não revelaram diferenças significativas nas práticas nem nas representações ou valores.

Quadro 5.7 Esperantistas segundo o género (%)

Feminino	31,0
Masculino	69,0
Total	100,0

N=58

Quadro 5.8 Esperantistas por geração e género (%)

	Feminino	Masculino
Nascidos entre 1917 e 1942	25,0	75,0
Nascidos entre 1943 e 1968	20,0	80,0
Nascidos entre 1969 e 1999	44,4	55,6

N=57

Esta população esperantista demonstra níveis de escolarização elevados, sendo que nas três gerações domina sempre o grau de ensino superior⁶⁴², o que, no quadro de um país com valores de analfabetismo ainda dramáticos nas primeiras décadas do século XX, constitui um facto relevante para as gerações mais velhas: vejam-se os valores apresentados no Quadro 5.9. Nesta população a escolaridade não se constitui, deste modo, uma variável significativa de segmentação. Refira-se que 90% dos inquiridos sabe outras línguas, 80% dos quais mais que dois idiomas estrangeiros; o Ido, a Interlíngua, o Volapük, o Grego, o Latim, o Hebraico ou a Língua Gestual Portuguesa também integram a vasta lista de idiomas para além dos mais comuns como Inglês, Francês, Castelhana e Alemão.

Quadro 5.9 Esperantistas por geração e nível de escolaridade concluído ou frequentado (%)

	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Nascidos entre 1917 e 1942	33,3	8,3	58,3
Nascidos entre 1943 e 1968	6,7	6,7	86,7
Nascidos entre 1969 e 1999	0,0	11,1	88,9

N=57

Como se verificou a aprendizagem do Esperanto por parte destes esperantistas? O Quadro 5.10 mostra que a maioria fê-lo sem enquadramento grupal ou organizacional, dado que 54,2% aprendeu sozinho (com recurso a livros, a cursos por correspondência ou editados na imprensa, e mais recentemente na Internet) e 8,5% com ajuda de outro esperantista.

⁶⁴² Dos inquiridos com formação superior apenas 49% revelou a respectiva área de estudo. Veja-se a diversidade de áreas daqueles que as especificaram: Agronomia, Antropologia, Arqueologia, Arquitectura, Biologia, Ciências Geofísicas, Ciências Geológicas, Ciências Militares, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia do Ambiente, Engenharia Electrotécnica, Engenharia Informática, Estudos Germânicos, Estudos Portugueses e Franceses, Filosofia, História, Língua Gestual Portuguesa, Línguas e Literatura Moderna, Medicina, Música, Psicologia, Química, Relações Internacionais, Sociologia, Teologia, Tradução.

Quadro 5.10 Esperantistas segundo o modo de aprendizagem da língua (%)

Curso da APE	15,3
Outra associação ou grupo	22,0
Com outro esperantista	8,5
Sozinho	54,2
Total	100,0

N=57

Se se seccionarem os dados do quadro anterior pelas três gerações verifica-se que em todas elas a aprendizagem fora de contextos organizacionais é largamente prevalente, como mostra o Quadro 5.11. No entanto, é na última geração que se encontram mais casos de aprendizagem na própria APE; este facto será naturalmente explicado pela tardia reconstituição desta Associação, em 1972, sendo que nas duas gerações anteriores a língua era aprendida muitas vezes em situações de clandestinidade.

Quadro 5.11 Esperantistas por geração, segundo o modo de aprendizagem da língua (%)

	Curso da APE	Outra associação ou grupo	Com outro esperantista	Sozinho
Nascidos entre 1917 e 1942	4,3	30,4	8,7	56,5
Nascidos entre 1943 e 1968	6,7	26,7	0,0	66,7
Nascidos entre 1969 e 1999	33,3	11,1	11,1	44,4

N=56

As razões invocadas para a aprendizagem do Esperanto foram categorizadas em três grupos a partir das respostas a esta questão aberta (N=54): o idealismo, quando é referido explicitamente que as razões foram “os ideais do Esperanto” ou a referência a uma língua universal, fraterna e/ou etnicamente neutra (48%); o interesse linguístico, quando foi referida inclinação para aprender uma língua planeada e/ou lógica, ou o interesse pessoal em línguas e linguística (37%); por fim, houve as razões de afinidade familiar ou electiva, se o motivo foi o da existência de esperantistas na família ou nas relações de amizade (15%) (metade dos casos por via familiar – um irmão, os pais e um avô -, e nos restantes através de amigos). Estes dados mostram que o idealismo e os motivos linguísticos têm valores não muito distantes, sobrepondo-se as primeiras motivações. No Quadro 5.12 apresentam-se estes resultados distribuídos geracionalmente. Na geração mais jovem as três motivações estão próximas, na geração intermédia dividem-se pelo idealismo com 60% e o interesse linguístico com 40%, e na geração mais velha também dominam as motivações idealistas, igualmente com um valor próximo de 60%.

Quadro 5.12 Esperantistas por geração, segundo as razões da aprendizagem da língua (%)

	Idealismo	Interesse linguístico	Afinidade electiva/familiar
Nascidos entre 1917 e 1942	61,1	33,3	5,6
Nascidos entre 1943 e 1968	60,0	40,0	0,0
Nascidos entre 1969 e 1999	27,8	33,3	38,9

N = 51

As práticas esperantistas foram analisadas em três dimensões - o cultivo da língua, as práticas de recreação e a ligação a outras associações ou grupos de Esperanto – e para todas foram calculados índices de participação dos inquiridos, depois transformados em escalas de participação.

O cálculo dos índices de cultivo da língua contemplou as seguintes variáveis: hábitos de leitura em Esperanto (jornais ou revistas; literatura; história, política ou ciência); audição de programas de rádio em Esperanto; utilização da Internet (leitura e participação em blogues ou sítios em Esperanto e criação de conteúdos electrónicos); correspondência epistolar com esperantistas; assinatura de revistas; contributos escritos em Esperanto ou sobre Esperanto para publicações impressas ou digitais; traduções do ou para Esperanto; por fim, ensino da língua, tanto na APE como em contextos fora da APE. O Quadro 5.13 mostra os valores encontrados.

Quadro 5.13 Esperantistas por geração, segundo o grau de cultivo da língua (%)

	Sem prática	Baixo	Médio	Elevado
Nascidos entre 1917 e 1942	10,5	21,1	47,4	21,1
Nascidos entre 1943 e 1968	0,0	33,3	25,0	41,7
Nascidos entre 1969 e 1999	18,8	56,3	18,8	6,3
Total	10,6	36,2	31,9	21,3

N=57

As duas gerações mais velhas são as que apresentam os valores mais elevados (graus⁶⁴³ médio e elevado), em especial a geração intermédia; a maioria da geração mais jovem apresenta um grau baixo.

A análise das práticas de recreação através do Esperanto permitiu a construção de um índice que também foi seccionado pelas três gerações, segundo o Quadro 5.14. As actividades consideradas são de três tipos. Um conjunto de práticas que incluem o coleccionismo, actividades de ar livre (campismo, escutismo, ciclismo ou motociclismo), teatro, música ou canto, e encontros regulares com

⁶⁴³ Grau baixo: 1 a 2 actividades; Grau médio: 3 a 4 actividades; Grau elevado: 5 a 6 actividades.

esperantistas; práticas de hospedagem de esperantistas estrangeiros, e reciprocamente, hospedagem no estrangeiro; encontros (internacionais, nacionais e a celebração anual do dia 15 de Dezembro).

Quadro 5.14 Esperantistas por geração, segundo o grau de recreação através do Esperanto (%)

	Sem prática	Baixo	Médio	Elevado
Nascidos entre 1917 e 1942	19,0	42,9	14,3	23,8
Nascidos entre 1943 e 1968	21,4	42,9	7,1	28,6
Nascidos entre 1969 e 1999	47,1	11,8	29,4	11,8
Total	28,8	32,7	17,3	21,2

N=52

Os graus de recreação⁶⁴⁴ são inferiores aos de cultivo da língua, sendo que as duas gerações mais velhas apresentam valores um pouco mais elevados que a mais jovem.

Tinha também sido indagada a utilização, actual ou no passado, do Esperanto no âmbito da actividade profissional: apenas 6,8% (N=59) responderam afirmativamente.

Por fim a ligação a grupos ou associações de Esperanto, em Portugal ou fora do país, verifica-se apenas por parte de 38,3% dos inquiridos, como mostra o Quadro 5.15.

Quadro 5.15 Ligação a outras associações ou grupos de Esperanto (%)

	Sim	Não
Tem ou teve ligações a outras associações ou grupos de esperanto	38,3	61,7

N=60

O Quadro 5.16 permite ver em que áreas se situam os grupos de Esperanto referidos. Verifica-se que as áreas mais representadas são, em dimensão similar, a política/cívica, a cultural/recreativa e a mais directamente ligada à língua (ensino e/ou aprendizagem).

Quadro 5.16 Ligação a outras associações ou grupos de Esperanto por área específica (%)

	Sim	Não
Políticos/cívicos	52,2	47,8
Religiosos	8,7	91,3
Culturais/recreativos	52,2	47,8
Juvenis	26,1	73,9
Profissionais/científicos	13,0	87,0
Língua: ensino e aprendizagem	47,8	52,2

N=23

⁶⁴⁴ Grau baixo: 1 a 2 actividades; Grau médio: 3 a 4 actividades; Grau elevado: 5 a 9 actividades.

Refira-se que no domínio político/cívico a ligação à SAT é a principal (7 casos), seguindo-se a EEU-União Europeia de Esperanto (4 casos); registam-se também ligações à IKEL-Comissão Internacional para as Liberdades Étnicas e Centro Internacia de la Civitanoj de la Mondo-Centro Internacional de Cidadãos do Mundo. Na categoria da língua estão incluídas a ILEI-Liga Internacional de Professores de Esperanto e a Akademio de Esperanto. No caso das organizações portuguesas domina a ligação à Saluton (12 casos). Não foi aqui contabilizada a inscrição individual na UEA, que costuma apresentar um carácter intermitente e pontual directamente relacionada com a inscrição anual nos congressos universais, sendo que através da filiação da própria APE enquanto associação nacional os esperantistas já estão ligados àquela organização internacional (esta filiação é analisada no Quadro 5.18).

Foi também indagado aos esperantistas com ligações a outras associações e grupos se eram (ou tinham sido) representantes nacionais, o que acontece com 39,1%, como indicado no Quadro 5.17.

Quadro 5.17 Representação nacional em associações internacionais de Esperanto (%)

	Sim	Não
Representação nacional em associações internacionais	39,1	60,9

N=23

De acordo com a filiação na UEA e com estas ligações foi construído um índice de pertença⁶⁴⁵ a grupos e associações de Esperanto, traduzível nas categorias do Quadro 5.18.

Quadro 5.18 Grau de pertença a grupos e associações de Esperanto (%)

Sem pertença	Pertença restrita	Pertença alargada
53,3	23,3	23,3

N=60

A participação directa nas actividades da APE verifica-se por parte de 36,7% dos inquiridos (em que se inclui desde a organização de eventos, a edição do *Nia Bulteno*, o ensino do Esperanto ou o desempenho de um cargo na direcção, até ao trabalho administrativo e de manutenção da sede).

Na dimensão das representações e valores destes inquiridos relativamente à língua e ao movimento, veja-se primeiramente como respondem a duas questões “clássicas”, transpostas no Quadro 5.19 e no Quadro 5.20, isto é, associação de valores mais idealistas ou mais instrumentais ao Esperanto.

⁶⁴⁵ Pertença restrita: 1 a 2 ligações; Pertença alargada: 3 a 10 ligações.

Quadro 5.19 Esperantistas por geração, segundo a concordância ou discordância da afirmação “O Esperanto é importante pelo ideal de igualdade e de pacificação através de uma língua universal” (%)

	Concorda totalmente/em parte	Não concorda nem discorda	Discorda em parte/totalmente
Nascidos entre 1917 e 1942	100,0	0,0	0,0
Nascidos entre 1943 e 1968	84,6	7,7	7,7
Nascidos entre 1969 e 1999	76,5	11,8	11,8
Total	88,4	5,8	5,7

N=52

Quadro 5.20 Esperantistas por geração segundo a concordância ou discordância da afirmação “O Esperanto é importante pelas vantagens práticas de uma língua internacional (viagens, conferências, relações económicas, divulgação cultural)” (%)

	Concorda totalmente/em parte	Não concorda nem discorda	Discorda em parte/totalmente
Nascidos entre 1917 e 1942	100,0	0,0	0,0
Nascidos entre 1943 e 1968	100,0	0,0	0,0
Nascidos entre 1969 e 1999	100,0	0,0	0,0

N=55

É possível ver que a valorização instrumental recolhe a totalidade da concordância, enquanto a valorização idealista só apresenta consenso total na geração mais velha, apesar de ser também largamente maioritária nas outras gerações.

Quando colocada a questão sobre o que é mais importante, a língua, o movimento, ou ambos, encontra-se também alguma diferença entre as gerações, patente no Quadro 5.21.

Quadro 5.21 Esperantistas por geração segundo a resposta à questão “Pessoalmente, o que lhe interessa mais relativamente ao Esperanto? A língua ou o movimento ou ambos?”

	Língua	Movimento	Ambos
Nascidos entre 1917 e 1942	45,5	4,5	50,0
Nascidos entre 1943 e 1968	21,4	0,0	78,6
Nascidos entre 1969 e 1999	52,9	0,0	47,1
Total	41,5	1,9	56,6

N=53

A valorização exclusiva do movimento não tem qualquer expressão; tanto a geração mais velha como a mais jovem dividem-se entre a escolha primordial da língua e a escolha simultânea de língua e movimento; a geração intermédia tem uma valorização indistinta de língua e de movimento, com um valor expressivo de 78,6%.

Um elemento muito significativo das representações dos inquiridos sobre si próprios refere-se ao significado de ser esperantista. Através da Figura 5.1, são hierarquizadas as escolhas relativas à característica assinalada como a mais importante das apresentadas numa lista. “Falar Esperanto” é a mais importante, eleita por 41,5% dos inquiridos, destacando-se isolada das restantes. “Fomentar uma cultura internacional” foi a segunda característica considerada mais importante por 18,9% dos indivíduos. A terceira foi “ter um ideal”, a mais importante para 11,3%. Quase 10% julgam que é mais importante “Seguir os ideais de Zamenhof”.



N=53

Figura 5.1 Significado principal de ser esperantista (%)

A Figura 5.2 pretende ilustrar, através de uma análise HOMALS⁶⁴⁶, a relação entre a geração e o significado principal de ser esperantista.

⁶⁴⁶ O método de Análise de Homogeneidade (HOMALS), que pode também ser designado por Análise de Correspondências Múltiplas, é habitualmente utilizado para a abordagem simultânea de múltiplos indicadores e para o tratamento de variáveis qualitativas (extensível a variáveis quantitativas desde que transformadas em qualitativas). Permite averiguar as múltiplas associações que se estabelecem entre as variáveis num contexto de interdependência (cf. Carvalho, 2010:9). Esta análise pode ser aplicada ao estudo das posições sociais, de quadros de valores e de representações, estilos de vida, práticas culturais, etc. (*idem*:16).

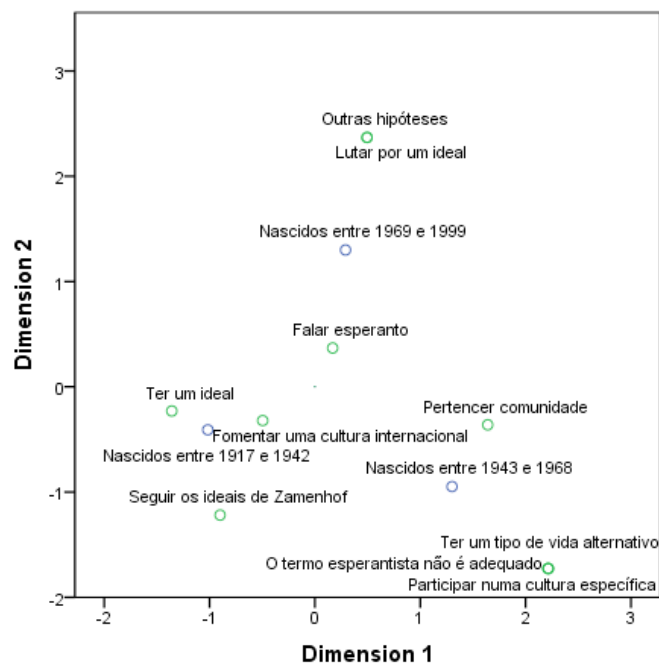
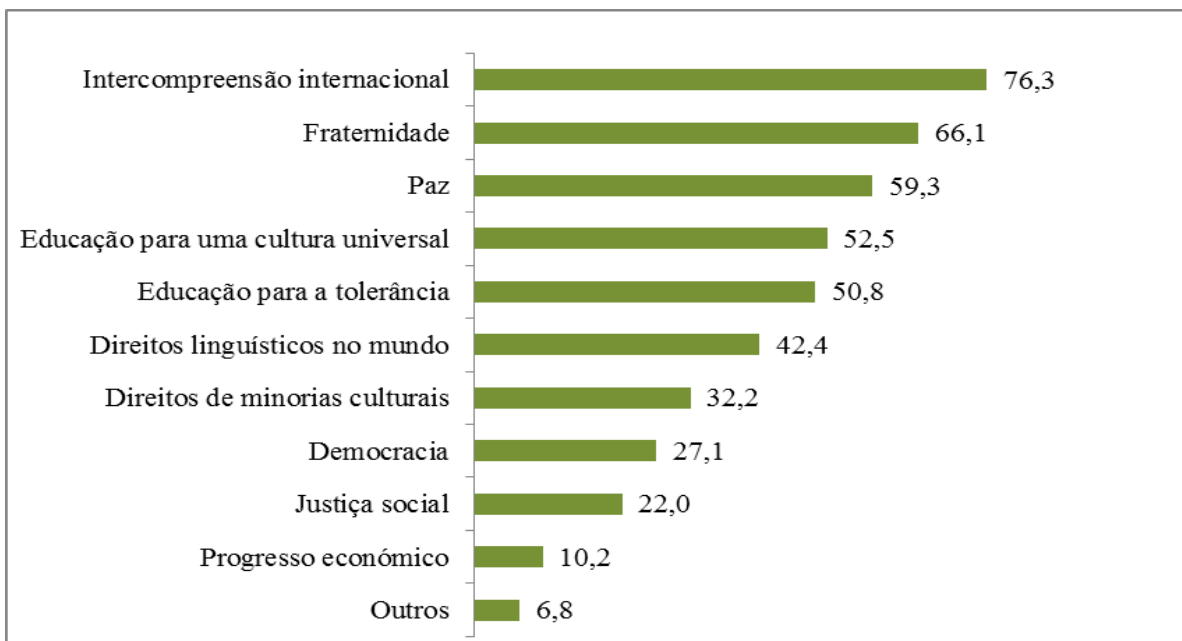


Figura 5.2 Relação entre a geração e o significado principal de ser esperantista

Esta análise HOMALS torna legível a hierarquização das escolhas por relação a cada uma das gerações. “Falar Esperanto” aparece equidistante das três gerações. A geração mais velha surge numa “nuvem” que sugere um ideal internacionalista: “Ter um ideal”, “Fomentar uma cultura internacional” e “Seguir os ideais de Zamenhof”. A geração seguinte parece ter uma noção mais polissémica, pois se não se encontra muito distante daquelas três características “internacionalistas”, agrega também “Pertencer a uma comunidade específica” e “Ter um tipo de vida alternativo ao dominante na sociedade”. A geração mais jovem destaca sobretudo “Falar Esperanto” e “Lutar por um ideal”.

Confrontados com uma lista de valores ou causas que podem ser na actualidade associados ao Esperanto, os inquiridos julgam ser, por ordem decrescente de importância, a “Intercompreensão internacional”, a “Fraternidade” e a “Paz”. Os valores “Educação para uma cultura universal”, “Educação para a tolerância” e “Direitos linguísticos no mundo” seguem por esta ordem decrescente. É interessante ver que os três valores mais destacados parecem remeter para uma imagem eventualmente mais anacrónica do Esperanto – designadamente os termos “fraternidade” e “paz” - talvez mais distante da terminologia actual do Manifesto de Praga. Será eventualmente um efeito do peso das gerações mais velhas no universo da APE e sobretudo entre os respondentes a este inquérito. Esta hierarquização está patente na Figura 5.3.



N=59

Figura 5.3 Valores ou causas associados ao Esperanto (%)

Seguindo a mesma linha de análise inquiriu-se também os esperantistas acerca dos movimentos que apresentam princípios idênticos aos do Esperanto, cujas escolhas podem consultar-se na Figura 5.4.



N=57

Figura 5.4 Movimentos ou causas com princípios idênticos aos do Esperanto (%)

Novamente o pacifismo é destacado, agora no primeiro lugar (77,3% da 1.^a geração, 64,3% da 2.^a geração e 44,4% da última), seguindo-se a ecologia (35,7% da 2.^a geração, 27,8% da 3.^a geração e 27,3% da 1.^a geração). A Amnistia Internacional (com valores entre 28,6% e 22,2%) e as causas dos direitos das minorias étnicas (com valores entre 28,6% e 27,8%) que se seguem remetem para a defesa dos direitos individuais que, como se tem observado, é parte integrante deste universo ideológico (a Cruz Vermelha é essencialmente assinalada pela 1.^a geração, por 31,8% dos inquiridos, e apenas por 14,3% na 2.^a geração e por 5,6% nos mais jovens). É relevante o facto de haver consenso entre as três gerações quanto aos principais movimentos eleitos. Os valores parecem indicar que o vegetarianismo e o naturismo surgem independentes da ecologia; à vida em grupos em pequenas comunidades não foi atribuída significativa importância, e ainda menos ao anarquismo. Os movimentos anti-globalização apenas congregam cerca de 10% das respostas.

Para clarificar o que os inquiridos consideram fazer mais sentido como orientação do movimento foram-lhes apresentadas as hipóteses (1) “Que cada esperantista contribua para que mais pessoas adiram à língua e ao movimento”, (2) “Viver o Esperanto e a sua cultura dentro da comunidade esperantista”, (3) “Que se actue junto das instâncias de decisão para que o Esperanto seja adoptado como língua internacional” e (4) “Nenhuma faz sentido”; foi depois pedido que elessem a mais importante. O Quadro 5.22 mostra os resultados dessa eleição.

Quadro 5.22 Esperantistas por geração segundo o factor mais importante na orientação do movimento (%)

	Contributo de cada esperantista	Vivência dentro da comunidade	Actuação junto das instâncias de decisão	Nenhuma faz sentido
Nascidos entre 1917 e 1942	26,3	5,3	63,2	5,3
Nascidos entre 1943 e 1968	45,5	9,1	45,5	00,0
Nascidos entre 1969 e 1999	40,0	33,3	20,0	6,7
Total	35,6	15,6	44,4	4,4

N=45

Esta questão divide bastante as três gerações. Se a geração mais velha destaca maioritariamente a actuação junto das instâncias de decisão, mas também atribui alguma importância ao papel individual de cada esperantista, a geração intermédia divide-se quase na totalidade e equitativamente entre aqueles dois factores. A geração mais jovem considera prioritária a actuação de cada esperantista, é a que menos valoriza a actuação junto de instâncias decisórias e a que atribui um papel mais importante à vivência do Esperanto dentro da comunidade esperantista; é, portanto, a geração mais heterogénea nas suas opiniões sobre esta questão.

Sobre a percepção do factor mais decisivo na expansão do Esperanto e do movimento, consulte-se o Quadro 5.23. A acção dos esperantistas é considerada mais importante para as duas gerações mais velhas e, aparentemente em alguma contradição com a resposta à questão anterior, os mais jovens elegem as decisões políticas. É visível que dos mais velhos para os mais jovens o ensino do Esperanto perde progressivamente a importância como factor de expansão e, de modo inverso, as decisões políticas são consideradas mais relevantes à medida que desce a escala etária.

Quadro 5.23 Esperantistas por geração segundo o factor mais decisivo para a expansão do movimento (%)

	Acção dos esperantistas	Ensino da língua	Decisões políticas
Nascidos entre 1917 e 1942	55,6	27,8	16,7
Nascidos entre 1943 e 1968	50,0	25,0	25,0
Nascidos entre 1969 e 1999	26,7	20,0	53,3
Total	44,4	24,4	31,1

N=45

A análise das respostas à questão aberta “Como julga que será o futuro do Esperanto?” resultou numa categorização em cinco respostas-tipo: (1) é imprevisível, depende de factores imprevisíveis; (2) é um caminho difícil, mas conquistará alguns “nichos” (nas palavras de um inquirido, “difícil mas esperançoso”); (3) será idêntico ao estado actual, mantendo-se reservado a alguns grupos; (4) será cada vez menos visível; e (5) irá impor-se como língua global – ou segundo outro inquirido, o seu futuro é “longínquo e radioso”. O Quadro 5.24 mostra a segmentação pelas três gerações.

Quadro 5.24 Esperantistas por geração, segundo a expectativa para o futuro do Esperanto (%)

	Imprevisível	“Difícil mas esperançoso”	Idêntico ao estado actual	Vai desvanecer	Será língua global
Nascidos entre 1917 e 1942	38,1	28,6	9,5	9,5	14,3
Nascidos entre 1943 e 1968	23,1	38,5	7,7	0,0	30,8
Nascidos entre 1969 e 1999	50,0	14,3	28,6	0,0	7,1
Total	37,5	27,1	14,6	4,2	16,7

N=48

A imprevisibilidade é a imagem dominante (37,5%), mas o optimismo não é negligenciável, tanto para os que julgam que apesar das dificuldades o Esperanto pode crescer (27,1%), como para os que acreditam que o Esperanto acabará por ser adoptado como língua internacional (16,7%); apenas 4,2%

são pessimistas, não vislumbrando um futuro para o Esperanto, e pertencem à geração mais velha. Assim a geração intermédia é a mais optimista e “esperançosa”, os mais jovens traçam um cenário mais indefinido e cauteloso não só porque domina a noção de imprevisibilidade mas também porque das três gerações são aqueles que em grande número julgam que não haverá alterações significativas ao estado actual, e por fim, a geração dos mais velhos é talvez a mais heterogénea.

Uma lista de eventuais obstáculos à expansão do Esperanto foi apresentada de modo a que os inquiridos manifestassem a sua concordância ou discordância com as respectivas afirmações. O Quadro 5.25 hierarquiza as respostas desde as que colheram uma maior concordância até às que mais dividem as opiniões dos inquiridos, de acordo com a percentagem relativa entre a concordância e a discordância (não são apresentados os valores relativos a “Não concordo nem discordo”). Os factores externos ao movimento no âmbito da globalização (como a dominação internacional da língua inglesa e a própria globalização cultural anglo-americana) e a falta de receptividade institucional para a adopção do Esperanto (como as instâncias de decisão internacionais e os sistemas de ensino) são os factores que mais claramente são considerados obstaculizantes. Mais divisores entre os inquiridos são uma eventual visão do Esperanto como uma causa ultrapassada e uma eventual atitude de passividade dentro do movimento quer para a divulgação junto da população quer para actuar junto de instâncias de decisão.

Quadro 5.25 Concordância e discordância com factores obstaculizantes à expansão do Esperanto (%)

	Concordância	Discordância
Dominação internacional da língua inglesa	90,4	3,8
Instâncias internacionais não estão receptivas ao Esperanto	82,7	9,6
Globalização cultural anglo-americana	82,4	9,8
Sistemas de ensino não estão receptivos ao Esperanto	78,4	7,8
Preconceito social desfavorável ao Esperanto	76,0	12,0
Globalização económica e tecnológica	69,2	17,3
Passividade no movimento para a divulgação do Esperanto	58,8	19,6
Visão do Esperanto como uma causa ultrapassada	55,8	32,7
Passividade no movimento para actuar junto de instâncias de decisão	54,9	25,5

N=51

A averiguação de práticas de participação cívica, política e cultural para além do universo do Esperanto pode ser um indicador de convergência com práticas esperantistas, não só por tornar visível um eventual padrão de activismo, mas também para se perceber em que medida se situa em áreas de actuação homólogas às desenvolvidas no movimento do Esperanto. O Quadro 5.26 apresenta as áreas

em que os inquiridos actuam através da pertença a associações e outros movimentos independentes do Esperanto.

Quadro 5.26 Pertença a associações e movimentos fora do Esperanto por área específica (%)

	Sim	Não
Profissionais/Sindicais	26,4	73,6
Político-partidários	13,0	87,0
Culturais/recreativos	20,4	79,6
Direitos Humanos, cooperação e solidariedade	18,5	81,5
Religiosos	9,3	90,7
Ecologia/Naturismo	5,6	94,4

N=54

A área mais participada é a profissional/sindical, seguida da cultural/recreativa. Com valores intermédios surgem as duas categorias porventura mais significativas para a nossa análise: a política-partidária e a dos direitos humanos, cooperação e solidariedade. Tendo em atenção que nos movimentos cujos princípios foram considerados idênticos aos do Esperanto primava o da ecologia, esta categoria surge aqui muito pouco representada, aliás, em último lugar ⁶⁴⁷. A partir destes dados, foi construído um índice de pertença ⁶⁴⁸ a associações e movimentos fora do Esperanto (Quadro 5.27). Assim, 39,2% dos inquiridos tem participação cívica e cultural para além do movimento do Esperanto, 23,5% dos quais num âmbito de pertença alargada e os restantes de pertença restrita (15,7%). A geração mais velha e a geração mais jovem têm graus de pertença similares de cerca de 31%, sendo que os mais velhos apresentam um maior valor de pertença alargada. A geração intermédia é a mais activa fora do Esperanto com 46,2% de pertença alargada.

⁶⁴⁷ A título de exemplo refiram-se algumas organizações a que os inquiridos têm ou tiveram ligações: no espectro político-partidário surgem o MUD juvenil, Movimento de Esquerda Socialista, o Partido Socialista, o Partido Ecologista Os Verdes ou o Partido Comunista Português. Na categoria Direitos Humanos, cooperação e solidariedade encontram-se a Amnistia Internacional (vários inquiridos), a Associação José Afonso, Cooperativas de Consumo e de Habitação, a Cruz Vermelha Portuguesa, a UNICEF, Associação Cidadãos do Mundo, a Associação SOS Palestina, a Associação de Amizade Portugal-URSS (mais do que um inquirido), a Associação de Amizade Portugal Cuba e a Associação de Amizade Portugal Angola. Nas associações religiosas foram referidos o movimento Espírita ou The Rosicrucian Fellowship (Califórnia). Por fim, na ecologia/naturismo, a Liga de Protecção da Natureza (mais do que um inquirido), FAPAS – Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens, a Quercus e a Sociedade Portuguesa de Naturologia.

⁶⁴⁸ Pertença restrita: 1 a 2 pertenças; Pertença alargada: 3 a 15 pertenças.

Quadro 5.27 Esperantistas por geração, segundo o grau de pertença a associações e movimentos fora do Esperanto (%)

	Sem pertença	Pertença restrita	Pertença alargada
Nascidos entre 1917 e 1942	68,2	13,6	18,2
Nascidos entre 1943 e 1968	38,5	15,4	46,2
Nascidos entre 1969 e 1999	68,8	18,8	12,5
Total	60,8	15,7	23,5

N=51

Foi calculado um último índice relativo à participação em manifestações, reivindicações e comemorações de datas de significado político, transposto no Quadro 5.28. O índice agrega comemorações do 25 de Abril, comemorações do 1.º de Maio, manifestações gerais contra as políticas dos governos, manifestações de sindicatos, assinatura de petições públicas ou de abaixo-assinados; agrega também eventos concretos como as manifestações e iniciativas pelos direitos do povo Timorense (em Setembro de 1999), a manifestação contra a guerra no Iraque (em Fevereiro de 2003), as manifestações contra as políticas do XIX Governo Constitucional (2011-2015), ou ainda alguma manifestação fora de Portugal⁶⁴⁹.

Quadro 5.28 Esperantistas por geração, segundo o grau de participação em manifestações e reivindicações (%)

	Sem participação	Participação baixa	Participação média	Participação elevada
Nascidos entre 1917 e 1942	47,8	26,1	21,7	4,3
Nascidos entre 1943 e 1968	25,0	8,3	16,7	50,0
Nascidos entre 1969 e 1999	27,8	27,8	22,2	22,2
Total	35,6	22,6	20,8	20,8

N=45

Um conjunto de 64,2% dos esperantistas apresenta participação no tipo de eventos considerado. Novamente a geração intermédia surge como mais activa, 50% dos quais com o valor mais elevado e 25% com participação⁶⁵⁰ baixa e média. A geração mais jovem é a mais heterogénea, distribuída de modo pouco diferenciado pelas quatro categorias, mas dominando a ausência de participação e a baixa participação. Dos mais velhos, pouco mais de metade regista participação, concentrada essencialmente nos índices intermédios.

⁶⁴⁹ Fora de Portugal foi referida a participação em manifestações pelo desarmamento nuclear, contra a ocupação da Palestina, contra a pena de morte, e ainda a iniciativa Occupy Wall Street em 2011.

⁶⁵⁰ Participação baixa: 1 a 2 eventos; Participação média: 3 a 5 eventos; Participação elevada: mais de 5.

Foi realizada uma última análise HOMALS (Figura 5.5) que pretendeu mapear a participação dos esperantistas em movimentos e associações dentro e fora do Esperanto de acordo com o grupo etário, recorrendo aos graus de pertença já apurados e acima mostrados. A geração mais velha está quase equidistante das três situações de pertença dentro do Esperanto (sem pertença, pertença restrita e pertença alargada), e fora do Esperanto tem uma pertença restrita e também ausência de pertença. A geração intermédia está numa posição de distinção junto das pertenças alargadas fora e dentro do Esperanto, e não muito distante da pertença restrita fora do Esperanto. Os mais jovens são os que menos participam, dentro e fora do movimento do Esperanto, participando embora mais fora do Esperanto de modo restrito. É importante referir que as questões colocadas aos inquiridos acerca da participação em associações, movimentos e iniciativas pretendeu perceber padrões de actividade ao longo da vida, pelo que se inquiriu não apenas sobre as actividades recentes ou actuais mas também sobre as do passado. Naturalmente poderá ser, para alguns actores mais idosos, mais difícil manter ou iniciar actividades para as quais a sua mobilidade actual não responda como desejado.

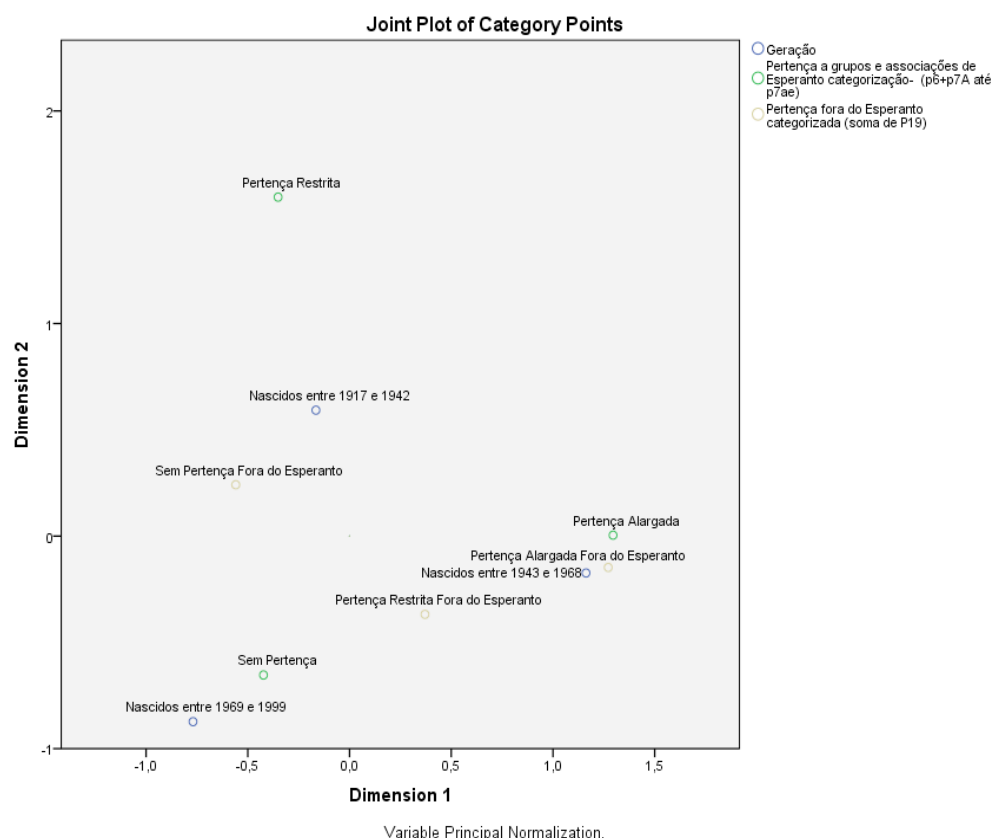


Figura 5.5 Pertença a associações e movimentos fora e dentro do Esperanto

Que resultados gerais sugerem a análise de dados deste inquérito, complementada com a base de registos da APE? O retrato dos esperantistas ligados à APE desde a última década do século XIX revela uma população desde sempre localizada maioritariamente na região de Lisboa, sendo Setúbal a região que lhe segue em importância, sobretudo nas duas gerações intermédias do nosso universo que

foi dividido em quatro gerações. Verificou-se uma feminização ao longo do tempo até à paridade actual. Por outro lado, não houve reposição de esperantistas na última geração, que é apenas 9,8% do universo.

Os 60 esperantistas que responderam ao inquérito constituem uma população distribuída pelas três últimas gerações, com uma presença feminina de apenas um terço dos indivíduos. A escolarização é elevada, sendo que todas as gerações maioritariamente concluíram o ensino superior. A escolaridade e o género não se constituem como variáveis significativas de diferenciação nesta população. A falta significativa de respostas às questões de caracterização pessoal por parte da maioria dos inquiridos não permitiu recorrer a variáveis como a profissão, ou a área de estudo no caso dos inquiridos com ensino superior. O número de respondentes foi também baixo, correspondendo apenas a um terço dos associados da APE, o que porventura não permitirá uma leitura dos dados tão segura quanto seria possível com uma maior adesão ao inquérito.

Na aprendizagem do Esperanto o auto-didactismo é dominante nas três gerações, e as razões invocadas são quase sempre ou o ideal do Esperanto e da sua neutralidade, ou um interesse linguístico directo; as primeiras razões são um pouco mais frequentes, sobretudo nas duas gerações mais velhas, e os mais jovens apresentam uma terceira razão praticamente ausente nos mais velhos: a afinidade familiar ou electiva (apesar de estatisticamente pouco significativa é interessante verificar que na geração mais jovem se verifica a transmissão do Esperanto por via familiar).

Se os valores instrumentais do Esperanto são consensualmente reconhecidos por todos os inquiridos, já os valores de igualdade e pacificação através da língua são-no apenas na geração mais velha e em 85% da geração intermédia. O interesse indistinto no movimento e na língua é muito expressivo na geração intermédia (quase 80%), já na mais velha e na mais jovem metade dos inquiridos valoriza preferencialmente a língua. A orientação do movimento divide bastante as gerações: a mais jovem valoriza mais o papel individual dos esperantistas e menos a actuação junto de instâncias de decisão. As duas gerações mais velhas destacam no conjunto a acção junto das instâncias de decisão.

Nas práticas associadas ao Esperanto, as de cultivo da língua mostram alguma diferença por grupo etário: os dois grupos mais velhos realizam maior quantidade destas actividades, sobretudo o grupo intermédio. De um modo geral a recreação através do Esperanto é cultivada menos intensamente que a própria língua, e um pouco mais extensamente pelas duas gerações mais velhas.

A ligação a outros grupos de Esperanto verifica-se em 38% dos inquiridos, dominando nas áreas política, cívica, cultural e recreativa e de ligação directa à língua – em detrimento das áreas profissionais, científicas e religiosas. Fora do movimento do Esperanto cerca de 40% dos inquiridos tem participação em outros grupos e movimentos, sendo privilegiadas em primeiro lugar as áreas profissional e sindical e a área cultural e recreativa, seguidas dos direitos humanos, cooperação e solidariedade e de filiações político-partidárias.

Os movimentos ou causas que os inquiridos associam preferencialmente ao Esperanto são o pacifismo, a ecologia, a Amnistia Internacional e os direitos das minorias étnicas, num consenso entre todos os grupos etários. O anarquismo não tem expressão e os movimentos anti-globalização colhem pouca identificação. O valor associado que mais consenso reúne é o da intercompreensão internacional.

Em traços gerais pode dizer-se que os esperantistas mais jovens são menos idealistas, cultivam menos a língua, participam menos em outros grupos de Esperanto e menos em movimentos sociais no geral, são menos optimistas quanto ao futuro do Esperanto, e eventualmente entendem o movimento menos orientado para uma actuação pública no sentido do reconhecimento ou adopção da língua. As duas gerações mais velhas são mais “zamenhofianas”, mais internacionalistas, mais idealistas relativamente ao papel do Esperanto – elegendo para a definição dos esperantistas “Ter um ideal”, “Fomentar uma cultura internacional” e “Seguir os ideais de Zamenhof”. De todas as gerações, a intermédia é a mais activa dentro e fora do Esperanto em grupos, movimentos, reivindicações e manifestações, e é ainda a mais optimista quanto ao futuro do Esperanto.

Assim, as gerações actualmente em co-presença terão talvez visões diversas do Esperanto, sendo que em cada geração há necessariamente também um grau de heterogeneidade. A polissemia na concepção do Esperanto e do movimento não é paradoxal num movimento social, como vimos já noutros momentos deste trabalho. Como caracterizar a fase actual do movimento português do Esperanto no quadro dos movimentos sociais?

De acordo com os resultados obtidos, pode equacionar-se analisar em que medida existirá uma diferenciação no movimento, ou no conjunto destes esperantistas, observável em várias dimensões:

1. os móveis de aprendizagem do Esperanto, linguísticos ou idealistas;
2. o principal interesse demonstrado, na língua ou no binómio composto por língua e movimento;
3. existe também uma divisão muito marcada no que se considera poder ser a orientação do movimento, pendendo a maioria para a acção junto das instâncias de decisão, seguindo-se de perto a hipótese do centramento no papel individual dos esperantistas para a difusão do Esperanto (com pouco peso surge a vivência da língua e cultura na “comunidade esperantista”, e uma ínfima percentagem que afirma que nenhum destas faz sentido, podendo ser indivíduos que não estão interessados no movimento de maneira nenhuma);
4. por fim, os factores sugeridos para a expansão do movimento também dividem, crendo a maioria que é mais importante a acção dos esperantistas, os restantes divididos entre as decisões políticas e o ensino da língua.

Na perspectiva dos valores, há convergência inequívoca: se isolarmos a terminologia relativa à definição de ser esperantista e aos valores e movimentos associados ao Esperanto que a maioria dos inquiridos elegeu, encontramos “Falar Esperanto”, “Intercompreensão internacional”, “Fraternidade” e “Pacifismo”. Estamos perante um movimento que é entendido pelos seus membros, acima de tudo, como linguístico, contudo, intrinsecamente associado a um humanismo pacifista. A segunda

característica que define o esperantista é “Fomentar uma cultura internacional”, e depois do Pacifismo os movimentos mais próximos são “Ecologia” e “Amnistia Internacional”. É enfim um movimento centrado na cultura através de uma língua, ambas internacionais, mas pode perguntar-se: é o Esperanto mais uma cultura e atitude do que entendido como motor de mudança social? Ou seja, sendo um movimento cultural, em que medida é também um movimento em que o Esperanto é entendido como motor de mudança social? Em que medida existe uma identificação de pertença a um grupo ou comunidade? Está presente uma propensão para a expansão do Esperanto, designadamente através de acções públicas? Estas questões permitem a discussão por referência à problematização que tem sendo feita no âmbito dos movimentos sociais.

Tentemos então aferir se a visão da língua implica diferenciação na visão do movimento. As seguintes afirmações escritas por dois inquiridos nos espaços de respostas abertas podem exemplificar a distância a que se encontram conceptualmente relativamente à relação com a língua: o primeiro diz que “Para ser esperantista basta abraçar o ideal [esperantista] ainda que não [se] domine bem a língua”, e o segundo adverte “O meu interesse no Esperanto é exclusivo à língua. Não me identifico com o paradigma do esperantista ‘rebelde e associativista’ como é normalmente considerado”. Em contraste estão uma visão paradoxal em que se é esperantista independentemente da proficiência mínima na língua, e outra em que a língua não tem associação a nenhum dos valores habitualmente atribuídos ao movimento. Veja-se a propósito o que diz Jordan (1987) sobre os membros de grupos de Esperanto que não dominam esta língua, neste caso no contexto da língua materna inglesa:

In clubs that indulge in English or bilingual meetings, non-speakers are clearly entitled to attend and talk. Such groups tend to pay only lip service to teaching Esperanto. They probably attract people interested less in language and more in “supporting” a group that is “supporting” a solution to an international problem (...) Possibly more for the eternal beginner than for the fluent Esperantist with international contacts, the local club is a Gemeinschaft.

Este relato parece equivaler ao que disse o primeiro inquirido citado. Por outro lado, outra visão pode ser a do Esperanto primordialmente como mediador cultural, e menos directamente conotado com a mudança social:

[porque] a tradução e a escrita [em Esperanto] são literatura, realizada não para impressionar os catedráticos ou o público não esperantista, mas para disponibilizar aos potenciais leitores do mundo a riqueza que de outra maneira não podem conhecer. Certamente não erro afirmando que essa comunicação intercultural é certamente a mais frutífera acção empreendida pelos esperantistas, consistindo na principal vantagem de que goza o esperantista médio: viagem sem intermediários às mais diversas culturas⁶⁵¹.

⁶⁵¹ António Martins, *Nia Bulteno*, n.º 64, Julho-Setembro de 1994, p. 16-7 (em Esperanto no original).

Esta visão da língua como ponte cultural tem associada a valorização de todas as culturas numa perspectiva humanista, e assim se pode entender a frase de um terceiro inquirido numa questão de resposta aberta: “Os esperantistas são os internacionalistas mais patriotas do mundo”⁶⁵².

Haverá uma diferenciação fundamental entre os inquiridos, atribuível às razões pelas quais aprenderam a língua? Haverá também alguma homologia entre essa dualidade - idealismo ou interesse linguístico – e o principal interesse referido – na língua ou no binómio língua-movimento? Numa lógica linear poder-se-ia colocar a hipótese de os esperantistas que afirmam ter aprendido Esperanto primordial ou exclusivamente por interesse linguístico sejam os que elegem como interesse principal apenas a língua, e similarmente, os esperantistas que alegaram razões idealistas para a aprendizagem sejam os que se interessam de igual modo pela língua e pelo movimento (já que o interesse exclusivo no movimento obteve um resultado totalmente inexpressivo). Numa tentativa de averiguar essa hipótese foi realizado um cruzamento entre as variáveis respectivas, cujo resultado se apresenta no Quadro 5.29.

Quadro 5.29 Esperantistas segundo o interesse principal no movimento e razões de aprendizagem da língua (%)

	Idealismo	Interesse linguístico	Afinidade electiva/familiar	Total
Interesse na língua	9,6	17,3	9,6	36,5
Interesse na língua e movimento	38,5	19,2	3,9	61,6
Interesse no movimento	1,9	0,0	0,0	1,9
Total	50,0	36,5	13,5	100

N=52

A pretensa linearidade não se verifica. Os 50% de indivíduos que aprenderam a língua invocando razões idealistas associadas ao Esperanto ou a sua neutralidade, distribuem-se pelos três tipos de interesse principal, embora predomine largamente o interesse indistinto entre língua e movimento. Mais discrepante é a divisão quase equitativa entre um interesse linguístico e um interesse no binómio língua-movimento entre os que alegaram o interesse linguístico como razão para aprenderem Esperanto. Não é possível concluir que existe uma diferenciação entre “idealistas” e “linguistas”. Eventualmente ocorreu que alguns indivíduos cujo móbil inicial estava concentrado na língua se tenha transformado num interesse alargado ao movimento.

Outra hipótese a averiguar seria se a manifestação bipartida de interesse afirmado pelos inquiridos, ou na língua ou no binómio língua-movimento, indicaria uma identificação específica com alguma das orientações do movimento, categorizadas, como se viu, em quatro linhas: o “Contributo de cada

⁶⁵² Questão sobre se o inquirido entende que os esperantistas são um grupo de pessoas diferentes das outras e, em caso afirmativo, como vê essa diferença.

esperantista para que mais pessoas adiram à língua e ao movimento”, que poderia indicar uma atitude mais individualista, a “Vivência do Esperanto e da sua cultura dentro da comunidade esperantista” podendo indiciar uma identificação grupal mais clara, a “Actuação junto das instâncias de decisão para que o Esperanto seja adoptado como língua internacional” traduziria maior propensão a uma actuação pública e política em favor da língua, e por fim, “Nenhuma faz sentido”. Veja-se o Quadro 5.30.

Quadro 5.30 Esperantistas segundo o interesse principal no movimento e a visão da orientação do movimento (%)

	Contributo de cada esperantista	Vivência dentro da comunidade	Actuação junto das instâncias de decisão	Nenhuma faz sentido
Interesse na língua	31,6	21,1	36,8	10,5
Interesse na língua e no movimento	37,0	11,1	51,9	0,0
Interesse no movimento	0,0	0,0	100,0	0,0
Total	34,0	14,9	46,8	4,3

N=47

Um assumido interesse exclusivo na língua não acantona numa visão mais exclusiva do movimento – antes se encontra bastante distribuído. Já os adeptos do binómio língua-movimento não apresentam tendência para valorizar a vivência grupal da cultura esperantista, antes maioritariamente referem a actuação pública, e bastante marcadamente indicam o contributo de cada esperantista individualmente. A vivência grupal não parece ter importância fundamental para a maioria; aliás, já na definição de “Ser esperantista”, a hipótese “Pertencer a uma comunidade específica” foi eleita apenas por 5,7% dos inquiridos. Lembremos também a análise da pertença a grupos ou associações de Esperanto, que se verifica para 38,3% dos inquiridos.

Recorremos também a uma questão colocada sobre que aspectos da vida dos inquiridos seriam diferentes sem o Esperanto, para aferir se existe alguma discrepância com as tendências reveladas pelas análises anteriores (Quadro 5.31).

Só os aspectos cultural, de lazer e convívio e cívico/político apresentam valores significativos, por esta ordem de importância. Estes valores confirmam as áreas primordiais nas quais o Esperanto é utilizado, estando de acordo com a participação medida através do cálculo dos índices respectivos. O Esperanto tem primordialmente um valor cultural, tem em menor escala uma valoração recreativa, e por fim é menos objecto ou mediador de práticas cívicas/políticas. Um uso mais instrumental na área profissional está totalmente ausente, e como mediador de práticas religiosas tem uma ínfima expressão. A questão da expressão individual não é descurável, uma vez que é importante para 22% destes indivíduos, revelando um aspecto da relação pessoal do esperantista com a língua Esperanto.

Quadro 5.31 Aspectos em que a vida dos inquiridos seria diferente sem o Esperanto (%)

	Sim	Não
Aspecto familiar	8,5	91,5
Aspecto cultural	55,9	44,1
Aspecto da expressão individual	22,0	78,0
Aspecto cívico/político	25,4	74,6
Aspecto profissional	0,0	100
Aspectos do lazer e convívio	39,0	61,0
Aspecto religioso	1,7	98,3
Outros	10,2	89,8

N=60

A maioria dos inquiridos não tem participação activa nas actividades da APE (apenas 36,7%, como foi referido) ou em grupos e associações (só 38,3%) – serão estes valores um indicador de uma vivência mais individualista da língua, em que as práticas de grupo são menos importantes? Estes valores parecem estar em consonância com a fraca valoração da vertente “Viver o Esperanto e a sua cultura dentro da comunidade esperantista” que fazia parte das hipóteses apresentadas para possíveis orientações preferenciais do movimento (um valor de 15,6%, sobretudo atribuível à mais jovem das três gerações). Os dados deste inquérito não são muito conclusivos acerca da noção de grupo ou comunidade por parte dos inquiridos; poderá a fraca adesão ao inquérito – apenas um terço dos associados respondeu – ser também um indicador de uma vivência mais individualista do Esperanto em detrimento de um sentimento de pertença a uma comunidade esperantista ou a um movimento esperantista?

Um dado sobre a questão identitária diz respeito ao que podem ser considerados dois elementos de uma política de prestígio, segundo a noção já apresentada neste trabalho. O primeiro já tinha sido referido, e é a prática actual de evitar a utilização do termo “esperantismo” que, como se viu, era a terminologia a que recorriam os esperantistas pioneiros. Também um elemento identitário e simbólico usado publicamente no passado – a bandeira do Esperanto – é nas gerações actuais considerado um anacronismo. Em 1989 o presidente da APE, Correia Coimbra, afirmava: “o folclore de bandeiras, hinos e estrelas, se no princípio do século fazia sentido, agora é má ‘propaganda’... Falo Inglês e Francês, e nem por isso uso insígnias alusivas. Para muitos esperantistas, não só em Portugal, o Esperanto é uma espécie de religião e isso é sinal de fraqueza”. Há várias declarações a este respeito no *Nia Bulteno*⁶⁵³.

⁶⁵³ Entrevista a Correia Coimbra, *Nia Bulteno*, n.º 47, Nov-Dez 1989, p. 8-9, em Esperanto no original. Está documentado o desacordo provocado pela intenção de exibição da bandeira do Esperanto em situações públicas, nomeadamente por Franco Simões. Leia-se por exemplo: “Franco Simões sempre se aprontou a

No âmbito da discussão de um movimento social, a dimensão da acção instrumental é fundamental. Ficaram documentadas neste Capítulo algumas acções públicas em favor do Esperanto: a participação em 2004 na manifestação em Estrasburgo pela diversidade e direitos linguísticos; a participação de esperantistas portugueses na associação EEU-União Europeia de Esperanto para defesa da língua internacional no âmbito das organizações europeias; a realização dos projectos inter-escolares com vários países iniciados em 2003 segundo o princípio do Esperanto como veículo de aprendizagem para a intercompreensão, a tolerância e a diversidade cultural; e ainda a petição ao Parlamento em 1991. A participação em grupos e associações de Esperanto das áreas política e cívica traduz também parte desta vertente instrumental, através das filiações e da representação nacional de alguns inquiridos quer na EEU, já referida, como na comunista esperantista (IKEK) e na a-nacionalista SAT – revelando contudo valores baixos para o conjunto dos inquiridos.

Como se viu, os movimentos sociais considerados pelos inquiridos como “homólogos” do Esperanto são essencialmente o pacifismo, a ecologia e a Amnistia Internacional. Relativamente ao movimento ecológico, viu-se que a ligação a associações de ecologia não tem expressão significativa, dentro nem fora do Esperanto.

O pacifismo configura porventura um movimento em que as acções de maior visibilidade são episódicas, no sentido em que respondem a situações específicas de tensão ou de conflito estabelecido ou iminente – de que são exemplo recente as manifestações de âmbito mundial decorridas em 2003 e em 2004 contra a guerra no Iraque nas quais participaram esperantistas; as acções de tipo continuado tendem eventualmente a uma menor visibilidade pública e respeitam a questões de fundo como o desarmamento, a objecção de consciência ao serviço militar, a pena de morte, por exemplo. Relativamente à presente discussão, pode perguntar-se se o pacifismo será entendido como atributo esperantista ou uma causa pela qual agir através do Esperanto? A resposta poderá ser afirmativa nos dois casos. No segundo caso através de organizações específicas, apesar de, como se viu no Capítulo 4.3, as organizações esperantistas pacifistas não terem tido, para além da MEM-Movimento do Esperanto pela Paz Mundial, longevidade. No primeiro caso, o pacifismo pode ser considerado pelos próprios como um atributo esperantista na medida em que o Esperanto é conotado com os valores da “Intercompreensão internacional” e da “Fraternidade”, e que ser esperantista é, entre outros atributos, “Fomentar uma cultura internacional”. Será assim o pacifismo esperantista entendido como uma

participar nas excursões turísticas e culturais por mim organizadas, e trazia a sua bandeira do Esperanto, mas aceitava as sugestões de nem sempre a usar, quando as novas gerações opinavam não ser oportuno exibi-la” diz Alcino Alves (em *Nia Bulteno*, n.º 82, Out-Dez 2003, p. 6, em Esperanto no original). Por ocasião do seu falecimento diz Gonçalo Neves: “Era um grande esperantista e uma grande pessoa. Se não falar na exibição da bandeira, tinha grande prazer na sua companhia para trabalhar para o Esperanto e conversar sobre todos os temas” (em *Nia Bulteno*, n.º 83, Jan-Mar 2004, p. 10-1, em Esperanto no original).

cultura ou uma ética de promoção da mudança social? Mas seria uma ética pessoal ou uma ética colectiva segundo um princípio de activismo colectivo? Voltemos a alguns resultados do inquérito: a orientação “Actuar junto das instâncias de decisão” (44,4%) e o factor decisivo “Acção dos esperantistas” (44%) – as duas hipóteses mais valorizadas em cada uma das questões respectivas – apontam para uma predisposição ou desejabilidade de actuação ou intercedência pública pelo Esperanto. Contudo, a acção colectiva tem valores baixos, a avaliar pela participação em grupos de Esperanto, ou na própria APE. Por outro lado, a hipótese da orientação “Que cada esperantista contribua para que mais pessoas adiram à língua e ao movimento” surge em 2.º lugar (35,6%), podendo indicar a importância da acção individual, mais claramente uma ética individual que uma ética vivida colectivamente. Parece não ser claro se é dominante um princípio de ética pessoal ou colectiva, e por que é que a aparentemente desejável acção de defesa pública da língua não parece ter tradução na participação mais activa nos grupos e associações. Os resultados deste inquérito poderiam beneficiar de uma pesquisa complementar baseada em entrevistas pessoais a um número significativo de esperantistas. Eventualmente a exploração do entendimento do movimento pacifista por parte dos inquiridos iluminaria estas questões; porventura verificar-se-á um certo grau de indeterminação na noção do pacifismo, que parece um pouco difusa, e que poderá remeter homologamente também para um difuso ideal social e humano atribuído ao Esperanto e ao movimento do Esperanto. Poderão as questões colocadas sobre os possíveis obstáculos ao movimento, acima apresentadas, clarificar estas dúvidas sobre o posicionamento dos inquiridos? Viu-se que as condicionantes externas foram consideradas pela maioria como mais obstaculizantes que as atitudes dos esperantistas; contudo, tendo sido pedido que referissem outros obstáculos não constantes da lista apresentada, 38,3% dos inquiridos apresentaram outras razões que foram categorizadas em quatro tipos, constantes do Quadro 5.32. Com a percentagem mais reduzida (6,7%) está a hipótese de haver uma falha da parte dos esperantistas, que contempla a fraca capacidade organizativa e de trabalho, o sectarismo ideológico e a falta de recursos para divulgação, nas palavras dos inquiridos. Estas considerações indicam talvez uma reflexão mais auto-crítica de um conjunto muito minoritário dos esperantistas.

Quadro 5.32 Outros obstáculos ao Esperanto (%)

Desconhecimento público	8,3
Desinteresse/ Falta de ideal humanista	10,0
Falta de vontade política	13,3
Falha dos esperantistas	6,7
Não apontam outros obstáculos	61,7
Total	100,0

N=60

Perante os dados encontrados neste inquérito, que pretendeu colher informação para um retrato actual, qual a perspectiva de sobrevivência do movimento do Esperanto em Portugal? É pertinente sublinhar que não houve renovação geracional que compensasse a perda natural das gerações mais velhas, e é incerto se os esperantistas mais jovens se situam no movimento de modo “activista” para um reconhecimento público da língua, parecendo que se destacam as vivências culturais associadas, e os valores do multiculturalismo, mas uma escassa predisposição para a participação colectiva, para além de serem, concomitantemente, pouco optimistas no futuro do Esperanto. Do conjunto dos esperantistas actuais, na maioria pouco activos no movimento, destaca-se um pequeno grupo muito activo quer dentro quer fora do Esperanto, concentrado na geração intermédia, que como se viu, tem actualmente idades entre 48 e 73 anos de idade. De qualquer modo, um indicador importante de participação e identificação esperantistas tem sido a actual mobilização dos associados para a tentativa de aquisição da sede onde tem estado a APE desde 1972, e cuja renda sofreu um aumento incomportável para as receitas existentes. Fundamental para a história do movimento português será, por outro lado, a realização em 2018 do Congresso Universal de Esperanto pela primeira vez em Portugal.

Aproximando-se o fim deste Capítulo, e à semelhança dos anteriores, apresenta-se uma breve reflexão sobre a ligação a outros movimentos sociais. Como caracterizar a ligação do movimento do Esperanto em Portugal aos movimentos sociais na actualidade, isto é, no período democrático iniciado em 1974? Sousa Santos (1994:229) faz uma análise dos movimentos sociais nas primeiras duas décadas de vida democrática, e aludindo ao longo período da ditadura em que “nas condições da clandestinidade, nem partidos nem sindicatos podiam ter impacto alargado na vida política e social”, afirma que só após a Revolução, e em contexto revolucionário, os velhos movimentos sociais da democracia representativa puderam assumir o seu papel na sociedade portuguesa (vd. Santos, 1994:229). Deste modo, foi em simultâneo que se deu o surgimento dos denominados Novos Movimentos Sociais:

durante um curto período (1974-76) emergiram, paralelamente aos velhos-novos movimentos sociais, Novos Movimentos Sociais norteados pelos princípios da democracia participativa e com objectivos ora pós-materialistas e culturais, ora de satisfação de necessidades básicas (movimento pacifista contra o envio de tropas para as ainda colónias, movimento ecológico, movimento feminista, movimento de autoconstrução, movimento de ocupação de casas, movimento de ocupação de terras, movimento de creches e clínicas populares, movimento de educação de base e de dinamização cultural, etc., etc.). Devido à revolução, os velhos e os novos movimentos sociais nasceram, por assim dizer, ao mesmo tempo e, durante um curto período, conviveram em regime de grande tensão e contradição social, em disputa pela forma de democracia a privilegiar, democracia representativa ou democracia participativa. Passado, porém, esse breve período, os velhos-novos movimentos sociais conquistaram gradualmente plena hegemonia; em contrapartida, os Novos Movimento Sociais estiolaram, desapareceram e não reemergiram até hoje (ainda que, nos últimos tempos, tenham começado a dar alguns sinais de vida, nomeadamente o movimento ecológico) (Santos,1994:229-30).

Sousa Santos diz ainda que existe um défice de movimentos sociais na sociedade portuguesa que, embora não determinado por um único factor, poderia ser explicável porque a produtividade social e política dos velhos-novos movimentos sociais terá dispensado “a emergência forte dos Novos Movimentos Sociais” (cf. *idem*:230). Analisando esta realidade dos movimentos sociais portugueses no processo de implantação democrática, Freire e Lousada também aludem a alguma fragilidade constitutiva dos emergentes movimentos feminista, ecologista e pacifista nas suas formas de organização, se comparadas com as do movimento social do operariado do passado; os autores referem o impacto social desses movimentos através da comunicação social e dos actores políticos, contudo, concluem que “não se corporizou uma nova ideologia de transformação do conjunto da sociedade” (Freire e Lousada, 2013a:142). Noutro texto, Freire (no prelo, parágrafo 33) lembra que as questões principais então colocadas pelos movimentos feminista, de libertação sexual, ecologista e pacifista tiveram no essencial uma resposta relativamente rápida dos actores políticos: criação de legislação no âmbito da igualdade de direitos de género e de libertação sexual, o surgimento do Partido Ecologista “Os Verdes” que foi acompanhado, em geral, de uma positiva predisposição partidária para os temas ecológicos, ou ainda a abolição do Serviço Militar Obrigatório.

Como foi mostrado neste Capítulo, houve no início do Processo Revolucionário um acolhimento expresso dos princípios do MFA por parte dos esperantistas, e houve vozes em 1975 que defenderam que se colocasse “o Esperanto ao serviço da revolução”, *i.e.*, participar no processo de orientação socialista então dividido – aqui numa clara assunção de afastamento das premissas de neutralidade que tanto foram defendidas desde o princípio do movimento do Esperanto. Também foi no âmbito do “movimento de educação de base e de dinamização cultural”, para usar as palavras de Sousa Santos, que se pensou a integração do Esperanto; no espectro dos Novos Movimentos Sociais, este seria, para além do movimento ecológico, ou dos fenómenos de cooperativismo, um espaço onde o Esperanto poderia ter um lugar, já que não tinha ligações anteriores quer com o movimento feminista quer com o movimento de oposição ao envio de tropas para o ultramar. Já a ligação anterior ao libertarismo seria mantida. Vejam-se as várias situações, essencialmente através dos locais de ensino da língua como indicador importante de cruzamento entre as esferas de diversos movimentos: entre 1976 e 1981 houve ensino em espaços libertários como a sede de *A Batalha* e duas publicações libertárias, no âmbito das actividades libertárias retomadas após a Revolução de Abril; também no âmbito dos movimentos educativos do período revolucionário o Esperanto foi ensinado entre 1976 e 1977 na Sociedade Promotora da Educação Popular e na Comissão de Moradores da Pontinha. No seguimento das reconhecidas esferas de identidade dos esperantistas, na década de 1980 disponibilizaram-se cursos da língua em publicações pacifistas e campistas, e cursos na Sociedade Portuguesa de Naturologia até à actualidade. Cruzando ecologia e anti-militarismo verificou-se a adesão, como membro da APE entre 1978 e 1981, do Grupo Anti-Militarista e Ecológico da Associação Académica de Coimbra, e por fim, cruzando ecologia e cooperativismo, surgiu em 1985 a Cooperativa Saluton. No domínio do

vegetarianismo e naturismo houve até recentemente um representante nacional da associação esperantista vegetariana (TEVA).

A participação cívica dos inquiridos revelou as áreas em que ocorre: áreas homólogas às consideradas da “família” do Esperanto como associações e movimentos de direitos humanos, cooperação e solidariedade (18,5%) e ecologia/naturismo (5,6%), e também político-partidário (13%). No âmbito religioso, entre 1983 e 1986 a Associação Espírita de Lagos foi membro colectivo da APE; entre 1990 e 1994 a Sociedade Portuguesa de Maximafilia foi também membro da APE⁶⁵⁴.

Será pertinente ainda uma reflexão que responda à questão “É o Esperanto um movimento social em Portugal?”. Enquanto parte do movimento internacional, o movimento português participou em todas as etapas do percurso global do Esperanto, nomeadamente nas dimensões da internacionalização do progresso, do internacionalismo, educacionismo, pacifismo e humanitarismo. Para uma análise do contexto específico do movimento em Portugal, o exercício de caracterização já elaborado para o fenómeno internacional do Esperanto a partir da mobilização teórica do conceito de movimentos sociais poderá ser replicado nas quatro dimensões de análise: (1) a existência de instâncias organizacionais, (2) a partilha de princípios e de laços de solidariedade, (3) a mobilização em torno de assuntos conflituais, e (4) acções de protesto ou de visibilização da causa em questão.

A dimensão (1) materializa-se, na actualidade, na existência quer da APE e suas actividades, quer na de outros grupos e núcleos mais restritos; e, numa perspectiva diacrónica do percurso do Esperanto em Portugal, contabilizou-se uma multitude de grupos e associações no decurso de mais de um século (para uma visão dessa diacronia consulte-se o Anexo I, que disponibiliza uma listagem dos seus nomes, locais e datas de criação, ao longo dos três períodos temporais analisados neste Capítulo).

A dimensão (2) consubstancia-se através da vida associativa e da confluência de representações sobre o Esperanto, que se tornaram visíveis na análise das actividades da APE e na inquirição aos associados, não obstante alguma diversidade de perspectivas característica das organizações e dos movimentos sociais. Em fases anteriores, vimos como os esperantistas cultivaram perspectivas várias, enraizadas nos diversos contextos progressistas republicanos, da educação popular, do activismo operário, dos ideais libertários, da resistência política e cultural no Estado Novo, ou da identificação com a Revolução de Abril. O sentimento de identificação com um movimento internacional é parte desta paisagem de pertença identitária que se projecta numa cultura que excede as fronteiras nacionais e é entendida como internacional.

A dimensão (3) exige duas vertentes de análise: a orientação da acção quer no sentido internacional, quer no sentido do contexto português. No primeiro caso a laboração orientada para o reconhecimento do Esperanto faz sentido no quadro da inserção do país em instâncias transnacionais, designadamente, a UE; do mesmo modo a educação para a diversidade cultural e a crença na protecção da diversidade linguística fazem parte de uma ideologia comum aos esperantistas dos vários

⁶⁵⁴ Os membros associados de carácter colectivo constam da base de registos da APE.

contextos nacionais e culturais. Contudo, se se pensar numa actuação exclusivamente dirigida ao contexto nacional, a situação é diversa: não existe situação de conflito linguístico no território, pelo que o reconhecimento do Esperanto em Portugal tem sentido se direccionado apenas para a sensibilização de uma cultura inter ou transnacional. Acrescente-se que, outra especificidade do movimento em Portugal advém de, por via das circunstâncias históricas do regime ditatorial, ter tido dificuldades de sobrevivência, depois das quais não se expandiu no país.

E (4), como corolário da dimensão anterior, vimos que na esfera internacional se destaca na actualidade a participação na EEU-União Europeia de Esperanto e a realização dos projectos inter-escolares com vários países iniciados em 2003. A intervenção no contexto nacional contemplou essencialmente a tentativa de inclusão do Esperanto nas escolas (através da petição entregue no Parlamento em 1991), o ensino do Esperanto em contextos organizacionais diversos (associações, universidades, por via da rádio e da imprensa), a publicação de artigos na imprensa nacional ou a participação em eventos de divulgação linguística.

Se se ensaiar uma comparação do movimento do Esperanto com outro movimento social em Portugal, que caso seria mais adequado? Pensemos na longevidade do fenómeno do Esperanto, assim como na sua situação presente, em que se verifica uma diminuição de esperantistas que, no âmbito da actividade organizada, gravitam em torno de uma única unidade associativa no país, com um número decrescente de associados na sua maioria pouco activos no movimento. O movimento libertário surge como o caso em que um paralelismo poderá ser útil: também nasceu no século XIX; também sofreu repressão política – ainda que numa dimensão de hostilidade e perseguição sistemática incomparáveis -; e teve oportunidade de reemergir com a implantação da democracia, mas, “confinada a referência anarquista a sectores marginais da juventude e pequeninas franjas intelectuais ou culturais” (Freire e Lousada, 2013a:142).

Quais as semelhanças entre os dois movimentos? Uma idêntica “intuição antropológica”, isto é, têm subjacente uma cultura e atitude humanistas. Um idêntico crescimento descendente, isto é, diminuição e confinamento de militantes, apesar de um renascimento com a implantação democrática. E, uma tensão intrínseca que confere uma particularidade pouco catalisadora para a mudança social enquanto movimento social: o libertarismo tem tido uma tensão com o poder político organizado, decorrente da sobreposição do valor da liberdade individual (“enfrentou as contingências e contradições de influir directamente na vida política, sem querer ver-se nela institucionalizado”, Freire e Lousada, 2013a:9), e os esperantistas têm-se visto espartilhados pela noção de neutralidade política, e porventura imersos numa noção difusa de aglutinação entre Esperanto, Pacifismo e Humanismo que se traduz em alguma dificuldade de operacionalização na acção colectiva. Assim, em ambos os casos o garante da mudança será sempre o indivíduo através da sua responsabilidade individual, o que implicará caminhos morosos para a mudança social.

Este brevíssimo exercício poderá ser complementado com uma alusão final às ligações do Esperanto a outros movimentos sociais, que foram demonstradas ao longo deste trabalho. Para tal, o

conceito de Movimento Social Crítico e Alternativo (MSCA) apresentado por João Freire e Maria A. Lousada (2013a) poderá ser iluminador. Sendo o anarquismo o principal configurador do MSCA, movimento nascido no século XIX e essencialmente protagonizado pelo operariado, integrou uma constelação de afinidades com outros movimentos e orientações ideológicas: “ao lado do sindicalismo, devem considerar-se também o educacionismo, o esperantismo, o pacifismo, o comunitarismo, o naturismo, o neomalthusianismo e, de maneira mais contraditória, o cooperativismo e o feminismo” (Freire e Lousada, 2013a:8); o renascimento do MSCA a partir de Abril de 1974 assume necessariamente uma feição muito diversa (designadamente pela mudança do papel e espaço do movimento sindical), assim como outro papel político (cf. *idem*:142), mas o Esperanto enquanto um dos seus elementos continuou activo. É visível pois que a identidade do Esperanto tem permitido que se constitua um elo numa malha de movimentos com afinidade de representações e práticas, demonstrada pela sobreposição de actores nesses vários movimentos.

Por fim, um olhar simultâneo para o movimento do Esperanto na sua configuração internacional e na sua especificidade portuguesa permite ver os seus paralelismos:

1. Encontramos em ambos os casos as estruturas necessárias aos movimentos sociais – identitárias, relacionais e organizacionais;
2. Encontramos igualmente ligações directas com outros movimentos sociais;
3. Contudo, tanto internacionalmente como em Portugal, tem decrescido o número de esperantistas nas organizações respectivas;
4. Globalmente também a actividade do movimento parece pender actualmente mais para um âmbito cultural que para uma assumida mudança social.

Assim, tanto internacional como nacionalmente o Esperanto é um movimento que, da perspectiva da mudança social, aparenta na actualidade alguma latência: está numa fase de desaceleração ou latência transformadora. Contudo, a mudança social não é exequível sem a mudança cultural. A dimensão cultural é um garante de potenciais acelerações futuras. O devir do Esperanto poderá ser “longínquo e radioso”, mas por agora é permitido imaginar outros futuros, “difíceis mas esperançosos”.

6 CONCLUSÕES

If every language is acquirable, its acquisition requires a real portion of a person's life: each new conquest is measured against shortening days.

Benedict Anderson, *Imagined Communities*, 2006 [1983]:148 (Londres, Verso)

Esta tese ocupou-se de um objecto de estudo que era nas ciências sociais inédito em Portugal. Como se viu, encontravam-se breves referências dispersas em algumas obras da História e da Sociologia que trabalham os temas, que se interligam, do activismo operário em Portugal, do movimento libertário e da resistência política e cultural ao Estado Novo, de autores como Carlos da Fonseca, José Manuel Viegas, Daniel de Melo, Irene Pimentel e mais recentemente Maria João Raminhos Duarte, José Neves e Maria Alexandre Lousada em colaboração com João Freire, sendo que foi este autor que mais visibilidade deu a nomes, grupos e publicações esperantistas, por via do extenso trabalho que tem realizado sobre a história do movimento libertário em Portugal. Para a análise do Esperanto como fenómeno internacional existia a tese de Peter G. Forster publicada em 1982, que providenciou um importante enquadramento e percurso histórico até à década de 1970, contudo, quanto à discussão no quadro dos movimentos sociais, se colocou a pertinência de tal hipótese, não a desenvolveu – facto que atribuímos a alguma escassez de produção teórica disponível na altura da elaboração da sua investigação.

O objectivo desta tese foi num primeiro momento a problematização de uma língua internacional quer por referência às nacionalidades e suas realidades linguísticas, quer no contexto das esferas globalizadas e suas contingências multilingues; num segundo momento pretendeu-se discutir a realidade e história do Esperanto na perspectiva dos movimentos sociais, não só como fenómeno necessariamente internacional, mas também como um epifenómeno português, fazendo o levantamento histórico que era desconhecido para Portugal.

6.1 Diversidade Linguística em Contextos Nacionais e Internacionais. As Línguas como Espaço de Intervenção Política e Ideológica

Pela oposição inerente à concepção de uma língua planeada com objectivo de internacionalidade, a problematização teórica foi iniciada a partir do lugar das línguas na constituição da nacionalidade moderna, o que conduziu a algumas conclusões. Em primeiro lugar, de entre os elementos simbólicos que permitem a constituição de uma comunidade cuja existência é primeiramente e acima de tudo imaginada, segundo a emblemática expressão de Benedict Anderson, a língua assume-se como um dos recursos mais essenciais para essa existência representada que se torna viva e interiorizada nos indivíduos. Mas como bem demonstrou B. Anderson, não é a língua que cria a nação – ou qualquer outra comunidade - mas os laços imaginados em torno dela. O quadro da constituição e defesa das comunidades constitui um espectro largo que inclui a criação de Estados-Nação ou a defesa de

nacionalidades subordinadas (tanto no contexto dos movimentos culturais românticos como no caso de colónias, que incluem também as que ficaram conhecidas como situações de “colonialismo interno” segundo o termo mobilizado por Anthony Cohen), a defesa de nacionalismos (tanto em contextos colonialistas como ditatoriais), e comunidades minoritárias (de que são exemplo as de migrantes); em todos estes casos as línguas são frequentemente objecto de idealização e de intervenção deliberada – através de normalização, standardização, “purificação” - em graus diferentes, mediante a intervenção de instituições de legitimação linguística, de políticas linguísticas, ou apenas pela formulação de discursos ideológicos, e por vezes em paralelo com tradições inventadas (na expressão a que recorre Eric Hobsbawm). Estes processos tornam explícita a relação particular entre cultura e língua, em que se constrói uma visão identitária da cultura a partir da matriz primordial da língua que justifica a delimitação de uma identidade grupal; estas identidades são assumidas como um espaço simultâneo de inclusão do semelhante e de exclusão do diferente. Ainda no domínio linguístico, vimos que a biografia das línguas configura processos complexos de inter-relação, sendo entidades permeáveis entre si na medida em que incorporam e naturalizam vocábulos estrangeiros, exportando também para outros idiomas.

Assim, sendo as comunidades “construções mentais” ou representações sociais, e sendo as línguas também produtos culturais, nos vários contextos de defesa do binómio língua-cultura assiste-se todavia a justificações essencialistas e primordialistas de concepção de uma língua natural, com uma cultura associada e deste modo pertença de uma comunidade natural. Estas assunções ideológicas proporcionam atitudes de discriminação e potenciais políticas xenófobas – ilustradas pela defesa da “pureza” das etnias e das línguas nacionais. Outro corolário decorrente é o de que não existe pois uma diferença fundamental, ou uma distinção teórica, baseada na naturalidade *versus* artificialidade entre línguas ditas naturais e línguas planeadas.

Em segundo lugar, o olhar histórico empreendido sobre a constituição das nações permitiu também perceber a quase universalidade da diversidade linguística actual dentro das fronteiras constituídas, e das situações históricas em que línguas dominantes e línguas dominadas são e foram a realidade em contextos de colonialismo e imperialismo, defesa do nacionalismo e de migrações. A diversidade linguística e especialmente a posição relativa das línguas numa relação de forças de dominação daquelas com estatuto de oficialidade convoca um olhar sobre as questões do exercício da cidadania: a língua oficial configura uma interdependência entre a escola e o mercado de trabalho (Pierre Bourdieu), e o seu desigual domínio implica desigualdade de acesso e sucesso no sistema escolar e de trabalho, designadamente no acesso a posições no funcionalismo público, mas implica também desigualdade social na vida quotidiana dos cidadãos nas esferas da justiça e da saúde ou ainda no acesso a bens culturais.

Por seu turno, no mapa global as posições relativas das línguas nacionais dos diversos países nas organizações inter-governamentais dependem das respectivas posições económicas e simbólicas no mundo. Também os processos de globalização económica e cultural denunciam a relação de

desequilíbrio entre línguas dominantes e línguas subordinadas, sendo claramente o Inglês exemplo principal do primeiro caso.

O percurso teórico desenvolvido permitiu demonstrar que as línguas incorporam uma dimensão profundamente política na vida individual e colectiva, e também na posição relativa dos vários países na rede de relações global. Aquele percurso conduziu-nos numa linha de construções sociais que foram denominadas fenómenos imaginados: as comunidades imaginadas através das línguas (e outros elementos simbólicos), os mundos imaginados (expressão inspirada em Arjun Appadurai) através da constituição dos movimentos sociais que idealizam um mundo diferente mediante uma “globalização” dos princípios universalistas de direitos e liberdades, e o nosso objecto, uma língua imaginada pelo seu autor que imaginou também, através da sua criação, a possibilidade de uma mudança na relação entre os indivíduos e as comunidades de línguas e culturas diversas. Zamenhof não pretendia eliminar a diversidade linguística através de uma língua universal, mas construir uma segunda língua auxiliar. Este desígnio prendeu-se com a criação de condições para uma igualdade linguística.

6.2 Esperanto: Uma Língua Planeada que Configura um Movimento Social

O surgimento do Esperanto em 1887 pode ser analisado como um elo numa cadeia longínqua na Europa que, tanto no âmbito religioso como académico ou político, problematizou desde a Idade Média a adopção de uma língua franca através da criação ou recriação de um idioma ou sistema de comunicação comum e quase sempre com o desígnio da “concordia universal”. O século XIX foi o momento em que mais projectos de línguas surgiram, no contexto do desenvolvimento da Linguística, dos códigos internacionais sinaléticos e telegráficos paralelos à expansão global dos transportes e comunicações, e a que não é alheia a criação de associações internacionais – como em 1900 a Associação Internacional das Academias Científicas, que viria a discutir a pertinência de uma língua internacional auxiliar, questão que já tinha sido colocada pela American Philosophical Society. Como fenómeno oposto multiplicam-se as propostas de recurso a uma língua já existente, através da restauração do Latim ou da simplificação de línguas europeias. Da perspectiva da Linguística o Esperanto é uma língua construída *a posteriori*, em virtude de seguir uma matriz de línguas “naturais” existentes e, apesar da regularidade e lógica gramatical, não ser totalmente “artificial” como noutros projectos designados por línguas construídas *a priori*. O Esperanto surge também num momento em que a “imaginação” e consolidação de várias nações se concretiza através da constituição de respectivas línguas nacionais, sendo interessante o contraste estabelecido por exemplo com a reconstrução do Hebraico na conceptualização do estado de Israel, sendo ambas as línguas construídas por autores judeus preocupados com a diáspora judaica, mas cujos projectos foram simétricos. Se o Esperanto é inerentemente uma língua inclusiva, o projecto nacionalista de Ben-Yehuda é o oposto.

Como um reverso das nacionalidades e do nacionalismo, o transnacionalismo nas suas várias realidades sociais, culturais e políticas configura um espaço aberto a uma língua internacional. Coevos

do fenómeno das nacionalidades foram o universalismo progressista e evolucionista do positivismo, ou os princípios socialistas presentes no internacionalismo de movimentos sociais como o operário ou o movimento libertário; o pacifismo ou a crença na pacificação, tanto como corolário positivista de um mundo no seu estado final de progresso social universalizado, como resultado da realização dos princípios de justiça e igualdade socialistas, foram um elemento presente no ideário esperantista.

Os movimentos sociais constituem quase sempre também fenómenos de carácter global – aliás, na perspectiva de B. Sousa Santos e de Alain Touraine, são na actualidade forças que se opõem às outras forças globalizadoras que tendem a diminuir direitos humanos e a ameaçar o equilíbrio ambiental mundial. Para a operacionalização do conceito de movimento social foram revistos vários autores, sendo os que mais contribuíram para este trabalho Alain Touraine, David West, Hanspeter Kriesi e colaboradores, Donatella della Porta e Mario Diani. A partir da proposta de Diani e della Porta de definição dos movimentos sociais em quatro dimensões caracterizámos o movimento do Esperanto:

1. as redes de indivíduos e organizações estão presentes na UEA, na Academia de Esperanto e outras instituições linguísticas, em todas as associações internacionais e nacionais, nos congressos, nas actividades de publicação e na restante produção cultural;
2. a partilha de princípios e de laços de solidariedade consubstancia-se no conjunto de ideais e de princípios democráticos e de direitos humanos, de justiça social e de solidariedade, e de todos os fins práticos para os quais se pode utilizar o Esperanto; estes princípios sustentam, naturalmente, as redes de indivíduos e de organizações, constituindo-se como elementos identitários. A auto-denominação movimento (movado) é em si um indicador identitário;
3. a mobilização realiza-se em torno de assuntos conflituais, neste caso as desigualdades linguísticas nos contextos multilingues e no mundo global, designadamente: as hegemonias linguísticas nas organizações inter-governamentais, a desigualdade linguística como uma dimensão da incompletude da verificação dos direitos humanos (tanto para os que são forçados a usar uma língua estrangeira em situação de desigualdade, como aqueles que não têm possibilidade de aprendizagem de uma segunda língua), e a necessidade de protecção cultural das línguas minoritárias (que, no limite, correm o risco de desaparecimento);
4. acção através de formas de protesto, ou mais frequentemente, de demonstração da existência das desigualdades linguísticas e de um trabalho de visibilização do Esperanto, não só como solução neutral e democrática, mas também, como instrumento educativo para a diversidade cultural; deste modo, as acções fundamentais têm-se orientado para a adopção do Esperanto como língua neutral em organizações inter-governamentais, e para a sua introdução nos currículos escolares nacionais.

A operacionalização do conceito de movimento social contemplou também uma análise bidimensional das características instrumentais e das características culturais e identitárias, numa assunção de que os movimentos sociais combinam ambas as lógicas – e ultrapassar algumas análises tendentes a categorizar os movimentos sociais e os culturais em matrizes diferentes.

A dimensão cultural e identitária existe através da vastidão da produção cultural a partir da língua Esperanto. A cultura tem existência dentro de um grupo ou comunidade, e pressupõe a partilha simbólica; aliás, os símbolos e as práticas de um grupo são elementos de construção colectiva. Se a língua é um importante símbolo de solidariedade entre os seus locutores, associados à língua Esperanto existem outros símbolos partilhados, como a literatura original, o evento anual do Congresso Universal, elementos de iconografia como a estrela verde, que figura também na bandeira esperantista, o hino esperantista e ainda o mapeamento do tempo e do espaço, respectivamente o 15 de Dezembro que celebra o dia do Esperanto e da cultura esperantista, e a rede mundial de ruas e praças com o nome de Zamenhof, como também os monumentos que lhe são dedicados. Por fim o Museu Internacional do Esperanto. O extenso espectro de organizações esperantistas nas áreas cultural, profissional, científica, religiosa ou recreativa será outro indicador de actividades e práticas que estabelecem elos e sentimentos de pertença grupal.

Outra característica dos movimentos sociais – mais presente nos de tipo subcultural – que também ocorreu em várias ocasiões entre os esperantistas foi o da “política de identidade”. O mais significativo foi a denominada “política de prestígio” da UEA após a 2.^a Guerra, num contexto de recuperação das recentes proibições e perseguições, mas que pretendia também isolar o Esperanto como um caso bem-sucedido no universo dos outros projectos de língua planeada. Já no princípio do século XX em França várias preocupações com o intuito de que o Esperanto parecesse “respeitável” às instituições públicas, junto das quais procurava a aceitação e a oficialização da língua, insistiram na neutralidade política e religiosa dos esperantistas. Esta questão da pretendida neutralidade da língua Esperanto pode ser também entendida como reforço identitário em contextos de repressão política e simultaneamente como estratégia de sobrevivência, como ocorreu em contextos de nacionalismo, através de tentativas de demarcação de grupos esperantistas face a outros politicamente não-gratos aos regimes (os esperantistas franceses “neutrais” aquando do governo de Poincaré, ao afirmaram a sua distância e independência face à SAT ou os portugueses que no Estado Novo distinguiam entre “neutrais e operários”). Por fim, à semelhança de movimentos de línguas minoritárias que trabalham para o reconhecimento desses idiomas no contexto nacional em que se encontram, o movimento do Esperanto também construiu instâncias linguísticas académicas.

A segunda dimensão de análise, a instrumental, tem subjacente a assunção do valor potencial da língua para vários fins, que são porventura de carácter mais pragmático do que aqueles que orientam a vertente mais subcultural; esta dimensão compreende as acções públicas mais objectivas em favor da língua. Assim a esfera de acção que remete para as questões subjacentes à mobilização dos esperantistas e ao empreendimento de iniciativas públicas, pode caracterizar-se deste modo: (1) a questão do reconhecimento público da língua Esperanto, (2) tornando a sua existência um assunto público e político, (3) mediante o prestígio da língua e cultura esperantista e (4) acções, concretizadas com mais ou menos êxito, para a sua adopção ou utilização em diversos contextos ao longo do seu percurso histórico, como o político (através das organizações do espectro socialista, em especial a

SAT, ou em parlamentos nacionais), científico (junto de academias científicas ou através de organizações esperantistas específicas), económico (designadamente, no turismo e no comércio), nas comunicações (nos correios e na rádio), na acção pacifista (especialmente a UEA no período das duas Guerras, mas também mediante a colaboração com a Cruz Vermelha e com os corpos internacionais vocacionados para a manutenção da paz como a ONU e a UNESCO, ou em organizações esperantistas específicas, como também em manifestações como as de âmbito global em 2003 e 2004), na educação (através dos sistemas de ensino nacionais e outras instituições de ensino), em causas ecológicas e de direitos humanos, e em organizações inter-governamentais (Liga das Nações, ONU, UNESCO, UNICEF, Conselho da Europa, Organização dos Estados Americanos e UE).

Deste modo, é possível afirmar também que o movimento do Esperanto tem estabelecido relação com inúmeros outros movimentos sociais, nomeadamente pela existência de organizações esperantistas no movimento operário (veja-se a SAT, com as suas vertentes socialista, anarquista e comunista, e activa desde 1921), o movimento pacifista, o movimento ecológico, defesa da diversidade linguística e étnica (associações várias e também partidos com acção junto da UE), movimento de direitos dos homossexuais (existe uma associação esperantista e uma secção “Arco-Íris” na SAT); já o movimento de direitos das mulheres parece não ter estado representado.

O movimento do Esperanto pode ser considerado um movimento social, combinando elementos identitários (que têm permitido a sua longevidade em conjunturas diversas) e de acção instrumental (resultando na visibilidade pública do Esperanto e nos respectivos efeitos processuais, *i.e.* o estabelecimento de relações consultivas oficiais com a UNESCO em 1954 e com o Conselho da Europa), combinações que ao longo do tempo e do espaço configuram um movimento díspar (com orientações diversas de tipo político, ecuménico e religioso, cultural, educativo e económico), caracterizado por conflito social pontual (localizado sobretudo nas conjunturas nacionalistas europeias do século XX), e apresentando, segundo os termos de A. Touraine, tanto uma “aspiração democrática” como um “projecto ou proposta cultural”. Esta perspectiva diacrónica parece corroborar a afirmação dos autores della Porta e Diani, D. West ou Claus Offe de que os movimentos alternam fases de visibilidade e fases de latência, de modo que é a existência de uma identidade e cultura associada a práticas que permite que ressurgam de fases de aparente inactividade.

É um movimento social que tem sobrevivido no tempo desde o seu advento no século XIX, que já conseguiu acesso a uma das mais significativas organizações inter-governamentais através da UNESCO, e cujas fundações são a subcultura esperantista. Convocando os direitos linguísticos e agindo, numa escala potencialmente global, em prol da transposição das barreiras culturais, tem potencialidades para prosseguir o caminho de acesso às instituições públicas e disseminar os seus valores democráticos trazendo-os para o debate público: igualdade linguística, cidadania, emancipação individual, e educação para a diversidade humana.

6.3 O Esperanto em Portugal: de 1892 à Actualidade

A investigação para o caso do Esperanto em Portugal realizou-se mediante uma combinação metodológica de análise documental de publicações esperantistas e de património arquivístico (essencialmente na língua Esperanto), da análise da base de registos dos associados da APE, de algumas entrevistas, e da aplicação de um inquérito através da APE em 2015. Um primeiro nível pretendeu a reconstituição histórica desde o aparecimento dos primeiros esperantistas até à actualidade, cujas actividades são rastreáveis através das publicações, da constituição de grupos e associações, das ligações aos esperantistas dos outros países bem como às entidades esperantistas internacionais, e das relações estabelecidas com a sociedade portuguesa nas dimensões educativa, cultural, política e cívica. Este trabalho de caracterização permitiu um segundo nível de análise que consistiu na resposta à questão principal: o fenómeno do Esperanto como movimento social, visível também pela ligação a outros movimentos sociais. Três principais etapas são distinguidas e marcadas através dos diferentes regimes políticos, pois estas mudanças reflectiram-se no movimento do Esperanto, sendo que a mais significativa foi a repressão perpetrada após o derrube da República. A primeira etapa desenrola-se desde 1892 até ao fim da 1.^a República, a seguinte durante o regime ditatorial, e por fim da viragem democrática até 2016.

Na primeira etapa verificou-se uma inicial e breve ligação ao movimento protestante, cujas associações acolheram os primeiros grupos de ensino do Esperanto criados em 1908 no Porto e em Lisboa. Mas, num país em que se vislumbravam os primeiros alvares republicanos e democráticos, o Esperanto foi assumido como motor tanto de internacionalização como do internacionalismo e de progresso social, o que permitiu que se constituíssem outras ligações: ao movimento republicano, ao movimento anarquista, ao movimento operário e ao movimento de educação popular. Aliás, é a existência de alguma sobreposição de actores explicada pela partilha de princípios ideológicos nos movimentos republicano, anarquista e operário que permite a ligação ao movimento de educação popular (e à sua vertente da auto-educação). Assim, a importância atribuída por aqueles três movimentos à educação na renovação individual e social, permitiu que os primeiros esperantistas ensinassem desde logo a Língua Internacional em Associações de Classe (em 1908) e a partir de 1913 nas Universidades Popular e Livre em Lisboa e no Porto.

Quanto aos móbéis progressistas associados ao Esperanto, surgiram na área do comércio tanto como nas áreas emergentes do turismo e desporto, tendo faltado porventura uma ligação mais vincada à ciência. Por fim, no quadro do internacionalismo operário e libertário, a importância do Esperanto fez sentido no âmbito da educação e auto-educação e da construção de uma cultura internacional de valores solidários e democráticos; fez sentido também no quadro dos valores pacifistas, reacesos num momento conturbado da história europeia e mundial, visíveis na aproximação à Cruz Vermelha, mas de um modo geral presentes no discurso sobre um futuro desejável de relação entre nações e povos,

em que o militarismo pudesse ser ultrapassado e sobreviesse enfim um mundo de igualdade económica e social.

Depois a fase entre 1926 e 1974. Essencialmente defensores de princípios internacionalistas em choque directo com um regime nacionalista de tipo colonialista, ou em desacordo com a política oficial para os sindicatos, por exemplo, os mundos operário, libertário e sindical organizados sofrem décadas de proibições e vigilância – e os esperantistas ligados a estes movimentos estiveram também expostos à repressão policial, e quando não votados ao exílio, muitos estiveram presos. Noutros movimentos então nascidos de uma oposição mais ou menos expressa ao Estado Novo, houve alguns esperantistas presentes tanto num registo mais cultural, como o Neorealismo (também muito ligado ao comunismo), como num carácter mais político, como o MUD ou os Congressos Republicanos de Aveiro; por seu turno o ensino do Esperanto nas prisões traduziu-se simultaneamente em resistência política e processos de auto-educação. Neste contexto político pode considerar-se que a Sociedade de Língua Portuguesa se constituiu como um aliado dos esperantistas através da relação estreita que desenvolveram já na década de 1960, acolhendo as suas actividades quando ainda se sofria a interdição ao Esperanto por parte do Ministério da Educação Nacional. Viu-se por outro lado que tratando-se de um movimento conotado pelo regime como sendo integrado por alguns dos seus opositoristas, houve esperantistas que tiveram precauções de manter uma imagem pública de neutralidade política, essencialmente presente na recorrência das discussões internas sobre as oposições entre “esperantistas neutrais e não neutrais”, ou em 1948 quando a Liga Portuguesa de Esperanto prepara uma tentativa de afastar conotações com o comunismo, através de uma aproximação quer ao mundo académico quer às confissões religiosas católica e protestante. Já no período final da longa vigência do regime ditatorial alguns movimentos sociais “novos” viriam a manifestar-se em Portugal, como os estudantis, direitos femininos, e de oposição à guerra colonial. Não encontramos na nossa investigação ligações esperantistas a esses movimentos.

Pouco antes da restauração da democracia, em 1972, a APE é legalizada. Houve no início do Processo Revolucionário um acolhimento expresso dos princípios do MFA por parte dos esperantistas, e houve vozes em 1975 que defenderam que se colocasse “o Esperanto ao serviço da revolução”, *i.e.*, participar no processo de orientação socialista então divisado. Também foi no âmbito do “movimento de educação de base e de dinamização cultural”, que se pensou a integração do Esperanto, e de facto foi ensinado nessa década em associações que integraram essa movimentação; no espectro dos Novos Movimentos Sociais, este seria, para além do movimento ecológico, ou dos fenómenos de cooperativismo, um espaço onde o Esperanto poderia ter um lugar, uma vez que não tinha ligações anteriores quer com o movimento feminista quer com o movimento de oposição ao envio de tropas para o ultramar. Já a ligação anterior ao libertarismo seria mantida, tendo havido ensino da língua em espaços libertários no âmbito das actividades que este movimento retomou após a Revolução de Abril; também nesta altura se mantêm as ligações antigas ao universo do naturismo, ecologia e pacifismo através das publicações de associações, e na Sociedade Portuguesa de Naturologia tem sido ensinado

Esperanto até à actualidade. Em 1985 é criada a Cooperativa Saluton, numa combinação de ecologia e cooperativismo.

Os registos disponíveis para os associados da APE permitem um retrato etário e geográfico que recua praticamente aos primeiros esperantistas portugueses: nascidos entre 1891 e 1999 os associados têm estado localizados na sua maioria na região de Lisboa, sendo Setúbal a segunda região de localização privilegiada. Tendo-se verificado uma feminização até à paridade actual, não houve contudo uma reposição geracional, pois as gerações intermédias deste universo (nascidas entre 1917 e 1968) concentram 76,8% e a geração mais jovem representa apenas 9,8%.

O inquérito aplicado em 2015 revela um conjunto de pessoas que na maioria aprendeu Esperanto de forma auto-didacta, invocando razões que se dividem pelo ideal do Esperanto e da sua neutralidade, ou um interesse linguístico directo. Também a maioria concluiu o ensino superior, contudo não foi possível obter dados sobre a dimensão profissional. Na perspectiva dos valores e movimentos associados ao Esperanto verifica-se convergência da maioria dos inquiridos que elegem no primeiro caso a “Intercompreensão internacional” e a “Fraternidade”, e no segundo caso o “Pacifismo” e a “Ecologia”. Em traços gerais pode dizer-se que, actualmente, face às duas gerações mais velhas, os esperantistas mais jovens são menos idealistas, cultivam menos a língua, participam menos em outros grupos de Esperanto e menos em movimentos sociais no geral, são menos optimistas quanto ao futuro do Esperanto, e eventualmente entendem o movimento menos orientado para uma actuação pública no sentido do reconhecimento ou adopção da língua. As duas gerações mais velhas são mais “zamenhofianas”, mais internacionalistas, mais idealistas relativamente ao papel do Esperanto – elegendo para a definição dos esperantistas “Ter um ideal”, “Fomentar uma cultura internacional” e “Seguir os ideais de Zamenhof”. De todas as gerações, a intermédia tem sido a mais activa dentro e fora do Esperanto em grupos, movimentos, reivindicações e manifestações, e é ainda a mais optimista quanto ao futuro do Esperanto.

O Esperanto tem para estes inquiridos primordialmente um valor cultural, tem em menor escala uma valoração recreativa, e por fim é menos objecto ou mediador de práticas cívicas e/ou políticas. Um uso mais instrumental na área profissional está totalmente ausente, e como mediador de práticas religiosas tem uma ínfima expressão. Estamos perante um movimento que é entendido pelos seus membros, acima de tudo, como linguístico, contudo, intrinsecamente associado a um humanismo pacifista. Por outro lado, os dados deste inquérito não são muito conclusivos acerca da noção de grupo ou comunidade por parte dos inquiridos; poderá a fraca adesão ao inquérito ser um indicador de uma vivência mais individualista do Esperanto em detrimento de um sentimento de pertença a uma comunidade esperantista ou a um movimento esperantista?

Relativamente aos valores e movimentos que os inquiridos assumem estar associados ao Esperanto, todos afins do pacifismo, pode perguntar-se se seriam entendidos como atributo esperantista ou uma causa pela qual agir através do Esperanto? Será assim o pacifismo esperantista entendido como uma cultura ou uma ética de promoção da mudança social, e neste caso, seria uma ética pessoal ou uma

ética colectiva segundo um princípio de activismo colectivo? Não se apurou uma resposta clara a estas questões, nem ainda para o facto de a aparentemente desejável acção de defesa pública da língua não parecer ter tradução na participação mais activa nos grupos e associações – designadamente no campo da ecologia, que foi uma área de eleição nas escolhas de afinidade com o Esperanto, e que não tem tradução na actividade em grupos dentro ou fora do Esperanto.

A compreensão do Esperanto em Portugal deve ser balizada por duas especificidades nacionais. Por um lado, o facto de ser um país em que não se verifica a existência de conflito linguístico (sendo que a diversidade linguística presente se verifica essencialmente pelos casos do Mirandês, Cabo-Verdiano, Caló português, e pela presença dos grupos de imigrantes). Por outro lado, em virtude das circunstâncias históricas vividas no regime ditatorial, o Esperanto teve dificuldades de sobrevivência, depois das quais não se expandiu no país. Mas um olhar simultâneo para o movimento do Esperanto na sua configuração internacional e na sua especificidade portuguesa permite ver os seus paralelismos. Existem em ambos os casos as estruturas necessárias aos movimentos sociais – identitárias, relacionais e organizacionais. Encontram-se igualmente ligações directas com outros movimentos sociais. Por outro lado, tanto internacionalmente como em Portugal, tem decrescido o número de esperantistas nas organizações respectivas. E, globalmente também, a actividade do movimento parece pender actualmente mais para um âmbito cultural que para uma assumida mudança social.

Assim, tanto internacional como nacionalmente o Esperanto é um movimento que, da perspectiva da mudança social, aparenta na actualidade uma fase de desaceleração ou latência transformadora. Contudo, a dimensão cultural é um garante de potencialidades para a mudança social. O devir do Esperanto poderá ser “longínquo e radioso”, mas por agora é permitido imaginar outros futuros, “difíceis mas esperançosos”.

6.4 Nota Final

Um balanço final implica pensar também a questão de eventuais lacunas desta pesquisa concretizada sobre o movimento do Esperanto em Portugal. Para complementar os resultados do inquérito, a caracterização dos esperantistas portugueses beneficiaria de aprofundamento sobre uma categorização classista e socioprofissional; por outro lado, eventualmente a realização de entrevistas traria luz a algumas questões de relação entre as representações e as práticas. Na dimensão internacional, e de modo a perceber que homologia existirá entre a diminuição de associados em Portugal e noutros países, seria interessante aferir estatísticas de associações noutros locais, até porque nas últimas décadas o volume de associados na principal entidade esperantista internacional, a UEA, também tem diminuído.

Da perspectiva histórica, naturalmente, um objectivo tão ambicioso como o da reconstituição de um fenómeno com a longevidade de mais de 120 anos, e cumprido num intervalo de tempo talvez insuficiente, implica que algumas fontes não tenham sido consultadas ou aprofundadas na sua análise.

A procura de mais fontes seria uma possível linha de continuação desta investigação, tanto de organizações esperantistas e entidades com ligações ao Esperanto (essencialmente na área da educação), como em espólios pessoais, ou ainda os rastros da repressão política (registos policiais e prisionais e também documentação e objectos apreendidos que possam ainda existir em arquivos). A construção de fontes orais com esperantistas de várias gerações, ou a elaboração de um projecto expositivo ou museológico, ou ainda a constituição de um arquivo digital seriam porventura projectos com sentido, juntando estas fontes e materiais ao vasto espólio da APE (o Anexo J propõe um conjunto de fontes cuja existência seria pertinente averiguar).

De qualquer forma, julgamos que os objectivos propostos foram alcançados, ilustrando o percurso e características principais do movimento do Esperanto à luz da perspectiva dos movimentos sociais, e também porque na pesquisa de um objecto inédito em Portugal foi possível seguir um percurso de mais de um século e estabelecer as contextualizações e ligações a momentos significativos da história social e política da sociedade portuguesa.

7 FONTES

7.1 Fontes Orais

Entrevista a M.P. – Lisboa, 8 de Junho de 2012
Entrevista a E.C. – Lisboa, 20 de Junho de 2012
Entrevista a L.D. – Barreiro, 3 de Julho de 2012
Entrevista a A.O. – Barreiro, 3 de Julho de 2012
Entrevista a A.A. – Lisboa, 7 de Julho de 2012
Entrevista (não presencial) a N.P. – Alcacer do Sal, 1 de Setembro de 2013 (enviada por correio)

7.2 Fontes Arquivísticas

Arquivo da Associação Portuguesa de Esperanto (por organizar)

Pasta “Eltondaĵoj 1907-1916”
Pasta “Artikoloj pri Esperanto 1888-1969”
Pasta “Artikoloj eltonditaj 1970-1979”
Pasta “Korespondaĵo jaroj 50 kaj 60”
Pasta “Korespondaĵo jaroj 70”
Pasta “Fotaro”
Caixa de objectos não catalogados
Caixa de documentos de Adolfo Nunes
Caixa de documentos de Saldanha Carreira

Arquivo Histórico-Social, Centro de Estudos Libertários. Biblioteca Nacional/ Portal MOSCA - Movimento Social Crítico e Alternativo (<http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/>)

Caixa 87, Núcleo Educação e Cultura
Caixa 117, Secção Fotografias do Núcleo Iconográfico e Museográfico
Caixa 131, Secção Cartazes do Núcleo Iconográfico e Museográfico
Caixa 141, Núcleo 61 (Espólio de Alberto Pedro da Silva)

Arquivo de História Social. Instituto de Ciências Sociais
Documentos do espólio Pinto Quartin

Arquivo Digital Ephemera. Biblioteca de José Pacheco Pereira

Arquivo Digital da Fundação Mário Soares

7.3 Outras Fontes

Base de registo dos membros da Associação Portuguesa de Esperanto, actualizada em Junho de 2015

Inquérito aos membros da Associação Portuguesa de Esperanto, lançado em Fevereiro de 2015

7.4 Publicações Periódicas Esperantistas (por ordem cronológica)

Portugala Revuo. Órgão dos Esperantistas Portugueses. Porto, 2.^a Série, 1913-1914

Laboro. Monata organo de Portugala Laborista Esperanto-Federacio. Lisboa, 1920

Portugal-Esperanto. Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Esperanto. Lisboa, 1926 (n.ºs 1 a 6, Janeiro a Junho)

La Okcidentulo. Liga dos Esperantistas Ocidentais. Lisboa, Dezembro de 1931 (n.º1)

Portugala Esperantisto. Órgão mensal do Movimento Esperantista Português. Lisboa, 1936 (n.ºs 1 a 8, Janeiro a Agosto)

La Unuiĝo. Organo de Portugala Esperanto-Federacio, Março de 1946

Unuiĝo. Bulteno de la Portugala Esperanto-Movado, 2.ª série, Janeiro a Julho de 1947

Informilo. Boletim de Informação da Liga Portuguesa de Esperanto, Abril de 1948 a Abril de 1949

Nia Stelo. Gaja kaj Literaturo. Lisboa, Dezembro de 1955 a Abril de 1960

Revista Portuguesa de Esperanto. Associação Portuguesa de Esperanto. Lisboa, 1973-1987

Nia Bulteno. Associação Portuguesa de Esperanto. Lisboa, 1972-

Saudação Informilo. Boletim Bimestral da Cooperativa Saudação. Amigos do Esperanto e da Natureza, 1990-2010

La Karavelo. *Beletra Esperanto-Revuo pri la Portugallingva Literaturo*, 2007-

7.5 Outras Publicações Esperantistas ou Sobre o Esperanto (por ordem cronológica)

Zamenhof, Ludwik L. (1905), “Discurso de Zamenhof en el primer Congreso Universal de Esperanto, Boulogne-sur-Mer, Francia, del 5 al 13 de Agosto de 1905”, Auld, William (1992) [1988], *El Esperanto: Fenómeno de la Comunicación*, Madrid, Esperanto - Liceo de Madrid, pp. 107-11

Cart, Théophile (1908), *Primeiras Lições de Esperanto*, traduzido para Português por A. Caetano Coutinho com permissão do autor, 2.ª edição, Paris, Livraria Hachette

Proença, José Augusto (1908), *Dicionario Esperanto-Portuguez. Precedido por um Resumo da Grammatica*, Porto, Almeida e Sá

Lobo, Accacio (1910), *Grammatica Pratica de Esperanto*, Porto, Escola Pratica Commercial Raul Dória

Proença, José Augusto (1911), *Grammatica da Lingua Internacional Auxiliar Esperanto*, 2.ª edição, Porto, Francisco Joaquim d’Almeida

Proença, José Augusto (19--), *Curso Elementar de Esperanto sem Mestre: em 10 Lições*, Porto, Typografia Francisco Joaquim d’Almeida

Chavet, Gabriel; Georges Warnier (1913), *Esperanto Manuel. Cours Pratique et Complete en 15 Leçons*, Paris, Librairie Hachette

D’Almeida, Bernardino Martins (1914), *O Esperanto no ensino comercial*. Tese apresentada á 8ª secção do 1.º Congresso Nacional das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas, Lisboa

Carvalho, José (1914), *A lingua "Esperanto" nas relações externas do comercio*. Tese apresentada á 8ª secção do 1.º Congresso Nacional das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas, Lisboa, pp.1-8

Carreira, Saldanha; Carreira e Silva (1916), *Gramática Aplicada. Esperanto Elementar. 1.ª Edição Á Classe Comercial*, Lisboa, Livraria-Editora Ferreira

Carreira, Saldanha; Luzo Bemaldo (1931), *Curso Elementar de Esperanto*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira - Livraria Editora

Associação Universal do Esperanto (1934), *Chave do Esperanto* (traduzido por Saldanha Carreira)

Carreira, Saldanha (1934), *A lingua Esperanto no Turismo*. Tese apresentada ao I Congresso Nacional de Turismo V Secção, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia

Portugala Instituto de Esperanto (1934), *Curso Completo de Esperanto*, Lisboa

Esperanto Societo Antaŭen (1935), *Esperanto. Maravilha Linguística do Século XX. Artigos, notas, informações e dados estatísticos sôbre a organização e fins do movimento esperantista*, Lisboa, Edições Esperanto Societo Antaŭen

- Pontes, Álvaro (1936), *Esperanto sem Mestre em oito Lições. Método Popular*, Lisboa, edição de Álvaro Pontes
- Júnior, Costa (193-), *Curso Popular de Esperanto em Doze Lições*, Lisboa, Nova Vojo. Sociedade Esperantista Operária
- Einstein, L.; L. Unuel (1942), *Esperanto? A Idéia de uma Língua Auxiliar Internacional desde Leibniz até Hoje*, tradução de Saldanha Carreira e Mário de Caíres, Lisboa, Editora Argo
- Faria, João Alberto Frazão (1956), “A UNESCO e o problema da língua auxiliar”, *Revista Portuguesa de Educação Popular*, n.º1, Janeiro/Fevereiro, Lisboa, pp. 15-6
- Associação Universal do Esperanto (1957), *Chave do Esperanto*, Edição da Liga Brasileira de Esperanto
- Moura, Alves de (1969), *Esperanto. Segunda Língua Materna*. Palestra proferida na sociedade de Língua Portuguesa, em 30 de Maio de 1969, e ADENDA, (Tipografia Scarpa)
- Moura, Alves de (1971), *As Virtudes do Esperanto*. Palestra proferida na Sociedade de Língua Portuguesa, em 27 de Janeiro de 1971, Lisboa, Livraria Didáctica Editora
- Moura, Alves de (1972), *Esperanto. Como Nasceu, Como Evoluiu*. Palestra proferida na Sociedade de Língua Portuguesa, em 16 de Dezembro de 1972, (Lisboa, Oficinas Gráficas de Albano Tomás dos Anjos, Lda.)
- Janton, Pierre (1973), *L'Espéranto*, Paris, Presses Universitaires de France
- Lapenna, Ivo; Ulrich Lins e Tazio Carlevaro (1974), *Esperanto en Perspektivo. Faktoj kaj Analizoj pri la Internacia Lingvo*, London, Rotterdam, Universala Esperanto Asocio, Centro de Esploro kaj Dokumentado pri la Monda Lingvo-Problemo
- Associação Portuguesa de Esperanto (1974), *César Anjo*
- Associação Universal de Esperanto (1975), *Chave do Esperanto*, Edição da delegação da P.E.A. no Porto
- Wood, Richard E. (1979), “A voluntary non-ethnic, no-territorial speech community”, Mackey, William e Jacob Ornstein (eds.), *Sociolinguistic Studies in Language Contact: Methods and Cases*, The Hague, Mouton, pp.433-450
- Forster, Peter G. (1982), *The Esperanto Movement*, The Hague, Mouton
- Santiago, Izabel Oliveira (1986), *O que é Esperanto. A Questão da Língua Universal*, São Paulo, Editora Brasiliense
- Jordan, David K. (1987), “Esperanto & Esperantism: symbols and motivations in a movement for linguistic equality”, *Language Problems & Language Planning* (Austin) 11(1), pp. 104-125
- Moura, Alves de (1989), *Esperanto. Língua sem Fronteiras. Método de Aprendizagem*, Editorial O Livro
- Lins, Ulrich (1990) [1988], *La Danĝera Lingvo. Studo pri la Persekutoj kontraŭ Esperanto*, Eldonejo Progreso
- Auld, William (1992) [1988], *El Esperanto: Fenómeno de la Comunicación*, Madrid, Esperanto-Liceo de Madrid
- Fettes, Mark (1992), *Uma Língua Para a Europa? O Futuro da Babel Europeia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Esperanto
- Le Courrier de L'Ouest* (1993), “Jules Verne et l'Ésperanto”, 28 de Julho (traduzido em Esperanto em <http://esperanto-panorama.net/dosierujo/eo/verne.htm>)
- Edwards, Jane (1993), “Esperanto as an international research context”, Ian Richmond (ed), *Aspects of Internacionalism. Language & Culture*, Boston, University Press of America, pp. 23-34
- Levin, Saul (1993), “Can an artificial language be more than a hobby? The linguistic and sociological obstacles”, Ian Richmond (ed), *Aspects of Internacionalism. Language & Culture*, Boston, University Press of America, pp. 1-8
- Richmond, Ian (1993) [1989], “Esperanto and literary research”, Ian Richmond (ed), *Aspects of Internacionalism. Language & Culture*, Boston, University Press of America, pp. 35-40

- Tonkin, Humphrey (1993) [1989], “Esperanto studies. An overview”, Ian Richmond (ed), *Aspects of Internacionalism. Language & Culture*, Boston, University Press of America, pp. 9-21
- Fettes, Mark; Humphrey Tonkin (1996) [1989], “Esperanto studies. An overview”, www.academia.edu/770169/Esperanto_studies_An_overview (acedido em 1 Abril de 2016)
- Fettes, Mark (1997), “Esperanto and language awareness”, <http://dok.esperantic.org/~mfettes/aware.htm>
- Bastos, Miguel Faria de (1998), *Timor: O Maior Campo de Extermínio do Mundo/Timor: The Biggest Extermination Camp of the World/Timor: La Plej Granda Ekstermejo en la Mondo* (com prefácio de José Ramos-Horta), Lisboa, APE e Caminho (Adaptação da comunicação em Esperanto, intitulada “Timor – o inferno aqui ao lado”, apresentada no 82.º Congresso Universal de Esperanto que decorreu em Adelaide, Austrália, de 19 a 26 Julho 1997)
- Kim, Young S. (1999), “Constructing a global identity: the role of Esperanto”, Boli, John e George M. Thomas, *Constructing World Culture. International Nongovernmental Organizations since 1875*, Stanford, Stanford University Press, pp. 127-48
- Reddy, Srikanth (2003), “Fundamentals of Esperanto”, *The American Poetry Review*, Julho/Agosto, pp. 12-3
- Tonkin, Humphrey (2004), “Language equality in international relations”, 89.º Congresso Mundial de Esperanto e 3.º Nitobe Symposium (Pequim), pp. 1-10 (uhaweb.hartford.edu/tonkin/pdfs/languageequality.pdf, acedido a 1 Maio 2016)
- Tonkin, Humphrey; Timothy Reagan (2006), “Alternative communication strategies in international organizations”, Conferência “Perspectives on Language Policy and Language Rights in the European Union”, Bratislava, 24-25 November 2006, pp.1-8, (uhaweb.hartford.edu/.../alternative%20communication%20strategies.pdf, acedido a 1 Maio de 2016)
- Franzco, Kenneth R. L. (2007), “Ludwik Zamenhof: a colleague of rare distinction”, *Clinical and Experimental Ophthalmology*, 35, pp. 281-3
- Tonkin, Humphrey (2008), “Language Policy and Language Practice at the International Level: Toward a Research Agenda”, Annual Conference of the International Linguistics Association, SUNY, Old Westbury, 12 Abril, pp. 1-10 (uhaweb.hartford.edu/.../Language%20Policy%20and%20Language%20Practice.pdf, acedido a 1 Maio 2016)
- Provost, Claire (2009), “Esperanto. Spreading the word”, *New Statesman*, 26 Maio, p.20.
- Stavans, Ilan (2009), “Doktoro Esperanto’s Dream”, *Chronicle of Higher Education*, Vol. 55 Issue 37, 22 de Maio, <http://web.ebscohost.com/ehost/>
- Grzybowski, Andrzej (2010), “Ludwik Zamenhof: a major contributor to world culture, on the 150th anniversary of his birth”, *Survey of Ophthalmology*, volume 55, n.º 2, Março-Abril, pp.183-8
- Stefano, Mariana di (2010), “Esperanto y anarquismo en la Argentina de principios del siglo XX”, *Spanish in Context*, 7:1, pp.100-19
- Cooperativa Cultural Saudação. Academia, (2011) *Estórias e vivências. Antologia*, 1.º volume, Lisboa, Cooperativa Cultural Saudação
- Fians, Guilherme M. (2012), “Cidadãos do mundo: uma discussão sobre o nacional e o internacional no Esperanto”, *Revista Habitus*, vol.10, n.º1, pp. 50-63 (Revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, www.habitus.ifcs.ufrj.br)
- Cooperativa Cultural Saudação. Academia, (2013) *Estórias e vivências. Antologia*, 3º volume, Lisboa, Cooperativa Cultural Saudação
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s/ data), “Esperanto”, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Volume X, pp. 241-3

Tonkin, Humphrey (s/ data) “Globalization, localization, and language choice”, pp.1-8, (uhaweb.hartford.edu/tonkin/pdfs/GlobalizationLocalization.pdf, acedido a 1 Maio de 2016)

7.6 Testemunhos e Estudos

Carmo, Isabel; João Azevedo do Carmo (2005), *Eu, Meus Senhores, Amo a Igualdade*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro

Firmo, Manuel (1975), *Nas Trevas da Longa Noite*, Lisboa, Publicações Europa-América

Marinho, Maria José; António Mota Redol (orgs.) (2000), *Alves Redol. Testemunhos dos seus Contemporâneos*, Lisboa, Caminho

Franco, Alberto (2000), *A Revolução é a Minha Namorada. Memória de António Gonçalves Correia, Anarquista Alentejano*, Castro Verde, Câmara Municipal de Castro Verde

Brandão, Raul (1984), *Os Operários*, Lisboa, Biblioteca Nacional

8 BIBLIOGRAFIA

Abrams, Philip; Andrew McCulloch (1976), *Communes, Sociology and Society*, Cambridge, Cambridge University Press

Alexandre, Valentim (1993), “Portugal em África (1825-1974): Uma perspectiva global”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 11, pp.53-66

Almeida, João Ferreira de; José Madureira Pinto (1990), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença

Alves, Daniel (2012), *A República Atrás do Balcão [1870-1910]. Os Lojistas de Lisboa e o Fim da Monarquia*, Chamusca, Edições Cosmos

Alves, João Lopes (2012), “Introdução”, em Rousseau, Jean-Jacques (2012) [1762], *Contrato Social*, Lisboa, Temas e Debates e Círculo de Leitores

Anderson, Benedict (2006) [1983], *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso

Anderson, Benedict (1996), “Introduction”, Balakrishnan, Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, pp.1-16

Anderson, Benedict (2005), “Introduction”, *Under Three Flags. Anarchism and the Anti-Colonial Imagination*, London, New York, Verso, pp. 1-8

Apaolaza, Txemi (1997), “Lengua y territorio”, Xaquín Rodríguez Campos (Coord), *As Línguas e as Identidades. Ensaio de Etnografia e de Interpretación Antropológica*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp.247-56

Apolinário Gomes, Sónia (2012), *O Esperantismo em Portugal (1892 a 1972): Origens, Afirmação e Repressão*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Appadurai, Arjun (1990), “Disjuncture and difference in the global cultural economy”, Featherstone, Mike (ed), *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*, London, Sage, pp.295-310

Appleton, Andrew (1999), “The new social movement phenomenon: Placing France in comparative perspective”, *West European Politics*, 22:4, pp. 57-75

- Archibugi, Daniele (2005), “The language of democracy: vernacular or Esperanto? A comparison between the multiculturalism and cosmopolitan perspectives”, *Political Studies*, vol.53, pp.537-55
- Archibugi, Daniele; David Held e Martin Köhler (eds.) (1998), “Introduction”, Archibugi *et al.*, *Re-imagining Political Community. Studies in Cosmopolitan Democracy*, Cambridge, Polity Press, pp.1-8
- Aron, Raymond (1992) [1965], *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- Arvon, Henri (1979), *L’Anarchisme au XX^e Siècle*, Paris, Presses Universitaires de France
- Auzias, Claire (2001) [1995], *Os Ciganos ou o Destino Selvagem dos Roms do Leste*, Lisboa, Antígona
- Balakrishnan, Gopal (1996), “The national imagination”, Balakrishnan, Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, pp. 198-213
- Bauman, Richard; Charles Briggs (2003), *Voices of Modernity. Language Ideologies and the Politics of Inequality*, Cambridge, Cambridge University Press
- Beck, Ulrich; Anthony Giddens e Scott Lash (2000) [1994], *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta
- Beck, Ulrich (2002), “The cosmopolitan society and its enemies”, *Theory, Culture & Society*, Vol.19 (1-2), pp.17-44
- Beck, Ulrich (2007) [2003], “As instituições de governança global na sociedade mundial do risco”, Castells, Manuel e Narcís Serra (coord.), *Guerra e Paz no Século XXI. Uma Perspectiva Europeia*, Fim de Século, pp. 49-60
- Bell, Colin e Howard Newby (1971), “Theories of Community”, *Community Studies*, Londres, George Allen & Unwin
- Bennett, Tony (1992), “Putting policy into Cultural Studies”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp.23-34
- Bhabha, Homi (1992), “Postcolonial Authority and Postmodern Guilt”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp.56-66
- Biblioteca Nacional (1991), *Espólio do Arquivo Histórico-Social*, Lisboa
- Bienen, Derk; Volker Rittberger e Wolfgang Wagner (1998), “Democracy in the United Nations system: cosmopolitan and communitarian principles”, Archibugi, Daniele; David Held e Martin Köhler (eds.), *Re-imagining Political Community. Studies in Cosmopolitan Democracy*, Cambridge, Polity Press, pp.287-308
- Boli, John; George M. Thomas (ed) (1999), *Constructing World Culture. International Nongovernmental Organizations since 1875*, Stanford, Stanford University Press
- Boli, John e George M. Thomas (1999), “INGOs and the Organization of World Culture”, Boli, John e George M. Thomas, *Constructing World Culture. International Nongovernmental Organizations since 1875*, Stanford, Stanford University Press, pp.13-49
- Boli, John; Thomas Loya e Teresa Loftin (1999), “National participation in world-polity organization”, Boli, John e George M. Thomas, *Constructing World Culture. International Nongovernmental Organizations since 1875*, Stanford, Stanford University Press, pp.50-77
- Boli, John (1999), “Conclusion: world authority structures and legitimations”, Boli, John e George M. Thomas, *Constructing World Culture. International Nongovernmental Organizations since 1875*, Stanford, Stanford University Press, pp. 267-300
- Bourdieu, Pierre (1982), *Ce que Parler Veut Dire: L’Économie des Échanges Linguistiques*, Paris, Éditions Fayard
- Braga da Cruz, Manuel (1989), *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

- Breuilly, John (1993), “Approaches to nationalism”, Balakrishnan, Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, pp. 146-174
- Brito, Sérgio Palma (2010), “A institucionalização do turismo”, *Viajar - Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, pp.139-146
- Brock-Utne, Birgit; Gunnar Garbo (ed) (2009), *Language and Power. The Implications of Language for Peace and Development*, Dar es Salaam, Mkuki na Nyota Publishers
- Buckley Jr., William F. (2007), “Speak up in English”, *National Review*, 22 Outubro, pp.62-3
- Cabral, Manuel Villaverde (1982), “O fascismo português numa perspectiva comparada”, Pinto, António Costa et al. (org.), *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras em Março de 1980*, Lisboa, A Regra do Jogo, pp.19-30
- Calhoun, Craig (1994), “Nationalism and civil society: democracy, diversity and self-determination”, Calhoun, Craig (ed), *Social Theory and the Politics of Identity*, Oxford e Cambridge, Blackwell, 304-35
- Canário, Rui (2007), “A educação e o movimento popular do 25 de Abril”, Rui Canário (org.), *Educação Popular e Movimentos Sociais*, Lisboa, Educa – Unidade de I&D de Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, pp.11-35
- Candeias, António (1987), “As escolas operárias portuguesas do primeiro quarto do século XX”, *Análise Psicológica*, 3 (V), pp. 327-62
- Candeias, António; António Nóvoa e Manuel Henrique Figueira (1995), *Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*, Lisboa, Educa
- Candeias, António (1995), “Traços marcantes do movimento da Educação Nova na Europa e Estados Unidos da América”, Candeias, António; António Nóvoa e Manuel Henrique Figueira, *Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*, Lisboa, Educa, pp.13-24
- Candeias, António (1995b), “Apontamentos biográficos sobre Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima (1874-1943), pedagogo e anarquista”, Candeias, António; António Nóvoa e Manuel Henrique Figueira, *Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*, Lisboa, Educa, pp.44-64
- Carvalho, Helena (2004), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da HOMALS com o SPSS*, Lisboa, Sílabo
- Catroga, Fernando (2010) [1991], *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Alfragide, Casa das Letras
- Centro de Estudos Libertários (1983), *Catálogo do Arquivo Histórico Social*, Lisboa: A.H.S., nº 1
- Chalmers, Alan F. (1999) [1978], *What is This Thing Called Science?*, 3.ª edição, Berkshire, Open University Press
- Clifford, James (1992), “Traveling Cultures”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp.96-112
- Cohen, Anthony P. (2004) [1985], *The Symbolic Construction of Community*, London e New York, Routledge
- Cohen, Mitchell, (1995), “Rooted cosmopolitanism”, Walzer, Michael (ed.), *Toward a Global Civil Society*, Oxford, Berghahn Books, pp.223-33
- Comte, Auguste (1842), “Importância da filosofia positiva”, Braga da Cruz, Manuel (1989), *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 139-166
- Comte, Auguste (1844), “Lei dos três Estados”, Braga da Cruz, Manuel (1989), *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 167-79

- Corkill, David (1996), “Multiple national identities, immigration and racism in Spain and Portugal”, Jenkins, Brian; Spyros Sofos (ed), *Nation and Identity in Contemporary Europe*, London, Routledge, pp.155-71
- Costa, António Firmino da *et al.* (2005), *Cultura Científica e Movimento Social. Contributos para a Análise do Programa Ciência Viva*, Oeiras, Celta
- Courtiade, Marcel (2001), “Prefácio”, Claire Auzias, (2001) [1995], *Os Ciganos ou o Destino Selvagem dos Roms do Leste*, Lisboa, Antígona, pp.9-33
- Cunha, Licínio (2010), “A República e a afirmação do turismo”, *Viajar – Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa, pp.129-138
- Cunha, Luís (2006), “A identidade da nação: encenação e narrativa”, Joana Miranda e Maria Isabel João (org.), *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras, Celta, pp.97-112
- Cruz, Valdemar (2005), “O crítico da hora absurda. Mário Sacramento”, *Jornal Expresso*, 2 de Abril, pp.18-21
- Delanty, Gerald; Chris Rumford (2005), *Rethinking Europe. Social Theory and the Implications of Europeanization*, Oxon, Routledge
- Della Porta, Donatella; Mário Diani (1999), *Social Movements. An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers
- Duarte, Maria João Raminhos (2008), *Oposição à Ditadura Militar e ao «Estado Novo» no Algarve (1926-1958): O Caso do Concelho de Silves*, Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Eastman, Carol (1975), “National-Language policies”, Carol Eastman, *Aspects of Language and Culture*, São Francisco, Chandler & Sharp Publishers, Inc., pp.131-5
- Eco, Umberto (1992), “The return of the Middle Ages”, Richard Kearney, *Visions of Europe. Conversations on the Legacy and Future of Europe*, Dublin, Wolfhound Press, pp.91-7
- Eco, Umberto (1996) [1993], *A Procura da Língua Perfeita*, Lisboa, Editorial Presença
- Economist*, (2011), “Tongues and grooves”, 8/6/2011, Vol. 399, Issue 8745
- Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class. Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, Londres, Sage Publications
- Etzioni, Amitai (2008), “A global, community building language?”, *International Studies Perspectives*, 9, pp. 113-127
- Falk, Richard (1998), “The United Nations and cosmopolitan democracy: bad dream, utopian fantasy, political project”, Archibugi, Daniele; David Held e Martin Köhler (eds.), *Re-imagining Political Community. Studies in Cosmopolitan Democracy*, Cambridge, Polity Press, pp. 309-331
- Featherstone, Mike (ed) (1990), *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*, London, Sage
- Featherstone, Mike (1995), *Undoing Culture. Globalization, Postmodernism and Identity*, London, Sage Publications
- Finnemore, Martha (1999), “Rules of war and wars of rules: the International Red Cross and the Restraint of state violence”, Boli, John e George M. Thomas, *Constructing World Culture. International Nongovernmental Organizations since 1875*, Stanford, Stanford University Press, pp. 149-65
- Fishman, Joshua (2001), “The new linguistic order”, *Internacional Journal of the Sociology of Language*, Maio, <http://www.uoc.edu/humfil/articles/eng/fishman/fishman.html>
- Fonseca, Carlos da (1979), *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*. Volume I. Cronologia, Mem Martins, Publicações Europa-América
- Fonseca, Carlos da (1988), *Para uma Análise do Movimento Libertário e da sua História*, Lisboa, Antígona

- Freire, João (1988), *Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal 1900-1940*, Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Doutoramento
- Freire, João (1992), *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, Lisboa, Edições Afrontamento
- Freire, João (2002), *Les Anarchistes du Portugal*, Paris, Éditions CNT
- Freire, João (2007), *Pessoa Comum no seu Tempo. Memórias de um Médio-Burguês de Lisboa na Segunda Metade do Século XX*, Lisboa, Afrontamento
- Freire, João e Maria Alexandre Lousada (orgs.) (2012), *Greve de Ventres! Para a História do Movimento Neomalthusiano em Portugal: em Favor de um Autocontrolo da Natalidade*, Lisboa, Colibri
- Freire, João e Maria Alexandre Lousada (2013a), *Roteiros da Memória Urbana – Lisboa: Marcas Deixadas por Libertários e afins ao longo do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri
- Freire, João e Maria Alexandre Lousada (2013b), *Roteiros da Memória Urbana – Porto: Marcas Deixadas por Libertários e afins ao longo do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri
- Freire, João e Maria Alexandre Lousada (2013c), *Roteiros da Memória Urbana – Setúbal: Marcas Deixadas por Libertários e afins ao longo do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri
- Freire, João (no prelo), “Panorama des mouvements sociaux: le Portugal, XIX^e, XX^e siècles”, *Variations. Revue Internationale de Théorie Critique*
- Gellner, Ernest (1994), “Nationalism and the International Order”, Ernest Gellner, *Encounters with Nationalism*, Oxford, Blackwell Publishers, pp.20-33
- Gellner, Ernest (1996), “The coming of nationalism and its interpretation: the myths of nation and class”, Balakrishnam, Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, 98-145
- Ghiglione, Rodolphe; Benjamim Matalon (1997) [1977], *O Inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora
- Giddens, Anthony (1987), “Nation-states and violence”, Anthony Giddens, *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, pp.166-82
- Giddens, Anthony (1992) [1990], *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora
- Gilroy, Paul (1992), “Cultural Studies and Ethnic Absolutism”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp.187-198
- Giroux, Henry A. (1992), “Resisting difference: Cultural Studies and the critic of pedagogy”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp.199-212
- González-Quevedo, Roberto (1997), “Identidad étnica y lengua minorizada”, Xaquín Rodríguez Campos (Coord), *As Línguas e as Identidades. Ensaios de Etnografia e de Interpretación Antropológica*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp.221-246
- Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (1992), “Introduction”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp.1-22
- Habermas, Jürgen (1996), “The european nation-state – its achievements and its limits. On the past and future of sovereignty and citizenship”, Balakrishnan Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, pp. 281-94
- Hall, Stuart; Tony Jefferson (eds.), (1998) [1975], *Resistance through Rituals. Youth Subcultures in post-war Britain*, London, Routledge
- Hall, Stuart (1992), “Cultural Studies and its theoretical legacies”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp.277-286
- Heiberg, Marianne (1996), “Basques, anti-Basques and the moral community”, Eley, Geoff; Ronald G. Suny (ed), *Becoming National. A Reader*, Oxford, Oxford University Press, pp. 325-36

- Held, David (1996), "The decline of the nation state", Eley, Geoff; Ronald G. Suny (ed), *Becoming National. A Reader*, Oxford, Oxford University Press, pp. 407-16
- Held, David; Anthony McGrew (2002), *Globalization/Anti-Globalization*, Cambridge, Polity Press
- Hobsbawm, Eric (1994a), "Introdução: A invenção das tradições", Hobsbawm, Eric; Terence Ranger (org), *A Invenção das Tradições*, São Paulo, Paz e Terra, pp. 9-23
- Hobsbawm, Eric (1994b), "A produção em massa de tradições:1870-1914", Hobsbawm, Eric; Terence Ranger (org), *A Invenção das Tradições*, São Paulo, Paz e Terra, pp.271-316
- Hobsbawm, Eric (1998) [1990], *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, Mito, Realidade*, Lisboa, Terramar
- Hobsbawm, Eric (1996), "Ethnicity and nationalism in Europe today", Balakrishnan Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, pp. 255-66
- Hroch, Miroslav (1996), "From national movement to the fully-formed nation: the nation-building process in Europe", Balakrishnan Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, pp. 78-97
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press
- Ives, Peter (2010), "Cosmopolitanism and global english: language politics in globalisation debates", *Political Studies*, vol.58, pp. 516-535
- Jenkins, Brian; Spyros Sofos, "Introduction", Jenkins, Brian; Spyros Sofos (ed), *Nation and Identity in Contemporary Europe*, London, Routledge, pp.1-5
- João, Maria Isabel (2006), "Historiografia e identificação de Portugal", Joana Miranda e Maria Isabel João (org.), *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras, Celta, pp.163-87
- Kaldor, Mary (2007) [2003], "Faz a lei e não a guerra: o aparecimento da sociedade civil global", Castells, Manuel e Narcís Serra (coord.), *Guerra e Paz no Século XXI. Uma Perspectiva Europeia*, Fim de Século, pp. 61-88
- Kriegel, Annie (1974) [1970], *As Internacionais Operárias*, Amadora, Livraria Bertrand
- Kriesi, Hanspeter; Ruud Koopmans; Jan Willem Duyvendak; Marco G. Giugni (1995), *New Social Movements in Western Europe. A Comparative Analysis*, Minneapolis, University of Minnesota Press
- Lapierre, Jean-William (1988), *Le Pouvoir Politique et les Langues. Babel et Leviathan*, Paris, Presses Universitaires de France
- Loff, Manuel (1996), *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936-1942)*, Porto, Campo das Letras
- Lopes, Óscar (1993), "Prefácio", Alves Redol (1993) [1939] *Gaibéus*, Lisboa, Caminho, pp. 7-27
- Loya, Thomas A.; John Boli, (1999), "Standardization in the world polity: technical rationality over power", Boli, John; George M. Thomas, *Constructing World Culture. International Nongovernmental Organizations since 1875*, Stanford, Stanford University Press, pp. 169-97
- Maalouf, Amin (1998), *As Identidades Assassinas*, Lisboa, Difel
- Mann, Michael (1996), "Nation-states in Europe and other continents: diversifying, developing, not dying", Balakrishnan, Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, pp. 295-316
- Marôco, João (2010), *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*, Pêro Pinheiro, Report Number
- Martín, Pere Sunyer (1988), "Literatura y ciencia en el siglo XIX. Los viajes extraordinarios de Jules Verne", *Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, Ano XIII, Julho, n.º 76, <http://www.ub.edu/geocrit/geo76.htm>
- Martins, Susana da Cruz (2003), "Novos associativismos e tematizações na sociedade portuguesa", *Sociologia Problemas e Práticas*, N.º 43, Oeiras, Cies/Celta, pp. 103-132
- Martins, Susana da Cruz (2002), *Associações e Modos de Acção Colectiva no Âmbito dos Novos Movimentos Sociais em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE

- Marx, Karl (1989) [1848], “Manifesto do Partido Comunista”, Braga da Cruz, Manuel (1989), *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp.61-71
- Marx, Karl (1871), “Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil em França em 1871”, Ferreira, Serafim (ed), (s/ data), *A Comuna de Paris. Marx, Engels, Lenine*, Amadora, Editorial Fronteira, pp. 13-79
- Mattoso, José (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva
- Maurício, Carlos Coelho (1989), “Na manhã fértil – sondando o milagre de Ourique na cultura portuguesa”, *Ler História*, n.º16, pp.3-28
- McRobbie, Ângela (1992), “Post-Marxism and Culture Studies: A Post-script”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp. 719-30
- Melo, Daniel de (1999), “O associativismo popular na resistência cultural ao salazarismo: a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio”, *Penélope*, 21, pp. 95-130
- Melville, Keith [1972] (1975), *Las Comunas en la Contracultura. Origen, Teorias y Estilos de Vida*, Barcelona, Kaidós
- Melucci, Alberto (1978), “Société en changement et nouveaux mouvements sociaux”, *Sociologie et sociétés*, vol. 10, n° 2, pp. 37-54
- Melucci, Alberto (1996), “Introduction”, Melucci, Alberto, *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*, Cambridge, Cambridge University Press, pp.1-10
- Melucci, Alberto (1996), “Roots for today and for tomorrow”, Alberto Melucci, *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*, Cambridge, Cambridge University Press, pp.145-162
- Mercer, Kobena (1992) “‘1968’: Periodizing politics and identity”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp.424-449
- Millard, Frances (1996), “The failure of nationalism in post-communist Poland 1989-95: an historical perspective”, Jenkins, Brian; Spyros Sofos (ed), *Nation and Identity in Contemporary Europe*, London, Routledge, pp. 201-22
- Mónica, Maria Filomena (*sem data*), “Prefácio” de *Almanaque de A Batalha 1926*, Lisboa, Edições Rolim, xi-vvii
- Monteiro, Alcides A. (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto
- Morgan, Prys (1994), “Da morte a uma perspectiva: a busca do passado galês no período romântico”, Hobsbawm, Eric; Terence Ranger (org), *A Invenção das Tradições*, São Paulo, Paz e Terra, pp. 53-109
- Nairn, Tom (1996), “Internacionalism and the Second Coming”, Balakrishnan Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, pp.267-80
- Neves, José (2008), *Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta da China
- Nóvoa, António (1995), “Uma educação que se diz nova”, Candeias, António; António Nóvoa e Manuel Henrique Figueira, *Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*, Lisboa, Educa, pp.25-41
- Nóvoa, António (1995b), “Álvaro Viana de Lemos (1881-1972): O homem e as vidas”, Candeias, António; António Nóvoa e Manuel Henrique Figueira, *Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*, Lisboa, Educa, pp.65-84
- Offe, Claus (1996), “Los nuevos movimientos sociales cuestionan los límites de la política institucional”, Claus Offe, *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*, Madrid, Editorial Sistema

- Ouane, Adama (2009), “My journey to and through a multilingual landscape”, Brock-Utne, Birgit; Gunnar Garbo (ed), *Language and Power. The Implications of Language for Peace and Development*, Dar es Salaam, Mkuki na Nyota Publishers, pp.164-71
- Pi-Sunyer, Oriol (1997), “Identidades catalanas: el siglo veintiuno”, Xaquín Rodríguez Campos (Coord), *As Línguas e as Identidades. Ensaio de Etnografia e de Interpretación Antropológica*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp.199-220
- Pimentel, Irene Flunser (2007), *A História da PIDE*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Temas e Debates
- Pintassilgo, Joaquim (2010), “A utopia demopédica republicana”, *Viva a República! 1910-2010*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp.139-43
- Pinto, António Costa (1992), *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Estampa
- Piteira dos Santos, Fernando (1982), “O fascismo em Portugal: conceito e prática”, Pinto, António Costa *et al.* (org.), *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras em Março de 1980*, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 9-17
- Preuß, Ulrich K. (1998), “Citizenship in the European Union: a paradigm for transnational democracy?”, Archibugi, Daniele; David Held e Martin Köhler (eds.), *Re-imagining Political Community. Studies in Cosmopolitan Democracy*, Cambridge, Polity Press, pp.138-51
- Rebelo, José (coord.) (2003), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras
- Ribeiro, Orlando (1998) [1945], *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.^a edição revista e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora
- Ricoeur, Paul (1992), “Universality and the power of difference”, Richard Kearney, *Visions of Europe. Conversations on the Legacy and Future of Europe*, Dublin, Wolfhound Press, pp.117-25
- Rigby, Andrew (1974), *Alternative Realities. A Study of Communes and Their Members*, Londres, Routledge and Kegan Paul
- Robertson, Roland (1990), “Mapping the global condition: globalization as the central concept”, em Featherstone, Mike (ed) *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*, London, Sage, pp. 15-30.
- Robinson, Mary (1992), “A question of law: the european legacy”, Richard Kearney, *Visions of Europe. Conversations on the Legacy and Future of Europe*, Dublin, Wolfhound Press, pp.133-43
- Rodrigues, Edgar (1977), *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim
- Rodrigues, Luís Nuno (1995), “«A gravidade da hora que passa!»: a criação da Legião Portuguesa em 1936”, *Análise Social*, vol. xxx (130), (1.º), 91-119
- Santalha, José M. (1997), “Mil anos de identidade linguística galego-portuguesa”, Xaquín Rodríguez Campos (Coord), *As Línguas e as Identidades. Ensaio de Etnografia e de Interpretación Antropológica*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp.157-76
- Santos, Boaventura de Sousa (1993) [1987], *Um discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento
- Santos, Boaventura de Sousa (2003), “Por uma concepção multicultural de direitos humanos”, Boaventura Sousa Santos, *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp.429- 61

- Sapir, Edward (1931), “La fonction d’une langue internationale auxiliaire”, Edward Sapir (1968), *Linguistique*, Paris, Les Éditions de Minuit, pp.99-115
- Sapir, Edward (1933), “Le langage”, Edward Sapir (1968), *Linguistique*, Paris, Les Éditions de Minuit, pp.29-64
- Savater, Fernando; Luís Antonio de Villena (1982), *Heterodoxias y Contracultura*, Barcelona, Montesinos
- Scarpetta, Guy (1988), *Elogio do Cosmopolitismo*, Viseu, João Azevedo Editor
- Scheff, Thomas (1994), “Emotions and identity: a theory of ethnic nationalism”, Calhoun, Craig (ed), *Social Theory and the Politics of Identity*, Oxford e Cambridge, Blackwell, 277-303
- Schiller, Herbert I. (1989), “The transnationalization of corporate expression”, Herbert Schiller, *Culture Inc. The Corporate Takeover of Public Expression*, New York, Oxford University Press, pp.111-34
- Schofer, Evan (1999), “Science associations in the international sphere, 1875-1990: the rationalization of science and the scientization of society”, Boli, John; George M. Thomas, *Constructing World Culture. International Nongovernmental Organizations since 1875*, Stanford, Stanford University Press, pp. 249-66
- Slack, Jennifer; Laurie Witt (1992), “Ethics and Cultural Studies”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp.571-592
- Steiner, George (1992), “The price you pay”, Richard Kearney, *Visions of Europe. Conversations on the Legacy and Future of Europe*, Dublin, Wolfhound Press, pp. 43-53
- Smith, Anthony (1990), “Towards a global culture?”, Featherstone, Mike (ed), *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*, London, Sage, pp. 171-91
- Smith, Anthony (1996), “The origins of nations”, Eley, Geoff; Ronald G. Suny (ed), *Becoming National. A Reader*, Oxford, Oxford University Press, pp. 106-30
- Smith, Anthony (1997) [1991], “O aparecimento das nações”, Smith, Anthony, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, pp.62-93
- Tarrow, Sidney (2006), *The New Transnational Activism*, Cambridge, Cambridge University Press
- Tenbruck, Friedrich H. (1990), “The dream of a secular ecumene: the meaning and limits of policies of development”, Featherstone, Mike (ed), *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*, London, Sage, pp. 193-206
- Tomlinson, John (1991), *Cultural Imperialism. A Critical Introduction*, London, Pinter Publishers
- Tormey, Simon (2004), *Anti-Capitalism. A Beginner’s Guide*, Oxford, One World
- Touraine, Alain (1970) [1969], “Tempos livres, participação social e inovação cultural”, *A Sociedade Post-Industrial*, Lisboa, Moraes Editores, pp. 209-244
- Touraine, Alain; François Dubet; Zsuzsa Hegedus e Michel Wieviorka (1981), *Le Pays Contre L’État. Luttes Occitanes*, Paris, Seuil
- Touraine, Alain (dir) (1982), *Mouvements Sociaux d’Aujourd’hui. Acteurs et Analystes*, Paris, Les Éditions Ouvrières
- Touraine, Alain; Michel Wieviorka e François Dubet (1984), *Le Mouvement Ouvrier*, Paris, Fayard
- Touraine, Alain (1997), *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver Juntos?*, Lisboa, Instituto Piaget
- Trevor-Roper, Hugh (1994), “A invenção das tradições: a tradição das Terras Altas (Highlands) da Escócia”, Hobsbawm, Eric; Terence Ranger (org), *A Invenção das Tradições*, São Paulo, Paz e Terra, pp. 25-51
- Vala, Jorge; Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.) (2003), *Atitudes Sociais dos Portugueses. Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
- Verdery, Katherine (1996), “Whither ‘Nation’ and ‘Nationalism’?”, Balakrishnan, Gopal (ed), *Mapping the Nation*, London e New York, Verso, pp. 226-34

- Vidal, Frédéric (2012), “«Conhecer e amar a Pátria»: o turismo nacional em Portugal no início do século XX”, Pereira, Miriam Halpern; José Murilo de Carvalho; Maria João Vaz e Gladys Sabina Ribeiro (orgs.), *Linguagens e Fronteiras do Poder*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa
- Viegas, José Manuel Leite (1985), *Associativismo e Dinâmica Cultural em Meios Populares. O Caso da Boa-União de Alfama*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE
- Walter, Henriette (1994), *L'Aventure des Langues en Occident. Leur Origine, Leur Histoire, Leur Géographie*, Paris, Robert Laffont
- West, David (2013), *Social Movements in Global Politics*, Cambridge, Polity Press
- West, Cornel (1992), “The postmodern crisis of black intellectuals”, Grossberg, Lawrence; Cary Nelson e Paula Treichler (eds.), *Cultural Studies*, New York, Routledge, pp. 689-796
- Wieviorka, Michel (2003), “Os movimentos ‘antimundialização’”, José Rebelo (coord.) (2003), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras, pp.17-37
- Yinger, J. Milton (1982), *Countercultures. The Promise and the Peril of a Word Turned Upside Down*, New York, The Free Press

9 WEBGRAFIA

- http://www.onb.ac.at/ev/esperanto_museum/esperantomuseum_objects.htm (acedido em 1 Agosto 2012)
- <http://estadoeigreja.wordpress.com/2011/04/12/imagens-de-protestantes-na-republica-portuguesa/> (acedido em 1 Agosto 2012)
- <http://ephemerajpp.wordpress.com/2009/06/10/joao-baptista-da-silva-esperanto-one-step-1919/> (acedido em 1 Setembro 2012)
- <http://ephemerajpp.wordpress.com/2011/07/30/para-a-historia-da-lingua-esperanto-em-portugal-carta-manuscrita-de-e-lanti-aos-camaradas-portugueses-1936/> (acedido em 1 Setembro 2012)
- <http://www.casacomum.org> (acedido em 1 Outubro 2016)
- https://eo.wikipedia.org/wiki/Membronombroj_de_UEA (consultado em Dezembro de 2016)
- https://eo.wikipedia.org/wiki/Universala_Kongreso_de_Esperanto (consultado em Dezembro de 2016)
- <http://www.uea.org/> - Universala Esperanto Asocio
- <http://satesperanto.org/> - Sennacieca Asocio Tutmonda

10 ANEXOS

Anexo A

Proposta de classificação das línguas em contextos de diversidade linguística - UNESCO

Língua indígena - língua da população considerada originária de uma área territorial

Língua franca - idioma usado habitualmente por pessoas cujas línguas maternas são diferentes, de modo a facilitar a comunicação entre si

Língua nativa ou materna - língua que uma pessoa adquire nos primeiros anos de vida e que constitui o seu instrumento natural de pensamento e comunicação

Língua nacional - língua de uma entidade política, social e cultural

Língua oficial - língua usada pelo governo para os fins legislativo, executivo e judicial

Pidgin - língua que resulta do contacto entre populações de diferentes línguas, habitualmente formada por uma mistura destas

Língua regional - língua usada como meio de comunicação entre populações habitando uma determinada área, mas que têm diferentes línguas maternas

Segunda língua - língua adquirida por uma pessoa adicionalmente à sua língua materna

Língua vernacular - língua materna de um grupo que é social ou politicamente dominado por outro, que fala uma língua diferente

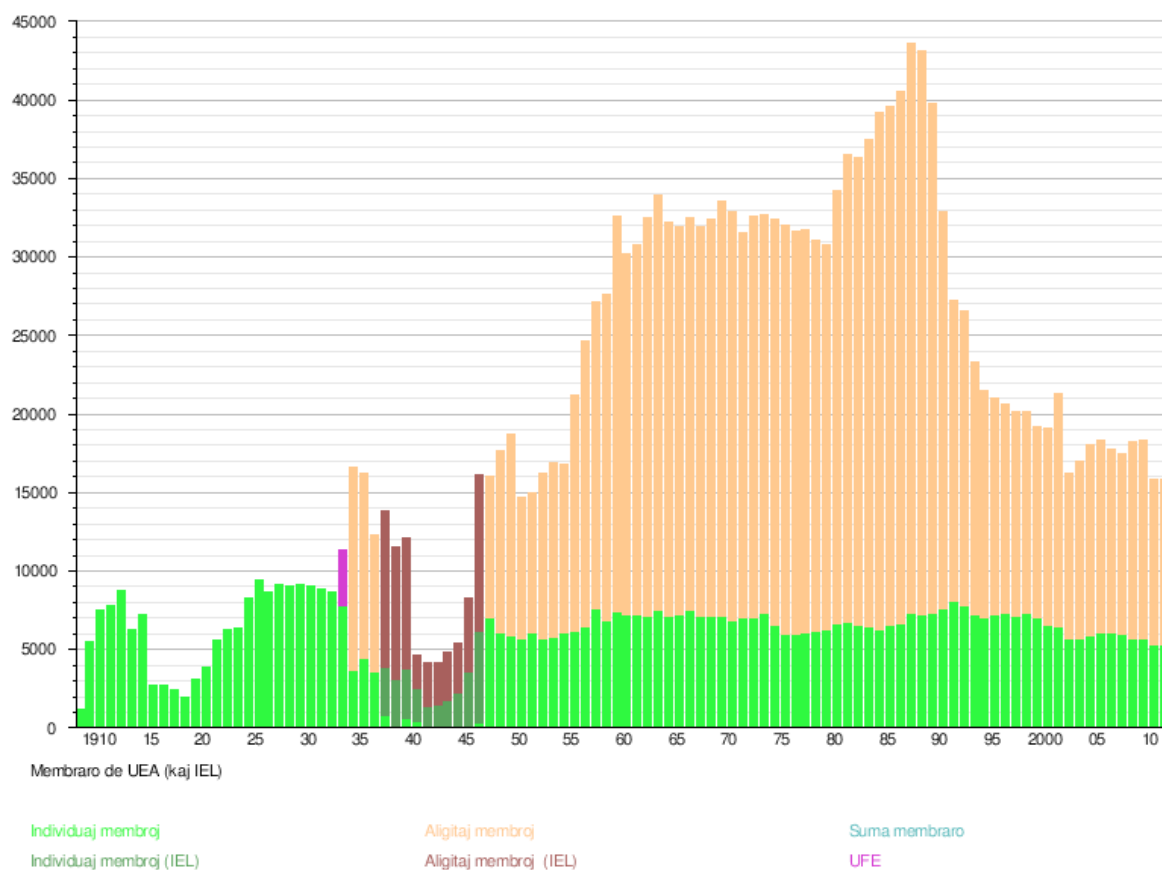
Língua mundial - língua usada em vastas áreas mundiais

Fonte: *Report of the UNESCO Meeting of Specialists*, 1951 (cit. em Eastman, 1975:131-2).

Anexo B

Membros da UEA entre 1908 e 2012

Diagramo de la suma membraro ekde 1908
Diagrama do total de membros desde 1908



Fonte: https://eo.wikipedia.org/wiki/Membronombroj_de_UEA (consultado em Dezembro de 2016)

Em Português:

Membraro de UEA (kaj IEL) – Membros da UEA (e IEL)

Individuaj membroj – Membros individuais

Aligitaj membroj – Membros através das Associações Nacionais

Suma membraro – Total de membros

Siglas:

IEL-Internacia Esperanto-Ligo

UFE-Universala Federacio Esperantista

Anexo C

Literatura em Esperanto: Literatura original. Literatura traduzida. Literatura científica e técnica

Literatura original

O primeiro romance original em Esperanto é escrito em 1907 por Henri Vallienne, *Kastelo de Prelongo*, com 500 páginas (vd. Auld, 1992:61).

De acordo com a análise de Lapenna e seus colaboradores (1974) a produção literária em Esperanto pode ser analisada em três períodos fundamentais. O primeiro período estendeu-se de 1887 até à década de 1920, com três escolas principais: a eslava, a nórdica e a francesa. A eslava era essencialmente lírica (os primeiros autores, alguns da mesma idade de Zamenhof, escreveram até cerca de 1900, e os da geração seguinte escreveram até 1920). Entre 1890 e 1902 esteve activa a escola nórdica, principalmente de prosadores. Depois de 1900 e até cerca de 1920 a escola francesa, com centro em Paris, estava mais vocacionada para o ensaio.

Dos poetas eslavos, todos essencialmente de origem russa e polaca, referimos A. Grabowski (engenheiro químico polaco, amigo pessoal de Zamenhof, essencialmente tradutor do polaco e do russo), Leo Belmont (judeu polaco, autor de originais e traduções de poesia, e ensaios) e Felix Zamenhof e Leono Zamenhof, irmãos de L. L. Zamenhof.

Na escola francesa duas tendências diferentes gravitavam em torno de duas publicações, a *La Revuo* de Carlo Bourlet (mais propensa à multiplicação de neologismos em Esperanto) e a da *Lingvo Internacia*, de Théophile Cart (conservadora em termos linguísticos). Destaca-se também o suíço Edmond Privat que em 1912 escreve *Tra la Silento*, a primeira grande obra lírica em Esperanto. Neste primeiro período também houve produção teatral, mas bastante vocacionada para o entretenimento, ainda sem pretensões artísticas. Fora da criação literária, destacaram-se muitos autores de ciência, e considera-se que se deu a fixação da língua jornalística (cf. Lapenna *et al.*, 1974: 131-44).

O segundo período é o do pós-1.^a Guerra até 1945, e compreende as escolas de Budapeste, a socialista-proletária e a japonesa. A escola de Budapeste formou-se em torno da revista literária *Literatura Mondo*, e influenciou profundamente a técnica poética em Esperanto e a tradução a partir da década de 1920. É marcada por dois eminentes autores: Kálmán Kalocsay e Gyula Baghy. O primeiro, médico, fez um notável trabalho na tradução (Petöfi, Goethe, Dante Alighieri, Baudelaire, Heine e Shakespeare), e ainda que durante e imediatamente após a 2.^a Guerra tenha permanecido silencioso devido à situação política, retomou a actividade aquando da reactivação do movimento húngaro. O segundo autor, G. Baghy, era poeta, romancista e dramaturgo, profundamente marcado pela experiência de guerra na Sibéria. Refiram-se também Imre Baranyai (um dos protagonistas do movimento operário esperantista húngaro, versou os temas da justiça e da revolução, e escreveu em 1936 a obra *Maria kaj la Grupo*, sobre um grupo de esperantistas), o alemão Teo Jung (fundador do *Heroldo de Esperanto*) e o holandês Lodewijk C. Deij (poesia de denúncia do fascismo).

Quer a Revolução de Outubro, quer o crescimento dos movimentos proletários revolucionários depois da 2.^a Guerra Mundial, inspiraram inúmeros autores da denominada escola soviética e proletária de poesia. Como exemplo referimos Eugen Mihalski (fundador da revista literária *Libera Torento*), o economista Nikolaj Hohlov (autor, e tradutor de Tolstoi), o jornalista Nikolaj Nekrasov, todos russos, e o jornalista búlgaro Asen Grigorov, que escreveu sobre a situação de classe dos operários. Na prosa destacam-se o activista alemão Norbert Barthelmess (escreveu sobre o ambiente revolucionário no proletariado alemão de 1923), o soviético Vladimir Varankin (escreveu contos sobre os círculos revolucionários operários de Berlim e os meios burocratas de Moscovo), o belga Léon Bergiers (escreveu sobre a situação da classe operária), e outros autores do realismo social provenientes da Bulgária, China e Japão. Também Lanti (Eugène Adam), o fundador da SAT, escreveu muitas obras sobre a luta de classes, e traduziu Voltaire.

O Esperanto fortaleceu-se no Japão durante o período entre as duas Guerras, permitindo o surgimento da escola japonesa de poesia, cujos maiores nomes foram Kenji Ossaka (1888-1969, engenheiro ferroviário) e Saburo Ito (1902-1969, pedagogo) (vd. Lapenna *et al.*, 1974:144-67 e 186).

Depois da 2.^a Guerra (período tratado até 1972 por Lapenna *et al.*) destacam-se vários núcleos novos e modificam-se os anteriores. A referida escola de Budapeste silenciou-se no pós-guerra, tendo desaparecido a *Literatura Mondo*; só depois de 1961 surge nova publicação, a *Hungara Vivo*, que reuniu antigos e novos autores, como Vilmos Benczik e a destacada Hilda Dresen (da Estónia). A escola proletária desaparece: em parte sob o regime estalinista (não apenas na União Soviética), e em parte por perda de actividade das forças revolucionárias no Ocidente. Mas não desapareceram totalmente estes escritores: na União Soviética o escritor e tradutor K. Gusev, o uzebeque Petro Poliêçuk, o búlgaro Canko Murgin (que em 1955 escreveu *Kantoj por la paco, i.e., Cantos pela Paz*), o chinês Armand Su (sobre a luta mundial da classe trabalhadora e dos povos colonizados). A escola japonesa teve continuidade numa segunda geração cuja voz mais marcante na poesia é Masao Miyamoto, que escreve também biografias romanceadas de artistas japoneses; na prosa destaca-se também Satori Kita (escritora activa no movimento feminino).

Em Itália, refira-se o grupo “La Patrolo”, com a publicação *Literatura Foiro*; e na Jugoslávia, os autores reúnem-se em torno da publicação *La Suda Stelo*. Os autores brasileiros desta época, essencialmente dedicados à tradução, também acusam grande influência da Escola de Budapeste; referiram-se Francisco Valdomiro Lorenz e L. H. Knoedt, que traduziu Camões.

Finalmente, a escola escocesa. O seu aparecimento está ligado à revista *Esperanto en Skotlando*, cujo redactor foi William Auld entre 1949 e 1955, mas o marco literário é a obra *Kvaropo* de 1952 de quatro autores: William Auld, J. S. Dinwoodie, John I. Francis e Reto M. Rossetti. Em 1956 W. Auld escreve a sua obra maior, *La Infana Raso*, sendo as suas preocupações marcadas pelo progresso social, a guerra, a injustiça e a liberdade. A inglesa Marjorie Boulton é outro nome maior desta escola, tanto que além do trabalho literário, realizou uma importante biografia de L. L. Zamenhof, e também (tal como John I. Francis), escreveu importantes trabalhos sobre literatura em Esperanto.

O teatro também teve mais contribuições neste período em análise, e na área científica encontramos os nomes de Manuel Fernández-Menéndez (*La Homo sur sia Vojo*, 1965) e o espanhol Juan Régulo-Pérez, professor catedrático sobre Esperanto na universidade La Laguna (com obras sobre estudos linguísticos que incluem o Esperanto) e fundador da editora Stafeto (vd. Lapenna *et al.*, 1974:167-88).

Literatura traduzida

O primeiro tradutor para Esperanto foi Zamenhof: em 1891 traduz C. Dickens (*La Batalo de L'Vivo*), em 1894 Shakespeare (*Hamleto*), em 1907 traduz Gogol (*La Revizoro*), no ano seguinte ocupa-se de Molière (*Georgo Dandin*), Goethe (a tragédia *Ifigenio en Taŭrido*) e Schiller (*La Rabistoj*). Em 1910 o romance *Marta* de Eliza Orzeszko. Traduziu ainda fábulas de Anderson e o Velho Testamento (vd. Lapenna *et al.*, 1974:128-30).

A análise de Lapenna *et al.* permite observar na década de 1970 quais as obras da literatura mundial já traduzidas para Esperanto.

Da língua inglesa tinham sido realizadas traduções de Shakespeare, Byron, C. Dickens, Tennyson, J. Swift, Lewis Carroll, Stevenson, O. Wilde, D. Defoe, C. Bronte, A. Christie, E. R. Burroughs, G. Orwell, W. Irving, E. Allan Poe, Mark Twain, e do sul-africano Olive Schreiner.

Da língua francesa contavam-se, entre outros autores, La Fontaine, Molière, Maupassant, Racine, Flaubert, A. Daudet, A. Dumas, Balzac, Anatole France, Voltaire, Baudelaire, Saint-Exupéry e Sartre.

Da língua alemã estavam traduzidos Goethe, H. Heine, Schiller, irmãos Grimm, Grillparzer, Rilke, e também obras de judeus alemães.

Da língua castelhana, obras de Cervantes, Ignacio de Loyola, F. García-Lorca, e autores do México, Uruguai e Argentina.

Da literatura italiana os autores D. Alighieri e Pirandello.

Da literatura russa podia ler-se em Esperanto Lermontov, Puskin, Tolstoi, M. Gorki e Gogol.

As *Fábulas* de Andersen estavam traduzidas a partir do Dinamarquês; do Finlandês, o épico nacional *Kalevala*. Da literatura sueca foram traduzidos a prêmio Nobel Selma Lagerlöf e o dramaturgo A. Strindberg. Do Norueguês, Ibsen, entre outros.

Da literatura chinesa existem obras de Confúcio, por exemplo, sendo que a publicação periódica *El Popola Ĉinio* apresenta autores modernos e clássicos. Do Japonês foi traduzida muita poesia e teatro, e o prêmio Nobel Y. Kawabata.

Da Antiguidade latina e da herança helénica estão disponíveis Virgílio, Cícero, Platão, Homero (*Iliada* e *Odisseia*), Sófocles, Esopo e Aristófanes.

A literatura árabe está representada com fábulas e com *O Nobre Corão* (*La Nobla Korano*).

Do Hebraico foi traduzido o *Antigo Testamento*.

Do Hindi foi traduzida bastante literatura religiosa.

Literatura científica e técnica

Na filosofia estão disponíveis, por exemplo, Leibniz e Descartes (traduzidos entre 1902 e 1906), Kant e Tolstoi, entre outros.

A Teologia, a Mitologia, e todas as religiões dispõem de traduções para Esperanto. Refiram-se três casos em que o Esperanto assume um papel importante: o Espiritismo e as religiões Baha'i e Oomoto. Assim, antes da 1.^a Guerra existiam em França e Bélgica esperantistas espiritistas (os Esperantista Psikistaro), mas posteriormente a grande representação espiritista encontra-se no Brasil, onde foram realizadas, entre 1946 e 1964, as traduções do fundador Allan Kardec (vd. Lapenna *et al.*, 1974:254-60). A religião Baha'i surge a partir de um grupo com origem islâmica fundado por Baha'u'llah, e entre outros, Lidja Zamenhof traduziu alguma da sua literatura para Esperanto. A religião Oomoto, de origem japonesa, adoptou o Esperanto nas suas relações internacionais desde a década de 1920 (vd. Lapenna *et al.*, 1974:258-9).

O pacifismo tem sido um tema sempre presente. Em 1905 surge o original de Gaston Moch *Historio Resuma de l'Arbitracio Konstanta* e em 1907 do mesmo autor *Pri Malarmo*. Em 1906 do pacifista francês Elie Ducommun é traduzido *Fundamentoj de l'Pacifismo*. Em 1907 as traduções de *Estonta Milito* de J. de Bloch e de *Por Arbitracio* de Andrew Carnegie. Em 1911, do suíço pacifista e psiquiatra A. Forel, a importante obra *Kulturceladoj de la Nuntempo*. E em 1917 o importante original de Hector Hodler, fundador da UEA, *La Pacproblemo*. Em 1920 a obra de Romain Rolland intitulada *Al la Forbuĉataj Popoloj*. Em 1928 de Lev Tolstoi é traduzida *Pensoj pri Perforto, Milito kaj Revolucio*. Em 1938 de G. F. Wates é traduzida *De Tutmonda Perforto al Tutmonda Frateco*. Depois de 1945 temos a tradução de H. Thirring intitulada *La Mondpaco kiel Psikologia Problemo*, de 1946, e em 1962 a tradução *La Bela Pacon* do autor Senzi Yamaguti. Em 1971 Harold Bing escreve *Historia kaj Filozofia Fono de la Moderna Pacifismo* (vd. Lapenna *et al.*, 1974:260-2).

O universo político foi pródigo nas temáticas socialistas, proletárias e revolucionárias. Estão traduzidos autores teóricos anarquistas (traduções das duas primeiras décadas do século XX); o marxismo clássico da I Internacional dispõe de traduções de Marx e Engels em 1908 e de edições várias da SAT; traduções de autores destacados da II Internacional, e obras sobre a Revolução Russa e sobre malogradas revoluções proletárias no Ocidente como as ocorridas na Alemanha ou Hungria (obras de 1925 e de 1930, respectivamente). Após a morte de V. Lenin foram traduzidas as obras de J. Stalin (entre 1930 e 1932), mas surgem concomitantemente obras críticas ao regime, até ao momento em que Stalin interdita quaisquer actividades em Esperanto (para além de em 1937 ter sido morto Ernest Drezen, o director da SEU - Associação Soviética de Esperanto). Nos “países comunistas” aparecem na década de 1960 muitas obras políticas: na União Soviética, Bulgária, Checoslováquia, Laos, Vietname e China (por exemplo, até 1969 são traduzidas 68 obras de Mao Tse Tung). Refiram-se por fim algumas obras sobre o significado da língua internacional para o movimento operário: de A. R. Jodko, em russo, surge em 1925 a segunda edição de *Laborista Klaso kaj la Internacia Lingvo* (*A*

Classe Trabalhadora e a Língua Internacional), de E. Izgur em 1928 a obra *Organizo de Internacia Solidareco – Internacia Lingvo je la Servo al Proletaro (Organização da Solidariedade Internacional – Língua Internacional ao Serviço do Proletariado)*, e do búlgaro Stojan Ĝuĝev, *Lingvo kaj Socio (Língua e Sociedade)*, sobre o papel das organizações esperantistas, datado de 1946 (vd. Lapenna *et al.*, 1974:262-5).

Nas ciências todos os ramos são ricos em traduções e obras originais, num património crescente desde o início do século XX: ciências exactas, naturais e aplicadas, como Matemática, Física, Astronomia, Biologia, Botânica, Zoologia, Medicina, Química, Electrotecnia, Meteorologia, Hidrologia, Oceanografia e Cristalografia. Nas ciências sociais, a Psicologia e Pedagogia, o Direito, a Economia, a Linguística, a Etnologia, a Geografia. Por fim, a História. Se estão contempladas as áreas da Arte e Música, a História de inúmeros países trata de vários casos sobre a resistência ao fascismo e ao nazismo, sobre a guerra de libertação do Vietname, sobre as minorias étnicas em Espanha, por exemplo. Assim: de 1948 o original *Dokumentoj de la Rezistado*, de H. Theobald, sobre a resistência interna alemã; em 1947 do anti-fascista Hermann Wagner a obra *Ni Devas Diri Ĝin*; em 1967 a tradução da obra de K. Smolen sobre o campo de Auschwitz; sobre a guerra de libertação do Vietname a tradução, em 1970, dos artigos do jornalista japonês Kat Honda sob o título *Vilaĝo en Bataalkampo*; e em 1971 sobre questões étnicas em Espanha, intitulado *Problemoj de Etnaj Minoritatoj en Hispanio*, de U. J. Moritz (vd. Lapenna *et al.*, 1974:265-76).

A Academia Internacional de Ciências de São Marino (Akademio Internacia de la Sciencoj San Marino - AIS), que ensina em Esperanto, mantém uma edição regular de trabalhos originais e traduzidos em áreas diversas como a Astronomia, Computação, Botânica, Entomologia, Química, Direito e Filosofia (vd. <http://esperantic.org/en/research/eotoday>, “Esperanto today. Bridging Languages, Building Understanding”, texto de Setembro de 2013).

O desenvolvimento de terminologias é um indicador suplementar da actividade de esperantistas e da aplicação do Esperanto em áreas diversas: por exemplo, até 1964 existiam 127 terminologias para 50 ramos científicos que usavam o Esperanto (vd. Lapenna *et al.*, 1974:282), mas para além do campo científico, abrangem muitas outras áreas, nomeadamente, comércio, turismo, arte, lazeres, desporto, rádio, áreas religiosa e teológica, assuntos militares e da marinha, ou assuntos ferroviários, os Rotários e a Cruz Vermelha (vd. *idem*:283-92).

Da língua portuguesa um grande volume de títulos de Agostinho da Silva enriquece o património de divulgação cultural em Esperanto: *La Prahistoria de Arto* traduzida em 1947; *Historio de Usono*, traduzida por M. de Freitas em 1947; *Lasta Vojaĝo de Scott*, de 1942, traduzida por M. de Freitas; *Piccard en la Stratosfero*, de 1943. Para além de várias biografias: *Vivo kaj Morto de Sokrato* (traduzida por M. de Freitas em 1946); *Vivo kaj Arto de Goya* (tradução de V. Mendes em 1947); *Vivo de Zola* (tradução de M. de Freitas em 1946); *Vivo de Nansen* (traduzida em 1948). Também uma obra de Bento de Jesus Caraça, a biografia de Galileu, foi em 1948 traduzida por M. de Freitas (vd. Lapenna *et al.*, 1974:271-3 e 277-8).

Para terminar, uma pequena nota sobre o universo das publicações periódicas até à década de 1970. Um pequeno resumo estatístico mostra que até 1929 apareceram 985 periódicos dos quais 715 tiveram sequência, mesmo se mínima (cf. P. E. Stojan, 1929, *Bibliografio de Internacia Lingvo*). Até 1934 havia 1 276 periódicos esperantistas em 459 cidades de 59 países - dos quais 167 tiveram uma série anual, 330 sobreviveram entre 2 a 5 anos, e 152 durante mais de 5 anos (cf. J. Takács, 1934, *Katalogo de la Esperanto-Gazetaro*). E em 1971 havia 110 revistas e periódicos, nem todos redigidos integralmente em Esperanto. Muitos são mensais, bimensais e quadrianuais. A UEA destacou-se como editora de muitos dos periódicos, simultaneamente os mais importantes para o Movimento: *Esperanto*, *Kontakto*, *La Monda Lingvo-Problemo*, *Dokumentoj de CED*, *Informfolio* e *Novajoj* da TEJO e outros boletins informativos, como a *Unesko-Novajoj* (vd. Lapenna *et al.*, 1974:309-10).

Anexo D

Associações internacionais de Esperanto

1) Ensino do esperanto

Internacia Ligo de Esperantistaj Instruistoj (ILEI), fundada em 1949 (aderiu à UEA em 1990)

2) Causas sociais, políticas e globais

Direitos étnicos

Internacia Komitato por Etnaj Liberecoj (IKEL), fundada em 1978 (colabora com a UEA)

Assuntos europeus

Asocio por Eŭropa Konscio (AEK)

Eŭropa Esperanto-Unio (EEU), fundada em 1977

Eŭropo Demokratio Esperanto (EDE), fundada em 2003 (colabora com a UEA desde 2006)

Comunismo

Internacia Komunista Esperantista Kolektivo (IKEK), (colabora com a UEA desde 1998)

Movimento dos trabalhadores

SAT - Sennacieca Asocio Tutmonda (SAT), fundada em 1921 (com as secções: Frakcio por Distribuado, Frakcio por Ekonomio, Komunista Frakcio, Liberecana Frakcio, Liberpensula Frakcio, Sennaciisma Frakcio, Ĉielarka Frakcio, Ekologiisma Frakcio e Vegetara Seksio).

Pedagogia Freinet

Internacia Celado por Edukado Moderna per Esperanto (ICEM Esperanto)

Rotários

Rotaria Amikaro de Esperantistoj (RADE)

Maçónicos

Internacia Framasona Ligo (IFL), fundada em 2015

Solidariedade, paz e universalismo

Monda Solidareco kontraŭ la Malsato (MSM)

Esperantista Internacia Centro de Mondcivitanoj (EICM), fundada em 1949

Mondpaca Esperantista Movado (MEM), fundada em 1953 (colabora com a UEA desde 1983)

Monda Asembleo Socia (MAS), fundada em 2005 (colabora com a UEA desde 2009), funciona na Internet

Unu Mondo, fundada em 2009 na Alemanha

Ecologia e animais

Asocio de Verduloj Esperantistaj (AVE), fundada em 1984 (colabora com a UEA desde 1994)

Rondo “Kato”/Esperantista Kat-amikaro (RK), fundada em 1986 (colabora com a UEA desde 2006)

Vegetarianismo e naturismo

Tutmonda Esperantista Vegetarana Asocio (TEVA), fundada em 1908 (colabora com a UEA desde 1980)

Internacia Naturista Organizo Esperantista (INOE), fundada em 1961 (colabora com a UEA desde 1978)

Tutmonda Asocio de Esperantistaj Nefumantoj (TADEN), fundada em 1995

3) **Ciência**

Internacia Scienca Asocio Esperantista (ISAE), fundada em 1906 (aderiu à UEA)

4) **Cultura e lazer**

Filosofia

Filozofia Asocio Tutmonda (FAT), fundada em 1983 (colabora com a UEA desde a sua fundação)

Promoção cultural

Hejmoj de Internacia Kulturo (HIK), fundada em 1993

Organiza Societo de Internaciaj Esperanto-Konferencoj (OSIEK), fundada em 1988 (colabora com a UEA desde 1995)

Música

Muzika Esperanto-Ligo (MEL), fundada em 1963 (colabora com a UEA desde a sua fundação)
Esperanto-Universala Rok-Organizo

Kolektiva Komunik-Asocio (EUROKKA), fundada em 1988 (secção da TEJO desde 1991)

Numismática

Esperanto-Numismatika Asocio, fundada em 2012

Filatelía

Esperanto-Ligo Filatelista/Amika Rondo de Esperantaĵ-Kolektantoj (ELF), fundada em 1968 (colabora com a UEA desde 2008)

Radioamadorismo

Internacia Ligo de Esperantistaj Radioamatoroj (ILERA), fundada em 1970 (colabora com a UEA)

Escutismo

Skolta Esperanto-Ligo (SEL), fundada em 1918 (colabora com a UEA)

Desportos, motociclismo e ciclismo

Monda Esperanta Ligo por Sporto (MELS), fundada em 2004

Esperantista Motorciklanta Ĉeno

Biciklista Esperantista Movado Internacia (BEMI), fundada em 1980

Universala Tajĝiĉjŭan-Grupo de Esperanto

Tutmonda Esperanto Futbala Asocio (TEFA)

Esperantista Go-Ligo Internacia (EGLI), fundada em 1979 (colabora com a UEA desde a sua fundação)

5) **Campo profissional**

Comércio

Internacia Komerca kaj Ekonomia Fakgrupo (IKEF), fundada em 1985 (colabora com a UEA desde 1994)

Turismo

Internacia Kultura kaj Turisma Centro

Direito

Esperanta Jura Asocio, fundada em 1989 (colabora com a UEA desde 1992)

Jornalismo

Tutmonda Esperantista Ĵurnalista Asocio (TEĴA), fundada em 1948 (colabora com a UEA desde a sua fundação)

Medicina

Universala Medicina Esperanto-Asocio (UMEA), fundada em 1908 (aderiu à UEA)

Internacia Naturkuraca Asocio (INA), fundada em 1986

Feroviários

Internacia Fervojista Esperanto-Federacio (IFEF), fundada em 1909 (colabora com a UEA desde 1953)

Construtores

Tutmonda Asocio de Konstruistoj Esperantistaj (TAKE), fundada em 1993

Sindicatos

Sindikata Agado

6) Grupos identitários

Invisuais

Ligo Internacia de Blindaj Esperantistoj (LIBE), fundada em 1950 (colabora com a UEA desde 1981)

Pessoas com deficiência

Asocio de Esperantistaj Handikapuloj (AEH), fundada em 1991 (colabora com a UEA desde 1996)

LGBT

Ligo de Samseksamaj Geesperantistoj (LSG), fundada em 1977 (colabora com a UEA desde 1990)

Esperantistas veteranos

Veterana Esperantista Klubo (VEK), fundada em 1949 (colabora com a UEA desde 1957)

7) Religião e espiritualidade

Bahai'

Bahaa Esperanto-Ligo (BEL), fundada em 1973 (colabora com a UEA desde 1975)

Budismo

Budhana Ligo Esperantista (BLE)

Catolicismo

Internacia Katolika Unuiĝo Esperantista (IKUE), fundada em 1910 (colabora com a UEA desde 1951)

Kristana Esperantista Ligo Internacia (KELI), fundada em 1911 (colabora com a UEA)

Islamismo

Islama Esperanto-Asocio

Hilelismo

Hilelista Esperanto-Komunumo (HEK), fundada em 2001

Quaker

Kvakera Esperanto-Societo (KES), fundada em 1921 (colabora com a UEA desde 1971)

Mórmones

Por-Esperanta Mormonaro (PEM)

Oomoto

(Oomoto) Esperanto-Populariga Asocio (EPA), fundada em 1923 (colabora com a UEA desde 1985)

Espiritismo

Spirita Eldona Societo "F.V.Lorenz", fundada em 1975

Asocio de Studado Internacia pri Spiritaj kaj Teologiaj Instruoj (ASISTI), fundada em 1989 (colabora com a UEA desde 1991)

Espiritualismo

Martinus-Instituto

Amikaro Bruno Gröning, Esperanto-sekcio, fundada em 1992 (colabora com a UEA desde 1996)

Movado sen Nomo (colabora com a UEA desde 1989)

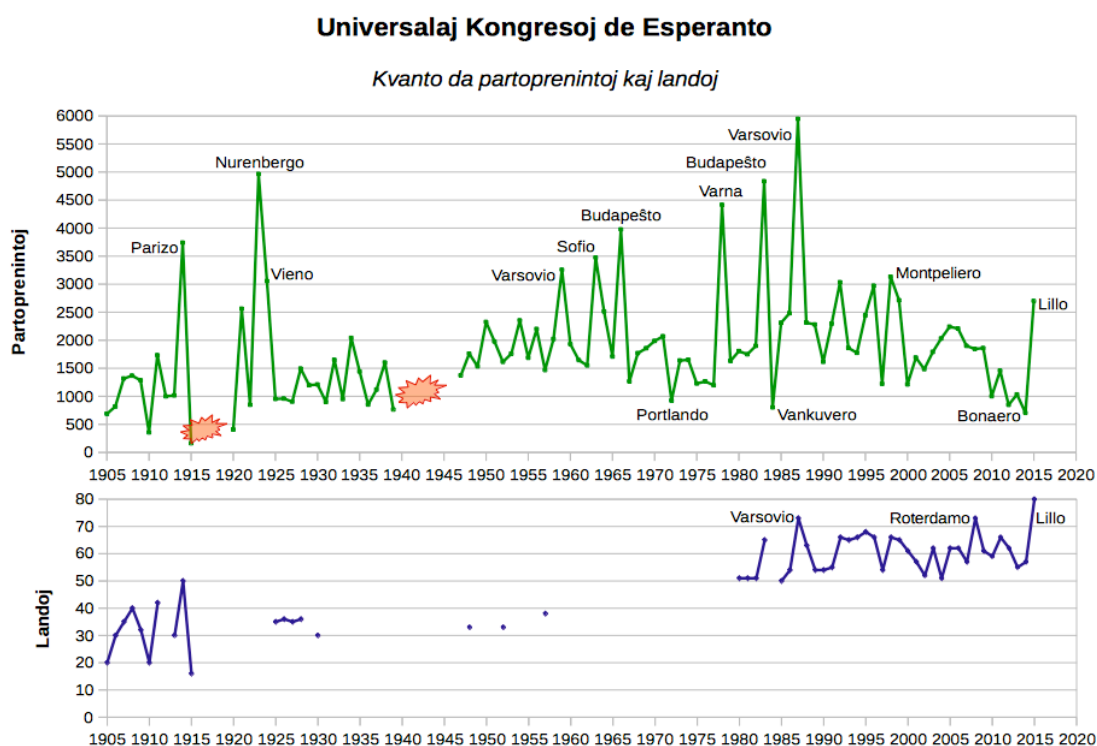
Esperantista Asocio de Ŭonbulismo (EAŬ), fundada em 1980

Ateísmo

Ateista Tutmonda Esperanto-Organizo (ATEO) fundada em 1987 (colabora com a UEA desde 1990)

Anexo E

Congressos Universais de Esperanto



Fonte: https://eo.wikipedia.org/wiki/Universala_Kongreso_de_Esperanto (consultado em Dezembro de 2016)

Em Português:

Kvanto de partoprenintoj kaj landoj – Quantificação de participantes e de países

Parizo - Paris

Nurenbergo - Nuremberga

Vieno - Viena

Varsovio - Varsóvia

Sofio – Sófia

Budapeŝto - Budapeste

Portlando - Portland

Vankuvero - Vancouver

Montpeliero - Montpellier

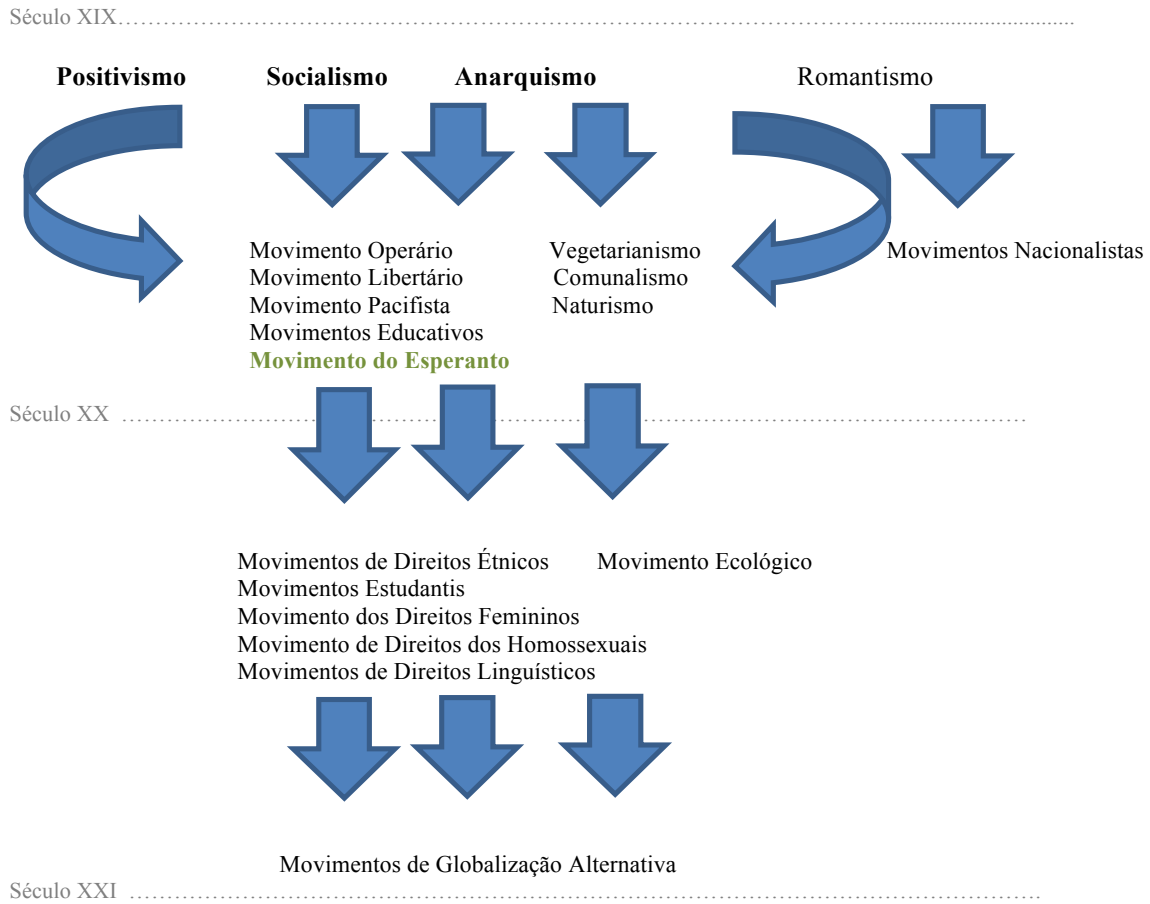
Bonaero – Buenos Aires

Lilo - Lille

Roterdamo - Roterdão

Anexo F

Mapeamento ideológico e temporal dos principais movimentos sociais



Anexo G

Fases principais do movimento operário em Portugal até 1974 (segundo proposta de Carlos da Fonseca, 1979:21-6, 90 e 186).

A 1.^a época (1820 a 1851) inicia-se com a instauração do liberalismo, e vê nascer as primeiras propostas de associativismo como o Projecto de Seguro Mútuo dos Empregados Públicos e a Sociedade dos Artistas Lisbonenses.

A 2.^a época (1852 a 1870) é fundamentalmente caracterizada pela mutualidade nos seus múltiplos aspectos, sendo que os conflitos de trabalho são ainda raros e resolvidos através das vias legais.

A 3.^a época (1871 a 1876) reflecte as consequências da Comuna de Paris e a filiação do operariado organizado na Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional); verifica-se o afastamento das classes trabalhadoras portuguesas relativamente às ideologias integradoras (incluindo a republicana), e ao reformismo e legalismo das épocas anteriores.

A 4.^a época (1877 a 1886) reflecte o desaparecimento da Associação Internacional dos Trabalhadores e a conseqüente criação de partidos socialistas nacionais.

Na 5.^a época (1887 a 1897) verifica-se um desdobramento ideológico pelos ortodoxos, possibilistas, anarquistas e sindicalistas; um traço fundamental terá sido o reaparecimento das organizações e publicações anarquistas (que tinham sido invisíveis a partir de 1873-1874).

A 6.^a época (1898 a 1908) é uma década de ininterrupta formação de associações de classe (sindicatos), realização de congressos corporativos e pluriprofissionais e constituição das primeiras federações sindicais (em 1889 havia em Lisboa 392 associações, que contavam 138 870 associados).

A 7.^a época (1909-1919) é a mais movimentada da história do operariado português: é o período áureo do sindicalismo que viu crescer progressivamente o efectivo dos militantes inscritos na organização operária. Constitui-se a União Operária Nacional (central sindical única) que se transforma em 1919 na Confederação Geral do Trabalho.

A 8.^a época (1920 a 1934) reflecte a depressão do pós-guerra, o enfraquecimento económico das classes operárias, a repressão política, a repetição dos conflitos de trabalho e a duração cada vez maior das greves; em Setembro de 1933 é criado o Conselho Nacional das Corporações e apresentado o Estatuto do Trabalho Nacional.

A 9.^a época (1935 a 1963) tem lugar a partir dos efeitos do fracasso da “greve geral” revolucionária de 1934, sendo que a classe operária entra no período mais difícil da sua história, com a estatização dos sindicatos. A oposição será quase sempre clandestina. Dos centros polarizadores da resistência antiditarioral, o Partido Comunista Português será o único sobrevivente.

Por fim a 10.^a época (1964 a 1974), é um período marcado pela emigração e pela deserção motivada pela recusa de participação na guerra colonial, e termina com o derrube do regime a 25 de Abril de 1974.

Anexo H - Inquérito aos Sócios e Pessoas Ligadas à Associação Portuguesa de Esperanto

1	Qual a sua ligação com a APE? Assinale a opção correcta	
	É sócio(a)	<input type="checkbox"/>
	Nunca foi sócio(a)	<input type="checkbox"/>
	Não é actualmente sócio(a), mas já foi	

2	Aprendeu Esperanto?	sim <input type="checkbox"/>
		não <input type="checkbox"/>

Se respondeu “não”, passe para a questão 3

2.1	Se sim, em que ano começou a aprender?	----- (Ano)
-----	---	-------------

2.2	Como iniciou a aprendizagem? Assinale a opção adequada	
	Num curso da APE	<input type="checkbox"/>
	Sózinho(a): com recurso a livros	<input type="checkbox"/>
	Sózinho(a): num curso por correspondência	<input type="checkbox"/>
	Sózinho(a): na internet	<input type="checkbox"/>
	Como língua materna	<input type="checkbox"/>
	Num grupo ou Associação	<input type="checkbox"/>
	Qual?.....	
	
	Outra situação	<input type="checkbox"/>
	Qual?.....	
	

Se aprendeu Esperanto como língua materna passe para a questão 2.4

2.3	Por que aprendeu Esperanto?

2.4	Tem certificados ou diplomas da língua Esperanto?	sim <input type="checkbox"/>
		não <input type="checkbox"/>

2.5	Se sim, indique o mais elevado que obteve:	Nível básico	<input type="checkbox"/>
		Nível intermédio	<input type="checkbox"/>
		Nível avançado	<input type="checkbox"/>

2.6	Considera que a aprendizagem da língua Esperanto influencia o modo como se expressa em Português (ou noutras línguas)? Se sim, assinale as opções adequadas	
	Na construção de frases	<input type="checkbox"/>
	No vocabulário	<input type="checkbox"/>
	Na pronúncia	<input type="checkbox"/>
	Na apresentação das suas ideias	<input type="checkbox"/>
	Outras?	<input type="checkbox"/>
	Quais?.....	

3	Sabe outras línguas?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
----------	-----------------------------	--

3.1	Se sim, quais?
------------	----------------------

4	Tem (ou teve no passado) familiares ou amigos ligados ao Esperanto ou que saibam a língua?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
----------	---	--

4.1	Se sim, quem? Assinale <u>as</u> opções adequadas	
	Pais	<input type="checkbox"/>
	Filhos	<input type="checkbox"/>
	Avós	<input type="checkbox"/>
	Cônjuge/ Companheiro(a)	<input type="checkbox"/>
	Outros familiares	<input type="checkbox"/>
	Amigos	<input type="checkbox"/>

4.2	Considera que a sua vida seria diferente sem o Esperanto ?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
------------	---	--

4.2.1	Se sim, que aspectos da sua vida seriam diferentes? Assinale <u>as</u> opções correctas	
	Aspecto familiar	<input type="checkbox"/>
	Aspecto cultural	<input type="checkbox"/>
	Aspecto da expressão individual	<input type="checkbox"/>
	Aspecto cívico/político	<input type="checkbox"/>
	Aspecto profissional	<input type="checkbox"/>
	Aspectos do lazer e convívio	<input type="checkbox"/>
	Aspecto religioso	<input type="checkbox"/>
	Outras?	<input type="checkbox"/>
	Quais?.....	
	
	

5	Usa a Internet?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
----------	------------------------	--

5.1	Se sim, com que frequência média? Assinale a opção adequada	
	Todos os dias ou quase	<input type="checkbox"/>
	Uma vez por semana	<input type="checkbox"/>
	Uma vez por mês	<input type="checkbox"/>
	Menos de uma vez por mês	<input type="checkbox"/>

6	É (ou foi) membro individual da UEA - Universala Esperanto Asocio?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
----------	---	--

Se respondeu “não”, passe para a questão 7

6.1	Se sim, em que ano se tornou membro?	____ (Ano)
------------	---	------------

6.2	Se se inscreveu mais de uma vez, quantas vezes?	____ (Nº de inscrições)
------------	--	-------------------------

7	É (ou foi) membro ou tem (teve) ligações a outras associações ou grupos de Esperanto, no país ou estrangeiro? Assinale as opções correctas	
	SAT – Sennacieca Asocio Tutmonda	
	IKEK – Internacia Komunista Esperantista Kolektivo	
	TEJO – Tutmonda Esperantista Junulara Organizo	
	EEU – Eŭropa Esperanto-Unio	
	ILERA – Internacia Ligo de Esperanta Radio Amatoroj	
	EJA – Esperanta Jura Asocio	
	TEVA – Tutmonda Esperantista Vegetarana Asocio	
	SEL – Skolta Esperanto-Ligo	
	IKEL – Internacia Komitato por Etnaj Liberecoj	
	ILEI – Internacia Ligo de Esperanto-Instruistoj	
	ISAE – Internacia Scienca Asocio Esperantista	
	IFEF – Internacia Fervojista Esperanto-Federacio	
	IKUE – Internacia Katolika Unuiĝo Esperantista	
	AERA - Amikaro de Esperanto en Radio	
	EMĈ - Esperantista Motorciklanta Ĉeno	
	MEM - Mondpaca Esperantista Movado	
	EVA - Esperantlingva Verkista Asocio	
	AVE - Asocio de Verduloj Esperantistaj	
	MAS - Monda Asembleo Socia	
	LSG – Ligo de Samseksamaj Geesperantistoj	
	MEL – Muzika Esperanto-Ligo	
	FAT – Filozofia Asocio Tutmonda	
	Esperantista Internacia Centro de la Civitanoj de la Mondo	
	Saluton! – Cooperativa dos Amigos do Esperanto e da Natureza	
	PEJ - Portugala Esperanto-Junularo	
	NOGESO – Norda Grupo de Esperanto Studado	
	PLUS – Portugala Loka Unua Seksio	
	Algum grupo antes da formação da APE em 1972?	
	Qual?.....	
	
	
.....		
Outros.		
Quais?.....		
.....		
.....		
.....		

7.1	Se é ou foi membro de algum grupo ou associação internacional, é ou foi representante nacional? (como delegado, <i>Peranto</i>, ou outra situação)?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----	--	--

7.2	Se sim, de qual/ quais?
-----	---

7.3	Como é ou era a sua participação? Assinale as opções adequadas	
	Pagamento de quotas	
	Deslocação às reuniões	
	Intervenção nas reuniões	
	Faz ou fez parte da Direcção	

8.1	Tem (ou teve) correspondentes em Esperanto (por carta ou correio electrónico)?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
------------	---	--

8.1.2	Se sim, de que locais ou países?
--------------	---

8.2	Com que frequência usa o Esperanto nas seguintes actividades? Assinale em cada alínea a opção adequada					
		Todos os dias ou quase	Uma vez por semana	Algumas vezes por mês	Menos de uma vez por mês	Nunca
	Leitura de revistas ou jornais					
	Leitura de literatura (romance, conto, poesia, teatro)					
	Leitura de livros sobre História, Política ou Ciência					
	Ouvir programas de rádio					
	Leitura de blogues ou sítios na internet					
	Participar em blogues ou criar outros conteúdos electrónicos					

8.3	Usa ou usou o Esperanto na prática de alguma actividade recreativa? Assinale <u>as</u> opções adequadas	
	Coleccionismo	
	Campismo	
	Escutismo	
	Ciclismo ou motociclismo	
	Representação teatral	
	Prática de música ou canto	
	Prática de artes plásticas	
	Encontros regulares com esperantistas	
	Outras? Quais?.....	
	

8.4	Já fez viagens a países estrangeiros?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
------------	--	--

8.4.1	Se sim, já usou o Esperanto para se hospedar no estrangeiro?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
--------------	---	--

8.5	Já hospedou esperantistas estrangeiros?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
------------	--	--

8.6	Usa ou usou o Esperanto no âmbito da sua actividade profissional?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
------------	--	--

8.7	Assina ou assinou revistas em Esperanto?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
------------	---	--

8.7.1	Se sim, quais?.....
--------------	-------------------------------------

8.8	Escreve ou já escreveu em Esperanto ou sobre o Esperanto para publicações (impressas ou digitais)?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
------------	---	--

Se respondeu “não” passe para a questão 8.9

8.8.1	Se sim, pode especificar, onde? Assinale <u>as</u> opções adequadas	
	Imprensa nacional geral	<input type="checkbox"/>
	Publicações esperantistas nacionais	<input type="checkbox"/>
	Publicações de Associações esperantistas de outros países	<input type="checkbox"/>
	Publicações de Associações esperantistas específicas	<input type="checkbox"/>
	Outras. Quais?	<input type="checkbox"/>

8.8.2	Pode especificar os temas sobre os quais escreve ou escreveu? Assinale <u>as</u> opções adequadas	
	Sobre a língua e/ou a literatura em Esperanto	<input type="checkbox"/>
	Sobre o movimento português	<input type="checkbox"/>
	Sobre o movimento internacional	<input type="checkbox"/>
	Sobre questões políticas e/ou culturais relacionadas com as línguas	<input type="checkbox"/>
	Sobre questões ligadas à sua actividade profissional	<input type="checkbox"/>
	Textos literários	<input type="checkbox"/>
	Divulgação de temas generalistas	<input type="checkbox"/>
	Outros? Quais?.....	<input type="checkbox"/>

8.9	Já fez traduções do Esperanto ou para Esperanto?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
------------	---	--

9	Colabora directamente (ou colaborou) na organização de actividades da APE ou na própria APE?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
----------	---	--

Se respondeu “não” passe para a questão 10

9.1	Se sim, como? Assinale <u>as</u> opções adequadas	
	Na organização de eventos	<input type="checkbox"/>
	No ensino do Esperanto	<input type="checkbox"/>
	Como membro da direcção	<input type="checkbox"/>
	Na edição do <i>Nia Bulteno</i>	<input type="checkbox"/>
	Com trabalho administrativo (biblioteca, livraria, arquivo, etc.)	<input type="checkbox"/>
	Com trabalho de manutenção da sede (reparações, obras, etc.)	<input type="checkbox"/>
	Outras? Quais?.....	<input type="checkbox"/>

Se nunca foi sócio, passe para a questão 10

9.2	Se é ou foi membro da direcção da APE, que cargo ou cargos assume ou assumiu? Assinale <u>as</u> opções adequadas	
	Presidente da APE	
	Vice-Presidente da APE	
	Secretário(a) da direcção	
	Vogal da direcção	
	Tesoureiro(a)	
	Presidente da Assembleia-Geral	
	Secretário(a) da Assembleia-Geral	
	Presidente do Comité de Controle Linguístico	
Revisor do Comité de Controle Linguístico		

10	Ensina ou ensinou Esperanto fora da APE?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	---	--

10.1	Se sim, em que situação ou situações ensinou Esperanto? Assinale <u>as</u> opções adequadas	
	Noutras Associações. Quais?	
	Num grupo. Qual ou quais?.....	
	Informalmente, a amigos e/ou familiares	

11	Já foi a encontros esperantistas internacionais?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	---	--

11.1	Se sim, quais? Assinale <u>as</u> opções adequadas e especifique por favor	
	Congresso Universal de Esperanto. Quantos?	
	Congressos ou Encontros Nacionais de outros países. Quais e em que ano(s)?	
	Congressos ou Encontros de Associações ou Grupos específicos. Quais e em que ano(s)?	
	Congressos ou Encontros de jovens. Quais e em que ano(s)?	
	Encontros dedicados à aprendizagem e/ou melhoria do Esperanto. Quais e em que ano(s)?	
	Outros	

11.2	Se respondeu ‘outros’ na questão anterior, pode especificar quais e em que ano (s)?
-------------	---

12	Já foi a Encontros Nacionais de Esperantistas?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	---	--

12.1	Se sim, quantos (aproximadamente)?
-------------	---

13	Costuma participar no encontro anual que em Dezembro é dedicada a L. L. Zamenhof?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	--	--

14	Teve familiares com posições políticas ou sindicais assumidas antes do 25 de Abril de 1974?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	--	--

14.1	Se sim, pode especificar em que movimentos ou organizações ?
-------------	--

15	Teve, antes do 25 de Abril de 1974, ligação a algum movimento ou organização, nacional ou internacional?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	---	--

15.1	Se sim, pode especificar qual ou quais ?
-------------	--

16	Participa ou já participou em iniciativas ou eventos públicos de carácter social e político? Assinale <u>as</u> opções correctas	
	Comemorações do 25 de Abril	<input type="checkbox"/>
	Comemorações do 1º de Maio	<input type="checkbox"/>
	Manifestações gerais contra as políticas dos governos	<input type="checkbox"/>
	Manifestações de sindicatos	<input type="checkbox"/>
	Assinatura de petições públicas ou abaixo-assinados	<input type="checkbox"/>

17	Participou em alguma destas manifestações ou iniciativas? Assinale <u>as</u> opções correctas	
	Manifestações e iniciativas pelos direitos do povo Timorense em Setembro de 1999	<input type="checkbox"/>
	Manifestação contra a guerra do Iraque em Fevereiro de 2003	<input type="checkbox"/>
	Manifestações contra políticas do governo actual (Setembro de 2012 e/ou Março de 2013)	<input type="checkbox"/>
	Alguma manifestação fora de Portugal? Qual ou quais?	<input type="checkbox"/>

18	Participou alguma vez ou admitiria participar em acções como estas? Assinale as opções correctas	
	Greves não legais	
	Boicotes	
	Ocupação de edifícios ou espaços	

19	Se é (ou foi) membro ou tem (teve) ligações a outros grupos, associações ou movimentos, a nível nacional ou internacional, pode dizer quais? Assinale as opções adequadas e especifique por favor o nome das entidades	
	Profissionais Quais?	
	Político-Partidários Quais?	
	Sindicais Quais?	
	Juvenis ou Estudantis Quais?	
	Culturais Quais?	
	De Solidariedade Quais?	
	Recreativos Quais?	
	Religiosos Quais?	
	De Direitos Humanos Quais?	
Outros Quais?		

20	<p>O que pensa da afirmação “Para a resolução de problemas mundiais relacionados com a justiça, pobreza e ambiente, seria desejável a existência de uma sociedade civil global”</p> <p>concordo totalmente <input type="checkbox"/></p> <p>concordo em parte <input type="checkbox"/></p> <p>não concordo nem discordo <input type="checkbox"/></p> <p>discordo em parte <input type="checkbox"/></p> <p>discordo totalmente <input type="checkbox"/></p>
-----------	--

21	<p>Pessoalmente, o que lhe interessa mais relativamente ao Esperanto? Assinale a opção que considere apropriada</p>						
	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 80%;">A língua</td> <td style="width: 20%;"></td> </tr> <tr> <td>O movimento</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ou ambos</td> <td></td> </tr> </table>	A língua		O movimento		Ou ambos	
A língua							
O movimento							
Ou ambos							

22	<p>O que pensa das seguintes afirmações?</p>
	<p>O Esperanto é importante pelo ideal de igualdade e de pacificação através de uma língua universal</p> <p>concordo totalmente <input type="checkbox"/></p> <p>concordo em parte <input type="checkbox"/></p> <p>não concordo nem discordo <input type="checkbox"/></p> <p>discordo em parte <input type="checkbox"/></p> <p>discordo totalmente <input type="checkbox"/></p>
	<p>O Esperanto é importante pelas vantagens práticas de uma língua internacional (viagens, conferências, relações económicas, divulgação cultural)</p> <p>concordo totalmente <input type="checkbox"/></p> <p>concordo em parte <input type="checkbox"/></p> <p>não concordo nem discordo <input type="checkbox"/></p> <p>discordo em parte <input type="checkbox"/></p> <p>discordo totalmente <input type="checkbox"/></p>

23	<p>Ser esperantista é: (Assinale <u>as</u> respostas que considere apropriadas)</p>	
A	Falar Esperanto	
B	Pertencer a uma comunidade específica	
C	Ter um ideal	
D	Participar numa cultura específica	
E	Seguir os ideais de L. L. Zamenhof	
F	Fomentar uma cultura internacional	
G	Lutar por um ideal	
H	Ter um tipo de vida alternativo ao que é dominante na sociedade	
I	Outras hipóteses. Quais?	
	O termo “esperantista” não é adequado	

23.1	<p>Se assinalou mais de uma resposta, indique qual a que considera mais importante (indique a letra que corresponde a essa resposta)</p>	
-------------	---	--

24	Na sua opinião algum ou alguns destes valores ou causas podem <u>actualmente</u> ser associados ao Esperanto? Assinale <u>as</u> respostas que considere apropriadas	
	Fraternidade	
	Paz	
	Justiça social	
	Democracia	
	Intercompreensão internacional	
	Direitos linguísticos no mundo	
	Educação para uma cultura universal	
	Educação para a tolerância	
	Progresso económico	
	Direitos de minorias culturais	
	Outros. Quais?	

25	Algum ou alguns destes movimentos, causas, organizações ou estilos de vida têm princípios idênticos aos do Esperanto? Assinale <u>as</u> opções adequadas	
	Ecologia	
	Pacifismo	
	Vegetarianismo	
	Direitos dos animais	
	Amnistia Internacional	
	Cruz Vermelha Internacional	
	Vida em grupo em pequenas comunidades	
	Naturismo	
	Anarquismo	
	Movimentos anti-globalização	
	Direitos das minorias étnicas	
	Direitos das minorias sexuais	
	Alguma organização ou orientação política-partidária. Qual?.....	
	Alguma organização ou orientação religiosa-confessional. Qual?	
Alguma organização sindical. Qual?.....		
Outros. Quais?		

26	O que para si faz mais sentido como orientação do movimento? Assinale <u>as</u> respostas que considere apropriadas	
A	Que cada esperantista contribua para que mais pessoas adiram à língua e ao movimento	
B	Viver o Esperanto e a sua cultura dentro da comunidade esperantista	
C	Que se actue junto das instâncias de decisão para que o Esperanto seja adoptado como língua internacional	
	Nenhuma faz sentido	

26.1	Se assinalou mais de uma resposta, indique qual a que considera mais importante (indique a letra que corresponde a essa resposta)	
-------------	--	--

27	Na sua opinião, a expansão do Esperanto e do movimento dependem mais de: (Colocar por ordem do mais importante (1º) para o menos importante (3º):	
	Da acção dos esperantistas	
	Do ensino da língua	
	De decisões políticas	

28	Concorda com a afirmação “Os esperantistas são um grupo de pessoas diferentes das outras”	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	---	--

28.1	Se sim, como se vê essa diferença?.....
-------------	--

29	Considera que há duas gerações diferentes de esperantistas em Portugal, antes e depois do 25 de Abril?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe <input type="checkbox"/>
-----------	--	---

Se respondeu “não” ou “não sabe” passe para a questão 30

29.1	Se sim, julga pertencer a que geração?	Anterior ao 25 de Abril 1974 <input type="checkbox"/> Posterior ao 25 de Abril 1974 <input type="checkbox"/>
-------------	--	---

29.2	Julga que as pessoas da sua geração (em comparação com as da outra geração) são:		
	Na participação no movimento:	mais activas	<input type="checkbox"/>
		semelhantes	<input type="checkbox"/>
		menos activas	<input type="checkbox"/>
	Na consciência política:	mais envolvidas	<input type="checkbox"/>
		semelhantes	<input type="checkbox"/>
		menos envolvidas	<input type="checkbox"/>
	Na vivência do Esperanto:	mais idealistas	<input type="checkbox"/>
		semelhantes	<input type="checkbox"/>
		menos idealistas	<input type="checkbox"/>
	Na expansão do Esperanto:	mais empenhadas	<input type="checkbox"/>
		semelhantes	<input type="checkbox"/>
		menos empenhadas	<input type="checkbox"/>

30	Considera que há diferenças entre os esperantistas portugueses e os de outros países?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	---	--

30.1	Se sim, como se vê essas diferenças?		
	Na participação no movimento os portugueses são:	mais activos	<input type="checkbox"/>
		semelhantes	<input type="checkbox"/>
		menos activos	<input type="checkbox"/>
	Na consciência política os portugueses são:	mais envolvidos	<input type="checkbox"/>
		semelhantes	<input type="checkbox"/>
		menos envolvidos	<input type="checkbox"/>
	Na vivência do Esperanto os portugueses são:	mais idealistas	<input type="checkbox"/>
		semelhantes	<input type="checkbox"/>
		menos idealistas	<input type="checkbox"/>
	Na expansão do Esperanto os portugueses são:	mais empenhados	<input type="checkbox"/>
		semelhantes	<input type="checkbox"/>
		menos empenhados	<input type="checkbox"/>

31	Concorda com a afirmação seguinte: “O Inglês tem actualmente o papel de língua internacional”?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	---	--

32	<p>O que pensa das seguintes afirmações?</p> <p>É desejável que o Esperanto seja ensinado na escola pública</p> <p>concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/></p> <hr/> <p>O Esperanto pode tomar o lugar do Inglês</p> <p>concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/></p> <hr/> <p>O Esperanto deveria tomar o lugar do Inglês</p> <p>concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/></p> <hr/> <p>O Esperanto pode ter um lugar ao lado do Inglês</p> <p>concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/></p> <hr/> <p>O Esperanto pode desempenhar uma função humanista e cultural enquanto o Inglês continue a ser utilizado no domínio económico e político</p> <p>concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/></p>
-----------	--

33	Julga que existem actualmente obstáculos à expansão do Esperanto?	sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/>
-----------	--	--

33.1	Se sim, pensa que alguma destas razões é um obstáculo à expansão do Esperanto?	
	A dominação internacional da língua inglesa concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/>	
	A globalização cultural anglo-americana concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/>	
	A globalização económica e tecnológica concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/>	
	A visão do Esperanto como uma causa ultrapassada concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/>	
	Um preconceito na sociedade em desfavor do Esperanto concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/>	
	Passividade no movimento para a divulgação junto da população concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/>	
	Passividade no movimento para actuar junto de instâncias de decisão concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/>	
	As instâncias de decisão internacionais (como as Nações Unidas ou a União Europeia) não estarem receptivas à adopção do Esperanto concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/>	
	Os sistemas de ensino não estarem receptivos à introdução do Esperanto concordo totalmente <input type="checkbox"/> concordo em parte <input type="checkbox"/> não concordo nem discordo <input type="checkbox"/> discordo em parte <input type="checkbox"/> discordo totalmente <input type="checkbox"/>	

33.2	Se julga existirem outros obstáculos à expansão do Esperanto que não foram referidos na questão anterior, por favor identifique-os
-------------	---

34	Como julga que será o futuro do Esperanto?
-----------	---

Se nunca foi sócio, passe para a questão 36

35	Data em que se tornou sócio(a) da APE (pela primeira vez)	_____ (Ano)																		
36	Data de nascimento	__/__/____ (Dia/Mês/Ano)																		
37	Género	Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/>																		
38	Nacionalidade																		
38.1	Se for de nacionalidade portuguesa, indique for favor o concelho																		
39	Estado Civil	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>Solteiro(a)</td><td style="width: 20px;"></td></tr> <tr><td>Casado(a)</td><td></td></tr> <tr><td>União de Facto</td><td></td></tr> <tr><td>Divorciado(a)/ Separado(a)</td><td></td></tr> <tr><td>Viúvo(a)</td><td></td></tr> </table>	Solteiro(a)		Casado(a)		União de Facto		Divorciado(a)/ Separado(a)		Viúvo(a)									
Solteiro(a)																				
Casado(a)																				
União de Facto																				
Divorciado(a)/ Separado(a)																				
Viúvo(a)																				
40	Residência Actual (concelho)																			
41	Grau de escolaridade mais elevado concluído	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>Sem nível de escolaridade concluído</td><td style="width: 20px;"></td></tr> <tr><td>1.º Ciclo do Ensino Básico (4 ou menos anos de escolaridade)</td><td></td></tr> <tr><td>2.º Ciclo do Ensino Básico (6 anos de escolaridade)</td><td></td></tr> <tr><td>3.º Ciclo do Ensino Básico (9 anos de escolaridade)</td><td></td></tr> <tr><td>Ensino Secundário</td><td></td></tr> <tr><td>Ensino pós-secundário (especialização tecnológica ou outra)</td><td></td></tr> <tr><td>Bacharelato/Licenciatura</td><td></td></tr> <tr><td>Mestrado</td><td></td></tr> <tr><td>Doutoramento</td><td></td></tr> </table>	Sem nível de escolaridade concluído		1.º Ciclo do Ensino Básico (4 ou menos anos de escolaridade)		2.º Ciclo do Ensino Básico (6 anos de escolaridade)		3.º Ciclo do Ensino Básico (9 anos de escolaridade)		Ensino Secundário		Ensino pós-secundário (especialização tecnológica ou outra)		Bacharelato/Licenciatura		Mestrado		Doutoramento	
Sem nível de escolaridade concluído																				
1.º Ciclo do Ensino Básico (4 ou menos anos de escolaridade)																				
2.º Ciclo do Ensino Básico (6 anos de escolaridade)																				
3.º Ciclo do Ensino Básico (9 anos de escolaridade)																				
Ensino Secundário																				
Ensino pós-secundário (especialização tecnológica ou outra)																				
Bacharelato/Licenciatura																				
Mestrado																				
Doutoramento																				
41.1	Se concluiu (ou frequentou) uma formação de ensino superior (ou mais que uma), identifique-a (s) por favor.																			

42	Condição perante o trabalho	Tem um emprego ou trabalha	
		Está desempregado(a)	
		É estudante	
		Está reformado(a) do trabalho	
		Tem outra reforma/pensão	
		É doméstico(a)	
		Tem outra situação de inactividade	

Se está a trabalhar, qual a situação no seu emprego ou negócio principal:

42.1	Situação na profissão	Trabalha por conta de outrem	
		Trabalha por conta própria	
		Trabalha para uma pessoa de família sem ser pago	

42.2	Se trabalha por conta própria, tem empregados ao seu serviço?	sim <input type="checkbox"/>
		não <input type="checkbox"/>

Profissão ou ocupação principal (actual, ou última)

43	Qual é a principal actividade do local onde trabalha? Descrição da actividade
	Qual é a sua profissão? Descrição da profissão

Deseja acrescentar alguma informação ou deixar um comentário?
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Muito obrigada pela sua colaboração.

Anexo I

Grupos e Associações de Esperanto em Portugal desde 1907 (designação, data, local de criação, tradução do nome para língua portuguesa)

Grupos criados entre 1908 e 1925

Lisbona Esperantista Grupo (1908), Lisboa (*Grupo Esperantista de Lisboa*)
Porto Esperantista Grupo (c. 1908), Porto (*Grupo Esperantista do Porto*)
Madeira Esperantista Grupo (c. 1909), Madeira (*Grupo Esperantista da Madeira*)
Esperantista Unio (1910), Coimbra (*União Esperantista*)
Kardeka Esperantista Grupo (1913), Évora (*Grupo Esperantista Kardekiano*)
Cervejra Esperantista Grupo (1913), Cerveira (*Grupo Esperantista de Cerveira*)
Madeira Verda Stelo (1913), Funchal (*Estrela Verde da Madeira*)
Portugala Esperanto-Asocio (1913), Porto (*Associação Portuguesa de Esperanto*)
Lisbona Esperantista Societo (1914), Lisboa (*Sociedade Esperantista de Lisboa*)
Juneco Lisbona Esperantista (1916), Lisboa (*Juventude Esperantista de Lisboa*)
Lisbona Verda Stelo (1917), Lisboa (*Estrela Verde de Lisboa*)
Esperantista Flegisto - Sociedade Esperantista Operária (1919), Lisboa (*Enfermeiro Esperantista- Sociedade Esperantista Operária*)
Portugala Laborista Esperanto-Federacio (1919), Lisboa (*Federação Esperantista Operária Portuguesa*)
Fratiga Stelo - Secção Esperantista do Grupo Dramático de Belém (1919), Lisboa (*Estrela Fraternal*)
Laborista Esperantista Societo Idealo kaj Laboro (1920), Porto (*Sociedade Operária Esperantista Ideal e Trabalho*)
Laborista Esperantista Societo Antaŭen (1920), Lisboa (*Sociedade Operária Esperantista Avante*)
Anarkia Grupo La Vero (1921), Lisboa (*Grupo Anarquista A Verdade*)
Rondo Amikeco (c. 1920), Lisboa (*Círculo Amizade*)
Zamenhofa Grupo (c. 1920), Lisboa (*Grupo Zamenhofiano*)
Portugala Esperanto Polica Asocio (c. 1920), Lisboa (*Associação de Esperanto da Polícia Portuguesa*)
Grupo Esperantista Operário Nova Espero (c.1923), Setúbal (*Grupo Esperantista Operário Nova Esperança*)
Laborista Esperantista Societo Nova Vojo (1924), Lisboa (*Sociedade Operária Esperantista Caminho Novo*)
Associação Portuguesa de Esperanto (1925), Lisboa

Grupos criados entre 1926 e 1974

LEO - Ligo de L'Okcidentaj Esperantistoj (1931), Lisboa (*LEO - Liga dos Esperantistas Ocidentais*)
Disvastiga Stelaro (1931), Setúbal (*Constelação Difusora*)
Koimbra Esperantista Grupo (c. 1932), Coimbra (*Grupo Esperantista de Coimbra*)
Progresemaĵ Amikoj (1932), Barreiro (*Amigos Progressistas*) / LESPA - Laborista Esperantista Societo
Progresemaĵ Amikoj (1933), Barreiro (*LESPA - Sociedade Operária Esperantista Amigos Progressistas*)
Secção Esperantista da Sociedade Propaganda de Portugal (1933), Lisboa
Frata Unuiĝo da Associação Boa-União de Alfama (1934), Lisboa (*União Fraternal*)
Esperantista Grupo Liberevoje (c. 1935), Moita (*Grupo Esperantista Caminho da Liberdade*)
Tramagal Esperantista Grupo (c. 1935), Tramagal (*Grupo Esperantista do Tramagal*)

Esperantista Grupo Verda Stelo (c. 1935), Barquinha (*Grupo Esperantista Estrela Verde*)
 Portugala Esperantista Grupo (c. 1935), Vale de Figueira (*Grupo Esperantista de Portugal*)
 Laborista Esperantista Grupo (c. 1935), Gaia (*Grupo Esperantista Operário*)
 Madejra Esperantista Societo (c. 1935), Funchal (*Sociedade Esperantista da Madeira*)
 Secção Esperantista de Lourenço Marques (c. 1935), Lourenço Marques
 Esperantista Societo Nova Sento (c. 1936), Lisboa (*Sociedade Esperantista Sentimento Novo*)
 Lumo kaj Progreso (c. 1936), Lisboa (*Luz e Progresso*)
 Grupo de Esperanto da Faculdade de Ciências de Lisboa (c. 1936), Lisboa
 Secção Esperantista da Universidade Popular Portuguesa (c. 1936), Lisboa
 Ekskursia Grupo (c. 1936), Areosa (*Grupo Excursionista*)
 Verdaj Steloj (c. 1936), Ovar (*Verdes Estrelas*)
 Verda Stelo (1936), Silves (*Estrela Verde*)
 Oazo (1937), Lisboa (*Oásis*)
 Grupo Esperantista da Comuna de Albarraque (c. 1940), Albarraque
 La Vekiĝo (1940), Barreiro (*O Despertar*)
 Sat-Rondo de Portugalio (c. 1945), Lisboa (*Círculo-SAT de Portugal*)
 La Torção (c. 1946), Lisboa (*O Archote*)
 Verda Stelo (1946), Tramagal (*Estrela Verde*)
 Nova Tagiĝo (1946), Lisboa (*Novo Amanhecer*)
 La Pioniroj (1946), Local desconhecido (*Os Pioneiros*)
 Frata Samidealo (1946), Local desconhecido (*Ideal Fraterno*)
 Portugala Esperanto-Grupo (1946), Local desconhecido (*Grupo de Esperanto Português*)
 Nova Mondo (1946), Local desconhecido (*Mundo Novo*)
 Aboco (1946), Local desconhecido (*Alfabeto*)
 Portugala Esperanto-Ligo (1946), Lisboa (*Liga Portuguesa de Esperanto*)
 Legi kaj Lerni (1947), Barreiro (*Ler e Aprender*)
 Lumostrio (1947), Queluz (*Faixa de Luz*)
 La Espero (1947), Portimão (*A Esperança*)
 Norda Stelo (1947), Vila Praia de Âncora (*Estrela do Norte*)
 Esperanta Heleco (1947), Évora (*Clarão de Esperança*)
 Sciamantoj (1948), Lisboa (*Amantes do Conhecimento*)
 Tramista Rondo (1948), Lisboa (*Círculo de Trabalhadores dos Eléctricos*)
 Lumradio (1948), Alhos Vedros (*Raio de Luz*)
 Esperanto (1948), Montijo
 La Teraroj (1948), Tramagal (*Os Terrestres*)
 Unuiga Stelo (1948), Setúbal (*Estrela da União*)
 Unuigita Junularo (1948), Arraiolos (*Juventude Unida*)
 La Nevenkeblaj (1948), Arraiolos (*Os Invencíveis*)
 Hejmo Nia (1948), Lisboa (*A Nossa Casa*)
 Unuiĝo (1948), Lisboa (*União*)
 Nova Espero (1948), Lisboa (*Esperança Nova*)
 Liberaj sub la Luna Lumo (1948), Lisboa (*Livres sob o Luar*)
 Matena Stelo (1948), Lisboa (*Estrela da Manhã*)

Amigos do Esperanto (1952), Lisboa

Ekskursu Grupo Verda Familio (c. 1956), Lisboa (*Grupo Excursionista Família Verde*)

Grupo Esperantista da Casa da Madeira (c. 1959), Lisboa

Secção de Estudos Esperantistas da Sociedade de Língua Portuguesa (1968), Lisboa

Associação Portuguesa de Esperanto (1972), Lisboa

Grupos criados depois de 1974

Esperanto Lameka Grupo (1976), Lamego (*Grupo de Esperanto de Lamego*)

Cooperativa Saluton - Amigos do Esperanto e da Natureza (1985), Lisboa (*Cooperativa Saudação - Amigos do Esperanto e da Natureza*)

Amikeca Grupo de Alcochete (1999), Alcochete (*Grupo de Amizade de Alcochete*)

NOGESO - Norda Grupo de Esperanto-Studado (2001), Porto (*NOGESO - Grupo Nortenho de Estudo do Esperanto*)

PLUS – Portugala Loka Unua Sekcio (2003), Região Norte (*PLUS – Primeira Secção Local Portuguesa*)

Amikeca Rondo per/pro Esperanto (2005), Lisboa (*Círculo de Amizade através do/pelo Esperanto*)

Anexo J

Pistas futuras - proposta de outras fontes a averiguar

Aprofundar fontes na Sociedade de Língua Portuguesa, nas Universidades Popular e Livre, na Sociedade Promotora da Educação Popular, nos clubes de campismo, em associações como A Voz do Operário, o Instituto dos Ferroviários do Barreiro, as antigas Uniões Cristãs, ou tentar rastrear associações maçónicas da década de 1920.

Procurar os espólios pessoais de Alves Redol, Ferreira de Castro, Agostinho da Silva ou os de esperantistas como João Azevedo do Carmo, Seabra-Dinis, João Caeiro de Sousa, Álvaro Viana de Lemos, ou ainda o espólio de Fernando da Costa doado em 2013 à Biblioteca Municipal Florbela Espanca em Matosinhos (que se pensa incluir livros, documentação e discos).

Os registos das emissões de rádio e de televisão das décadas de 1970 e 1980 seriam documentos interessantes, sobretudo numa perspectiva expositiva, assim como os discos em Esperanto de que se encontraram referências nos documentos das décadas de 1930 e 1950.

Consultar os registos prisionais das unidades de detenção do Estado Novo, ou os arquivos da PVDE/PIDE/DGS que poderão ter eventuais documentos apreendidos.

O próprio Museu do Esperanto em Viena guarda documentação de Saldanha Carreira.

Eventualmente pesquisar o Centro de Documentação 25 de Abril, a Fundação Mário Soares, o Museu Álvaro Viana de Lemos, a Biblioteca Seabra-Dinis em Coimbra, o Museu do Neorrealismo.

Procurar a localização de arquivos dos grupos antigos de Aljustrel, Setúbal e Silves.